

Na comemoração dos 126 anos da Fiocruz, presidente Lula e Ministro Padilha inauguraram o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) e as instalações para produção de terapias avançadas para a saúde

Níveis elevados e sustentados de cobertura vacinal nacional, erradicação da pólio, interrupção da transmissão do sarampo, eliminação da rubéola e da rubéola congênita são marcos da imunização nas Américas

Epidemia do vírus Ebola eclode com violência na África Central, assombra o mundo, traz a pandemia de Covid-19 de volta à memória da humanidade e desafia a solidariedade global para contê-la

#8

13 A 26  
DE MAIO DE 2026

# Cadernos



FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



## SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo - *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar*

### **Sistema Nações Unidas**

22 – Em visita à Fiocruz, Lula inaugura sede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde

31 – Verde sobre cimento vertical azulado – *Santiago Alcázar*

36 – Transformando o sistema humanitário – *Editorial do Lancet*

38 – A Revolução da Harmonia Contra o Manifesto da Palantir: Controle Digital, Guerra Permanente e a Defesa da Liberdade Humana – *Juan Garay*

44 – Domicídio: a destruição sistemática de lares como crime autônomo no direito internacional – *Fabiane Gaspar e Armando de Negri Filho*

51 – As fraturas do mundo escancaram-se na Assembleia Mundial da Saúde – *Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão*

62 – Intervenções do Ministro Alexandre Padilha na 79ª Assembleia Mundial da Saúde

68 – Avanços Recentes na Governança Florestal e na Responsabilização Climática Global – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

75 – O que esperar da 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT? – *Frederico Peres*

84 – Novo relatório anual da OBMigra e *policy brief* da OIM sobre soluções baseadas na natureza para migrações – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

89 – Imunização na Região das Américas: desafios e reflexões – *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

89 – Aproximando a Saúde Única (One Health) à agenda de sistemas alimentares e alimentos ultraprocessados – *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

113 – O centenário de Milton Santos na agenda da UNESCO: território, pensamento crítico e saúde global – *Magali Romero Sá*

117 – Banco Mundial e África: Investimento em Saúde para o Avanço do Desenvolvimento – *Isis Pillar Cazumbá*

120 – Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI) nos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) – *Laura Tavares Soares*

134 – Geopolítica, Transição Energética e Patrimônio Cultural: Transformações Recentes na Governança Multilateral – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

151 – Entre crises e reformas: epidemias, equidade e transformação dos sistemas de saúde – *Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Moraes, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza*

169 – Da Greve Geral na Bolívia à Palantir infiltrando o NHS: a crise civilizatória da austeridade – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

183 – Ministério da Saúde e movimentos sociais definem propostas para Agenda 2030 da ONU

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

186 – Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

204 – G20, G7 e OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephano*

218 – Na impossibilidade de uma Declaração conjunta, chanceleres dos BRICS emitem Declaração do presidente e se coordenam para a próxima Cúpula dos Líderes – *Claudia Hoirsch*

224 – As crises latinoamericanas começam a movimentar os ânimos sociais – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

238 – Peru, Colômbia e Brasil: três eleições, cenários diferentes, mas a mesma luta – *Oscar Feo Istúriz*

240 – A Saúde no segundo turno das eleições de Peru – *Lívia Ferreira e Sebastián Tobar*

246 – Emergência Global: Diretrizes da OMS para a contenção do vírus Bundibugyo na RDC e no Uganda – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*

262 – Europa entre guerras, crises sanitárias e tensões políticas – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

270 – Na 79ª AMS, discursos contundentes refletiram o momento atual. E a coreografia diplomática da China – *Lúcia Marques*

282 – Pequim entre as guerras frias e quentes – *André Costa Lobato, Giovana Guiciard e Rafael Aguilar-Zamudio*

290 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

291 – Editores e autores dos cadernos

296 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da saúde

297 – Ficha catalográfica

# Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 08/2026

13 a 26 de maio de 2026

## Sumário Executivo

Na comemoração dos seus 126 anos, a **Fiocruz** recebeu no sábado (23/05), o presidente Lula e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, autoridades e cientistas, para a inauguração de modernas instalações para o *desenvolvimento tecnológico* (CDTS) e a produção de *terapias avançadas* para a saúde. Na oportunidade, dezenas de unidades móveis para atendimento do Programa Mais Especialistas e ambulâncias para o SAMU foram entregues a municípios do Estado do Rio de Janeiro, reforçando ainda mais o Sistema Único de Saúde da cidade e do Estado (ver matéria neste Caderno).

Esta fulgurante notícia para o *SUS* e a *Fiocruz* compartilha o foco deste fascículo 8 dos Cadernos com análises sobre os resultados da *79ª. AMS*. Além disso, estamos de olho na próxima *114ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT*, que acontece entre 1º e 12 de junho em Genebra (ver artigo de *Peres* neste fascículo).

A **79ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS)** se realizou de 18 a 23 de maio, em Genebra, e é o tema central deste fascículo 8 dos Cadernos. A AMS é o mais importante foro global dedicado à saúde, realizado anualmente pela instituição-líder da saúde no sistema multilateral, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)**. Apesar do momento difícil que atravessa a OMS e o multilateralismo em geral, a importância da Assembleia 2026 pode ser medida pela amplitude dos temas que foram analisados, os quais apresentamos e comentamos a seguir.

O Comitê Executivo — órgão de direção da OMS, composto por 33 Estados-membros eleitos para mandatos de 3 anos — teve sua renovação regular anual, com a saída de Austrália, Barbados, Camarões, Comores, República Democrática da Coreia, Lesoto, Togo, Catar, Suíça e Ucrânia; e a entrada, como novos membros, de Butão, China, Costa do Marfim, Geórgia, Guiné, Kuwait, Moçambique, Sudão do Sul, Suriname e Reino Unido. O ministro da saúde do Butão, Lyonpo Tandin Wangchuk, foi eleito presidente do Comitê.

A *agenda da AMS 2026* discutiu uma ampla gama de temas de *governança global e da saúde*, com foco na *reforma da arquitetura global de saúde* e a *Iniciativa UN80*, que trata da reforma do sistema ONU como um todo, e saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As decisões aprovadas a respeito ainda não trazem propostas concretas, embora se identifique tendências de *'downsizings'*, com fusão de estruturas e não ocupação de cargos e vagas abertas no sistema. Os trabalhos continuam e se espera uma maior interação nos próximos meses entre a SG das Nações Unidas e a DG da OMS a respeito.

Em *doenças infecciosas e parasitárias*, e na *preparação e resposta a enfermidades e emergências*, a AMS discutiu temas como a Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e o Acordo sobre Pandemias. Nesta área, abordou também o trabalho da OMS em emergências de saúde (incluindo o Relatório do Comitê Independente de Supervisão e Assessoria do Programa de Emergências de Saúde da OMS); o recente surto de hantavírus; o recentíssimo surto pelo vírus Ebola na República Democrática do Congo e Uganda; a eliminação da malária; doença do mpox; poliomielite; Agenda de Imunização 2030; Roteiro para Doenças Tropicais Negligenciadas 2021–2030; Estratégia para o Fim da Tuberculose; e Projeto de plano de ação global atualizado sobre resistência antimicrobiana.

O DG alertou que “os surtos atuais de Ebola e hantavírus nos lembram que a próxima pandemia não esperará por nós”. Segundo ele, o surto de hantavírus está agora estável, com um novo caso nas últimas duas semanas e nenhuma nova morte desde 2 de maio. No entanto, alertou que o surto de Ebola na República Democrática do Congo está se espalhando rapidamente na região.

No âmbito dos *sistemas de saúde*, a Assembleia discutiu *temas recorrentes*, como cobertura universal de saúde; atenção primária à saúde; prevenção e controle de doenças não transmissíveis e saúde mental, além de incluir aqui o controle do tabaco; produtos médicos de qualidade inferior e falsificados; o Código de Práticas Globais da OMS sobre o Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde; harmonização de abordagens regulatórias, governança e padrões para dados, saúde digital e inteligência artificial no setor da saúde; e fortalecimento da reabilitação nos sistemas de saúde. Também introduziu *discussões novas*: estratégia global para cuidados integrados de emergência, terapia intensiva e cirurgia (2026–2035); o aumento da disponibilidade, do acesso ético e da supervisão do transplante de células, tecidos e órgãos humanos; e doenças raras como prioridade global em saúde para a equidade e inclusão.

No âmbito do que a OMS denomina *promoção da saúde*, a AMS debateu: Bem-estar e promoção da saúde; Resultados da Comissão da OMS sobre Conexão Social; Nutrição materna, infantil e de crianças pequenas; Projeto de estratégia sobre a economia da saúde para todos; e Saúde dos povos indígenas — tema proposto pelo Brasil em 2023, só veio à agenda para ter aprovado o adiamento da apresentação do seu Plano de Trabalho Mundial à AMS para 2027.

No espaço da *resposta humanitária em saúde*, a Assembleia debruçou-se sobre a situação na Ucrânia; as condições de saúde no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e nas Colinas de Golã sírias ocupadas. Notória foi a ausência de ponto de pauta sobre os conflitos no continente africano, incluindo o Sudão e o SAHEL.

Também foram incluídos na agenda os *informes de progressos de 19 decisões e resoluções* de Assembleias anteriores. São políticas definidas pelo coletivo de ministros da saúde do mundo, por proposição de um país, grupos de países ou pelo próprio secretariado em anos anteriores e que continuam vigendo como orientações políticas globais. Os países aderem voluntariamente a estas políticas e as implementam, segundo a prioridade que conferem a elas nos respectivos programas nacionais de saúde. Os ‘*informes de progresso*’ sobre estas políticas estão relacionados no artigo sobre OMS neste fascículo.

O **Comitê b**, por seu lado, discutiu dezenas de assuntos de natureza administrativa e gerencial do âmbito da OMS.

O acesso aos documentos que informaram os debates, bem como as resoluções que foram submetidas ao exame e aprovação da Assembleia, encontram-se disponíveis em [https://apps.who.int/gb/e/e\\_wha79.html](https://apps.who.int/gb/e/e_wha79.html). Cada ponto de pauta listado acima tem um documento de referência que pode ser acessado pelos interessados nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas.

Foram realizados cerca de 190 eventos paralelos organizados por governos ou organizações da sociedade civil parceiras da OMS, sobre uma ampla variedade de temas [https://whaguide.com/page/3/?gad\\_source=1&gad\\_campaignid=23814831534](https://whaguide.com/page/3/?gad_source=1&gad_campaignid=23814831534).

Nossos analistas de OMS, **Bermudez, Reges, Buss e Galvão**, trazem ampla análise dos resultados da 79ª. AMS neste fascículo dos Cadernos.

## As guerras

No que se refere a um dos mais trágicos, sinistros e impactantes *determinantes da saúde* humana e planetária hoje, as *guerras em curso*, as notícias continuam indignando a todos os comprometidos com a paz, o bem-estar, o desenvolvimento, a solidariedade e a saúde humana e do planeta.

Segundo fontes diplomáticas de ambos os países, *Estados Unidos e Irã* estariam em vias de finalizar um acordo para um cessar-fogo e a reabertura do Estreito de Ormuz. Após meses de um conflito que impactou o mercado global de petróleo e a paz da região e do mundo, o rascunho do pacto contempla alívio de sanções e a retomada das negociações nucleares. Trump necessita urgentemente uma saída honrosa da crise militar em que se meteu, o que poucos analistas políticos consideram ainda possível. As repercussões na sociedade americana e nos círculos internacionais têm sido as piores possíveis para o primeiro mandatário dos EUA. Estimativas apontam que mais de 1.900 civis morreram no Irã desde o início do conflito. Mas as baixas e prejuízos que sofreu o Irã conduzem o país a também buscar entendimentos.

*Gaza* continua sofrendo, por ações coercitivas e desumanas das forças armadas israelenses, o mais terrível bloqueio para a entrada de ajuda humanitária poucas vezes visto no mundo. Um exemplo cabal é a *Flotilha Global Sumud*, que carregava comida, medicamentos e outros itens indispensáveis para a população, além de especialistas em assistência humanitária e de saúde para Gaza. A Flotilha, composta por cerca de 30 embarcações, deixou a Turquia com centenas de ativistas de mais de 40 nacionalidades com o objetivo de romper o bloqueio marítimo imposto por Israel e entregar ajuda humanitária. Navios da Marinha de Israel bloquearam as comunicações e interceptaram ilegalmente as embarcações em águas internacionais. Os ativistas foram levados sob custódia para portos sob controle israelense. Devido à agressividade e brutalidade imposta pelas forças israelenses contra civis desarmados, diversos governos protestaram em defesa de seus nacionais e contra a ilegalidade cometida, casos do Brasil, Espanha, Itália, França e agora com a extensão à própria União Europeia.

As repercussões internacionais foram intensas em razão das denúncias de violência, como espancamento e agressões físicas durante o período de detenção. Governos de países como Canadá, Alemanha e Espanha confirmaram que receberam relatos de cidadãos feridos e exigiram explicações. O Brasil [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/tratamento-degradante-aos-participantes-da-flotilha-global-sumud](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/tratamento-degradante-aos-participantes-da-flotilha-global-sumud) e outros 11 países [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-sobre-sobre-os-ataques-israelenses-a-flotilha-global-sumud-em-18-de-maio-de-2026](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-sobre-sobre-os-ataques-israelenses-a-flotilha-global-sumud-em-18-de-maio-de-2026) emitiram comunicados oficiais de repúdio contra a ação, condenando o cerco às embarcações pacíficas, exigindo a libertação dos presos e que Israel cesse as reiteradas ilegalidades que vem cometendo em águas internacionais.

Na *Ucrânia*, ataques mútuos recentes geraram mortes e enorme destruição de infraestruturas em ambos os países. A última semana foi marcada por uma das mais bárbaras escaladas da guerra por ambos os lados. O mais grave em todo este longo e penoso processo é a estimativa que fazem especialistas de que o conflito já tenha causado mais de 1 milhão de baixas (mortos e feridos) somando ambos os lados, sendo considerado o conflito mais letal em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial. Ademais, o impacto humanitário é imenso, com milhões de civis enfrentando crises de energia, abastecimento de água, aquecimento e dificuldades no acesso a serviços de saúde.

No *Sudão*, continua a severa crise humanitária. 34 milhões de pessoas — o equivalente a dois terços da população do país — precisam de ajuda humanitária e 19 milhões de pessoas

estão numa situação de insegurança alimentar. Além disso, cerca de 14 milhões de pessoas são refugiadas e 10 milhões de crianças não frequentam a escola. Em abril, o conflito no Sudão completou três anos. Para o subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários, Tom Fletcher, o que está ocorrendo no país africano é “a maior crise humanitária do mundo”. <https://news.un.org/pt/story/2026/04/1852853>

A situação no *Sahel* (Burkina Faso, Mali, Níger) <https://www.acnur.org/br/emergencias/emergencia-no-sahel> permanece crítica e abandonada pelos poderes globais. A ACNUR tem alertado para as condições críticas a que estão submetidas as populações da região, particularmente mulheres, crianças e idosos, devido aos confrontos militares em curso e a crise climática. Mais de 5,4 milhões de pessoas precisam de apoio. Esse número inclui refugiados, solicitantes de asilo, refugiados retornados, pessoas deslocadas internamente (IDP) e IDP retornadas.

Neste fascículo, trazemos ao leitor o acesso à *Comissão CHH-Lancet sobre saúde, conflito e deslocamento forçado*, publicado em 19 de maio de 2026 [Health, conflict, and forced displacement](https://www.lancet.com/health-conflict-and-forced-displacement). A Comissão foi estabelecida para abordar as crescentes falhas do sistema humanitário e seus impactos na saúde das pessoas afetadas por conflitos armados e deslocamentos forçados. Em todo o documento, saúde é definida de forma ampla para abranger cuidado clínico, saúde pública e os determinantes sociais da saúde. A Comissão examina as barreiras sistêmicas e as condições facilitadoras que influenciam a ação humanitária na área da saúde, ao mesmo tempo em que centra as prioridades, o protagonismo e a dignidade das comunidades afetadas como principal ponto de referência para a reforma. Com base em análises de cinco direcionadores estratégicos — direito internacional, princípios humanitários, governança, financiamento e sistemas de saúde — a Comissão propõe um programa integrado para a transformação estrutural do sistema humanitário, fundamentado em uma redistribuição deliberada de poder, recursos e incentivos. Reproduzimos neste fascículo o sensível editorial do Lancet que acompanha a publicação do Relatório da Comissão.

O Vaticano, com um pontificado cada vez politicamente mais ativo do papa Leão XIV, fez críticas duras ao abandono de Gaza, contra as guerras, pela paz no mundo — e lançou sua primeira encíclica, a *Magnifica Humanitas*, que trata da inteligência artificial <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>. No 135º aniversário da “*Rerum novarum*”, a encíclica de Leão XIII, o atual Pontífice reflete sobre a Doutrina Social da Igreja na era da inteligência artificial. Ele argumenta que a inteligência artificial deve servir a humanidade em vez de concentrar o poder através de sistemas de vigilância, exclusão e dominação algorítmica. O papa Prevest apela pela promoção da verdade, dignidade do trabalho, justiça social e paz e insiste que, na era digital, é preciso desarmar a IA e superar a teoria da “guerra justa”, relançando o diálogo e o multilateralismo.

### **Resolução sobre obrigações dos Estados quanto ao clima aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)**

A AGNU aprovou, em 20 de maio, resolução sobre a *Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça (CIJ) relativa às Obrigações dos Estados a respeito da Mudança do Clima* <https://news.un.org/pt/story/2026/05/1853219>. O texto adotado reforça a prioridade política da agenda climática, reafirma as obrigações coletivas no âmbito do regime internacional do clima e respalda o trabalho da CIJ. No ano em que o Brasil exerce a presidência da Conferência das Partes (COP30) da Convenção do Clima (UNFCCC), a resolução reitera que a UNFCCC segue sendo o principal fórum internacional para a negociação da resposta global a esse desafio que

ameaça a todos e, em particular, os mais vulneráveis. A resolução foi aprovada por 141 votos favoráveis (inclusive do Brasil), 8 contrários e 28 abstenções. O resultado demonstra amplo apoio internacional à necessidade de respostas multilaterais urgentes para enfrentar a mudança do clima.

### **Programa Habitat das Nações Unidas realizou Fórum Urbano Mundial em Baku (Azerbaijão)**



## **Baku Call to Action**

O *Fórum Urbano Mundial (WUF)* é a principal conferência global da ONU sobre urbanização sustentável. A 13ª. sessão do Fórum foi realizada em Baku, Azerbaijão, discutindo centralmente moradia, resiliência e saúde urbana. O Fórum teve uma participação de milhares de especialistas em cidades sustentáveis, representantes de governos, organizações do sistema Nações Unidas e da sociedade civil. O programa desenvolvido encontra-se em <https://wuf.unhabitat.org/sites/default/files/2026-05/files/wuf13-programme-10-may-2026.pdf> o principal produto do Fórum foi o documento '*Chamada para a Ação de Baku*' [https://unhabitat.org/sites/default/files/2026/05/wuf13\\_baku\\_call\\_to\\_action.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2026/05/wuf13_baku_call_to_action.pdf). Informações completas do Fórum podem ser acessadas em: <https://wuf.unhabitat.org/wuf13> O Fórum Urbano Mundial (WUF) foi criado em 2001 pelas Nações Unidas para examinar uma das questões mais prementes que o mundo enfrenta hoje: a rápida urbanização e seu impacto nas comunidades, cidades, economias, mudanças climáticas e políticas públicas. O primeiro WUF foi realizado em Nairóbi, Quênia, em 2002, e desde então vem sendo realizado em diversas partes do mundo.

### **China de Xi Jin Ping recebe Trump e Putin, em sequência formidável**

A última semana foi muito didática para entender a geopolítica global. Foi extremamente importante para a China e para Xi Jinping. Em poucos dias, ele recebeu em Pequim tanto Donald Trump quanto Vladimir Putin, transformando a capital chinesa no principal palco diplomático do momento. A mensagem que Pequim tentou transmitir ao mundo foi clara: a China quer se posicionar como o eixo inevitável da nova ordem internacional — capaz de dialogar simultaneamente com Washington e Moscou, enquanto fortalece sua própria centralidade geopolítica.

O encontro com *Trump* teve um tom relativamente pragmático. Não houve um “grande acordo histórico”, mas sim uma tentativa de estabilizar a relação entre as duas maiores economias do mundo, após meses de tensão comercial e militar. Os principais pontos discutidos foram: comércio bilateral e redução parcial de tarifas; segurança regional no Indo-Pacífico; Taiwan; guerra Irã–EUA e estabilidade energética; e cadeias globais de tecnologia e semicondutores.

Um ponto importante que parece ter sido alcançado foi o compromisso chinês de não ampliar apoio militar ao Irã durante a crise recente no Oriente Médio, algo que Washington considerava estratégico. Por outro lado, Xi, que já vinha demonstrando irritação crescente com o fortalecimento militar do Japão, pressionou Trump sobre o apoio americano a aliados asiáticos. Ressalte-se que Trump saiu de Pequim sem um grande comunicado conjunto ou pacote econômico robusto — o que muitos analistas interpretaram como sinal de que a China preferiu manter a relação sob controle, sem fazer concessões excessivas aos EUA.

Já a visita de *Putin* teve um caráter muito mais ideológico e estratégico: Xi e Putin reafirmaram publicamente a ideia de um “mundo multipolar”, termo usado por ambos para defender uma ordem internacional menos dominada pelos EUA.

Entre os principais acordos anunciados estão: ampliação da cooperação energética; novos acordos em inteligência artificial; cooperação tecnológica e midiática; aprofundamento do comércio bilateral; coordenação diplomática em organismos multilaterais; fortalecimento da integração eurasiática entre a Iniciativa Cinturão e Rota e estruturas russas.

Os dois líderes também criticaram diretamente o sistema antimísseis americano “Golden Dome”, a política nuclear dos EUA e o unilateralismo de Washington. Ao mesmo tempo, houve um detalhe muito revelador: apesar da retórica forte, China e Rússia não conseguiram fechar o esperado acordo definitivo do gasoduto *Power of Siberia 2*. O impasse permanece ligado ao preço do gás e ao receio chinês de dependência excessiva da energia russa. Isto é, a parceria sino-russa é profunda, mas ainda é pragmática — não uma aliança total e irrestrita.

O grande vencedor diplomático parece mesmo ter sido Xi Jinping, pois recebeu dois polos incontornáveis do sistema internacional; mostrou capacidade de mediação; reforçou a imagem da China como centro das negociações globais; evitou escolher publicamente um lado absoluto, demonstrando que EUA e Rússia precisam dialogar com Pequim hoje e no futuro. Foi quase uma encenação imperial nessa diplomacia chinesa recente: líderes globais indo a Pequim em sequência para negociar estabilidade econômica, energia e segurança internacional. E a China parece confortável em assumir um papel que antes era quase exclusivo de Washington: o de “capital inevitável” da política mundial.

A saúde como tal não entrou em nenhuma destas agendas. Mas como estes movimentos políticos são ‘determinantes da saúde’!

### **Proteger Cuba**

Depois do sequestro de Maduro na Venezuela e ameaças ao Canal do Panamá e Canadá, além de possíveis interferências nas eleições em curso na ALC, o governo Trump, por meio do Secretário de Estado Rubio (cubano de origem), agora ameaça Cuba, seja com a ampliação do bloqueio que já dura 60 anos, seja com invasão militar, materializada no deslocamento do porta-aviões *Nimitz* e sua frota para águas do Caribe, nas proximidades da ilha. Apenas um ALC unida poderia se interpor à sanha estadunidense na região, o que se inviabilizou com os governos conservadores eleitos na Argentina, Chile, Equador e outros países. A OEA é ridícula em sua omissão e subserviência. A AGNU emite resoluções inócuas. O Conselho de Segurança vira as costas e ignora as ameaças em curso. Resta a sociedade civil da região para explicitar os protestos e mover os governos a se moverem em defesa da soberania dos países e o Atlântico Sul como zona de paz e livre de armas nucleares.

### **Eleições na América Latina**

As disputas presidenciais na ALC em 2026 têm sido marcadas pela forte polarização e pela crescente influência de lideranças internacionais. O mapa político da região vem sendo redesenhado a medida que as eleições vão se sucedendo. A influência e as diretrizes do governo dos Estados Unidos, sob a gestão de Donald Trump, têm sido objeto de debates na região, especialmente por condicionar apoios políticos e econômicos a candidatos alinhados ao espectro conservador.

A **Colômbia** passa por um intenso calendário. As eleições legislativas ocorreram em março de 2026, com o primeiro turno presidencial agendado para o próximo dia *31 de maio* e o segundo turno, se necessário, para 21 de junho. Cerca de 41 milhões de eleitores deverão escolher o sucessor do presidente Gustavo Petro na eleição presidencial na Colômbia. Três candidatos disputam o pleito: *Iván Cepeda*, apoiado pelo Pacto Histórico (esquerda), que lidera as pesquisas; *Paloma Valencia*, do Centro Democrático (direita); e *Abelardo de la Espriella*, advogado de extrema direita que faz sua estreia na cena política. Cepeda, filho de um líder comunista assassinado, é um histórico defensor dos direitos humanos. Discreto, com perfil intelectual, fez campanha de base ao lado da vice Aida Quilcué, líder indígena.

O **Peru**, marcado por instabilidade política histórica, realizou o primeiro turno das eleições presidenciais em 12 de abril, ocasião em que os eleitores também votaram para eleger os membros do Legislativo, que retornou ao sistema bicameral, com a recriação do Senado e a manutenção da Câmara dos Deputados, totalizando 130 deputados e 60 senadores. Para o segundo turno presidencial foram a ultradireitista *Keiko Fujimori*, que obteve cerca de 17% dos votos, enquanto o esquerdista *Roberto Sánchez*, ministro do ex-presidente Pedro Castillo, com 12% dos votos obteve a outra vaga para o segundo turno, marcado para 7 de junho.

Vamos sinalizar aqui para o estranho caso da **Bolívia** onde, apenas 6 meses após o início do governo do direitista Rodrigo Paz, se instala um levante popular contra o governo, pedindo a renúncia do presidente. Para saber mais, leia o artigo de *Arián Laguna Quiroga* em *Outras Palavras* [Por que a Bolívia está em chamas | Outras Palavras](#)

Dois artigos neste fascículo analisam especificamente as eleições em curso na região, aos quais remetemos nossos leitores.

=====

Muitos eventos magnos e documentos são analisados em informes dos nossos analistas neste *fascículo 8 dos Cadernos*, cobrindo amplo espectro dos *determinantes sociais da saúde*, no que talvez seja uma das maiores riquezas destes Cadernos: reunir, dar visibilidade e analisar criticamente documentos originados de instituições multilaterais e acadêmica, assim como de movimentos sociais globais, dialogando com as visões e necessidades do Brasil. Confira nos vários informes.

Nos próximos meses, a medida que se aproxima o *Fórum Político de Alto Nível* (HLPF, na sigla em inglês), a se realizar em meados de julho, no âmbito do *ECOSOC*, e seguindo o fluxo político anual das instituições internacionais, mais documentos e declarações surgirão, principalmente em torno dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)* que estarão em foco neste ano: *ODS 6 (Água Potável e Saneamento)*: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos; *ODS 7 (Energia Acessível e Limpa)*: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas; *ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)*: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e fomentar a inovação; *ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)*: Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e, como em todos os anos, o *ODS 17 (Parcerias para o Desenvolvimento)*: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Não se pode ignorar os esforços do Brasil com relação a impulsionar a inclusão de um *18º ODS* focado na *igualdade étnico-racial (contra o racismo e desigualdades sociais)* no

contexto da Agenda 2030, tema que será abordado no relatório nacional voluntário do país neste ano.

Também é digno de nota, para a atenção dos leitores, os balanços regionais que vem sendo feitos pelas diversas Comissões Econômicas Regionais do sistema ONU (equivalentes à CEPAL), a exemplo das Comissões Econômicas da Europa <https://unece.org/> que realizou seu fórum dias 21-22 de abril, da Comissão da Ásia-Pacífico <https://www.unescap.org/>, em 23-24 de abril, assim como o Fórum Regional da África para o Desenvolvimento Sustentável <https://www.uneca.org/eca-events/arfsd2026>.

## Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária. Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas, Alcázar** nos alerta que a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) diminuiu 23% em relação a 2025, de acordo com a OCDE. O anúncio da OCDE é um claro sinal de que o desenvolvimento não é mais prioridade e terá de ajustar-se à realidade da retração dos orçamentos orientados à defesa. O desenvolvimento é uma das 3 ideias-pilares que sustentam a ONU. A Agenda 2030 ficará comprometida, assim como os direitos humanos a paz e a segurança. Os direitos humanos, por sua vez, são atropelados pela política de Israel, que tem amplo apoio naquela sociedade, bem como em vários países. O mundo do Nunca Mais transformou-se no mundo de Mais uma Vez. A saída é voltar para as 3 ideias-pilares orientadas pela solidariedade enraizada nas reservas morais que restam.

O informe de **Gaspar e Negri Filho** analisa, no contexto das homenagens ao centenário de nascimento de Milton Santos, dois relatórios do Relator Especial Balakrishnan Rajagopal, em que traz o conceito de “domicídio” — a destruição massiva e deliberada de lares durante conflitos violentos, com sua base jurídica no direito internacional humanitário, dos direitos humanos e penal internacional. O Relator nos faz refletir por meio de evidências dos casos estudados que a motivação para que o domicídio seja reconhecido como crime autônomo preencheria lacunas de proteção e de garantias de reparação às vítimas. Para Santos, o uso do território incorpora elementos de pertencimento e identidade, nos quais as relações humanas manifestam suas expressões de existência.

O artigo de **Reges, Bermudez, Buss e Galvão** aborda a **79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS)**, realizada entre 18 e 23 de maio, em Genebra, que ocorreu em um contexto marcado por crescentes tensões geopolíticas, restrições financeiras e questionamentos sobre a capacidade do multilateralismo em responder aos desafios contemporâneos da saúde global. A Assembleia refletiu a complexidade do cenário atual ao reunir debates que extrapolaram as questões estritamente técnicas e evidenciaram a interdependência entre saúde, política,

segurança e desenvolvimento. Temas como a reforma da arquitetura global da saúde, a preparação para pandemias, os impactos de conflitos armados sobre populações civis e o financiamento sustentável da OMS dominaram as discussões. Ao mesmo tempo, crises sanitárias recentes, como o surto de Ebola na República Democrática do Congo e os casos de hantavírus, reforçaram o alerta de que os riscos epidêmicos continuam avançando mais rapidamente do que os mecanismos internacionais de resposta e coordenação. A Assembleia também foi marcada por debates sobre a sustentabilidade financeira da OMS, os impactos da redução de recursos sobre a capacidade operacional da organização e a necessidade de fortalecer instrumentos globais de preparação e resposta a emergências sanitárias. O Brasil teve participação ativa nas negociações e iniciativas paralelas da AMS, com destaque para propostas relacionadas à produção local e regional de tecnologias em saúde, acesso equitativo e fortalecimento do SUS. A atuação da Fiocruz também se destacou pela ampliação de parcerias internacionais e pela participação em debates estratégicos sobre preparação para epidemias, inovação e fortalecimento dos sistemas de saúde.

**Magalhães e Galvão** abordam temas na área de **saúde e ambiente**. Durante o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, houve amplo reconhecimento da importância das florestas para enfrentar as crises climática, ambiental e social. No entanto, persistem desafios relacionados ao financiamento, à implementação dos compromissos internacionais e às tensões geopolíticas, enquanto o relatório final alertou que os avanços atuais ainda são insuficientes para alcançar as metas globais até 2030. Em julho de 2025, a Corte Internacional de Justiça afirmou que os países têm obrigações legais de agir contra as mudanças climáticas, com medidas alinhadas à meta de 1,5°C do Acordo de Paris. Em maio de 2026, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução apoiando o parecer, reforçando sua relevância política e jurídica para futuras negociações climáticas e ações de responsabilização internacional.

**Peres** apresenta e discute a Agenda da 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, além de incluir os debates em torno de uma proposta de Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas, propõe a discussão de temas de grande repercussão e importância para o mundo do trabalho, como a construção de uma agenda transformadora para a promoção da igualdade de gênero no trabalho e estratégias para a promoção do emprego e trabalho decente como ponte para a paz, prevenção de crises e fortalecimento da resiliência. Assim, além de buscar consolidar um marco de referência internacional, capaz de orientar respostas nacionais à rápida expansão digital, que vem sendo acompanhada de um processo de precarização extrema, no contexto do trabalho mediado por plataformas, a Agenda da CIT também demonstra a preocupação com o agravamento de iniquidades no mundo do trabalho, sobretudo as de gênero. E advoga pela necessidade de se construir uma agenda avançada para diminuir as lacunas existentes, no mercado de trabalho, no que se refere a cargos e à remuneração das mulheres, quando comparado a homens com a mesma formação. Conclui-se que, mesmo considerando que uma importante Convenção, como a que será discutida durante a CIT, não seja uma garantia absoluta da adesão imediata dos países membros às diretrizes e princípios promotores do trabalho decente na economia de plataformas, a ausência de um instrumento internacional que proponha a regulação do trabalho mediado por estas tecnologias algorítmicas é, sobremaneira, pior. E, portanto, reforça a importância do engajamento e da articulação internacional para a sua aprovação, durante esta 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O informe elaborado pelo **Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global** apresenta, aborda duas novidades do último mês: o novo relatório da OBMigra e o novo *policy brief* elaborado pela Organização Internacional para as Migrações sobre soluções baseadas na natureza voltadas para a mobilidade humana no contexto das crises climáticas. Primeiro, o relatório da OBMigra, elaborado pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, traz os principais dados dos fluxos migratórios e de refugiados do Brasil referentes ao ano de 2025, contendo cinco *policy papers* temáticos com um panorama do contexto migratório atual no Brasil e análises dos principais desafios para a gestão da mobilidade humana nas áreas de trabalho, educação, proteção social e para a implementação de políticas nos territórios. Já o *policy brief* da OIM, desenvolvido em parceria com a Fundação Grupo Boticário, apresenta recomendações práticas para a implementação de soluções baseadas na natureza nas respostas municipais a eventos climáticos extremos. O documento utiliza a abordagem da adaptação baseada em ecossistemas, que visa fortalecer a resiliência urbana e reduzir as vulnerabilidades socioambientais, em busca de uma agenda conjunta entre o meio ambiente e a mobilidade humana que garanta a proteção das pessoas migrantes e refugiadas.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, **Vilella, Massari e Gomes** afirmam que a imunização é uma das ações mais efetivas de saúde pública no mundo. Na Região das Américas, se tornou um dos “pilares” da cooperação sanitária regional entre os países, marcada pela articulação entre governos, organismos internacionais e sistemas públicos de saúde. Conquistas históricas, como a eliminação da poliomielite e da rubéola, evidenciam o sucesso dessa integração. No entanto, com base no boletim *Imunização nas Américas* (OPAS, 2026), observa-se que a região enfrenta uma crise da cobertura vacinal principalmente a partir da pandemia de COVID-19. Desafios como a hesitação vacinal, a disseminação de desinformação, o aprofundamento das desigualdades territoriais e o enfraquecimento da atenção primária têm comprometido a cobertura vacinal. Países têm registrado quedas importantes e surtos de doenças evitáveis, como o sarampo. Assim, a crise da imunização nas Américas revela-se, acima de tudo, uma crise de governança, equidade e coesão social. E muitas vezes conduzidas pelos próprios governos.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, **Nilson e Oliveira** discutem a relação dos sistemas alimentares e dos alimentos ultraprocessados com a agenda da Saúde Única, destacando os avanços da última Cúpula Mundial da Saúde Única (*One Health Summit*), na França, considerando a mútua relação com a saúde humana, animal e planetária e a necessidade de uma abordagem integrada para o enfrentamento das múltiplas crises globais.

Em contribuição especial para esta edição, a coordenadora da Cátedra Oswaldo Cruz Ciência, Cultura e Saúde, **Magali Romero Sá** afirma que a incorporação do centenário de Milton Santos ao calendário comemorativo da **UNESCO** em 2026 constitui um reconhecimento internacional de sua contribuição à geografia crítica e à compreensão das dinâmicas socioespaciais. O informe aborda ainda as iniciativas acadêmicas e institucionais no Brasil, com destaque para as atividades da UFBA, SESC Rio, Feira Literária de Araxá e, em especial, ao seminário promovido pela Fiocruz intitulado “Território, Sociedade e Saúde: homenagem da Fiocruz ao Centenário de Milton Santos”, reafirmando a atualidade do pensamento do geógrafo brasileiro diante dos desafios contemporâneos.

**Cazumbá** analisa as **instituições financeiras internacionais**, que em resposta aos problemas crescentes encontrados nos sistemas de saúde dos países da África Ocidental e Central, o Banco Mundial criou e lançou o *Fit to Prosper*, uma iniciativa que defende acelerar o progresso rumo à cobertura universal de saúde. A iniciativa mostra que o investimento em saúde

salva vidas e contribui para o crescimento econômico, gerando empregos de qualidade, apoiando assim o avanço do desenvolvimento.

**Tavares** apresenta este informe com base na temática do *Território* tratada no último Seminário de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Aqui se apresenta como os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) utilizam a abordagem do Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI) na elaboração, financiamento e implementação de seus projetos de desenvolvimento. Ao contrário dos Bancos Multilaterais globais, os Bancos Regionais possuem uma maior proximidade e inserção nas regiões onde atuam, facilitando as abordagens territoriais. Aqui foram apresentados os principais projetos com perspectiva territorial integrada do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS).

**Chamas e Cesário** analisam desenvolvimentos recentes da governança multilateral envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. Examina a retomada das discussões sobre a reforma do mecanismo de solução de controvérsias da OMC e os impactos crescentes das tensões geopolíticas sobre comércio, finanças e mercados de energia. O informe destaca como a escalada dos conflitos no Oriente Médio intensificou riscos para os países em desenvolvimento por meio da elevação dos preços da energia, da volatilidade financeira e das disrupções nos fluxos comerciais globais. Analisa também o papel dos acordos internacionais de investimento na promoção ou limitação da transferência de tecnologia para a transição energética, enfatizando a importância da preservação do espaço regulatório e do fortalecimento das capacidades domésticas de absorção tecnológica. Por fim, discute os debates da OMPI sobre acesso ao patrimônio cultural protegido por direito de autor.

O **GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde**, liderado por **Luis Eugênio de Sousa**, acompanhou 39 organizações, sendo 27 com manifestações relevantes. Os principais temas foram doenças transmissíveis, determinantes sociais da saúde, mudanças climáticas e crises humanitárias em regiões como Sudão do Sul, Gaza e Somália, com destaque para o surto de Ebola na RDC. Também surgiram questões como insegurança, deslocamentos, fragilidade dos sistemas de saúde e impactos sobre mulheres e crianças. Houve ainda debates sobre tabagismo, participação juvenil e governança. Organizações privadas defenderam maior descentralização da saúde global, além de investimentos em preparação para pandemias, inovação, vacinas e fortalecimento dos sistemas de saúde.

**De Negri e De Negri Filho** analisam, seção de Panorama Político-Econômico, a greve geral em curso na Bolívia contra o neoliberalismo extrativista, onde a resistência popular — camponeses, mineiros, setores indígenas — confronta a repressão estatal e o apoio estrangeiro ao presidente Paz. Nas Spring Meetings do FMI, o MENAFem expõe o silêncio violento da normalidade: as armadilhas dívida-austeridade funcionam como uma crise feminista, transferindo trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres. Diante do Super El Niño, examinamos como a proibição das drogas impulsiona a destruição ambiental, empurrando a produção para fronteiras biodiversas e financiando a mineração ilegal. O Lancet Countdown 2026 revela o aumento da mortalidade por calor e a expansão da transmissão da dengue na Europa. Os autores concluem com uma proposta econômica feminista — cancelamento da dívida, justiça fiscal, sistemas públicos de cuidado, governança democrática — como central para desmantelar uma arquitetura global falida que prioriza credores em vez de vidas. Na seção

de Saúde, denunciam a captura corporativa do NHS britânico pela Palantir, a misoginia dos Estados-Membros da OMS exposta na WHA79, e o estudo da Lancet que projeta até 22,6 milhões de mortes excessivas até 2030 devido a cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento.

**Ungerer, Kastrup e Monteiro** abordam que o principal destaque do **UNOSSC** na quinzena foi a participação no 13º World Urban Forum (WUF13), principal conferência global da ONU sobre urbanização sustentável, realizada em Baku, Azerbaijão, onde promoveu debates sobre Cooperação Sul-Sul aplicada ao desenvolvimento urbano sustentável. No período, o **G77 e China** destacou as preocupações centrais dos países em desenvolvimento em diferentes fóruns da ONU. O grupo defendeu maior financiamento climático e transferência de tecnologia para implementar os compromissos da COP31; alertou para a crise financeira da ONU causada por atrasos nas contribuições obrigatórias; e pediu mercados de commodities mais justos, com apoio à diversificação produtiva e agregação de valor. Também reafirmou a importância da Cooperação Sul-Sul no processo preparatório da revisão da BAPA+40, defendendo soberania, igualdade e participação efetiva do Sul Global. Além disso, o G77 destacou a necessidade de cooperação internacional em energia e governança da inteligência artificial, com foco em redução das desigualdades tecnológicas, financiamento, desenvolvimento sustentável e fortalecimento do multilateralismo. Já a **cooperação Sul-Sul brasileira** teve como destaques o fortalecimento das relações com a África e a atuação do Brasil na 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS). As celebrações do Dia da África reforçaram a prioridade estratégica do continente para a política externa brasileira, com seminário no Itamaraty e divulgação de iniciativas de cooperação em saúde, educação e agricultura. Também foi concluída uma cooperação trilateral entre Brasil, UNICEF e São Tomé e Príncipe voltada à proteção de crianças e adolescentes. Na AMS, o Brasil promoveu debates sobre soberania sanitária e participação social, enquanto a **Fiocruz** ampliou sua projeção internacional em iniciativas sobre produção regional de tecnologias em saúde. Entre os destaques do **Movimento dos Não Alinhados (MNA)** esteve também a participação no 13º Fórum Urbano Mundial e o reforço da solidariedade a Cuba durante a Assembleia Mundial da Saúde, defendendo que a OMS documente os impactos das sanções dos Estados Unidos sobre o sistema de saúde cubano. Paralelamente, Uganda consolidou sua projeção internacional sediando a cúpula do MNA e do G77+China e o Azerbaijão promoveu conferência do Sul Global sobre neocolonialismo e governança internacional, inserida em sua estratégia de aproximação diplomática com países do Sul Global. Entre os destaques da quinzena do **Centro Sul**, a instituição alertou para os riscos do enfraquecimento do multilateralismo em meio a crises sanitárias, conflitos e disputas tecnológicas globais. Em evento realizado no Egito, o diretor-executivo Carlos Correa defendeu a construção conjunta da paz e do desenvolvimento entre países do Sul Global. Em outro artigo, especialistas destacaram que o surto de hantavírus a bordo do navio *MV Hondius* evidenciando a importância da cooperação internacional em saúde e do fortalecimento da OMS. O Centro Sul também publicou análises sobre resistência antimicrobiana, defendendo maior apoio à vigilância epidemiológica em países em desenvolvimento, e sobre governança da inteligência artificial, alertando para riscos de discriminação, dependência tecnológica e impactos ambientais da IA no Sul Global.

**Hoirisch** informa que a reunião dos chanceleres dos **BRICS** abarcou três sessões — assuntos globais e regionais; os vinte anos do grupo, mais especificamente seus esforços conjuntos a favor da sustentabilidade, inovação, cooperação e desenvolvimento equilibrado e, a reforma da governança global e do sistema multilateral. A tentativa iraniana de aprovar uma condenação conjunta às ações de Washington e Tel Aviv acabou esbarrando em divergências internas entre os membros do grupo, visto que alguns membros como os Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita estão diretamente envolvidos na situação atual na região da Ásia

Ocidental. Apesar das diferenças entre os países, o BRICS segue fortalecendo sua articulação internacional e mantendo a defesa de reformas nas instituições multilaterais, especialmente na ONU, como forma de ampliar o protagonismo do Sul Global diante da influência das potências ocidentais. Nesse sentido, o apoio à candidatura de Michelle Bachelet para a ONU representa um consenso entre os membros e uma oportunidade para o Sul Global. Na área da saúde, os chanceleres destacaram as negociações em curso sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (OMS), notaram as contribuições dos sistemas de medicina tradicional, reafirmaram o compromisso de colaborar em saúde digital e resistência antimicrobiana e apoiaram as atividades do Centro de P&D de Vacinas dos BRICS, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce dos BRICS para prevenção e resposta a doenças infecciosas em massa, na Rede de Pesquisa em TB dos BRICS e na implementação da Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas. A reunião dos chanceleres do BRICS serviu de precursora para a Cúpula dos Líderes do BRICS, que ocorrerá nos dias 12-13 de setembro de 2026.

O informe de **Burger, Estephano e coautores** analisa os preparativos do Reino Unido para a presidência do **G20** em 2027 diante da paralisia institucional em Washington. Destaca os planos de Londres para reformar o sistema financeiro global e reconfigurar o desenvolvimento internacional por meio de investimentos locais. Aborda também o apoio diplomático britânico à África do Sul contra o isolamento norte-americano, visando preservar a representatividade no bloco. O informe também aborda a Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do **G7**, realizada em Paris nos dias 18 e 19 de maio de 2026, principal evento preparatório para a Cúpula de Évian. Ainda, ocorreu a Cúpula Africa Forward, realizada em Nairóbi nos dias 11 e 12 de maio, em que líderes africanos reivindicaram uma arquitetura financeira internacional mais justa. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a organização e promoção de um evento discutindo o futuro da cooperação para o desenvolvimento e a publicação de estudos variados sobre temas de cooperação para o desenvolvimento, ação climática, economia, saúde e políticas sobre biomedicina e setor farmacêutico.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC)**, nossos analistas **Tobar e Brito** afirmam que o cenário de crise econômica e securitária influencia tomadas de decisão políticas e sociais na América Latina. Na Argentina e na Bolívia, as políticas de austeridade e os cortes em diversos setores econômicos têm movimentado grupos sociais a demandar mudanças. Em Cuba, a população tem passado por uma profunda crise de abastecimento que tem influenciado diversos setores. Colômbia passa por processo eleitoral acirrado. O México fecha novo acordo com a União Europeia. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre inteligência artificial na saúde e esteve presente na Assembleia Mundial da Saúde; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões sobre estratégia de Uma Só Saúde e saúde inteligente e melhoria do sistema de saúde pública e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou de eventos sobre combate a incêndios e proteção a águas subterrâneas.

O **GT Fiocruz sobre África**, liderado por **Augusto Paulo Silva**, informa que o Diretor-Geral da OMS declarou que o surto de Ébola (vírus Bundibugyo) na República Democrática do Congo (RDC) e no Uganda constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC). Até 16 de maio de 2026, a província de Ituri (RDC) registou oito casos confirmados, 246

suspeitos e 80 mortes, enquanto o Uganda notificou dois casos importados. O evento é considerado extraordinário pela dispersão geográfica, falta de vacinas ou terapias aprovadas e potencial de propagação internacional. A OMS emitiu recomendações temporárias focadas no reforço da vigilância descentralizada, capacidades laboratoriais de RT-PCR (notando que a plataforma GeneXpert não detecta o vírus), controlo de infeções, rastreio de contatos por 21 dias e manutenção de serviços de saúde essenciais, desaconselhando restrições generalizadas a voos ou comércio. Paralelamente, a 27ª Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO decorreu em Freetown, Serra Leoa, nos dias 24 e 25 de abril de 2026. Os ministros aprovaram o Quadro Regional para a Eliminação da Malária e a Carta de Freetown para a redução da mortalidade materna, neonatal e infantil através de tecnologias e dados. Adicionalmente, debateram o aleitamento materno exclusivo, o financiamento endógeno da saúde e a transição da sede da Organização de Saúde da África Ocidental (OOAS) para Abidjan, Costa do Marfim. O tema definido para a próxima Assembleia será a Inteligência Artificial no setor da saúde.

No seu informe sobre a **Europa, Freire** nos relata que a quinzena europeia foi marcada pelo agravamento das tensões após a Rússia lançar um dos ataques mais severos contra a Ucrânia, utilizando o míssil balístico “Oreshnik”, capaz de atingir grande parte da Europa. Paralelamente, a adesão da Ucrânia à União Europeia continua travada, enquanto a Alemanha propõe uma “adesão associada”, que divide opiniões. Na Otan, o convite a Volodymyr Zelenskyy para a próxima cimeira ocorre em meio a mudanças na política externa dos Estados Unidos sob Donald Trump, cuja administração ameaça reduzir o compromisso militar com a segurança europeia. O anúncio confuso da retirada de tropas estadunidenses da Alemanha e seu envio à Polónia evidenciou tensões internas na aliança atlântica e carência de estratégia por parte de Trump. A imigração voltou ao debate europeu: a Espanha avança em seu plano de regularização de milhares de imigrantes irregulares, apesar das críticas de setores conservadores e da preocupação de parceiros europeus com possíveis impactos no espaço Schengen. Enquanto isso, países da UE seguem endurecendo políticas migratórias. No campo político, eleições no Chipre fortaleceram partidos conservadores e a extrema-direita, enquanto eleições municipais na Itália trazem um teste importante para o governo de Giorgia Meloni. A saúde pública ganhou destaque com discussões sobre a proibição de redes sociais para menores em diversos países europeus, refletindo preocupações crescentes com a saúde mental de crianças e adolescentes. Na área sanitária, o surto de hantavírus ligado a um navio holandês parece controlado, mas um novo surto de ebola na África Central elevou o alerta internacional. A OMS classificou a situação como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, levando a União Europeia a reforçar protocolos de monitoramento e biossegurança. Por fim, a Europa também começou a enfrentar uma intensa onda de calor ainda em maio, com temperaturas próximas de 40 °C em alguns países, reforçando preocupações sobre os impactos das mudanças climáticas no continente.

**Marques** analisa em seu informe que a 79ª AMS viveu momentos quentes, com discursos contundentes, como esperado, diante do cenário atual de disputas geopolíticas e de contextos de guerras e conflitos. A AMS começou com um emocionante discurso do presidente espanhol, como convidado do Diretor-geral. O informe não poderia deixar de trazer esse discurso que reflete o posicionamento da Espanha sobre a situação dos conflitos no **Oriente Médio** e da conjuntura global que afeta especialmente os países do Sul Global. E que conversa com outros discursos sobre a urgência de reformar a governança de preparação para crises, mas por ângulos políticos e práticos bem diferentes: os discursos de Singapura, do Egito, da China e do Irã. Enquanto Espanha fez uma crítica filosófica e macroeconómica à “pandemia do egoísmo” na governança global, Singapura trouxe a resposta pragmática da Ásia sobre alianças técnicas

regionais e dados abertos para contornar a paralisia política e o Egito trouxe o clamor do Oriente Médio por sustentabilidade financeira real diante das crises estruturais. Enquanto o Egito foca na *indústria farmacêutica* e a China na *soberania de dados*, o Irã usou a governança da OMS para tentar expor as contradições do direito internacional humanitário, argumentando que a neutralidade médica foi quebrada na região. No Tabuleiro da Geopolítica, a coreografia diplomática da China, que recebeu, com intervalos de uma semana, o chanceler do Irã e os presidentes dos EUA e da Rússia, deixando claro que mantém amizade e parceria estratégica com qualquer potência que desejar, e os EUA são apenas uma delas. Um detalhe do balé diplomático: o chanceler iraniano viajou a convite e foi recebido por Wang Yi, que é muito mais que um chanceler, sinalizando que a visita foi tratada como uma missão diplomática de altíssima prioridade estratégica.

Em seu artigo sobre a **China, Lobato e parceiros** informam que o presidente Xi Jinping recebeu os presidentes Trump e Putin numa pequena diferença de 4 dias. O presidente Trump foi acompanhado de grandes empresários e altos membros da Casa Branca. Putin, em sua 25ª visita, assinou uma série de acordos. Se, com a Casa Branca o moto foi “estabilidade estratégica”, com o Kremlin foi “amizade duradoura”.

### **Estante**

A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.



### **Seminário Avançado da Fiocruz debate a Agenda da Saúde Global 2026, a partir das decisões e resoluções da 79. Assembleia Mundial da Saúde da OMS (Genebra, 18-23 de maio de 2026)**

O próximo *seminário avançado da Fiocruz em saúde global e diplomacia da saúde* vai se debruçar sobre a *Agenda da Saúde Global 2026*, a partir das deliberações da 79ª. *Assembleia Mundial da Saúde*, realizada em Genebra de 18 a 23 de maio. Contará com a participação da *Ministra Marise Ribeiro Nogueira*, chefe da Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA) do Ministério da Saúde, da vice-presidente de saúde global e relações internacionais da Fiocruz, Lourdes Oliveira, e das pesquisadoras e assessoras da Fiocruz, *Paula Reges e Luana Bermudez* — que integraram a delegação do Brasil à Assembleia.

### **Ministério da Saúde realizou conferências preparatórias para a Conferência Nacional dos ODS**

O Ministério da Saúde realizou, neste mês de maio, em parceria com movimentos sociais e instituições, Conferências Livres, uma das etapas preparatórias para a 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que ocorrerá entre os dias 29 de junho e 2 de julho, em Brasília. Leia neste fascículo o artigo que detalha as conferências realizadas.

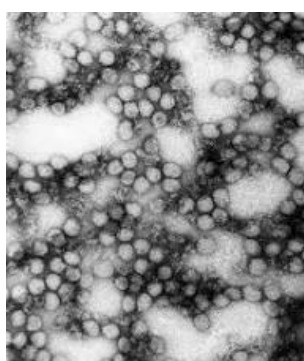


## Seminários sobre cooperação com a África, na Fiocruz e no Itamaraty

Em comemoração ao Dia da África, a Fiocruz vai realizar dia 2 de junho, de 9h às 13:30h, o **“Seminário Interno: Experiências da Fiocruz na Cooperação com a África”**. Concebido pela Coordenação de Cooperação Internacional da Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais (VPSGRI/Fiocruz), tem como objetivo compartilhar experiências, reflexões e iniciativas desenvolvidas pela Fiocruz no âmbito da cooperação internacional com países africanos, fortalecendo o diálogo e a troca de conhecimentos em saúde global. Em formato híbrido, será realizado no Salão de Conferências Luiz Fernando Ferreira, localizado no Centro de Documentação em História da Saúde (CDHS/COC). Em 25 de maio, o Ministério das Relações Exteriores, em parceria com Chefes de Missões Africanas em Brasília e a Fundação Alexandre de Gusmão, realizaram em Brasília o seminário **“Brasil-África 2026: Parcerias em movimento — novas frentes de ação”**. O evento se insere no contexto da renovada prioridade conferida pela política externa brasileira à relação com os países africanos. Participaram do seminário autoridades governamentais e de organizações internacionais, bem como expositores da academia e de movimentos sociais, tanto brasileiros quanto estrangeiros.



## Roteiro de P&D para Contramedidas Médicas da família Flaviviridae em consulta na Fiocruz



O Comitê de Revisão Científica (CRC) da família Flaviviridae, liderado pela Fiocruz, organizou dia 3 de junho um webinar de consulta científica global sobre o recém-desenvolvido Roteiro de P&D para Contramedidas Médicas (MCMs) da família Flaviviridae. A consulta teve como objetivo: (1) apresentar as principais prioridades científicas e as lacunas críticas de pesquisa identificadas em toda a família de patógenos Flaviviridae; (2) promover o alinhamento entre os esforços globais de preparação e resposta; e (3) incentivar a colaboração e a contribuição das partes interessadas para fortalecer

a coordenação e acelerar o desenvolvimento de contramedidas médicas. As apresentações e discussões incluíram: Saúde pública, vigilância e inteligência epidemiológica; evolução viral e genômica ecoevolutiva; correlatos imunológicos de proteção e estudos longitudinais de corte; pesquisa sobre vetores e sistemas reservatórios; vacinas e estratégias de acesso equitativo; diagnóstico e abordagens de detecção diferencial; terapêutica e preparação para ensaios clínicos; e considerações regulatórias e de conformidade. Fizeram apresentações pesquisadores da Fiocruz, da OMS, da Universidade da Califórnia, do Instituto Pasteur, da Escola de Higiene e

Medicina Tropical de Londres e da Agência Europeia de Medicamentos. O documento de referência foi o “Roteiro de P&D para Flaviviridae”, disponível no site da OMS [Call for public consultation — R&D roadmap for flaviviruses medical countermeasures](#)

### Erradicação da varíola completou 46 anos em 8 de maio

Há 46 anos, mais precisamente em 8 de maio de 1980, a Organização Mundial de Saúde declarava erradicada uma das piores, mais cruéis e catastróficas moléstias já existentes. Trata-se da **varíola**, doença infectocontagiosa causada pelo vírus *Orthopoxvirus variolae*. Durante os 80 anos em que esteve ativa, no século passado, a varíola matou mais de 300 milhões de indivíduos. Esse número é bem superior ao de outras moléstias, como a tuberculose, a hanseníase, a gripe espanhola, a peste e até mesmo a Aids. Nem mesmo a soma do número de mortos de todas as guerras (inclusive as mundiais), superaria o de vítimas da varíola. Trata-se, portanto, certamente da doença infecciosa que mais causou mortes na história. A varíola foi extinta graças a uma série de programas, medidas e ações combinadas empreendidas, após 1967, pela OMS em diversos países e regiões do planeta. No Brasil, coube à *Fiocruz* o papel fundamental no enfrentamento da doença. Profissionais da *Fiocruz*, como o epidemiologista *Eduardo Costa*, o virologista *Hermann Schatzmayr* e outros estudiosos contribuíram decisivamente para eliminar a varíola do território nacional, como ajudaram outros países, sobretudo na África e na Ásia, a também se livrar de um dos maiores pesadelos da história, o que deve ser sempre lembrado e homenageado. Para quem quiser conhecer mais, sugerimos dois livros: “*Smallpox and Its Eradication*” (*Fenner et al.*), considerado a bíblia oficial sobre o tema, publicado pela OMS, documentando detalhadamente a estratégia, a ciência e a logística global que levaram à erradicação do vírus; e, no cenário brasileiro, “*Vacina Antivariolosa: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*”, de *Tania Maria Fernandes*), publicado pela Editora *Fiocruz*, abordando a doença ao Brasil, a criação da Junta Vacínica no Império e as bases científicas que culminariam nas grandes campanhas do século XX.



### Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



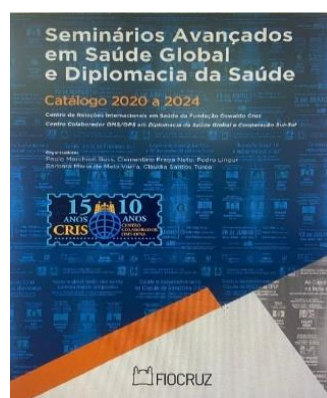
Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os Cadernos se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: [Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz](#) Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

## Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025

A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global> ou <https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzQUQhga-0obSN>.

Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.



====\*====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa “*estranha mania de ter fé na vida*”; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo “*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*”.

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 29 de maio de 2026

**Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar**

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde



## Em visita à Fiocruz, Lula inaugura sede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde<sup>1</sup>

*Durante una visita a Fiocruz Lula inaugura la sede del Centro de Desarrollo Tecnológico en Salud*

*During a visit to Fiocruz Lula inaugurates the headquarters of the Center for Technological Development in Health*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na Fiocruz, no Rio de Janeiro (RJ), no sábado (23/5), para agendas que fortalecem o Sistema Único de Saúde (SUS) e a ciência nacional: a inauguração das instalações do *Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz)* e o lançamento do *Centro de Desenvolvimento e Produção de Terapias CAR-T*, que permitirá a produção nacional de terapias celulares. As iniciativas refletem anos de investimento na estrutura da ciência e da saúde pública, permitindo a atuação do país em fronteiras de tecnologia e inovação, com foco em garantia de custos que viabilizem o acesso para a população. Na ocasião, o presidente também realiza a entrega de 42 veículos do *Agora Tem Especialistas — Caminhos da Saúde e do Samu para o Estado do Rio de Janeiro*.



O presidente Lula, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o presidente da Fiocruz, Mario Moreira (ao centro), na inauguração do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (foto: Peter Illiciev)

As atividades concluem as celebrações pelos 125 anos da Fiocruz, que consolida sua trajetória como uma das mais destacadas instituições científicas e de saúde pública na América Latina. O presidente Lula foi reconhecido pela Fiocruz com o título de doutor *Honoris causa* em 2004 — primeiro título da categoria outorgado pela Fundação.

---

<sup>1</sup> Matéria publicada originalmente em 23/05 no site Fiocruz <https://fiocruz.br/noticia/2026/05/em-visita-fiocruz-lula-inaugura-sede-do-centro-de-desenvolvimento-tecnologico-em-0>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu sua fala afirmando que “o lançamento dá ao Brasil a certeza de que não somos menos competitivos que ninguém”. Segundo ele, “fazer investimento em pesquisa é uma coisa que nem todo mundo gosta de fazer, porque resultado da pesquisa pode não ser positivo. O fazer custa muito, mas quanto custa o não fazer? Tudo aquilo que a gente tiver que colocar dinheiro para comprar uma coisa que vai acrescentar conhecimento, a gente não tem que ter medo de fazer o investimento. É um investimento que tem retorno na qualidade da saúde, do transporte e do emprego”.

“Com o programa Mais Especialistas, o SUS está dando uma lição para este país. O papel do Sistema Único de Saúde é fazer com que o povo mais humilde tenha o mesmo tratamento que o governador e o presidente da República. Não pode ser diferente”, disse Lula.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sublinhou a Fiocruz como “a instituição que mais conhece e mais interage com o Brasil. Temos muito orgulho dessa instituição, que não serve mais somente ao Ministério da Saúde — a Fundação apoia, com convênios, projetos e pesquisas, 11 ministérios. Acredito que a gente não tenha nenhuma instituição brasileira com uma presença e um papel internacional tão grande quanto a Fiocruz”, ressaltou. “Estamos falando de uma instituição que combina o que tem de mais avançado e está se atualizando cada vez mais e que combina capacidade para produzir em escala”, reforçou Padilha. “Se a vacina mudou a realidade da humanidade no século 20, e a Fundação Oswaldo Cruz tem para o povo brasileiro a imagem direta da vacina, a Fiocruz está entrando cada vez mais naquilo que vai mudar a realidade da humanidade no século 21: como a biotecnologia e a garantia da soberania às pessoas”.

“É uma alegria para a comunidade da Fiocruz receber a visita do presidente Lula, doutor honoris causa desta casa”, celebrou o presidente da Fiocruz, Mario Moreira. “O presidente, ao longo do tempo, deu numerosas demonstrações de apreço à Fiocruz e a seus trabalhadores e trabalhadoras, e sempre foi um incansável defensor do SUS e da importância da soberania nacional na ciência e tecnologia. Aqui ele verá, mais uma vez, a nossa capacidade de atender às demandas da população brasileira e conhecerá alguns dos relevantes avanços que obtivemos recentemente”.



Lula visitou o CDTS na companhia de membros do Conselho Deliberativo da Fiocruz  
(foto: Ricardo Stuckert /PR)

“O presidente Lula celebra mais uma vez, na Fiocruz, avanços importantes no fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde. O CDTS e a planta de produção de terapias celular CAR-T são ativos estratégicos para acelerar a incorporação de tecnologias inovadoras no país, em parceria com outras instituições, com foco sempre em ampliar acesso à saúde para a população”, destacou a *vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Priscila Ferraz*.

Durante a visita de Lula houve uma *homenagem aos sanitaristas*. O presidente entregou quatro carteiras de registro de sanitarista. Um dos homenageados foi o médico e ex-presidente da Fiocruz *Sergio Arouca*, falecido em 2003. As filhas Luna, Nina e Lara receberam em nome dele. Os outros foram concedidos à reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), *Gulnar Azevedo e Silva*, ao pós-doutor *Gilney Costa Santos* e à enfermeira *Maria Alice Pessanha de Carvalho*. O registro profissional de sanitaristas foi instituído pela Lei nº 14.725/2023 e oficialmente regulamentado pelo Decreto nº 12.921/2026, ambos sancionados por Lula. O Decreto foi anunciado pelo ministro da Saúde, *Alexandre Padilha*, em cerimônia realizada na Ensp/Fiocruz no Dia Mundial da Saúde (7/5). O ato foi uma homenagem à regulamentação de uma profissão que fortalece o SUS e reconhece oficialmente aqueles que atuam na gestão e organização das políticas de saúde.

### **Inauguração da sede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde**

O CDTS/Fiocruz, que impulsiona projetos científicos há mais de duas décadas, ganha sede em um prédio dedicado a acolher projetos inovadores e a acelerar o desenvolvimento de produtos e tecnologias para a saúde dos brasileiros. Criado em 2002 com apoio do Ministério da Saúde (MS), o CDTS/Fiocruz surgiu com a meta de preencher uma lacuna na cadeia de inovação, conectando a geração de conhecimento básico e o desenvolvimento tecnológico para a produção de novas tecnologias, produtos e serviços para o SUS. Para isso, toma como ponto de partida o conhecimento científico e tecnológico gerado na Fiocruz em parceria com universidades, centros de pesquisa e parceiros privados nacionais e internacionais. O objetivo é obter produtos inovadores: vacinas, fármacos, biofármacos, reativos e métodos de diagnóstico para o SUS, entre outras tecnologias, fortalecendo a capacidade de inovação nacional e a soberania em saúde. O Centro tem inserção em redes de pesquisa translacional e inovação, tanto no Brasil quanto no exterior.

Alinhado à Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis), o CDTS/Fiocruz é um ativo estratégico para o desenvolvimento de projetos em iniciativas do MS dedicadas à inovação, como o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) e o recém-lançado Programa Nacional de Inovação Radical. O Centro se consolida como um polo de inovação do Ministério da Saúde, funcionando como um hub para conectar parceiros nacionais e internacionais no desenvolvimento de tecnologias estratégicas em saúde e reduzir a dependência em medicamentos, vacinas e outras tecnologias.

“A inauguração do CDTS pelo presidente Lula representa, para a Fiocruz, um marco histórico, científico e tecnológico; para o Brasil, uma reafirmação da importância do desenvolvimento tecnológico para a saúde e a soberania de nosso país”, afirmou o *coordenador-geral do CDTS/Fiocruz, Carlos Morel*. “Com a inauguração do CDTS, o Brasil ganha uma infraestrutura ímpar, planejada para estimular, fortalecer e operar parcerias estratégicas para o SUS”.



Lula afaga o ex-presidente da Fundação e atual coordenador-geral do CDTs/Fiocruz, Carlos Morel (foto: Peter Illiciev)

O descerramento da placa alusiva à inauguração do CDTs/Fiocruz foi feito pelo presidente da República acompanhado pelo presidente da Fiocruz; pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere; pelo ministro da Saúde; pelo governador interino do Rio de Janeiro; e pelo coordenador-geral do CDTs/Fiocruz.

### **Projetos em andamento incluem antiviral, teste diagnóstico e próteses cranianas**

Entre os projetos em andamento, um dos destaques fica por conta do candidato a antiviral MB-905, com aplicação para Sars-Cov-2 e arboviroses, como a dengue. O medicamento candidato tem potencial de gerar alternativas para doenças que não contam com alternativas de tratamento. Desenvolvido integralmente no Brasil, o MB-905 avança para estudos clínicos de fase 1. Nesta frente, o CDTs/Fiocruz tem parceria com a empresa farmacêutica Microbiológica e o Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP). O teste diagnóstico para doença de Chagas é mais um exemplo da atuação do CDTs. Desenvolvido em parceria com o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), o novo teste está em fase de preparação para submissão de registro sanitário.

Outra iniciativa do CDTs/Fiocruz que chama atenção é dedicada à cranioplastia: em protocolos experimentais, mais de 200 pacientes já foram beneficiados pelo procedimento inovador baseado na impressão 3D de próteses cranianas altamente customizadas para cada paciente. O uso pode ocorrer, por exemplo, em casos de traumatismo craniano, quando partes da estrutura óssea do crânio sofre danos, além de cirurgias para extração de tumores cerebrais, hemorragias e encefalites. Com a técnica, uma peça em formato e tamanho exatos é construída com impressão 3D usando cimento ortopédico. A parceria articulada pelo CDTs/Fiocruz, que envolve o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer e hospitais da rede pública de

saúde, impressiona não apenas pela capacidade de inovação, mas também pelo preço reduzido em relação às alternativas atuais.

O prédio do CDTS/Fiocruz foi concebido com infraestrutura tecnológica robusta e modelo de gestão inovador. São 15 mil metros quadrados, com centrais de apoio compartilhadas e espaço físico para abrigar sete co-labs compartilháveis, que serão ocupados temporariamente por parceiros no processo de aceleração de projetos de inovação em saúde. Para a construção do prédio-sede, foram investidos R\$ 370 milhões. Já o investimento em equipamentos ficou na casa dos R\$ 35 milhões por meio do Programa para Ampliação e Modernização de Infraestrutura do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (PDCEIS), vinculado ao Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no Brasil.

A operação das áreas laboratoriais ocorrerá de forma gradual. A previsão é de que, em setembro de 2026, os laboratórios iniciem suas atividades em regime de operação assistida com a construtora. A partir de janeiro de 2027, as áreas laboratoriais passarão a operar progressivamente, acompanhando os processos de validação e qualificação de equipamentos.

Também está no horizonte de atuação do CDTS/Fiocruz a consolidação da plataforma de desenvolvimento de vacinas com uso da tecnologia de RNA mensageiro (mRNA) no país, uma das mais inovadoras tecnologias disponíveis. A Fiocruz já tem a primeira planta de produção de lotes clínicos em Boas Práticas Fabricação da América Latina. O CDTS/Fiocruz vai atuar na cadeia de inovação, acelerando as etapas iniciais de pesquisa e desenvolvimento. O objetivo é fazer avançar candidatos e soluções tecnológicas até um estágio em que possam ter o desenvolvimento tecnológico concluído em Bio-Manguinhos/Fiocruz ou em outros parceiros nacionais e internacionais.

### **Lançamento do Centro de Desenvolvimento e Produção de Terapias CAR-T**

O lançamento do Centro de Desenvolvimento e Produção de Terapias CAR-T da Fiocruz delimita um marco para o SUS: a terapia CAR-T é considerada um dos maiores avanços recentes na área de oncologia. A atuação da Fiocruz, por meio de Bio-Manguinhos/Fiocruz, poderá permitir que um produto de alto valor tecnológico se torne acessível à população, em um processo que envolve incorporação de tecnologia combinada ao desenvolvimento de estudo clínico. Assim, ao mesmo tempo em que a tecnologia estrangeira é incorporada, os estudos de avaliação clínica são conduzidos.

A iniciativa é parte do Programa para Ampliação e Modernização de Infraestrutura do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (PDCEIS), vinculado à estratégia federal do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no Brasil, com valor de R\$ 330 milhões já investido.

O Brasil é um dos poucos países no mundo com potencial para se apropriar dessa revolução na medicina para a população de forma gratuita, pelo SUS, na medida em que dispõe de instituições públicas como a Fiocruz, com as bases científicas e tecnológicas necessárias para disponibilizar terapias avançadas, fruto de uma política longa de investimento no Ceis e conduzir estudos clínicos de forma simultânea.



Atuação de Bio-Manguinhos/Fiocruz permitirá que produtos de alto valor tecnológico desenvolvidos no Centro de Desenvolvimento e Produção de Terapias CAR-T se tornem acessíveis à população (foto: Ricardo Stuckert /PR)

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ressaltou que “apesar de termos vários laboratórios e indústrias que fazem a produção de terapias celulares, mas não estão preocupadas o tempo todo com o acesso das pessoas. A diferença da Fiocruz é que, graças a ela, pessoas como o Paulo Peregrino [que passou pela terapia e já teve a remissão do câncer] vão poder receber pelo SUS, de graça, esse tratamento que hoje custa mais de R\$ 2 milhões”.



A diretora de Bio-Manguinhos/Fiocruz, Rosane Cuber, explica a Lula as inovações trazidas pela tecnologia que será implantada no Centro (foto: Ricardo Stuckert /PR)

“A atuação da Fiocruz nessa área poderá permitir que um produto de alto valor tecnológico se torne acessível à população brasileira, seja na área dos cânceres, seja na área das doenças infecciosas. O Brasil é um dos poucos países no mundo com potencial para se apropriar dessa revolução na medicina para a população de forma gratuita, pelo SUS”, explicou o presidente da Fiocruz, Mario Moreira. “Isso porque o país tem a vantagem de dispor de instituições públicas, como a Fiocruz, que tem as bases científicas e tecnológicas necessárias para disponibilizar terapias avançadas, especialmente as de natureza gênica e celular. E não se trata apenas de um produto, mas de uma nova plataforma de produtos, pois se verifica o uso dessa inovação para aplicações fora do câncer, como no caso das doenças infecciosas e genéticas. Abre-se uma nova fronteira do conhecimento”.

### **Tecnologia é capaz de programar as células de defesa**

A tecnologia CAR-T produzida pela Fiocruz poderá beneficiar diretamente brasileiros que enfrentam leucemia, linfoma e mieloma. Nesta abordagem, as células de defesa do paciente são removidas, modificadas geneticamente em laboratório e reintroduzidas na pessoa já “reprogramadas” para combater o câncer. Primeiro, profissionais de saúde retiram linfócitos T, que são as células de defesa, do próprio paciente. Em laboratório, essas células passam por uma modificação genética para receber um receptor especial, chamado CAR, que permite reconhecer as células cancerígenas. Assim, os linfócitos são programados para agir de forma específica nos alvos causadores da doença. Estas células são multiplicadas em grande quantidade em laboratório e reinfundidas no paciente, em um processo parecido com uma transfusão de sangue comum. No organismo do paciente, as células CAR-T identificam e atacam as células tumorais. Existe potencial de uso também para aplicação em doenças infecciosas e genéticas.



Padilha e Lula com Paulo Peregrino, paciente que utilizou terapia CAR-T e hoje comemora mais um ano de remissão. Centro da Fiocruz trabalha para desenvolver produção nacional do principal insumo do tratamento (foto: Peter Illiciev)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem desempenhado papel estratégico para incorporação destas novas tecnologias no país. Para isso, vem criando novos instrumentos para acompanhar e acelerar o processo de análise destas novas terapias, como é o caso do uso de CAR-T. A Anvisa vem trabalhando com a Fiocruz desde o início do projeto, antecipando etapas de análise do pedido de submissão do estudo clínico no Brasil.

Hoje, o custo deste tipo de tratamento é extremamente elevado. A incorporação de uma tecnologia estrangeira para a produção nacionalizada irá baratear o valor do tratamento, reduzindo desigualdades de acesso à saúde. Nos Estados Unidos, produtos de células CAR-T aprovados para uso comercial têm custo médio de US\$ 350 mil a US\$ 400 mil cada dose. A partir da produção na Fiocruz, a estimativa é de que o custo poderá ser reduzido a até 10% desse valor. Na prática, a perspectiva é de economia potencial de bilhões de reais para o SUS ao longo dos próximos anos, além de visar a ampliação do número de pacientes atendidos e a incorporação gradual dessas terapias no sistema público.

Ligado a Bio-Manguinhos/Fiocruz, o Centro de Desenvolvimento e Produção de Terapias CAR-T é um marco da parceria para transferência de tecnologia e desenvolvimento de estudos clínicos firmada em novembro de 2023 entre a Fiocruz, o Ministério da Saúde e a organização norte-americana sem fins lucrativos Caring Cross.

A instalação do Centro integra a Estratégia para Terapias Avançadas e reforça o papel da Fiocruz, em alinhamento com o Ministério da Saúde, como articuladora de soluções estruturantes para o SUS. O processo de preparação para a produção dos lotes clínicos de células CAR-T já foi iniciado em um laboratório modular com aproximadamente 70 metros quadrados, onde será realizada a modificação gênica das células do paciente. Ali, as células serão “reprogramadas” para adquirirem a capacidade terapêutica e gerar o produto celular que será infundido nos pacientes.

O projeto também inclui um estudo clínico liderado pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca) para pacientes adultos com linfoma não-hodgkin difuso e leucemia linfoblástica aguda de difícil tratamento. Os participantes do estudo terão suas células retiradas e o material será transportado para o laboratório. As células serão transformadas e novamente levadas ao hospital para serem infundidas nos pacientes. A previsão é de que os primeiros pacientes recebam o tratamento no segundo semestre deste ano. A iniciativa também envolve outros parceiros.

Quando a transferência de tecnologia estiver concluída, a Fiocruz será a detentora dessa tecnologia no Brasil e na América Latina, com a produção no país reduzindo os custos e visando ampliar o acesso da população às terapias genéticas.

### **Método atua triplamente contra o câncer**

O projeto desenvolvido pela Fiocruz usa a tecnologia inovadora no Brasil conhecida como duoCAR-T trispécífico, desenvolvida pela Caring Cross. Sua principal vantagem é reconhecer e atacar simultaneamente três alvos diferentes no tratamento de câncer. Isso garante uma eliminação da doença mais robusta, abrangente e com expectativa de respostas clínicas duradouras.

A iniciativa tem o diferencial de prever a produção nacional dos chamados “vetores lentivirais”, uma chave da soberania na produção das terapias para câncer usando células CAR-

T. Por serem responsáveis pelo transporte do gene do receptor CAR (Chimeric Antigen Receptor) ao DNA das células de defesa do paciente (linfócitos T), os vetores são a peça-chave da terapia. A produção de células CAR-T de alta qualidade depende de vetores lentivirais seguros e eficientes. A Fiocruz será o primeiro produtor nacional deste tipo de vetor, garantindo ao país domínio completo de toda a cadeia produtiva da terapia e eliminando a dependência de importações.

Segundo a *diretora de Bio-Manguinhos/Fiocruz, Rosane Cuber*, os vetores lentivirais são um dos componentes mais caros de toda a cadeia de produção da terapia CAR-T e representam um dos principais gargalos para a redução de preços e ampliação do acesso. “A produção local de vetores lentivirais é uma estratégia central para reduzir custos e garantir a sustentabilidade do tratamento. Além disso, com o Centro de Desenvolvimento e Produção de Terapias CAR-T, Bio-Manguinhos entrega uma solução descentralizada que não apenas atende ao sistema público brasileiro, mas nos torna um hub de referência na produção e exportação deste modelo de terapias avançadas para toda América Latina”, destaca a diretora.

## Verde sobre cimento vertical azulado

*Verde sobre cimento vertical azulado*

*Green on blue vertical concrete*

**Santiago Alcázar**

**Resumo:** A OCDE informa que a ODA diminui 23% com respeito a 2025. O anúncio da OCDE é um claro sinal de que o desenvolvimento não é mais prioridade e terá de ajustar-se à realidade da retração dos orçamentos orientados à defesa. O desenvolvimento é uma das 3 ideias-pilares que sustentam a ONU. A Agenda 2030 ficará comprometida, assim como os direitos humanos a paz e a segurança. Os direitos humanos, por sua vez, são atropelados pela política de Israel, que tem amplo apoio naquela sociedade, bem como em vários países. O mundo do Nunca Mais transformou-se no mundo de Mais uma Vez. A saída é voltar para as 3 ideias-pilares orientadas pela solidariedade enraizada nas reservas morais que restam.

**Palavras-chave:** ONU; OCDE; Agenda 2030; ajuda ao desenvolvimento.

**Resumen.** *La OCDE nos informa que la Ayuda Oficial para el Desarrollo cayó 23% con respecto a 2025. El anuncio es una señal clara que el desarrollo no tiene más prioridad y tendrá que ajustar a la nueva realidad de contracción de presupuestos orientados a la defensa. El desarrollo es una de la 3 ideas-pilares que sostienen la ONU. La Agenda 2030 quedará comprometida, así como los derechos humanos y la paz y seguridad. Los derechos humanos, por otro lado, son atropellados por la política de Israel, que tiene amplio apoyo en aquella sociedad, bien como en muchos países. El mundo del Nunca Más se transformó en el Mundo de Una Vez Mas. La salida es volver a las 3 ideas-pilares orientadas por la solidaridad que está enraizada en las reservas morales que nos quedan.*

**Palabras clave:** ONU; OCDE; Agenda 2030; ayuda al desarrollo.

**Abstract.** *The OECD announced that the ODA diminished by 23% relative to 2025. What the OCDE message conveys is that development is no longer a priority in a world focused in defense. One has to remember that development is one of the 3 pillars that sustain the UN. The 2030 Agenda is under severe stress, as are the human rights and peace and security, the other two pillars. Human rights are thrown under the bus by Israel policy, largely supported by Israel society itself as well by many countries. The world of Never Again has turned into the World of Again and Again. The way out is to return to the 3 pillars oriented by a sense of solidarity that finds its meaning in the deep moral reserves that are still there.*

**Keywords:** UN; OECD; 2030 Agenda; development aid.

Caro(a) leitor(a),

Permite-me a familiaridade do “caro(a)”. *Não me conhece*, dirás e terás razão. Não te conheço, mas a ti e para ti escrevo. Algo me liga a ti, antes mesmo que teus olhos percorram esta disposição de palavras, signos, parágrafos que tanto trabalho me dão para atrair a tua

atenção. *Por que queres a minha atenção*, poderás perguntar e eu te direi que é porque preciso dizer; e dizer, tu sabes, é sempre dizer a alguém. Permite-me continuar, pois o tempo é curto para o tanto que tenho a te dizer.

Li outro dia que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o clube de 38 países ricos, realizou conferência sobre o futuro do desenvolvimento<sup>1</sup>. O que certamente desencadeou a série de eventos que levaram à realização da conferência terá sido a observação de que a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA) caiu mais de 23% em 2025, o equivalente a pouco mais de US\$ 50 bilhões. A ODA foi instaurada pela OCDE em 1969 para servir de referência ao financiamento para o desenvolvimento.

Não quero te encher de números, estatísticas e outras coisas do gênero, pois bem sei que podem confundir e fazer perder o foco. O que interessa reter é que houve retraimento na ajuda para o desenvolvimento, não porque as coisas melhoraram e não mais é preciso tanta ajuda. Não, as coisas não melhoraram. Ao contrário, pioraram e agora mais que nunca é preciso ajuda. Imaginarás que a Conferência da OCDE terá sido convocada para reverter a situação. Pois te enganas. A Conferência tratou de saber como se pode fazer mais com menos. Essa, em grandes linhas, foi a mensagem e para isso convocaram bruxos, magos, alquimistas, influencers e um ou outro economista. Pode-se, claro fazer mais com menos, mas geralmente é menos que mais, pois 5 menos 3 é dois e não quatro.

Menos ajuda para o desenvolvimento significa dizer para os que ainda não alcançaram grau de desenvolvimento: *rapazes, sentimos muito, mas agora vocês vão ter de se virar sozinhos. Temos os nossos para cuidar. Fiquem com deus.*

O desenvolvimento e toda a Agenda 2030 ficará para o deus dar, pois a Agenda é o mapa de caminho de consenso para o desenvolvimento. Insegurança alimentar cresce no mundo e pode se agravar<sup>2</sup>, diz o Relatório Global sobre Crises Alimentares de 2026. O Banco Mundial projeta em mais de 826 milhões, ou cerca de 10.4% da população mundial, o número de pessoas que vive em condições de extrema pobreza<sup>3</sup>. Segundo o “Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2025”, somente 35% das 169 metas estão no rumo certo; 47% estão estagnadas e 18% sofreram regressão.

O gap financeiro da Agenda 2030, que é a diferença entre os recursos necessários e os recursos disponíveis para ela, alcança US\$ 4 trilhões, segundo o relatório “Financiando para o Desenvolvimento Sustentável 2026”<sup>4</sup>. A menos de 4 anos da meta 2030 parece pouco provável que os 17 ODS e as 169 metas sejam alcançadas. Alguns otimistas, que sempre os há, talvez pensassem que se todos pusessem empenho quem sabe não chegássemos à data com resultados gloriosos. Imagina só, seríamos a primeira geração a acabar com a fome e a pobreza e a última em poder salvar o planeta, como disseram os nossos líderes naquela magnífica resolução A/Res/70/1 da AGNU<sup>5</sup>. A Conferência da OCDE joga uma pá de cal sobre qualquer esperança no espírito de solidariedade que ainda resta nas salas de comando.

---

<sup>1</sup> <https://www.oecd-events.org/e/future-of-development-co-operation/en#bl-7d0b3f5b-c3a6-4b40-8749-390d707a7040>

<sup>2</sup> <https://news.un.org/pt/story/2026/04/1852953>

<sup>3</sup> <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/march-2026-global-poverty-update-from-the-world-bank--new-data-a>

<sup>4</sup> <https://www.un.org/es/node/241949>

<sup>5</sup> <https://docs.un.org/en/a/res/70/1> parágrafo 50

Talvez te interesse saber que o Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês) deverá reunir-se de 7 a 16 de julho do corrente ano sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). O Foro Político, como sabes, examina a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. O tema escolhido para orientar este ano as apresentações dos representantes dos 54 Estados membros é convulso, com mais voltas que as de um passista de samba de partido-alto: “Ações Transformativas, Equitativas, Inovativas e Coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para um Futuro Sustentável para Todos”. O relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre os ODS 2026 ainda não saiu, mas já se pode antecipar que pouco diferente será do de 2025 que te mencionei acima. Os riquinhos do clube OCDE já jogaram a toalha e outras preocupações os afligem, sendo a principal a Rússia que a qualquer momento pode invadir os jardins da bela Europa. Pensas que é brincadeira? Não é! Olha como correm para aumentar os seus gastos em defesa custe o que custar. E olha que custa muito, pois até as conquistas sociais, de que tanto se orgulhavam, terão que ir pelo ralo. O urso está maluco, dizem, olhando-se no espelho. A razão tem razões que a própria razão desconhece, diria Pascal se vivesse hoje.

Comprometer o desenvolvimento é grave, gravíssimo. O desenvolvimento, é preciso recordar uma e mil vezes, é uma das 3 ideias-pilares sobre as quais se ergue a Organização das Nações Unidas, bem como o Sistema ONU que inclui a Organização Mundial da Saúde que realiza neste momento a sua 79ª sessão da Assembleia Mundial em meio a crises e riscos reais de pandemia<sup>6</sup>. Abandonar o desenvolvimento, como parece apontar a Conferência da OCDE, é minar a sustentabilidade do sistema multilateral. Sem desenvolvimento, ficam comprometidos os direitos humanos e a paz, as outras 2 ideias-pilares. Tudo cairá irremediavelmente e voltaremos ao tempo em que éramos bárbaros, infelizmente não em sua acepção positiva. Os astros, diria um astrólogo, que ainda os há, parecem alinhar-se de maneira favorável a uma grande desgraça.

Francesca Albanese, a Relatora Especial da ONU para a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967 teve publicado em 23 de março o seu relatório Tortura e Genocídio (A/HRC/61/71)<sup>7</sup>. Chama a atenção a pouca atenção que recebeu. A tortura é a explosão de uma supernova sobre os direitos humanos. Nada fica em pé. Tudo é reduzido a escombros e pó. Não quero ferir a tua sensibilidade, pois imagino que ainda a guardas em algum lugar de teu coração. Por isso deixo a leitura do relatório da Albanese para esse momento em que te encontrarás só, sem nada para te distrair. Receberás em bruto, com toda força, a violência da tortura a que são submetidos homens, mulheres e crianças, humilhando a tua condição humana que se desumaniza com cada relato. Aqui quero apenas reproduzir em tradução livre, sem edição, o Capítulo V — o direito de torturar os palestinos, parágrafo 72:

*“Nos territórios ocupados palestinos, a tortura e a intenção genocida que a conduz são articulados pelo Executivo de Israel, possibilitada, justificada e normalizada pelo Legislativo e o Judiciário. Além do aparato estatal, profissionais da saúde, líderes religiosos, jornalistas, acadêmicos, figuras públicas e outros segmentos da sociedade contribuem, e contribuíram, para a retórica, consentimento e condições*

<sup>6</sup> <https://www.who.int/home>

<sup>7</sup> <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session61/advance-version/a-hrc-61-71-aev.pdf>

*operacionais que sustentam estas violações. A tortura tornou-se assim uma empresa coletiva”.*

O impensável tornou-se realidade, pois a acusação recai em todo o Governo de Benjamin Netanyahu, que executa a tortura e o genocídio dos palestinos; no Legislativo, que legisla para tornar norma a tortura e o genocídio dos palestinos; no Judiciário, que justifica a tortura e o genocídio dos palestinos; bem como nos profissionais da saúde que desonram o juramento de Hipócrates; nos líderes religiosos que abnegam das reservas morais do judaísmo; dos jornalistas que escondem ou distorcem a verdade para tornarem-se propagandistas a soldo; nos acadêmicos cegos, surdos e mudos, não mais são capazes de sentir vergonha; nas figuras públicas que reverberam os impulsos abjetos de uma sociedade gravemente enferma, voltada para a idolatria de um deus menor, como aquele bezerro de ouro tantas vezes levantado quando apertava a saudade de alhos e cebolas.

Talvez Israel não seja a exceção, a ovelha negra do rebanho. Talvez seja, ao contrário, o modelo a ser seguido e vejo que levantas as sobrancelhas num sinal de interrogação. Como? Isso é exagero! Talvez, mas então como explicar a cumplicidade, a tolerância, o apoio indefectível? Como explicar as exportações obscenas de armas para um país cometido ao assassinato de um povo? Como explicar que os países que mantém lucrativos negócios com Israel continuem a apoiar um regime genocida e se recusem à ação movida pela África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça<sup>8</sup>? O teatro do absurdo não poderia ter fabricado uma peça mais absurda. E, no entanto...

“Não vivemos em um mundo pós-Holocausto do “Nunca Mais”, mas no mesmo mundo que conduziu ao Holocausto, um mundo de “Mais Uma Vez”, um mundo que forçou o deslocamento de quase 120 milhões de pessoas, incluindo 9 milhões de palestinos, entre os quais sobreviventes e seus descendentes do Nakba de 1948”<sup>9</sup>.

Não vivemos num mundo pós-Holocausto, como pretendiam a Carta das Nações Unidas e a magnífica Organização das Nações Unidas. O nosso mundo é aquele mesmo que levou à 2ª Guerra e ao Holocausto e, talvez pior. A ameaça do Presidente Trump no início de abril de destruir completamente o Irã ao ponto de fazer toda essa região voltar à Idade da Pedra é inusitada e demonstra claramente que estamos em uma circunstância que pode não somente repetir os erros do passado, mas aumentar infinitamente a insanidade e crueldade<sup>10</sup>. E como se um autor, maravilhado com o seu roteiro, repetisse a peça com os mesmos atores, mas em papéis invertidos. Que magnífica ironia!

Dizem que é preciso pensar no futuro do desenvolvimento. Nada contra. Também dizem que é preciso reformar a Organização das Nações Unidas. Depois de 80 anos de funcionamento, é apenas natural. Trocar algumas peças, melhorar o fluxo, trocar a iluminação e coisas do gênero. Reformem à vontade, sem, contudo, mudar as bases que lhe dão sustentação e sentido: as 3 ideias-pilares. É possível que com o uso da IA consigam fazer as reformas necessárias para uma ONU para o século XXI. Os gestores farão um bom trabalho, tenho certeza. Mas não

<sup>8</sup> O Brasil juntou-se à África do Sul na ação contra Israel em 17 de setembro de 2025  
<https://www.conjur.com.br/2025-out-17/brasil-acerta-ao-intervir-em-peticao-da-africa-do-sul-contrai-israel/>

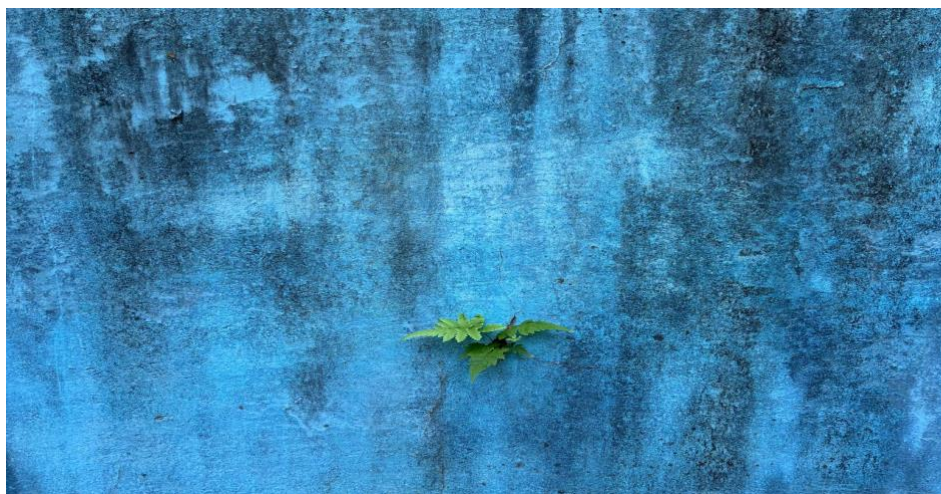
<sup>9</sup> <https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/nov/28/the-genocide-in-gaza-is-far-from-over>

<sup>10</sup> [https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/04/02/trump-vows-to-send-iran-back-to-the-stone-ages-but-offers-no-end-to-the-war\\_6752043\\_4.html](https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/04/02/trump-vows-to-send-iran-back-to-the-stone-ages-but-offers-no-end-to-the-war_6752043_4.html)

esqueçam que o sentido das 3 ideias-pilares é dado pela solidariedade, que é feita das reservas morais existentes. Sem solidariedade, as 3 ideias-pilares não têm sentido e o edifício não se sustenta. As Nações Unidas que precisamos são as nações unidas pela solidariedade do Nunca Mais.

Infelizmente, as imagens compartilhadas nas redes sociais pelo Ministro de Segurança Nacional de Israel, Bem-Givir, do tratamento a que foram submetidos os integrantes da Flotilha Global Sumud, em apoio a Gaza, que não vou reproduzir aqui, mereceram nota de repúdio do Governo brasileiro<sup>11</sup>.

Deixo-te sim uma imagem que espero te inspire. É o retrato de uma pequena planta que cresce improvável em uma parede vertical de cimento humedecido. A vida que resiste, buscando incessante uma fresta para continuar. Talvez seja a nossa situação. Vamos vencer o ódio e a morte. Viva a vida!



---

<sup>11</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/tratamento-degradante-aos-participantes-da-flotilha-global-sumud](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/tratamento-degradante-aos-participantes-da-flotilha-global-sumud)

# Transformando o sistema humanitário<sup>1</sup>

*Transformando el sistema humanitário*

*Transforming the humanitarian system*

Estamos testemunhando um período sombrio para a humanidade. Os últimos anos foram os mais violentos desde a Guerra Fria. As mortes relacionadas a conflitos atingiram o maior nível em 20 anos em 2022, enquanto mais de 123 milhões de pessoas foram deslocadas à força. Sudão, Gaza e Ucrânia expõem as realidades dos conflitos modernos. A violação do direito internacional e dos princípios humanitários foi normalizada. Profissionais e instalações de saúde, bem como infraestrutura civil, são alvos de ataques com impunidade. A ajuda humanitária é instrumentalizada para fins militares e torna-se cada vez mais transacional. Crises humanitárias se arrastam por anos, com consequências devastadoras para a saúde, à medida que os serviços de saúde entram em colapso e o acesso à água potável, alimentos e abrigo se deteriora. A fragmentação geopolítica e os cortes na ajuda dos EUA e dos principais doadores europeus aumentaram a pressão sobre o sistema humanitário em meio a esses níveis de necessidade sem precedentes. Neste momento crítico, a *Comissão Johns Hopkins Center for Humanitarian Health – Lancet sobre saúde, conflito e deslocamento forçado* apresenta um manifesto para uma transformação radical de um sistema humanitário que não consegue proteger a saúde.

A Comissão detalha como as sementes da atual crise humanitária aguda foram plantadas há muito tempo. A história da ajuda humanitária é uma história de humanidade e solidariedade, mas também de poder enraizado no colonialismo. Desde a Segunda Guerra Mundial, alguns atores poderosos controlam os fundos e definem a agenda para promover interesses políticos e econômicos. Centrados em um complexo de organizações humanitárias internacionais sem coordenação, os atores locais foram marginalizados e as necessidades e a dignidade das populações afetadas não foram priorizadas. O investimento humanitário falha consistentemente em atingir os países que mais precisam. Redes de ajuda mútua, como as Salas de Resposta a Emergências do Sudão, desafiaram as hierarquias estabelecidas e demonstraram o sucesso de iniciativas lideradas pela comunidade. No entanto, elas são mantidas à margem do financiamento humanitário. Há 10 anos, em meio a apelos para descolonizar a ação humanitária, o acordo Grand Bargain entre doadores e organizações humanitárias prometeu que 25% do financiamento iria diretamente para atores locais e nacionais até 2022. Atingiu apenas 4,7%. Os incentivos sistêmicos e as estruturas de poder permaneceram praticamente inalterados.

Para abordar essas falhas de longa data e a resistência à reforma, a Comissão realizou uma análise detalhada dos fundamentos estruturais do sistema humanitário, concluindo que são necessárias mudanças em todo o direito e princípios internacionais, governança, financiamento e sistemas de saúde. A Comissão fornece uma estratégia coerente e viável centrada em quatro recomendações interdependentes direcionadas a Estados; atores não estatais; doadores; instituições multilaterais; e líderes humanitários, de saúde e locais. Primeiro, inverter o poder, transferindo recursos e tomada de decisão para as populações afetadas, tornando a liderança

---

<sup>1</sup> Este editorial do Lancet foi publicado no fascículo que também publica o relatório da *Comissão Johns Hopkins Center for Humanitarian Health – Lancet sobre saúde, conflito e deslocamento forçado* [The Lancet Editorial Volume 407, Edição 10543p198723 de maio de 2026]. Acesso: [Transforming the humanitarian system - The Lancet](#)

externa excepcional e fortalecendo os sistemas de saúde e proteção social liderados nacionalmente. Segundo, acabar com a impunidade, aplicando a responsabilização às populações afetadas em toda a governança, financiamento, coordenação e implementação, com os resultados de saúde e a continuidade do atendimento servindo como medidas de conformidade. Em terceiro lugar, corrigir o problema dos recursos, alinhando o financiamento humanitário às necessidades, em vez das prioridades dos doadores, e transferindo a autoridade de tomada de decisão para atores locais e nacionais, por meio de mecanismos de financiamento conjunto globais e multiníveis, governados de forma independente. Em quarto lugar, defender a saúde para todos como um direito inegociável, garantindo que as decisões em todos os níveis promovam cuidados equitativos e proteção à saúde, com a prestação de serviços integrada aos sistemas nacionais de saúde e proteção social sempre que possível. A Comissão fornece orientações detalhadas sobre como operacionalizar essas recomendações.

Este ano, 239 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária e o sistema humanitário atual não consegue lidar com isso — precisa mudar. Isso exigirá coragem e liderança dos países, particularmente das coalizões de potências médias. Além do argumento moral em prol da humanidade compartilhada, a solidariedade internacional serve à estabilidade a longo prazo que beneficia a todos; e, em comparação com os orçamentos nacionais e o financiamento da defesa, custa pouco. A reforma pode ser dolorosa e abrupta; ações mal pensadas podem custar vidas. A criação de um sistema humanitário eficaz, centrado na comunidade, que proporcione um futuro mais justo, robusto e sustentável, precisa ser gerenciada com cuidado e responsabilidade. Para isso, esta Comissão apresenta um argumento convincente e um roteiro claro, baseado em evidências.

# **A Revolução da Harmonia Contra o Manifesto da Palantir: Controle Digital, Guerra Permanente e a Defesa da Liberdade Humana**

*La Revolución de la Armonía Contra el Manifiesto de Palantir: Control  
Digital Guerra Permanente y la Defensa de la Libertad Humana*

*The Revolution of Harmony Against the Palantir Manifesto: Digital Control  
Permanent War and the Defense of Human Freedom*

**Juan Garay**

**“A medida de um homem é o que ele faz com o poder.” — Platão [1]**

**Resumo:** O texto critica o manifesto da Palantir e o surgimento de um modelo civilizacional baseado na vigilância digital, inteligência artificial militarizada e concentração de poder tecnológico e financeiro. Argumenta que algoritmos, corporações e Estados ampliam o controle social, político e militar globalmente. Com base em pensadores como Arendt e Foucault, alerta para a normalização da vigilância e da obediência burocrática. Em contraste, propõe comunidades descentralizadas, cooperação, resiliência ecológica e simplicidade. Defende uma revolução da harmonia onde a tecnologia sirva à vida, justiça social e regeneração ambiental em vez da dominação humana, promovendo autonomia local e sustentabilidade coletiva humana.

**Resumen:** El texto critica el manifiesto de Palantir y el surgimiento de un modelo civilizatorio basado en la vigilancia digital, la inteligencia artificial militarizada y la concentración del poder tecnológico y financiero. Sostiene que algoritmos, corporaciones y Estados expanden el control social, político y militar a escala global. Apoyándose en pensadores como Arendt y Foucault, advierte sobre la normalización de la obediencia y la vigilancia permanente. Frente a ello, propone comunidades descentralizadas, cooperación, resiliencia ecológica y simplicidad. Defiende una revolución de la armonía donde la tecnología sirva a la vida, justicia social y regeneración ambiental en lugar de la dominación humana.

**Summary:** The text critiques the Palantir manifesto and the rise of a civilizational model based on digital surveillance, militarized artificial intelligence, and concentrated technological and financial power. It argues that algorithms, corporations, and states together expand social, political, and military control at a global scale. Drawing on thinkers such as Arendt and Foucault, it warns of normalized surveillance and bureaucratic obedience. In contrast, it proposes decentralized communities, ecological resilience, cooperation, and simplicity. It calls for a “revolution of harmony” in which technology serves life rather than domination, emphasizing local autonomy, social justice, shared knowledge, and ecological regeneration as alternatives to centralized algorithmic control systems.

A publicação do manifesto da Palantir Technologies [2] revela muito mais do que a orientação política de uma empresa de tecnologia. Ela expõe o surgimento de um novo modelo

civilizacional: um mundo governado por algoritmos, vigilância, inteligência artificial militarizada e confronto geopolítico permanente.

Por trás da retórica do patriotismo, da segurança e da liderança tecnológica encontra-se uma profunda transformação do próprio poder. No século XXI, a dominação já não é exercida apenas por exércitos, bancos ou fronteiras. Ela opera cada vez mais por meio de infraestruturas de dados, algoritmos preditivos, vigilância digital e sistemas de inteligência artificial capazes de monitorar, influenciar e disciplinar populações inteiras [3,4].

A Palantir está no centro dessa transformação.

Profundamente integrada ao Pentágono, às agências de inteligência, ao controle de fronteiras e às operações militares, a Palantir tornou-se um dos símbolos mais claros do poder tecnológico fundido ao poder estatal. Mas essa arquitetura de controle não existe isoladamente. Ela é inseparável da imensa concentração financeira representada por atores como a BlackRock e outros gigantes globais de investimento capazes de moldar governos, economias, sistemas energéticos, mercados imobiliários e prioridades corporativas em todo o planeta.

A concentração financeira e a vigilância algorítmica reforçam-se mutuamente de forma crescente. Uma controla os fluxos de capital. A outra controla os fluxos de informação.

Juntas, formam um sistema capaz de influenciar o consumo, o discurso político, as operações militares, o comportamento social e até mesmo a própria vida emocional por meio de plataformas digitais e infraestruturas em rede [5].

Isso não é apenas um problema tecnológico. É uma crise de direção humana.

O manifesto da Palantir celebra abertamente a militarização da inteligência artificial, a expansão do *hard power*, o serviço militar obrigatório e a mobilização estratégica dos engenheiros do Vale do Silício para o confronto geopolítico [2]. Parte-se do pressuposto de que o conflito entre potências é inevitável e de que a supremacia tecnológica deve definir o futuro da civilização.

Em muitos aspectos, isso representa um retrocesso histórico em relação ao espírito da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecidas após a devastação da Segunda Guerra Mundial [6]. Esses princípios internacionais buscavam colocar a dignidade humana, a paz, a cooperação, o asilo, os direitos sociais e o valor igual de todos os seres humanos acima do militarismo, da rivalidade imperial e do controle autoritário.

A doutrina emergente da militarização algorítmica corre o risco de reverter essa aspiração histórica.

Quando sistemas de vigilância normalizam o monitoramento permanente das populações, quando a inteligência artificial se torna central para a guerra, quando migrantes são tratados principalmente como ameaças à segurança e quando corporações tecnológicas se tornam profundamente entrelaçadas ao poder militar, a humanidade afasta-se da ética universal concebida após 1945 e caminha em direção a um mundo cada vez mais governado pelo medo, pela securitização e pela dominação tecnológica [7,8].

***“Os meios de defesa contra o perigo estrangeiro historicamente tornaram-se instrumentos de tirania interna.” — James Madison [9]***

A filósofa Hannah Arendt advertiu que os maiores perigos para a humanidade muitas vezes não surgem apenas de indivíduos monstruosos, mas de sistemas que normalizam a obediência, a burocracia e a erosão da responsabilidade moral [10]. Hoje, a governança algorítmica corre o risco de criar precisamente essa condição: um mundo em que decisões que antes exigiam reflexão ética são cada vez mais delegadas a sistemas opacos de processamento de dados e controle preditivo.

Da mesma forma, Michel Foucault descreveu como as sociedades modernas evoluem em direção a formas sutis de vigilância e poder disciplinar, nas quais os indivíduos internalizam o monitoramento e se adaptam aos sistemas de controle [11]. Infraestruturas digitais alimentadas por inteligência artificial agora estendem esses mecanismos a uma escala sem precedentes.

Análises recentes publicadas em *Policies for Equitable Access to Health (PEAH)* argumentam que sistemas algorítmicos estão cada vez mais entrelaçados com tensões geopolíticas, gastos militares e desigualdades globais crescentes, contribuindo indiretamente para mortalidade evitável, fragmentação social e degradação ecológica [12–15].

Ainda assim, muitos pensadores ao longo das civilizações apontaram a humanidade para outro caminho.

***“Você não é uma gota no oceano. Você é o oceano inteiro em uma gota.” — Rumi [16]***

O místico persa Rumi compreendeu séculos atrás que os seres humanos estão profundamente interconectados, e não isolados como competidores dentro de sistemas de dominação. As crises ecológicas e espirituais do nosso tempo refletem precisamente a perda dessa consciência de interdependência.

Da mesma forma, Laozi ensinou que a harmonia surge não pela força e pela dominação, mas pelo equilíbrio com a ordem natural. A obsessão pelo crescimento permanente, pela supremacia estratégica e pelo controle tecnológico está em contradição direta com essa sabedoria [17].

As preocupações levantadas pelo manifesto da Palantir ressoam com os avisos recentes expressos na encíclica *Magnifica Humanitas* do Papa Leão XIV, que argumenta que a inteligência artificial deve servir a humanidade em vez de concentrar o poder através de sistemas de vigilância, exclusão e dominação algorítmica [27].

A civilização tecnológica moderna gerou capacidades extraordinárias, mas carece cada vez mais de orientação moral.

***“Tornou-se assustadoramente óbvio que nossa tecnologia ultrapassou nossa humanidade.” — Albert Einstein [18]***

O alerta de Einstein ressoa poderosamente em uma era em que a inteligência artificial pode orientar armas autônomas, manipular emoções sociais por meio de algoritmos e normalizar a vigilância planetária.

Da mesma forma, Nikola Tesla previu tanto o potencial libertador quanto o destrutivo dos sistemas tecnológicos [19]. Tesla acreditava que a tecnologia deveria emancipar a

humanidade do sofrimento e da escassez, e não se tornar um instrumento de dominação centralizada.

Mas a humanidade não precisa de um futuro organizado em torno do medo.

Os maiores perigos enfrentados pela humanidade hoje não são a sofisticação insuficiente dos softwares militares, mas o colapso ecológico, a solidão, a desigualdade, a fragmentação social, o esgotamento mental, o deslocamento forçado, a perda da biodiversidade e a destruição da vida comunitária [20].

Nenhum algoritmo pode resolver essas crises se a civilização subjacente continuar fundamentada na dominação, na extração e na competição.

***“A Terra provê o suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens, mas não a ganância de todos os homens.” — Mahatma Gandhi [21]***

A questão central, portanto, não é se a inteligência artificial se tornará mais poderosa. Certamente se tornará. A verdadeira questão é: A quem ela servirá? À vida ou à dominação? Às comunidades ou ao poder centralizado? À liberdade ou ao controle?

Contra essa crescente arquitetura de vigilância e medo, a resistência não pode depender apenas da oposição política dentro dos sistemas existentes. É necessária uma transformação cultural e civilizacional mais profunda.

A resposta ao autoritarismo tecnológico não é o primitivismo tecnológico. Nem a resignação passiva. A resposta é a criação de comunidades resilientes, cooperativas, descentralizadas e centradas na vida, capazes de reduzir a dependência de sistemas de controle centralizado.

Em todo o mundo, ecovilas, comunidades agroecológicas, movimentos indígenas, redes cooperativas e iniciativas de resiliência local estão experimentando outra forma de habitar a Terra: vida simples, conhecimento compartilhado, regeneração ecológica, autonomia local, ajuda mútua e relações humanas enraizadas na coragem e na ternura, e não na competição e no medo [22].

Em um mundo cada vez mais dominado pela manipulação digital, pelo consumo permanente e pela economia militarizada, escolher a simplicidade torna-se um ato revolucionário. Cultivar alimentos. Compartilhar ferramentas. Regenerar os solos. Reduzir dependências. Aprender coletivamente. Cuidar dos ecossistemas. Construir resiliência local. Criar espaços de afeto e ajuda mútua.

Essas não são atividades marginais. São formas de resistência pacífica contra sistemas que dependem da atomização, da dependência e do medo.

***“A suprema arte da guerra é subjugar o inimigo sem lutar.” — Sun Tzu [23]***

Ao mesmo tempo, comunidades isoladas por si só não bastam. As redes são essenciais. O futuro pode depender menos de ideologias centralizadas e mais de redes descentralizadas de cooperação conectando comunidades, pesquisadores, agricultores, educadores, profissionais de saúde, ativistas e pessoas comuns através das fronteiras.

Essa é a importância de iniciativas como a SHEM, cujos webinars e processos educativos colaborativos enfatizaram as conexões entre justiça social, sustentabilidade ecológica, saúde pública e equidade estrutural [24].

Ensaio recentes como *Um Novo Horizonte: De Sistemas Quebrados a Comunidades Vivas* e *O Poder Progressivo dos Dados e Algoritmos, e Seus Efeitos sobre a Perda de Vidas Humanas Devido a Tensões Geopolíticas, Gastos Militares e Injustiça Global* argumentam que a trajetória atual do capitalismo tecnológico está gerando danos profundos à saúde, à democracia, aos ecossistemas e ao sentido coletivo, ao mesmo tempo em que delinea caminhos em direção a comunidades locais resilientes, colaboração de código aberto e redes baseadas na solidariedade [12,13].

O conhecimento deve deixar de funcionar principalmente como mecanismo de dominação e retornar ao seu propósito mais profundo: a proteção e o florescimento da vida.

Da mesma forma, movimentos que defendem a dignidade e a soberania dos povos — incluindo iniciativas humanitárias como a *Freedom Flotilla Coalition* e o espírito de Sumud, o princípio palestino de firmeza e resistência enraizada — lembram à humanidade que coragem não é apenas militar. Às vezes, coragem significa permanecer humano sob sistemas projetados para normalizar a desumanização.

As próximas décadas podem testemunhar uma intensificação da vigilância digital, de armas autônomas, do monitoramento biométrico, da propaganda orientada por IA e da governança algorítmica.

Mas a história não está predeterminada. Sistemas de dominação parecem invencíveis até que culturas comecem a retirar deles sua legitimidade moral.

***“Quanto mais uma sociedade se afasta da verdade, mais odiará aqueles que a dizem.” — frequentemente atribuído a George Orwell [25]***

A resistência mais poderosa pode acabar surgindo não da violência, mas de milhões de pessoas reconstruindo gradualmente outra maneira de viver: menos dependente, menos temerosa, menos consumista, menos isolada, e mais profundamente conectada umas às outras e à Terra viva.

A revolução de que a humanidade necessita agora talvez não seja uma revolução de conquista, mas uma revolução de harmonia. Uma revolução fundamentada na coragem e na ternura. Coragem para resistir a sistemas que reduzem os seres humanos a pontos de dados, consumidores ou ativos estratégicos. Ternura para cuidar uns dos outros, regenerar ecossistemas, acolher a diversidade e reconstruir comunidades capazes de viver sem dominação.

Como Ivan Illich argumentou em *Tools for Conviviality*, as tecnologias deveriam fortalecer a autonomia, a criatividade e as relações humanas, em vez de criar dependência de sistemas centralizados controlados por instituições distantes [26].

Talvez o futuro da liberdade não seja decidido nas salas de reunião das corporações tecnológicas ou das alianças militares, mas nos campos, florestas, aldeias, ecovilas, redes de solidariedade e espaços compartilhados onde os seres humanos redescobrem como viver de forma simples, cooperativa e em paz.

A luta do século XXI pode, em última análise, ser uma luta entre dois modelos civilizacionais: um organizado em torno da vigilância, da competição, da militarização e do poder tecnológico centralizado; o outro organizado em torno da vida, da comunidade, do equilíbrio ecológico, do conhecimento compartilhado e da dignidade soberana dos povos.

A escolha permanece em aberto.

## Referências

- [1] Platão. A República. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- [2] Palantir Technologies. The Technological Republic: Hard Power, Soft Belief, and the Future of the West.
- [3] Zuboff, Shoshana. The Age of Surveillance Capitalism. New York: PublicAffairs, 2019.
- [4] Harari, Yuval Noah. Homo Deus: A Brief History of Tomorrow. New York: Harper, 2017.
- [5] Fuchs, Christian. Digital Demagogue: Authoritarian Capitalism in the Age of Trump and Twitter. London: Pluto Press, 2018.
- [6] United Nations. Charter of the United Nations and Universal Declaration of Human Rights.
- [7] Amnesty International. Surveillance Giants: How the Business Model of Google and Facebook Threatens Human Rights, 2019.
- [8] Lyon, David. The Culture of Surveillance: Watching as a Way of Life. Cambridge: Polity Press, 2018.
- [9] Madison, James. The Federalist Papers.
- [10] Arendt, Hannah. Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil. New York: Viking Press, 1963.
- [11] Foucault, Michel. Discipline and Punish: The Birth of the Prison. New York: Pantheon Books, 1977.
- [12] Garay, Juan. Um Novo Horizonte: De Sistemas Quebrados a Comunidades Vivas. PEAH.
- [13] Garay, Juan. O Poder Progressivo dos Dados e Algoritmos, e Seus Efeitos sobre a Perda de Vidas Humanas Devido a Tensões Geopolíticas, Gastos Militares e Injustiça Global. PEAH.
- [14] Policies for Equitable Access to Health (PEAH). Essays on global inequities, militarization, and public health.
- [15] Reports on ecological degradation, geopolitical tensions, and algorithmic governance discussed in PEAH.
- [16] Rumi. The Essential Rumi.
- [17] Laozi. Tao Te Ching.
- [18] Einstein, Albert. Essays in Humanism.
- [19] Cheney, Margaret. Tesla: Man Out of Time. New York: Simon & Schuster, 1981.
- [20] IPCC. Climate Change Assessment Reports.
- [21] Gandhi, Mahatma. Collected Works of Mahatma Gandhi.
- [22] Holmgren, David. Permaculture: Principles and Pathways Beyond Sustainability.
- [23] Sun Tzu. The Art of War.
- [24] SHEM — Sustainability, Health, Equity and Mutuality collaborative initiatives and webinars.
- [25] Quote frequently attributed to George Orwell; attribution disputed.
- [26] Illich, Ivan. Tools for Conviviality. New York: Harper & Row, 1973.
- [27] Leo XIV. Magnifica Humanitas: On Safeguarding the Human Person in the Time of Artificial Intelligence. Vatican, 15 May 2026.

## **Domicídio: a destruição sistemática de lares como crime autônomo no direito internacional**

*Domicidio: la destrucción sistemática de hogares como crimen autónomo en el derecho internacional*

*Domicide: the systematic destruction of homes as an autonomous crime under international law*

*Fabiane Gaspar e Armando de Negri Filho*

**Resumo:** No contexto das homenagens ao centenário de nascimento de Milton Santos, este informe analisa dois relatórios do Relator Especial Balakrishnan Rajagopal, em que traz o conceito de “domicídio” — a destruição massiva e deliberada de lares durante conflitos violentos, com sua base jurídica no direito internacional humanitário, dos direitos humanos e penal internacional. O Relator nos faz refletir por meio de evidências dos casos estudados que a motivação para que o domicídio seja reconhecido como crime autônomo preencheria lacunas de proteção e de garantias de reparação às vítimas. Para Santos, o uso do território incorpora elementos de pertencimento e identidade, nos quais as relações humanas manifestam suas expressões de existência.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; domicídio; crime autônomo; território.

**Resumen:** En el contexto de las conmemoraciones por el centenario del nacimiento de Milton Santos, este informe analiza dos informes del Relator Especial Balakrishnan Rajagopal, en los que introduce el concepto de “domicidio” — la destrucción masiva y deliberada de hogares durante conflictos violentos, con su base jurídica en el derecho internacional humanitario, los derechos humanos y el derecho penal internacional. El Relator nos hace reflexionar, a través de evidencias de los casos estudiados, que la motivación para que el domicilio sea reconocido como crimen autónomo llenaría vacíos de protección y de garantías de reparación para las víctimas. Para Santos, el uso del territorio incorpora elementos de pertenencia e identidad, en los cuales las relaciones humanas manifiestan sus expresiones de existencia.

**Palabras clave:** Derechos humanos; domicilio; crimen autónomo; territorio.

**Abstract:** In the context of the centenary celebrations of the birth of Milton Santos, this report analyzes two reports by Special Rapporteur Balakrishnan Rajagopal, in which he introduces the concept of “domicide” — the massive and deliberate destruction of homes during violent conflicts, with its legal basis in international humanitarian law, human rights law, and international criminal law. The Special Rapporteur leads us to reflect, through evidence from the cases studied, that the motivation for recognizing domicile as an autonomous crime would fill protection gaps and ensure guarantees of reparation for victims. For Santos, the use of territory incorporates elements of belonging and identity, in which human relations manifest their expressions of existence.

**Keywords:** Human rights; domicile; autonomous crime; territory.

## Nota introdutória

O mandato de Relator Especial sobre uma moradia adequada como elemento integrante do direito a um nível de vida adequado e sobre o direito de não discriminação a este respeito, exercido por Balakrishnan Rajagopal, foi concluído em abril de 2026. Em 1º de maio de 2026, assumiu a função o novo Relator Especial, Sr. Koldo Casla, professor sênior de Direito Internacional dos Direitos Humanos na Essex Law School e coordenador do projeto *Human Rights Local* no Centro de Direitos Humanos da Universidade de Essex.

## Introdução

No contexto das homenagens ao centenário de nascimento do geógrafo brasileiro Milton Santos, destaca-se, entre suas inúmeras contribuições intelectuais, a ampliação do conceito de território para além da noção de espaço físico delimitado geograficamente. Para Santos, o uso do território incorpora elementos de pertencimento e identidade, nos quais as relações humanas manifestam suas expressões de existência. Dessa forma, o autor oferece uma base conceitual sólida para vincular diretamente o direito humano à moradia adequada como parte integrante de um padrão de vida digno para todas as pessoas, objeto de análise do presente informe.

O presente informe analisa dois relatórios do Relator Especial Balakrishnan Rajagopal, em que traz o conceito de “domicídio” — a destruição massiva e deliberada de lares durante conflitos violentos, com sua base jurídica no direito internacional humanitário, dos direitos humanos e penal.

O último relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU ([A/HRC/61/43](#)) ao final de seu mandato, o Relator Especial Balakrishnan Rajagopal apresenta um balanço de seis anos de mandato (2020-2026) e propõe instrumentos inovadores para a proteção do direito à moradia adequada, introduzindo os “Princípios Orientadores sobre o Reassentamento”, marco normativo para situações de deslocamento forçado.

Nesse relatório, a pandemia de COVID-19, marco inicial de seu mandato em 2020, revelou de maneira dramática a interdependência entre moradia, saúde e direito à vida. A ausência de habitação adequada expôs populações em situação de rua, moradores de assentamentos informais e pessoas vivendo em condições de superlotação a riscos desproporcionais de contágio e mortalidade. Ao mesmo tempo, os impactos econômicos da crise ampliaram a vulnerabilidade habitacional, com milhões de pessoas enfrentando a possibilidade de despejo por incapacidade de arcar com aluguel, hipotecas ou serviços básicos.

Apesar desse cenário, experiências adotadas por diversos Estados demonstraram que o direito à moradia adequada pode ser protegido e realizado para todos, se houver vontade política suficiente para isso — como políticas inovadoras para prevenir despejos e abrigar pessoas vivendo nas ruas.

Outro desafio estrutural destacado refere-se à crescente inacessibilidade da moradia em escala global. Em numerosos países, o custo habitacional tem aumentado de forma mais acelerada do que salários e rendas, afetando não apenas populações historicamente vulnerabilizadas, mas também segmentos de renda média. Esse processo tem contribuído para o aumento significativo da população em situação de rua e muitas permanecem confinadas à

vida em moradias inadequadas ou em assentamentos informais, frequentemente caracterizados por insegurança da posse e acesso precário a serviços essenciais.

O Relator Especial ressalta que os governos nacionais e locais e as entidades do setor privado possuem a obrigação de garantir que todos tenham acesso a moradia acessível sem discriminação, conforme exigido pelo direito internacional dos direitos humanos. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de políticas públicas orientadas pela função social da propriedade, pela ampliação da moradia social e pelo acesso equitativo à terra urbana.

Persistem, ainda, violações graves e sistemáticas associadas aos despejos forçados, que persistem desde a década de 1990, continuam a afetar desproporcionalmente grupos marginalizados, como povos indígenas, migrantes, minorias étnicas e religiosas, mulheres e população LGBTQIA+. Em muitos contextos, esses despejos ocorrem sem devido processo legal, sem garantias de reassentamento adequado e, por vezes, mediante o uso de violência, configurando práticas incompatíveis com o direito internacional dos direitos humanos.

Em paralelo, observa-se a insuficiência dos marcos legais nacionais e dos mecanismos institucionais para prevenir tais violações e assegurar reparação às vítimas. Ainda que intervenções do mandato tenham contribuído para avanços pontuais, como decisões judiciais protetivas, o volume de denúncias evidencia a necessidade de fortalecer capacidades institucionais e ampliar a cooperação internacional. Regulamentos e diretrizes devem ser desenvolvidos ou fortalecidos para oferecer proteção contra despejos e deslocamentos por ou associados a outros atores, como entidades das Nações Unidas (ONU-Habitat, UNESCO), instituições financeiras internacionais e outras organizações internacionais. Esse conjunto de desafios reforça a urgência de consolidar o direito à moradia adequada como prioridade política e jurídica no cenário global contemporâneo.

O segundo relatório ([A/77/190](#)), analisado, de 2022, foi apresentado à Assembleia Geral da ONU, intitulado *The right to adequate housing during violent conflict* (O direito à moradia adequada durante conflito violento, em tradução livre), é o documento que apresenta o conceito de “domicídio” (*domicide*) — termo que nomeia a destruição sistemática e deliberada de lares como violação grave do direito internacional, dispondo a base jurídica internacional e recomendações.

Este informe apresenta ambos os relatórios com vistas a trazer uma visão geral sobre conflitos violentos e as consequências para o exercício dos direitos de moradia e também, apresentar o conceito de domicídio, explorando suas bases jurídicas e a motivação para que seja reconhecido como crime autônomo, independente das figuras já existentes de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, evidenciando a correlação direta com o conceito de território usado cunhado por Milton Santos, ao colocar os conflitos violentos, táticas de guerra para dominar territórios, afetando os direitos à moradia adequada e que se relacionam com elementos de pertencimento e identidade e o espaço poder envolvido nesses conflitos territoriais.

### **Destruição de moradias como tática de guerra**

O relatório sobre direito à moradia adequada em conflitos violentos parte de uma constatação alarmante ao indicar que apesar da evolução do direito internacional humanitário, penal e dos direitos humanos, a destruição de casas, vilarejos e cidades inteiras continua sendo uma tática recorrente em guerras.

O Relator Especial define domicílio não apenas como a demolição física de estruturas habitacionais, mas como “a violação sistemática dos direitos à moradia em desacordo com o direito internacional”.

Exemplos abundam: na Síria, cerca de um terço das habitações foram destruídas; em Mianmar, mais de 40 mil estruturas Rohingya foram queimadas ou arrasadas; em Mariupol, 90% dos edifícios residenciais foram danificados ou destruídos. O domicílio, portanto, não é dano colateral, mas objetivo deliberado.

### Quadro jurídico internacional

Juridicamente, o direito à moradia adequada está protegido por múltiplos instrumentos, entre os quais destacamos, em especial:

- O artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,

*Artigo 11, §1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medida apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.*

- O artigo 17 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos;

*Art. 17, §1. Ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra e reputação.  
§2. Toda pessoa terá direito à proteção da lei contra essas ingerências ou ofensas.*

- As Convenções de Genebra são o núcleo do Direito Internacional Humanitário, consistindo em quatro tratados internacionais (e três protocolos adicionais) que estabelecem as regras universais para limitar a barbárie em guerras. O objetivo central é proteger os vulneráveis em conflitos, como civis, prisioneiros de guerra, feridos e profissionais de saúde;
- Os artigos 6º, c, 7º (d, k) e 8º (2, a, iv e b, ii, iv, v) do Estatuto de Roma.

*Art. 6º (...) entende-se por “genocídio”, (...) praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: (c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;*

*Art. 7º (...) “crime contra a humanidade”, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: d) Deportação ou transferência forçada de uma população; k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental.*

*Art. 8º Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “crimes de guerra”:*

*2, a, iv) Destruição ou a apropriação de bens em larga escala, quando não justificadas por quaisquer necessidades militares e executadas de forma ilegal e arbitrária;*

*2, b, ii) Dirigir intencionalmente ataques a bens civis, ou seja bens que não sejam objetivos militares;*

*2, b, iv) Lançar intencionalmente um ataque, sabendo que o mesmo causará perdas acidentais de vidas humanas ou ferimentos na população civil, danos em bens de caráter civil ou prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa;*

*2, b, v) Atacar ou bombardear, por qualquer meio, cidades, vilarejos, habitações ou edifícios que não estejam defendidos e que não sejam objetivos militares;*

O direito humanitário proíbe ataques a objetos civis, incluindo habitações, salvo quando convertidas em objetivos militares. O direito penal internacional já permite a punição da destruição de lares como crime de guerra (art. 8 do Estatuto de Roma), crime contra a humanidade (deportação, perseguição, apartheid) ou como meio para a prática de genocídio (art. 6). Contudo, o Relator argumenta que essas categorias existentes são insuficientes.

### **Domicídio como crime autônomo**

A motivação para declarar o domicídio como crime autônomo repousa em três pilares. Primeiro, a gravidade e especificidade da violação: o lar é mais do que propriedade — é o espaço de vida digna, memória, identidade e sustento. Destruí-lo sistematicamente causa sofrimento humano extenso, separação comunitária e impactos geracionais.

Em segundo lugar, a lacuna de proteção: nem toda destruição massiva de lares se enquadra perfeitamente nas definições existentes de crimes de guerra (que exigem nexos com conflito armado) ou crimes contra a humanidade (que exigem ataque generalizado ou sistemático contra população civil). O domicídio pode ocorrer em contextos de violência difusa, ocupação ou mesmo em tempos de paz, por meio de políticas estatais de demolição punitiva.

Terceiro, a equiparação simbólica e prática: assim como o direito internacional protege locais de culto, patrimônio cultural e o meio ambiente como objetos especiais, o lar merece igual status. O domicídio desencadeia um “efeito dominó” sobre os direitos à vida, saúde, alimentação, água, educação e não discriminação.

O Relator propõe uma definição preliminar para o crime de domicídio: “a destruição deliberada de lares, a tornar as habitações inabitáveis ou qualquer outra negação sistemática de habitação quando tais atos sejam realizados em violação ao direito internacional e como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil”.

Essa inclusão poderia ocorrer por meio de emenda ao Estatuto de Roma ou por reconhecimento jurisprudencial como “ato desumano” residual (art. 7, 1, k<sup>1</sup>). Além disso,

---

<sup>1</sup> Art. 7, 1, k: Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental.

recomenda-se que os Estados tipifiquem o domicílio em suas legislações nacionais, independentemente de sua subsunção a outras figuras penais.

### **Considerações finais**

A visão do geógrafo Milton Santos sobre território se conecta profundamente com o direito à moradia adequada porque ambos transcendem a materialidade do espaço. Para Santos, o território não se resume a um suporte físico ou a um limite geográfico, mas é um híbrido entre o sistema de objetos (obras materiais, como ruas e prédios) e o sistema de ações (relações sociais, culturais e econômicas) que lhe dão vida.

O território é, portanto, o cenário e a condição para a existência, o trabalho, a memória e a cidadania das pessoas. O direito à moradia adequada, no mesmo sentido, vai muito além de “quatro paredes e um teto” — como define a ONU, trata-se do direito a um lugar seguro que garanta acesso a serviços, saneamento, cultura, trabalho e, fundamentalmente, segurança da posse, ou seja, a certeza de não ser arbitrariamente removido.

Se Milton Santos ensina que o território usado é sinônimo de existência plena, violar o direito à moradia adequada significa negar à pessoa não apenas um abrigo, mas a possibilidade de enraizar sua história, exercer sua cultura e acessar as oportunidades da cidade, reduzindo a sua vida a um território abstrato e descartável.

Os relatórios de Rajagopal representam um avanço no cenário internacional dos direitos humanos ao propor o domicílio como crime autônomo. O Relator Especial não apenas documenta uma prática recorrente e impune, mas oferece uma ferramenta jurídica para a responsabilização individual e coletiva.

A autonomia do crime permitiria que tribunais nacionais e internacionais processassem a destruição massiva de lares mesmo quando outros elementos (como intento genocida específico ou nexos com conflito armado internacional) não estejam plenamente configurados. Em um momento histórico de múltiplos conflitos — Ucrânia, Gaza, Sudão, Mianmar — a proposta ganha urgência prática.

Como conclui o Relator: “Se a ordem jurídica internacional realmente defende o Estado de Direito, ela deve ser aplicada com consistência, sob pena de permitirmos que as inconsistências se acumulem em hipocrisias”. Assim, uma política de moradia que ignora esses laços sociais e simbólicos não garante território (no sentido santiano); apenas aloca objetos, deixando de cumprir sua função social.

### **Referências**

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm) Acesso em 24 mai. 2026.

BARBOSA, Jorge Luiz. O território como conceito e prática social. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/O-territorio-como-conceito-e-pratica-social.pdf> Acesso em: 22 mai. 2026.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Convenções de Genebra e Comentários*. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/direito-e-politicas/convencoes-de-genebra-e-comentarios> Acesso em 24 mai. 2026.

ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Principios Orientadores relativos aos Deslocados Internos. 1998. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Documentos\\_da\\_UNU/Principios\\_orientadores\\_relativos\\_ao\\_deslocados\\_internos\\_1998.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_UNU/Principios_orientadores_relativos_ao_deslocados_internos_1998.pdf)

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf> Acesso em 24 mai. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (1966)*. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf> Acesso em 22 mai. 2026.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. *Principios Rectores sobre el Reasentamiento*. Informe al Consejo de Derechos Humanos, 61º período de sesiones. UN Doc. A/HRC/61/43, 7 jan. 26. Disponível em: <https://docs.un.org/es/A/HRC/61/43> Acesso em 22 mai 2026.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. *The right to adequate housing during violent conflict*. Informe a la Asamblea General. UN Doc. A/77/190, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a77190-right-adequate-housing-during-violent-conflict-report-special> Acesso em 22 mai 2026.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. In: OSAL: *Observatorio Social de América Latina*. Ano 6 n. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em: 24 mai. 2026.

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *61st regular session of the Human Rights Council: Reports*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session61/list-reports> Acesso em 22 mai. 2026.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Office of the High Commissioner. Special Rapporteur on the right to adequate housing. *Forced Evictions*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-housing/forced-evictions> Acesso em: 24 mai. 2026.

## As fraturas do mundo escancaram-se na Assembleia Mundial da Saúde

*Las fracturas del mundo quedan al descubierto en la Asamblea Mundial de la Salud*

*The world's fractures are laid bare at the World Health Assembly*

*Luana Bermudez, Paula Reges,  
Paulo Buss e Luiz Augusto Galvão*

**Resumo:** A 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), realizada entre 18 e 23 de maio em Genebra, ocorreu em um contexto marcado por crescentes tensões geopolíticas, restrições financeiras e questionamentos sobre a capacidade do multilateralismo em responder aos desafios contemporâneos da saúde global. A Assembleia refletiu a complexidade do cenário atual ao reunir debates que extrapolaram as questões estritamente técnicas e evidenciaram a interdependência entre saúde, política, segurança e desenvolvimento. Temas como a reforma da arquitetura global da saúde, a preparação para pandemias, os impactos de conflitos armados sobre populações civis e o financiamento sustentável da Organização Mundial da Saúde (OMS) dominaram as discussões. Ao mesmo tempo, crises sanitárias recentes, como o surto de Ebola na República Democrática do Congo e os casos de hantavírus, reforçaram o alerta de que os riscos epidêmicos continuam avançando mais rapidamente do que os mecanismos internacionais de resposta e coordenação. A Assembleia também foi marcada por debates sobre a sustentabilidade financeira da OMS, os impactos da redução de recursos sobre a capacidade operacional da organização e a necessidade de fortalecer instrumentos globais de preparação e resposta a emergências sanitárias. O Brasil teve participação ativa nas negociações e iniciativas paralelas da AMS, com destaque para propostas relacionadas à produção local e regional de tecnologias em saúde, acesso equitativo e fortalecimento do SUS. A atuação da Fiocruz também se destacou pela ampliação de parcerias internacionais e pela participação em debates estratégicos sobre preparação para epidemias, inovação e fortalecimento dos sistemas de saúde.

**Palavras-chave:** Organização Mundial da Saúde; 79ª Assembleia Mundial da Saúde.

**Abstract:** *The 79th World Health Assembly (WHA), held from May 18 to 23 in Geneva, took place in a context marked by growing geopolitical tensions, financial constraints, and increasing doubts about the ability of multilateralism to respond effectively to the contemporary challenges of global health. The Assembly reflected the complexity of the current landscape by bringing together debates that went beyond strictly technical issues and highlighted the interdependence between health, politics, security, and development. Topics such as the reform of the global health architecture, pandemic preparedness, the impacts of armed conflicts on civilian populations, and the sustainable financing of the World Health Organization (WHO) dominated the discussions. At the same time, recent health crises — including the Ebola outbreak in the Democratic Republic of the Congo and cases of hantavirus — reinforced warnings that epidemic risks continue to advance more rapidly than international mechanisms for response and coordination. The Assembly was also marked by discussions on the financial sustainability of the*

*WHO, the impacts of funding reductions on the organization's operational capacity, and the need to strengthen global instruments for preparedness and response to health emergencies. Brazil played an active role in the negotiations and side initiatives during the WHA, particularly through proposals related to local and regional production of health technologies, equitable access, and the strengthening of the Unified Health System (SUS). Fiocruz also stood out through the expansion of international partnerships and its participation in strategic discussions on epidemic preparedness, innovation, and the strengthening of health systems.*

**Keywords:** *World Health Organization; 79<sup>th</sup> World Health Assembly.*

**Resúmen:** *La 79.<sup>a</sup> Asamblea Mundial de la Salud (AMS), celebrada entre el 18 y el 23 de mayo en Ginebra, tuvo lugar en un contexto marcado por crecientes tensiones geopolíticas, restricciones financieras y cuestionamientos sobre la capacidad del multilateralismo para responder a los desafíos contemporáneos de la salud global. La Asamblea reflejó la complejidad del escenario actual al reunir debates que trascendieron las cuestiones estrictamente técnicas y evidenciaron la interdependencia entre salud, política, seguridad y desarrollo. Temas como la reforma de la arquitectura global de la salud, la preparación para pandemias, los impactos de los conflictos armados sobre las poblaciones civiles y el financiamiento sostenible de la Organización Mundial de la Salud (OMS) dominaron las discusiones. Al mismo tiempo, crisis sanitarias recientes, como el brote de ébola en la República Democrática del Congo y los casos de hantavirus, reforzaron la alerta de que los riesgos epidémicos continúan avanzando más rápidamente que los mecanismos internacionales de respuesta y coordinación. La Asamblea también estuvo marcada por debates sobre la sostenibilidad financiera de la OMS, los impactos de la reducción de recursos sobre la capacidad operativa de la organización y la necesidad de fortalecer los instrumentos globales de preparación y respuesta ante emergencias sanitarias. Brasil tuvo una participación activa en las negociaciones e iniciativas paralelas de la AMS, con destaque para las propuestas relacionadas con la producción local y regional de tecnologías en salud, el acceso equitativo y el fortalecimiento del Sistema Único de Salud (SUS). La actuación de Fiocruz también se destacó por la ampliación de asociaciones internacionales y por su participación en debates estratégicos sobre preparación para epidemias, innovación y fortalecimiento de los sistemas de salud.*

**Palabras clave:** *Organización Mundial de la Salud; 79.<sup>a</sup> Asamblea Mundial de la Salud.*

A 79.<sup>a</sup>. Assembleia Mundial da Saúde (AMS) foi realizada de 18 a 23 de maio, em Genebra. Realizada anualmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a AMS constitui o principal foro internacional dedicado à saúde global. Em meio ao contexto de dificuldades enfrentadas tanto pela OMS quanto pelo multilateralismo de forma mais ampla, a edição de 2026 destacou-se pela diversidade e relevância dos temas debatidos, cujos principais desdobramentos são apresentados e analisados a seguir.

Em um contexto internacional cada vez mais polarizado, a construção de consensos no âmbito multilateral tem se mostrado mais complexa. A intensificação da politização das agendas de saúde global tem contribuído para o aumento de bloqueios, disputas e confrontos entre Estados-membros, frequentemente levando à necessidade de votações formais. A 79.<sup>a</sup> Assembleia Mundial da Saúde refletiu novamente esse cenário.

Entre os temas que marcaram a sessão estiveram debates recorrentes sobre a participação de Taiwan como observador, os efeitos da guerra na Ucrânia sobre a saúde pública e as discussões relacionadas à situação nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo análises

mais específicas sobre o impacto humanitário da guerra em Gaza e a escalada da violência contra comunidades palestinas na Cisjordânia.

A predominância dessas disputas políticas ao longo da agenda acabou reduzindo o espaço disponível para as discussões de caráter técnico. Diante desse ambiente, diplomatas já levantaram a possibilidade de criar instâncias separadas para o tratamento de temas eminentemente políticos, preservando a Assembleia como espaço prioritariamente técnico. Ainda assim, a experiência demonstra que as dimensões política e sanitária permanecem profundamente interligadas. Dessa forma, a Assembleia Mundial da Saúde segue funcionando também como um reflexo das tensões e divisões que atravessam a ordem internacional atual.

A *agenda da AMS 2026* discutiu uma ampla gama de temas de *governança global e da saúde*, com foco na *reforma da arquitetura global de saúde* e a *Iniciativa UN80*, que trata da reforma do sistema ONU como um todo, e saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em *doenças infecciosas e parasitárias*, e na *preparação e resposta a enfermidades e emergências*, a AMS discutiu temas como a Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e o Acordo sobre Pandemias. Nesta área, abordou também o trabalho da OMS em emergências de saúde (incluindo o Relatório do Comitê Independente de Supervisão e Assessoria do Programa de Emergências de Saúde da OMS); o recente surto de hantavírus; a emergência de saúde pública de importância internacional pelo vírus Ebola na República Democrática do Congo e Uganda; a eliminação da malária; doença do mpox; poliomielite; Agenda de Imunização 2030; Roteiro para Doenças Tropicais Negligenciadas 2021–2030; Estratégia para o Fim da Tuberculose; e Projeto de plano de ação global atualizado sobre resistência antimicrobiana.

O DG alertou que “os surtos atuais de Ebola e hantavírus nos lembram que a próxima pandemia não esperará por nós”. Segundo ele, o surto de hantavírus está agora estável, com um novo caso nas últimas duas semanas e nenhuma nova morte desde 2 de maio. No entanto, alertou que o surto de Ebola na República Democrática do Congo está se espalhando rapidamente na região.

No âmbito dos *sistemas de saúde*, a Assembleia discutiu *temas recorrentes*, como cobertura universal de saúde; atenção primária à saúde; prevenção e controle de doenças não transmissíveis e saúde mental, além de incluir aqui o controle do tabaco; produtos médicos de qualidade inferior e falsificados; o Código de Práticas Globais da OMS sobre o Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde; harmonização de abordagens regulatórias, governança e padrões para dados, saúde digital e inteligência artificial no setor da saúde; e fortalecimento da reabilitação nos sistemas de saúde. Também introduziu *discussões novas*: estratégia global para cuidados integrados de emergência, terapia intensiva e cirurgia (2026–2035); o aumento da disponibilidade, do acesso ético e da supervisão do transplante de células, tecidos e órgãos humanos; e doenças raras como prioridade global em saúde para a equidade e inclusão.

No âmbito do que a OMS denomina *promoção da saúde*, a AMS debateu: Bem-estar e promoção da saúde; Resultados da Comissão da OMS sobre Conexão Social; Nutrição materna, infantil e de crianças pequenas; Projeto de estratégia sobre a economia da saúde para todos; e Saúde dos povos indígenas — tema proposto pelo Brasil em 2023, só veio à agenda para ter aprovado o adiamento da apresentação do seu Plano de Trabalho Mundial à AMS para 2027.

No espaço da *resposta humanitária em saúde*, a Assembleia debruçou-se sobre a situação na Ucrânia; as condições de saúde no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e nas Colinas de Golã sírias ocupadas. Notória foi a ausência de ponto de pauta sobre os conflitos no continente africano, incluindo o Sudão e o SAHEL.

Também foram incluídos na agenda os *informes de progressos de 19 decisões e resoluções* de Assembleias anteriores. São políticas definidas pelo coletivo de ministros da saúde do mundo, por proposição de um país, grupos de países ou pelo próprio secretariado em anos anteriores e que continuam vigendo como orientações políticas globais. Os países aderem voluntariamente a estas políticas e as implementam, segundo a prioridade que conferem a elas nos respectivos programas nacionais de saúde. Os *'informes de progresso'* examinados foram preparados pelo Secretariado e estão relacionados a seguir (tema, resolução e ano de aprovação):

- Participação social para a cobertura universal de saúde, saúde e bem-estar (resolução WHA77.2 (2024))
- Aumento do acesso ao oxigênio medicinal (resolução WHA76.3 (2023))
- Dimensão de saúde pública do problema mundial das drogas (decisão WHA75.20 (2022))
- Estratégias globais do setor de saúde sobre, respectivamente, HIV, hepatite viral e infecções sexualmente transmissíveis (resolução WHA75.20 (2022))
- Melhoria do acesso à tecnologia assistencial (resolução WHA71.8 (2018))
- Erradicação da dracunculíase (resoluções WHA64.16 (2011) e WHA78.14 (2025))
- Saúde reprodutiva: estratégia para acelerar o progresso rumo à consecução das metas e objetivos de desenvolvimento internacional (resolução WHA57.12 (2004))
- Disponibilidade, segurança e qualidade dos produtos sanguíneos (decisão WHA75.17 (2022))
- Estratégia da OMS sobre pesquisa para a saúde (resolução WHA63.21 (2010))
- Estratégia global e plano de ação sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual (resolução WHA75.14) (2022)
- Fortalecimento da gestão de riscos biológicos em laboratório (resolução WHA77.7 (2024))
- Preparação para pandemia de influenza: compartilhamento de vírus da influenza e acesso a vacinas e outros benefícios (resolução WHA64.5 (2011))
- Erradicação da varíola: destruição de estoques do vírus da varíola (resolução WHA60.1 (2007))
- Redução dos riscos à saúde pública associados à venda de animais selvagens vivos de espécies de mamíferos em mercados tradicionais de alimentos — prevenção e controle de infecções (decisão WHA75.23 (2022))
- Estratégia global da OMS para segurança alimentar (decisão WHA75.22) (2022)
- Aceleração dos esforços para a prevenção de deficiências de micronutrientes e suas consequências, incluindo espinha bífida e outros defeitos do tubo neural, por meio do enriquecimento seguro e eficaz dos alimentos (resolução WHA76.19 (2023))
- Década do Envelhecimento Saudável 2020–2030 (decisão WHA73.12 (2020))
- Estratégia para integrar análise e ações de gênero na OMS (resolução WHA60.25 (2007))

## **As crises sanitárias não aguardam consensos políticos**

Os recentes surtos de Ebola, somados ao episódio de hantavírus, voltaram a evidenciar a fragilidade da capacidade global de resposta diante de ameaças epidêmicas e pandêmicas. Os acontecimentos reforçam a percepção de que os riscos sanitários seguem avançando em ritmo mais rápido do que as negociações internacionais destinadas a fortalecer os mecanismos de prevenção e resposta.

Durante os debates na 79 AMS, lideranças da saúde pública alertaram para o fato de que a preparação para futuras pandemias e o enfrentamento de doenças infecciosas continuam recebendo atenção e financiamento insuficientes, especialmente em comparação ao crescimento acelerado dos investimentos em defesa militar e controle de fronteiras. Nesse contexto, também foi destacado que o fundo de contingência para emergências da Organização Mundial da Saúde se encontra em nível criticamente baixo, comprometendo a capacidade de reação da organização diante de novas crises sanitárias.

As discussões também evidenciaram uma divisão política e ideológica importante entre países desenvolvidos e países do Sul Global. Enquanto estes defendem instrumentos juridicamente vinculantes que assegurem acesso equitativo a vacinas, medicamentos e demais ferramentas de saúde como bens públicos globais, diversos países ocidentais têm priorizado mecanismos financeiros baseados no mercado para mobilizar recursos rapidamente em situações de emergência.

Para muitos países em desenvolvimento, a superação desse impasse estrutural depende da criação de obrigações claras e executáveis no âmbito do Artigo 12 do Acordo sobre Pandemias da OMS, afastando a lógica baseada exclusivamente em doações voluntárias ou respostas ad hoc. Permanece, contudo, um debate central sobre prioridades globais: enquanto recursos continuam sendo mobilizados com facilidade para gastos militares, os instrumentos internacionais voltados à preparação para pandemias e às respostas a emergências de saúde seguem subfinanciados, mantendo o mundo exposto a futuras crises sanitárias.

Nesse cenário, é imperativo ter uma Organização Mundial da Saúde forte e financeiramente sustentável, capaz de coordenar respostas rápidas e efetivas a surtos e emergências de saúde recorrentes.

## **Entre cortes e reformas: os principais debates do Comitê B da AMS**

Órgãos independentes de monitoramento e supervisão seguem alertando para os riscos associados aos cortes financeiros enfrentados pela saúde global e para as possíveis consequências graves desse processo. Relatório divulgado nesta semana pelo Global Preparedness Monitoring Board (GPMB) destacou que, embora os investimentos em preparação para pandemias tenham aumentado após a Covid-19, as mudanças nas prioridades geopolíticas internacionais ameaçam comprometer os avanços alcançados nos últimos anos.

Na mesma direção, o relatório do Comitê Independente de Supervisão e Assessoramento do Programa de Emergências em Saúde da Organização Mundial da Saúde advertiu que as atuais medidas de contenção de gastos e redução de pessoal podem reproduzir erros observados após a crise econômica global de 2008, quando estruturas e equipes dedicadas

às emergências sanitárias perderam prioridade, enfraquecendo capacidades essenciais de resposta.

Além das preocupações relacionadas à perda de conhecimento técnico e capacidade operacional, diversos Estados-membros também demonstraram inquietação quanto aos impactos humanos do atual processo de reestruturação da OMS. Foi ressaltado que muitos funcionários têm enfrentado um período prolongado de incerteza institucional, marcado pela saída de colegas, disputas internas por um número reduzido de posições e mudanças forçadas de equipes, departamentos e até localidades de trabalho. Segundo os relatos apresentados, esse ambiente tem gerado efeitos importantes sobre a saúde mental e o bem-estar dos profissionais da organização.

### **Reforma da Arquitetura da Saúde Global**

A Assembleia Mundial da Saúde aprovou o lançamento de um processo conjunto de reforma da Arquitetura da Saúde Global (Global Health Architecture — GHA), em articulação com as Nações Unidas e outras importantes organizações multilaterais da área da saúde. A iniciativa dialoga com o processo mais amplo de reforma do sistema ONU, conhecido como UN80, e busca formular recomendações voltadas ao fortalecimento da coordenação e da coerência do sistema internacional de saúde.

Entre os objetivos definidos para o processo estão o aprimoramento do alinhamento entre mandatos e capacidades das diferentes instituições globais de saúde, o fortalecimento da coordenação entre os diversos atores envolvidos e a busca por maior convergência dos mecanismos de financiamento, especialmente de forma a apoiar a autonomia nacional e garantir apoio previsível e sustentável aos países. Ao mesmo tempo, o mandato aprovado evitou incluir discussões mais estruturais, como possíveis fusões institucionais ou revisões formais de mandatos, o que gerou questionamentos sobre o alcance efetivo das reformas propostas.

Os defensores da iniciativa apresentaram o processo como uma oportunidade de reequilibrar as dinâmicas de poder da governança global da saúde, reforçando o papel das autoridades nacionais e aproximando os fluxos de financiamento multilateral das prioridades soberanas dos países.

A condução do processo ficará a cargo de uma força-tarefa composta por 25 membros, incluindo representantes de 14 Estados-membros da OMS, com copresidência compartilhada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O grupo também contará com representantes de entidades das Nações Unidas ligadas à saúde, do Banco Mundial e de algumas das principais iniciativas da arena da saúde global não vinculadas ao sistema ONU, como Gavi, Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias, Unitaid e o Fundo Pandêmico.

As decisões da força-tarefa deverão ser tomadas por consenso, e o grupo realizará consultas regulares em Genebra para assegurar que os Estados-membros mantenham a autoridade final sobre as diretrizes da política internacional de saúde. O processo também deverá dialogar com outras iniciativas paralelas de reforma em curso no sistema multilateral.

Apesar do apoio à proposta, alguns Estados-membros e organizações da sociedade civil manifestaram preocupação quanto à limitação do mandato acordado. Alguns atores criticaram a ausência de mecanismos concretos para promover mudanças estruturais mais profundas,

argumentando que um processo de reforma efetivo deveria considerar de forma mais explícita possibilidades de racionalização institucional, incluindo fusões e consolidação de organizações da saúde global.

### **Brasil na 79ª Assembleia Mundial da Saúde**

Como de praxe, o Brasil participou ativamente\* da 79ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde, com uma delegação composta por autoridades do Ministério da Saúde, da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

No discurso proferido em plenária, o ministro Alexandre Padilha destacou a importância de reconstrução do Sistema Único de Saúde (SUS), empreendida nos últimos quatro anos pelo governo brasileiro. Para ele, nesse período, o sistema conquistou avanços significativos, como o recorde em cirurgias eletivas, a maior cobertura vacinal e a construção de uma rede de serviços e hospitais inteligentes.

Em seu discurso, o ministro destacou que o compromisso com a vida, a importância de valorizar a ciência e aumentar os investimentos públicos são iniciativas que impulsionam o setor de saúde.

O país também teve protagonismo com uma proposta inédita e global para a venda de alimentos ultraprocessados, além de conquistar a certificação da OMS por eliminar a transmissão vertical do HIV.

### **Fiocruz na 79ª Assembleia Mundial da Saúde**

Ao longo de sua participação na 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), realizada em Genebra, Suíça, a Fiocruz desenvolveu uma ampla agenda institucional voltada ao fortalecimento da cooperação internacional em saúde, com foco na ampliação de parcerias estratégicas com países do Sul e do Norte Global. Integrando a comitiva oficial do Ministério da Saúde do Brasil, a Fundação participou de reuniões bilaterais e multilaterais, encontros ministeriais e eventos paralelos relacionados aos principais temas da saúde global contemporânea.

A delegação da Fiocruz foi liderada pelo presidente Mario Moreira e contou ainda com a participação das vice-presidentes de Produção e Inovação em Saúde, Priscila Ferraz, e de Saúde Global e Relações Internacionais, Lourdes Oliveira, além de pesquisadores e representantes da instituição envolvidos em debates e painéis sobre arboviroses, preparação para epidemias e fortalecimento dos sistemas de saúde.

A atuação da Fiocruz teve destaque em diferentes espaços da programação oficial e paralela da AMS. Durante painel sobre arquitetura global da saúde, promovido pela iniciativa Accra Reset, o presidente de Gana, John Mahama, citou a Fiocruz como referência do Sul Global em saúde pública e produção de insumos estratégicos para a saúde. O debate contou também com a participação do ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha.

Entre os compromissos institucionais, destaca-se o encontro realizado em 19 de maio com o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, como parte da agenda do ministro Alexandre Padilha. Na ocasião, foi entregue convite formal para que o dirigente receba o título de doutor honoris causa concedido pela Fiocruz.

Antes do início oficial da Assembleia, em 17 de maio, a delegação da Fiocruz reuniu-se com o ministro da Saúde de Moçambique, Ussene Isse, para tratar do fortalecimento das cooperações em curso entre a instituição e o país. Entre os principais temas discutidos esteve o apoio da Fiocruz à estruturação da Escola Nacional de Saúde Pública de Moçambique, considerada uma iniciativa estratégica para o fortalecimento institucional do sistema de saúde moçambicano.

Na mesma data, a Fundação reuniu-se com Victor Dzau, presidente da Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos e integrante do grupo diretor do Secretariado Internacional de Preparação para Pandemias (IPPS). O encontro teve como foco a identificação de áreas de interface para cooperação em pesquisa, inovação e preparação para emergências sanitárias.

No âmbito das relações com organismos internacionais, Mario Moreira encontrou-se com Marcus Lacerda, recém-nomeado diretor do Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR) da OMS e pesquisador da Fiocruz Amazônia. A reunião abordou oportunidades de cooperação entre a Fiocruz e o programa, especialmente em áreas relacionadas à pesquisa e formação em doenças tropicais.

Já no primeiro dia oficial da AMS, em 18 de maio, o presidente da Fiocruz participou da reunião de chefes de delegação da região das Américas com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), agenda liderada pelo diretor da organização, Jarbas Barbosa. Ainda no contexto da programação do Ministério da Saúde, a Fiocruz integrou encontro bilateral com a ministra da Saúde da Holanda, Sophie Hermans, voltado à discussão de temas relacionados à saúde global.

Em 19 de maio, a delegação participou também de reunião com a ministra da Saúde do Canadá, Marjorie Michel. Durante o encontro, foi formalizada a adesão do Canadá à Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, iniciativa da qual a Fiocruz exerce a secretaria executiva. Outro destaque da agenda institucional foi a reunião com representantes do CDC África, voltada ao fortalecimento da cooperação internacional em saúde pública e vigilância epidemiológica.

No âmbito dos eventos paralelos da AMS, a vice-presidente Priscila Ferraz representou a Coalizão Global em diferentes painéis internacionais. Em debate promovido pela Sociedade Internacional para Doenças Tropicais Negligenciadas, com o tema “Arbovírus: transformando ou moldando o futuro da saúde global”, discutiu os impactos das arboviroses sobre os sistemas de saúde e seus efeitos na redefinição das prioridades e colaborações internacionais em saúde.

Priscila Ferraz também participou de evento promovido pelo International Vaccine Institute (IVI), intitulado “Chamada à ação para promover a autossuficiência na biofabricação: da política à prática na produção local”. O encontro reuniu representantes de países do Sul Global e instituições ligadas à produção de imunizantes. Em sua participação, a vice-presidente abordou modelos de parceria eficazes e lições para expansão da capacidade produtiva em diferentes regiões.

A programação incluiu ainda a celebração de um ano da criação da Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo. A data foi marcada por evento paralelo realizado em 19 de maio, em Genebra, à margem da Assembleia Mundial da Saúde. O encontro reuniu autoridades sanitárias, chefes de delegação, representantes de organismos internacionais, fabricantes, academia, sociedade civil e parceiros da saúde global para apresentar os avanços alcançados no primeiro ano da iniciativa e debater suas prioridades futuras.

### **O mundo no limite: relatório de 2026 expõe falhas na preparação para pandemias**

O relatório final do Global Preparedness Monitoring Board (GPMB) parte de uma questão central: se o mundo está hoje mais seguro do que há uma década diante de ameaças pandêmicas. A conclusão apresentada é de que, apesar das reformas implementadas nos últimos anos, os avanços obtidos não acompanharam o aumento dos riscos globais, e o mundo ainda permanece insuficientemente preparado para enfrentar futuras emergências sanitárias.

Segundo o documento, intitulado *A World on the Edge: Priorities for a Pandemic-Resilient Future*, os surtos de doenças infecciosas têm se tornado não apenas mais frequentes, mas também mais destrutivos. Os impactos associados às emergências de saúde pública vêm se ampliando nas dimensões sanitária, econômica, política e social, enquanto a capacidade de recuperação dos países e sistemas internacionais demonstra sinais de enfraquecimento.

O relatório utiliza o marco de monitoramento desenvolvido pelo GPMB para analisar a evolução dos efeitos das seis Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional declaradas ao longo da última década. A avaliação identifica áreas em que as consequências dessas crises se tornaram mais agudas, evidenciando fragilidades persistentes na governança global da saúde e nos mecanismos de preparação e resposta.

Entre os principais alertas apresentados está a constatação de que os sistemas globais de preparação não têm conseguido acompanhar o ritmo de crescimento dos riscos pandêmicos. O documento também destaca que as sucessivas crises contribuíram para o desgaste da confiança pública e para a exposição de profundas desigualdades no acesso a ferramentas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Como resposta, o relatório defende a necessidade de fortalecer mecanismos independentes de monitoramento de riscos pandêmicos, garantir acesso equitativo a contramedidas de saúde e assegurar financiamento sustentável e previsível para a preparação e resposta a emergências. O documento enfatiza ainda que esses objetivos somente poderão avançar mediante atenção política contínua e comprometimento duradouro dos governos e da comunidade internacional.

### **O surto de Ebola na África na visão do DG da OMS, Tedros Adhanom**

O Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, manifestou-se na última segunda-feira (25/05) sobre o agravamento do surto de Ebola na África durante reunião virtual com o presidente da South Africa, Cyril Ramaphosa, o presidente da African Union, Mahamoud Ali Youssouf, e o diretor do Africa CDC, Jean Kaseya.

O pronunciamento ocorreu poucos dias após a OMS declarar, nas primeiras horas do domingo, 17 de maio, o surto de Ebola na República Democrática do Congo (RDC) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. A decisão foi tomada após consultas com os ministros da Saúde da RDC e de Uganda, além da notificação formal realizada pelo África CDC.

Segundo as informações apresentadas, o surto tem avançado rapidamente. Até o momento, foram confirmados 101 casos e 10 mortes na RDC. Entretanto, a dimensão real da epidemia é considerada significativamente maior, já que existem mais de 900 casos suspeitos e cerca de 220 mortes sob investigação.

Na sexta-feira anterior (23/05), a OMS elevou a classificação de risco nacional de “alto” para “muito alto”. A avaliação regional permanece em nível alto, enquanto o risco global segue considerado baixo. Ainda assim, foi ressaltado que os países vizinhos da RDC enfrentam risco elevado e devem adotar medidas imediatas de contenção. Em Uganda, por exemplo, já foram registrados cinco casos confirmados e uma morte.

Os governos da RDC e de Uganda lideram a resposta à emergência, com apoio da OMS, do CDC África e de outras instituições parceiras. Como parte da estratégia conjunta, está sendo estruturada uma Equipe Continental de Apoio ao Gerenciamento de Incidentes, além da finalização de um Plano Estratégico Multissetorial de Preparação e Resposta alinhado aos planos nacionais dos dois países. Entre as medidas previstas estão rastreamento de contatos, ampliação de centros de tratamento, fortalecimento da capacidade laboratorial, manejo clínico dos casos, prevenção e controle de infecções, comunicação de riscos e ações de engajamento comunitário, consideradas essenciais sobretudo em regiões marcadas por forte desconfiança em relação às autoridades externas.

Durante a reunião, o diretor-geral da OMS também anunciou a liberação de US\$ 3,9 milhões do Fundo de Contingência para Emergências da organização e informou que viajará à RDC acompanhado de Chikwe Ihekweazu, diretor executivo do Programa de Emergências em Saúde da OMS.

Tedros destacou ainda que o atual surto apresenta desafios particularmente complexos. Um dos principais fatores apontados foi o atraso na detecção inicial da epidemia, o que dificultou a implementação precoce das medidas de contenção. Segundo ele, embora as operações de emergência estejam sendo ampliadas rapidamente, a velocidade de disseminação do vírus continua superior à capacidade de resposta no momento.

Outro elemento crítico mencionado foi o contexto de insegurança nas províncias de Ituri e Kivu do Norte, regiões afetadas por conflitos intensificados nos últimos meses, que já provocaram o deslocamento de mais de 100 mil pessoas. Além disso, foram relatados incidentes de segurança em unidades de saúde e persistem elevados níveis de desconfiança da população local em relação a agentes externos, fator considerado central para o sucesso ou fracasso das ações de resposta.

A OMS também chamou atenção para a ausência de vacinas ou tratamentos aprovados especificamente contra o vírus Bundibugyo. Em discussões realizadas com organizações parceiras no âmbito da Rede Interina de Contramedidas Médicas, a entidade recomendou priorizar dois anticorpos monoclonais para avanço em ensaios clínicos. Também foi sugerida a avaliação do antiviral obeldesivir como profilaxia pós-exposição para contatos de alto risco, em um estudo conduzido conjuntamente pelo CDC África e pelo Consórcio Colaborativo de Pesquisa

Aberta (CORC) sobre Filovírus. Paralelamente, continuam as negociações com parceiros internacionais sobre vacinas candidatas ainda em desenvolvimento e produção.

Ainda assim, Tedros ressaltou que há conhecimento acumulado sobre o vírus e experiência prévia no controle de epidemias de Ebola, enfatizando que a contenção do atual surto dependerá de coordenação internacional e atuação conjunta.

## Referências

GLOBAL PREPAREDNESS MONITORING BOARD. A World on the Edge: Priorities for a Pandemic-Resilient Future. Genebra: Global Preparedness Monitoring Board, 2026. Disponível em: <https://gpmmb.org/reports/m/item/a-world-on-the-edge-2026-report> Acesso em: 26 maio 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global Health Architecture Reform Process. Documento A79/24 da 79ª Assembleia Mundial da Saúde. Genebra: OMS, 2026. Disponível em: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA79/A79\\_24-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_24-en.pdf) Acesso em: 26 maio 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Report of the Independent Oversight and Advisory Committee for the WHO Health Emergencies Programme. Documento A79/6 da 79ª Assembleia Mundial da Saúde. Genebra: OMS, 2026. Disponível em: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA79/A79\\_6-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_6-en.pdf) Acesso em: 26 maio 2026.

Health Policy Watch. WHA Endorses Global Health Architecture Reform Process. 2026. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/wha-global-health-architecture-reform/> Acesso em: 26 maio 2026.

Health Policy Watch. Outbreak Threats, Geopolitical Divides and Financial Crises Hover Over 79th World Health Assembly. 2026. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/outbreak-threats-geopolitical-divides-and-financial-crises-hover-over-79th-world-health-assembly/> Acesso em: 26 maio 2026.

Health Policy Watch. Geopolitical Rift Deepens Over Pandemic Preparedness. 2026. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/geopolitical-rift-pandemic-preparedness/> Acesso em: 26 maio 2026.

Health Policy Watch. Operational Risks Amidst WHO Cuts. 2026. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/operational-risks-amidst-who-cuts/> Acesso em: 26 maio 2026.

Ministério da Saúde. Assembleia Mundial da Saúde: Ministério amplia cooperação internacional para fortalecer produção de tecnologias. Brasília: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/assembleia-mundial-da-saude-ministerio-amplia-cooperacao-internacional-para-fortalecer-producao-de-tecnologias> Acesso em: 26 maio 2026.

Ministério da Saúde. “Estamos reconstruindo o SUS”, destaca ministro Padilha em Assembleia Mundial da OMS. Brasília: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/estamos-reconstruindo-o-sus-destaca-ministro-padilha-em-assembleia-mundial-da-oms> Acesso em: 26 maio 2026.

Agência Fiocruz. Fiocruz amplia articulação global em saúde durante a 79ª Assembleia Mundial da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-amplia-articulacao-global-em-saude-durante-79a-assembleia-mundial-da-saude> Acesso em: 26 maio 2026.

Agência Fiocruz. Fiocruz participa de reuniões bilaterais e fortalece parcerias em meio à 79ª AMS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-participa-de-reunioes-bilaterais-e-fortalece-parcerias-em-meio-79a-ams> Acesso em: 26 maio 2026.

====\*====

# INTERVENÇÕES DO MINISTRO ALEXANDRE PADILHA NA 79ª AMS<sup>1</sup>

Genebra, 17 a 20 de maio de 2026

## GENERAL DEBATE – PLENARY

TERÇA, 19/05 – 16:00

Director-General of the World Health Organization,

Ministers and delegations from around the world,

Defenders of life and science worldwide: unite.

We are facing a civilizational war against those who slash vaccine access for children and the elderly, weaken public health systems, attack science, and seek to dismantle multilateral mechanisms of cooperation among nations.

The world has already seen the price of this irresponsibility: millions of lives lost during the COVID-19 pandemic, the resurgence of preventable diseases, and the surge of denialism.

Brazil has come here to say: enough.

Under the leadership of President Luiz Inácio Lula da Silva, we are rebuilding the Unified Health System (SUS) and proving that neglect can be overcome through public investment, science, and a commitment to life.

In 2025, we achieved the highest childhood vaccination coverage in nine years, record numbers of elective surgeries and specialized exams—42% higher than in the final year of denialism in our country—as well as the largest number of primary care teams in our history.

We are building the largest free public network for cancer prevention, diagnosis, and treatment.

We have also driven a profound digital transformation in the SUS: over six million telehealth consultations, internet connectivity in 100% of primary health care units, and 85% of teams using electronic health records. In partnership with BRICS, we are advancing the development of smart hospitals, artificial intelligence, and high-precision medicine.

Here, we reaffirm the importance of the G20 Health Coalition, the Belém Action Plan for adapting health systems to climate change, and the implementation of the pandemic agreement approved in 2025, along with the advancement of the PABS Annex.

Because the climate crisis is a public health crisis.

Defending vaccines is defending life.

Thank you.

---

<sup>1</sup> Na sequência, com o intuito de trazer ao leitor as posições formais do governo brasileiro em temas de saúde por ocasião da 79ª. AMS, reproduzimos, na íntegra, as intervenções realizadas pelo Ministro da Saúde, mantendo-as no idioma inglês, no qual forma proferidas.

## FIRST ANNIVERSARY OF THE GLOBAL COALITION FOR LOCAL AND REGIONAL PRODUCTION, INNOVATION AND EQUITABLE ACCESS

TERÇA, 19/05 – 19-21h

Good evening, everyone,

I would like to greet Dr. Mario Moreira, President of the Oswaldo Cruz Foundation and Executive Secretary of the Global Coalition, as well as Dr. Jeremy Farrar, Assistant Director-General of the WHO and Chair of the Coalition's Advisory Committee.

Through them, I warmly welcome all representatives from our members: African Union, China, the European Union, France, Germany, Indonesia, Russia, South Africa, Türkiye and the United Kingdom, and the international organizations represented here today.

One year ago, on May 20, 2025, I was in Geneva alongside many of you present here today to launch this important initiative.

The signing of the Geneva Inception Letter marked the formal establishment of the Coalition, but it was far from its beginning. The Global Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access is the result of a collective effort and an extensive process of dialogue among the world's 20 largest economies, carried out during Brazil's G20 Presidency in 2024, with the strong support of many of those gathered here today.

Under the leadership of President Lula, Brazil's G20 Presidency promoted important advances on issues such as social inclusion and the fight against hunger, sustainable development and energy transition, and the reform of global governance. Through the G20 Social, Brazil also innovated by expanding participation in this process to broader society, helping build a truly more inclusive and participatory space.

In the field of health, the process led by Minister Nísia Trindade prioritized strengthening local and regional production capacities and access to health technologies, as well as promoting sustainable global production and innovation networks. As a result, the G20 Rio de Janeiro Health Ministers' Declaration was unanimously adopted, establishing the foundations for the future creation of the Global Coalition.

From 8 founding members, we have now grown to 11 members in our Steering Committee, already representing more than half of the G20. At a time of crisis for multilateralism, the Coalition has succeeded in bringing together diverse actors from all continents to work jointly toward a common goal, demonstrating that this is the path that must be pursued.

We also count on 24 international organizations in our Advisory Committee, bringing together key actors in global health across areas such as innovation, research, financing, production, and public policy.

Today is also an important day because I would like to announce, firsthand, the accession of the Pan American Health Organization, South Centre, Medicines Patent Pool, and Medicines for Malaria Venture to the Coalition, further demonstrating the collaborative and inclusive spirit of a Coalition that continues to expand.

If last year we were all gathered here around a shared vision and common objectives, today we not only have something to celebrate, but also concrete paths for joint action following the launch of the Call for Proposals.

As you know, the Coalition is focused on addressing neglected diseases and those that disproportionately affect people in vulnerable situations, while also building capacities that can be adapted to future public health emergencies. After an extensive process of dialogue and consultation, Coalition members defined the scope of the first Call for Proposals and selected dengue as the first challenge to be addressed.

Today, nearly half of the world's population is at risk of dengue, with an estimated 100 to 400 million infections occurring every year. Although dengue has long been a challenge in Brazil and is widely recognized by our population, the disease is now endemic in more than 100 countries and present across all continents. This expansion is directly linked to climate change, which has led to rising temperatures, increased rainfall, and higher humidity levels, creating favorable conditions for transmission. Arboviral diseases, such as dengue, are also a priority issue under the Belém Health Action Plan launched during COP30, which foresees priority actions aimed at adapting health systems to this new reality.

For this reason, it is especially symbolic that the Coalition, under Brazil's presidency, has chosen this issue as its first challenge, through which we seek to share our experience in cooperation with international partners.

The Butantan-DV vaccine, approved by ANVISA last year and already incorporated into Brazil's National Immunization Program, with clinical studies showing 100% efficacy against dengue-related hospitalizations, represents great hope for Brazil in overcoming this disease. However, for many other countries, there is still a long road ahead. Innovation and access to vaccines, treatments, and diagnostics remain essential, and therefore we encourage the submission of proposals across all these areas. We understand that only through a broad, coordinated, and robust approach will it be possible to effectively address this challenge.

We hope this Call will represent a turning point in overcoming dengue, not only in Brazil, but around the world. I invite all those present, including governments, research institutions, international organizations, funders, and the private sector, to engage jointly in this effort.

The Call for Proposals will remain open until July 1st, and I encourage all interested stakeholders to apply.

This current Call for Proposals however is only the starting point of a broader set of actions. The challenges ahead are significant, and the Coalition cannot afford to think small. The current global context demands ambition and I invite all of you to join us in this effort.

Thank you very much.

## **THE BELÉM HEALTH ACTION PLAN: FROM COP30 TO COP31 – PROMOTING CONTINUITY IN CLIMATE AND HEALTH ACTION**

**SEGUNDA, 18/05 – 13:00-14:00**

Ladies and Gentlemen, good afternoon.

Allow me to begin by greeting the distinguished authorities joining me on this panel.

Dear Dr. Jeremy Farrar, Assistant Director-General of the World Health Organization, in whose name I also greet my friend Jarbas Barbosa, Director of the Pan American Health Organization, as well as the Directors of the Regional Offices who are present here today. Please accept the renewed support of the Government of Brazil for the World Health Organization;

Dr. Maria Neira, ATACH Champion, to whom we owe much of the recent progress achieved at the nexus of health and climate change;

Professor Zoe Wainer, Director-General of the Australian Centre for Disease Control;

Dr. Aziz Alper Biten, Director-General for Foreign Affairs and European Union Affairs of the Ministry of Health of Türkiye and co-host of this event, and, in his name, all panelists joining us in this session, especially Dr. Nada Al Marzooqi, from the United Arab Emirates, which co-sponsors this session;

Thank you for your presence.

Dear friends,

A year ago, we gathered here, on the margins of the Seventy-eighth World Health Assembly, to announce an ambitious intention: to propose the first action plan dedicated to health within a Conference of the Parties to the Framework-Convention on Climate Change. At that time, we had been entrusted by President Lula with the mission to make COP30 a “COP of truth”. Within the climate action agenda, we also committed ourselves to building climate-resilient health systems, supported by a global *mutirão*.

These commitments materialized during the Health Day at COP30, on 13 November, when we launched the Belém Health Action Plan as a guiding instrument for concrete action to adapt the health sector to climate change, grounded on three pillars: 1) health equity; 2) climate justice; and 3) social participation

This progress was only possible because we are witnessing an unprecedented strengthening of the health agenda within climate negotiations. We owe this to international organizations, civil society, health professionals, academia and the COP Presidencies represented here today. The leadership of the United Kingdom, Egypt, the United Arab Emirates and Azerbaijan was instrumental in elevating the centrality of health within the COP process. At a time when unilateral actions are once again becoming fashionable, we must preserve unity in favour of international cooperation. We will not rise to the climate challenge alone.

Today, as we say in Brazil, “o bloco está na rua”, “the parade is already on the streets.” The Belém Plan is now a reality and has already been endorsed by 33 countries and supported by 50 organizations. However, we know that the work is far from finished. At COP30, I stated that we needed to move from the era of declarations to the era of implementation.

Let us remember that the climate crisis is a public health crisis. We are living through the hottest years ever recorded in history. Rainfall patterns are changing and sea levels are rising. Climate-sensitive diseases are expanding, while morbidity and mortality rates increase, placing additional pressure on already overburdened health systems and disproportionately affecting the most vulnerable populations. To this perfect storm, we must add the proliferation of wars, the erosion of international law, and the weakening of multilateralism, including within the global public health architecture, all of which undermine our collective efforts.

We know that a just energy transition and emissions mitigation are imperative. Without overlooking this reality, the Belém Health Action Plan identifies adaptation as an urgency because health systems must be prepared for a climate that has already changed and will keep on changing. An adapted health system is a more equitable, resilient and sustainable one. We must ensure the continuity of services in the face of extreme events, strengthen preventive actions, optimize public resources and protect what is most precious: life.

Ladies and Gentlemen,

It is equally important to underscore that political ambition must be matched by the availability of means of implementation, a reality even more pressing for developing countries. The Paris Agreement, in its Articles nine and ten, establishes that developed countries shall support developing countries through financing, technology transfer and capacity-building, based on the needs identified by developing countries.

Effective adaptation requires additional, predictable and equitably distributed resources. In Brazil, the Belém Health Action Plan is reflected in the National Adaptation Plan for the Health Sector, known as AdaptaSUS. This Plan, developed through broad intergovernmental dialogue and social participation, aims to make Brazil's Unified Health System (SUS) more resilient to climate change. Based on its goals and actions, Brazil will invest ten billion reais, two billion dollars in 2026 to carry out infrastructure works in vulnerable areas, invest in research, integrate surveillance data informed by climate intelligence, expand early warning systems, enhance the capacities of the health workforce and ensure service continuity during extreme events.

Yet, when we look at financial contributions worldwide, there is no doubt as to how far we still are from the 1.3 trillion dollars annually estimated by the Baku to Belém Roadmap. Meanwhile, the impacts of climate change continue to increase disease incidence, exacerbate water and food insecurity, intensify climate emergencies and place growing pressure on public health systems. This is particularly evident in the most vulnerable countries, where demands for loss and damage financing are increasing and inequalities continue to deepen.

In this context, the Global Goal on Adaptation provides an important framework. In particular, Target nine-ci (9c) seeks to promote climate-resilient health services and reduce climate-related morbidity and mortality, in particular among the most vulnerable populations.

For this reason, I emphasize the importance of viewing the Belém Health Action Plan as a strategic guide for adaptation investments. Its three action pillars bring together concrete and priority measures to strengthen the resilience of the health sector, promoting opportunities for financing, technical cooperation, capacity-building and voluntary technology transfer, always in line with local needs and priorities.

It is also important to recall that, during the Health Day at COP-thirty, the Climate and Health Funders Coalition announced a contribution of three-hundred (300) million dollars for projects in the sector. I encourage the countries that have endorsed the Belém Plan to engage with the committed philanthropies and present projects aligned with the Plan and adapted to their respective national realities.

I would also like to acknowledge and thank the representatives of these organizations present at this event, creating an opportunity for this space to strengthen partnerships and clarify pathways for advancing collectively.

Ladies and Gentlemen,

Brazil will remain at the disposal of the COP31 Presidency, the COP31 Presidency of Negotiations and the designated COP32 Presidency to promote health as a central element of climate action, guided by the defence of equity and governance with social participation. Under President Lula's Government, Brazil will not fail the UNFCCC (iúl-ên-éf-triple-ci), nor the World Health Organization.

The Belém Plan will remain open to the endorsement of countries and partners interested in cooperating, exchanging experiences and advancing jointly in its implementation. We invite countries already implementing adaptation measures aligned with the Plan to share their best practices, experiences and progress with the international community, in light of the Belém Adaptation Indicators and other relevant mechanisms.

We will continue advancing discussions on implementation and monitoring within the UNFCCC (iúl-ên-éf-triple-ci), at the Bonn Climate Change Conference, together with Türkiye and WHO

(dâbliu-êitch-ôu). In addition, we seek to give due prominence to continuous, equitable and qualified access to adaptation finance during London Climate Action Week, in partnership with Wellcome and the Rockefeller Foundation.

To our friends from Türkiye and Australia, I would like to express our confidence in the partnership built towards COP31, certain that continuity in placing health at the centre of the climate agenda is assured.

We invite all of you to join us in this effort towards Antalya.

Thank you very much.

# Avanços Recentes na Governança Florestal e na Responsabilização Climática Global

*Avances recientes en la gobernanza forestal y la responsabilidad climática global*

*Recent Advances in Forest Governance and Global Climate Accountability*

*Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

**Resumo.** Durante o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, houve amplo reconhecimento da importância das florestas para enfrentar as crises climática, ambiental e social. No entanto, persistem desafios relacionados ao financiamento, à implementação dos compromissos internacionais e às tensões geopolíticas, enquanto o relatório final alertou que os avanços atuais ainda são insuficientes para alcançar as metas globais até 2030. Em julho de 2025, a Corte Internacional de Justiça afirmou que os países têm obrigações legais de agir contra as mudanças climáticas, com medidas alinhadas à meta de 1,5°C do Acordo de Paris. Em maio de 2026, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução apoiando o parecer, reforçando sua relevância política e jurídica para futuras negociações climáticas e ações de responsabilização internacional.

**Palavras-chave:** Florestas; financiamento climático; Corte Internacional de Justiça; governança ambiental; Agenda 2030.

**Resumen.** Durante el Foro de las Naciones Unidas sobre los Bosques, se reconoció ampliamente la importancia de los bosques para hacer frente a las crisis climática, medioambiental y social. Sin embargo, persisten los retos relacionados con la financiación, la aplicación de los compromisos internacionales y las tensiones geopolíticas, mientras que el informe final alertó de que los avances actuales siguen siendo insuficientes para alcanzar los objetivos globales de aquí a 2030. En julio de 2025, la Corte Internacional de Justicia afirmó que los países tienen la obligación legal de actuar contra el cambio climático, con medidas alineadas con el objetivo de 1,5 °C del Acuerdo de París. En mayo de 2026, la Asamblea General de la ONU aprobó una resolución en apoyo del dictamen, reforzando su relevancia política y jurídica para futuras negociaciones climáticas y acciones de responsabilidad internacional.

**Palabras clave:** Bosques; financiación climática; Corte Internacional de Justicia; gobernanza ambiental; Agenda 2030.

**Abstract.** During the United Nations Forum on Forests, there was broad recognition of the strategic importance of forests in addressing climate, environmental, and social crises. However, challenges related to financing, implementation of international commitments, and geopolitical tensions persist, while the final report warned that current progress remains insufficient to achieve the 2030 global goals. In July 2025, the International Court of Justice stated that countries have legal obligations to address climate change through measures aligned with the 1.5°C target of the Paris Agreement. In May 2026, the UN General Assembly adopted a resolution supporting the opinion, strengthening its political and legal relevance for future climate negotiations and international accountability efforts.

**Keywords:** *Forests; climate finance; International Court of Justice; environmental governance; 2030 Agenda*

## 1. Fórum das Nações Unidas sobre Florestas

A 21ª sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21) ocorreu entre os dias 11 e 15 de maio de 2026, na sede das Nações Unidas, em Nova York, reunindo cerca de 400 participantes entre representantes de governos, organismos do sistema ONU, organizações intergovernamentais, instituições científicas, sociedade civil e grupos de interesse ligados à gestão florestal sustentável. O encontro aconteceu em um contexto de crescente preocupação internacional com o avanço do desmatamento, a degradação florestal, os incêndios extremos, as pressões econômicas sobre os recursos naturais e as dificuldades de financiamento das agendas ambientais multilaterais.

O principal objetivo da reunião foi avaliar o progresso na implementação do [Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas 2017–2030](#) (UNSPF) e dos Objetivos Globais para Florestas<sup>1</sup>, além de discutir medidas para acelerar as ações internacionais até 2030. Durante a abertura, representantes da ONU enfatizaram que as florestas são essenciais para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para o combate às mudanças climáticas, para a proteção da biodiversidade e para a segurança hídrica e alimentar global. O presidente do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), Lok Bahadur Thapa, afirmou que o mundo já conhece as soluções necessárias — manejo florestal sustentável, restauração e investimento — mas que o grande desafio permanece sendo a implementação efetiva dessas medidas.

Um dos momentos centrais do evento foi a apresentação do Relatório dos Objetivos Globais para Florestas 2026, que trouxe um panorama misto sobre os avanços alcançados. O documento apontou que houve aumento nos investimentos em restauração florestal e manejo sustentável, além de crescimento dos estoques globais de carbono nas florestas. Entretanto, os dados também mostraram que o mundo perdeu aproximadamente 40 milhões de hectares de cobertura florestal na última década, enquanto incêndios, secas e pragas florestais vêm se intensificando. O relatório destacou ainda que o financiamento global para manejo florestal sustentável alcançou cerca de 84 bilhões de dólares em 2023, mas seriam necessários aproximadamente 300 bilhões anuais para atingir as metas estabelecidas. Também foram identificados problemas persistentes relacionados à exploração ilegal de madeira, fragilidade institucional, baixa fiscalização e fragmentação das políticas públicas.

As discussões políticas concentraram-se principalmente na necessidade de acelerar os esforços internacionais para interromper e reverter o desmatamento até 2030, fortalecer os mecanismos de financiamento e ampliar a cooperação entre os países. Diversos governos apresentaram iniciativas nacionais e regionais voltadas ao manejo sustentável das florestas, prevenção de incêndios e promoção da bioeconomia. O Brasil destacou o lançamento da iniciativa da Presidência da COP30 da Convenção do Clima da ONU voltada à construção de um roteiro internacional para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, além de defender abordagens integradas de manejo do fogo e fortalecimento da resiliência climática.

Outro tema fortemente debatido foi a necessidade de maior integração entre as agendas ambientais globais, especialmente entre as negociações climáticas, biodiversidade e combate à

desertificação. Muitos países defenderam maior coerência entre o Fórum de Florestas e os processos da Convenção do Clima (UNFCCC), da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e da Convenção de Combate à Desertificação (UNCCD). Houve reconhecimento crescente de que as florestas desempenham papel central não apenas na mitigação climática, mas também na adaptação, na conservação da biodiversidade, na redução de riscos de desastres e na proteção dos meios de vida de comunidades tradicionais e povos indígenas.

### **Os impasses**

As negociações também evidenciaram importantes tensões políticas e divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos principais impasses ocorreu em torno da redação da resolução final sobre desmatamento e degradação florestal. Alguns países em desenvolvimento defenderam a inclusão de referências explícitas às “circunstâncias, prioridades e capacidades nacionais”, enquanto países desenvolvidos preferiam uma linguagem mais universal e menos condicionada. Também houve discordâncias sobre o uso do termo “degradação florestal”, já que não existe uma definição internacional plenamente consensual para o conceito. Outro ponto delicado envolveu o financiamento internacional. Países em desenvolvimento cobraram recursos novos, previsíveis e adicionais para apoiar conservação e restauração florestal, enquanto vários países desenvolvidos insistiram que o financiamento deveria vir “de todas as fontes”, incluindo recursos domésticos e investimentos privados.

### **Financiamento**

As discussões sobre financiamento revelaram preocupação generalizada com a crise orçamentária enfrentada pelo próprio secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas. As contribuições voluntárias ao fundo fiduciário do UNFF caíram mais de 50% em 2025, ao mesmo tempo em que o sistema ONU vem passando por cortes orçamentários associados à iniciativa de reforma administrativa conhecida como “UN80”. Diversos representantes alertaram que o aumento das responsabilidades atribuídas ao Fórum e ao secretariado não está sendo acompanhado pelos recursos necessários para sua implementação. Países como Brasil e Jamaica defenderam contribuições plurianuais e financiamento mais estável para garantir o funcionamento das atividades técnicas, dos relatórios e das iniciativas de cooperação internacional.

### **Resolução aprovada**

Apesar das divergências, os países conseguiram aprovar uma resolução omnibus final, considerada equilibrada e resultado de intensas negociações diplomáticas. O texto final reafirma o compromisso com os Objetivos Globais para Florestas, incentiva os países a integrarem essas metas em suas políticas nacionais, fortalece a cooperação internacional em manejo do fogo, restauração e bioeconomia florestal, e apoia a implementação da Década das Nações Unidas para Florestamento e Reflorestamento (2027–2036). A resolução também reconhece a urgência de ampliar os mecanismos de financiamento, fortalecer a transferência de tecnologia e melhorar os sistemas de monitoramento e reporte sobre florestas.

### **Próximos passos e análise**

Além disso, ficou decidido que o processo preparatório para a revisão final do Arranjo Internacional sobre Florestas em 2030 será aprofundado nos próximos anos. O secretariado deverá elaborar propostas para uma revisão mais transparente, inclusiva e baseada em evidências, enquanto consultas intersessionais continuarão sendo realizadas até a próxima

reunião. A UNFF22 já foi agendada para maio de 2027, também em Nova York, com foco em benefícios econômicos, sociais e ambientais das florestas, financiamento e fortalecimento da cooperação internacional.

De maneira geral, o encontro demonstrou que existe reconhecimento político global sobre a importância estratégica das florestas para o enfrentamento das crises climática, ambiental e social. Contudo, também deixou evidente que persistem dificuldades estruturais relacionadas ao financiamento, à implementação efetiva dos compromissos internacionais e às tensões geopolíticas que afetam a governança ambiental global. O próprio relatório final reconheceu que, embora o mundo esteja avançando “na direção correta”, a velocidade e a escala das ações ainda são insuficientes para alcançar os objetivos estabelecidos para 2030.

O evento evidenciou diversas conexões importantes entre florestas, mudanças climáticas e saúde humana. As discussões reforçaram que a degradação florestal, o aumento dos incêndios, das secas e das pragas representam ameaças crescentes não apenas para os ecossistemas, mas também para a qualidade do ar, a segurança alimentar, os recursos hídricos e a resiliência das comunidades. O fortalecimento do manejo integrado do fogo, da restauração florestal e da adaptação climática foi apresentado como essencial para reduzir riscos ambientais com impactos diretos sobre o bem-estar humano. Além disso, o encontro destacou a necessidade de maior integração entre as agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, aproximando-se de conceitos de saúde planetária e One Health ao reconhecer que a proteção das florestas é fundamental para a estabilidade climática, a conservação da biodiversidade e a proteção das populações mais vulneráveis. O documento também chama atenção para o papel das comunidades locais, povos indígenas, mulheres e jovens na construção de sistemas mais resilientes, reforçando que a sustentabilidade florestal possui implicações sociais, ambientais e sanitárias profundamente interconectadas.

### **Relatório dos Objetivos Globais para Florestas 2026**

O [Relatório dos Objetivos Globais para Florestas 2026](#) (Global Forest Goals Report 2026) é o principal relatório das Nações Unidas para monitorar o progresso da implementação do Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas 2017–2030 e dos seis Objetivos Globais para Florestas (Global Forest Goals — GFGs). O documento foi lançado oficialmente em maio de 2026 durante a 21ª sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21), em Nova York. O relatório foi elaborado pelo Secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFFS), ligado ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA).

O relatório funciona como uma avaliação global do estado das florestas e da governança florestal internacional. Ele analisa como os países estão avançando em temas como combate ao desmatamento, restauração florestal, financiamento, manejo sustentável, proteção da biodiversidade, fortalecimento da governança e cooperação internacional. A análise foi baseada em relatórios voluntários enviados por 48 países — representando cerca de 51% da área florestal global — além de dados internacionais produzidos pela FAO e outras agências especializadas.

O documento conclui que houve progresso relevante desde 2021, mas em uma velocidade muito inferior à necessária para alcançar as metas até 2030. Entre os avanços positivos, o relatório destaca:

- aumento de investimentos em restauração, reflorestamento e manejo sustentável;
- expansão de áreas protegidas;
- fortalecimento de sistemas de monitoramento florestal;

- maior integração das florestas nas agendas climática e de biodiversidade;
- crescimento da cooperação internacional e do uso de tecnologias digitais e sistemas de monitoramento.

Apesar disso, o relatório alerta que a degradação florestal e o desmatamento continuam avançando em várias regiões do mundo. **Um dos dados mais preocupantes é que o planeta perdeu cerca de 40 milhões de hectares de florestas em apenas dez anos, enquanto incêndios, secas, pragas e eventos climáticos extremos vêm aumentando.** O documento também destaca que o financiamento atual para manejo florestal sustentável é insuficiente: embora cerca de US\$ 84 bilhões tenham sido mobilizados em 2023, seriam necessários aproximadamente US\$ 300 bilhões anuais para atingir os objetivos globais.

O relatório também identifica importantes gargalos estruturais, como:

- baixa capacidade institucional em alguns países;
- exploração ilegal de madeira;
- fragmentação das políticas públicas;
- dificuldades de coordenação entre clima, biodiversidade e uso da terra;
- falta de dados consistentes;
- redução do financiamento internacional para florestas.

Os seis Objetivos Globais para Florestas avaliados pelo relatório incluem:

1. Reverter a perda de cobertura florestal;
2. Melhorar benefícios sociais, econômicos e ambientais das florestas;
3. Expandir áreas protegidas e manejo sustentável;
4. Mobilizar financiamento e cooperação científica;
5. Fortalecer governança e participação social;
6. Melhorar cooperação e coerência internacional sobre florestas.

Segundo o relatório, de 26 metas globais associadas aos objetivos florestais, apenas sete estão plenamente no caminho correto, 17 apresentam progresso parcial e duas estão claramente fora da trajetória esperada: o aumento global da área florestal em 3% até 2030 e a erradicação da pobreza extrema entre populações dependentes das florestas.

O documento também reforça que as florestas são fundamentais para enfrentar simultaneamente as crises climática, de biodiversidade, alimentar e hídrica. Por isso, o relatório aproxima fortemente a agenda florestal das discussões sobre clima, saúde planetária, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou no prefácio que as florestas são “um dos ativos naturais mais vitais do planeta”, essenciais para a regulação climática, conservação da biodiversidade e sobrevivência de bilhões de pessoas.

Entre as principais recomendações do relatório estão:

- interromper e reverter o desmatamento até 2030;
- ampliar a restauração de ecossistemas degradados;
- aumentar significativamente o financiamento climático e florestal;
- fortalecer a fiscalização e a governança ambiental;
- integrar políticas de clima, biodiversidade e desenvolvimento;

- ampliar o apoio a povos indígenas e comunidades locais;
- fortalecer sistemas de monitoramento e dados florestais;
- promover maior coordenação internacional entre diferentes convenções ambientais.

### **Votação do Parecer emitido pela corte sobre as obrigações dos países com relação às ações de mitigação climática.**

Em 23 de julho de 2025 Corte Internacional de Justiça (CIJ/ICJ) emitiu um [parecer consultivo histórico sobre as obrigações dos Estados em relação às mudanças climáticas](#). O parecer foi solicitado pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da [Resolução 77/276](#), aprovada em março de 2023, após forte mobilização liderada por Vanuatu e outros pequenos Estados insulares vulneráveis à elevação do nível do mar e aos impactos climáticos.

A Corte concluiu que as mudanças climáticas não são apenas uma questão política ou diplomática, mas também um tema de responsabilidade jurídica internacional. O parecer afirmou que os Estados têm obrigação legal de prevenir danos significativos ao sistema climático, devendo adotar medidas concretas de mitigação e adaptação baseadas na ciência, incluindo políticas públicas, legislação nacional, mecanismos de fiscalização e controle de emissões. A decisão reforçou ainda que os países devem agir com “devida diligência”, utilizando todos os meios razoavelmente disponíveis para reduzir emissões de gases de efeito estufa e fortalecer a resiliência climática.

O parecer também destacou que a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C prevista no Acordo de Paris não deve ser vista apenas como aspiracional, mas como um parâmetro jurídico relevante para avaliar se os esforços nacionais são adequados. Segundo a Corte, os compromissos climáticos nacionais (NDCs) precisam ser compatíveis com reduções profundas, rápidas e sustentadas das emissões, além da transição para emissões líquidas zero.

Outro ponto central foi o reconhecimento de que os Estados possuem obrigação de cooperar internacionalmente no enfrentamento da crise climática, incluindo financiamento climático, transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades para países em desenvolvimento. O texto também deixou claro que, caso um país descumpra suas obrigações climáticas internacionais, podem surgir consequências jurídicas relacionadas à responsabilidade internacional dos Estados, incluindo cessação da conduta ilícita, garantias de não repetição e até reparações e compensações, desde que haja nexos causal comprovado entre a ação do Estado e os danos climáticos.

Após a divulgação do parecer, o tema retornou recentemente à Assembleia Geral da ONU. Em maio de 2026, os países votaram [uma nova resolução](#) apoiando formalmente o parecer da Corte Internacional de Justiça e reforçando que os governos possuem obrigações legais no enfrentamento das mudanças climáticas. A resolução foi aprovada por ampla maioria: 141 países votaram a favor, apenas 8 votaram contra e 28 se abstiveram. Entre os países que votaram contra estavam Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita, Israel, Irã, Belarus, Iêmen e Libéria. Entre os que se abstiveram estavam Índia, Turquia, Qatar e Nigéria. ([The Guardian](#))

A votação foi considerada um marco político importante porque demonstra crescente apoio internacional ao fortalecimento da responsabilização jurídica climática. A resolução foi novamente liderada por Vanuatu, com apoio de diversos pequenos Estados insulares e países vulneráveis. Embora o parecer da Corte não seja juridicamente vinculante, ele passa a ganhar

ainda mais peso político e poderá influenciar futuras negociações climáticas, processos judiciais nacionais e internacionais, além de ações de litigância climática contra governos e empresas fósseis. ([The Guardian](#))

Os próximos passos incluem o uso crescente desse parecer em tribunais nacionais e internacionais, especialmente em casos relacionados à responsabilidade climática, perdas e danos, direitos humanos e combustíveis fósseis. O tema também deverá influenciar as negociações da COP31, que ocorrerá em 2026 na Turquia, e os debates sobre financiamento climático, transição energética e metas nacionais de emissões. Além disso, especialistas apontam que o parecer pode fortalecer pressões diplomáticas sobre grandes emissores históricos e acelerar discussões sobre compensações climáticas para países mais vulneráveis. ([The Guardian](#)).

Mais informações podem ser encontradas [no site das Nações Unidas](#).

Os próximos passos esperados são:

1. Relatório do Secretário-Geral sobre formas de implementação;
2. Uso crescente do parecer e da resolução em tribunais nacionais e internacionais;
3. Incorporação do tema nas negociações da COP31;
4. Pressão diplomática sobre países grandes emissores e produtores de combustíveis fósseis.

## O que esperar da 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT?

*¿Qué cabe esperar de la 114ª Sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo de la OIT?*

*What to expect from the 114<sup>th</sup> Session of the ILO International Labour Conference?*

**Frederico Peres**

**Resumo.** O artigo apresenta e discute a Agenda da 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, além de incluir os debates em torno de uma proposta de Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas, propõe a discussão de temas de grande repercussão e importância para o mundo do trabalho, como a construção de uma agenda transformadora para a promoção da igualdade de gênero no trabalho e estratégias para a promoção do emprego e trabalho decente como ponte para a paz, prevenção de crises e fortalecimento da resiliência. Assim, além de buscar consolidar um marco de referência internacional, capaz de orientar respostas nacionais à rápida expansão digital, que vem sendo acompanhada de um processo de precarização extrema, no contexto do trabalho mediado por plataformas, a Agenda da CIT também demonstra a preocupação com o agravamento de iniquidades no mundo do trabalho, sobretudo as de gênero. E advoga pela necessidade de se construir uma agenda avançada para diminuir as lacunas existentes, no mercado de trabalho, no que se refere a cargos e à remuneração das mulheres, quando comparado a homens com a mesma formação. Conclui-se que, mesmo considerando que uma importante Convenção, como a que será discutida durante a CIT, não seja uma garantia absoluta da adesão imediata dos países membros às diretrizes e princípios promotores do trabalho decente na economia de plataformas, a ausência de um instrumento internacional que proponha a regulação do trabalho mediado por estas tecnologias algorítmicas é, sobremaneira, pior. E, portanto, reforça a importância do engajamento e da articulação internacional para a sua aprovação, durante esta 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

**Palavras-chave:** Conferência Internacional do Trabalho; Precarização do Trabalho; Plataformização; Iniquidades de Gênero.

**Resumen.** Este artículo presenta y analiza la Agenda de la 114ª Sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo (CIT), de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), que, además de incluir debates en torno a un proyecto de Convención sobre el Trabajo Decente en la Economía de Plataformas, plantea temas de gran importancia y relevancia para el mundo del trabajo, como la construcción de una agenda transformadora para la promoción de la igualdad de género en el trabajo y el análisis de estrategias para fomentar el empleo y el trabajo decente como puente hacia la paz, la prevención de crisis y el fortalecimiento de la resiliencia. Así, además de buscar consolidar un marco internacional capaz de orientar las respuestas nacionales a la rápida expansión digital, que ha estado acompañada de un proceso de extrema precarización en el

contexto del trabajo mediado por plataformas, la Agenda de la CIT también demuestra preocupación por el agravamiento de las desigualdades en el mundo del trabajo, especialmente las de género. Aboga por la necesidad de construir una agenda avanzada para reducir las brechas existentes en el mercado laboral en cuanto a la posición y la remuneración de las mujeres en comparación con los hombres con las mismas cualificaciones. Se concluye que, aun considerando que un convenio importante, como el que se debatirá durante la CDI, no garantiza la adhesión inmediata de los países miembros a las directrices y principios que promueven el trabajo decente en la economía de plataformas, la ausencia de un instrumento internacional que proponga la regulación del trabajo mediado por estas tecnologías algorítmicas resulta considerablemente peor. Por lo tanto, se refuerza la importancia del compromiso y la coordinación internacionales para su aprobación durante este 114.º período de sesiones de la Conferencia Internacional del Trabajo.

**Palabras clave:** Conferencia Internacional del Trabajo; Precarización del trabajo; Plataformas digitales; Desigualdades de género.

**Abstract.** This article presents and discusses the Agenda of the 114th Session of the International Labour Conference (ILC) of the International Labour Organization (ILO), which, in addition to including debates surrounding a proposed Convention on Decent Work in the Platform Economy, brings to the debate topics of great importance and relevance to the world of work, such as the construction of a transformative agenda for the promotion of gender equality at work and the discussion of strategies for promoting employment and decent work as a bridge to peace, crisis prevention and strengthening resilience. So, not only is the aim to build an international framework that can guide the national responses to the rapid digital expansion, with a process of extreme precarization in the context of work mediated by platforms, but the ILC Agenda also shows concern about the worsening of inequalities in the world of work, especially gender inequalities. It promotes the necessity for an advanced agenda to bridge existing imbalances in the labor market in terms of women's employment and income compared to males with similar skills. It is concluded that even taking into account that an important Convention, such as the one to be discussed during the ILC, is not an absolute guarantee of the immediate adherence of member countries to the guidelines and principles promoting decent work in the platform economy, the lack of an international instrument proposing the regulation of work mediated by these algorithmic technologies is, significantly, worse. And consequently, it strengthens the need for international engagement and collaboration to get it approved during this 114th Session of the International Labour Conference.

**Keywords:** International Labour Conference; Job insecurity; Platformisation; Gender inequality.

## Introdução

A 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), acontece entre os dias 10 e 12 de junho em Genebra, em um contexto de grandes turbulências no mundo do trabalho, com destaque para os impactos dos conflitos armados que, nos últimos anos, têm imposto desafios sem precedentes para as organizações multilaterais, inclusive a própria OIT. Um cenário que, conjugado a temas críticos, mas de difícil consenso, presentes em sua Agenda, traz expectativas e incertezas sobre o tom que será adotado durante as discussões e o alcance de seus resultados para a garantia do trabalho decente — seguro, saudável, sustentável e equitativo.

Como de costume, os 187 países membros da OIT serão representados na 114ª Sessão da CIT por uma delegação tripartite, composta por dois representantes de governo, um representante dos empregadores e um representante dos trabalhadores, além de assessores técnicos, o que torna a Conferência Internacional do Trabalho uma das mais concorridas e complexas instâncias decisórias no escopo das agências e organizações internacionais. Nessas delegações, é comum que os representantes de governos sejam ministros responsáveis pelo setor Trabalho em seus respectivos países, embora chefes de Estado e de governo (como primeiros-ministros) também participem e façam o uso da palavra durante a Conferência. Representantes dos empregadores e dos trabalhadores são, usualmente, indicados dentre os grupos nacionais (representações de empregadores e trabalhadores) mais representativos nos países membros. Já as organizações internacionais, sejam governamentais ou não governamentais, participam como observadores.

Entre as tarefas delegadas à CIT está a elaboração e adoção de Normas Internacionais do Trabalho, na forma de Convenções e Recomendações. As Convenções são tratados internacionais que precisam ser ratificados pelos países membros, após serem adotadas pela Conferência, colocando um peso sobre a adoção, em cada país, das disposições contidas nestas Convenções. Já as recomendações são orientações gerais que visam fomentar ações nacionais sobre aspectos diversos relacionados ao trabalho e emprego, não estando sujeitas à ratificação e, portanto, não são juridicamente vinculativas.

Para além da elaboração e adoção de Convenções e Recomendações, a CIT tem o papel de supervisionar a adoção de tais normas em nível nacional, a partir da análise de relatórios e outros documentos técnicos, apresentados por cada país membro, onde se detalha o cumprimento das obrigações decorrentes das Convenções ratificadas, as respectivas leis formuladas como resposta e outras ações relacionadas tanto às Convenções quanto às Recomendações aprovadas nas sessões anteriores. Importante destacar que a Conferência também adota Resoluções que estabelecem princípios para a política geral e o trabalho da própria OIT.

Neste ano, durante os trabalhos da 114ª Sessão, entre outros temas, estará em discussão para aprovação o texto-base para uma Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas, cuja análise foi realizada aqui, em [texto publicado no Caderno 5/2026](#), de 15 de abril de 2026. Etapa que representa o ápice de um processo de construção longo, e de certa forma histórico, para a regulação do trabalho em plataformas digitais — um dos grandes desafios do mundo do trabalho contemporâneo. Este momento de culminância, que foi precedido por intensos debates técnicos na 113ª Sessão (2025), busca consolidar um marco de referência internacional capaz de orientar respostas nacionais à rápida expansão digital no mundo do trabalho e o processo de precarização extrema no contexto do trabalho mediado por plataformas.

Embora seja possível reconhecer que a “economia de plataformas” possa ter impulsionado o aumento na oferta de empregos para um importante contingente de trabalhadores, ao redor do planeta, também exacerbou históricas desigualdades e déficits significativos do chamado trabalho decente, exigindo uma resposta que considere a incorporação tecnológica com respeito às normas, nacionais e internacionais, que protegem direitos e a saúde de trabalhadoras e trabalhadores. Sobretudo no que diz respeito a três pontos-chave:

- **Segurança Jurídica:** busca-se, com a Convenção, proporcionar objetividade e nitidez normativa para Estados, plataformas e trabalhadores.
- **Adequação Administrativa:** permitir a adaptação da economia de plataformas (em essência, de caráter transnacional) às realidades nacionais, baseando-se nas arquiteturas dos arranjos de trabalho, em cada país.
- **Proteção Social:** acima de tudo, busca-se garantir direitos fundamentais e acesso à seguridade para trabalhadoras e trabalhadores que realizam suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais, independentemente de qualquer discussão jurídica que se possa ter sobre o reconhecimento de seu vínculo.

A base para a eficácia desta transição tecnológica, com garantia de direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores, em todo o mundo, reside na precisão das definições e no escopo de aplicação, em cada país, elementos que se busca garantir com a aprovação da Convenção.

Para além da Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas, a Agenda da 114ª Sessão da CIT também inclui outros temas de grande repercussão e importância para o mundo do trabalho, como a construção de uma agenda transformadora para a promoção da igualdade de gênero no trabalho e a discussão de estratégias para a promoção do emprego e trabalho decente como ponte para a paz, prevenção de crises e fortalecimento da resiliência, tema também abordado anteriormente, em [artigo publicado no Caderno 4/2026](#), de 02 de abril de 2026.

#### **Agenda da 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (1 a 12 de junho de 2026)**

Conforme as diretrizes adotadas para a organização das CIT, a Agenda da 114ª Sessão se estrutura em dois blocos: a) Assuntos permanentes; e b) Assuntos incluídos na agenda pela Conferência ou pelo Conselho Diretor.

##### Assuntos Permanentes

I. Relatórios do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-Geral (ponto discutido em plenário)

Relatório I(A): [Relatório do Presidente do Conselho de Administração para o ano de 2025-2026](#)

Relatório I(B): [Relatório do Diretor-Geral](#)

Anexo: [A situação dos trabalhadores dos territórios árabes ocupados](#)

Relatório I(C): [Implementação do programa da OIT 2024-2025](#)

II. Informações sobre o programa e o orçamento e outras questões (ponto discutido no Comitê de Finanças)

Relatório II: [Informações sobre o programa e o orçamento e outras questões](#)

[Relatório financeiro e demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 e Relatório do Auditor Externo](#)

III. Informações e relatórios sobre a aplicação das Convenções e Recomendações (ponto discutido no Comitê de Aplicação de Normas)

Relatório III (Parte A): [Relatório do Comitê de Especialistas sobre a Aplicação das Convenções e Recomendações](#)

Relatório III (Parte B): [Levantamento geral sobre emprego e trabalho decente para a promoção da paz, prevenção de crises e fortalecimento da resiliência](#)

*Assuntos incluídos na agenda pela Conferência ou pelo Conselho Diretor*

IV. Discussão recorrente sobre diálogo social e tripartismo (ponto discutido no Comitê de Discussão Recorrente)

Relatório IV: [Navegando pela mudança por meio do diálogo social inclusivo](#)

[Pontos para discussão](#)

V. Trabalho decente na economia de plataformas (definição de normas, segunda discussão — ponto discutido no Comitê de Definição de Normas)

Relatório V(3): [Projeto de Convenção e Recomendação para comentários](#)

Relatório V(4): [Resumo das observações recebidas e projeto de Convenção e Recomendação](#)

VI. Avançando a agenda transformadora para a igualdade de gênero no trabalho (ponto discutido no Comitê de Discussão Geral)

Relatório VI: [Avançando a agenda transformadora para a igualdade de gênero no mundo do trabalho](#)

[Pontos para discussão](#)

VII. Retirada da Convenção sobre Normas Trabalhistas (Territórios Não Metropolitanos), 1947 (nº 83) (ponto discutido em plenário)

Relatório VII(1): [Questionário](#)

Relatório VII(2): [Resumo das respostas recebidas e proposta de decisão](#)

### **Possíveis contribuições da 114ª Sessão da CIT para o mundo do trabalho**

O ponto central da Agenda aprovada para a 114ª Sessão da CIT é, sem dúvida, a proposta de Convenção sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas, sobretudo em função do agravamento da precarização do trabalho e da fragilização extrema das redes de proteção social de trabalhadores, ambos associados à expansão e ao avanço destas plataformas ao redor do planeta. Questão que se torna ainda mais complexa quando se considera que muitas destas plataformas digitais transcendem ao alcance de legislações nacionais, o que coloca a urgência e o peso sobre a possibilidade de se ter estabelecido um marco normativo internacional da referência, representado pela Convenção que se pretende aprovar na CIT.

Um dos pontos que, certamente, provocará intensas discussões durante a CIT, está presente no Artigo 4 da Convenção, que trata justamente da saúde e segurança no trabalho. Segundo o texto, [e conforme observado anteriormente](#), cada país membro deverá exigir às plataformas digitais de trabalho que sejam tomadas as medidas adequadas, na medida do razoavelmente praticável, para prevenir acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e quaisquer outros danos à saúde, decorrentes do trabalho, a ele relacionados ou que ocorram durante o trabalho, avaliando todos os riscos ocupacionais e adotando medidas preventivas e

de controle adequadas. Tais medidas deverão ser adotadas como estratégia para prevenir acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e quaisquer outros danos à saúde, sobretudo aqueles associados a longas jornadas de trabalho e períodos de descanso insuficientes.

Outro ponto polêmico — e, [como também observado anteriormente](#) —, um dos mais complicados de serem internalizados, no âmbito de cada país membro, é o Artigo 10 da Convenção, que trata do reconhecimento de vínculo de trabalho junto às plataformas digitais. Segundo o Artigo, cada país membro deverá garantir condições para assegurar a existência de uma relação de trabalho, com base no disposto na Recomendação da OIT sobre a Relação de Trabalho (Recomendação n.º 198 de 2006). Considerando as especificidades do trabalho mediado por plataformas digitais, tais medidas visam garantir que trabalhadoras e trabalhadores vinculados a plataformas digitais tenham a proteção a que têm direito, a partir do reconhecimento da relação de trabalho.

[Estimativas do Banco Mundial](#) apontam a existência de um contingente aproximado entre 154 milhões e 435 milhões de trabalhadores ativos (dependendo do método utilizado para tais estimativas) na economia de plataformas, em diversos setores — do transporte à saúde, passando por análise e gestão de dados, entre outros —, que, frequentemente, trabalham sem contratos de trabalho, proteção social ou o direito de se organizar (associativo). Nesse cenário, uma proposta de Convenção para regulamentar as plataformas digitais de trabalho e garantir direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores, em cada país membro, abre uma possibilidade que a inovação (ou disrupção tecnológica) não ocorra em detrimento de direitos e redes de proteção conquistadas ao longo de décadas por trabalhadores em todo o mundo. da mesma forma, permite acessar informações sobre a gestão algorítmica do trabalho, outro grande passo rumo à transparência e à responsabilização dos empregadores nos processos de trabalho mediados por plataformas.

As disposições sobre reconhecimento de vínculo de emprego, garantia de proteção social, instrumentos de negociação coletiva e resolução de disputas são alguns dos pontos principais da Convenção que, certamente, estarão no centro das disputas e nas discussões, tanto entre empregadores e trabalhadores, quanto entre representantes de governos de países sede de grupos que controlam as principais plataformas digitais de trabalho e de países onde os efeitos negativos de tais atividades já impactam os sistemas nacionais de saúde.

#### *O desafio histórico de enfrentar as iniquidades de gênero e proteger os grupos mais vulnerabilizados de trabalhadores*

A economia de plataforma atrai muitos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, como migrantes, refugiados e, também, mulheres, sobretudo devido à flexibilidade contratual, à menor exigência documental e à possibilidade de acumular as atividades remuneradas com outras, como as tarefas de cuidado e o trabalho doméstico. Porém, também os expõe a discriminação direta ou indireta, em termos de remuneração ou acesso ao trabalho, razão pela qual a proposta de Convenção, alinhada à Convenção No. 190 (Violência e Assédio) da OIT, exige que o uso de algoritmos para mediação dos processos de trabalho não resulte em qualquer tipo de discriminação (Art. 16).

O panorama da igualdade de gênero no mundo do trabalho reflete um progresso inegável, porém frágil. As mulheres nunca foram tão escolarizadas e sua presença em cargos de liderança cresceu globalmente. No entanto, esses avanços ocorrem em um cenário de incertezas profundas, marcado pela fragmentação geopolítica, conflitos persistentes e a erosão de

processos democráticos, o que ameaça reverter direitos sociais e laborais conquistados a duras penas.

Segundo o [documento de referência](#) para a discussão do tema “Avançando em uma agenda transformadora para a igualdade de gênero no mundo do trabalho”, 6º Item da Agenda da 114ª Sessão da CIT, as disparidades de gênero no emprego e na remuneração persistem, e as mulheres continuam sobrerrepresentadas em funções tipicamente subvalorizadas e com condições de trabalho menos dignas. Tais iniquidades são, particularmente, observadas em países de baixa e média-baixa renda, onde o emprego informal predomina, as mulheres continuam sobrerrepresentadas na economia informal, com acesso limitado ao trabalho e à proteção social.

O documento destaca, ainda, que barreiras estruturais e sistêmicas, incluindo discriminação, normas sociais arraigadas e responsabilidades desiguais no cuidado, continuam a impulsionar as desigualdades de gênero no mundo do trabalho. E, nesse sentido, propõe estratégia para a promoção da equidade de gênero no mundo do trabalho, entendendo que tal estratégia não deve ser vista apenas como garantia de um direito humano fundamental — que, por si só, já justificaria o esforço —, mas também como uma condição indispensável para a prosperidade compartilhada e um poderoso catalisador para enfrentar desigualdades estruturais.

A persistência de desigualdades como as de gênero, raça, etnia, local de moradia e classe social, entre tantas, nos lembra que o progresso não é linear nem garantido. E, nesse sentido, para que a justiça social e o trabalho decente se tornem realidades no mundo contemporâneo, é preciso que se avance de um modelo historicamente limitado a intervenções marginais e pontuais para uma estratégia de mudança sistêmica, estrutural, que ataque as raízes da desigualdade.

Os dados compilados pelo documento de referência da OIT estimam que o número de mulheres na força de trabalho global atingiu a marca de 1,5 bilhão em 2025 (comparado a 1,1 bilhão em 2000). Contudo, a taxa de participação global feminina no mundo do trabalho caiu de 51% para 48% no mesmo período que, segundo o documento, pode estar relacionado com o maior tempo gasto por mulheres jovens em seus processos de formação/educação, a falta de oportunidades condizentes com a sua qualificação, sobretudo após o período aumentado de formação, e o agravamento de crises econômicas e sociais que, de forma desproporcional, atingem mais às mulheres, sobretudo no que diz respeito às tarefas domésticas e do cuidado.

Assim, apesar dos avanços, o mundo do trabalho segue marcado por situações (muitas vezes paradoxais) que, frequentemente, impactam mais às mulheres. Dados trazidos no documento de referência apontam que, em países de baixa renda, a proporção de mulheres com menos que a educação primária caiu de 60% para 42%, com crescimento expressivo de mulheres em áreas anteriormente dominadas por homens, como as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Nessas áreas, embora jovens estudantes mulheres superem estudantes homens em testes de literacia digital, elas têm menor probabilidade de seguir carreiras em TIC, representando, por exemplo, menos de 25% dos estudantes de engenharia em dois terços dos países. Um dado que desvela que o avanço na educação básica não está se traduzindo em inclusão equitativa no mercado de trabalho, sobretudo em empregos que demandam formação avançada, como nas TIC.

O documento também destaca que mais mulheres estão ingressando, anualmente, na força de trabalho, mas a taxa global de informalidade feminina é de 54,6%. Em algumas regiões,

como no Sudeste Asiático, a lacuna de participação chega a 47,5 pontos percentuais em relação aos homens. Essas tendências mostram que o aumento da escolaridade entre as mulheres, embora necessário e fundamental, é insuficiente para superar as forças (visíveis e invisíveis) que retardam a promoção da equidade de gênero no mundo do trabalho, destacadas no documento em três grandes blocos:

- **Discriminação Dinâmica e Interseccional:** a discriminação não é apenas salarial; ela é multidimensional. O caso do Brasil, destacado no documento, ilustra bem esse desafio. Enquanto 40% das mulheres brancas ocupadas possuem contratos formais, esse número cai para 33% entre mulheres negras. Além disso, 26% das trabalhadoras negras estão na informalidade, contra 17% das brancas. Estes dados mostram que as desigualdades de raça e gênero se fundem para criar barreiras de exclusão ainda mais profundas, que precisam ser enfrentadas a partir de uma perspectiva interseccional.
- **Violência, Assédio e Escravidão Moderna:** A dignidade das mulheres é violada de formas extremas, em diferentes partes do planeta. Segundo o documento, cerca de 50 milhões de pessoas vivem em condições de escravidão moderna, sendo que as mulheres e meninas representam a vasta maioria das vítimas de exploração sexual comercial. No ambiente de trabalho tradicional, 1 em cada 5 pessoas sofre violência ou assédio, com as mulheres enfrentando um risco 1,6 vezes maior de violência sexual.

Outro aspecto está relacionado com o fardo desigual do cuidado. Globalmente, as mulheres dedicam 3,2 vezes mais tempo ao trabalho de cuidado não remunerado do que os homens. Além da falta de tempo para lazer ou carreira (pobreza de tempo), as mulheres carregam a carga mental — o trabalho cognitivo e emocional de planejar e coordenar as necessidades domésticas. Sem a redistribuição desse fardo, o potencial produtivo das mulheres continuará sendo sufocado.

A partir do reconhecimento de tais desigualdades, a OIT propõe uma Agenda Transformadora para a Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho, organizada em torno de seis pilares de mudança:

- **Igualdade Salarial:** foco na remuneração igual para trabalho de igual valor, apoiada pela transparência salarial, como estratégia para expor hiatos injustificáveis.
- **Políticas de Cuidado:** expansão de licenças remuneradas e serviços para redistribuir as responsabilidades entre homens e mulheres, com apoio do Estado.
- **Aprendizagem ao Longo da Vida:** garantir que o desenvolvimento de habilidades e competências encerre as lacunas de gênero e prepare as mulheres para a economia (verde e digital) contemporânea.
- **Investimento na Economia do Cuidado:** criação de empregos decentes em saúde e educação, promovendo a resiliência social e a sustentabilidade sistêmica.
- **Remoção de Barreiras Legais:** Eliminação de restrições ao acesso a determinados cargos e atividades de trabalho, e combate aos estereótipos que limitam a ascensão feminina em determinados setores, como os de alta tecnologia.

- **Prevenção da Violência e Assédio:** implementação das diretrizes da Convenção 190 para assegurar ambientes de trabalho baseados no respeito e na segurança.

## Conclusões

A 114ª Sessão da CIT, que acontece de 1º a 12 de junho de 2026, será um momento importante para testar, não apenas, as históricas disputas entre o capital e o trabalho, como também o peso das recentes crises — sociais, políticas, econômicas — na reconfiguração do multilateralismo, sobretudo considerando o contexto geopolítico pós-pandêmico, marcado por um forte recrudescimento dos interesses nacionais, em contraposição aos espaços internacionais consolidados na segunda metade do século passado. No mundo do trabalho, e no contexto da CIT, essas disputas deverão se dar, principalmente, em torno das discussões para a aprovação de uma Convenção sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas.

As expectativas são, inicialmente, de disputas importantes entre as representações de empregadores, sobretudo as grandes empresas de tecnologia, e as de trabalhadores, em particular os grupos que advogam pelo fortalecimento das redes de proteção social no contexto (extremamente precarizado) do trabalho mediado por plataformas digitais. Mas também se deve esperar disputas entre os representantes de governos onde as empresas de tecnologia, responsáveis pela plataformização crescente do mundo do trabalho, têm peso destacado nas economias nacionais, e delegações de países cujos sistemas de saúde já estão sendo fortemente impactados pela precarização das condições do trabalho mediado por plataformas digitais.

Impactos que, por sua vez, acabam atingindo de maneira desproporcional a alguns grupos de trabalhadores, com notado destaque às mulheres. E que, nesta 114ª Sessão da CIT, serão abordados a partir de um documento visando promover uma agenda global de transformações, no mundo do trabalho, para a garantia da igualdade de gênero.

A promoção da igualdade de gênero não é um custo, mas uma estratégia importante para o desenvolvimento social e, também, econômico. Ao endereçar a discriminação interseccional e a desigualdade no cuidado, preparam-se as condições para que a transição digital seja justa e beneficie a todos. A inclusão das mulheres em setores e cargos tradicionalmente ocupados por homens é um passo importante para a garantia da sustentabilidade de empregos e de empresas, além de contribuir para a resiliência dos processos de trabalho, nacional e globalmente.

Conclui-se que, mesmo considerando que uma importante Convenção, como a que será discutida durante a CIT, não seja uma garantia absoluta da adesão imediata dos países membros às diretrizes e princípios promotores do trabalho decente na economia de plataformas, a ausência de um instrumento internacional que proponha a regulação do trabalho mediado por estas tecnologias algorítmicas é, sobremaneira, pior. E, portanto, reforça a importância do engajamento e da articulação internacional para a sua aprovação, durante esta 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

## **Novo relatório anual da OBMigra e *policy brief* da OIM sobre soluções baseadas na natureza para migrações**

*Nuevo informe anual de la OBMigra y documento de políticas de la OIM sobre soluciones basadas en la naturaleza para la migración*

*New OBMigra report and IOM's policy brief on nature-based solutions for migration*

**Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli,  
Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de  
Freitas Lima Ventura**

**Resumo:** Este relatório, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, aborda duas novidades do último mês: o novo relatório da OBMigra e o novo *policy brief* elaborado pela Organização Internacional para as Migrações sobre soluções baseadas na natureza voltadas para a mobilidade humana no contexto das crises climáticas. Primeiro, o relatório da OBMigra, elaborado pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, traz os principais dados dos fluxos migratórios e de refugiados do Brasil referentes ao ano de 2025, contendo cinco *policy papers* temáticos com um panorama do contexto migratório atual no Brasil e análises dos principais desafios para a gestão da mobilidade humana nas áreas de trabalho, educação, proteção social e para a implementação de políticas nos territórios. Já o *policy brief* da OIM, desenvolvido em parceria com a Fundação Grupo Boticário, apresenta recomendações práticas para a implementação de soluções baseadas na natureza nas respostas municipais a eventos climáticos extremos. O documento utiliza a abordagem da adaptação baseada em ecossistemas, que visa fortalecer a resiliência urbana e reduzir as vulnerabilidades socioambientais, em busca de uma agenda conjunta entre o meio ambiente e a mobilidade humana que garanta a proteção das pessoas migrantes e refugiadas.

**Palavras-chave:** Migração; refúgio; saúde; mobilidade humana.

**Resumen:** Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, aborda dos novedades del último mes: el nuevo informe de la OBMigra y el nuevo documento de políticas elaborado por la Organización Internacional para las Migraciones sobre soluciones basadas en la naturaleza orientadas a la movilidad humana en el contexto de las crisis climáticas. En primer lugar, el informe de OBMigra, elaborado por el Ministerio de Justicia y Seguridad Pública, presenta los principales datos sobre los flujos migratorios y de refugiados en Brasil correspondientes al año 2025, y contiene cinco documentos de políticas temáticas con una panorámica del contexto migratorio actual en Brasil y análisis de los principales retos para la gestión de la movilidad humana en los ámbitos del trabajo, la educación y la protección social, así como para la implementación de políticas en los territorios. Por su parte, el informe de políticas de la OIM, elaborado en colaboración con la Fundación Grupo Boticario, presenta recomendaciones prácticas para la implementación de soluciones basadas en la naturaleza en las respuestas municipales a los fenómenos climáticos extremos. El documento utiliza el enfoque de la adaptación basada en los ecosistemas, que tiene como objetivo fortalecer la resiliencia

*urbana y reducir las vulnerabilidades socioambientales, en busca de una agenda conjunta entre el medio ambiente y la movilidad humana que garantice la protección de las personas migrantes y refugiadas.*

**Palabras clave:** *Migración; refugio; salud; movilidad humana.*

**Abstract:** *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, discusses two new documents released in May: the new OBMigra report and the policy brief published by the International Organization on Migration on nature-based solutions for human mobility in the context of the climate crisis. First, the OBMigra report, developed by the Ministry of Justice and Public Security, presents the 2025 updated data on migration and refuge in Brazil, including five thematic policy papers regarding an overview of the Brazilian current migration context and analysis of the key challenges to manage human mobility in the areas of labor, education, social protection and the implementation of public policies in each territory. The IOM policy brief, developed in a partnership with Grupo Boticário Foundation, highlights practical recommendations for the implementation of nature-based solutions within municipalities responses to extreme climate events. The document is based on the ecosystem-based adaptation approach that aims at strengthening urban resilience and reducing socioenvironmental vulnerabilities, pursuing a common agenda between environment and human mobility that ensures the protection of migrants and refugees.*

**Keywords:** *Migration; refuge; health; human mobility.*

### **Novo relatório da OBMigra**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, no início de maio, o 12º Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), com atualizações referentes ao ano de 2025, contendo dados e informações sobre a situação migratória no Brasil. Segundo o MJSP<sup>1</sup>, o objetivo dos relatórios é de disponibilizar artigos temáticos sobre as migrações e solicitações de refúgio no Brasil, utilizando as bases de dados de emissão de vistos, movimentação de pessoas pelos postos de fronteira, registros de residência, solicitações e reconhecimento da condição de refugiado, autorizações de residência para fins laborais, inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado formal, acesso aos programas de benefícios sociais e acesso ao ensino regular e transferências pessoais de recursos financeiros, e destinado a órgãos públicos envolvidos na formulação de políticas migratórias, à academia, à sociedade civil e ao público em geral. O relatório foi desenvolvido, além do MJSP, pelos Ministérios de Relações Exteriores, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Cidadania, Trabalho, Saúde e Educação, além do IBGE e da Universidade de Brasília, constituindo um grupo multidisciplinar e intersetorial. No lançamento do documento<sup>2</sup>, foram realizadas duas mesas de debate com o ACNUR e a OIM, discutindo o papel do Brasil na agenda migratória e o fortalecimento da cooperação internacional, dentro do contexto do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular de 2018.

O relatório<sup>3</sup> busca destacar como o Brasil está inserido numa dinâmica de transformações contemporâneas dos sistemas migratórios globais, revelando uma reconfiguração das rotas migratórias, como é evidenciado pelo crescimento das migrações entre países emergentes do sul global, e indica a migração no país como uma questão estrutural. O documento é dividido em seis capítulos temáticos, que incluem a apresentação de cinco *policy papers* que buscam sintetizar as análises acadêmicas e técnicas para a aplicação nas políticas

públicas: (i) fluxos migratórios recentes, (ii) trabalho e renda, (iii) educação, (iv) proteção social, (v) recomendações e (vi) políticas migratórias locais.

O primeiro *policy paper*, no primeiro capítulo, apresenta os dados mais recentes da mobilidade humana no país, destacando o ingresso de venezuelanos, haitianos, cubanos e angolanos nas fronteiras, e as importantes mudanças de intensidade, perfil etário, gênero, regularização e distribuição territorial. O segundo, no capítulo 2, investiga a inserção laboral como dimensão estruturante da integração socioeconômica da população migrante, observando tanto a relevância desse grupo no mercado de trabalho formal quanto a concentração ocupacional e as discrepâncias entre a qualificação e a inserção profissional. O terceiro *policy paper*, apresentado no capítulo 3, tem como foco a educação, analisando a presença das pessoas migrantes nas políticas públicas universais, com destaque para o crescimento de 437% das matrículas de estudantes migrantes na educação básica entre 2010 e 2024 e, por consequência, os novos desafios para a inclusão. O quarto *policy paper* aborda o campo da proteção social, analisando os dados do Cadastro Único e a intersecção entre mobilidade internacional e vulnerabilidades socioeconômicas, considerando as particularidades de gênero e idade. Finalmente, o quinto *policy paper* dedica-se aos instrumentos de gestão migratória nos municípios, tendo em vista o papel fundamental da gestão municipal na implementação das políticas para migrantes e refugiados e na integração, a qual deve ser situada nos territórios.

Trazendo um panorama geral das migrações no Brasil, o relatório<sup>2</sup> aponta que o país abriga hoje cerca de dois milhões de migrantes de 200 nacionalidades distintas, dos quais 414 mil estão empregados formalmente no país. A região Sul é o principal destino se tratando de trabalho formal, com mais de 56% dos migrantes empregados, especialmente pelo setor agroindustrial. O Estado do Paraná ganha destaque pela grande atuação na revalidação de diplomas. Já as cidades de São Paulo (SP) e Campo Grande (MS) têm maior número de abrigos, conselhos e ações de capacitação voltadas para essa população. Entre os principais desafios abordados, apresentam-se a falta de estruturas institucionais e as barreiras linguísticas. Na esfera municipal, menos de 5% dos municípios têm acordos de atendimento e apenas 1,4% oferecem a prestação de serviços básicos em outros idiomas.

### **Crise climática, mobilidade humana e Soluções Baseadas na Natureza no Brasil**

A relação entre saúde, crise climática, mobilidade humana e Soluções Baseadas na Natureza (SBN) no Brasil torna-se cada vez mais evidente diante da intensificação dos eventos climáticos extremos e de suas consequências sobre as condições de vida da população. As populações mais vulnerabilizadas, especialmente aquelas em situação de pobreza, insegurança habitacional e acesso precário a serviços públicos, tendem a sofrer de maneira desproporcional esses impactos. Diante desse cenário, as Soluções Baseadas na Natureza configuram-se como importantes estratégias de promoção da saúde e adaptação climática, ao contribuírem para a redução de riscos ambientais, melhoria da qualidade do ar, controle de enchentes, regulação térmica e fortalecimento da resiliência comunitária.<sup>4</sup>

A nota técnica “Crise Climática e Mobilidade Humana: Como a natureza pode ser a solução para este desafio” analisa os impactos da mudança do clima sobre a mobilidade humana e enfatiza a necessidade de incorporar estratégias de adaptação climática às políticas públicas, especialmente em nível municipal. A nota expõe que, nos últimos 25 anos, mais de 10 milhões

de deslocamentos por desastres foram registrados no Brasil, enquanto o ano de 2024 apresentou o maior número de deslocamentos da história do país.<sup>4</sup>

O documento aponta alguns exemplos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, responsáveis por aproximadamente 775 mil deslocamentos, além da seca extrema na Amazônia e dos incêndios florestais no Pará, que agravaram a vulnerabilidade social de diversas comunidades. É ressaltado ainda, que a mudança do clima tende a intensificar eventos extremos nas próximas décadas, ampliando problemas como ondas de calor, secas prolongadas, chuvas intensas, elevação do nível do mar e erosão costeira, fatores que influenciam diretamente as dinâmicas migratórias e a permanência segura das populações em seus territórios.<sup>4</sup>

Nesse contexto, o texto apresenta as SBN e a Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) como alternativas estratégicas para enfrentar os impactos da crise climática e reduzir vulnerabilidades socioambientais. As SBN são definidas como ações voltadas à proteção, restauração e manejo sustentável dos ecossistemas naturais, promovendo simultaneamente benefícios ambientais, sociais e econômicos. Entre os exemplos mencionados estão a restauração de margens de rios para prevenção de inundações, a recuperação de encostas para redução de deslizamentos, a restauração de manguezais para conter a erosão costeira e a arborização urbana para amenizar ilhas de calor. Segundo o documento, essas estratégias apresentam potencial para serem mais econômicas e eficazes do que soluções exclusivamente estruturais, além de fortalecerem a biodiversidade e a resiliência climática dos territórios.<sup>4</sup>

A nota técnica também realça os avanços do cenário normativo brasileiro, destacando o Plano Nacional de Adaptação, a Lei 14.904/2024 e programas como o Programa Cidades Verdes Resilientes, o AdaptaCidades e a Plataforma AdaptaBrasil, que oferecem suporte técnico e institucional aos municípios. Entretanto, o documento reconhece que persistem importantes desafios para a implementação das SBN, como limitações financeiras, ausência de capacitação técnica, dificuldades de integração dessas soluções aos instrumentos de planejamento urbano e escassez de dados sobre mobilidade humana relacionada ao clima. Além disso, ressalta-se que a adaptação climática deve ser orientada pelos princípios da justiça climática, assegurando a participação das populações vulnerabilizadas nos processos decisórios e promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e benefícios das políticas públicas.<sup>4</sup>

Outro aspecto relevante abordado pela nota é a necessidade de fortalecer a governança local e ampliar o financiamento para projetos de adaptação climática. O texto destaca que muitos municípios brasileiros apresentam baixa capacidade adaptativa frente aos eventos extremos, o que evidencia a urgência de investimentos em formação técnica, monitoramento territorial e desenvolvimento de parcerias entre governos, universidades e organizações especializadas. Além disso, o documento salienta o papel das instituições financeiras de desenvolvimento na ampliação de recursos para projetos sustentáveis, especialmente aqueles que integrem infraestrutura convencional e Soluções Baseadas na Natureza. A comunicação também é apontada como elemento central para o engajamento da população, sendo fundamental traduzir os riscos climáticos de forma acessível e demonstrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais da conservação da natureza.<sup>4</sup>

Por fim, a nota recomenda que os municípios incorporem a mobilidade humana e as SBN aos instrumentos de planejamento urbano e adaptação climática, priorizando abordagens territorializadas, preventivas e participativas. Entre as principais recomendações estão o mapeamento de áreas vulneráveis, a utilização de dados públicos para subsidiar diagnósticos, a capacitação de equipes técnicas e o fortalecimento de redes de cooperação institucional. O

documento conclui que integrar a natureza ao planejamento territorial é uma estratégia essencial para transformar riscos climáticos em oportunidades de construção de cidades mais resilientes, sustentáveis e socialmente justas, promovendo a proteção das populações e a permanência digna nos territórios diante da crise climática.<sup>4</sup>

## Referências

1. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Portal de Imigração Laboral: Relatórios Anuais. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176>. Acesso em: 25 mai. 2026.
2. OIM. Relatório do OBMigra aponta 2 milhões de migrantes no Brasil e destaca desafios de integração. Brasília, 5 mai. 2026. <https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-do-obmigra-aponta-2-milhoes-de-migrantes-no-brasil-e-destaca-desafios-de-integracao>. Acesso em: 25 mai. 2026.
3. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Política Migratória no Brasil: evidências para gestão de fluxos e políticas setoriais. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_2025.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2025.pdf). Acesso em: 25 mai. 2026.
4. OIM. Crise climática e mobilidade humana: como a natureza pode ser a solução para este desafio. Brasília: OIM, 2026. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2026-05/crise-climatica-mobilidade-humana.pdf>. Acesso em: 23 maio 2026.

# Imunização na Região das Américas: desafios e reflexões

*Inmunización en la Región de las Américas: desafíos y reflexiones*

*Immunization in the Region of the Americas: challenges and reflections*

*Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos,  
Maria Teresa Rossetti Massari e Maria  
Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

**Resumo:** A imunização é uma das ações mais efetivas de saúde pública no mundo. Na Região das Américas, se tornou um dos “pilares” da cooperação sanitária regional entre os países, marcada pela articulação entre governos, organismos internacionais e sistemas públicos de saúde. Conquistas históricas, como a eliminação da poliomielite e da rubéola, evidenciam o sucesso dessa integração. No entanto, com base no boletim *Imunização nas Américas* (OPAS, 2026), observa-se que a região enfrenta uma crise da cobertura vacinal principalmente a partir da pandemia de COVID-19. Desafios como a hesitação vacinal, a disseminação de desinformação, o aprofundamento das desigualdades territoriais e o enfraquecimento da atenção primária têm comprometido a cobertura vacinal. Países têm registrado quedas importantes e surtos de doenças evitáveis, como o sarampo. Assim, a crise da imunização nas Américas revela-se, acima de tudo, uma crise de governança, equidade e coesão social. E muitas vezes conduzidas pelos próprios governos.

**Palavras-chave:** Imunização; vacinação; programas de imunização; Américas; equidade em cobertura.

**Resumen:** *La inmunización es una de las acciones de salud pública más efectivas en el mundo. En la Región de las Américas, se ha convertido en uno de los “pilares” de la cooperación sanitaria regional entre los países, marcada por la articulación entre gobiernos, organismos internacionales y sistemas públicos de salud. Logros históricos, como la eliminación de la poliomielitis y la rubéola, evidencian el éxito de esta integración. Sin embargo, con base en el boletín Inmunización en las Américas (OPS, 2026), se observa que la región enfrenta una crisis de cobertura vacunal, especialmente a partir de la pandemia de COVID-19. Desafíos como la hesitación vacunal, la difusión de desinformación, la profundización de las desigualdades territoriales y el debilitamiento de la atención primaria de salud han comprometido la cobertura de vacunación. Varios países han registrado importantes caídas y brotes de enfermedades prevenibles por vacunación, como el sarampión. Así, la crisis de la inmunización en las Américas se revela, sobre todo, como una crisis de gobernanza, equidad y cohesión social, muchas veces impulsada por los propios gobiernos.*

**Palabras clave:** *Inmunización; vacunación; programas de Inmunización; Américas; equidad en la cobertura.*

**Abstract:** *Immunization is one of the most effective public health interventions worldwide. In the Region of the Americas, it has become one of the “pillars” of regional health cooperation among countries, marked by coordination between governments, international organizations, and public health systems. Historic achievements, such as the elimination of poliomyelitis and rubella, demonstrate the success of this integration. However, based on the report Immunization in the*

Americas (PAHO, 2026), the region has been facing a vaccination coverage crisis, especially since the COVID-19 pandemic. Challenges such as vaccine hesitancy, the spread of misinformation, deepening territorial inequalities, and the weakening of primary health care have compromised vaccination coverage. Several countries have recorded significant declines and outbreaks of vaccine-preventable diseases, such as measles. Thus, the immunization crisis in the Americas reveals itself, above all, as a crisis of governance, equity, and social cohesion — often driven by governments themselves.

**Keywords:** Immunization; vaccination; immunization programs; Americas; equity in coverage.

## Introdução

A imunização constitui uma das intervenções mais efetivas, equitativas e custo-efetivas da saúde pública ao longo da história, sendo uma das responsáveis por profundas transformações no perfil epidemiológico global durante o último século. A ampliação do acesso às vacinas permite reduzir a morbimortalidade infantil, controlar epidemias, erradicar doenças, como a varíola, e eliminar outras, como poliomielite, rubéola e sarampo em diversas partes do mundo. Os programas de imunização se consolidaram ao longo do tempo, como importante indicador da capacidade de organização dos sistemas de saúde, da efetividade da atenção primária e do compromisso dos Estados com políticas de proteção social.

Todavia, os avanços acumulados das últimas décadas passaram a conviver, especialmente pós-pandemia de COVID-19, com novos desafios relacionados à queda das coberturas vacinais, à hesitação vacinal, à disseminação da desinformação e ao aprofundamento das desigualdades locais no acesso à saúde — e não somente nas Américas.

**Imagem 1** — Boletim Imunização nas Américas



Fonte: OPAS, 2025

No final de abril de 2026, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou um boletim sobre *Imunização nas Américas*, onde é apresentado um retrato da situação vacinal da região em um momento particularmente sensível da saúde pública global. A publicação reúne dados epidemiológicos, demográficos, financeiros e programáticos dos países e territórios que compõem a Região das Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS), incluindo América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul. Entre os países analisados estão, dentre outros, Brasil, Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Guatemala, Honduras, Haiti, Cuba e República Dominicana, além de diversos territórios caribenhos.

O documento traz um panorama descritivo e comparativo da situação da *Imunização na Região das Américas*, elaborado a partir da consolidação de indicadores epidemiológicos, demográficos, econômicos e programáticos reportados pelos países e territórios à OPAS e à Organização Mundial da Saúde (OMS). As principais fontes de dados incluem o Formulário Eletrônico Conjunto de Notificação sobre Imunização da OMS/UNICEF (*Joint Reporting Form*), sistemas nacionais de informação em saúde, registros administrativos de vacinação, estimativas populacionais oficiais e indicadores de financiamento e desempenho dos programas nacionais de imunização. O documento reúne informações referentes ao período pós-pandemia, com ênfase nos dados de 2023 e 2024.

A análise contempla dados **demográficos e socioeconômicos**, indicadores de **cobertura vacinal, proporção de crianças “zero dose”** (termo usado pela OMS e pelo UNICEF para descrever crianças que nunca receberam nenhuma vacina, estando completamente desprotegidas contra doenças evitáveis), **ocorrência de doenças imunopreveníveis, financiamento programático e capacidade operacional dos sistemas de imunização**, que é como este artigo se estrutura para apresentar os principais resultados — embora o boletim não sistematize dessa mesma forma.

Na região das Américas, a vacinação se tornou um dos “pilares” da cooperação sanitária regional entre os países, marcada pela articulação entre governos, organismos internacionais e sistemas públicos de saúde. O documento parte da compreensão de que a imunização permanece como uma das ações mais efetivas de saúde pública. Os programas de vacinação foram responsáveis por evitar milhões de mortes infantis e permitiram avanços sanitários históricos, como a eliminação regional da poliomielite, da rubéola, da síndrome da rubéola congênita e a reavaliação da eliminação do sarampo nas Américas em 2024 — porém, mais recentemente, houve surto da doença nos EUA, com mortes infantis identificadas.

Entretanto, evidencia-se também que tais conquistas passam por um período de instabilidade desde a consolidação dos grandes programas nacionais de imunização na segunda metade do século XX. A principal mensagem é que “a Região das Américas vive uma crise silenciosa de cobertura vacinal”. Ainda que alguns indicadores demonstrem recuperação após os impactos da pandemia de COVID-19, a recomposição das coberturas ocorre de maneira desigual, fragmentada e insuficiente para restaurar a “segurança epidemiológica” regional. O problema central já não se restringe à disponibilidade de vacinas, mas envolve capacidade operacional dos sistemas de saúde, considerando desigualdades territoriais, enfraquecimento da atenção primária, disseminação de *fake news* e crescente hesitação vacinal.

### **Dados demográficos e socioeconômicos**

Existem importantes desigualdades socioeconômicas e demográficas entre os países das Américas. Em termos populacionais, os países mais populosos são os Estados Unidos (cerca de

345 milhões de habitantes), Brasil (aproximadamente 212 milhões) e México (131 milhões), enquanto pequenos territórios do Caribe, como Montserrat e São Bartolomeu, apresentam populações inferiores a 100 mil habitantes.

Quanto à riqueza, medida pela renda nacional bruta per capita (PPA), destacam-se Estados Unidos e Canadá, com valores superiores a US\$ 50–80 mil, contrastando com países como Haiti, que apresenta renda muito inferior. A taxa de mortalidade infantil também revela fortes desigualdades, com níveis mais elevados no Haiti (acima de 40 óbitos por mil nascidos vivos) e menores em países como Canadá, Chile e Cuba, com valores próximos ou inferiores a 5 por mil. Em relação às mulheres em idade fértil (15–49 anos), as taxas mais elevadas se concentram nos Estados Unidos (cerca de 74 milhões), Brasil (56 milhões) e México (36 milhões), o que reflete o peso demográfico desses países e evidencia que políticas de saúde sexual e reprodutiva, assim como de vacinação, são muito relevantes.

### **Cobertura vacinal**

Os dados sobre a cobertura vacinal mostram grande heterogeneidade entre os países das Américas, tanto na manutenção de altas taxas quanto na administração de vacinas do calendário infantil. Em linhas gerais, países como Cuba, Nicarágua e nações do Caribe apresentam, em geral, coberturas elevadas, frequentemente próximas ou superiores a 95% para vacinas como DTP (ênfase na terceira dose), pólio e sarampo. Em contrapartida, países como Haiti e Venezuela registram coberturas mais baixas e inconsistentes.

Na América do Norte, os dados revelam altas coberturas vacinais no Canadá e, em menor medida, nos Estados Unidos, embora ambos enfrentem desafios relacionados à hesitação vacinal e desigualdades. O Canadá apresenta coberturas mais homogêneas e próximas das metas recomendadas para a maioria das vacinas infantis. Já os Estados Unidos registram variações importantes entre estados e grupos populacionais, com redução de cobertura em algumas vacinas após a pandemia. Movimentos antivacina no país passaram a apresentar taxas crescentes de recusa vacinal. Embora o movimento antivacina não seja exclusivo dos EUA, seu caso merece destaque, pois o país, historicamente associado à liderança científica e tecnológica em saúde, vem apresentando redução importante das coberturas vacinais infantis e crescimento da hesitação vacinal, fenômeno impulsionado por fatores políticos e comunicacionais. O boletim não aborda uma crítica político-ideológica, mas os dados podem sugerir um processo de desconfiança institucional e de expansão da desinformação entre a população estadunidense. A situação ficou muito evidente com o recrudescimento de surtos de sarampo no início do ano. O México, por sua vez, apresenta mais heterogeneidade, com coberturas inferiores à dos países vizinhos em determinados imunizantes. De forma geral, a “sub-região” mantém indicadores relativamente melhores que outras áreas das Américas, mas enfrenta riscos relacionados à queda da confiança vacinal e às desigualdades de acesso.

Nos países andinos, observa-se um cenário intermediário, com diferenças importantes entre os sistemas nacionais de imunização. Bolívia e Venezuela apresentam algumas das menores coberturas vacinais da sub-região, especialmente para vacinas do esquema infantil completo. Já Colômbia, Peru e Equador mantêm coberturas mais elevadas em parte dos imunizantes, embora ainda abaixo das metas em diversas vacinas. Os dados podem indicar que os países andinos enfrentam desafios relacionados tanto à recuperação pós-pandemia quanto às desigualdades de acesso aos serviços de vacinação.

Nos países do “Cone Sul”, é possível observar um desempenho mais favorável, embora com sinais de queda nas coberturas vacinais nos últimos anos. Chile e Uruguai destacam-se pelas

coberturas mais elevadas e homogêneas, enquanto a Argentina mantém níveis intermediários, com oscilações importantes das vacinas entre as províncias. Já o Paraguai registra coberturas mais baixas e maior dificuldade em alcançar as metas recomendadas.

O Brasil, embora mantenha coberturas relativamente altas em algumas vacinas, apresenta queda importante de determinados imunizantes e desafios relacionados à homogeneidade territorial. O país, historicamente reconhecido pelo sucesso do Programa Nacional de Imunizações (PNI), experimentou importante deterioração das coberturas vacinais nos últimos anos. Ainda que os indicadores nacionais apresentem melhora após o período mais crítico da pandemia, persistem fortes desigualdades, sobretudo em municípios da Amazônia Legal, periferias metropolitanas e áreas vulnerabilizadas.

Além disso, importante mencionar que em diversos países da região, as médias nacionais ocultam áreas com baixa cobertura que são extremamente vulneráveis à reintrodução de doenças imunopreveníveis. Segundo a OPAS, o quintil de municípios com menores coberturas vacinais na Região, que corresponde a cerca de 20% da população infantil, apresentou cobertura de apenas 77% para DTP3 em 2024, percentual significativamente inferior ao necessário para manutenção da imunidade coletiva. Isso é interessante, pois sai do debate das médias nacionais e amplia para uma discussão sobre inequidades territoriais.

A homogeneidade das coberturas vacinais aparece como um dos principais desafios regionais. O documento evidencia que países com médias nacionais relativamente elevadas podem esconder áreas territoriais profundamente vulneráveis. O Brasil é apresentado como um desses exemplos; embora algumas vacinas tenham retomado crescimento nacional, persistem municípios amazônicos e áreas urbanas periféricas com coberturas muito inferiores às metas preconizadas. Situação semelhante é observada no México, na Colômbia e no Peru, especialmente em regiões rurais e populações indígenas.

### **Proporção de crianças “zero dose”**

O boletim utiliza o indicador de crianças “zero dose” como marcador prioritário de exclusão social e falhas de acesso aos serviços de saúde e se tornou central porque expressa não apenas falhas logísticas, mas desigualdades sociais e territoriais. A OPAS alerta que a persistência desse grupo populacional evidencia não apenas dificuldades logísticas, mas também profundas desigualdades sociais, territoriais e étnicas. Embora os maiores contingentes absolutos estejam concentrados em países populosos, como EUA, Brasil e México, a situação é particularmente crítica em contextos de pobreza e migração, como no Haiti e Venezuela. No Brasil, identifica-se maior concentração de crianças zero dose em territórios indígenas, áreas rurais remotas da Amazônia e periferias urbanas marcadas por pobreza e baixa cobertura da atenção primária. O documento também associa a redução insuficiente do número de crianças zero dose ao enfraquecimento da atenção primária e à interrupção de estratégias comunitárias de vacinação durante e após a pandemia.

### **Ocorrência de doenças imunopreveníveis**

O documento alerta para o aumento do risco epidemiológico regional decorrente da redução das coberturas vacinais. Apesar da reavaliação da eliminação do sarampo nas Américas em 2024, a OPAS registra preocupação crescente com surtos localizados e importação de casos. O Brasil aparece como caso emblemático nesse processo; após perder temporariamente o certificado de eliminação do sarampo em 2019, o país registrou milhares de casos relacionados à queda vacinal e à circulação internacional do vírus. Os Estados Unidos

também enfrentaram surtos importantes de sarampo em comunidades com baixa adesão vacinal, especialmente associados a grupos organizados de recusa vacinal. O documento ainda aponta preocupação com poliovírus derivados da vacina em alguns países da Região, além da persistência de doenças como difteria em contextos de fragilidade sanitária, particularmente no Haiti e na Venezuela. Segundo a OPAS, a circulação dessas doenças evidencia que as conquistas históricas da imunização permanecem reversíveis quando as coberturas vacinais deixam de ser homogêneas e sustentadas.

### **Financiamento programático**

Tem sido crescente a preocupação com a sustentabilidade financeira dos programas nacionais de imunização. No que diz respeito ao financiamento, o boletim evidencia importante heterogeneidade entre os países das Américas e análise realizada incluiu gastos governamentais em saúde, aquisição de vacinas, dependência de mecanismos internacionais de financiamento e capacidade nacional de manutenção dos calendários vacinais. Diversos países caribenhos e de menor renda dependem amplamente de mecanismos internacionais de cooperação e aquisição de vacinas, enquanto países como Brasil, Canadá e Estados Unidos possuem maior autonomia financeira para compra de imunobiológicos. Entretanto, a OPAS ressalta que o desafio atual deixou de ser exclusivamente a aquisição de vacinas. Mesmo em países de maior renda, observam-se dificuldades crescentes relacionadas à sustentação operacional dos programas, incluindo logística, vigilância epidemiológica, sistemas de informação e recursos humanos. No Brasil, o documento sugere que o (des)subfinanciamento do SUS e o desgaste da atenção primária após a pandemia afetaram o PNI, sobretudo nos municípios menores e mais vulneráveis. Já nos Estados Unidos, embora o gasto em saúde permaneça elevado, a fragmentação do sistema de saúde e a ausência de uma coordenação nacional voltada para a lógica pública dificultam estratégias homogêneas de vacinação em escala nacional.

### **Capacidade operacional dos sistemas de imunização**

A capacidade operacional dos sistemas de imunização tem sido abalada desde a pandemia de COVID-19. Em diversos países, houve interrupção de campanhas de busca ativa, enfraquecimento do monitoramento comunitário e redução da capacidade de vacinação territorial. O Brasil, apesar de manter um dos maiores programas públicos de imunização do mundo, enfrenta dificuldades relacionadas à força de trabalho em saúde, integração entre vigilância e atenção primária, e manutenção da logística em regiões remotas. Em países como Haiti e Venezuela, a fragilidade operacional é ainda mais profunda, marcada por instabilidade política, dificuldades de abastecimento e baixa capacidade institucional. Nos Estados Unidos, o problema assume características distintas, como mencionado anteriormente; a fragmentação federativa e a crescente politização da vacinação reduziram a efetividade das estratégias nacionais de imunização. Diante desse cenário, a OPAS enfatiza a necessidade de fortalecimento da atenção primária, do microplanejamento municipal e da coordenação territorial das campanhas vacinais em toda a Região.

### **O caso brasileiro em foco**

A análise do caso brasileiro traz uma dimensão importante para o debate da saúde pública global: embora haja capacidade institucional do sistema de saúde, a instabilidade da capacidade operacional tem sido crescente. O país continua dispor de um dos maiores programas públicos de imunização do mundo, sustentado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com ampla capilaridade da atenção primária e tradição histórica de campanhas nacionais. Contudo, os dados podem dar pistas para pensarmos que fatores como (des)subfinanciamento,

desgaste da APS especialmente pós-pandemia, dificuldades logísticas, precarização do trabalho em saúde e enfraquecimento das estratégias territoriais de busca ativa vêm comprometendo a capacidade de manutenção da cobertura vacinal.

Além disso, a hesitação vacinal se tornou um fenômeno relevante nas Américas. No caso do Brasil, esse fator tem representado uma ruptura importante com a tradição histórica de elevada adesão social às campanhas de vacinação — ainda que a resistência social à vacinação não seja um fenômeno recente nem linear. Em diferentes períodos históricos, observam-se momentos de maior ou menor adesão populacional às vacinas, impulsionados por razões políticas, culturais, religiosas, científicas ou pela circulação de desinformação. No Brasil, episódios históricos como a “Revolta da Vacina”, no início do século XX durante a gestão de Oswaldo Cruz, já evidenciavam esses tensionamentos. Mais recentemente, debates em torno da vacina contra o HPV e, sobretudo, da vacinação contra a COVID-19 recolocaram a hesitação vacinal no centro da agenda pública, em um contexto marcado pela disseminação de notícias falsas, polarização política e perda da percepção coletiva sobre a gravidade das doenças imunopreveníveis.

Nesse cenário, a redução da centralidade política das campanhas nacionais e o enfraquecimento de estratégias comunitárias contribuíram para alterar a relação da população com a vacinação. O caso brasileiro demonstra que mesmo sistemas universais consolidados, ainda que com todos os seus desafios estruturais e conjunturais, podem sofrer desgastes quando políticas públicas e estratégias nacionais são fragilizadas.

### **Considerações finais**

Importante pontuar que a análise comparativa dos dados de imunização nas Américas deve considerar as diferenças entre os sistemas de saúde dos países, especialmente no que se refere às formas de financiamento, modelos de gestão e organização dos serviços. Isso faz diferença na hora de interpretar os dados. Países com sistemas universais e coordenação nacional, tendem a apresentar maior capacidade de implementação de campanhas em larga escala e de vigilância epidemiológica, embora também enfrentem desafios. Em contrapartida, sistemas mais segmentados ou com forte atuação do setor privado podem apresentar maior fragmentação da informação, desigualdades de acesso e dificuldades de coordenação territorial. Além disso, aspectos como financiamento público sustentável, capilaridade da atenção primária, capacidade logística e integração entre níveis de atenção influenciam no desempenho dos programas de imunização. Dessa forma, a interpretação dos indicadores de cobertura vacinal pode ser melhor feita se contextualizada pelas características institucionais e políticas de cada sistema de saúde.

A queda das coberturas vacinais representa atualmente um dos principais riscos globais para a saúde pública, não apenas nas Américas, mas em diferentes regiões do mundo. O aumento da hesitação vacinal, impulsionado pela disseminação de desinformação e fake news nas redes sociais, tem contribuído para o retorno de doenças imunopreveníveis anteriormente controladas, como sarampo. Esse cenário foi agravado após a pandemia de COVID-19, em um contexto de redução da confiança nas instituições científicas. Em diversos países, o avanço de governos e movimentos políticos de extrema direita também tem se associado à amplificação de discursos anticientíficos, negacionistas e contrários às políticas públicas de saúde, incluindo as campanhas de vacinação. Embora essa relação varie entre contextos nacionais, observa-se uma crescente politização da vacinação e da própria ciência, o que fragiliza estratégias coletivas

de proteção social e representa um desafio para os sistemas de saúde e organismos internacionais.

Outro aspecto importante são os desafios enfrentados pelos sistemas de vigilância epidemiológica e de informação em saúde na região. Muitos países apresentam limitações relacionadas à qualidade e completude dos dados de imunização, dificultando o monitoramento preciso das coberturas vacinais, da homogeneidade territorial e da identificação de populações “zero dose”, por exemplo. Problemas de subnotificação, fragmentação entre sistemas de informação e limitações tecnológicas comprometem a capacidade de monitoramento e vigilância. Além disso, contextos de crise econômica, instabilidade política, crises climáticas e humanitárias agravam os desafios. O fortalecimento da capacidade dos sistemas de informação, associado à qualificação das equipes de saúde, torna-se fundamental para garantir respostas mais oportunas, coordenadas e efetivas diante dos desafios contemporâneos da imunização.

Diante desse cenário, a necessidade de (re)fortalecimento dos sistemas nacionais de imunização deve ser estratégia prioritária para a proteção da saúde pública nas Américas — e no mundo. Esse processo envolve não apenas a recuperação das coberturas vacinais, mas também o fortalecimento do financiamento público, da capacidade operacional e logística, da vigilância epidemiológica, da produção e distribuição de imunobiológicos e da atenção primária à saúde. Igualmente importante é a reconstrução da confiança social nas vacinas e nas instituições científicas, por meio de estratégias de comunicação baseadas em evidências e combate sistemático à desinformação. A experiência demonstra que programas nacionais de imunização robustos, são essenciais para reduzir desigualdades, prevenir surtos e epidemias e garantir segurança sanitária coletiva. O contexto atual impõe aos governos e organismos internacionais o desafio de não apenas recuperar perdas recentes, mas de consolidar sistemas de imunização mais resilientes, equitativos e sustentáveis para o futuro. A crise atual da imunização nas Américas é uma crise de governança, equidade e coesão social.

## **Referência**

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). *Imunización en las Américas: resumen 2025*. Washington, DC: OPAS; 2026. Disponível em: [IRIS PAHO](#). Acesso em: 24 maio 2026.

## Aproximando a Saúde Única (One Health) à agenda de sistemas alimentares e alimentos ultraprocessados

*Una nueva mirada a la agenda de reducción del consumo de sal: el riesgo del estancamiento de las políticas regionales*

*Reexamining the agenda for reducing salt intake: the risk of stagnation in regional policies*

*Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

**Resumo:** Nesse informe, discutimos a relação dos sistemas alimentares e dos alimentos ultraprocessados com a agenda da Saúde Única, destacando os avanços da última Cúpula Mundial da Saúde Única (*One Health Summit*), na França, considerando a mútua relação com a saúde humana, animal e planetária e a necessidade de uma abordagem integrada para o enfrentamento das múltiplas crises globais.

**Palavras-chave:** Sistemas alimentares; alimentos ultraprocessados; Saúde Única.

**Resumen:** *En este informe, analizamos la relación entre los sistemas alimentarios y los alimentos ultraprocessados con la agenda de «One Health», destacando los avances de la última Cumbre Mundial de «One Health» (One Health Summit), celebrada en Francia, teniendo en cuenta la interrelación entre la salud humana, animal y del planeta, así como la necesidad de un enfoque integrado para hacer frente a las múltiples crisis globales.*

**Palabras clave:** *Sistemas alimentarios; alimentos ultraprocessados; salud única.*

**Abstract:** *In this report, we discuss the relationship between food systems and ultra-processed foods and the One Health agenda, highlighting the progress made at the most recent One Health Summit in France, while considering the interconnections between human, animal, and planetary health and the need for an integrated approach to addressing multiple global crises.*

**Keywords:** *Food systems; ultra-processed foods; One Health.*

A interseção da agenda da Saúde Única com a segurança alimentar e nutricional tem muito comumente se concentrado na questão da resistência antimicrobiana, por conta do uso indiscriminado de antibióticos na criação animal, além da associação da expansão de fronteiras da agropecuária com novas zoonoses. Contudo, essa relação é muito mais ampla, principalmente quando se trata de toda a relação dos sistemas alimentares com a saúde humana e planetária, considerando o impacto das tríplice monotonia alimentar e a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas.

A última Cúpula Global da Saúde Única (*One Health Summit*), realizada em Lyon, na França, no começo de abril de 2026, representou, nesse sentido, um importante marco político e científico internacional, na medida em que incluiu uma discussão mais ampliada dos sistemas alimentares no evento, principalmente considerando um evento paralelo dedicado à abordagem

dos alimentos ultraprocessados e a sessão temática ministerial sobre Sistemas Alimentares Sustentáveis.

Os alimentos ultraprocessados (AUPs) estão cada vez mais dominantes nos mercados e cadeias de abastecimento alimentar globais. Esses alimentos, ou melhor, produtos alimentícios, são tipicamente formulados de forma industrial a partir de ingredientes refinados e aditivos, produzidos por meio de múltiplas etapas de processamento e distribuídos por meio de cadeias de abastecimento globais complexas e sua rápida expansão transformou os ambientes alimentares e os padrões dietéticos em todo o mundo.

Embora os AUPs sejam amplamente discutidos em relação às doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) relacionadas à alimentação, sua produção, composição e distribuição estão inseridas em sistemas alimentares industriais mais amplos que se intersectam com múltiplos domínios de políticas públicas, incluindo agricultura, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e comércio global. Como resultado, os AUPs influenciam não apenas os padrões de exposição dietética, mas também os sistemas de produção agrícola, as pressões ambientais e a governança dos riscos de origem alimentar.

Examinar os alimentos ultraprocessados sob a perspectiva da Saúde Única, portanto, pode ajudar a elucidar como os sistemas alimentares modernos moldam os riscos interconectados para a saúde humana, animal e ambiental. A abordagem Saúde Única é amplamente reconhecida como um quadro adequado para responder a tais desafios interconectados, pois promove a ação integrada entre os setores de saúde humana, animal e ambiental. Apesar do forte respaldo político, a implementação de Saúde Única permanece desigual, com mandatos institucionais dispersos entre diferentes setores e mecanismos de coordenação ainda limitados.

Além disso, a discussão da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, ou seja, a sinergia dessas três pandemias que ocorrem ao mesmo tempo e nos mesmos espaços — reúne vários aspectos da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à segurança alimentar e nutricional e aos sistemas alimentares pois se interagem para produzir sequelas complexas sobre a saúde humana e planetária e compartilham causas sociais básicas (Swinburn et al., 2019). Apesar disso, a abordagem dos organismos internacionais relacionados à saúde e alimentação, como FAO, IFAD, OMS e WFP, tem sido insuficiente em relação ao reconhecimento do problema dessa sindemia global, bem como em relação ao seu enfrentamento, mesmo no contexto dos movimentos globais como a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula das Nações Unidas para Sistemas Alimentares.

Nesse sentido, os ultraprocessados têm relação direta com essa sindemia global, visto que estão intrinsecamente associados aos sistemas alimentares hegemônicos baseados na monocultura de commodities agrícolas e com a dupla carga da má nutrição como força motriz e não somente como a ponta do iceberg desses problemas. Esse reconhecimento é particularmente importante para o efetivo enfrentamento dessa prioridade global, visto que soluções focadas somente no final da cadeia de produção, distribuição e consumo dos alimentos são insuficientes, ineficazes e inefetivas.

As grandes indústrias de ultraprocessados, o Big Food, estão intimamente ligadas às grandes do agronegócio (o Big Agro) e, juntamente com o restante de mercado financeiro global, determinam os rumos dos sistemas alimentares hegemônicos, desde a produção agrícola de variedades de interesse econômico à homogeneização global das dietas (baseados nos ultraprocessados). Essas empresas são, portanto, responsáveis diretas pelas suas consequências

em termos da saúde das populações (particularmente com a carga das DCNTs) e pelas consequências ambientais de modelos de produção insustentáveis e poluidores, que causam perda de biodiversidade, esgotamento de solos, poluição do ar, solos e águas, enquanto tiram terras e recursos naturais e financeiros da produção agrícola diversificada e tradicional, baseada na agricultura familiar.

### **Ultraprocessados, saúde e sistemas alimentares**

Os alimentos ultraprocessados e os sistemas hegemônicos representam grandes ameaças à Saúde Única e expansão global dos padrões alimentares inadequados, centrados nos ultraprocessados, não é um fenômeno espontâneo ou resultado apenas de mudanças individuais de preferência alimentar. Ela é estruturalmente sustentada por sistemas alimentares hegemônicos, ou seja, modelos agroindustriais que concentram poder econômico em poucos atores corporativos globais, padronizam a produção e o consumo em escala planetária e deslocam sistemas alimentares tradicionais, biodiversos e culturalmente enraizados. Compreender essa dimensão é essencial para uma abordagem efetiva de Saúde Única.

Para iniciar essa discussão, na perspectiva mais ampla, dos sistemas agroalimentares, precisamos lembrar do conceito de tríplice monotonia alimentar, que descreve a convergência de três processos simultâneos de homogeneização que caracterizam os sistemas alimentares industriais dominantes (Favareto et al., 2025). Primeiramente, temos a monotonia das espécies cultivadas: a produção agrícola global tornou-se crescentemente concentrada em poucas culturas de alto rendimento. Atualmente, apenas três espécies (trigo, arroz e milho) respondem por quase 60% das calorias de origem vegetal na dieta humana global, segundo dados da FAO. A soja e o óleo de palma completam o grupo de commodities que dominam tanto o sistema de produção quanto a composição dos AUPs.

Essa monotonia das espécies está também presente na produção de carnes, que é marcada pela concentração da criação em poucas raças e linhagens geneticamente similares, que reduz a variabilidade genética das populações animais e eleva a vulnerabilidade dos rebanhos a surtos infecciosos, emergência de patógenos e falhas produtivas. Assim, quando um agente adaptado encontra hospedeiros com resistência homogênea, a propagação e a severidade das doenças tendem a aumentar, exigindo maiores usos de antimicrobianos, vacinas e medidas de controle reativas. Esse fenômeno tem implicações diretas para a abordagem da Saúde Única, pois riscos ampliados na saúde animal se traduzem em ameaças para a saúde humana (zoonoses, resistência antimicrobiana) e para o ambiente (uso intensivo de químicos, manejo insustentável), demandando intervenções integradas que promovam diversidade genética, manejo agroecológico, vigilância integrada e políticas que articulem saúde animal, humana e ambiental de forma preventiva e equitativa.

Além deste, temos a monotonia dos sistemas de produção: a consolidação agroindustrial promoveu a substituição de agroecossistemas biodiversos por monoculturas extensivas altamente mecanizadas e dependentes de insumos químicos externos (fertilizantes sintéticos, pesticidas, herbicidas). Essa monotonia é replicada na pecuária, com a criação de raças homogêneas e com e linhagens geneticamente similares, que reduz a variabilidade genética das populações animais e eleva a vulnerabilidade dos rebanhos a surtos infecciosos, emergência de patógenos e falhas produtivas. Assim, quando um agente adaptado encontra hospedeiros com resistência homogênea, a propagação e a severidade das doenças tendem a aumentar, exigindo maiores usos de antimicrobianos, vacinas e medidas reativas de controle. Esse modelo maximiza

a produtividade de curto prazo às custas da resiliência ecológica, da biodiversidade funcional e da saúde dos solos.

Por fim, vem a monotonia das dietas: à medida que os AUPs se disseminam global e localmente, inclusive em sistemas alimentares tradicionais de países de baixa e média renda, ocorre uma progressiva erosão da diversidade dietética. Alimentos locais, minimamente processados e culturalmente significativos são substituídos por produtos formulados industrialmente a partir dos mesmos ingredientes-base (amidos refinados, óleos vegetais, proteínas isoladas, açúcares) produzidos pelas mesmas cadeias agroindustriais globais.

Essa tríplice convergência cria um ciclo de retroalimentação negativo: a demanda industrial por commodities específicas incentiva a expansão de monoculturas; a concentração da produção nessas poucas espécies reduz a disponibilidade e acessibilidade de alimentos biodiversos; a menor diversidade nos ambientes alimentares impulsiona o consumo de AUPs; e o crescimento dos AUPs retroalimenta a demanda pelas mesmas commodities. O resultado é um sistema globalmente homogêneo, frágil do ponto de vista ecológico e sanitário e nutricionalmente empobrecido, incluindo sua relação direta com prioridades da Saúde Única, como a resistência antimicrobiana e o risco de novas doenças, somadas ao risco de DCNTs e à degradação e poluição ambiental.

Além disso, conforme já exploramos muitas vezes a relação entre ultraprocessados, saúde, a dupla carga da má nutrição, sindemia e sistemas alimentares, destacando, em particular que a coexistência de obesidade/excesso de peso com desnutrição é mais pronunciada nos países de baixa e média renda, impulsionada pela globalização econômica e social que altera padrões alimentares (Seferidi et al., 2022)(Seferidi et al., 2022). Essa tendência manifesta-se também dentro dos países: a dupla carga cresce mais expressivamente entre grupos vulneráveis, com manutenção de desnutrição infantil e carências de micronutrientes ao lado de aumentos expressivos em excesso de peso e obesidade (Popkin, Corvalan e Grummer-Strawn, 2020).

Na América Latina, o grande aumento da dupla carga da má nutrição nas últimas décadas foi amplamente estudado (Grajeda et al., 2019), evidenciando vulnerabilidade socioeconômica como fator de risco e a coexistência entre desnutrição/carências nutricionais e obesidade em crianças e adolescentes (Oviedo-Solís et al., 2022). Essa relação é sustentada por mecanismos fisiológicos, como a associação entre desnutrição crônica (déficit de estatura para idade) e maior risco futuro de obesidade (Sawaya e Roberts, 2003), além da persistência de desnutrição em populações vulneráveis concomitante ao aumento das prevalências de excesso de peso e obesidade em toda a população, inclusive entre os grupos de menor renda.

Vale ressaltar, ainda, que a nova fronteira de expansão dos ultraprocessados situa-se na África, onde o rápido crescimento no consumo, denominado “revolução dos alimentos (ultra)processados” nos sistemas africanos, eleva rapidamente a prevalência de obesidade e, somado à redução lenta da desnutrição aguda e crônica, estabelece a dupla carga da má nutrição como problema relevante de saúde pública em grande parte dos países africanos (Reardon et al., 2021).

No Brasil, a participação dos ultraprocessados na energia dietética subiu de 14,3% (2002–2003) para 19,4% (2017–2018), enquanto alimentos in natura e minimamente processados caíram de 51,0% para 48,7% (Levy et al., 2022). Embora o consumo absoluto permaneça maior nos estratos de maior renda, o aumento percentual foi mais expressivo entre os grupos de menor rendimento. Conseqüentemente, estimam-se 25 a 57 mil mortes prematuras/ano atribuíveis a ultraprocessados no Brasil (Nilson, E. A. et al., 2022)(Nilson et al.,

2025), um terço por doenças cardiovasculares (Nilson, E. A. F. et al., 2022), ainda que faltem estudos sobre diferenças socioeconômicas e demográficas desse impacto na morbimortalidade nacional. Além do grande impacto epidemiológico, o consumo de ultraprocessados também representa uma carga econômica bastante significativa, ultrapassando os R\$ 10 bilhões de reais por ano, em termos de custos diretos e indiretos no Brasil (ACT Promoção da Saúde, 2024).

Há múltiplos mecanismos interligados explicam essas relações: influência dos preços (barateamento gradual de ultraprocessados versus aumento de in natura e minimamente processados), perfil nutricional desbalanceado e substituição de dietas tradicionais e diversificadas. Quanto às doenças associadas, as evidências crescem de coortes populacionais a revisões com meta-análises, demonstrando aumento do risco de mortalidade por todas as causas e da morbimortalidade por doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e alguns cânceres (Pagliai et al., 2020)(Suksatan et al., 2021)(Srouf et al., 2020)(Srouf et al., 2022).

No contexto das DCNTs, os mecanismos de atuação envolvem provável sinergia de fatores: hábitos alimentares (substituição de dieta diversificada e fresca, alterando tempo/frequência de consumo, tamanho de porções e redução da comensalidade); composição nutricional (maior sódio, gorduras e açúcares; menor conteúdo de fibras, vitaminas e minerais); mudanças físicas na matriz alimentar (nutrientes tornam-se extracelulares, modificando o mecanismo de absorção); mudanças químicas (uso intensivo de aditivos, tais como edulcorantes, emulsificantes, estabilizantes, flavorizantes, aromatizantes, e aumento de contaminantes neoformados durante o processamento e embalagem). Além da mediação por nutrientes críticos, da ingestão energética excessiva e da exposição a substâncias não naturais, há crescentes evidências de mecanismos fisiológicos de inflamação e alterações na microbiota intestinal (Juul, Vaidean e Parekh, 2021).

Em termos de saúde humana, formulações industriais complexas, ricas em açúcares livres, gorduras não saudáveis e sódio, pobres em nutrientes essenciais e com aditivos cosméticos, associam-se consistentemente a mais de 30 desfechos adversos, incluindo mortalidade prematura, câncer, doenças cardiovasculares, sobrepeso, obesidade e diabetes tipo 2 (Lane et al., 2024)(Monteiro et al., 2025). A indústria beneficia-se de uma lógica de mercado que substitui dietas tradicionais por produtos de alta palatabilidade, conveniência e baixo custo relativo: em 2021, ultraprocessados eram, em média, 47% mais baratos que alimentos não processados, agravando a dupla carga da má nutrição, especialmente em países de baixa e média renda (como o Brasil), onde os grupos de menor renda apresentam maior aumento no consumo.

Apesar da produção ser pequena em relação aos impactos sobre a saúde, tem crescido a base de evidências sobre os impactos ambientais dos produtos ultraprocessados e dos sistemas alimentares aos quais estão vinculados, inclusive no contexto da ruptura dos limites planetários para a garantia da sobrevivência da humanidade: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, mudanças nos ciclos do nitrogênio e do fósforo, perda da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, uso de água doce, mudanças no uso das terras, poluição atmosférica com aerossóis e poluição química. Até 2009, três dessas barreiras já haviam sido rompidas (Rockström, Steffen e Noone, 2009), porém na última década totalizaram-se seis barreiras rompidas, enquanto as demais estão em grande risco.

Esse impacto dos ultraprocessados se dá por uma somatória de mecanismos e processos que envolvem todo o sistema alimentar dominante, visto que os commodities são em grande parte a base dos ingredientes na produção dos ultraprocessados, aos quais se somam as características próprias do extensivo processamento industrial. Dessa forma, esse impacto

engloba desde as consequências do estímulo a monoculturas dependentes de agrotóxicos e com uso intensivo de fertilizantes químicos, do transporte dos produtos por grandes distâncias, do elevado consumo energético da produção, da redução da biodiversidade e do desmatamento associados às monoculturas, do estímulo à utilização excessiva e insustentável dos recursos naturais (particularmente água e solos) e da poluição relacionada ao descarte de embalagens (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt et al., 2019)(Leite et al., 2022)(Seferidi et al., 2020). Como exemplo deste último item, as grandes transnacionais de produtos ultraprocessados foram responsáveis pelo descarte anual de mais de 8 milhões de toneladas de plástico no mundo em 2020, sendo as maiores produtoras de lixo plástico empresas de refrigerantes e outras bebidas adoçadas, seguidas pelas indústrias de produtos lácteos, todavia as tendências futuras de produção de plástico tendem a crescer exponencialmente se medidas mais robustas não forem tomadas (Changing Markets Foundation, 2020).

Para uma dimensão do impacto dos sistemas alimentares hegemônicos sobre o ambiente e os recursos naturais, incluindo a participação dos produtos ultraprocessados, esses sistemas são responsáveis por 26% das emissões de gases de efeito estufa, pelo uso de 50% da terra habitável, por 70% do uso de água fresca e por 78% da poluição (eutrofização) das águas do planeta (Poore e Nemecek, 2018). Além disso, em termos da perda de biodiversidade, o impacto dos sistemas alimentares hegemônicos é impressionante: 96% da biomassa global de mamíferos é representada por rebanhos e 71% da biomassa de pássaros é representada por aves de criação (Bar-On, Phillips e Milo, 2018).

Segundo uma revisão recente (Anastasiou et al., 2022), considerando a somatória de inputs e outputs dos sistemas alimentares associados aos produtos ultraprocessados, contemplando as etapas da produção agrícola, do processamento industrial dos alimentos, da embalagem e distribuição e do comércio, armazenamento doméstico, preparação e consumo, foram encontrados impactos ambientais significantes. Por exemplo, os produtos ultraprocessados são responsáveis por até 39% do uso de energia relacionada à dieta, por 36% a 45% da perda de biodiversidade, por cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e desperdícios relacionados à dieta, bem como por aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda. Cabe destacar que, apesar de já alarmantes, tratam-se de estimativas conservadoras que não incluem outros efeitos ambientais da cadeia de produção dos ultraprocessados, tais como degradação dos solos, uso de herbicidas, eutrofização e uso de embalagens (Anastasiou et al., 2022).

Estudos no Brasil, avaliando especificamente o impacto dos padrões de consumo alimentar e seus impactos ambientais mostraram que a pegada de carbono da dieta brasileira excede em cerca de 30% a pegada da dieta humana ideal, capaz de atender simultaneamente às necessidades nutricionais da população e conter o aumento da temperatura global (Garzillo et al., 2021) e que a contribuição dos produtos ultraprocessados está diretamente associada à pegada hídrica (Garzillo et al., 2022). Além disso, durante as últimas três décadas, no Brasil houve aumento de 21% na produção de gases de efeito estufa, de 22% na pegada hídrica e de 17% na pegada ecológica relacionadas à dieta, sendo que a contribuição dos ultraprocessados para essas pegadas ambientais aumentou em 183% a 245% nesse período (T Da Silva et al., 2021).

Ainda no Brasil, dados preliminares mostraram que a maior participação de ultraprocessados na dieta está associada a perdas de biodiversidade de até 13,8% entre o primeiro e o último quintos de consumo na população. Portanto a contribuição dos ultraprocessados sobre a biodiversidade é significativa porém, ainda assim, é subestimada ou

desconsiderada nas discussões globais de sistemas alimentares, convenções de biodiversidade e conferência sobre mudanças climáticas (Leite et al., 2022).

### **Alimentos (em particular os ultraprocessados) e os plásticos**

Dentre as diferentes questões que ligam os sistemas alimentares à Saúde Única, vamos focar brevemente na questão específica dos plásticos e os alimentos, tendo em vista que, em maio de 2026, a FAO publicou o relatório *Food safety implications of recycled plastics and alternative food contact materials* (Mark Feeley et al., 2026), que fornece uma avaliação abrangente dos riscos de segurança alimentar e nutricional associados ao uso de materiais plásticos, especialmente plásticos reciclados e biomateriais alternativos, em contato com alimentos.

A partir desse documento, aproveitamos o momento para aprofundar a discussão sobre como a relação entre ultraprocessados e plásticos é estrutural, não acidental: os AUPs são a categoria de alimentos que mais intensivamente utiliza embalagens plásticas em toda a cadeia, do processamento industrial ao transporte, ao ponto de venda e ao consumidor final. Essa dependência mútua cria vias de exposição química pouco reconhecidas nas avaliações tradicionais de risco alimentar e constitui um vetor relevante de impacto ambiental e de saúde.

O relatório constata que os plásticos respondem atualmente por aproximadamente 37% das embalagens alimentares globais, e que o setor alimentar gera quase dois terços do volume total de resíduos plásticos. Salgadinhos, refeições prontas, fast food, confeitaria e bebidas engarrafadas, produtos predominantemente ultraprocessados, são explicitamente identificados como os segmentos que mais impulsionam a demanda por embalagens alimentares, mercado que globalmente foi estimado em US\$ 505 bilhões em 2024 e deverá atingir US\$ 815 bilhões até 2030.

O relatório da FAO documenta que os materiais em contato com alimentos (MCA) contêm milhares de substâncias químicas, incluindo Substâncias Intencionalmente Adicionadas (SIA) e Substâncias Não Intencionalmente Adicionadas (SNIA), que podem migrar para os alimentos. Os riscos incluem:

- Plásticos com materiais reciclados: quando os fluxos de reciclagem são mal controlados, podem introduzir contaminantes como metais pesados, retardadores de chama e poluentes orgânicos persistentes em concentrações superiores às encontradas em plásticos virgens.
- Microplásticos e nanoplásticos: partículas de dimensões inferiores a 5 mm (microplásticos) e 100 nm (nanoplásticos) já foram detectadas em tecidos humanos. O relatório reconhece que a ausência de métodos analíticos validados para sua detecção e quantificação em alimentos tem impedido as agências reguladoras de determinar com precisão o risco à saúde humana — mas aponta o tema como área prioritária de investigação.
- Biomateriais alternativos (bioplásticos): embalagens derivadas de milho, cana-de-açúcar e mandioca, promovidas como alternativas sustentáveis, podem introduzir novos riscos como pesticidas, toxinas naturais e alérgenos provenientes das matérias-primas de origem vegetal.
- Nanomateriais: utilizados para melhorar o desempenho das embalagens (barreiras à umidade, propriedades antimicrobianas, embalagens ativas), os

nanomateriais representam uma classe de substâncias intencionalmente adicionadas cujos perfis de segurança de longo prazo ainda são insuficientemente conhecidos.

Além dos riscos relacionados a plásticos reciclados, a literatura científica documenta que o consumo de AUPs está associado a concentrações urinárias elevadas de ftalatos (especialmente DEHP, DiNP) e bisfenóis (BPA, BPF, BPS), substâncias disruptoras endócrinas amplamente utilizadas na fabricação de embalagens e equipamentos de processamento plásticos. Nesse sentido, um estudo baseado em dados do NHANES (2009–2016) com representatividade nacional norte-americana demonstrou aumento monotônico das concentrações de ftalatos e bisfenóis em urina conforme aumentava a contribuição energética dos AUPs na dieta.

Essas substâncias são conhecidas por interferir nos sistemas hormonais humanos e animais e têm sido associadas a resistência à insulina, obesidade abdominal, diabetes e hipertensão, os mesmos desfechos associados ao consumo de AUPs. Essa convergência sugere que as embalagens plásticas constituem uma via de exposição química que pode potencializar os efeitos metabólicos adversos já atribuídos à composição nutricional dos ultraprocessados.

Naturalmente, isso representa desafios regulatórios e à harmonização global da resposta a esses problemas. O relatório FAO aponta que menos de 10% dos resíduos plásticos gerados globalmente foram reciclados até o momento, mas que essa proporção deve crescer por razões de sustentabilidade ambiental. Contudo, o documento adverte que objetivos ambientais e de saúde pública devem ser perseguidos em paralelo, pois a transição para plásticos reciclados sem controles adequados pode criar novos riscos ao substituir os antigos.

A diretora da Divisão de Sistemas Agroalimentares e Segurança Alimentar da FAO, Corinna Hawkes, sintetizou o desafio regulatório central: “Queremos reciclar mais plástico, mas também queremos garantir que, ao resolver um problema, não criemos novos problemas. A segurança alimentar deve ser uma consideração central na transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis.” O relatório recomenda, por fim, a harmonização regulatória global para materiais em contato com alimentos e prevê que suas conclusões informarão discussões no âmbito da Comissão do Codex Alimentarius, com sessão prevista para outubro de 2026.

### **A discussão dos sistemas alimentares na Cúpula de Saúde Única de 2026**

Dando sequência à discussão global atual sobre a relação entre a Saúde Única e os sistemas alimentares, a sessão temática ministerial sobre Sistemas Alimentares Sustentáveis, realizada em 7 de abril no âmbito da Cúpula Global sobre Saúde Única (o One Health Summit), constituiu um novo e importantíssimo espaço de convergência entre saúde pública, agricultura e nutrição. O debate partiu do reconhecimento de que os sistemas alimentares não devem ser compreendidos apenas como cadeias de produção e distribuição de alimentos, mas como determinantes estruturais da saúde humana, da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade socioambiental (Food and Agriculture Organization (FAO), 2026).

No plano conceitual, a sessão reforçou a perspectiva de que a transformação dos sistemas alimentares exige uma abordagem integrada, capaz de articular políticas agrícolas, sanitárias e nutricionais. Essa orientação se alinha ao enfoque de Saúde Única, que busca responder de forma coordenada a riscos interdependentes envolvendo saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Nesse sentido, a alimentação foi tratada como eixo estratégico para

prevenir doenças, promover dietas adequadas e fortalecer a resiliência dos territórios e das cadeias produtivas.

Do ponto de vista político, a sessão enfatizou a necessidade de alinhar instrumentos de governança e incentivos públicos para favorecer sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Foram valorizadas soluções baseadas em evidências, como abordagens agroecológicas, estratégias territorializadas e políticas voltadas à promoção de dietas suficientes, seguras, equilibradas e acessíveis. A discussão também destacou que a melhoria da nutrição depende não apenas da disponibilidade de alimentos, mas da qualidade dos ambientes alimentares e da capacidade dos sistemas produtivos de oferecer opções saudáveis de forma contínua e equitativa.

A sessão ainda contribuiu para reposicionar a segurança alimentar e nutricional como componente central da agenda da Saúde Única. Ao conectar produção agrícola, saúde e nutrição, o encontro evidenciou que a transição para sistemas alimentares sustentáveis deve ser orientada por objetivos simultâneos de saúde populacional, proteção ambiental e justiça social. Esse enquadramento é particularmente relevante em contextos marcados por mudanças climáticas, aumento da pressão sobre os recursos naturais e persistência de diferentes formas de má nutrição.

Em termos de compromissos, o encontro reforçou a importância da cooperação multissetorial e da tradução de consensos políticos em ações concretas, mensuráveis e sustentáveis. A sessão ministerial pode ser interpretada, portanto, como um momento de consolidação de uma agenda internacional voltada à transformação dos sistemas alimentares, com ênfase na integração entre ciência, governança e implementação de políticas públicas.

Ainda, no âmbito da Cúpula Global da Saúde Única de 2026, realizou-se um evento paralelo integrado ao One Health Festival, organizado pela Nutrição ONU (UN Nutrition), com o objetivo central de examinar o papel crescente dos alimentos ultraprocessados nos sistemas alimentares modernos e explorar suas interseções com riscos interconectados para a saúde humana, animal e a sustentabilidade ambiental. O webinar, foi concebido para destacar evidências emergentes sobre exposição dietética, vias de produção e ambientais, e exposições químicas e materiais associadas aos sistemas alimentares ultraprocessados, utilizando a perspectiva da Saúde Única para relacionar essas vias interconectadas com os desafios mais amplos de governança dos sistemas alimentares e analisar como as autoridades alimentares podem engajar-se na governança dos AUPs por meio de funções regulatórias existentes, incluindo a supervisão de perigos de origem alimentar, a regulamentação de aditivos e materiais em contato com alimentos, rastreabilidade, sistemas de recolhimento, rotulagem e monitoramento de conformidade, além de fomentar o diálogo sobre coerência de políticas entre os setores de nutrição, segurança alimentar e nutricional, agricultura e meio ambiente, e sobre os potenciais cobenefícios de abordagens regulatórias que abordam múltiplos riscos simultaneamente (UN Nutrition, 2026).

A agenda do evento combinou apresentações curtas de especialistas com uma discussão em painel moderada, iniciando-se com abertura e enquadramento pela Dra. Luz de Regil (Departamento de Nutrição e Segurança Alimentar, OMS) e boas-vindas do coorganizador, Dr. Simon Barquera (Centro de Pesquisa em Nutrição e Saúde, Instituto Nacional de Saúde Pública, México), seguidas por duas apresentações centrais: o Prof. Carlos Monteiro (Departamento de Nutrição, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, Brasil) abordou mudanças nos padrões de exposição dietética e implicações para a carga de doenças relacionadas à

alimentação, demonstrando, com base nas evidências reunidas ao longo de décadas e em revisões abrangentes publicada em 2024 e 2025, a associação consistente entre consumo elevado de AUPs e 32 desfechos negativos de saúde, incluindo obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, cânceres e mortalidade por todas as causas.

Na sequência, a Dra. Mathilde Touvier (Centro de Pesquisa em Epidemiologia e Estatísticas, Inserm, França) apresentou evidências específicas sobre exposição a aditivos em AUPs, destacando a complexidade das vias de exposição e a necessidade de abordagens regulatórias que considerem não apenas aditivos isoladamente, mas suas combinações e interações dentro de matrizes alimentares ultraprocessadas, com base nas pesquisas do grupo CRESS/Inserm e na coorte francesa do NutriNet-Santé, que identificaram associações entre aditivos específicos (emulsificantes, adoçantes artificiais, corantes) e riscos para a saúde.

A seguir, a Dra. Kim Anastasious (Escola de Saúde Pública, Universidade de Sydney, Austrália) situou os AUPs dentro do contexto mais amplo das pressões que os sistemas alimentares modernos exercem sobre a saúde planetária, explorando como produção e consumo de alimentos ultraprocessados se intersectam com uso intensivo de terras agrícolas e perda de biodiversidade, demanda por matérias-primas de commodities (soja, palma, milho, açúcar) com impactos sobre ecossistemas, resistência antimicrobiana decorrente do uso de antibióticos na cadeia de produção animal integrada à indústria de AUPs, e emissões de gases de efeito estufa e contaminação de corpos d'água, situando os AUPs não apenas como questão nutricional, mas como fator sistêmico que afeta a interação entre saúde humana, saúde animal e sustentabilidade ambiental, o núcleo da abordagem da Saúde Única.

O painel seguinte do webinar reuniu especialistas de diferentes contextos institucionais para discutir como autoridades de saúde e segurança alimentar podem engajar-se na regulação dos AUPs, abordando perspectiva governamental da Colômbia (experiências práticas na regulamentação, incluindo desafios de implementação e ferramentas de política como rotulagem frontal de advertência, restrições de publicidade e tributação), escalabilidade de políticas (Dr. Fabio Gomes, OPAS/OMS; lições aprendidas em países e regiões da América Latina e Caribe, onde políticas inovadoras como o sistema de octógonos de advertência demonstraram impacto na reformulação de produtos e mudança de comportamento do consumidor), abordagens regulatórias evolutivas (Dra. Annie Locas, Agência Canadense de Inspeção de Alimentos; como sistemas de regulação podem ir além da segurança alimentar tradicional para abordar riscos sistêmicos dos AUPs, incluindo rastreabilidade e verificação de conformidade), embalagens, plásticos e exposições químicas (Dra. Jane Munke, Food Packaging Forum; evidências sobre migrações químicas de embalagens plásticas para alimentos ultraprocessados, incluindo ftalatos, bisfenóis e outras substâncias de preocupação frequentemente negligenciadas nas avaliações de risco), e conselho científico integrado (Dra. Karen Fabbri, Comissão Europeia; como assessoramento científico às políticas pode apoiar ação integrada no contexto da Saúde Única, incluindo desafios de coordenação intersetorial dentro da União Europeia), seguido por perguntas do público e considerações finais apresentadas pelo Ministério da Saúde, França.

O webinar dialogou com um conjunto robusto de evidências científicas recentes, entre as quais se destacam a Série The Lancet sobre Alimentos Ultraprocessados e Saúde Humana (2024–2025), que trouxe três artigos abordando impacto dos AUPs na saúde global, determinantes comerciais e necessidade de ação política unificada com analogias ao controle do tabaco (Monteiro et al., 2025)(Scrinis et al., 2025)(Baker et al., 2025) orientações globais da OMS sobre consumo de AUPs (com Grupo de Desenvolvimento de Diretrizes composto por

especialistas globais elaborando orientações baseadas em evidências, processo ainda em andamento no momento do webinar), estudos de coorte prospectivos (NutriNet-Santé, UK Biobank, EPIC) demonstrando ampla base epidemiológica de associações dose-resposta entre consumo de AUPs e múltiplos desfechos de saúde adversos, e ensaio clínico randomizado (Hall et al., 2019), a primeira evidência experimental de causalidade direta entre consumo de AUPs e aumento de ingestão calórica e ganho de peso mesmo quando controlados os macronutrientes.

Essa integração de evidências e perspectivas reforçou a urgência de ações regulatórias coordenadas sob a ótica One Health, destacando que a governança dos AUPs exige coerência intersetorial entre nutrição, segurança alimentar, agricultura e meio ambiente, além de abordagens regulatórias que simultaneamente enderecem riscos nutricionais, químicos e ambientais — como exposição a aditivos, migração de plásticos, resistência antimicrobiana e emissões de gases de efeito estufa —, com lições aprendidas na América Latina (rotulagem frontal, tributação, restrições de publicidade) servindo como base para escalabilidade global e implementação de políticas baseadas em evidências que reduzam a carga de doenças relacionadas a AUPs e promovam cobenefícios para saúde humana, animal e planetária.

Assim, o webinar “Ultra-processed foods: a One Health agenda for action and accountability” representou um avanço significativo no enquadramento dos alimentos ultraprocessados como uma questão de governança sistêmica, que transcende o âmbito da nutrição individual para abranger dimensões de saúde animal, ambiental e de equidade social e apontou para um conjunto de implicações práticas relevantes para tomadores de decisão em saúde global. O webinar também evidenciou que os instrumentos regulatórios necessários, ainda que frequentemente subutilizados, já existem em muitos países. O desafio central não é normativo, mas político: superar a resistência de interesses corporativos e construir a vontade política para implementar medidas de eficácia comprovada:

- A governança dos AUPs requer abordagens multissetoriais que integrem políticas de nutrição, segurança alimentar, agricultura, meio ambiente e comércio, o que demanda mecanismos de coordenação robustos entre ministérios e agências.
- A perspectiva da Saúde Única oferece um enquadramento operacional para essa integração, permitindo identificar cobenefícios de intervenções que simultaneamente reduzem riscos para a saúde humana, limitam o uso de antimicrobianos na cadeia produtiva e diminuem as pressões ambientais.
- As funções regulatórias existentes, supervisão de aditivos, rastreabilidade, rotulagem, monitoramento de conformidade, podem ser adaptadas para abordar os riscos sistêmicos dos AUPs sem necessidade de novos marcos legais em muitos contextos.
- A transparência e a responsabilização corporativa são elementos centrais da agenda: a indústria de AUPs exerce intensa atividade política corporativa para retardar regulações, de forma análoga às estratégias históricas da indústria do tabaco.
- A equidade em saúde deve ser considerada nas estratégias regulatórias, dado que populações de baixa renda e países de renda média e baixa são desproporcionalmente afetados pelo aumento do consumo de AUPs e pela indisponibilidade de alternativas alimentares mais saudáveis e acessíveis.

A escolha da Saúde Única como quadro analítico e normativo é estrategicamente relevante: ao conectar os AUPs às crises interligadas de doenças não transmissíveis, resistência antimicrobiana, degradação ambiental, perda de biodiversidade e poluição por plásticos, o evento amplia a base de aliados políticos e reforça a urgência de ação coordenada entre setores e níveis de governo.

Em consonância com as conclusões da Cúpula de Saúde Única de Lyon (abril de 2026), o evento reforça a necessidade de que as autoridades de saúde global acelerem o desenvolvimento de orientações internacionais e mecanismos de responsabilização que coloquem os sistemas alimentares no centro da agenda de saúde planetária.

### **Liderança brasileira no enfrentamento dos ultraprocessados na Assembleia Mundial da Saúde**

Considerando especificamente a abordagem dos ultraprocessados na agenda global, merece destaque a submissão pelo Brasil à OMS, em 19 de maio de 2026, de uma proposta de regulamentação global destinada a endurecer as regras para a comercialização, publicidade e promoção de alimentos ultraprocessados no contexto da Assembleia Mundial da Saúde. A iniciativa, com apoios manifestados por França, México e Uruguai, visa prioritariamente a proteção de crianças e adolescentes contra estratégias agressivas de marketing digital e presencial. O documento brasileiro fundamenta-se em evidências científicas recentes, incluindo estudos publicados na revista *The Lancet* (novembro de 2025), que demonstram o crescimento do consumo global desses produtos e sua correlação com obesidade, diabetes e câncer.

A minuta de resolução apresenta quatro eixos regulatórios principais. O primeiro deles exige a adoção de definições claras e sistemas internacionais de classificação de ultraprocessados baseados em evidências, a exemplo do sistema NOVA. O segundo eixo propõe a restrição ou proibição da venda, publicidade e patrocínio em ambientes frequentados por crianças e adolescentes, incluindo escolas, unidades de saúde, eventos esportivos e culturais. O terceiro eixo aborda o controle do marketing digital, regulando práticas como publicidade direcionada, marketing de influência, jogos eletrônicos, personalização baseada em dados e conteúdo digital transfronteiriço. Por fim, o quarto eixo estabelece a abrangência multiplataforma, cobrindo todos os meios, incluindo rádio, TV, impressos, mídia exterior, online, redes sociais e plataformas digitais emergentes.

O Brasil argumenta que a medida não seria inédita, citando a aprovação, em 2025, de resolução liderada pelo país sobre a regulamentação do marketing digital de substitutos do leite materno (fórmulas infantis). O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, declarou que buscará apoio nos mesmos fóruns internacionais (incluindo BRICS) e pretende levar o texto à votação na próxima Assembleia Geral da OMS (2027), onde é necessária maioria simples para aprovação.

Como referência nacional, o Brasil já adota limite de 10% de ultraprocessados na alimentação escolar, com meta de zerar esse índice e já tem inúmeras capitais que alcançaram a eliminação total dos ultraprocessados em cantinas escolares de escolas particulares. A proposta também inclui monitoramento anual da exposição populacional a esses produtos, ajustando-se às tendências globais de aumento, inclusive entre muitos países de alta renda, mas particularmente nos países de média e baixa renda.

A iniciativa brasileira representa um avanço no campo da regulação sanitária internacional, ao integrar evidências epidemiológicas, proteção de grupos vulneráveis e controle de práticas comerciais digitais frequentemente não capturadas por legislações nacionais. No entanto, sua efetividade dependerá da adesão de países com forte influência da indústria de

alimentos e da capacidade de harmonizar definições e mecanismos de fiscalização transfronteiriços. O próximo passo será a formalização da resolução para votação na Assembleia Geral da OMS em 2027.

Vale lembrar, contudo, que permanecem grandes desafios internos nessa agenda no Brasil, tendo em vista que não se alcançou a inclusão de todos os ultraprocessados no imposto seletivo previsto na reforma tributária, que nosso modelo de rotulagem nutricional frontal falha em ter limites mais restritivos para nutrientes críticos e na identificação dos ultraprocessados (seja como categoria ou por meio da declaração de aditivos alimentares, como edulcorantes e outros) e que não dispomos de legislações nacionais que regulem a venda de ultraprocessados nas escolas, tampouco que regulem a publicidade de alimentos.

## **Conclusão**

Diante do exposto, evidencia-se que a interseção entre a Saúde Única e a segurança alimentar e nutricional demanda uma ampliação conceitual e operacional para além do foco tradicional na resistência antimicrobiana e nas zoonoses. A análise integrada dos sistemas alimentares hegemônicos, particularmente por meio do fenômeno da tríplice monotonia alimentar e da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, revela que os alimentos ultraprocessados constituem um vetor estrutural de riscos interconectados à saúde humana, animal e planetária. Essa perspectiva, consolidada em marcos recentes como a Cúpula Global da Saúde Única de 2026 em Lyon, reposiciona a discussão dos ultraprocessados como uma questão de governança sistêmica, que transcende abordagens fragmentadas centradas apenas no perfil nutricional ou no comportamento individual do consumidor.

A expansão global dos ultraprocessados não é um fenômeno espontâneo, mas sim o produto de modelos agroindustriais concentradores, nos quais o Big Food e o Big Agro determinam a homogeneização das dietas, a perda de biodiversidade, a degradação ambiental e a perpetuação da dupla carga da má nutrição. As evidências científicas demonstram associações consistentes entre o consumo de ultraprocessados e mais de 30 desfechos adversos à saúde, além de expressivos impactos ecológicos, como emissões de gases de efeito estufa, pegadas hídrica e ecológica elevadas, e a geração de resíduos plásticos. Nesse contexto, a dependência estrutural dos AUPs em relação a embalagens plásticas introduz vias adicionais de exposição química (ftalatos, bisfenóis, microplásticos), cujos riscos à saúde humana e animal ainda são subestimados pelas avaliações regulatórias tradicionais, conforme aponta o recente relatório da FAO.

Os desdobramentos políticos e científicos observados até 2026, incluindo a sessão ministerial sobre Sistemas Alimentares Sustentáveis e o webinar da ONU Nutrição sobre ultraprocessados na Cúpula de Saúde Única, representam avanços significativos ao enquadrar os ultraprocessados como uma agenda de ação e responsabilização sob a ótica da Saúde Única. Esses eventos marcaram um fortalecimento de uma articulação temática muito aguardada e evidenciaram que os instrumentos regulatórios necessários já existem, como rotulagem frontal, tributação, restrições de publicidade e rastreabilidade, mas seu efetivo emprego esbarra na resistência de interesses corporativos e na fragmentação institucional. Nesse contexto, a proposta brasileira de regulamentação global apresentada na Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2026 ilustra tanto o potencial de liderança quanto os desafios de harmonização internacional, sobretudo diante das assimetrias de poder econômico e das limitações internas do próprio Brasil na implementação de medidas fiscais, rotulagem adequada e regulação da publicidade e do ambiente escolar.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento efetivo dos impactos dos sistemas alimentares hegemônicos e dos alimentos ultraprocessados na perspectiva da Saúde Única requer uma mudança paradigmática: soluções focadas exclusivamente no final da cadeia de produção, distribuição e consumo são insuficientes e inefetivas. É imperativo adotar abordagens integradas e preventivas que articulem políticas agrícolas, sanitárias, ambientais e comerciais, promovendo a diversidade genética, sistemas agroecológicos, vigilância integrada e governança multissetorial. Apenas por meio da coerência regulatória, da responsabilização corporativa e da equidade no acesso a dietas saudáveis e sustentáveis será possível romper o ciclo de retroalimentação negativa dos sistemas alimentares hegemônicos, alinhando a segurança alimentar e nutricional aos limites planetários e às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## Referências

ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Estimação dos custos diretos e indiretos da obesidade, diabetes e hipertensão atribuíveis ao consumo de produtos alimentícios ultraprocessados na população adulta do Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Relatorio-2-ACT\\_final\\_07.11.2024.docx.pdf](https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Relatorio-2-ACT_final_07.11.2024.docx.pdf)>.

ANASTASIOU, K. et al. A conceptual framework for understanding the environmental impacts of ultra-processed foods and implications for sustainable food systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 368, p. 133155, 25 set. 2022.

BAKER, P. et al. Series Ultra-Processed Foods and Human Health 3 Towards unified global action on ultra-processed foods : understanding commercial determinants , countering corporate power , and mobilising a public health response. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–24, 2025.

BAR-ON, Y. M.; PHILLIPS, R.; MILO, R. The biomass distribution on Earth. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 115, n. 25, p. 6506–6511, 2018.

CHANGING MARKETS FOUNDATION. **Talking Trash — The corporate playbook of false solutions to the plastic crisis**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash\\_FullReport.pdf](https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash_FullReport.pdf)>.

FARDET, A.; ROCK, E. Ultra-Processed Foods and Food System Sustainability: What Are the Links? **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6280, 2020.

FAVARETO, A. et al. **COP30 no Brasil — Por uma transição justa e sustentável do sistema agroalimentar**, 2025. Disponível em: <<https://catedrajc.fsp.usp.br/publicacao/cop30-no-brasil-por-uma-transicao-justa-e-sustentavel-do-sistema-agroalimentar/>>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The Quadripartite (FAO, UNEP, WHO and WOA) and the One Health Summit: From commitment to action**. Disponível em: <<https://www.fao.org/one-health/resources/events/one-health-summit-Lyon-2026/en>>.

GARZILLO, J. M. F. et al. Pegada de carbono da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 90, 8 dez. 2021.

GARZILLO, J. M. F. et al. Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.

GRAJEDA, R. et al. Regional Overview on the Double Burden of Malnutrition and Examples of Program and Policy Responses : Latin America and the Caribbean. **Annals of Nutrition and Metabolism**, v. 75, n. 2, p. 139–143, 2019.

HALL, K. D. K. D. et al. Ultra-Processed Diets Cause Excess Calorie Intake and Weight Gain: An Inpatient Randomized Controlled Trial of Ad Libitum Food Intake. **Cell Metabolism**, v. 30, n. 1, p. P226, 2019.

JUUL, F.; VAIDEAN, G.; PAREKH, N. Ultra-processed Foods and Cardiovascular Diseases: Potential Mechanisms of Action. **Advances in Nutrition**, p. nmab049, 2021.

LANE, M. M. et al. Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. **The BMJ**, v. 384, p. e077310, 2024.

LEITE, F. H. M. et al. Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 3, p. e008269, 2022.

LEVY, R. B. et al. Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA — Brasil, 1987–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. Epub 03, 2022.

MARK FEELEY et al. **Food safety implications of recycled plastics and alternative food contact materials**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd9357en>>.

MONTEIRO, C. A. et al. Series Ultra-Processed Foods and Human Health 1 Ultra-processed foods and human health : the main thesis and the evidence. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–18, 2025.

NILSON, E. A. et al. Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.

NILSON, E. A. F. et al. The estimated burden of ultra-processed foods on cardiovascular disease outcomes in Brazil: A modeling study. **Frontiers in Nutrition**, v. 9, 17 nov. 2022.

NILSON, E. A. F. et al. Premature Mortality Attributable to Ultraprocessed Food Consumption in 8 Countries. **American Journal of Preventive Medicine**, n. April, p. 1–9, 2025.

OVIEDO-SOLÍS, C. I. et al. Trend of Ultraprocessed Product Intake Is Associated with the Double Burden of Malnutrition in Mexican Children and Adolescents. **Nutrients**, v. 14, n. 20, p. 4347, 2022.

PAGLIAI, G. et al. Consumption of ultra-processed foods and health status: a systematic review and meta-analysis. **The British Journal of Nutrition**, v. 125, n. 3, p. 308–318, 2020.

POORE, J.; NEMECEK, T. Reducing food’s environmental impacts through producers and consumers. **Science**, v. 360, n. 6392, p. 987–992, 2018.

POPKIN, B. M.; CORVALAN, C.; GRUMMER-STRAWN, L. M. Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. **The Lancet**, v. 395, n. 10217, p. 65–74, 2020.

REARDON, T. et al. The processed food revolution in African food systems and the double burden of malnutrition. **Global Food Security**, v. 28, p. 100466, 2021.

RIDOUTT, B. G. et al. Diet quality and water scarcity: Evidence from a large Australian population health survey. **Nutrients**, v. 11, n. 8, p. 1–15, 2019.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K. A Safe Operating Space for Humanity. **Nature**, v. 461, n. September, p. 491–505, 2009.

SAWAYA, A. L.; ROBERTS, S. Stunting and future risk of obesity: principal physiological mechanisms. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. suppl 1, p. S21–S28, 2003.

SCRINIS, G. et al. Series Ultra-Processed Foods and Human Health 2 Policies to halt and reverse the rise in ultra-processed food production , marketing , and consumption. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–18, 2025.

SEFERIDI, P. et al. The neglected environmental impacts of ultra-processed foods. **The Lancet Planetary Health**, v. 4, n. 10, p. e437–e438, 2020.

\_\_\_\_\_. Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

SROUR, B. et al. Ultraprocessed Food Consumption and Risk of Type 2 Diabetes among Participants of the NutriNet-Santé Prospective Cohort. **JAMA Internal Medicine**, v. 180, n. 2, p. 283–291, 2020.

\_\_\_\_\_. Ultra-processed foods and human health: from epidemiological evidence to mechanistic insights. **The Lancet Gastroenterology & Hepatology**, v. 0, n. 0, 8 ago. 2022.

SUKSATAN, W. et al. Ultra-Processed Food Consumption and Adult Mortality Risk: A Systematic Review and Dose-Response Meta-Analysis of 207,291 Participants. **Nutrients**, v. 14, n. 1, p. 174, 30 dez. 2021.

SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

T DA SILVA, J. et al. Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775–e785, 1 nov. 2021.

UN NUTRITION. **UN-Nutrition Newsletter (Jan-Apr 2026)**. [s.l.: s.n.].

## O centenário de Milton Santos na agenda da UNESCO: território, pensamento crítico e saúde global

*El centenario de Milton Santos en la agenda de la UNESCO: territorio,  
pensamiento crítico y salud global*

*Milton Santos' centenary in the UNESCO agenda: territory, critical thought  
and global health*

**Magali Romero Sá**

**Resumo:** A incorporação do centenário de Milton Santos ao calendário comemorativo da UNESCO em 2026 constitui um reconhecimento internacional de sua contribuição à geografia crítica e à compreensão das dinâmicas socioespaciais. Aborda ainda as iniciativas acadêmicas e institucionais no Brasil, com destaque para as atividades da UFBA, SESC Rio, Feira Literária de Araxá e, em especial, ao seminário promovido pela Fiocruz intitulado “Território, Sociedade e Saúde: homenagem da Fiocruz ao Centenário de Milton Santos”, reafirmando a atualidade do pensamento do geógrafo brasileiro diante dos desafios contemporâneos.

**Palavras-chave:** UNESCO; Milton Santos; saúde global; território.

**Resumen:** La inclusión del centenario de Milton Santos en el calendario conmemorativo de la UNESCO para 2026 constituye un reconocimiento internacional de su contribución a la geografía crítica y a la comprensión de las dinámicas socioespaciales. Aborda asimismo las iniciativas académicas e institucionales en Brasil, destacando las actividades de la UFBA, el SESC Rio, la Feria Literaria de Araxá y, en especial, el seminario promovido por la Fiocruz titulado “Territorio, Sociedad y Salud: homenaje de la Fiocruz al Centenario de Milton Santos”, reafirmando la vigencia del pensamiento del geógrafo brasileño ante los retos contemporáneos.

**Palabras clave:** UNESCO; salud global; territorio.

**Abstract:** The inclusion of the centennial of Milton Santos in UNESCO's commemorative calendar for 2026 constitutes international recognition of his contribution to critical geography and to the understanding of socio-spatial dynamics. It also addresses academic and institutional initiatives in Brazil, highlighting the activities of UFBA, SESC Rio, the Araxá Literary Fair, and, in particular, the seminar organized by Fiocruz titled “Territory, Society, and Health: Fiocruz's Tribute to the Centennial of Milton Santos” reaffirming the relevance of the Brazilian geographer's thought in the face of contemporary challenges.

**Keywords:** UNESCO; Milton Santos; global health, territory.

A incorporação do centenário de nascimento do geógrafo brasileiro Milton Santos (1926–2001) ao calendário oficial de datas comemorativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2026 constitui um marco de elevado significado simbólico e político no reconhecimento internacional da produção intelectual brasileira.

A decisão, anunciada em abril de 2025 no âmbito do programa de datas comemorativas da UNESCO, acolheu a candidatura apresentada pelo governo brasileiro, inserindo tal efeméride no conjunto de celebrações globais voltadas à promoção dos valores da educação, da ciência e da cultura, em consonância com os princípios de diálogo intercultural, paz e cooperação internacional.

Dessa forma, a celebração do “Ano Milton Santos” projeta, no plano internacional, a relevância de sua obra para a compreensão crítica das dinâmicas contemporâneas de globalização, urbanização e produção do espaço, reafirmando seu estatuto como um dos mais influentes pensadores da geografia moderna.

Milton Santos, nascido em 3 de maio de 1926, destacou-se por uma trajetória intelectual marcada pela articulação entre rigor científico e compromisso ético-político com a análise das desigualdades socioespaciais, tendo sido agraciado com o Prêmio Vautrin Lud, considerado o mais prestigioso reconhecimento internacional no campo da geografia. Sua produção teórica, amplamente reconhecida em diferentes continentes, contribuiu para redefinir o estudo do território ao integrá-lo às dimensões econômicas, sociais e políticas, oferecendo ferramentas analíticas decisivas para a compreensão das transformações globais e de seus impactos nas sociedades periféricas.

Tal reconhecimento se reflete não apenas na decisão da UNESCO, mas também na mobilização de instituições acadêmicas, científicas e culturais no Brasil e no exterior, que ao longo de 2026 promoverão uma ampla agenda de eventos, seminários, publicações e iniciativas de difusão de seu pensamento.

Na abertura dos Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Fiocruz “Território, Sociedade e Saúde: homenagem da Fiocruz ao Centenário de Milton Santos”, ocorrido no dia 20 de maio, Kaori Kodama, representante da Cátedra UNESCO Oswaldo Cruz, Ciência, Saúde e Cultura, coordenada por Magali Romero Sá, autora do texto de apresentação no Seminário, endossa que a inclusão no calendário global da UNESCO evidencia a relevância internacional de sua obra e reafirma sua posição como um dos grandes pilares da geografia moderna.

*“Seu pensamento reconfigurou o estudo do território ao integrá-lo às dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Temas absolutamente caros à Cátedra para se pensar a saúde”.*

**Magali Romero Sá, coordenadora da Cátedra UNESCO Oswaldo Cruz, Ciência, Saúde e Cultura**

Sua contribuição revela-se particularmente pertinente para o campo da saúde global, ao possibilitar a compreensão dos determinantes sociais e espaciais da saúde, bem como das desigualdades estruturais que moldam o acesso a serviços e condições de vida. Nesse sentido, a celebração do centenário também promove a aproximação entre a geografia crítica e a agenda da saúde global, reforçando a importância de abordagens interdisciplinares para enfrentar desafios complexos e transnacionais.

No Brasil, a efeméride mobiliza uma programação acadêmica e cultural, incluindo seminários internacionais, ciclos de debates, publicações científicas e eventos comemorativos organizados por universidades, sociedades científicas e instituições culturais.

Destacam-se iniciativas acadêmicas como o Seminário Internacional “Milton Santos 100 anos: um geógrafo do século XXI”, promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros e Departamento de Geografia da USP, bem como uma série de eventos, mesas-redondas e rodas de conversa que acontecerão ao longo do primeiro semestre, realizados pelo Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Outras ações a serem destacadas são um ciclo de palestras sobre a obra do geógrafo baiano organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do Sesc RJ, lançamento da edição especial da Revista FAPESP em sua homenagem e na 14ª edição do FliAraxá, festival literário de Araxá, haverá mais homenagens a Milton Santos, que foi escolhido como patrono da feira literária.

Tais ações evidenciam a permanência e a atualidade de seu legado, cuja interpretação continua a inspirar novas gerações de pesquisadores e formuladores de políticas públicas, como podemos ressaltar o Seminário “Território, Sociedade e Saúde: homenagem da Fiocruz ao Centenário de Milton Santos”, ao articular o pensamento socioespacial do autor com os desafios contemporâneos da saúde interrelacionados com os atuais cenários da geopolítica nacional e internacional, com o Sistema Único de Saúde (SUS) disposto em um território de dimensões continentais, com a diversidade em todas as suas camadas, e entre outros elementos de alta complexidade que somente Milton Santos traria dentro de sua genialidade intelectual.

Dessa forma, a convergência entre o reconhecimento internacional promovido pela UNESCO, a mobilização institucional no Brasil e a realização de eventos acadêmicos de alto nível, como os seminários da Fiocruz, evidencia a vitalidade e a atualidade do legado de Milton Santos.

Sua obra permanece como referência indispensável para a construção de abordagens críticas e integradas, capazes de articular território, sociedade e saúde no enfrentamento dos desafios contemporâneos, contribuindo, assim, para o avanço de uma agenda global orientada pela equidade, pela justiça social e pelo desenvolvimento sustentável.

## Referências

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Anúncio de datas comemorativas brasileiras pela UNESCO*. Brasília, 11 abr. 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nota-a-imprensa-anuncio-de-datas-comemorativas-brasileiras-pela-unesco](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nota-a-imprensa-anuncio-de-datas-comemorativas-brasileiras-pela-unesco). Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Datas comemorativas brasileiras na UNESCO*. Brasília, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/brasil-unesco/datas-comemorativas-brasileiras-na-unesco>. Acesso em: 21 maio 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *da Saúde (CRIS)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, [s.d.]. Disponível em: <https://fiocruz.br/seminarios-avancados-cris-em-saude-global-e-diplomacia-da-saude>. Acesso em: 21 maio 2026.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB/USP). *Centenário de Milton Santos: IEB e Geografia USP celebram o legado do geógrafo*. São Paulo, 2026. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/centenario-de-milton-santos-ieb-e-geografia-usp-celebram-o-legado-do-geografo/>. Acesso em: 21 maio 2026.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Publicação celebra o centenário de Milton Santos e inaugura agenda comemorativa em 2026*. Rio de Janeiro, 29 jan. 2026. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/publicacao-celebra-o-centenario-de-milton-santos-e-inaugura-agenda-comemorativa-em-2026/>. Acesso em: 21 maio 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Cátedra UNESCO Oswaldo Cruz de Ciência, Saúde e Cultura. *Milton Santos — Centenário de nascimento* (documento interno de apresentação de seminário elaborado pela Coordenadora da Cátedra, Magali Romero Sá). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026.

# Banco Mundial e África: Investimento em Saúde para o Avanço do Desenvolvimento

*Banco Mundial y África: Invertir en Salud para el Avance del Desarrollo*

*World Bank and Africa: Investing in Health for the Advancement of Development*

**Isis Pillar Cazumbá**

**Resumo.** Em resposta aos problemas crescentes encontrados nos sistemas de saúde dos países da África Ocidental e Central, o Banco Mundial criou e lançou o Fit to Prosper, uma iniciativa que defende acelerar o progresso rumo à cobertura universal de saúde. A iniciativa mostra que o investimento em saúde salva vidas e contribui para o crescimento econômico, gerando empregos de qualidade, apoiando assim o avanço do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Banco Mundial; África; saúde; empregos; desenvolvimento.

**Resumen:** *En respuesta a los crecientes problemas que aquejan a los sistemas de salud de los países de África Occidental y Central, el Banco Mundial creó y lanzó la iniciativa «En forma para prosperar», que promueve la aceleración del progreso hacia la cobertura sanitaria universal. Esta iniciativa demuestra que la inversión en salud salva vidas y contribuye al crecimiento económico mediante la generación de empleos de calidad, impulsando así el desarrollo.*

**Palabras clave:** Banco Mundial; Africa; salud; empleos; desarrollo.

**Abstract.** *In response to the growing problems found in the health systems of West and Central African countries, the World Bank created and launched the Fit to Prosper initiative, which advocates for accelerating progress towards universal health coverage. The initiative demonstrates that investment in health saves lives and contributes to economic growth by generating quality jobs, thus supporting development advancement.*

**Keywords:** World Bank; Africa; health; jobs; development.

## Iniciativa para a Saúde e Desenvolvimento

Com os objetivos de criar oportunidades, estabelecer resiliência e promover o desenvolvimento para um futuro próspero e saudável, o Banco Mundial (BM) juntamente com o Governo de Gana e o Mecanismo de Financiamento Global, lançaram em maio, em Accra, a iniciativa [Fit to Prosper: Investing in Health for Jobs and Development in Western and Central Africa](#). A iniciativa voltada para os países da África Ocidental e Central foi lançada em um evento dedicado à promoção da saúde e da nutrição, reunindo diversas lideranças africanas, parceiros de desenvolvimento, profissionais da área da saúde, assim como representantes da sociedade civil e do setor privado. A estratégia da iniciativa [é investir em projetos que ajudem a fortalecer a área da saúde e que através dela sejam gerados novos empregos, apoiando o progresso do desenvolvimento](#).

A iniciativa do BM faz parte da estratégia de Saúde, Nutrição e População da instituição financeira e possui alinhamento com a [Agenda Lusaka](#) e com o [Accra Reset](#). As diretrizes da iniciativa prometem ajudar os países a promoverem mudanças específicas, mesmo com o desafiador espaço fiscal limitado. De acordo com o BM, [a iniciativa possui três prioridades estratégicas: fortalecer a prestação de serviços voltados para a atenção primária, garantir o investimento sustentável e construção da resiliência do sistema de saúde](#). O BM acredita que ao aplicar estas prioridades em conjunto com as parcerias entre a instituição financeira e os governos nacionais, [o objetivo regional poderá ser atingido, que é o de tornar acessíveis os serviços de saúde com qualidade para 200 milhões de pessoas na África Ocidental e Central](#), contribuindo assim com a meta global estabelecida pelo BM de 1,5 bilhão até 2030.

Dentro desta iniciativa, o BM trabalhará em outros projetos. O projeto *África Acesso Médico e Manufatura* (AIM2030) que visa “apoiar a fabricação local de produtos essenciais de saúde, fortalecer a segurança da saúde e criar empregos”. Já a *Abordagem Multifásica de Saúde e Empregos* [tratará de priorizar os investimentos em saúde como um pilar essencial para o recrudescimento da economia destes países](#). O BM entende que ao ampliar o número de médicos, enfermeiros, técnicos e parteiras capacitados, haverá impacto na saúde e na geração de empregos “mais seguros e produtivos”, especialmente para as mulheres, que formam a maior parte da força de trabalho do setor.

Ao abordar sobre os cuidados de saúde primários no formato digital, o BM pontuou [que é uma estratégia apropriada para aproximar os serviços à população, acelerando o progresso da Cobertura Universal de Saúde, desde que invistam nas instalações de telemedicina e profissionais de saúde](#). O BM destacou que o investimento em profissionais de saúde comunitários pode “preencher a lacuna na cobertura do serviço e construir a confiança necessária para a prestação eficaz de serviços, vigilância de doenças e respostas a surtos”. A instituição financeira afirmou que [um sistema de atenção primária à saúde mais forte é a base para enfrentar a insegurança alimentar, as alterações climáticas e as pandemias](#). A apresentação do BM seguiu ressaltando a importância de trazer os jovens para a discussão sobre o tema como partes interessadas de forma ativa, pois, conforme o BM, até 2050 a “África Ocidental e Central será o lar de um em cada cinco jovens em todo o mundo” e que muitos resultados dependerão das decisões feitas por eles.

### **Investir em Saúde para Desenvolver**

Durante o evento foi emitida uma declaração apoiada por ministros e chefes de delegação sobre os investimentos na saúde. O documento [aponta o entendimento de todos os líderes a respeito da importância de se investir no setor, garantindo que as próximas gerações não apenas sobrevivam, mas sim, que consigam prosperar](#). Apesar dos baixos recursos, as lideranças foram encorajadas a mobilizarem mais recursos internos para financiar as melhorias na saúde “para alcançar e sustentar ganhos de desenvolvimento a longo prazo”. Os ministros admitiram na declaração a dificuldade de alcançar estes objetivos somente com o setor público atuando e observaram que o setor privado é “um parceiro essencial na inovação, prestação de serviços e no desenvolvimento de cadeias de valor locais para contramedidas médicas e outros produtos de saúde”. O documento [revela a defesa das lideranças da realização de Pactos Nacionais de Saúde em todos os países](#). A saber, estes pactos são acordos de alto nível que contém diretrizes nacionais, com os objetivos de ampliar os cuidados de saúde, garantindo qualidade e acessibilidade a população, “ajudar a galvanizar a liderança política, esclarecer as prioridades de reforma política e reunir os Ministérios da Saúde e das Finanças” e todos os tomadores de decisão e parceiros de desenvolvimento.

## Considerações Finais

O evento que lançou a iniciativa *Fit to Prosper* foi feito para promover a agenda de saúde, de nutrição e de população, apoiando os esforços para viabilizar acessibilidade a saúde de qualidade para todas as pessoas em toda a região. A presença de parceiros de desenvolvimento — [Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para Crianças \(UNICEF\)](#), [Agência de Cooperação Internacional do Japão \(JICA\)](#) e o [Escritório de Desenvolvimento do Reino Unido](#) — que possuem ampla experiência e projetos no setor da saúde deram mais relevância ao evento.

O tema saúde e o seu financiamento em tempos atualmente adversos precisa cada vez mais ser abordado, pois o investimento em saúde o torna acessível e de qualidade para todos, fazendo com que os países tenham populações mais saudáveis, mais atuantes e conseqüentemente mais resilientes aos choques, proporcionando o avanço na geração de empregos e no crescimento econômico tão desejado.

Fortalecer os sistemas de saúde e nutrição nos países da África Ocidental e Central é fundamental, pois estes países vivem em uma pressão constante neste setor devido aos baixos investimentos e recursos, ao alargamento das necessidades de saúde com o aumento populacional e os diversos surtos de doenças e alterações climáticas que ajudam a piorar toda a situação. O BM como parceiro e cada vez mais interessado em apoiar estes países a fortalecerem a soberania em saúde, mostra o compromisso da instituição financeira com o setor e o bem-estar da população, ajudando-as a viverem e prosperarem, salvaguardando assim as próximas gerações.

## Referências

Accra Reset. Acesso em 25 mai 2026. Disponível em: <https://accrareset.org/>

Agenda Lusaka. Acesso em 25 mai 2026.. Disponível em: <https://d2nhv1us8wflpq.cloudfront.net/prod/uploads/2024/08/Lusaka-Agenda-PT.pdf>

Banco Mundial. *Fit to Prosper: Investing in Health for Jobs and Development in Western and Central Africa*. Acesso em 25 mai 2026. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2026/05/05/fit-to-prosper-investing-in-health-for-jobs-and-development-in-western-and-central-africa>

Banco Mundial. *Western and Central African Leaders Launch a Roadmap to Tackle Health Crisis in the Region*. Acesso em 25 mai 2026. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2026/05/05/western-and-central-african-leaders-launch-a-roadmap-to-tackle-health-crisis-in-the-region>

Banco Mundial. Acesso em 25 mai 2026. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/events/2026/03/22/making-health-work-for-western-and-central-africa#tabs-61a23c5f1c-item-afd00192c5-tab>

# Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI) nos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs)

*Desarrollo Territorial Integrado en los Bancos Regionales de Desarrollo*

*Integrated Territorial Development in Regional Development Banks*

*Laura Tavares Soares*

**Resumo:** Este Informe está baseado na temática do *Território* tratada no último Seminário do CRIS. Aqui se apresenta como os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) utilizam a abordagem do Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI) na elaboração, financiamento e implementação de seus projetos de desenvolvimento. Ao contrário dos Bancos Multilaterais globais, os Bancos Regionais possuem uma maior proximidade e inserção nas regiões onde atuam, facilitando as abordagens territoriais. Aqui foram apresentados os principais projetos com perspectiva territorial integrada do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS).

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI); Abordagem Territorial Integrada dos Bancos Regionais de Desenvolvimento; Banco Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF); Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB); Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD); Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

**Resumen:** *Este informe se basa en el tema del Territorio, tratado en el último Seminario CRIS. Presenta cómo los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) utilizan el enfoque de Desarrollo Territorial Integrado (DTI) en el diseño, financiamiento e implementación de sus proyectos de desarrollo. A diferencia de los bancos multilaterales globales, los Bancos Regionales gozan de mayor proximidad e integración dentro de las regiones donde operan, lo que facilita los enfoques territoriales. Aquí se presentan los principales proyectos con una perspectiva territorial integrada del Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF), el Banco Africano de Desarrollo (BAD), el Banco Asiático de Desarrollo (BAD) y el Nuevo Banco de Desarrollo (Banco BRICS).*

**Palabras clave:** *Desarrollo Territorial Integrado (DTI); Enfoque Territorial Integrado de los Bancos Regionales de Desarrollo; Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (BAAL); Banco Africano de Desarrollo (BAD); Banco Asiático de Desarrollo (BAD); Nuevo Banco de Desarrollo (NBD)*

**Abstract:** *This report is based on the theme of Territory discussed at the last CRIS Seminar. It presents how Regional Development Banks (RDBs) utilize the Integrated Territorial Development (ITD) approach in the design, financing, and implementation of their development projects. Unlike global multilateral banks, Regional Banks have greater proximity and integration within the regions where they operate, facilitating territorial approaches. The main projects with an integrated territorial perspective from the Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF), the African Development Bank (AfDB), the Asian Development Bank (ADB), and the New Development Bank (BRICS Bank) are presented here.*

**Keywords:** *Integrated Territorial Development (ITD); Integrated Territorial Approach of Regional Development Banks; Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF); African Development Bank (AfDB); Asian Development Bank (AfDB); New Development Bank (NDB)*

## Introdução

A **abordagem territorial** (ou abordagem territorial integrada) emerge como uma estratégia eficaz para o **financiamento do desenvolvimento integrado**, pois permite superar intervenções setoriais fragmentadas, alinhando recursos a estratégias locais/regionais específicas, promovendo eficiência, inclusão e sustentabilidade.

Ela facilita a mobilização de múltiplas fontes de financiamento (públicas, privadas, nacionais e internacionais) de forma coordenada, com foco em um território delimitado e em resultados integrados (econômicos, sociais, ambientais e institucionais).

As vantagens da **Abordagem Territorial** para o Financiamento do Desenvolvimento são:

- *Integração de recursos.* Permite combinar fundos de diferentes origens (como: orçamentos nacionais, bancos de desenvolvimento, fundos climáticos, setor privado) em uma única estrutura (“framework”) estratégica, reduzindo sobreposições e maximizando impactos.
- *Contextualização e eficiência.* Os recursos são alocados conforme as necessidades específicas do **território** (rural-urbano, vulnerabilidades climáticas, potencial econômico), melhorando a governança local e a capacidade de absorção de fundos.
- *Alavancagem e financiamento misto* (“blended finance”). Atrai cofinanciamento, garantias e investimento privado ao oferecer projetos no **território**, com *escala, visibilidade e mensuração de resultados claros*.
- *Inclusão e resiliência.* Fortalece ligações **territoriais** entre o urbano e o rural, governança subnacional e financiamento local (como finanças municipais ou comunitárias).

A **abordagem territorial** no Financiamento exige:

- Uma *definição clara do território e da estratégia*, com um **diagnóstico participativo** além de uma visão integrada de longo prazo.
- Uma governança multinível, com *envolvimento de governos locais, sociedade civil e setor privado*.
- Mecanismos financeiros mistos (“blended finance”), com linhas de crédito subnacionais, fundos climáticos, *empréstimos baseados em resultados e garantias*.
- Monitoramento e avaliação, com **Indicadores territoriais integrados** (alinhados aos ODS).

Essa estratégia da abordagem territorial é particularmente poderosa para desafios como *urbanização desequilibrada, mudança climática e desigualdades regionais*, pois *transforma o território em unidade de planejamento e financiamento*, em vez de setores isolados.

## O Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI) nos Bancos Regionais de Desenvolvimento

O desenvolvimento territorial integrado (DTI) refere-se a uma abordagem multissetorial, multinível e baseado no local (“place-based”), tratando o **território** (subnacional, fronteiro, bioma ou eixo regional) como *unidade central de planejamento*.

Ele integra, no **território**, *infraestrutura, economia local, inclusão social, governança e sustentabilidade ambiental*, superando visões setoriais ou puramente nacionais.

Alinha-se aos ODS da Agenda 2030, à transição ecológica e à **redução de desigualdades territoriais**.

As principais características do **DTI** nos BRDs são a atuação em “multinível”, com articulação entre os níveis federal, subnacional e local; a articulação multissetorial no território, combinando a infraestrutura, a produtividade, o social e o ambiental. Essa atuação deve ser ainda sustentável e inclusiva, com ênfase na bioeconomia, na resiliência climática, na equidade e nas salvaguardas socioambientais. A *Integração Regional* é outra característica do DTI, com *projetos transfronteiriços e eixos de desenvolvimento*.

Os principais desafios do DTI ainda são a maior coordenação entre os BRDs para evitar sobreposições e escalar impacto; a mobilização de capital privado e fundos climáticos; e o foco crescente em medição de **impacto territorial**, com abordagens “de baixo para cima”. Se detecta uma maior necessidade de *fortalecer capacidades institucionais locais* para uma implementação eficaz dos projetos territoriais.

Essa abordagem é utilizada por alguns dos principais BRDs na **América Latina**. O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) prioriza o planejamento urbano-territorial, as cidades sustentáveis, a resiliência climática e a governança multinível. Apóia projetos que articulam governos nacionais, estaduais/municipais e comunidades.

O CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) dá ênfase na integração regional, na bioeconomia, no desenvolvimento de proximidade e na infraestrutura sustentável. Financia **iniciativas territoriais** em corredores logísticos e biomas.

O FONPLATA, Banco de Desenvolvimento formado por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, tem como principal missão apoiar a *integração* dos países-membros para consolidar um desenvolvimento harmônico e inclusivo, mediante operações de crédito e recursos não reembolsáveis do setor público. Seu objetivo é o de contribuir para *reduzir as disparidades socioeconômicas* e privilegiar a complementaridade e a sinergia dos esforços das instituições de desenvolvimento nacional, assim como de outras agências de desenvolvimento, através de projetos de média e pequena dimensões para serem realizados em **delimitados espaços geográficos**.

Possui foco na Bacia do Prata, com programas de **integração territorial**, conectividade vial e desenvolvimento sustentável em corredores bioceânicos e eixos transfronteiriços.

No caso brasileiro, esses bancos atuam em parceria com bancos nacionais de desenvolvimento — como o BNDES, BNB, BASA, BRDE — e com governos subnacionais, frequentemente com garantia soberana ou operações diretas a entes locais.

A *Estratégia Brasileira para BMDs Regionais* (Ministério do Planejamento e Orçamento) possui como diretrizes a priorização da *integração regional sustentável*, o desenvolvimento em biomas compartilhados (como a Amazônia), a transição ecológica justa, a inclusão social e a

governança **territorial**. Essa estratégia envolve *apoio a projetos subnacionais, bens públicos regionais e coordenação entre BMDs*.

Algumas das principais iniciativas e exemplos dessas parcerias no Brasil são:

1. *Rotas para a Integração* (BID, CAF, FONPLATA e BNDES):

- Acordo de US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 50 bi) para projetos de infraestrutura logística, energética e conectividade sul-americana.
- Foco em redes que reduzem custos territoriais, promovem fluxos econômicos e integram dimensões produtivas, sociais e ambientais.

2. *Coalizão Verde* (Amazônia):

- Aliança de ~20 bancos (incluindo BID e CAF como parceiros) para mobilizar recursos em desenvolvimento sustentável, bioeconomia e inclusão na Amazônia.
- Ênfase em *mapeamento de oportunidades*, produtos financeiros adaptados, linguagem comum de investimento sustentável e **ações territoriais integradas** (comunidades, ecossistemas e empresas).

3. Outras Ações:

- Programas de **desenvolvimento territorial** em *regiões específicas* (ex.: corredores bioceânicos no FONPLATA, fortalecimento institucional local no CAF).
- Suporte técnico para planejamento, capacitação e atração de investimentos privados.
- Iniciativas de troca de dívida por resiliência (BID, CAF e outros) com **componentes territoriais**.

Os BMDs regionais posicionam o **DTI** como ferramenta estratégica para um desenvolvimento mais equilibrado, resiliente e inclusivo na América Latina, especialmente no contexto de desafios climáticos e de **integração sul-americana**.

### **Ações territoriais dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs)**

As ações territoriais dos Bancos Regionais de Desenvolvimento referem-se às iniciativas que combinam *financiamento, planejamento e suporte técnico* voltadas para o **desenvolvimento regional e territorial integrado**. Isso inclui projetos de infraestrutura, redução de desigualdades socioeconômicas, sustentabilidade ambiental, integração regional e fortalecimento de economias locais, com ênfase em abordagens sistêmicas que consideram **o território como unidade de planejamento** (além de setorial).

Essas ações exigem uma coordenação multinível para promover o desenvolvimento sustentável em **escalas territoriais específicas** (subnacionais, fronteiriças, biomas ou eixos de integração regional), superando abordagens puramente setoriais ou nacionais.

Esses bancos financiam e apoiam **ações territoriais** que vão além de empréstimos setoriais, priorizando:

1. **Desenvolvimento Territorial Integrado e Redução das Desigualdades**

- Planos de Ação Territorial (ex.: Prodeter do BNB, que define prioridades locais, cadeias produtivas e investimentos em territórios específicos no Nordeste).

- Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs), bioeconomia, agricultura familiar e inclusão social em regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste, Amazônia).
- BNDES evoluiu para incorporar “entorno de projetos” (mitigação de impactos de grandes obras) e Políticas de Desenvolvimento Regional (PDR), com condições diferenciadas para microrregiões de baixa renda.

## 2. **Infraestrutura e Integração Regional**

- Projetos de logística (rodovias, ferrovias, portos), energia (renováveis, interconexões) e conectividade digital que promovem integração entre países (ex.: América do Sul).
- Financiamento de infraestrutura urbana resiliente ao clima, saneamento e habitação.

## 3. **Sustentabilidade e Biomas Compartilhados**

- Preservação da Amazônia, desenvolvimento de cadeias verdes, transição energética e resiliência climática (alinhado à Agenda 2030 e COPs).
- Parcerias para captação de recursos (ex.: Brasil captando bilhões junto a BID, Banco Mundial e outros para Fundos de Desenvolvimento Regional).

## 4. **Parcerias e Governança Territorial**

- Colaboração com governos subnacionais, municípios e sociedade civil para agendas pactuadas de desenvolvimento.
- Suporte técnico para planejamento territorial, capacitação institucional e atração de investimentos privados.
- Intermediação via bancos nacionais (ex.: BRDE com municípios para resiliência urbana).

Podem ser citados alguns exemplos recentes no Brasil como as parcerias BNDES/CAF/BID para bioeconomia, inclusão financeira e infraestrutura sustentável; BRDE e bancos internacionais fortalecendo iniciativas no Sul do Brasil (sustentabilidade); captação de recursos externos pelo MIDR (Ministério da Integração) para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Alguns dos desafios dessas ações territoriais são a Escala e o Impacto, com foco em projetos de grande porte, mas com crescente atenção a impactos locais e endógenos (desenvolvimento “de baixo para cima”); o Financiamento com mobilização de recursos via mercados de capitais, parcerias público-privadas e fundos climáticos; maior ênfase em salvaguardas ambientais/sociais, com transparência e alinhamento com os ODS. Há debate sobre coordenação entre BMDs para evitar sobreposição e maximizar eficiência.

Essas ações dos BRDs, portanto, devem visar não apenas crescimento econômico, mas o *desenvolvimento sustentável, inclusivo e territorialmente equilibrado*.

Os principais exemplos das **Ações Territoriais Integradas** dos BRDs são:

### 1. **Integração Regional e Infraestrutura** (Eixos e Rotas):

- *Rotas para a Integração* (BID, CAF, FONPLATA e BNDES). Acordo de ~R\$ 50 bilhões (US\$ 10 bi) para projetos de infraestrutura logística, energética e conectividade sul-americana (anunciado em 2023). Foco em redes que reduzem custos territoriais e promovem fluxos econômicos.

- IIRSA (*Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana*): Coordenação técnica por BID, CAF e FONPLATA, com eixos de desenvolvimento que integram infraestrutura física, produtiva e social.

#### 2. *Desenvolvimento Territorial na Amazônia e Biomas Compartilhados:*

- *Coalizão Verde*. Aliança de ~20 bancos (nacionais e multilaterais, incluindo BID e CAF) para mobilizar recursos em desenvolvimento sustentável, bioeconomia, inclusão e preservação na Amazônia. Mapeamento de oportunidades, produtos financeiros adaptados e mobilização de bilhões.
- *Amazônia Sempre* (BID): Ações urbanas integradas, fóruns de cidades e ministérios para equilibrar desenvolvimento e conservação.

#### 3. *Resiliência Climática e Troca de Dívida:*

- Iniciativas conjuntas BID-CAF-CDB (Caribe) de troca de dívida por resiliência, com *componentes de bens públicos regionais*.

#### 4. *Apoio Subnacional e Urbano:*

- Financiamentos diretos a estados e municípios (ex.: saneamento, habitação, gestão territorial). No Brasil, grande parte dos recursos vai para entes subnacionais via garantia soberana.
- Programas de *desenvolvimento territorial integrado* no Brasil em regiões como Nordeste, Sul e fronteiras.

O Brasil, via Ministério do Planejamento e Orçamento, adota as *Diretrizes Estratégicas para os BRDs*, priorizando:

- Integração regional sustentável.
- Transição ecológica em biomas compartilhados.
- Desenvolvimento inclusivo e *governança territorial*.

Há ênfase em parcerias (ex.: com BNDES), mobilização de capital privado e alinhamento com PPA 2024-2027 e COP30.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e programas como o ***Territórios da Cidadania*** adotam *recortes territoriais* para concentrar ações em áreas de pobreza, articulando o Orçamento Geral da União, com fundos constitucionais e incentivos fiscais. Possui ênfase em governança participativa e planejamento descentralizado.

### **O CAF e o DTI**

O **Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI)** é uma estratégia central no CAF (**Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe**), alinhada à sua visão de promover um crescimento sustentável, inclusivo, verde e resiliente na região.

O CAF possui, inclusive, uma ***Gerência de Desenvolvimento Territorial Sustentável***, que lidera iniciativas focadas no *fortalecimento da gestão territorial, melhoria do acesso à moradia adequada, planejamento urbano integrado e desenvolvimento de cidades e territórios mais inclusivos e resilientes*.

O DTI se insere na *Estratégia Corporativa do CAF* (2022-2026). O CAF busca consolidar-se como o *Banco Verde* e do *crescimento sustentável* da **América Latina e Caribe**. O DTI aparece principalmente na agenda de ***Territórios Resilientes***, uma de suas prioridades.

Em 2024, o CAF destinou USD 3.486 milhões em 14 países para ações em acesso à água, cidades sustentáveis, transporte, turismo e economias criativas.

Sua ênfase é em *fortalecimento institucional subnacional* (USD 1.558 milhões aprovados), apoiando governos locais, regionais e empresas públicas em infraestrutura urbana, hídrica e de mobilidade, com *inovação territorial*. Possui integração com agendas transversais: financiamento verde (superou meta de 40% em 2024, chegando a 41%), inclusão, diversidade, gênero e resiliência climática.

O enfoque é “place-based” — *baseado no lugar/território*, multissetorial e multinível — articulando infraestrutura, desenvolvimento produtivo, governança, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

As principais linhas de ação no DTI do CAF são:

- Desenvolvimento Urbano e Cidades Sustentáveis.
- Apoio a planejamento urbano, ordenamento territorial, moradia acessível e “BiodiverCidades” (rede com centenas de cidades).
- Territórios Rurais e de Proximidade, com ênfase nas vocações locais, bioeconomia, turismo sustentável e redução de brechas rurais-urbanas (ex.: Relatório de Economia e Desenvolvimento 2026 “*Raíces del Futuro*”). <https://www.caf.com/pt/especiales/red/red-2026/>
- Infraestrutura e Integração Regional, com projetos de conectividade, corredores logísticos e eixos de desenvolvimento com *visão territorial integrada*.
- **Governança Territorial**, com fortalecimento de capacidades locais, planos de ordenamento e articulação entre níveis de governo (nacional, subnacional e local).
- *Estratégias País*. Os documentos de Estratégia País (DEP) incorporam o DTI, como no Equador (2025-2029), Chile, Colômbia e outros, priorizando descentralização, transformação produtiva e desenvolvimento equitativo em regiões.

*Exemplos Concretos do DTI no CAF:*

- Rio Negro (Argentina). Projeto de USD 140 milhões para **desenvolvimento territorial integrado**, beneficiando mais de 700 mil habitantes com infraestrutura e serviços.
- Colômbia. Aprovação de centenas de milhões para fortalecer instituições locais e **desenvolvimento territorial**.
- Neuquén (Argentina). Programa de Equilíbrio e Desenvolvimento Territorial, focado em governança, desenvolvimento produtivo e infraestrutura.
- Apoio a planos de **ordenamento territorial** como o de Santa Isabel, Panamá, e corredores como Chancay (Peru), com metodologias denominadas Âmbitos de Desenvolvimento Integral (“*Ámbitos de Desarrollo Integral*” — ADI).

O CAF atua em parceria com governos subnacionais, BNDES (no Brasil) e outros bancos multilaterais, mobilizando recursos privados e fundos climáticos. A *estratégia DTI valoriza abordagens de baixo para cima*, salvaguardas socioambientais e alinhamento com ODS, Agenda 2030 e compromissos climáticos (COPs).

Essa abordagem posiciona o CAF como parceiro chave para países como o Brasil, especialmente em biomas compartilhados (Amazônia), integração sul-americana e resiliência territorial.

## O AfDB e o DTI

O **Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI) no Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB ou BAD)** não constitui uma estratégia autônoma e centralizada como em alguns bancos latino-americanos (como a Gerência específica no CAF), mas é incorporado de forma *transversal* em várias iniciativas, especialmente no pilar “Integrate Africa”, no desenvolvimento urbano, em projetos subnacionais e em *abordagens de integração regional* e resiliência.

A Estratégia Geral de dez anos do AfDB (“Ten-Year Strategy” 2024-2033) visa uma África próspera, inclusiva, resiliente e integrada (“prosperous, inclusive, resilient and integrated”). Os objetivos são acelerar o crescimento verde inclusivo e impulsionar economias prósperas e resilientes.

Os “High 5s” (prioridades operacionais) incluem:

- “Integrate Africa”. Foco em **integração regional**, cadeias de valor transfronteiriças, infraestrutura conectiva (corredores de transporte, energia) e **redução de custos territoriais**.
- “Feed Africa” e “Industrialize Africa”. Desenvolvimento de cadeias agroindustriais e industriais com **dimensão territorial** (zonas de processamento, polos de desenvolvimento).
- “Improve the Quality of Life for the People of Africa”. Desenvolvimento urbano sustentável, habitação e serviços básicos.

O **DTI** aparece em abordagens baseadas no lugar/território, multinível (nacional, subnacional e local) e multissetoriais, especialmente em contextos de fragilidade — Sahel, urbanização acelerada e biomas.

As principais Dimensões do **DTI** no AfDB são:

### 1. *Desenvolvimento Urbano e Municipal:*

- “Urban and Municipal Development Fund (UMDF)”. Fundo lançado em 2019 para apoiar cidades e autoridades locais com planejamento urbano integrado, infraestrutura resiliente ao clima, governança e financiamento municipal.
- Parcerias com UN-Habitat para urbanização sustentável, planos mestres (ex.: EcoCity em Eswatini) e fortalecimento de capacidades locais.
- Ênfase em *cidades transformadoras*, **ordenamento territorial** e *integração rural-urbana*.

### 2. *Integração Regional e Corredores de Desenvolvimento:*

- “Regional Integration Strategy”. Apoio a Iniciativas de Desenvolvimento Espacial, corredores de transporte e zonas econômicas que promovam **desenvolvimento territorial equilibrado**.

- **Projetos transfronteiriços** que articulam infraestrutura, produtividade e inclusão social.

### 3. *Projetos Específicos de Desenvolvimento Territorial:*

- Camerão. “*Territorial Development and Private Sector Promotion Project*” (Far-North Region) — foco em *desenvolvimento territorial integrado*, promoção do setor privado e resiliência.
- Sahel. Programas como o “*Integrated Territorial Development Programme*” (PATI), com intervenções multissetoriais em governança local, segurança alimentar e resiliência climática.
- Marrocos e Tunísia. Apoio a políticas industriais para *reequilíbrio territorial*, atração de investimentos em regiões menos desenvolvidas e fortalecimento de fundos locais (ex.: parceria com “Fonds d’Équipement Communal”).

### 4. *Abordagens Transversais:*

- Resiliência climática e transição justa com **lente territorial** (integração de gênero, juventude e comunidades locais).
- Fortalecimento institucional subnacional e **governança territorial** em contextos de fragilidade.

Os principais desafios do AfDB no DTI na África são:

- **Urbanização.** A África tem uma das urbanizações mais rápidas do mundo. O AfDB busca transformar isso em oportunidade com *planejamento integrado*.
- **Coordenação.** Parcerias com RECs (*Comunidades Econômicas Regionais*), União Africana (Agenda 2063), setor privado e outros Bancos Multilaterais (MDBs).
- **Escala.** Ênfase crescente em mobilização de recursos privados, fundos climáticos e abordagens “*de baixo para cima*”.

O AfDB posiciona o **DTI** como ferramenta para reduzir desigualdades territoriais, promover integração regional e construir resiliência, alinhado à Agenda 2063 e aos ODS. Diferente de bancos com foco mais explícito em “territórios” (como BID/CAF na América Latina), aqui o tema está mais integrado aos “High 5s” (prioridades operacionais do AfDB — “Ten-Year Strategy 2024-2033”) e ao desenvolvimento urbano/infraestrutura<sup>1</sup>.

## O NDB (Banco dos BRICS) e o DTI

O **Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI)** não constitui uma estratégia autônoma e centralizada no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou Banco do BRICS), ao contrário de bancos como o CAF (com Gerência específica de Desenvolvimento Territorial Sustentável). No entanto, elementos do **DTI** estão presentes de forma *transversal*, especialmente por meio de financiamento a infraestrutura sustentável, *integração regional*, desenvolvimento urbano e *projetos subnacionais/fundos regionais*, alinhados à sua missão de mobilizar recursos para infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países BRICS e outras economias emergentes.

<sup>1</sup> <https://www.afdb.org/en/documents/african-development-bank-group-ten-year-strategy-2024-2033>

## *Estratégia Geral do NDB (2022–2026)*

A Estratégia Geral “Scaling Up Development Finance for a Sustainable Future”<sup>2</sup> prioriza:

- Infraestrutura sustentável (transporte, energia limpa, água/saneamento).
- Projetos com impacto climático (meta de 40% dos financiamentos para mitigação/adaptação).
- Operações não soberanas (30%) e em moedas locais (30%).
- *Integração regional* e expansão de países membros para promover *projetos transfronteiriços e intrarregionais*.

O NDB enfatiza abordagens alinhadas aos ODS e ao Acordo de Paris, com foco em projetos de alto impacto econômico, social e ambiental, *sem condicionalidades políticas*. Há ênfase em parcerias com bancos nacionais (ex. do Brasil: BNDES, BRDE) e subnacionais, fortalecendo capacidades locais.

### *Principais Dimensões de DTI no NDB*

#### *1. Integração Regional e Corredores:*

- Apoio a projetos de conectividade (ferrovias, portos, rodovias) que reduzem custos territoriais e promovem fluxos econômicos.
- Ênfase em integração sul-americana (ex.: estudos para ferrovia bioceânica Brasil-Peru).

#### *2. Desenvolvimento Regional no Brasil (exemplo mais concreto):*

- “Regional Sustainable Infrastructure Development Program” (empréstimo de até US\$ 500 milhões). Recursos destinados aos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE — Nordeste, FDA — Amazônia e FDCO — Centro-Oeste). Foco em energia renovável, conectividade e infraestrutura sustentável nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo desenvolvimento socioeconômico equilibrado.
- Parcerias com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) para projetos do Novo PAC em áreas de menor desenvolvimento.

#### *3. Desenvolvimento Urbano e Subnacional:*

- Financiamentos para transporte urbano (ex.: sistemas de trânsito rápido), saneamento, habitação e infraestrutura municipal.
- Operações via bancos estaduais ou diretamente a entes subnacionais, fortalecendo governança local e resiliência.

#### *4. Abordagens Transversais:*

- Projetos climáticos inteligentes (“climate-smart”), inclusivos e resilientes a desastres.
- Ênfase em bioeconomia, transição energética justa e **redução de desigualdades territoriais** em economias emergentes.

---

<sup>2</sup> [https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB\\_StrategyDocument\\_Eversion-1.pdf](https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB_StrategyDocument_Eversion-1.pdf)

Os principais desafios para o NDB no DTI são o fato do NDB ainda ser relativamente jovem (criado em 2015) e focar em escala de financiamento (mais de US\$ 39-40 bilhões aprovados em ~120-122 projetos até meados de 2025). A **abordagem territorial** é mais *projetual e setorial* do que um “framework” integrado baseado no local (“place-based”) de modo explícito.

A expansão de escritórios regionais (ex.: Américas em São Paulo) ajuda a aproximar-se de *contextos territoriais locais*. A tendência é a de uma maior mobilização de recursos privados, cofinanciamentos e alinhamento com *agendas nacionais de desenvolvimento regional* (ex.: no Brasil, PPA e COP30).

O NDB posiciona-se como banco do Sul Global, complementar aos demais bancos multilaterais, com forte viés para infraestrutura que gera *desenvolvimento mais equilibrado territorialmente*. No contexto brasileiro, sua atuação reforça políticas de **redução de desigualdades regionais** via fundos constitucionais.

## O ADB e o DTI

O **Desenvolvimento Territorial Integrado (DTI)** ou abordagens semelhantes (como *desenvolvimento urbano integrado, desenvolvimento territorial sustentável ou abordagens territoriais integradas*) é utilizado pelo **Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, ou “Asian Development Bank”)** como uma estratégia importante para promover crescimento inclusivo, resiliente e sustentável na Ásia e no Pacífico.

A Estratégia 2030 (“Strategy 2030”)<sup>3</sup> do ADB define a visão de uma Ásia e Pacífico próspera, inclusiva, resiliente e sustentável. Entre suas sete prioridades operacionais destacam-se:

- Tornar as cidades mais habitáveis (“making cities more livable”);
- Promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar;
- Fortalecer a governança e as instituições;
- Fomentar a cooperação e a *integração regional* (RCI).

O **DTI** alinha-se a essas prioridades ao superar intervenções setoriais verticais isoladas, promovendo *planejamento integrado que considera dimensões espaciais, econômicas, sociais e ambientais*, com foco em ligações urbano-rurais, corredores econômicos e *desenvolvimento equilibrado de territórios*.

### *Exemplos Práticos de Aplicação do DTI pelo ADB:*

- Uzbequistão — “Integrated Urban Development Project” (IUDP). Um dos principais exemplos de **DTI**. O projeto (aprovado em 2022, com US\$ 59 milhões) apoia investimentos estratégicos em infraestrutura municipal e serviços em cidades secundárias (Djizzak, Havast, Khiva e Yangiyer). Ele aborda o crescimento atrasado e agravado pela COVID-19 e vulnerabilidades climáticas, promovendo *desenvolvimento urbano integrado*, sustentabilidade financeira das cidades e governança local. Estudos do ADB sobre sustentabilidade financeira das cidades complementam isso, analisando *finanças municipais para apoiar urbanização equilibrada*.

---

<sup>3</sup> <https://www.adb.org/documents/strategy-2030-prosperous-inclusive-resilient-sustainable-asia-pacific>

- Mongólia — “Aimags and Soums Green Regional Development Investment Program” (ASDIP). Representa uma mudança paradigmática para o **desenvolvimento territorial verde** e *ligações urbano-rurais*. Centros urbanos atuam como âncoras para “agribusinesses” climaticamente inteligentes, gestão sustentável de pastagens, resiliência climática e cadeias de valor de baixo carbono. Integra **planejamento territorial**, capacitação institucional e investimentos sinérgicos.
- No Timor-Leste, o ADB apoia a transição de intervenções setoriais verticais para políticas de desenvolvimento territorial/municipal integrado, alinhado ao Plano Estratégico de Desenvolvimento e aos ODS.
- Publicações do ADB, como sobre assentamentos humanos na Mongólia, propõem “frameworks” urbanos para desenvolvimento territorial sustentável e equilibrado.
- *Corredores econômicos e programas de integração regional* incorporam **dimensões territoriais**, conectando infraestrutura, comércio e desenvolvimento local.

As principais características da estratégia do **DTI no ADB** são:

- *Desafios regionais*. Urbanização rápida, **desigualdades territoriais**, mudança climática, migração rural-urbana e necessidade de resiliência.
- *Abordagem integrada*. Combina infraestrutura, governança local, finanças subnacionais, inclusão social, sustentabilidade ambiental e ligações urbano-rurais, maximizando impactos e eficiência de recursos.
- *Alinhamento global*. Apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 13 (Ação Climática).

O ADB frequentemente atua como *parceiro em projetos que fortalecem capacidade institucional, planejamento espacial e financiamento subnacional* para viabilizar o **DTI**.

## União Europeia

Embora o **Banco de Desenvolvimento Europeu** não seja mencionado, a título de complementação e ilustração do tema, vale apresentar Documento elaborado pela *Agência para o Desenvolvimento e Coesão* da União Europeia intitulado “**Desenvolvimento territorial integrado em ação. Um balanço das estratégias territoriais na política de coesão da UE 2021-2027**” (12 maio 2026)<sup>4</sup>.

Trata-se de um relatório que apresenta um balanço em toda a UE das *Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial* (AIDT) implementadas sob a Política de Coesão 2021–2027.

“O desenvolvimento territorial integrado representa EUR 41,3 bilhões (~11% do total das contribuições da Política de Coesão da UE), com adoção variando consideravelmente entre os Estados-Membros devido às diferenças nos sistemas de governança, capacidade administrativa e interpretação estratégica. O *Investimento Territorial Integrado* (ITI) é o mecanismo de entrega

<sup>4</sup> [https://www.adcoesao.pt/centro\\_de\\_recursos/desenvolvimento-territorial-integrado-em-acao-um-balanco-das-estrategias-territoriais-na-politica-de-coesao-da-ue-2021-2027/](https://www.adcoesao.pt/centro_de_recursos/desenvolvimento-territorial-integrado-em-acao-um-balanco-das-estrategias-territoriais-na-politica-de-coesao-da-ue-2021-2027/)

mais amplamente utilizado, seguido por outras ferramentas territoriais e do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Embora o desenvolvimento urbano sustentável permaneça central, a maioria das estratégias visam territórios pequenos e médios: 85% cobrem áreas abaixo de 250.000 habitantes e quase metade foca em territórios abaixo de 50.000. Mais da metade abrange geografias mistas urbano-rurais, refletindo a importância das ligações territoriais funcionais.”

“As prioridades temáticas concentram-se no desenvolvimento territorial integrado, biodiversidade, eficiência energética e mobilidade sustentável. Os arranjos de governança geralmente são formalizados, embora as práticas variem na seleção de estratégias, identificação de projetos e monitorização.”

### Considerações Finais

Houve períodos na História do século XX em que o Planejamento Territorial Integrado era considerado um elemento central nas Políticas Públicas. Com o abandono (ou a redução de sua importância) da categoria Planejamento, o próprio *Território* passou a ser pouco ou nada utilizado como instrumento de organização integrada das diferentes políticas setoriais em espaços geográficos regionais, nacionais ou locais.

Neste Informe, cujo objeto de análise são os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs), foi muito difícil encontrar a categoria *Território* como elemento norteador de suas estratégias de financiamento — tanto nos documentos oficiais dos Bancos como nos relatórios de seus projetos.

No entanto, encontramos o conceito de *Desenvolvimento Territorial Integrado* (DTI) que, de modo central ou, na maioria dos casos, transversal, norteia algumas das ações dos BRDs.

O único Banco que explicita o DTI como estratégia em seus projetos de financiamento do desenvolvimento de seus países membros é o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) que possui, inclusive, uma *Gerência de Desenvolvimento Territorial Sustentável*.

O Brasil foi apresentado como um dos poucos países da América Latina que planeja e organiza algumas de suas políticas públicas integradas no território — algumas em parceria e com financiamento de BRDs como o CAF e o Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS). A maioria das parcerias com os BRDs é feita através dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento (como o BNDES).

No último Seminário do CRIS do mês de maio, “Território, Sociedade e Saúde”, uma homenagem ao centenário de Milton Santos, foi considerado central a volta da categoria *Território* não apenas como elemento de análise, mas como uma estratégia vital para o desenvolvimento integrado de políticas públicas, superando a perspectiva unicamente setorial.

### Referências

1. <https://www.fonplata.org/pt/institucional>
2. <https://www.caf.com/pt/presente/noticias/integra%C3%A7%C3%A3o-na-pratica-caf-e-fonplata-estreitam-coopera%C3%A7%C3%A3o-no-brasil/>

3. <https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-reune-equipe-local-e-representantes-do-governo-brasileiro-para-a-constru%C3%A7%C3%A3o-da-estrategia-2026-2031/>
4. <https://www.caf.com/pt/especiales/red/red-2026/>
5. <https://www.caf.com/pt/>
6. <https://www.caf.com/pt/especiales/impacto-caf/>
7. <https://www.caf.com/es/quienes-somos/estrategia-caf/>
8. <https://www.caf.com/es/quienes-somos/proyectos/>
9. <https://www.caf.com/pt/areas-de-acao/>
10. <https://www.afdb.org/en/documents/african-development-bank-group-ten-year-strategy-2024-2033>
11. <https://www.afdb.org/en>
12. [https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB\\_StrategyDocument\\_Eversion-1.pdf](https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB_StrategyDocument_Eversion-1.pdf)
13. <https://www.ndb.int/about-ndb/general-strategy/>
14. <https://www.adb.org/documents/strategy-2030-prosperous-inclusive-resilient-sustainable-asia-pacific>
15. <https://www.adb.org/who-we-are/strategy-2030>

# Geopolítica, Transição Energética e Patrimônio Cultural: Transformações Recentes na Governança Multilateral

*Geopolítica, transición energética y patrimonio cultural: transformaciones recientes en la gobernanza multilateral*

*Geopolitics, Energy Transition and Cultural Heritage: Recent Transformations in Multilateral Governance*

**Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário**

**Resumo:** Este informe analisa desenvolvimentos recentes da governança multilateral envolvendo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Examina a retomada das discussões sobre a reforma do mecanismo de solução de controvérsias da OMC e os impactos crescentes das tensões geopolíticas sobre comércio, finanças e mercados de energia. O informe destaca como a escalada dos conflitos no Oriente Médio intensificou riscos para os países em desenvolvimento por meio da elevação dos preços da energia, da volatilidade financeira e das disrupções nos fluxos comerciais globais. Analisa também o papel dos acordos internacionais de investimento na promoção ou limitação da transferência de tecnologia para a transição energética, enfatizando a importância da preservação do espaço regulatório e do fortalecimento das capacidades domésticas de absorção tecnológica. Por fim, discute os debates da OMPI sobre acesso ao patrimônio cultural protegido por direito de autor.

**Palavras-chave:** Riscos geopolíticos; governança multilateral; transição energética; transferência de tecnologia; acordos internacionais de investimento; comércio global; países em desenvolvimento; propriedade intelectual; instituições do patrimônio cultural; acesso ao conhecimento.

**Resumen:** Este informe analiza desarrollos recientes de la gobernanza multilateral relacionados con la Organización Mundial del Comercio (OMC), la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) y la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI). Examina la reanudación de las discusiones sobre la reforma del sistema de solución de diferencias de la OMC y el impacto creciente de las tensiones geopolíticas sobre el comercio, las finanzas y los mercados energéticos. El informe destaca cómo la escalada de los conflictos en Oriente Medio intensificó los riesgos para los países en desarrollo mediante el aumento de los precios de la energía, la volatilidad financiera y las disrupciones en los flujos comerciales globales. También analiza el papel de los acuerdos internacionales de inversión en la promoción o limitación de la transferencia de tecnología para la transición energética, subrayando la importancia de preservar el espacio regulatorio y fortalecer las capacidades nacionales de absorción tecnológica y productiva.

**Palabras clave:** riesgos geopolíticos; gobernanza multilateral; transición energética; transferencia de tecnología; acuerdos internacionales de inversión; comercio global; países en desarrollo; propiedad intelectual; instituciones del patrimonio cultural; acceso al conocimiento.

**Abstract:** *This report analyses recent developments in multilateral governance involving the World Trade Organization (WTO), the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) and the World Intellectual Property Organization (WIPO). It examines the resumption of discussions on WTO dispute settlement reform and the growing impact of geopolitical tensions on trade, finance and energy markets. The report highlights how the escalation of conflicts in the Middle East has intensified risks for developing countries through higher energy prices, financial volatility and disruptions in global trade flows. It also analyses the role of international investment agreements in supporting or constraining technology transfer for the energy transition, emphasising the importance of preserving regulatory space and strengthening domestic absorptive capacities. Finally, the report discusses WIPO debates on access to copyrighted works in cultural heritage institutions, stressing the relevance of copyright exceptions, legal certainty and access to knowledge for libraries, archives and museums worldwide.*

**Keywords:** *geopolitical risks; multilateral governance; energy transition; technology transfer; international investment agreements; global trade; developing countries; intellectual property; cultural heritage institutions; access to knowledge.*

### **Reforma do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC**

Na reunião do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em 22 de maio de 2026, o novo presidente do OSC, o embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, do Brasil, enfatizou a importância de retomar as discussões sobre a reforma do mecanismo de solução de controvérsias para restaurar um sistema “pleno e eficaz”, conforme reafirmado em Conferências Ministeriais da OMC.

Patriota lembrou que, durante a reunião do Conselho Geral de 6 e 7 de maio de 2026, o presidente do Conselho Geral incentivou os membros a retomarem as negociações sobre o tema “quando for oportuno”, ressaltando a importância contínua da reforma do mecanismo de solução de controvérsias para a credibilidade e a eficácia do sistema multilateral de comércio. Em sua declaração, Patriota enfatizou que, como Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), era sua responsabilidade consultar os membros sobre suas posições atuais e avaliar como as discussões poderiam ser retomadas o mais breve possível, incluindo a identificação da base mais apropriada para o trabalho futuro.

Ele observou ainda que as transformações no ambiente comercial internacional desde o final de 2024 podem exigir uma reavaliação das propostas e áreas de convergência previamente identificadas durante negociações anteriores, observando que algumas das opções técnicas já discutidas entre os membros podem não mais contar com o mesmo nível de apoio e, portanto, precisariam ser reconfirmadas ou reconsideradas.

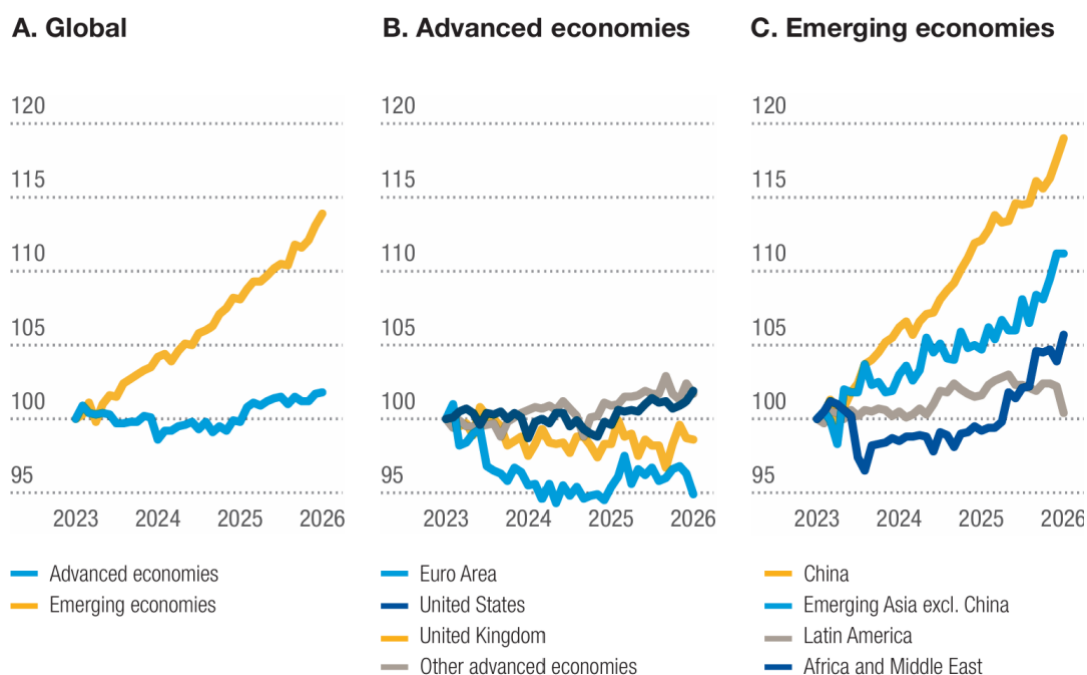
Ao mesmo tempo, o Presidente sugeriu que elementos do trabalho técnico realizado anteriormente ainda poderiam fornecer bases úteis para o engajamento futuro. Nesse contexto, ele anunciou que uma reunião plenária informal dedicada à reforma da solução de controvérsias seria convocada em breve, provavelmente logo após a próxima reunião formal do OSC, agendada para 23 de junho de 2026, com o objetivo de revitalizar as discussões e promover maior alinhamento entre os membros da OMC em relação ao futuro da arquitetura de solução de controvérsias da organização. (OMC, 2026)

## A economia global diante do desafio geopolítico: perspectivas de comércio e desenvolvimento para 2026

O documento *Trade and Development Foresights 2026: Global Economy Faces a Geopolitical Challenge*, publicado pela United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) em 2026, apresenta uma atualização das projeções do *Trade and Development Report 2025* diante das transformações verificadas no cenário econômico global, com ênfase nos efeitos da escalada militar no Oriente Médio sobre os mercados de energia, o comércio de mercadorias, os fluxos financeiros e as perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento (UNCTADa, 2026).

A economia global chegou a 2026 em situação relativamente favorável. Em 2025, cresceu 2,9%, apoiada no dinamismo do comércio, na expansão da produção industrial dos países em desenvolvimento e no investimento em tecnologias associadas à inteligência artificial, sobretudo na Ásia. A resiliência do crescimento global refletiu uma trajetória de produção industrial nas economias emergentes que não encontrou paralelo nas economias avançadas no mesmo período (UNCTADa, 2026).

Figura 1 — Volume de produção industrial global, economias avançadas e emergentes, janeiro de 2023 = 100



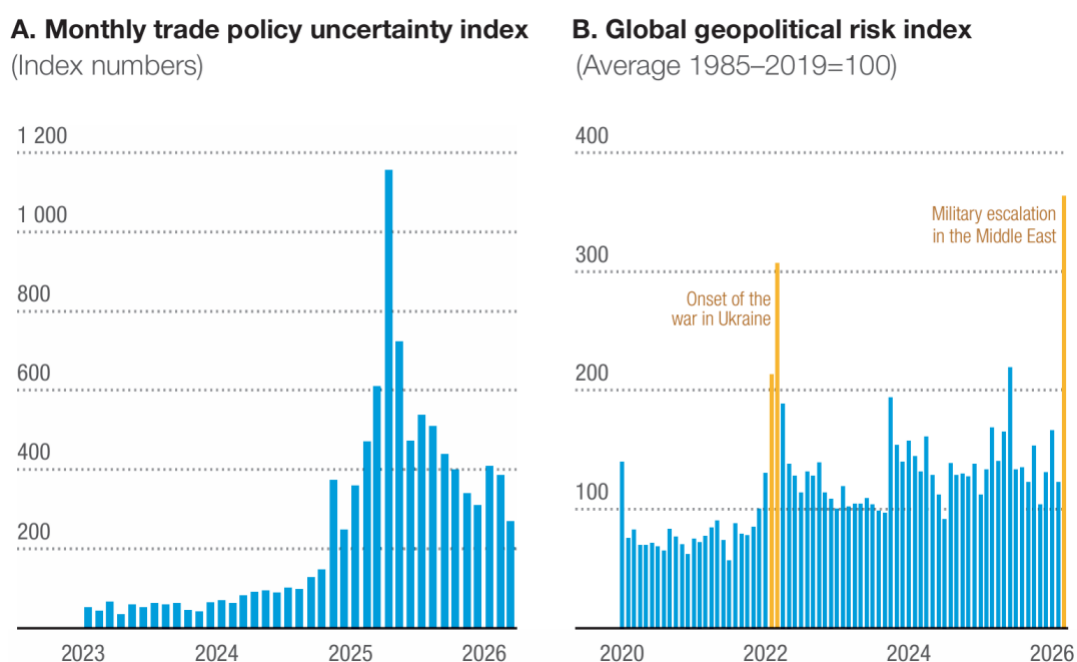
Fonte: UNCTADa, 2026.

Esse quadro começou a mudar no fim de fevereiro de 2026, com a escalada militar no Oriente Médio. Os primeiros efeitos apareceram nos mercados de energia e nas rotas de transporte marítimo, mas o relatório alerta para impactos mais amplos sobre comércio, alimentos e finanças (UNCTADa, 2026).

## Riscos geopolíticos superam incertezas comerciais

A natureza dos riscos mudou. Em 2025, a principal fonte de incerteza estava na política comercial. No início de 2026, o centro de gravidade deslocou-se para os riscos geopolíticos, que abrem novos canais de transmissão em uma economia global marcada por crescentes interdependências entre comércio e finanças (UNCTADa, 2026).

Figura 2 — Riscos globais: da política comercial à geopolítica. Painel A: índice mensal de incerteza de política comercial; painel B: índice global de risco geopolítico (média 1985–2019 = 100)]

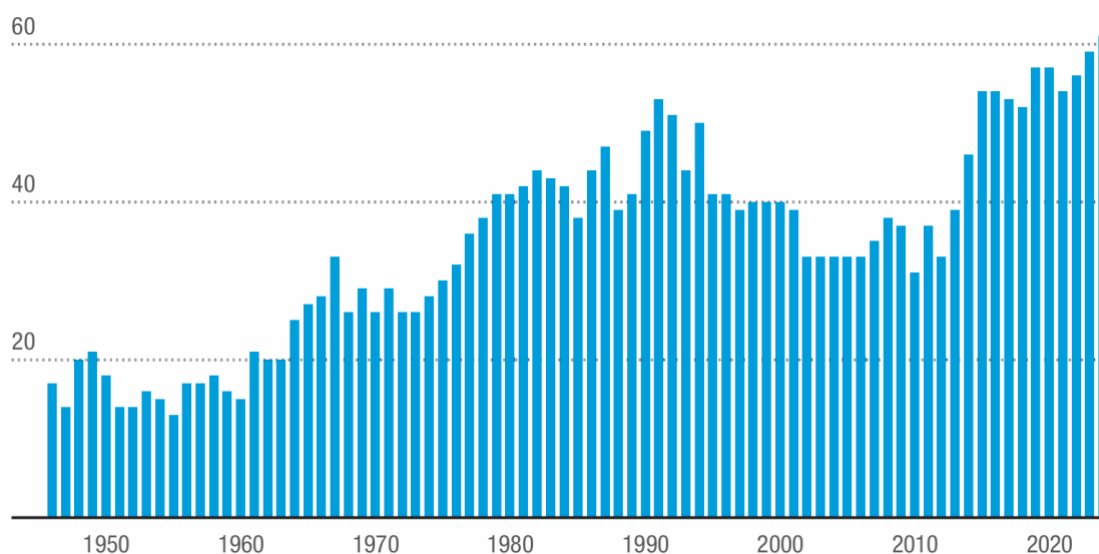


Fonte: UNCTADa, 2026.

O conflito em curso se soma a uma tendência estrutural de longo prazo de aumento do número de conflitos armados no mundo, muitos dos quais comprometem as perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento. O número de conflitos armados ativos atingiu um recorde histórico nos anos recentes, reforçando o caráter não conjuntural das pressões sobre as economias mais vulneráveis (UNCTADa, 2026).

O relatório identifica três preocupações específicas derivadas desse quadro: a piora das fragilidades econômicas ligadas a menor crescimento, aumento da desigualdade e elevação do custo de vida; a incerteza crescente sobre o investimento global e o risco renovado de saída de capitais dos países em desenvolvimento; e a probabilidade maior de choques mais profundos no comércio e nas finanças internacionais em caso de prolongamento do conflito (UNCTADa, 2026).

Figura 3 — Número de conflitos armados ativos com pelo menos um protagonista estatal, 1950–2020



Fonte: UNCTAD, 2026.

### Choques nos mercados de energia e pressões macroeconômicas

Em março de 2026, o conflito passou a afetar a economia global sobretudo pelos mercados de energia. Em poucos dias, o preço do petróleo avançou mais de 60%, enquanto o gás praticamente dobrou, ampliando a incerteza sobre custos de produção, inflação e comércio internacional (UNCTADa, 2026).

Mais de dois meses após o início do choque, a volatilidade ainda permanecia elevada nos mercados de títulos, ações e câmbio, com efeitos mais intensos sobre os países em desenvolvimento. A alta da energia produz impactos assimétricos. Exportadores líquidos de petróleo podem registrar ganhos de receita no curto prazo, mas esses ganhos não eliminam os efeitos negativos sobre consumidores, empresas e parceiros comerciais. Combustíveis mais caros reduzem a renda disponível das famílias, pressionam custos produtivos e podem desacelerar as importações, transmitindo o choque para outras economias (UNCTADa, 2026).

Nos países em desenvolvimento, a vulnerabilidade é maior porque a demanda por energia, alimentos e fertilizantes tende a ser pouco elástica. Mesmo diante de preços mais altos, essas importações não podem ser facilmente reduzidas sem custos sociais e produtivos significativos. Ao final do primeiro trimestre de 2026, países como Bangladesh, Brasil, Egito, Etiópia, Índia, Indonésia, México, Paquistão, Panamá, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia e Vietnã já haviam adotado medidas para ampliar a oferta, elevar subsídios a combustíveis ou controlar preços. Mesmo economias com exportações relevantes de petróleo podem ter parte dos ganhos compensada pelo encarecimento de insumos importados (UNCTADa, 2026).

### Crescimento menor e riscos assimétricos para os países em desenvolvimento

Nesse contexto, a UNCTAD projeta desaceleração do crescimento global para 2,6% em 2026, 0,3 ponto percentual abaixo do resultado de 2025. O relatório ressalva, porém, que um

cenário mais adverso não pode ser descartado caso o conflito se prolongue ou gere novas interrupções nos fluxos de energia, comércio e financiamento.

Para a América Latina e o Caribe, a projeção é de crescimento de 2,0% em 2026, ante 2,3% em 2025. A retomada esperada na América Central e no Caribe não seria suficiente para compensar a desaceleração na América do Sul. No caso brasileiro, a expansão econômica projetada recua para 1,6% em 2026 (UNCTADa, 2026).

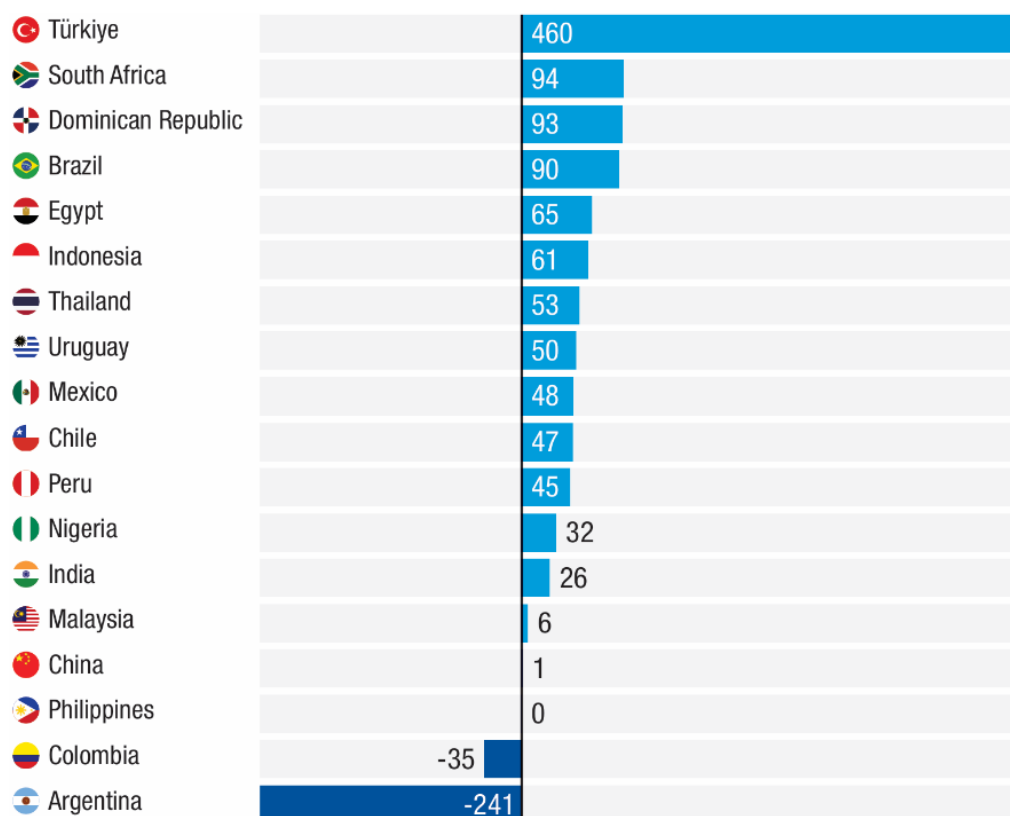
O impacto do conflito sobre os rendimentos dos títulos soberanos domésticos ilustra a vulnerabilidade financeira dos países em desenvolvimento no atual contexto (UNCTADa, 2026).

Tabela 1 — O crescimento global desacelerará para 2,6% em 2026: taxas de crescimento do PIB  
(Variação percentual anual)

Country groups	1991– 1999 <sup>a</sup>	2000– 2009 <sup>a</sup>	2010– 2014 <sup>a</sup>	2015– 2019 <sup>a</sup>	2020	2021	2022	2023	2024	2025 <sup>b</sup>	2026 <sup>c</sup>
<b>World</b>	<b>2.9</b>	<b>3.3</b>	<b>3.2</b>	<b>3.0</b>	<b>-3.0</b>	<b>6.5</b>	<b>3.4</b>	<b>2.9</b>	<b>2.8</b>	<b>2.9</b>	<b>2.6</b>
▶ <b>Africa</b>	<b>2.5</b>	<b>5.3</b>	<b>5.0</b>	<b>3.9</b>	<b>-3.6</b>	<b>4.2</b>	<b>4.1</b>	<b>3.5</b>	<b>3.0</b>	<b>4.2</b>	<b>4.2</b>
South Africa	2.7	4.0	2.5	1.1	-6.2	4.9	2.1	0.8	0.5	1.1	1.3
▶ North Africa (incl. South Sudan)	3.0	5.0	2.4	3.9	-3.6	5.4	3.6	3.3	1.2	4.5	4.2
▶ Sub-Saharan Africa (excl. South Africa and South Sudan)	2.1	6.0	7.5	4.7	-2.9	3.5	4.7	4.2	4.5	4.7	4.7
▶ <b>America</b>	<b>3.4</b>	<b>2.5</b>	<b>2.3</b>	<b>1.9</b>	<b>-3.2</b>	<b>6.3</b>	<b>2.9</b>	<b>2.7</b>	<b>2.7</b>	<b>2.1</b>	<b>1.9</b>
▶ Latin America and the Caribbean	3.2	3.4	3.4	-0.2	-7.6	7.1	4.2	2.2	2.3	2.3	2.0
Mexico	3.2	1.7	3.0	1.7	-8.4	6.0	3.7	3.3	1.4	0.6	1.2
▶ Central America (excl. Mexico) and Caribbean	2.6	4.5	3.5	3.0	-8.9	8.3	4.9	2.8	2.6	2.4	2.7
▶ South America	3.3	4.0	3.5	-1.3	-7.1	7.3	4.3	1.7	2.6	3.0	2.2
Argentina	4.6	3.8	2.7	-0.3	-9.9	10.4	6.0	-1.9	-1.3	4.4	3.0
Brazil	2.9	3.6	3.2	-0.4	-3.3	4.8	3.0	3.2	3.4	2.3	1.6
▶ Northern America	3.4	2.3	2.1	2.4	-2.3	6.1	2.7	2.9	2.7	2.1	1.9
Canada	2.8	2.3	2.6	2.0	-5.0	6.0	4.7	2.0	2.0	1.7	1.0
United States	3.5	2.3	2.1	2.4	-2.1	6.2	2.5	2.9	2.8	2.1	2.0
▶ <b>Asia</b>	<b>4.3</b>	<b>5.5</b>	<b>5.7</b>	<b>4.7</b>	<b>-1.0</b>	<b>6.9</b>	<b>3.7</b>	<b>4.3</b>	<b>4.0</b>	<b>4.4</b>	<b>3.8</b>
▶ Central Asia	-4.7	8.3	6.4	4.0	-0.4	5.6	4.6	5.8	5.9	6.9	5.2
▶ East Asia	4.2	5.3	5.7	4.7	0.3	7.1	2.5	4.0	3.7	4.0	3.7
China	11.0	10.6	8.5	6.7	2.3	8.6	3.1	5.4	5.0	5.0	4.6
Japan	1.2	0.9	1.5	1.0	-4.3	3.6	1.3	0.7	-0.2	1.1	0.8
Republic of Korea	6.8	4.9	3.7	3.1	-0.7	4.6	2.7	1.4	2.0	1.0	1.4
▶ South Asia	5.2	6.7	5.8	6.3	-3.9	8.3	6.1	7.3	5.9	6.3	5.5
India	5.9	7.2	6.6	7.0	-5.9	9.4	7.0	8.8	6.7	7.6	6.5
▶ South-East Asia	5.3	5.6	5.6	5.0	-4.1	3.3	5.9	4.5	5.2	4.8	4.3
Indonesia	4.8	5.2	5.8	5.1	-2.1	3.7	5.3	5.0	5.0	5.1	4.8
▶ Western Asia	4.2	5.0	5.5	2.9	-3.8	7.0	7.6	2.4	2.2	3.5	2.0
Saudi Arabia	2.2	4.3	6.1	2.3	-3.8	6.5	12.0	0.5	2.7	4.5	2.0
Türkiye	3.8	5.1	7.5	4.6	1.8	11.8	5.4	5.0	3.3	3.6	3.5
▶ <b>Europe</b>	<b>1.3</b>	<b>2.2</b>	<b>1.1</b>	<b>2.1</b>	<b>-5.8</b>	<b>6.5</b>	<b>3.2</b>	<b>0.7</b>	<b>1.3</b>	<b>1.4</b>	<b>1.2</b>
Russian Federation	-5.9	6.2	3.0	1.2	-2.7	5.9	-1.2	4.1	4.3	0.8	1.0
United Kingdom	2.6	2.1	1.8	2.1	-10.0	8.5	5.1	0.3	1.1	1.3	0.6
▶ European Union	1.9	1.9	0.8	2.2	-5.6	6.4	3.6	0.4	1.0	1.5	1.3
▶ Euro area	1.9	1.7	0.7	2.0	-6.0	6.4	3.6	0.5	0.9	1.4	1.1
France	1.9	1.7	1.2	1.5	-7.4	6.9	2.7	1.4	1.1	0.9	1.0
Germany	1.7	1.1	2.0	1.9	-4.1	3.9	1.8	-0.9	-0.5	0.2	0.8
Italy	1.5	0.7	-0.9	1.1	-8.9	8.9	4.8	0.9	0.8	0.5	0.3
▶ <b>Oceania</b>	<b>3.7</b>	<b>3.2</b>	<b>2.8</b>	<b>2.7</b>	<b>-2.0</b>	<b>5.2</b>	<b>4.1</b>	<b>2.2</b>	<b>0.8</b>	<b>1.8</b>	<b>2.1</b>
Australia	3.7	3.3	2.8	2.5	-2.0	5.4	4.2	2.1	1.0	2.0	2.1
▶ <b>Developed economies</b>	<b>2.3</b>	<b>2.2</b>	<b>1.7</b>	<b>2.2</b>	<b>-3.8</b>	<b>6.0</b>	<b>2.8</b>	<b>1.7</b>	<b>1.8</b>	<b>1.7</b>	<b>1.5</b>
▶ <b>Developing economies</b>	<b>5.1</b>	<b>6.5</b>	<b>6.2</b>	<b>4.6</b>	<b>-1.7</b>	<b>7.3</b>	<b>4.2</b>	<b>4.7</b>	<b>4.4</b>	<b>4.7</b>	<b>4.1</b>

Fonte: UNCTAD, 2026.

Figura 4 — Variação dos rendimentos de títulos soberanos domésticos desde o pré-conflito (27 de fevereiro de 2026), em pontos-base, por país selecionado



Fonte: UNCTAD, 2026.

### Dinâmica do comércio internacional

O comércio mundial de mercadorias iniciou 2026 em patamar elevado, sustentado por fluxos robustos de contêineres em rotas asiáticas e transpácificas e por exportações chinesas com crescimento superior a 20% em dólares nos dois primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2025. O índice de gerentes de compras (PMI) manufatureiro global atingiu, em fevereiro de 2026, seu nível mais alto desde 2021, com o subíndice de produção em 53,1 e o de pedidos de exportação em 51,4, primeira expansão desde 2024 (UNCTADa, 2026).

Contudo, essa expansão mostrou-se concentrada em produtos vinculados à inteligência artificial como servidores, equipamentos de computação de alto desempenho, semicondutores e componentes de *data centers*, segmentos que registraram crescimentos de dois a três dígitos na Ásia Oriental, na América do Norte e em partes da Europa (UNCTADa, 2026).

As “máquinas de processamento automático de dados” responderam por cerca de três quartos do crescimento nominal de 4% nas importações totais dos Estados Unidos em 2025; na China, a forte contribuição dessa categoria quase compensou a queda registrada por todos os demais produtos importados no período.

Setores mais tradicionais registraram ganhos modestos, enquanto o comércio de commodities permaneceu contido até o final de fevereiro. O crescimento do comércio mundial de mercadorias em termos reais deve desacelerar de 4,7% em 2025 para um intervalo de 1,5%

a 2,5% em 2026, com ampla margem de incerteza nas estimativas atuais para o ano (UNCTADa, 2026).

No plano das relações Sul-Sul, o relatório registra expansão expressiva: as exportações de mercadorias Sul-Sul cresceram de US\$ 0,5 trilhão em 1995 para US\$ 6,8 trilhões em 2025, superando em valor as exportações Sul-Norte, enquanto o comércio intrabloco entre os dez membros do BRICS aumentou 13 vezes nas últimas duas décadas. As interrupções no Estreito de Ormuz produziram impacto negativo significativo sobre o transporte de energia, com os navios-tanque de petróleo bruto e GNL sofrendo os efeitos mais intensos; o frete de contêineres enfrentou riscos diretos menores, ainda que não esteja isolado das pressões de custo (UNCTADa, 2026).

### **Transição energética e assimetria de investimentos**

Por fim, o relatório identifica no atual choque de oferta de combustíveis fósseis uma oportunidade para acelerar a transição para fontes renováveis, ressaltando que já em 2024 as renováveis eram mais baratas do que a alternativa fóssil recém-instalada mais econômica em 91% dos casos comparados, na métrica de custo nivelado de energia.

Contudo, o investimento na transição permanece profundamente assimétrico: a África, detentora de 60% dos melhores recursos solares do planeta, recebeu apenas 2% do investimento global em energia limpa em 2024, enquanto globalmente os combustíveis fósseis ainda desfrutam de vantagem de 9 para 1 em subsídios ao consumo frente às renováveis. O relatório conclui que uma mudança decisiva nas políticas nacionais e internacionais é necessária para acelerar a transição para uma era de energia limpa, acessível e abundante (UNCTADa, 2026).

### **O desenho dos acordos de investimento e a transferência de tecnologia para a transição energética**

O documento *Energy transition investment and the transfer of knowledge and skills: Implications for investment treaty design* examina em que medida o desenho dos tratados de investimento pode sustentar ou restringir o aporte de capital e a difusão de conhecimento técnico de que depende a transição para sistemas energéticos de baixo carbono.

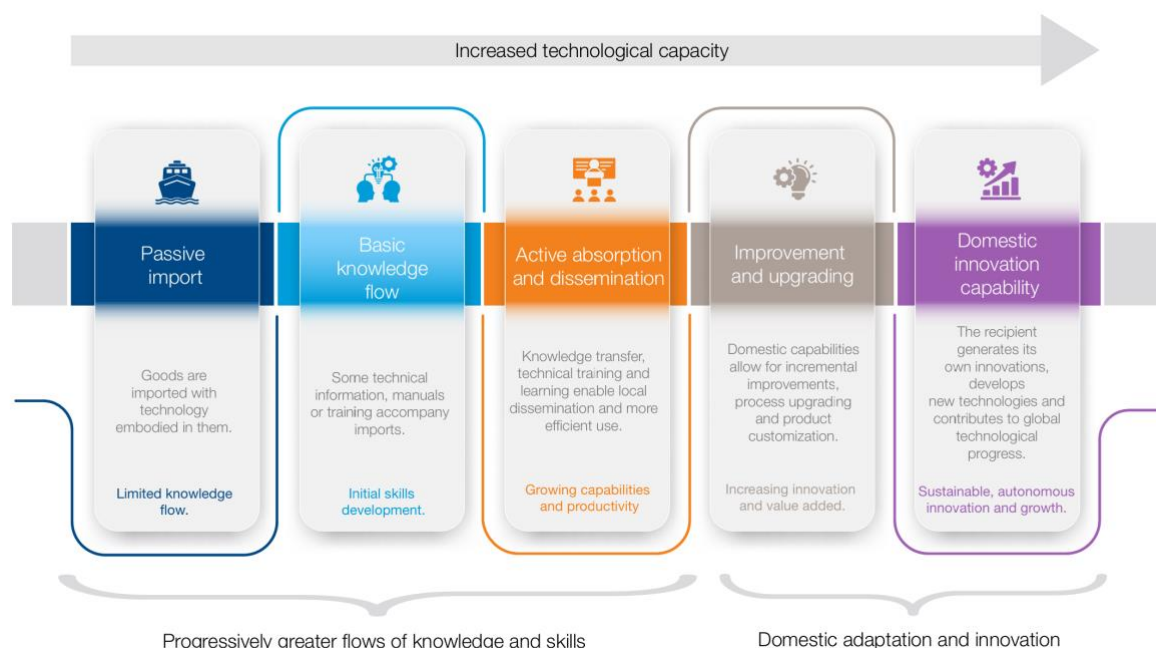
O ponto de partida é a magnitude do esforço requerido: considerando apenas a geração de energia renovável, as necessidades anuais de investimento superam US\$ 1 trilhão até 2030, e como mais de 80% do investimento na cadeia de valor das renováveis provém de fontes privadas, o investimento estrangeiro direto (IED) torna-se determinante, sobretudo para as economias em desenvolvimento, cujos recursos domésticos e fundos de desenvolvimento são insuficientes para cobrir as necessidades projetadas.

O argumento central, contudo, é que o financiamento não basta: a implantação, a operação e a adaptação de sistemas de energia limpa exigem acesso a tecnologias, know-how e competências, e essa deixou de ser uma dinâmica de mão única entre exportadores desenvolvidos e importadores em desenvolvimento, uma vez que um grupo de economias emergentes ascende na cadeia de valor das tecnologias limpas e passa a operar na fronteira da inovação (UNCTADb, 2026).

## Transferência e difusão de tecnologia: um continuum

A maior parte dos mais de 2.600 tratados de investimento em vigor foi assinada entre os anos 1980 e o início dos anos 2000, antes que a ação climática se consolidasse como preocupação de política, e suas cláusulas de proteção redigidas em termos amplos podem circunscrever o espaço regulatório doméstico sem que disso resulte apoio material ao investimento na transição energética. O documento distingue dois conceitos centrais. O primeiro é a transferência de tecnologia em termos mutuamente acordados, isto é, a transmissão intencional de conhecimento técnico, know-how ou ativos relacionados sob condições pactuadas entre as partes. O segundo é a difusão tecnológica, entendida como a adoção mais ampla da tecnologia no território de destino, seja por transferência formal, seja por transbordamentos indiretos de conhecimento e competências (UNCTADb, 2026).

Figura 5 — A transferência de tecnologia em termos mutuamente acordados e a difusão tecnológica doméstica ocorrem ao longo de um continuum, da importação passiva de tecnologia incorporada à capacidade doméstica de inovação



Fonte: UNCTADb, 2026.

## Salvaguardar o espaço regulatório: requisitos de desempenho, propriedade intelectual e padrões de proteção

A nota agrupa as políticas de investimento pertinentes em quatro áreas de ação, sendo a primeira a salvaguarda do espaço regulatório. Os requisitos de desempenho (medidas que condicionam o investidor a usar bens domésticos, exportar parcela da produção, empregar e treinar pessoal local ou transferir tecnologia) são instrumentos historicamente empregados por governos para fortalecer a indústria nacional, e os acordos os disciplinam por meio de seis abordagens distintas, da proibição detalhada ao estilo do antigo NAFTA às cláusulas de melhor esforço.

Ainda que cláusulas explícitas de proibição figurem em apenas cerca de 12% dos acordos, seu alcance é sistêmico: a rede de tratados em vigor produz mais de 4.400 relações bilaterais, das quais ao menos 1.578 são formadas por um acordo que veda a imposição de certos requisitos, e 155 países e comunidades econômicas figuram como parte de pelo menos um tratado dessa natureza.

Duas características ampliam esse efeito: muitas cláusulas aplicam-se a todo e qualquer investimento, independentemente da origem do investidor, e a cláusula de nação mais favorecida pode ser interpretada de modo a importar para um tratado proibições de requisitos de desempenho contidas em outro.

Para os países em desenvolvimento a consequência é concreta, pois as vedações a requisitos de transferência de tecnologia, a regras de conteúdo local, a tetos de capital estrangeiro e a obrigações de emprego e treinamento de mão de obra nacional reduzem o repertório de instrumentos disponíveis para a construção de cadeias de fornecimento domésticas e o adensamento de capacidades produtivas (UNCTADb, 2026).

No tratamento da propriedade intelectual, a nota observa que os direitos de PI integram tipicamente a definição de investimento dos acordos e constituem, portanto, ativos protegidos. Não há consenso de que uma proteção forte da PI seja necessária para fomentar o desenvolvimento tecnológico e a transferência em termos mutuamente acordados; o papel da PI é específico a cada país e a cada tecnologia e depende do canal de transferência considerado, e análise recente do Banco Mundial citada no documento conclui que as proteções de PI não exercem efeito significativo sobre a transferência de tecnologia de baixo carbono, seja a partir de economias de alta renda, seja a partir de economias em desenvolvimento.

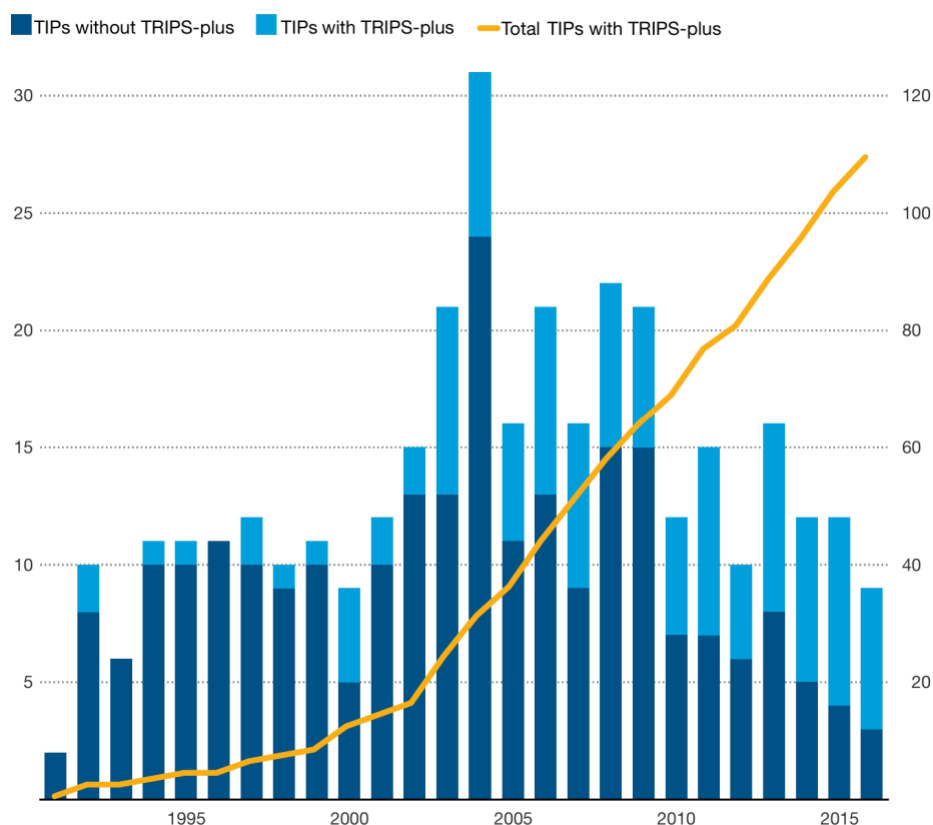
Disposições TRIPS-plus, proteções de PI que excedem os padrões internacionalmente aceitos, como aqueles decorrentes da adesão à OMC, não aumentam necessariamente o investimento em tecnologia climática nem a transferência de conhecimento na maioria dos países em desenvolvimento, razão pela qual a nota recomenda que os acordos não restrinjam as exceções e flexibilidades já existentes, inclusive aquelas previstas no Acordo TRIPS e em acordos ambientais e climáticos (UNCTADb, 2026).

A reforma dos padrões de proteção compõe ainda a primeira área de ação. O investimento na transição energética requer estabilidade e previsibilidade, dados os longos horizontes necessários à recuperação dos desembolsos iniciais, mas requer igualmente margem para experimentação e ajuste, já que a própria transição implica transformação de larga escala na forma de produzir, armazenar e consumir energia.

Os acordos modernos incorporam, com frequência ausente nos tratados de geração anterior, salvaguardas do espaço regulatório, que vão da qualificação ou supressão da cláusula de tratamento justo e equitativo à clarificação do conceito de expropriação indireta e à inclusão de exceções de política pública.

O custo de padrões de proteção não refinados é ilustrado pelas arbitragens movidas contra a Espanha: após a revisão do esquema de incentivos à produção de energia renovável, investidores instauraram ao menos 51 procedimentos arbitrais, com pedidos que superam US\$ 9,22 bilhões nos 41 casos de informação pública, e até o final de 2024 os tribunais haviam concedido US\$ 1,99 bilhão a investidores no conjunto de 29 casos decididos a seu favor.

Figura 6 — Prevalência de disposições TRIPS-plus em tratados com cláusulas de investimento (TIPs), 1995–2016



Fonte: UNCTADB, 2026.

Em escala global, 129 arbitragens foram instauradas em razão de investimentos em energia renovável, muitas delas relacionadas a reduções nas tarifas feed-in (UNCTADB, 2026).

### Ampliar os fluxos: a transferência de tecnologia como objetivo do tratado

A segunda área de ação desloca o foco da salvaguarda do espaço regulatório para a promoção ativa dos fluxos de investimento e tecnologia. Um número crescente de acordos referencia a transferência de tecnologia como objetivo do tratado, em preâmbulos ou em cláusulas operativas, e instrumentos de nova geração, como o Protocolo de Investimento da Área Continental Africana de Livre Comércio, incorporam compromissos de facilitar a transferência.

Capítulos de cooperação econômica e de desenvolvimento e capítulos de desenvolvimento sustentável passam a contemplar a cooperação em tecnologia sustentável e o desenvolvimento de capital humano, embora permaneçam relativamente raros no universo dos acordos e sejam redigidos como obrigações de processo, e não de resultado.

No campo da promoção de investimentos, o seguro de risco político figura entre os principais mobilizadores de financiamento privado, e a nota destaca um potencial subaproveitado expressivo: entre 2019 e 2023, apenas 4% da cobertura desses instrumentos destinou-se a projetos de energia renovável.

Completam o repertório proativo as disposições de investimento responsável, que estabelecem obrigações para o investidor, e as cláusulas que facilitam a entrada e a permanência temporária de pessoal-chave, engenheiros, técnicos e instrutores, condição prática para que o IED se traduza em aprendizado efetivo e construção de capacidades no território de destino (UNCTADb, 2026).

### **Capacidade de absorção e implementação: uma reorientação do modelo de cooperação**

As duas últimas áreas tratam da capacidade de absorção doméstica e da implementação dos compromissos. Nesse ponto, a nota propõe uma mudança relevante no modo de pensar os acordos de investimento. O modelo tradicional se baseia em obrigações negativas: o Estado se compromete a não expropriar, não discriminar e não violar determinados padrões de proteção. Quando há conflito, a resposta costuma vir depois, por arbitragem investidor-Estado e compensação monetária.

Já a transferência de tecnologia exige outro tipo de arranjo: obrigações positivas, planos de implementação, acompanhamento contínuo, cooperação entre as partes e mecanismos preventivos de solução de controvérsias. O tema, portanto, vai além da proteção clássica do investimento e aproxima os tratados de uma agenda mais ampla de cooperação para o desenvolvimento (UNCTADb, 2026).

### **Os acordos de investimento como componente de um arranjo de políticas**

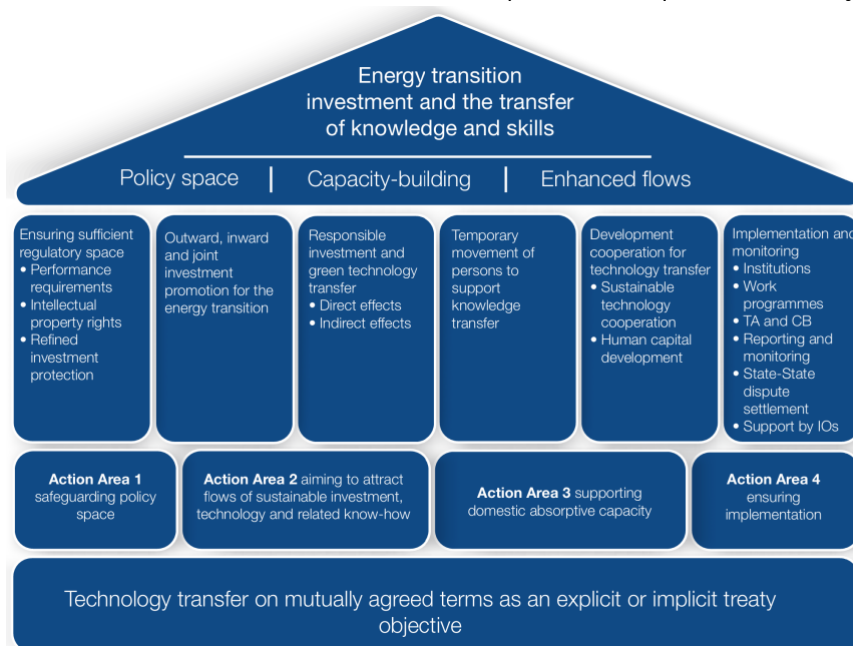
A nota ressalta que os acordos de investimento não são, por si só, capazes de induzir a transição energética nem de assegurar a transferência de tecnologia. Eles devem ser compreendidos como parte de um arranjo mais amplo de políticas, articulado a financiamento público, cooperação para o desenvolvimento, facilitação doméstica do investimento, qualificação de competências e estratégias nacionais de desenvolvimento produtivo e tecnológico.

Essa orientação varia conforme a posição de cada país na economia mundial. Nas economias tecnologicamente mais avançadas, o desafio principal é ampliar a escala da inovação e viabilizar a transferência de tecnologias climáticas em termos mutuamente acordados.

Nas economias em desenvolvimento, o ponto decisivo está na capacidade de absorver, adaptar e difundir essas tecnologias no território nacional. Por isso, os acordos não devem impor modelos uniformes: precisam preservar flexibilidade suficiente para dialogar com as capacidades, necessidades e estratégias de cada parte.

O ponto de partida, segundo o documento, é tratar a transferência de tecnologia em termos mutuamente acordados como objetivo explícito, ou, ao menos, implícito, dos acordos de investimento. Sem esse reconhecimento, os tratados tendem a permanecer presos à lógica tradicional de proteção do investidor, sem contribuir de forma substantiva para a construção de capacidades tecnológicas e produtivas associadas à transição energética (UNCTADb, 2026).

Figura 7 — Desenho de acordos de investimento orientado ao investimento na transição energética e à transferência e difusão de conhecimento e competências: as quatro áreas de ação



Fonte: UNCTADb, 2026.

### Desafios da cooperação internacional para o desenvolvimento: o pronunciamento do secretário-geral interino da UNCTAD

Em 6 de maio de 2026, o secretário-geral interino da UNCTAD, Pedro Manuel Moreno, participou de sessão dedicada aos desafios da cooperação para o desenvolvimento. Em sua intervenção, advertiu que essa cooperação ocorre em um ambiente cada vez mais tensionado por fricções geopolíticas, fragmentação econômica e protecionismo. Para Moreno, o momento atual não deve ser lido como uma crise isolada, mas como uma “cascata” de choques interconectados. Conflitos e tensões em rotas estratégicas, como o Estreito de Ormuz, pressionam os mercados de energia e fertilizantes, elevam os custos dos alimentos e agravam o endividamento dos países em desenvolvimento.

Os dados citados dimensionam a gravidade do quadro: 3,4 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com o serviço da dívida do que com saúde ou educação, e 42 países destinam mais de 20% de suas receitas de exportação ao pagamento de dívidas. Diante desse cenário, Moreno defendeu a conclusão das reformas da arquitetura financeira internacional, com mecanismos mais ágeis de liquidez em situações de crise, financiamento mais anticíclico e bancos multilaterais de desenvolvimento mais robustos, capazes de mobilizar investimento privado sem substituir o papel do financiamento público e da assistência oficial ao desenvolvimento.

O secretário-geral interino também apontou o Compromisso de Sevilha como referência para a ação internacional. Sua mensagem central é que a cooperação para o desenvolvimento não pode depender apenas da mobilização de capital privado. Para os países mais vulneráveis, a assistência oficial ao desenvolvimento permanece indispensável, e o comércio continua sendo uma fonte crítica de financiamento externo e sustentação das estratégias nacionais de desenvolvimento (UNCTADc, 2026).

## **Acesso a obras protegidas em acervos do patrimônio cultural: o guia da OMPI para legisladores e profissionais**

O *WIPO Toolkit on Access to Copyrighted Works in the Collections of Cultural Heritage Institutions: Libraries, Archives and Museums* foi distribuído em abril de 2026 para apreciação na 48ª sessão do Comitê Permanente de Direitos de Autor e Conexos (SCCR) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Preparado por J. Joel Baloyi, Kenneth D. Crews, Carol Newman, Rina Elster Pantalony e David Sutton, o documento é o segundo guia de uma série dedicada à relação entre patrimônio cultural e direito de autor. Enquanto o primeiro volume, publicado em 2024, tratava da preservação de acervos, este segundo guia desloca o foco para o acesso às obras preservadas por bibliotecas, arquivos e museus.

O ponto central do documento é que preservar não basta. Para que instituições de patrimônio cultural cumpram sua missão pública, é necessário que os acervos possam ser consultados, pesquisados, exibidos e utilizados em condições juridicamente seguras. Por isso, o guia discute instrumentos capazes de viabilizar o acesso a obras protegidas por direito de autor, com destaque para exceções legais, mecanismos de licenciamento e técnicas de mitigação de riscos de responsabilização. O documento, contudo, não tem caráter normativo: expressa apenas as posições de seus autores, e não dos Estados membros ou do Secretariado da OMPI (OMPIa, 2026).

### **Fundamentos do acesso e dever de custódia**

O guia parte da premissa de que o acesso ao patrimônio cultural é parte constitutiva da missão das instituições de patrimônio cultural, e não uma função secundária em relação à preservação. Essa leitura se apoia no entendimento de organizações como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), que associam o dever de custódia tanto à conservação dos acervos quanto à sua disponibilização ao público.

A condição dessas instituições como “instituições de confiança” é decisiva para o argumento do guia. Bibliotecas, arquivos e museus operam com responsabilidades legais, éticas e técnicas de conservação, documentação e gestão de acervos. É justamente essa função pública que sustenta a defesa de exceções ao direito de autor que permitam ampliar o acesso, desde que preservados os direitos legítimos dos titulares e os parâmetros definidos pelas legislações nacionais (OMPIa, 2026).

### **Dimensões do acesso e interface com o direito de autor**

O documento identifica diferentes dimensões que precisam ser consideradas na formulação de legislações e políticas de acesso. Entre elas estão o acesso em ambientes digitais, o acesso remoto, o acesso transfronteiriço, a definição dos usuários autorizados, o tratamento de obras digitalizadas e natas digitais, além dos mecanismos de monitoramento e administração do uso dos acervos.

O acesso transfronteiriço aparece como uma das questões mais complexas. Como as exceções ao direito de autor variam entre os países, uma mesma prática pode ser permitida em

uma jurisdição e proibida em outra. Essa dificuldade é agravada pela natureza territorial do direito de autor e pela circulação descentralizada de conteúdos na internet. Assim, políticas de acesso digital precisam lidar não apenas com a legislação do país onde a instituição está localizada, mas também com possíveis efeitos jurídicos em outras jurisdições (OMPIa, 2026).

O guia também chama atenção para a diversidade de usuários que podem acessar os acervos. Esse universo pode incluir profissionais da própria instituição, pesquisadores autorizados, usuários cadastrados, membros de grupos específicos e, em certos casos, o público em geral. Essas categorias não são necessariamente excludentes, mas a ampliação do acesso pode depender de exigências legais, procedimentos de identificação, registros de conformidade e outros mecanismos destinados a demonstrar que o uso está amparado pelas exceções aplicáveis (OMPIa, 2026).

### **Soluções de acesso no marco jurídico vigente**

O guia organiza as alternativas disponíveis em três frentes: exceções e limitações ao direito de autor, mecanismos de licenciamento e técnicas de mitigação de riscos de responsabilização. A lógica geral é pragmática: ampliar o acesso às obras preservadas por instituições de patrimônio cultural sem ignorar os direitos dos titulares e as diferenças entre os marcos legais nacionais.

No campo das exceções e limitações, o documento observa que muitos Estados membros já contam com normas que autorizam, em graus variados, atividades como reprodução para fins de preservação, apoio à pesquisa, consulta em terminais locais e uso de obras em exposições, inclusive com formas de compartilhamento remoto de artefatos culturais. Essas exceções, contudo, devem observar o chamado “teste dos três passos”, previsto no artigo 9(2) da Convenção de Berna: devem aplicar-se a casos especiais determinados, não conflitar com a exploração normal da obra e não prejudicar injustificadamente os interesses legítimos do autor.

Um dos pontos mais sensíveis é o tratamento das obras órfãs, isto é, obras ainda protegidas por direito de autor cujos titulares não podem ser identificados ou localizados. Como esse tipo de obra é frequente em acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos, a ausência de soluções legislativas adequadas tende a limitar o acesso público e a dificultar projetos de digitalização, pesquisa e difusão cultural em larga escala. O guia reconhece que as respostas existentes ainda são insuficientes diante da dimensão do problema (OMPIa, 2026).

No campo do licenciamento, o documento distingue três modalidades principais. A primeira envolve licenças transacionais, negociadas caso a caso. A segunda abrange licenças abertas, como as Creative Commons, aplicáveis quando a própria instituição detém os direitos sobre a obra ou quando o uso é autorizado por exceções legais, inclusive em regimes de *fair use*.

A terceira corresponde ao licenciamento coletivo, incluindo o licenciamento coletivo estendido (LCE), por meio do qual uma licença negociada com uma organização de gestão coletiva pode, em determinadas jurisdições, alcançar também obras de titulares não representados. Esse mecanismo é particularmente relevante para acervos de grande escala, pois permite autorizar o uso de conjuntos amplos de obras durante a vigência da licença, embora algumas legislações assegurem aos titulares o direito de excluir suas obras do repertório coletivo (OMPIa, 2026).

Além das exceções e do licenciamento, o guia trata de instrumentos voltados à redução de riscos jurídicos. Entre eles estão medidas tecnológicas de proteção, metadados de direitos, uso de imagens em resolução reduzida em certas jurisdições de *common law* e cláusulas de mediação ou arbitragem em contratos de licenciamento.

Também aparecem as chamadas “salas de leitura virtuais”, concebidas para reproduzir no ambiente digital algumas condições do acesso presencial a materiais raros, com cadastro de usuários, controle de uso e acordos eletrônicos vinculantes. Nesse campo, o Centro de Resolução Alternativa de Disputas da OMPI para Arte e Patrimônio Cultural é apresentado como uma referência institucional relevante (OMPIa, 2026).

### **Estrutura prática para redação legislativa**

A Parte IV e o Apêndice constituem a dimensão mais operacional do guia. Em vez de propor um modelo único de legislação, o documento oferece um roteiro para que cada país avalie quais instrumentos são mais adequados às suas necessidades. Esse processo envolve três etapas: definir as atividades de acesso que se pretende autorizar; identificar quais direitos dos titulares podem ser afetados; e formular os elementos da exceção legal ou da medida de política correspondente.

O Apêndice apresenta tabelas de decisão voltadas a três situações principais: a ampliação do acesso por meio de exceções ao direito de autor; o acesso a obras digitalizadas em terminais dedicados; e a inclusão de obras em exposições públicas. O guia também traz um exemplo de disposição estatutária que articula as cláusulas de preservação discutidas no volume anterior com novas cláusulas voltadas especificamente ao acesso.

A orientação central é de cautela e adaptação. O documento deixa claro que os Estados membros não deveriam simplesmente incorporar todos, nem sequer a maioria, dos elementos apresentados. O objetivo é oferecer um repertório de opções, a partir do qual cada país possa formular uma legislação compatível com suas prioridades culturais, institucionais e jurídicas (OMPIa, 2026).

### **48ª sessão do Comitê Permanente de Direitos de Autor e Conexos da OMPI**

A 48ª sessão do Comitê Permanente de Direitos de Autor e Conexos (SCCR) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) ocorre em Genebra, de 18 a 22 de maio de 2026. O SCCR é o principal fórum intergovernamental da OMPI para o debate de normas internacionais sobre direito de autor e direitos conexos. Sua agenda inclui temas como exceções e limitações para bibliotecas, arquivos, museus e instituições educacionais e de pesquisa, além de discussões sobre radiodifusão e proteção de artistas intérpretes ou executantes.

Nesse contexto, o guia sobre acesso a obras protegidas em acervos de instituições de patrimônio cultural, registrado como documento SCCR/48/5, foi submetido à apreciação dos Estados membros e observadores. Sua relevância está em deslocar o debate da preservação isolada dos acervos para uma questão mais ampla: como construir marcos jurídicos que permitam às instituições culturais cumprir sua função pública de conservar, organizar e também dar acesso ao patrimônio sob sua responsabilidade (OMPIb, 2026).

## Referências

OMC. Members consider Chinese request for dispute panel on solar, IT goods measures in India. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news26\\_e/dsb\\_22may26\\_390\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/dsb_22may26_390_e.htm)

UNCTADa. *Trade and Development Foresights 2026: Global Economy Faces a Geopolitical Challenge*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2026. (UNCTAD/GDS/2026/1). Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/gds2026d1\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/gds2026d1_en.pdf)

UNCTADb. *Energy transition investment and the transfer of knowledge and skills: Implications for investment treaty design*. IIA Issues Note No. 1. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, mai. 2026. (UNCTAD/DIAE/PCB/INF/2026/3). Disponível em: <https://unctad.org/publication/energy-transition-investment-and-transfer-knowledge-and-skills-implications-investment>

UNCTADc. Acting UNCTAD chief speaks on challenges of international cooperation. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 6 mai. 2026. Disponível em: <https://unctad.org/news/acting-unctad-chief-speaks-challenges-international-cooperation>

OMPIa. *WIPO Toolkit on Access to Copyrighted Works in the Collections of Cultural Heritage Institutions: Libraries, Archives and Museums*. Geneva: World Intellectual Property Organization, abr. 2026. (SCCR/48/5). Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/sccr\\_48/sccr\\_48\\_5.pdf](https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/sccr_48/sccr_48_5.pdf)

OMPIb. *Standing Committee on Copyright and Related Rights: Forty-Eighth Session*. Geneva: World Intellectual Property Organization, 2026. Disponível em: [https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting\\_id=91688](https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=91688)

## Entre crises e reformas: epidemias, equidade e transformação dos sistemas de saúde

*Entre crisis y reformas: epidemias, equidad y transformación de los sistemas de salud*

*Between crises and reforms: epidemics, equity, and the transformation of health systems*

*Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza*

**Resumo:** Foram monitoradas 39 organizações, das quais 27 apresentaram manifestações dignas de registro neste informe. Os temas mais recorrentes entre as organizações de interesse público foram doenças transmissíveis, determinantes sociais da saúde, mudanças climáticas e crises humanitárias em regiões como o Sudão do Sul, Gaza, o Líbano, a Somália e a Bolívia. Destacou-se o alerta sobre o agravamento do surto de Ebola na República Democrática do Congo. Outros temas incluíram insegurança, deslocamentos forçados, escassez de testes diagnósticos e fragilidade dos sistemas de saúde, com impactos desproporcionais sobre mulheres e crianças, reforçando a necessidade de uma resposta humanitária coordenada e de fortalecimento dos serviços. Também houve manifestações sobre o controle do tabagismo, com ênfase em políticas fiscais e regulatórias, na prevenção do consumo entre jovens e no enfrentamento das estratégias de marketing da indústria do tabaco. Muitas organizações registraram eventos paralelos à 79ª Assembleia Mundial da Saúde sobre a maior participação da juventude, a democratização da governança e a implementação da abordagem de Saúde Única. Entre as organizações de interesse privado, chamou a atenção a defesa de uma arquitetura de saúde global descentralizada e alinhada às prioridades nacionais. Essa defesa, contudo, pode significar o abandono dos países de baixa renda à própria sorte, sem que os países mais ricos atuem para mitigar os danos causados pela colonização ou pela crise climática. Além disso, destacaram-se ações voltadas à preparação para pandemias e ao fortalecimento dos sistemas de saúde, com ênfase no combate ao Ebola. Outros temas foram: o papel dos agentes comunitários de saúde em contextos de vulnerabilidade social, a necessidade de maior coordenação internacional e de financiamento rápido para surtos, além de investimentos na produção regional de vacinas e na inovação em saúde, incluindo o uso de inteligência artificial e maior descentralização da governança global.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; saúde global; doenças transmissíveis; determinantes sociais da saúde.

**Resumen:** Se realizó un seguimiento de 39 organizaciones, de las cuales 27 presentaron manifestaciones dignas de mención en este informe. Los temas más recurrentes entre las organizaciones de interés público fueron las enfermedades transmisibles, los determinantes sociales de la salud, el cambio climático y las crisis humanitarias en regiones como Sudán del Sur,

Gaza, el Líbano, Somalia y Bolivia. Destacó la alerta sobre el agravamiento del brote de ébola en la República Democrática del Congo. Otros temas incluyeron la inseguridad, los desplazamientos forzados, la escasez de pruebas diagnósticas y la fragilidad de los sistemas de salud, con impactos desproporcionados sobre las mujeres y los niños, lo que refuerza la necesidad de una respuesta humanitaria coordinada y del fortalecimiento de los servicios. También hubo manifestaciones sobre el control del tabaquismo, con énfasis en las políticas fiscales y reguladoras, en la prevención del consumo entre los jóvenes y en la lucha contra las estrategias de marketing de la industria tabacalera. Muchas organizaciones organizaron eventos paralelos a la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud sobre una mayor participación de la juventud, la democratización de la gobernanza y la implementación del enfoque de «Salud Única». Entre las organizaciones de interés privado, llamó la atención la defensa de una arquitectura sanitaria global descentralizada y alineada con las prioridades nacionales. Esta defensa, sin embargo, puede significar abandonar a su suerte a los países de bajos ingresos, sin que los países más ricos actúen para mitigar los daños causados por la colonización o por la crisis climática. Además, se destacaron las medidas orientadas a la preparación ante pandemias y al fortalecimiento de los sistemas de salud, con especial énfasis en la lucha contra el ébola. Otros temas fueron: el papel de los agentes comunitarios de salud en contextos de vulnerabilidad social, la necesidad de una mayor coordinación internacional y de financiación rápida para los brotes, así como las inversiones en la producción regional de vacunas y en la innovación en salud, incluido el uso de la inteligencia artificial y una mayor descentralización de la gobernanza global.

**Palabras clave:** Movimientos sociales; salud global; enfermedades transmisibles; determinantes sociales de la salud.

**Abstract:** A total of 39 organizations were monitored, of which 27 made statements worthy of inclusion in this report. The most recurring themes among public interest organizations were communicable diseases, social determinants of health, climate change, and humanitarian crises in regions such as South Sudan, Gaza, Lebanon, Somalia, and Bolivia. Of particular note was the warning regarding the worsening Ebola outbreak in the Democratic Republic of the Congo. Other themes included insecurity, forced displacement, shortages of diagnostic tests, and the fragility of health systems, with disproportionate impacts on women and children, reinforcing the need for a coordinated humanitarian response and the strengthening of services. There were also discussions on tobacco control, with an emphasis on fiscal and regulatory policies, preventing consumption among young people, and countering the tobacco industry's marketing strategies. Many organizations held side events during the 79th World Health Assembly on greater youth participation, the democratization of governance, and the implementation of the One Health approach. Among private-sector organizations, the call for a decentralized global health architecture aligned with national priorities stood out. This call, however, could mean leaving low-income countries to fend for themselves, without richer countries taking action to mitigate the harms caused by colonization or the climate crisis. In addition, initiatives focused on pandemic preparedness and strengthening health systems were highlighted, with an emphasis on combating Ebola. Other topics included: the role of community health workers in contexts of social vulnerability, the need for greater international coordination and rapid funding for outbreaks, as well as investments in regional vaccine production and health innovation, including the use of artificial intelligence and greater decentralization of global governance.

**Keywords:** Social movements; global health; communicable diseases; social determinants of health.

## Introdução

Foram monitoradas 39 organizações, das quais registramos manifestações de 27. Os temas mais recorrentes entre as organizações de interesse público foram doenças transmissíveis, determinantes sociais e econômicos, mudança climática e crises humanitárias. As organizações alertaram para o agravamento do surto de Ebola na República Democrática do Congo, especialmente na província de Ituri, onde a circulação da variante Bundibugyo, ainda sem vacina ou tratamento aprovado, intensifica os desafios sanitários e humanitários da região. Organizações como Médecins Sans Frontières, ActionAid International, World Vision International e CARE International destacaram problemas relacionados à escassez de testes diagnósticos, à insegurança, aos deslocamentos forçados e à fragilidade dos sistemas de saúde e de educação. As organizações enfatizam que mulheres, crianças e comunidades afetadas por conflitos armados enfrentam riscos desproporcionais diante da disseminação da doença, reforçando a necessidade de uma resposta humanitária coordenada, baseada na prevenção, em informação confiável e no fortalecimento dos serviços essenciais.

As organizações de interesse público também destacaram debates e campanhas voltados ao controle do tabagismo e à regulação de novos produtos de nicotina, evidenciando os impactos do consumo de tabaco sobre as doenças crônicas e a saúde coletiva. As iniciativas enfatizaram a importância de políticas fiscais, regulatórias e de comunicação para reduzir o consumo de tabaco, especialmente entre jovens, além de denunciar as estratégias de marketing da indústria tabagista e sua influência sobre as políticas públicas. Também ganharam destaque discussões sobre a necessidade de modernização das legislações de controle do tabaco, o aumento da tributação sobre cigarros e o fortalecimento de medidas preventivas alinhadas às metas globais de promoção da saúde.

Na semana da Assembleia Mundial da Saúde, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), em parceria com a Associação Chinesa de Medicina Preventiva, aprovou um documento que apresenta os Princípios de Genebra para a implementação da Saúde Única. A International Federation of Medical Students' Associations defendeu um maior engajamento da juventude na formulação de políticas globais de saúde, enfatizando a importância de sistemas de saúde mais fortes e equitativos. O People's Health Movement ressaltou a necessidade de democratização da governança global da saúde e promoveu discussões sobre estratégias voltadas à "economia da saúde para todos", reforçando críticas às desigualdades estruturais no acesso à saúde e à concentração de poder nos mecanismos internacionais de decisão.

No âmbito das crises humanitárias e dos conflitos, organizações denunciaram os impactos da violência sobre as populações civis e os sistemas de saúde em regiões como o Sudão do Sul, Gaza, o Líbano, a Somália e a Bolívia. Foram destacados o agravamento da insegurança alimentar, dos deslocamentos forçados e das restrições ao acesso humanitário, bem como o papel crescente da mobilização social diante de crises políticas, econômicas e institucionais.

Os temas mais recorrentes nas manifestações das organizações da sociedade civil de interesse privado foram as doenças transmissíveis. Essas organizações destacaram a importância do fortalecimento da preparação pandêmica, da vigilância epidemiológica e da capacidade global de resposta a surtos, especialmente diante do novo surto de Ebola na África. As manifestações enfatizaram a necessidade de ampliar os investimentos em sistemas públicos de saúde, a coordenação internacional e o engajamento comunitário em contextos vulneráveis, além de reforçar o papel estratégico da produção regional de vacinas para reduzir as desigualdades no acesso a tecnologias em saúde. O CORE Group destacou a importância dos

agentes comunitários de saúde na resposta ao Ebola, ressaltando seu papel na disseminação de informações, na construção de confiança com as comunidades e no apoio às ações de prevenção e de contenção da doença. A Rockefeller Foundation criticou os cortes recentes no financiamento internacional à saúde, argumentando que epidemias como a do Ebola demonstram que nenhum país consegue se proteger isoladamente. Por sua vez, a GAVI defendeu a criação de um sistema global mais coordenado de financiamento para preparação e resposta pandêmica, incluindo vacinas e outros insumos médicos, considerando que alinhar financiamento, preparação e capacidade operacional é essencial para evitar os atrasos e desigualdades observados durante a COVID-19.

As discussões sobre sistemas de saúde, cobertura universal e força de trabalho em saúde evidenciam um movimento de reforma da governança global da saúde, com ênfase na redução da fragmentação institucional e no fortalecimento da coordenação internacional. A Gavi, the Vaccine Alliance, defendeu uma arquitetura mais simples e centrada nas prioridades nacionais, ampliando a autonomia dos países na gestão do financiamento e nas decisões estratégicas. Paralelamente, relatórios da Wellcome Trust propuseram maior descentralização do sistema global, com o fortalecimento do Sul Global, a coordenação regional e o alinhamento dos recursos às necessidades locais, especialmente diante de crises como pandemias e mudanças climáticas. Resultados de um estudo mostraram que o investimento em saúde climática não é apenas um imperativo humanitário, mas economicamente vantajoso, com retornos de até 68 vezes o valor investido.

Nesse cenário, organizações filantrópicas também reforçaram os papéis do financiamento internacional e da inovação como pilares para o fortalecimento dos sistemas de saúde. A Rockefeller Foundation destacou investimentos em soluções tecnológicas, ambientais e de saúde pública com impacto global, enquanto parcerias como a da Bill & Melinda Gates Foundation com a Anthropic evidenciaram a incorporação da inteligência artificial no desenvolvimento de ferramentas para a saúde, a educação e a agricultura.

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

### **Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança**

#### *Ebola*

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras alertou para o [novo surto de Ebola na República Democrática do Congo](#), causado pelo vírus Bundibugyo, para o qual ainda não existe vacina aprovada. A organização destacou os desafios relacionados à escassez de testes diagnósticos, à insegurança na região e ao deslocamento populacional, além de apoiar as autoridades locais na ampliação da resposta sanitária e das medidas de prevenção. <sup>1</sup>

A organização ActionAid International alertou para a falta de preparação de escolas e comunidades da província de Ituri, na República Democrática do Congo, diante do [surto de Ebola](#). Segundo a entidade, a ausência de equipamentos de proteção, protocolos de isolamento e treinamento adequado representa uma “bomba-relógio”, especialmente para mulheres, crianças e professores, aumentando o risco de disseminação da doença em áreas já afetadas por conflitos e deslocamentos forçados. <sup>2</sup>

A organização ActionAid International alertou que o [surto de Ebola na província de Ituri, na República Democrática do Congo](#), pode agravar ainda mais a situação de comunidades já afetadas por conflitos armados, deslocamentos e violência. A entidade defendeu uma resposta humanitária coordenada para conter a disseminação da doença e proteger direitos básicos, educação e serviços essenciais, especialmente para mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade.<sup>3</sup>

A World Vision evidencia a interseção entre crises sanitárias e vulnerabilidades humanitárias em contextos de conflito e deslocamento forçado, como ocorre na província de Ituri, na República Democrática do Congo. A preocupação expressada pela World Vision International com os impactos da [nova variante do Ebola](#) sobre crianças destaca como as epidemias tendem a afetar de maneira desproporcional populações já fragilizadas por insegurança alimentar, pobreza e acesso limitado aos serviços de saúde. Além disso, a ênfase na ausência de vacina para a variante identificada reforça os desafios contemporâneos da governança global em saúde pública e da coordenação internacional diante de emergências epidemiológicas complexas.<sup>4</sup>

A CARE International [divulgou um novo surto do vírus Ebola que atinge a República Democrática do Congo e Uganda](#), classificado pela OMS como Emergência de Saúde Pública Internacional. A região leste da RDC já declarou seu 17º surto da doença na província de Ituri, causado pela cepa Bundibugyo, para a qual não há vacina ou tratamento aprovado. Até 19 de maio, as autoridades reportaram 536 casos suspeitos, 105 casos prováveis, 34 casos confirmados e 134 mortes. A organização CARE atua em parceria com organizações locais nos esforços de preparação, com foco no compartilhamento de informações confiáveis, no apoio à prevenção de infecções e na atenção aos riscos elevados enfrentados por mulheres e meninas.<sup>5</sup>

#### *HIV/AIDS*

A Global Network of People living with HIV (GNP+) divulgou [mensagem de Tatenda Makoni](#), diretora executiva da rede nacional de Zimbábue, vinculada à GNP+, em razão das homenagens às vítimas da AIDS. Makoni aponta a necessidade de honrar as distintas gerações de pessoas vivendo com HIV, cuja coragem transformou o medo em esperança, o silêncio em ativismo e o estigma em solidariedade. Ademais, reforçou que a luta contra o HIV não se trata apenas de sobrevivência, mas também de dignidade, equidade e justiça, reafirmando o compromisso do GNP+ em promover respostas centradas nas pessoas, proteger os direitos humanos e garantir que ninguém seja deixado para trás.<sup>6</sup>

#### *Hantavirus*

A Fundação Huésped divulgou matéria para informar a população sobre o [surto de hantavírus associado ao vírus Andes](#) detectado em um cruzeiro proveniente de Ushuaia. A organização respondeu às perguntas mais frequentes com o objetivo de reduzir a desinformação e o alarmismo social, esclarecendo que o vírus não representa uma ameaça global e que a transmissão entre pessoas ocorre apenas em situações excepcionais de contato próximo e prolongado. Além disso, a fundação divulgou medidas preventivas para pessoas que vivem em áreas afetadas, como a ventilação de ambientes fechados, o uso de máscaras e luvas durante a limpeza e o armazenamento adequado de alimentos.<sup>7</sup>

## *Ciência aberta para preparação para pandemias*

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) noticiou que [a AViDD ASAP, plataforma de descoberta de medicamentos em ciência aberta para preparação para pandemias, ganhou o Prêmio “Bio-IT World Práticas Inovadoras”](#) de 2026 por seu trabalho em compartilhamento de dados abertos. Desde 2022, os pesquisadores do AViDD ASAP têm se comprometido em tornar a vasta quantidade de dados gerados por seu trabalho publicamente disponíveis para a comunidade científica. Esse compromisso já está trazendo resultados impressionantes. Mais de 80.000 pontos de dados biológicos, incluindo dados de eficácia, segurança e farmacocinética, de mais de 5.000 compostos testados em ensaios liderados pela ASAP, foram enviados para o banco de dados públicos.<sup>8</sup>

## *One Health*

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou documento Relatório Global do Índice de Saúde Única, Saúde Única para Todos, aprovado em evento que organizou, em parceria com a Associação Chinesa de Medicina Preventiva, durante a semana da 79ª Assembleia Mundial da Saúde. O documento apresenta os [Princípios de Genebra para a implementação da Saúde Única](#): (a) Responsabilidade Compartilhada e Governança Inclusiva, (b) Redução das Lacunas entre Políticas e Práticas, (c) Monitoramento, Avaliação e Responsabilização, (d) Tomada de Decisão Baseada na Ciência e Informada Localmente, (e) Capacitação e Acesso Equitativo e (f) Preparação para Emergências e Gestão Adaptativa.<sup>9</sup>

## **Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos**

### *Direitos reprodutivos e gênero*

A Fós Feminista comenta a decisão da Corte Suprema dos Estados Unidos de preservar o acesso ao *mifepristone* representa um marco relevante no debate contemporâneo sobre [direitos reprodutivos nos Estados Unidos](#). Embora o tribunal tenha decidido o caso com base em questões processuais, especificamente a ausência de legitimidade jurídica dos demandantes, a manutenção do acesso ao medicamento e da distribuição por correio evidencia a centralidade das disputas institucionais em torno da autonomia corporal e das políticas de saúde reprodutiva. Além disso, o caso demonstra como decisões judiciais recentes continuam moldando o alcance prático do direito ao aborto.<sup>10</sup>

### *Saúde visual*

A Global Health Council destaca o papel das organizações transnacionais e filantrópicas na ampliação do [acesso à saúde visual em escala global](#). Ao apresentar a atuação da OneSight Essilor Luxottica Foundation, a publicação evidencia a desigualdade estrutural no acesso a serviços básicos de cuidado ocular, especialmente em regiões marcadas por limitações socioeconômicas e institucionais. Além disso, a ênfase em soluções “sustentáveis” sugere uma abordagem voltada não apenas para intervenções emergenciais, mas também para a construção de capacidades permanentes de atendimento em saúde visual.<sup>11</sup>

### *Saúde do idoso*

A Fundação Huésped promoveu uma palestra aberta e gratuita com o objetivo de conscientizar a população sobre a [prevenção de infecções em pessoas idosas durante o inverno](#), período em que aumentam as doenças respiratórias e infecciosas. O encontro abordou infecções frequentes em adultos maiores, como pneumonia, gripe, infecções urinárias, herpes-

zóster e COVID-19, além de enfatizar a importância da vacinação, da higiene das mãos, da alimentação saudável e do reconhecimento precoce de sintomas. A atividade foi direcionada não apenas às pessoas idosas, mas também a cuidadores, familiares e à comunidade em geral.<sup>12</sup>

#### *Promoção da saúde*

A ACT Promoção da Saúde desenvolveu a campanha [“Prevenção 360º: Ambientes saudáveis promovem escolhas saudáveis”](#) com o objetivo de propor uma abordagem integrada para a prevenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) no Brasil, responsáveis pela maior parte das mortes no país. Em parceria com a Umane, a iniciativa destacou a necessidade de enfrentar fatores de risco como tabagismo, consumo de álcool, alimentação inadequada, sedentarismo e poluição do ar por meio de políticas públicas intersetoriais e sustentáveis. A campanha enfatizou que a prevenção não deve ser vista apenas como responsabilidade individual, mas também como resultado de determinantes sociais, comerciais e ambientais que influenciam os hábitos da população. Além disso, a ACT defendeu medidas regulatórias, como aumento de impostos sobre produtos nocivos, restrição da publicidade e fortalecimento de advertências sanitárias, buscando promover ambientes mais saudáveis e fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da redução da carga de doenças evitáveis.<sup>13</sup>

A ACT Promoção da Saúde participou do debate público sobre os [30 anos da Lei nº 9.294/1996](#), realizado na Câmara dos Deputados, com o objetivo de discutir os avanços e os desafios relacionados à regulação da publicidade de produtos nocivos à saúde no Brasil. O encontro reuniu parlamentares, especialistas e organizações da sociedade civil para refletir sobre a necessidade de atualização da legislação diante das transformações nos meios de comunicação, no mercado e nas estratégias de marketing digital. Entre os principais temas debatidos esteve a ampliação das restrições à publicidade de bebidas alcoólicas, especialmente da cerveja, atualmente excluída das limitações previstas na legislação. Nesse contexto, a ACT destacou a importância de políticas regulatórias mais rigorosas, apoiadas em evidências científicas, para reduzir os impactos do consumo de álcool sobre a saúde pública e problemas sociais associados, como violência e acidentes de trânsito.<sup>14</sup>

A ACT Promoção da Saúde participou da campanha internacional [“Kick Big Soda Out”](#) ([“Tirem o Refrigerante de Campo”](#)), que critica o patrocínio de eventos esportivos por empresas de bebidas açucaradas e ultraprocessados, especialmente no contexto da Copa do Mundo. A organização destacou os impactos negativos da associação entre esportes e produtos nocivos à saúde, enfatizando que estratégias de marketing como a inclusão de figurinhas exclusivas da The Coca-Cola Company no álbum oficial da Copa incentivam o consumo de refrigerantes entre crianças e adolescentes.<sup>15</sup>

#### *Antitabagismo*

A ACT Promoção da Saúde desenvolveu a [campanha “Barato que Sai Caro” com o objetivo de conscientizar a população sobre os impactos do baixo preço do cigarro no Brasil](#) e defender o aumento contínuo da tributação sobre produtos derivados do tabaco como estratégia de saúde pública. Em parceria com a ABEAD, a IFMSA Brazil e a Umane, a campanha destacou que o Brasil possui um dos menores preços de cigarro da América Latina, o que favorece o consumo e contribui para a elevada carga de doenças associadas ao tabagismo. Dessa forma, a organização reforçou a importância de políticas fiscais e regulatórias voltadas à prevenção de doenças crônicas e à promoção da saúde coletiva.<sup>16</sup>

O Geneva Global Health Hub realizou uma série de eventos paralelos à 79ª Assembleia Mundial da Saúde, incluindo o lançamento de um [relatório sobre a influência política da indústria do tabaco na América Latina e no Caribe](#) e a realização de um [debate sobre a economia da saúde para todos](#).<sup>17</sup>

A EPHA assinou uma carta aberta pedindo “[No More Delays](#)” para conter a epidemia de dependência de nicotina entre os jovens. A carta denuncia que novos produtos de nicotina usam designs elegantes e sabores para atrair crianças enquanto a UE busca uma geração livre de tabaco até 2040. As evidências científicas mostram que a nicotina é uma substância psicoativa que danifica o desenvolvimento cerebral dos adolescentes e serve como porta de entrada para outras drogas. A coalizão insta a Comissão a modernizar a Diretiva de Produtos do Tabaco, priorizar a prevenção e combater as táticas de marketing da indústria do tabaco.<sup>18</sup>

#### *Saúde da população LGBTQI+*

A ACON, Australian Research Centre in Sex, Health and Society, vinculado à La Trobe University, lançou a pesquisa nacional [“Private Lives 4”, considerada a mais longa iniciativa de monitoramento da saúde e do bem-estar da população LGBTQIA+ na Austrália](#). Financiado pelo Australian Government Department of Health, Disability and Ageing, o estudo busca reunir dados sobre saúde, acesso a serviços, discriminação, segurança, relações sociais, envelhecimento e qualidade de vida de pessoas LGBTQIA+ maiores de 18 anos residentes no país. A iniciativa tem como objetivo produzir evidências científicas que contribuam para a implementação do Plano Nacional de Ação para a Saúde e Bem-Estar da População LGBTQIA+ 2025–2035, além de subsidiar políticas públicas, serviços de saúde, ações comunitárias e estratégias de advocacy.<sup>19</sup>

### **Clima, Ambiente e Saúde Planetária**

#### *Poluição e saúde ambiental*

A Planetary Health Alliance discute em artigo como a poluição do ar pode causar [impactos profundos na saúde](#) mesmo antes do aparecimento de diagnósticos clínicos formais. Segundo a aliança, pesquisas recentes mostram que partículas finas e outros poluentes afetam silenciosamente o organismo, provocando inflamações, alterações cardiovasculares e danos neurológicos. O texto ressalta que populações vulneráveis (especialmente crianças, idosos e moradores de áreas urbanas pobres) sofrem os efeitos mais graves. A abordagem da saúde planetária destaca que poluição atmosférica, urbanização e mudanças climáticas estão profundamente interligadas, e que políticas públicas mais rigorosas para controle da poluição e promoção de ambientes urbanos mais saudáveis são necessárias.<sup>20</sup>

#### *Financiamento climático e adaptação*

A consolidação da World Vision Australia como um ator relevante na governança climática global, particularmente ao integrar o [sistema de financiamento do Green Climate Fund](#) evidencia a obtenção da acreditação indica não apenas reconhecimento institucional de sua capacidade técnica e fiduciária, mas também uma reconfiguração do papel de organizações humanitárias na intermediação de recursos climáticos. Nesse sentido, observa-se uma tendência de crescente “financiamento intermediado por ONGs”, que busca conectar fluxos globais de capital climático a comunidades locais vulnerabilizadas. Contudo, o impacto efetivo dessa ampliação depende da capacidade de tradução dessas estruturas financeiras complexas em intervenções territorialmente adaptadas e sustentáveis.<sup>21</sup>

## *Políticas ambientais informadas pela ciência e por dados*

A InterAcademy Partnership divulgou três declarações conjuntas das Academias de Ciências dos países que compõem o G7, antes da Cúpula do G7 de 2026. As declarações abordam a Saúde Cerebral, a Sustentabilidade Espacial e a Mudanças no Ártico e destacam o que [a ciência pode informar sobre ações políticas em escala global](#).<sup>22</sup>

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) saudou o lançamento do “LancetMedZero” — uma [plataforma global para análise de carbono na saúde](#), contextualizada, acessível e em larga escala. Com essa plataforma, os gestores hospitalares passam a dispor de dados sobre a pegada de carbono do que é prescrito e usado.<sup>23</sup>

## **Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho**

### *Água, saneamento e infraestrutura*

A World Vision evidencia o papel central das parcerias público-privadas e de organizações internacionais na ampliação do [acesso sustentável à água potável em contextos de vulnerabilidade em Gana](#). A iniciativa descrita, ao reportar a transformação de mais de 50.000 vidas, ilustra uma abordagem de desenvolvimento baseada em infraestrutura, inovação operacional e modelos de gestão comunitária, que buscam superar a lógica de intervenções pontuais. Ao mesmo tempo, o caso reforça a importância da sustentabilidade institucional dos sistemas de água, destacando que o impacto social depende não apenas da instalação de infraestruturas, mas também da sua manutenção e governança a longo prazo.<sup>24</sup>

### *A participação dos jovens no fortalecimento dos sistemas de saúde*

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou sua participação na 79ª Assembleia Mundial da Saúde, onde defendeu [o engajamento dos jovens na formulação da política global de saúde](#), a equidade em saúde e os sistemas de saúde mais fortes.<sup>25</sup>

### *Governança global da saúde*

O Movimentos pela Saúde dos Povos registrou sua participação na 79ª Assembleia Mundial de Saúde, destacando os temas da democratização da [governança global da saúde e da estratégia da economia da saúde para todos](#).<sup>26</sup>

## **Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações**

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) divulgou mais um webinar da série “[Reabilitação e Lesões Relacionadas a Conflitos](#)”, realizado em colaboração com o Escritório Regional da OMS no Mediterrâneo Oriental e a World Physiotherapy. Nesse caso, o evento focou a discussão sobre a lesão dos nervos periféricos.<sup>27</sup>

### *Sudão do Sul*

A MSF denunciou a [escalada da violência no Sudão do Sul](#), marcada por ataques contra civis, hospitais e equipes de saúde, além do aumento da violência sexual, dos deslocamentos forçados e da fome. Segundo a organização, os ataques às instalações médicas e as restrições ao acesso humanitário deixaram centenas de milhares de pessoas sem assistência essencial, agravando a crise humanitária no país.<sup>28</sup>

## *Gaza*

A Sustainable Health Equity Movement publicou a série [“News from the Flotilla”](#), na qual acompanha e divulga as ações da Global Sumud Flotilla, uma iniciativa internacional de solidariedade voltada à denúncia da crise humanitária em Gaza e à defesa do acesso seguro à ajuda humanitária. Os textos e relatos, destacam a participação de ativistas, profissionais da saúde e organizações civis em missões marítimas pacíficas que buscam chamar atenção para os impactos da guerra, do bloqueio e da escassez de alimentos, medicamentos, água potável e serviços de saúde na população palestina.<sup>29</sup>

## *Líbano*

MSF condenou os [ataques israelenses contra paramédicos e equipes de resgate no Líbano](#), incluindo a morte de profissionais da Defesa Civil durante operações de socorro em Nabatiyeh. A organização alertou para o aumento dos ataques ao sistema de saúde, que têm dificultado atendimentos de emergência, colocado civis e profissionais em risco e agravado a crise humanitária no sul do país.<sup>30</sup>

## *Bolívia*

A Progressive International publicou uma análise sobre os seis primeiros meses do governo de Rodrigo Paz, destacando o [aprofundamento da crise política, econômica e social na Bolívia](#) diante da implementação de políticas neoliberais, privatizações e redução do papel do Estado. A matéria enfatiza que o aumento da inflação, a escassez de produtos e combustíveis, a deterioração do poder de compra da população e a má gestão governamental intensificaram o descontentamento social e provocaram mobilizações massivas em todo o país. Segundo a análise, sindicatos, organizações indígenas, camponeses, mineiros, professores, cocaleiros e conselhos de bairro lideraram bloqueios nacionais e protestos contra as reformas econômicas e a repressão estatal, exigindo inclusive a renúncia do presidente. A matéria também destaca que as mobilizações retomam tradições históricas de luta social na Bolívia, semelhantes às ocorridas durante a Guerra da Água e a Guerra do Gás, evidenciando uma disputa entre projetos de país: de um lado, uma visão elitista e neoliberal do Estado, e de outro, a defesa de um modelo popular e plurinacional construído com forte participação dos movimentos sociais e indígenas.<sup>31</sup>

## *Somalia*

MSF alertou para o [agravamento da crise humanitária na Somália](#) e na região Somali da Etiópia, onde a seca prolongada, os deslocamentos forçados e a insegurança alimentar colocam milhões de pessoas em situação crítica. A organização destacou o aumento da desnutrição, a escassez de água potável e o colapso do financiamento humanitário, defendendo a ampliação urgente do apoio internacional para evitar mais mortes evitáveis.<sup>32</sup>

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO**

### **Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança**

#### *Ebola*

Rajiv J. Shah, presidente da Rockefeller Foundation, fez uma declaração sobre o [novo surto de Ebola e alertou que o mundo está desmontando sua infraestrutura de preparação](#)

**pandêmica** justamente quando ameaças globais se intensificam. Ele criticou cortes recentes em financiamento internacional para saúde (nomeando a USAID) e argumenta que epidemias como Ebola demonstram que nenhum país consegue se proteger isoladamente, defendendo maior coordenação global, investimentos contínuos em vigilância epidemiológica e fortalecimento de sistemas públicos de saúde, especialmente na África. A fala também procurou posicionar a preparação pandêmica como uma questão de segurança global, estabilidade econômica e senso comum entre a população, e não apenas de ajuda humanitária, sugerindo que o recuo de governos e instituições internacionais deixa o mundo mais vulnerável a futuras crises sanitárias.<sup>33</sup>

A CORE Group evidencia a centralidade do engajamento comunitário como estratégia de contenção e mitigação de epidemias em contextos de vulnerabilidade sanitária, especialmente na República Democrática do Congo e em Uganda. Além de enfatizar a disseminação de informações sobre **prevenção e transmissão do Ebola**, o módulo destaca a importância da atuação dos agentes comunitários de saúde na construção de confiança social e no apoio às populações afetadas. O destaque para a necessidade de atualização constante do material demonstra, ainda, a natureza dinâmica das respostas em saúde pública, sobretudo diante de avanços científicos relacionados à vacinação e às formas de transmissão do vírus.<sup>34</sup>

### *Vacinação*

A GAVI, The Vaccine Alliance propôs **um novo pacote de incentivos** de US\$189 milhões para acelerar o desenvolvimento da indústria africana de vacinas por meio do programa AVMA+ (*African Vaccine Manufacturing Accelerator Plus*). A iniciativa pretende reduzir barreiras regulatórias e comerciais e garantir demanda para fabricantes africanos, incluindo a compra de até 70 milhões de doses produzidas no continente. O plano complementa o AVMA, mecanismo criado para disponibilizar até US\$1,2 bilhão ao longo de dez anos para fortalecer a produção regional de vacinas. A proposta busca aumentar a autonomia sanitária da África após as desigualdades observadas durante a pandemia de COVID-19, fortalecendo a segurança sanitária global e reduzindo a dependência de importações.<sup>35</sup>

**Um grande estudo publicado no The Lancet** e divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance confirmou que a vacina RTS,S contra malária reduziu em 13% a mortalidade infantil geral em programas piloto realizados em Gana, Quênia e Malawi. A pesquisa acompanhou milhares de crianças durante quatro anos e mostrou também uma redução significativa nas hospitalizações por malária grave. O impacto foi observado mesmo com cobertura vacinal moderada, contrariando preocupações de que seriam necessárias taxas muito elevadas de vacinação para obter benefícios populacionais. O estudo reforça evidências de que a vacina funciona em condições reais de implementação e pode complementar outras medidas, como mosquiteiros e tratamento medicamentoso.<sup>36</sup>

### *Vigilância epidemiológica e resposta a surtos*

Em declaração durante a 79ª Assembleia Mundial da Saúde, a GAVI, The Vaccine Alliance destacou a necessidade de **ampliar mecanismos de financiamento** inovador e rápido para futuras pandemias. A aliança ressaltou que surtos recentes, como Ebola e mpox, demonstram a importância de instrumentos capazes de liberar recursos rapidamente em emergências. Entre esses mecanismos está o *First Response Fund*, parte da iniciativa *Day Zero Financing Facility*, que pode disponibilizar até US\$500 milhões para respostas rápidas a surtos. A GAVI defende a criação de um sistema global mais coordenado de financiamento para preparação e resposta pandêmica, incluindo vacinas e outros insumos médicos, considerando que alinhar

financiamento, preparação e capacidade operacional é essencial para evitar os atrasos e desigualdades observados durante a COVID-19.<sup>37</sup>

## **Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental**

### *Saúde mental*

A Wellcome Trust, em parceria com a Nature, lançou o [maior prêmio global já criado para ciência da saúde mental](#), com foco em acelerar intervenções inovadoras para ansiedade, depressão e psicose. O prêmio busca reconhecer pesquisas e soluções farmacológicas, psicológicas, sociais e digitais com potencial de impacto real e escalável, oferecendo US\$1 milhão ao vencedor e US\$250 mil para três finalistas, além de apoio para adoção e integração em políticas públicas. A iniciativa pretende aumentar a visibilidade e o financiamento da saúde mental, área considerada cronicamente subfinanciada globalmente, incentivando pesquisas cientificamente rigorosas e baseadas em experiências vividas pelos pacientes.<sup>38</sup>

## **Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos**

### *Direitos reprodutivos e gênero*

Um artigo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance apresenta dados globais que [evidenciam profundas desigualdades na saúde das mulheres](#), especialmente em países de baixa e média renda. Complicações relacionadas à gravidez e ao parto continuam entre as principais causas de morte de mulheres em idade reprodutiva, apesar de muitas serem evitáveis. O artigo também destaca o peso crescente de doenças não transmissíveis frequentemente subdiagnosticadas em mulheres. Além disso, milhões ainda enfrentam barreiras de acesso à vacinação, saúde sexual e reprodutiva e serviços básicos de saúde. A aliança defende investimentos mais amplos em sistemas de saúde centrados nas necessidades das mulheres ao longo de toda a vida.<sup>39</sup>

## **Clima, Ambiente e Saúde Planetária**

### *Financiamento climático e adaptação*

Um estudo conjunto da World Resources Institute e da Rockefeller Foundation mostrou que [investimentos precoces em saúde climática em países de baixa e média renda podem gerar retornos econômicos e sociais muito altos aos cofres públicos](#), estimados entre 4 e até 68 vezes o valor investido. A análise reúne evidências de projetos em múltiplos países e indica que ferramentas como sistemas de alerta precoce, vigilância de doenças e serviços climáticos para saúde reduzem significativamente mortes, doenças e custos de emergência ao permitir respostas antecipadas a riscos como ondas de calor, malária, dengue e outras doenças sensíveis ao clima. O texto reforçou que, apesar do baixo custo relativo dessas intervenções, sua adoção ainda é limitada, especialmente por falta de integração entre dados climáticos e sistemas nacionais de saúde, defendendo maior escala e financiamento dessas soluções como estratégia de adaptação climática global.<sup>40</sup>

### *Mudanças climáticas e saúde*

Um novo relatório da Wellcome Trust destacou que [o aumento das temperaturas extremas causado pelas mudanças climáticas representa uma ameaça crescente para gestantes e recém-nascidos](#), associando a exposição ao calor intenso a riscos como parto prematuro, baixo peso ao nascer, hipertensão gestacional, diabetes gestacional, natimortalidade e até alterações no desenvolvimento fetal. A fundação enfatizou que mulheres grávidas são fisiologicamente

mais vulneráveis ao calor porque o corpo precisa regular simultaneamente a temperatura materna e fetal, enquanto fatores sociais, como pobreza, moradia precária e falta de acesso a refrigeração, ampliam ainda mais os riscos. O documento também aponta uma forte desigualdade global na produção de dados, já que a maioria das pesquisas vêm de países ricos, apesar de populações do Sul Global serem as mais expostas aos impactos climáticos. Por isso, a Wellcome vem financiando grandes projetos internacionais para entender os mecanismos biológicos do calor na gravidez e desenvolver políticas públicas, sistemas de alerta e intervenções práticas para proteger mães e bebês em contextos vulneráveis.<sup>41</sup>

## **Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho**

### *Fortalecimento dos sistemas de saúde*

A GAVI, The Vaccine Alliance anunciou [uma nova iniciativa chamada “Country Leap into Action”](#), voltada à construção de uma arquitetura global da saúde mais simples, eficiente e centrada nas prioridades nacionais. A proposta foi apoiada por ministros e parceiros internacionais durante a 79ª Assembleia Mundial da Saúde. O modelo busca reduzir a fragmentação institucional e burocracias, ampliando a autonomia dos países sobre financiamento e decisões estratégicas. Entre as medidas está a unificação de diferentes mecanismos de financiamento em uma única estrutura mais flexível e alinhada às prioridades nacionais, objetivando tornar a cooperação internacional mais sustentável, eficiente e orientada para resultados concretos.<sup>42</sup>

Um relatório da Wellcome Trust recoloca na mesa a proposta de uma [ampla reforma da arquitetura global da saúde](#), argumentando que o sistema atual se tornou fragmentado, ineficiente e excessivamente dependente das prioridades e financiamentos de países ricos. Essa agenda já havia aparecido anteriormente na fundação, mas agora foi lançado um documento oficial a partir de diálogos realizados com participantes (atores governamentais; sociedade civil; academia; filantropia; organismos internacionais; e setor privado) de mais de 114 países, em que a iniciativa defendeu a construção de um modelo mais descentralizado e orientado pelos próprios países e regiões, com o ensejo de fortalecer a autonomia do Sul Global, a coordenação regional e a soberania sobre financiamento, dados e prioridades em saúde. O propósito seria alinhar melhor os financiamentos internacionais às necessidades locais, fortalecer sistemas regionais de saúde e ampliar a produção e distribuição regional de medicamentos e tecnologias. A Wellcome Trust apresentou essa reforma como uma resposta necessária às crises contemporâneas, como mudanças climáticas, pandemias e instabilidade geopolítica.<sup>43</sup>

### *Financiamento e governança em saúde global*

Em 2025, em meio a uma queda histórica na ajuda global, a Fundação Rockefeller concedeu mais de U\$350 milhões em prêmios e em sua trajetória de 113 anos declarou que já mobilizou mais de 32 bilhões em capital total, alcançando 731 milhões de pessoas em todo o mundo. Seu [relatório de impacto “Big Bets, Real Results”](#) destacou que seus investimentos históricos resultaram em 84 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>e evitadas e 23 milhões de hectares de terra protegidos ou restaurados (área equivalente ao Reino Unido). Na prática, isso significou: energia solar abastecendo comunidades no Haiti e em Zambia, refeições escolares regenerativas no Quênia, aplicativos com IA para agricultoras na Índia e Brasil, e sistemas de alerta precoce que previram surtos de dengue com 93% de precisão na Colômbia, protegendo 2,2 milhões de pessoas. As ações ocorreram prioritariamente na África, Ásia, América Latina e EUA.<sup>44</sup>

## **Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D**

### *Inteligência Artificial*

A Fundação Gates e a Anthropic anunciaram uma parceria de US\$200 milhões ao longo de quatro anos para **desenvolver ferramentas de inteligência artificial voltadas à saúde**, educação e agricultura, especialmente em países de baixa e média renda e comunidades vulneráveis. O projeto combinará financiamento, créditos de uso da IA Claude e suporte técnico para criar “bens públicos digitais”, como bases de dados, benchmarks e infraestrutura aberta, buscando tornar a IA mais acessível e útil para pesquisadores, professores, profissionais de saúde e agricultores. Entre os objetivos estão acelerar pesquisas de vacinas e doenças negligenciadas, melhorar sistemas de monitoramento de saúde pública, personalizar o ensino e fornecer orientações agrícolas em línguas locais, sempre com foco em soluções desenvolvidas em parceria com governos e comunidades locais.<sup>45</sup>

### **Considerações finais**

As manifestações das organizações da sociedade civil evidenciam uma convergência entre respostas emergenciais a crises sanitárias e humanitárias e a crescente demanda por reformas estruturais na governança global da saúde. O novo surto de Ebola na República Democrática do Congo, causado pela variante Bundibugyo (para a qual não há vacina nem tratamento aprovados), evidencia a persistente vulnerabilidade dos sistemas de saúde em contextos de conflito e de fragilidade institucional. Nesse cenário, populações em situação de maior vulnerabilidade, especialmente mulheres e crianças, são as mais afetadas, enfrentando riscos elevados de adoecimento, insegurança e interrupção do acesso a serviços essenciais, como os de saúde e de educação.

Paralelamente, a sociedade civil desempenha um papel incisivo na denúncia de crises humanitárias em regiões como Gaza, Sudão do Sul e Líbano. Nesses contextos, o sistema de saúde continua sendo alvo direto de violência, exigindo que a comunidade internacional não cesse seus esforços, uma vez que a luta pela saúde permanece ligada à dignidade, à equidade e à justiça social.

Embora as lutas estruturais sejam prioritárias, as frentes de atuação das organizações em temas como a promoção da saúde são fundamentais para enfrentar os determinantes comerciais que sobrecarregam os sistemas públicos. Isso inclui o rigor no controle do tabagismo, a regulação de alimentos ultraprocessados e a atenção específica a grupos populacionais frequentemente invisibilizados, como os idosos e a população LGBTQI+, garantindo que as políticas de saúde sejam verdadeiramente inclusivas e intersetoriais.

Por fim, vale destacar o engajamento de organizações privadas e filantrópicas na defesa de uma arquitetura de saúde global descentralizada e alinhada às prioridades nacionais. De acordo com suas manifestações, a fragmentação institucional e a dependência de financiadores do Norte Global apontam para a urgência de fortalecer a soberania do Sul Global na gestão de dados, na produção regional de insumos e na autonomia na tomada de decisão. Essa postura, contudo, pode significar o abandono dos países de baixa renda à própria sorte, sem que os países mais ricos paguem pelos danos que já provocaram ou continuam provocando, como nos casos dos legados perversos da colonização e dos efeitos da crise climática.

## REFERÊNCIAS

1. Médicos Sem Fronteiras. Surto da doença do Ebola: o que você precisa saber [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/surto-de-ebola-o-que-voce-precisa-saber/>
2. ActionAid International. Lack of protective equipment against Ebola in schools and communities is a “ticking time bomb,” says ActionAid [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 May 22]. Available from: <https://actionaid.org/news/2026/lack-protective-equipment-against-ebola-schools-and-communities-ticking-time-bomb-says>
3. Action Aid International. Ebola outbreak threatens to devastate Democratic Republic of Congo’s most vulnerable communities living in conflict [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 May 22]. Available from: <https://actionaid.org/news/2026/ebola-outbreak-threatens-devastate-democratic-republic-congos-most-vulnerable-communities>
4. World Vision. DR Congo: A New Ebola Variant Declared in Ituri Threatens Children’s Lives [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/congo/dr-congo-new-ebola-variant-declared-ituri-threatens-childrens-lives>
5. CARE. New Ebola outbreak hits DRC and Uganda: What you need to know [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://www.care.org/news-and-stories/ebola-drc-uganda-care-response-2026/>
6. GNP+. “As we... — Global Network of People living with HIV (GNP+) [Internet]. [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.facebook.com/share/p/1GokPJR2Bc/>
7. Fundación Huésped. Hantavirus: Todo lo que tenés que saber [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://huesped.org.ar/novedades/hantavirus-todo-lo-que-tenes-que-saber>
8. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. AVIDD ASAP—the open science drug discovery platform for pandemic preparedness—has won a 2026 Bio-IT World Innovative Practices Award [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/dndi\\_avidd-asapthe-open-science-drug-discovery-activity-7463241319927242752-Pqdc](https://www.linkedin.com/posts/dndi_avidd-asapthe-open-science-drug-discovery-activity-7463241319927242752-Pqdc)
9. WFPHA. Global One Health Index Report, One Health for All [Internet]. [cited 2026 May 23]. Available from: <https://www.wfpha.org/global-one-health-index-report/>
10. Fòs Feminista. Fòs Feminista Remarks on U.S. Supreme Court’s Decision to Uphold Abortion Medication Access By Mail [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://fosfeminista.org/news-and-stories/supreme-court-preserves-mifepristone-mail-access/>
11. Global Health Council. A desigualdade estrutural no acesso a serviços básicos de cuidado ocular [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/global-health-council\\_globalhealth-activity-7459656523909304320-\\_AHo](https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_globalhealth-activity-7459656523909304320-_AHo)
12. Fundación Huesped. Viví un invierno saludable: charla abierta sobre prevención de infecciones en personas adultas mayores [Internet]. Fundación Huésped. [cited 2026 May 23].

Available from: <https://huesped.org.ar/novedades/vivi-un-invierno-saludable-charla-abierta-sobre-prevencion-de-infecciones-en-personas-adultas-mayores>

13. ACT Promoção da Saúde. Prevenção 360º: Ambientes saudáveis promovem escolhas saudáveis [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://actbr.org.br/prevencao-360o-ambientes-saudaveis-promovem-escolhas-saudaveis/9088/>

14. ACT Promoção da Saúde. Lei 9.294/96 completa 30 anos e debate no Congresso aponta desafios na regulação da publicidade [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://actbr.org.br/lei-9-294-96-completa-30-anos-e-debate-no-congresso-aponta-desafios-na-regulacao-da-publicidade/9138/>

15. ACT Promoção da Saúde. Tirem o refrigerante do álbum da Copa [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://actbr.org.br/refri-album-da-copa/9199/>

16. ACT Promoção da Saúde. Aumentar preço do cigarro salva vidas [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://actbr.org.br/preco-do-cigarro/9116/>

17. G2H2, Geneva Global Health Hub. The Economics of Health for All: Taking Action [Internet]. G2H2. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://g2h2.org/posts/the-economics-of-health-for-all-taking-actions-wha79-official-side-event/>

18. European Public Health Alliance. Protecting the Next Generation: EPHA Joins Call to End Youth Nicotine Addiction — EPHA. [cited 2026 May 23]; Available from: <https://epha.org/protecting-the-next-generation-epha-joins-call-to-end-youth-nicotine-addiction/>

19. ACON. LGBTIQ+ adults across Australia are invited to take part in Private Lives 4, the latest iteration of Australia's longest-running national survey of LGBTIQ+ health and wellbeing [Internet]. ACON. 2015 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/>

20. Planetary Health Alliance. When the Air We Breathe Makes Us Sick — Even Without a Diagnosis [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://planetaryhealthalliance.org/news/when-the-air-we-breathe-makes-us-sick-even-without-a-diagnosis/>

21. World Vision. World Vision Australia Secures Green Climate Fund Accreditation, Expanding Access to Global Climate Finance [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-australia-secures-green-climate-fund-accreditation-expanding-access-global-0>

22. IAP. InterAcademy Partnership. S7 Statements ahead of 2026 G7 Address Brain Health, Space Sustainability and Arctic Change [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership\\_s7-g7-sciencepolicy-activity-7463564401187569664-6qGQ](https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_s7-g7-sciencepolicy-activity-7463564401187569664-6qGQ)

23. International Hospital Federation. Lancetmedzero [Internet]. IHF. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation\\_lancetmedzero-activity-7463958703092940800-Aiol](https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_lancetmedzero-activity-7463958703092940800-Aiol)

24. World Vision. From Scarcity to Security: 50,000 Lives Transformed Through Safe Water

Partnership [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/ghana/scarcity-security-50000-lives-transformed-through-safe-water-partnership>

25. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. The IFMSA at The 79th World Health Assembly (WHA79) [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 May 23]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/ifmsa\\_the-ifmsa-at-the-79th-world-health-assembly-activity-7463481979179597824-CHxH](https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_the-ifmsa-at-the-79th-world-health-assembly-activity-7463481979179597824-CHxH)

26. People's Health Movement. PHM at the 79th World Health Assembly [Internet]. PHM. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: <https://phmovement.org/phm-79th-world-health-assembly>

27. World Federation of Occupational Therapists. Rehabilitation and Conflict Related Injuries [Internet]. WFOT. 2026 [cited 2026 May 23]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/wfot\\_as-part-of-the-webinar-series-rehabilitation-activity-7462852985090592768-jw8n](https://www.linkedin.com/posts/wfot_as-part-of-the-webinar-series-rehabilitation-activity-7462852985090592768-jw8n)

28. MSF Brasil. Sudão do Sul à beira do colapso: ataques contra civis e hospitais, violência sexual e fome [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/sudao-do-sul-a-beira-do-colapso-ataques-contr-civis-e-hospitais-violencia-sexual-e-fome/>

29. Sustainable Health Equity Movement. News From the Flotilla [Internet]. Sustainable Health Equity. [cited 2026 May 24]. Available from: <https://www.sustainablehealthequity.org/news-from-the-flotila>

30. Médicos Sem Fronteiras. Líbano: ataques israelenses matam paramédicos que socorriam uma pessoa [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/libano-ataques-israelenses-matam-paramedicos-que-socorriam-uma-pessoa/>

31. Progressive International. Bolivia a seis meses del gobierno de Rodrigo Paz [Internet]. Progressive International. [cited 2026 May 23]. Available from: <https://progressive.international/wire/2026-05-19-bolivia-six-months-into-rodrigo-pazs-administration/es/>

32. MSF Brasil. Na Somália, seca e deslocamento levam milhões de pessoas à beira do abismo [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/na-somalia-seca-e-deslocamento-levam-milhoes-de-pessoas-a-beira-do-abismo/>

33. The Rockefeller Foundation. Statement From Rajiv J. Shah, President of The Rockefeller Foundation, on Ebola Outbreak [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-from-rajiv-j-shah-president-of-the-rockefeller-foundation-on-ebola-outbreak/>

34. CORE Group. Resposta ao Ebola [Internet]. CORE Group. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc\\_drc-uganda-ebola-activity-7462908098903527424-tFdO](https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_drc-uganda-ebola-activity-7462908098903527424-tFdO)

35. Gavi to propose new incentives aimed at advancing vaccine manufacturing in Africa [Internet]. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.gavi.org/news/media->

room/gavi-propose-new-incentives-aimed-advancing-vaccine-manufacturing-africa

36. GAVI. Major study confirms impact of the malaria vaccine, saving lives and reducing hospitalisations [Internet]. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/major-study-confirms-impact-malaria-vaccine-saving-lives-and-reducing>

37. GAVI. Gavi statement on scaling innovative financing for the next pandemic [Internet]. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-statement-scaling-innovative-financing-next-pandemic>

38. Wellcome Trust. World's largest global prize for mental health science launches [Internet]. Wellcome Trust. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://wellcome.org/insights/articles/worlds-largest-global-prize-mental-health-science-launches>

39. GAVI. The state of women's health in numbers [Internet]. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/state-womens-health-numbers>

40. The Rockefeller Foundation. WRI & Rockefeller Foundation: Early Climate Health Investments Generate 68-Fold Gains in Low- and Middle-Income Countries [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/wri-rockefeller-foundation-early-climate-health-investments-generate-68-fold-gains-in-low-and-middle-income-countries/>

41. Wellcome Trust. Pregnancy in a warming world; the health risks of heat and the case for action in the UK [Internet]. 2026 May [cited 2026 May 22]. Available from: <https://wellcome.org/insights/reports/heat-and-pregnancy>

42. GAVI. Country Leap into Action: Advancing country-led global health architecture reform [Internet]. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.gavi.org/news/media-room/country-leap-action-advancing-country-led-global-health-architecture-reform>

43. Wellcome Trust. Rethinking the future of global health: a global dialogue [Internet]. 2026 May [cited 2026 May 22]. Available from: <https://wellcome.org/insights/reports/rethinking-future-global-health-global-dialogue>

44. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation Awarded US\$350M+ to Reach 731 Million People Amid 2025's Historic Decline in Global Aid [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/2025-impact-report-big-bets-real-results/>

45. Gates Foundation. Making AI work for more people [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2026/05/ai-anthropic-partnership>

## Da Greve Geral na Bolívia à Palantir infiltrando o NHS: a crise civilizatória da austeridade

*De la huelga general en Bolivia a la infiltración de Palantir en el NHS: la crisis civilizatoria de la austeridad*

*From Bolivia's General Strike to Palantir Infiltrating the NHS: The Civilizational Crisis of Austerity*

**Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho**

**Resumo:** Neste informe, em nossa seção de Panorama Político-Econômico, analisamos a greve geral em curso na Bolívia contra o neoliberalismo extrativista, onde a resistência popular — camponeses, mineiros, setores indígenas — confronta a repressão estatal e o apoio estrangeiro ao presidente Paz. Nas Spring Meetings do FMI, o MENAFem expõe o silêncio violento da normalidade: as armadilhas dívida-austeridade funcionam como uma crise feminista, transferindo trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres. Diante do Super El Niño, examinamos como a proibição das drogas impulsiona a destruição ambiental, empurrando a produção para fronteiras biodiversas e financiando a mineração ilegal. O Lancet Countdown 2026 revela o aumento da mortalidade por calor e a expansão da transmissão da dengue na Europa. Concluimos com uma proposta econômica feminista — cancelamento da dívida, justiça fiscal, sistemas públicos de cuidado, governança democrática — como central para dismantlar uma arquitetura global falida que prioriza credores em vez de vidas. Em nossa seção de Saúde, denunciemos a captura corporativa do NHS britânico pela Palantir, a misoginia dos Estados-Membros da OMS exposta na WHA79, e o estudo da Lancet que projeta até 22,6 milhões de mortes excessivas até 2030 devido a cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Economia feminista; dívida-austeridade; proibição de drogas; crise climática; Bolívia; FMI.

**Resumen:** En este informe, dentro de nuestra sección «Panorama político-económico», analizamos la huelga general que se está desarrollando en Bolivia contra el neoliberalismo extractivista, donde la resistencia popular —campesinos, mineros, sectores indígenas— se enfrenta a la represión estatal y al apoyo extranjero al presidente Paz. En las Reuniones de Primavera del FMI, MENAFem denuncia el silencio violento de la normalidad: las trampas de la deuda y la austeridad funcionan como una crisis feminista, transfiriendo el trabajo de cuidados no remunerado a las mujeres. Ante el Super El Niño, examinamos cómo la prohibición de las drogas impulsa la destrucción ambiental, empujando la producción hacia fronteras ricas en biodiversidad y financiando la minería ilegal. El Lancet Countdown 2026 revela el aumento de la mortalidad por calor y la expansión de la transmisión del dengue en Europa. Concluimos con una propuesta económica feminista —cancelación de la deuda, justicia fiscal, sistemas públicos de cuidados, gobernanza democrática— como elemento central para dismantlar una arquitectura global fallida que prioriza a los acreedores en lugar de las vidas. En nuestra sección de Salud, denunciemos la captura corporativa del NHS británico por parte de Palantir, la misoginia de los Estados miembros de la OMS puesta de manifiesto en la WHA79, y el estudio de The Lancet que

prevé hasta 22,6 millones de muertes excesivas para 2030 debido a los recortes en la ayuda oficial al desarrollo.

**Palabras clave:** Economía feminista; deuda-austeridad; prohibición de las drogas; crisis climática; Bolivia; FMI.

**Abstract:** For this report, on our Political-Economic Overview section, we analyze Bolivia's ongoing general strike against neoliberal extractivism, where popular resistance — campesinos, miners, Indigenous sectors — confronts state repression and foreign support for President Paz. At the IMF Spring Meetings, MENAFem exposes the violent silence of normalcy: debt-austerity traps function as a feminist crisis, transferring unpaid care work to women. Confronting Super El Niño, we examine how drug prohibition drives environmental destruction, pushing production into biodiverse frontiers and financing illegal mining. The Lancet Countdown 2026 reveals rising heat-related mortality and expanding dengue transmission across Europe. We conclude with a feminist economic proposal — debt cancellation, tax justice, public care systems, democratic governance — as central to dismantling a broken global architecture that prioritizes creditors over lives. In our Health section, we denounce Palantir's corporate capture of the UK's NHS, the WHO Member States' misogyny exposed at WHA79, and The Lancet study projecting up to 22.6 million excess deaths by 2030 due to ODA cuts.

**Keywords:** Feminist economics; debt-austerity; drug prohibition; climate crisis; Bolivia; IMF.

## Panorama político-econômico

Neste bloco, partimos da crise social e política na Bolívia para explorarmos as reações diplomáticas regionais e os posicionamentos sobre justiça econômica, soberania e democracia. Em seguida, analisamos as reflexões do MENAFem sobre as Spring Meetings do FMI, conectando a crise da dívida, a austeridade e o impacto de gênero. Frente ao Super El Niño, discutimos a relação entre política de drogas e crise climática a partir do documento anexado, e os achados do novo estudo da The Lancet. Finalizamos com uma proposta de economia feminista como alternativa central à governança global falida.

### **Bolívia: greve geral frente e em denúncia ao neoliberalismo extrativista**

Uma greve geral está em curso na Bolívia, exigindo a renúncia do presidente neoliberal Rodrigo Paz. As causas da crise são múltiplas e profundas: crise de combustíveis, inflação, propostas do governo para privatizar recursos naturais e reverter a lei de proteção de terras. As manifestações, que já duram mais de duas semanas, reúnem camponeses, mineiros e setores indígenas, e professores; os manifestantes têm tomados às ruas, se organizado para promover pressão popular, barricadas e paro econômico, colocando pressão para renúncia imediata do presidente.

O estopim foi a tentativa do governo de eliminar o direito histórico, conquistado através das lutas camponesas, que impede que a terra seja tomada para pagamento de dívidas. A proposta permitiria que camponeses usassem suas terras como garantia de pagamento, sob pena de perdê-la se a dívida não for paga — uma medida que foi descrita por vários críticos como um mecanismo perverso projetado para explorar as necessidades das pessoas mais pobres para acumular terras em benefício dos grupos econômicos nacionais e internacionais que atualmente apoiam a administração de Paz. A Bolívia possui reservas naturais significativas

de gás e metais preciosos, bem como lítio, essencial para as novas tecnologias de informação e vem sofrendo políticas de neoliberalização extrativista.

Às manifestações populares o governo respondeu com uma dura contraofensiva militar e policial, o que levou os manifestantes a começarem a pedir, de forma cada vez mais coordenada, a renúncia do presidente. Em uma tentativa de conter a crise, Paz anunciou uma reforma ministerial, com a renúncia do Ministro do Trabalho, Edgar Morales, “para pacificar o país” — mas isso não foi o suficiente, com a população identificando Paz como o representante dos interesses externos no país, um inimigo do povo.

“O protesto reuniu colunas de trabalhadores e organizações sociais chegadas de diferentes pontos do país. Segundo relataram manifestantes, a mobilização começou de maneira pacífica, com bandeiras bolivianas e wiphalas, enquanto reivindicavam 'uma Bolívia mais justa e igualitária'. 'Nós o colocamos lá e também nós vamos tirá-lo', expressou um dos camponeses presentes. A tensão escalou quando efetivos policiais começaram a lançar gases lacrimogêneos para impedir o avanço em direção à Plaza Murillo. As imagens mostraram corridas, colunas se dispersando e pessoas afetadas pelos gases. Manifestantes denunciaram que não houve incidentes violentos antes da intervenção policial e acusaram o governo de impor medidas 'a puro decreto', sem consultar povos indígenas nem setores rurais. (...) Há poucos dias, vários presidentes de direita na América Latina assinaram uma carta de apoio a Rodrigo Paz e condenaram as ações dos manifestantes. Esta é a mesma linha adotada por Washington, que afirma que as manifestações fazem parte de um plano premeditado para derrubar o governo, que está no poder há menos de um ano.

Foi isso o que disse o secretário-adjunto dos EUA, Christopher Landau: 'Isso é um golpe financiado por aquela aliança entre a política e o crime organizado em toda a América Latina... É inconcebível que pudesse haver um processo democrático no qual Paz foi esmagadoramente eleito pelo povo boliviano há menos de um ano, e agora você tem manifestantes violentos bloqueando as ruas.'

Por sua vez, o presidente colombiano Gustavo Petro disse que a Bolívia está vivenciando uma genuína 'rebelião popular' e se ofereceu para atuar como mediador. As declarações não foram bem recebidas pelo governo boliviano. Paz disse que as falas de Petro 'são um ataque à democracia... [Petro] priorizou sua ideologia — que, ao que parece, carece de princípios democráticos — sobre as relações e o respeito à democracia de nossas nações.'

Em seguida, a Bolívia decidiu expulsar o principal representante diplomático da Colômbia no país, ao que Bogotá respondeu expulsando o chefe do escritório da Embaixada da Bolívia do solo colombiano.

Esta não é a única controvérsia internacional na qual a administração de Paz se envolveu durante os recentes protestos. O governo boliviano anunciou que a administração do líder de extrema-direita da Argentina, Javier Milei, havia enviado aeronaves transportando ajuda humanitária. No entanto, o deputado argentino Rolando Pacheco afirmou que a carga consistia, na verdade, em equipamentos de controle de distúrbios destinados à repressão dos manifestantes.

Isso levou vários legisladores argentinos a solicitar relatórios da administração Milei sobre o suposto envio de equipamentos policiais e militares em duas aeronaves Hércules. Este incidente soma-se ao já relatado e suposto envio de munição de controle de distúrbios pela

então administração de Mauricio Macri à presidente de fato da Bolívia, Jeanine Áñez, que serviu como presidente após o golpe de Estado de 2019.

Assim, o governo de Paz mostrou que está disposto a se agarrar ao poder a qualquer custo, seja por meio de repressão, negociação ou colaboração estrangeira — seja esta última aberta ou não. Ao mesmo tempo, no entanto, mostrou que não tem medo de romper laços com governos como o de Petro. O futuro da Bolívia é, sem dúvida, incerto e será decidido nos próximos dias.”

### **Spring Meetings do FMI: o silêncio violento da normalidade**

As Spring Meetings de 2026, realizadas de 13 a 18 de abril em Washington, D.C., foram marcadas pelo que a organização MENAFem descreveu como “um silêncio polido”. “Não houve interrupções, nem mudanças estruturais, nem reconhecimento de que a arquitetura financeira global está além do seu ponto de ruptura.” — que indicam que o sistema não está falhando; está funcionando exatamente como foi projetado.

A análise da organização denuncia a violência da 'normalidade' em uma região em guerra. Enquanto o conflito na Ucrânia desencadeou respostas sistêmicas, as guerras que estão remodelando a região do MENA são tratadas como instabilidades locais, usados para justificar um retorno aos modelos extrativistas de combustíveis fósseis, sacrificando os compromissos climáticos no altar da 'segurança energética'“.

A armadilha da dívida-austeridade é descrita como uma crise feminista e novo financiamento ainda vem atrelado ao ajuste fiscal (austeridade).

“Quando um estado corta gastos públicos para pagar a dívida, não é um ajuste matemático neutro. É uma transferência de trabalho para as mulheres. O FMI está essencialmente equilibrando seus livros com o trabalho não remunerado e sub-remunerado das mulheres no Sul Global.”

O MENAFem propõe três mudanças estruturais: “desfinanceirizar o futuro” por meio de uma reestruturação total da arquitetura financeira global; “riqueza pública, não lucro privado” com taxação da riqueza; e soberania sobre as políticas, para que os países tomadores de empréstimos possam passar de 'participar' dos programas do FMI a ter o poder de ditar seus próprios caminhos de desenvolvimento. A pergunta final ecoa: “Por quanto tempo um sistema pode manter sua legitimidade quando não oferece nada além de 'gestão' diante do colapso?”

### **Mitigação climática frente à austeridade (e ao El Niño)**

Um novo relatório publicado recentemente, chamado “Revelando o Elo Perdido para a Justiça Climática: Política de Drogas” (disponível em PDF) expõe uma conexão crucial, mas sistematicamente ignorada pelo movimento ambientalista: o papel da proibição de drogas na destruição ambiental e na crise climática, desafiando a política muito difundida (pelos Estados Unidos) de “Guerra às drogas”.

O documento começa com um dado alarmante: “As florestas estão desaparecendo a uma taxa extraordinária e persistentemente teimosa. Em 2022, o mundo perdeu 4,1 milhões de hectares de florestas tropicais primárias — áreas de importância crítica para os meios de subsistência, armazenamento de carbono e biodiversidade — equivalente a uma taxa de 11 campos de futebol por minuto.”

A tese central é que “seus esforços fracassarão enquanto aqueles comprometidos com a proteção ambiental negligenciarem reconhecer e enfrentar o elefante na sala. Esse elefante é o sistema global de proibição criminalizada de drogas, popularmente conhecido como 'guerra às drogas'.” A reportagem cita a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, presidida por três ex-presidentes (César Gaviria, Ernesto Zedillo e Fernando Henrique Cardoso), que já em 2009 afirmava: “Diante de uma situação que piora a cada dia, é imperativo retificar a estratégia de 'guerra às drogas' perseguida na região nos últimos 30 anos. As políticas proibicionistas baseadas na erradicação da produção e na interrupção do fluxo de drogas, bem como na criminalização do consumo, não produziram os resultados esperados. Estamos mais longe do que nunca da meta anunciada de erradicar as drogas.”

O relatório identifica três maneiras principais pelas quais a proibição de drogas prejudica o meio ambiente. Primeiro, “empurra a produção e o tráfico de drogas para as principais fronteiras ambientais”. Embora “a área total de floresta que os produtores de cultivos de drogas desmatam anualmente seja relativamente trivial”, “o principal desafio é a maneira como os mecanismos de proibição empurram a produção e depois a erradicação de drogas para áreas remotas e biodiversas de particular significado ambiental”. Quanto mais produtores e traficantes são perseguidos, “mas eles procuram paisagens remotas para realizar seus negócios, e mais ampla se torna sua área de influência”.

O pequeno agricultor que cultiva drogas nas margens da floresta não é o vilão. Como disse Sai Lone, conselheiro sênior do Fórum de Agricultores de Ópio de Mianmar: “Quero dizer que não é justo culpar os pequenos agricultores de ópio, que são criminalizados pela lei e marginalizados pela sociedade e pelos mecanismos de mercado, pelos danos ambientais. Eles não têm poder para responder. Apoiem-nos. Não apenas nos culpem.”

Em segundo lugar, “os lucros das drogas financiam uma destruição ambiental mais ampla”. “Uma vez que a proibição empurra o crime organizado para as fronteiras tropicais biodiversas, seus lucros são reinvestidos para financiar outras atividades ambientalmente prejudiciais nessas mesmas áreas.” Os lucros das drogas atuam como “um banco de investimento para uma série de outras empresas criminosas organizadas prejudiciais ao meio ambiente, indústrias extrativas e agonegócios intensivos em carbono”.

O exemplo da mineração ilegal na Amazônia brasileira é revelador. “As frentes de mineração ilegal estabelecem uma complexa rede de pistas de pouso e portos clandestinos, envolvendo acordos com elites econômicas e políticas locais, bem como esquemas de corrupção envolvendo agentes do Estado. Todos esses elementos são de interesse dos traficantes de drogas, assim como o uso do ouro como meio de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas e a oportunidade de investir os lucros ilícitos do tráfico em atividades de mineração.” A operação Narcos Gold, da Polícia Federal brasileira, revelou um grupo que “operava uma extensa rede de negócios ilícitos em todo o território brasileiro, movimentando uma quantia estimada em mais de 200 milhões de dólares”.

Em terceiro lugar, a proibição “desestabiliza as sociedades e obstrui os esforços para mitigar as mudanças climáticas”. “Todos os anos, centenas de corajosos defensores ambientais são assassinados defendendo suas terras e recursos, com as mortes concentradas nas principais zonas de produção e tráfico de drogas.” A Global Witness revelou que “em 75% dos casos, os assassinatos de defensores ambientais não puderam ser vinculados a nenhuma indústria legítima”. Os números mostram que “em 2022, quase dois terços de todos os assassinatos de

defensores ambientais em todo o mundo ocorreram em apenas três países: Colômbia, México e Honduras” — todos papéis críticos na produção e tráfico de cocaína.

O relatório também mostra como a proibição desvia recursos públicos. “A aplicação de políticas antidrogas custa pelo menos US\$ 100 bilhões por ano globalmente, rivalizando quase com o orçamento de ajuda mundial de US\$ 130 bilhões.” Este dinheiro público poderia ser gasto em iniciativas que promovam a saúde pública e planetária.

A conclusão do documento é um apelo direto ao movimento ambientalista: “A proibição de drogas é um dos principais impulsionadores do crime organizado, corrupção e captura do Estado em regiões ecologicamente frágeis. Enfrentar a emergência climática requer ação urgente e coordenada pelos movimentos ambiental e de política de drogas, para substituir a proibição por uma regulação que apoie as pessoas e o planeta.”

Ainda reportando sobre o clima, um novo estudo publicado na *The Lancet Public Health*, intitulado “The 2026 Europe report of the Lancet Countdown on health and climate change: narrowing window for decisive health action” reforça a urgência da ação climática. A janela para uma ação decisiva em saúde está se estreitando perigosamente — temos pouquíssimo tempo.

O relatório alerta que a saúde pública está sendo sacrificada em nome de interesses econômicos de curto prazo, ecoando as críticas do MENAFem sobre a austeridade e a priorização dos credores.

“Esta terceira edição do relatório do Lancet Countdown sobre saúde e mudança climática na Europa rastreia sistematicamente os efeitos na saúde das ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, economia e finanças, e o engajamento de vários atores sociais na relação entre mudança climática e saúde, com base em dados até 2025. O relatório apresenta sete novos indicadores, atualizações metodológicas, séries temporais estendidas para indicadores existentes e destaca desigualdades nos riscos e impactos à saúde sempre que possível.

### **Os atuais riscos e impactos das mudanças climáticas na saúde**

Os indicadores revelam um aumento acentuado nos impactos negativos diretos e indiretos da exposição ao calor na saúde. Quase todas as regiões europeias monitoradas (823 [99,6%]) registraram aumento no número de mortes atribuíveis ao calor durante 2015-24 em comparação com 1991-2000, com um aumento médio anual geral de 52 (IC 95% 43-59) mortes por milhão de habitantes (indicador 1.1.3). Os alertas diários de saúde para calor extremo aumentaram 3,2 (318%) em 2015-24 em comparação com 1991-2000. Comparando 2015-24 com 1991-2000, a exposição ao calor aumentou em 1,17 bilhão (254%) de pessoas-dia entre bebês e idosos ( $\geq 65$  anos; indicador 1.1.1), e o número médio anual de horas em que a exposição ao calor tornou a atividade física leve ou moderada insegura aumentou em 60 (88%; indicador 1.1.2). Mais de 1 milhão de pessoas adicionais foram afetadas por insegurança alimentar moderada ou grave em toda a Europa em 2023 em comparação com a média anual do período 1981-2010, devido ao aumento das ondas de calor e da exposição à seca (indicador 1.5.1). Estima-se que o aumento da temperatura média anual tenha reduzido a oferta de trabalho em aproximadamente 24 horas por trabalhador por ano em toda a Europa em 2000-23, em comparação com 1965-94 (indicador 4.1.1). A adequação climática de doenças infecciosas emergentes e reemergentes aumentou rapidamente na última década devido às mudanças climáticas (indicador 1.3), manifestada por uma expansão da faixa geográfica de alguns vetores de doenças, acompanhada por surtos mais frequentes na Europa. Por exemplo, a adequação

anual de transmissão do vírus da dengue aumentou 297% na Europa em 2015-24, em comparação com 1981-2010, provavelmente contribuindo para o crescente número de surtos locais de arbovírus transmitidos por \*Aedes\* na Europa. Além disso, as mudanças climáticas prolongaram a estação polínica em 1-2 semanas (indicador 1.4.1), aumentando a duração da exposição para pessoas com rinite alérgica.

Os riscos, vulnerabilidades e impactos das mudanças climáticas são distribuídos de forma desigual entre grupos populacionais e regiões. As famílias de baixa renda na Europa têm 10,9 pontos percentuais mais probabilidade de experimentar insegurança alimentar devido ao aumento de eventos de onda de calor e seca em comparação com famílias de renda média (indicador 1.5.1). Os trabalhadores ao ar livre na construção civil e na agricultura estão em risco particular de lesões relacionadas ao calor devido ao aumento da exposição ao calor (indicador 4.1.1). As pessoas que vivem nas regiões mais pobres experimentam maiores riscos de incêndios florestais (indicador 1.2.2) e menos acesso a espaços verdes em comparação com aquelas que vivem em regiões menos desfavorecidas (indicador 2.2.3). Embora observemos um número crescente de países que estabeleceram planos nacionais de adaptação na saúde (indicador 2.1.2) e oferecem serviços climáticos ao setor de saúde (indicador 2.2.1), é importante garantir que as estratégias de adaptação considerem as diferenças nos riscos para proteger os grupos mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

### **Uma abordagem integrada para a mitigação das mudanças climáticas é necessária**

Na Europa, a intensidade de carbono (indicador 3.1.1) e o uso de carvão (indicador 3.1.2) diminuíram em 2023 em comparação com 2022. Por outro lado, os subsídios anuais aos combustíveis fósseis atingiram um novo recorde em 2023 em comparação com 2010 (indicador 4.2.1), atingindo €444 bilhões em 2023, refletindo as respostas dos governos aos preços da energia em disparada após a invasão da Ucrânia pela Rússia. Ao mesmo tempo, a participação da energia renovável no fornecimento total de eletricidade europeu aumentou para 21,5% em 2023, em comparação com 8,4% em 2016 (indicador 3.1.3). As tendências de investimento também apontam em uma direção positiva; o investimento em energia limpa foi de €427 bilhões, em comparação com €229 bilhões em 2015 (86% maior), e o investimento em combustíveis fósseis foi de €76 bilhões em 2024, em comparação com €112 bilhões em 2015 (32% menor; indicador 4.2.2). Embora os governos tenham aumentado o apoio aos combustíveis fósseis, particularmente em resposta à instabilidade geopolítica, tendências ascendentes no investimento em energia limpa e na expansão renovável foram evidentes, mas precisam ser aceleradas.”

### **A economia feminista como alternativa central**

Finalizando o bloco, uma outra reflexão da organização MENAFem: O que seria (e será) necessário para reconstruir um sistema que coloque os direitos das pessoas e do planeta antes do lucro? O artigo escrito por Mahinour ElBadrawi traz a economia feminista como alternativa central — não como agenda tangencial à transformação, conectando a crise da dívida, a crise climática, a crescente exponencial de conflitos e a fragilização do multilateralismo à uma governança econômica global incapaz de lidar com suas crises. Abaixo, o texto traduzido integralmente:

“Em um tempo de guerra, dívida, colapso ecológico e multilateralismo fragmentado, a justiça econômica feminista não pode ser tratada como uma agenda secundária. É uma medida de se a governança econômica global é capaz de responder às realidades que as pessoas estão vivendo.

Em toda a região SWANA e além, violência, ocupação, deslocamento e genocídio em curso estão destruindo vidas, meios de subsistência, ecossistemas e os sistemas públicos dos quais as pessoas dependem para sobreviver. O desenvolvimento não pode ser separado dessas realidades. Nem os debates econômicos globais podem tratar guerra, dívida, austeridade, colapso climático e a crise do custo de vida como se pertencessem a conversas diferentes.

As economias de guerra devastam vidas não apenas através da violência direta e assassinato, mas também ao tornar as condições econômicas e sociais básicas necessárias para a sobrevivência e a dignidade humana cada vez mais inatingíveis. Embora o impacto seja sentido em todo o mundo, os custos mais pesados são suportados pelo Sul Global e transferidos especialmente para mulheres, meninas e pessoas com diversidade de gênero por meio de perda de renda, trabalho de cuidado não remunerado intensificado e acesso reduzido a direitos, incluindo saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia e proteção social. A questão essencial então se torna: 'Se as pessoas sobrevivem ao bombardeio, elas podem arcar com o custo de vida?'

A crise também é incorporada e vivida através dos corpos de mulheres, meninas e pessoas com diversidade de gênero. Os direitos sexuais e reprodutivos não são abstratos quando a água é escassa, os produtos de higiene menstrual são escassos, as clínicas são destruídas e os sistemas públicos estão entrando em colapso. O que significa dar à luz, gerenciar a menstruação, buscar contracepção, acessar cuidados obstétricos de emergência ou manter a dignidade sob essas condições? Uma análise econômica feminista deve nomear essas realidades porque a guerra, a dívida, a austeridade e a privatização são vividas através de corpos, lares e sistemas de cuidado.

Enquanto os ministros das relações exteriores e os governos se preparam para se reunir em Madrid no próximo mês para a Quinta Conferência Ministerial sobre Política Externa Feminista, sob o tema 'Construindo Paz e Democracia', o teste já está claro. Para cumprir os compromissos com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e o progresso nas áreas de preocupação da Declaração de Pequim e Plataforma de Ação, a liderança feminista não pode ser medida apenas por uma linguagem mais forte de igualdade de gênero. Deve ser medida se os governos confrontam como as regras de governança econômica global sobre dívida, impostos, comércio e investimento, financiamento climático, assistência oficial ao desenvolvimento, capital privado, militarização e regras e práticas comerciais moldam os direitos para além de suas fronteiras. Isso se estende ao papel dos governos na governança, programas e políticas do FMI e do Grupo Banco Mundial, de acordo com suas obrigações extraterritoriais e dever de cooperar internacionalmente, de forma coerente, entre fóruns e espaços de política, para não causar danos e para cumprir direitos. Isso é especialmente oportuno, pois a Espanha sedia a conferência, em uma tentativa de conectar significativamente os pontos com os compromissos de Sevilha da conferência FFD4 no ano passado.

Ao contrário do que as Instituições de Bretton Woods e os atores do setor privado que lucram com a ordem atual continuam a promover, o problema não é a falta de recursos. É o acúmulo de riqueza e a falta de vontade política para reverter as regras extrativistas, abusos fiscais, acordos de dívida e escolhas políticas que permitem que bilionários e corporações evitem suas obrigações sociais e legais, ao mesmo tempo que despojam os estados do espaço fiscal necessário para cumprir os direitos. Muitas vezes, as Instituições de Bretton Woods protegem a

estabilidade dos credores e investidores, preservam estruturas de poder enraizadas na injustiça histórica e permanecem inadequadas para o propósito. Aqueles que lucraram com os sistemas que produziram desigualdade, despossessão e destruição não podem ter permissão para definir os termos de 'desenvolvimento' ou 'reconstrução', nem ser confiáveis para entregar resultados diferentes e futuros mais justos.

Isso é evidente na forma como a crise é gerida na região SWANA. A linguagem é estabilidade, reconstrução e recuperação. Mas estabilidade para quem, e recuperação em que termos? Grupos da sociedade civil levantaram sérias preocupações sobre o papel do Banco Mundial nas discussões de reconstrução de Gaza, incluindo o que isso significa para a legitimidade multilateral, a responsabilidade e a participação palestina. A reconstrução não pode se tornar outro local onde atores poderosos decidem o futuro de um povo sem ele, ou reproduzem as lógicas coloniais, militarizadas e movidas pelo lucro que produziram a despossessão e a destruição em primeiro lugar.

Essa recusa em redistribuir poder tem raízes históricas profundas. Em março de 2026, a Assembleia Geral da ONU adotou uma declaração, A/80/L.48, reconhecendo o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada de africanos como o crime mais grave contra a humanidade. Esse reconhecimento é importante para os debates econômicos atuais porque o tráfico transatlântico de escravos, a extração colonial e os regimes racializados de trabalho, propriedade e capital ajudaram a construir uma economia global através da opressão e desumanização. A justiça reparatória não pode ser separada da reforma das cotas do FMI, da justiça da dívida, da justiça fiscal ou do financiamento climático.

Os debates recentes sobre governança econômica global tornaram essa contradição visível. Os governos falam de implementação enquanto os encargos da dívida aumentam, a ajuda é cortada e os gastos militares se expandem. As evidências confirmam o que os movimentos feministas há muito argumentam: 54 países, lar de 3,4 bilhões de pessoas, agora gastam mais com serviço da dívida do que com saúde ou educação; a assistência oficial ao desenvolvimento dos membros do CAD caiu 23,1% em 2025, a maior contração anual registrada; e os gastos militares globais atingiram um recorde de US\$ 2,887 trilhões no mesmo ano. A questão é uma de vontade política: cujas vidas são protegidas, cujos futuros são financiados e cujas reivindicações são tratadas como descartáveis.

Uma leitura feminista começa com os custos que os balanços oficiais apagam. Quando o serviço da dívida aumenta, os serviços públicos são cortados, os preços dos alimentos e da energia aumentam e os choques climáticos se intensificam, os custos não desaparecem. Eles reaparecem em filas mais longas nas clínicas, refeições reduzidas, horas não remuneradas de cuidado e no trabalho diário de sobrevivência, especialmente para mulheres e meninas. A economia do cuidado se torna o amortecedor de choque de um sistema que se recusa a redistribuir poder e recursos.

Uma agenda de justiça econômica feminista deve conectar o que os espaços políticos comumente separam: dívida, impostos, financiamento climático, cuidado, militarização e governança econômica democrática.

Dívida é uma questão feminista. Não se trata apenas de cronogramas de pagamento, comitês de credores ou indicadores fiscais. Trata-se de saber se os estados têm os recursos e o espaço político para cumprir suas obrigações com as pessoas. Avaliações de sustentabilidade da dívida que ignoram sistemas de cuidado, saúde reprodutiva, segurança alimentar, moradia, educação, adaptação climática e proteção social refletem uma visão de sustentabilidade do

credor, não as condições necessárias para dignidade, autonomia corporal e direitos. Análises recentes do PNUD tornam isso visível: estima-se que o aumento do serviço da dívida coloque em risco o equivalente a 55 milhões de empregos de mulheres, reduza a renda per capita das mulheres em 17% e aumente a mortalidade materna à medida que os países passam de um serviço de dívida moderado para alto. A coordenação dos mutuários pode ajudar os estados do Sul Global a afirmar voz coletiva e construir poder de barganha, mas a justiça da dívida feminista exige o cancelamento da dívida e uma reestruturação baseada em direitos soberanos consagrada em uma abordagem estatutária, por meio de uma convenção-quadro da dívida liderada pela ONU que garanta que o debate sobre a sustentabilidade da dívida e as avaliações relacionadas sejam fundamentados nos direitos humanos, na igualdade de gênero e nas obrigações climáticas.

Imposto também é uma questão feminista. Os estados não podem cumprir os direitos sem recursos, e não podem mobilizar esses recursos de forma justa em um sistema tributário global que permite a transferência de lucros corporativos, fluxos financeiros ilícitos, competição fiscal prejudicial e a subtributação da riqueza e do capital. A Convenção Fiscal da ONU é importante porque se trata de quem escreve as regras, e se os países do Sul Global podem moldar as condições fiscais necessárias para financiar o cuidado, os serviços públicos, a ação climática e a proteção social.

O financiamento climático não pode ser separado do cuidado ou do impacto ecológico da guerra. À medida que os choques climáticos se intensificam e os sistemas públicos são enfraquecidos pela dívida e pela austeridade, as famílias e comunidades absorvem os custos. A Oxfam, a CARE e a Coalizão pela Justiça Climática estimam que, embora os países desenvolvidos tenham relatado quase US\$ 116 bilhões em financiamento climático para 2022, seu valor real era de apenas US\$ 28 a US\$ 35 bilhões, com quase 70% fornecido como empréstimos. O financiamento climático que chega como empréstimos não é justiça climática. É financiamento climático nos termos do credor. Nem uma transição verde feminista pode ignorar a militarização, que destrói ecossistemas, contamina a terra e a água, acelera as emissões, desvia recursos da ação climática e aprofunda a dependência de combustíveis fósseis sob a linguagem da segurança energética. Em Gaza, o PNUMA alertou que os danos ambientais estão prejudicando a saúde humana e ameaçando a segurança alimentar e hídrica de longo prazo, inclusive através de danos aos suprimentos de água doce, contaminação do solo e colapso da infraestrutura de tratamento de esgoto. Uma transição feminista, decolonial e baseada em direitos deve, portanto, ser pública, baseada em doações, não criadora de dívidas e enraizada na responsabilidade histórica.

Essa lente feminista também deve alcançar a governança do FMI e do Banco Mundial. Quem decide o que conta como política econômica 'sólida'? Quem define estabilidade? Cujos direitos são tratados como injustificadamente derogáveis, ou pior, inteiramente descartáveis, em nome da disciplina fiscal? A vigilância, os empréstimos e os conselhos políticos do FMI moldam os orçamentos públicos e os limites do que é dito aos governos ser possível. A questão não é simplesmente representação. É a governança econômica democrática: se o poder de decisão se desloca das instituições dominadas por credores para os países e comunidades cujas vidas são moldadas por essas políticas. A reforma não pode parar na linguagem sobre voz. Deve confrontar a lógica de US\$ 1 = 1 voto da governança de Bretton Woods, onde o poder econômico se traduz em poder político.

Uma abordagem feminista baseada em direitos exige um teste de não dano: essas políticas expandem ou restringem os recursos e o espaço político que os estados precisam para

cumprir os direitos, proteger níveis essenciais mínimos e evitar empurrar o ajuste para aqueles que já enfrentam discriminação e exclusão? Quando a sobrevivência das pessoas e do planeta é tratada como uma variável a ser ajustada para os credores, isso não é meramente um cálculo econômico. É uma escolha política com profundas consequências para os direitos humanos.

A linguagem de gênero não é suficiente. O financiamento feminista para o desenvolvimento significa justiça da dívida e fiscal, financiamento climático público e baseado em doações, proteção social universal, trabalho decente, sistemas públicos de cuidado, autonomia corporal, governança democrática das instituições financeiras e um fim à austeridade. Significa também resistir à regressão da linguagem dos direitos humanos das mulheres e defender a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como responsabilidade pública, não como programação opcional.

Para os governos que se apresentam como campeões da política externa feminista ou dos direitos das mulheres, cumprir o discurso significa mais do que uma política fiscal feminista em casa. Significa carregar responsabilidades para além das fronteiras. A assistência oficial ao desenvolvimento não é caridade. O financiamento climático baseado em doações não é um ato de generosidade. Reparações não são simbólicas. Elas fazem parte de um conjunto mais amplo de medidas políticas necessárias para cumprir o dever de cooperação internacional e reparar os danos históricos e contínuos do colonialismo, extração, destruição ecológica, militarização e regras econômicas desiguais.

Sob o direito internacional dos direitos humanos, os estados têm o dever de respeitar, proteger e cumprir os direitos, inclusive por meio da cooperação internacional e de obrigações extraterritoriais. Isso significa reverter os cortes na ODA, investir na igualdade de gênero, apoiar o cancelamento da dívida e uma estrutura de dívida liderada pela ONU, engajar-se construtivamente na Convenção Fiscal da ONU, apoiar o financiamento climático público e baseado em doações, reformar os Direitos Especiais de Saque e acabar com os mecanismos de solução de controvérsias entre investidor e estado que restringem a capacidade dos estados de regulamentar no interesse público.

A aliança Norte-Sul global não pode ser limitada a discursos, eventos paralelos ou compromissos de gênero seletivos. Deve ser construída sobre redistribuição, reparação, responsabilidade e mudança das regras que preservam o poder desigual. O reconhecimento é apenas o ponto de partida. É crucial para o futuro da nossa civilização e planeta compartilhados que os governos não repitam os erros que construíram a ordem atual: lucrar com a despossessão, extração, desumanização, guerra, genocídio e destruição ecológica, e depois chamar o resultado de desenvolvimento.

Em um momento em que a justiça de gênero está sob ataque, a justiça econômica feminista não pode significar uma linguagem mais suave em torno das mesmas regras quebradas. Deve significar organizar economias em torno do cuidado, autonomia corporal, dignidade, igualdade, bem-estar coletivo e reparação ecológica, ao mesmo tempo em que impede que atores públicos e privados lucrem com o genocídio ou a destruição do planeta.”

### **Para escutar e pensar outros futuros possíveis**

O novo episódio do podcast do FREE — *Forum For Real Economic Emancipation*, Camila Vergara entrevistou a autora Eleanor Finley, “*Practicing Social Ecology*” (Pluto Press), para traçar como alternativas democráticas e ecológicas ao capitalismo passam da teoria à prática — dos

comuns da Nova Inglaterra aos municípios de Burlington, Vermont, até as comunas feministas de Rojava, no norte da Síria.

Baseando-se no legado intelectual de Murray Bookchin — enraizado em Marx, no anarquismo, na filosofia indígena e em Hannah Arendt — esta conversa mapeia o que é necessário para construir poder político real a partir da base: produção cooperativa, assembleias de democracia direta, municipalismo libertário e a transformação interna necessária para sustentar um movimento.

## Saúde

Neste bloco, comentamos a crescente infiltração da Palantir no NHS britânico, um alerta sobre a captura corporativa da saúde pública. Em seguida, analisamos as denúncias do People's Health Dispatch durante a Assembleia Mundial da Saúde (WHA), sobre a destruição dos sistemas de saúde na Palestina e em Cuba, e a luta pelos direitos das mulheres. Por fim, discutimos o estudo da The Lancet sobre o impacto mortal dos cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA).

### **Palantir e NHS: a captura corporativa da saúde pública**

Enquanto os sistemas públicos de saúde ao redor do mundo são enfraquecidos pela austeridade e pela privatização, um novo ataque vem da tecnologia. A Palantir, uma empresa americana de análise de dados, apoiada em seus primeiros anos pela In-Q-Tel, agora desempenha um papel central na Plataforma de Dados Federados do NHS, no valor de £330 milhões. A empresa fornece plataformas de tomada de decisão, como a Foundry, que organizações governamentais e empresas usam para descobrir padrões, gerenciar operações e apoiar o planejamento e a tomada de decisão. O presidente da empresa, Peter Thiel, é conhecido por suas visões ultra neoliberais. Na Oxford Union em 2023, ele disse que o NHS adoece as pessoas e deveria ser privatizado.

Os contratos foram concedidos pelos governos de Boris Johnson (2020) e Rishi Sunak (2023), “sob regras de emergência da COVID”. O acordo inicial de três meses só foi tornado público sob pressão legal, e o negócio foi então renovado por £23 milhões, novamente sem evidência de concorrência ou tendo a opinião popular consultada. A versão mais recente, a Plataforma de Dados Federados, foi concedida competitivamente em dezembro de 2023 a um consórcio liderado pela Palantir, num clássico caso de “aprisionamento ao fornecedor”.

Embora a Palantir atue como “processadora de dados” e não possa legalmente tomar decisões sobre esses dados, a centralização de informações médicas sensíveis nas mãos de uma empresa com laços com a inteligência dos EUA e um presidente abertamente favorável à privatização do NHS levanta sérias questões sobre governança, transparência e confiança. E a IA melhorou o desempenho do NHS? O governo do Reino Unido já reivindicou melhorias significativas devido à Palantir, porém pesquisadores levantaram dúvidas tanto sobre os métodos de pesquisa usados para quantificar tais sucessos quanto sobre as conexões pessoais das pessoas envolvidas nisso — iremos trazer novas análises no futuro.

### **WHA79: a destruição dos sistemas de saúde na Palestina e Cuba**

A 79ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA), realizada em Genebra de 18 a 23 de maio, ocorreu em um contexto de crises globais, orçamento encolhido e anúncios de retirada. O People's Health Movement esteve presente através de sua equipe do WHO Watch, trazendo

uma visão geral dos tópicos mais importantes abordados durante a semana (iremos trazer mais análises no próximo informe, conforme outras organizações publicam seus pareceres).

As intervenções na WHA cobriram ataques à saúde na Palestina, Líbano, Irã e Cuba, a escassez global de trabalhadores da saúde, enquanto também se baseavam em discussões em andamento, incluindo a construção de um novo sistema de Acesso e Compartilhamento de Benefícios de Patógenos. As intervenções denunciaram como, enquanto a OMS recebia os representantes dos países, a destruição da infraestrutura de saúde na Palestina e no Líbano pelas forças de ocupação israelenses continuou a todo vapor, desrespeitando qualquer acordo de cessar-fogo, assim como as leis internacionais de proteção a civis, corpo médico e trabalhadores de OI's. Com isso, o PHM e outras organizações de saúde usaram a visibilidade da WHA para lançarem um novo apelo para boicotar a Associação Médica Israelense por sua cumplicidade no genocídio, enquanto as demandas pela libertação do Dr. Hussam Abu Safiya e de outros trabalhadores da saúde palestinos persistem.

Além disso, o grupo Stop the Pushback on Women's Rights usou a WHA para denunciar a misoginia dos Estados-Membros na OMS, com a circulação de um flyer explicativo, traduzido abaixo. O texto denuncia como as mulheres continuam a ser instrumentalmente elogiadas como cuidadoras altruístas, enfermeiras e mães, enquanto lhes é negado poder sobre seus próprios corpos e vidas. E como a privatização e os cortes de austeridade nos serviços públicos aprofundam estruturalmente essa injustiça, transferindo trabalho não remunerado e mal remunerado para todas as mulheres e meninas.

O grupo denuncia que “na OMS, a linguagem sobre gênero está sendo removida, os direitos de saúde sexual e reprodutiva contestados e até negados pelos Estados-Membros”. Enquanto a WHA79 se desenrola “através de uma miríade de eventos paralelos e discussões técnicas”, o coletivo feminista “condena todas as condicionalidades antifeministas que estão gradualmente moldando a política, o financiamento e as direções futuras da OMS”. A mensagem final é clara: “Todos os direitos das mulheres são direitos não negociáveis. A saúde pública e a justiça socioeconômica não podem existir sem eles. Qualquer gangsterismo diplomático contra os direitos feministas deve parar agora!”

*“A MISOGINIA DOS ESTADOS-MEMBROS NA OMS DEVE ACABAR.”*

*Em todo o mundo, todos os direitos das mulheres estão sob ataque brutal. Isso está acontecendo nos governos e nas sociedades, através da expansão de homens influenciadores e sua mansosphere regressiva. Nos últimos anos, essa reação misógina penetrou sistematicamente nas instituições multilaterais, incluindo a OMS, através das ações de governos autocráticos do Norte e do Sul Global, negando direitos conquistados através de décadas de luta feminista.*

*As mulheres continuam a ser instrumentalmente elogiadas como cuidadoras altruístas, enfermeiras e mães, enquanto lhes é negado poder sobre seus próprios corpos e vidas. A privatização e os cortes de austeridade nos serviços públicos aprofundam estruturalmente essa injustiça, transferindo trabalho não remunerado e mal remunerado para todas as mulheres e meninas. A reação é visível em todo lugar. No Afeganistão, o apartheid de gênero apaga as mulheres da vida pública e — cada vez mais — do direito de viver. No Irã, as mulheres que protestam pela liberdade enfrentam prisão e violência. Nos Estados Unidos, Rússia, Argentina e Europa, os direitos sexuais e reprodutivos estão sendo corroídos em nome de “valores tradicionais” que servem aos interesses patriarcais. Na RDC, Gaza, Sudão, Ucrânia e em todos os conflitos ao redor do mundo, mulheres e crianças são as principais vítimas da guerra. Estas não são crises isoladas, mas parte de uma ideologia militarizada baseada no controle sobre todos os*

*corpos das mulheres, sua autonomia e aspirações de vida. Na OMS, a linguagem sobre gênero está sendo removida, os direitos de saúde sexual e reprodutiva contestados e até negados pelos Estados-Membros. Enquanto a WHA79 se desenrola através de uma miríade de eventos paralelos e discussões técnicas, o coletivo feminino *Parem o Retrocesso nos Direitos das Mulheres* condena todas as condicionalidades antifeministas que estão gradualmente moldando a política, o financiamento e as direções futuras da OMS. A WHA79 é o momento de denunciar os Estados-Membros por violarem a Constituição da OMS e traírem a agenda Saúde para Todos. Todos os direitos das mulheres são direitos não negociáveis. A saúde pública e a justiça socioeconômica não podem existir sem eles.*

*Qualquer gangsterismo diplomático contra os direitos feministas deve parar agora!”*

### **Estudo da The Lancet: o impacto mortal dos cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento**

Um outro estudo publicado na The Lancet intitulado “Impact of two decades of humanitarian and development assistance and the projected mortality consequences of current defunding to 2030: retrospective evaluation and forecasting analysis”, traz números alarmantes sobre os efeitos dos cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA).

O estudo analisou dados de 93 países de baixa e média renda entre 2002 e 2021, e projetou cenários até 2030. Os resultados mostram que “níveis mais altos de financiamento da ODA foram associados a uma redução de 23% na mortalidade padronizada por idade por todas as causas e uma redução de 39% na mortalidade de crianças menores de 5 anos”. O financiamento da ODA foi associado a “grandes declínios na mortalidade por doenças transmissíveis: 70% para HIV/AIDS, 56% para malária, 56% para deficiências nutricionais e 54% para doenças tropicais negligenciadas”.

As projeções são catastróficas. “As reduções contínuas no financiamento da ODA poderiam, sob um cenário de desfinanciamento severo, resultar em 22,6 milhões de mortes adicionais em todas as idades até 2030, incluindo 5,4 milhões entre crianças menores de 5 anos.” Mesmo sob um cenário de desfinanciamento leve — definido como “uma continuação das tendências atuais de queda” — “as mortes excessivas projetadas seriam de 9,4 milhões no geral e 2,5 milhões entre crianças menores de 5 anos”.

O estudo conclui que “o financiamento da ODA desempenhou um papel decisivo na redução da mortalidade evitável em países de baixa e média renda nas últimas duas décadas, e a retirada abrupta desse apoio ameaça causar milhões de mortes evitáveis, revertendo décadas de progresso na saúde global”.

“Espera-se que esses cortes abruptos no financiamento da ODA tenham efeitos profundos na saúde das populações afetadas nos próximos anos. Estudos de modelagem em larga escala indicam que os cortes repentinos na USAID e sua recente dissolução resultariam em aumentos substanciais na mortalidade. Nosso estudo recente combinou uma análise retrospectiva do impacto da USAID nas últimas duas décadas com um modelo de previsão, projetando 14,1 milhões de mortes em países de baixa e média renda até 2030 — incluindo 4,5 milhões de mortes infantis — se o financiamento para os antigos programas da USAID fosse quase totalmente interrompido.”

## Ministério da Saúde e movimentos sociais definem propostas para Agenda 2030 da ONU<sup>1</sup>

*El Ministerio de Salud y los movimientos sociales definen propuestas para la Agenda 2030 de la ONU*

*Ministry of Health and social movements define proposals for the UN 2030 Agenda*

Para promover um diálogo amplo e inclusivo sobre as questões que afetam a sustentabilidade do país e do mundo, o Ministério da Saúde realizou duas conferências livres com movimentos sociais e instituições, para definição de propostas no contexto da Agenda 2030. As conferências ocorreram entre os dias 14-15 e o dia 19 de maio, em formato virtual, e abordaram a saúde das populações do campo, da floresta e das águas, além da saúde de grupos periféricos, moradores de favelas e comunidades urbanas.

Segundo o diretor de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde, André Bonifácio, as conferências representam aquilo que é o objetivo central das ODS. “Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma agenda estratégica para fortalecer políticas públicas integradas, articulando diferentes áreas e setores em torno de soluções que atuações isoladas não são capazes de alcançar. Essa etapa preparatória é fundamental para construir propostas inovadoras em defesa da vida, da proteção dos mais vulneráveis e da soberania brasileira”, destacou.



As conferências livres integram o processo preparatório da **1ª Conferência Nacional dos ODS**, promovida pela Secretaria Geral da Presidência da República, prevista para ocorrer entre os dias *30 de junho e 2 de julho de 2026*, em Brasília. A iniciativa se estabelece como um espaço estratégico de escuta, diálogo e construção coletiva, orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável e da governança participativa. “As conferências promoveram a articulação entre diferentes saberes, territórios e sujeitos sociais, com o objetivo de formular propostas voltadas à promoção da saúde, à redução das desigualdades e ao fortalecimento de políticas públicas para a Agenda 2030”, lembrou Bonifácio.

<sup>1</sup> Texto de *Jaciara França e Tatiany Boldrini* (do Ministério da Saúde), publicado originalmente em 22/05/2026. Os Cadernos agradecem as autoras e ao MS pela contribuição. Acesso ao original: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/ministerio-da-saude-e-movimentos-sociais-definem-propostas-para-agenda-2030-da-onu>

Realizada em parceria com o [Grupo da Terra](#), Comitê Técnico criado pelo Ministério da Saúde, a conferência livre sobre a saúde das populações do campo, da floresta e das águas reuniu representantes de movimentos sociais, populações tradicionais, pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, quilombolas, trabalhadores rurais, profissionais de saúde, gestores e lideranças comunitárias de diferentes regiões do país. Já a conferência livre sobre a saúde de grupos periféricos, moradores de favelas e comunidades urbana, contou com a participação de representantes de movimentos sociais, coletivos periféricos, trabalhadores do [Sistema Único de Saúde \(SUS\)](#), pesquisadores, gestores públicos, lideranças comunitárias e representantes de comunidades tradicionais.

### **Conferência Livre sobre Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas**

Com o tema “*Desenvolvimento sustentável como promotor da saúde: o papel da governança participativa das populações do Campo, da Floresta e das Águas*”, a conferência promoveu debates sobre sustentabilidade ambiental, participação social, justiça socioambiental, saúde do trabalhador e fortalecimento do SUS.

Ao longo dos dois dias, participantes compartilharam relatos sobre os desafios enfrentados nos territórios, incluindo dificuldades de acesso aos serviços de saúde, ausência de saneamento básico, impactos da poluição ambiental, insegurança alimentar e vulnerabilidades vivenciadas por populações tradicionais e ribeirinhas.

As propostas foram aprovadas e alinhadas aos eixos temáticos de Sustentabilidade Ambiental e Governança Participativa. Ao final, foram reunidas em uma proposta unificada.

- *Sustentabilidade Ambiental*

Fortalecer a saúde integral das populações do Campo, da Floresta e das Águas mediante articulação entre vigilância popular, ambiental e do trabalhador, promoção da saúde e políticas intersetoriais sustentáveis. Ampliar a atenção básica, implementar o plano de saneamento rural, a segurança alimentar, a proteção dos territórios e maretórios, o monitoramento de contaminantes, a valorização dos saberes tradicionais e a participação social no enfrentamento dos impactos.

- *Governança Participativa*

Fortalecer a participação social de povos originários, comunidades tradicionais e populações do Campo, Floresta e Águas na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Propõe-se criar ações afirmativas para estes grupos nas instâncias deliberativas do SUS e nos concursos e processos seletivos públicos para profissionais oriundos desses territórios, a fim de ampliar a governança participativa e garantir o princípio da equidade.

### **Conferência Livre sobre Saúde nas Periferias: Favelas e Comunidades Urbanas**

Com o tema “*Garantir o Direito à Saúde e à Vida nos Territórios: caminhos para o ODS 3 no Brasil*”, foram discutidas as propostas sobre a saúde das periferias, favelas e comunidades urbanas. O debate abordou temas relacionados às desigualdades territoriais, racismo ambiental, impactos das mudanças climáticas nas periferias, segurança alimentar, direito à saúde, participação comunitária, fortalecimento do SUS e valorização das periferias como territórios de potência, resistência, cultura e produção de conhecimento.

A atividade registrou 363 inscrições e recebeu previamente 52 propostas populares distribuídas entre os quatro eixos temáticos da Conferência Nacional dos ODS:

- *Democracia e instituições fortes*

Fortalecer o acesso ao cuidado integral em [saúde de mulheres](#) nas periferias, em todos os ciclos de vida, em especial crianças, gestantes, puérperas e mulheres em menopausa, promovendo acolhimento, educação em saúde e articulação territorial de redes comunitárias de proteção às mulheres, integrando e valorizando as ferramentas sociais de cuidado em prol da garantia de políticas públicas efetivas nos territórios periféricos.

- *Sustentabilidade ambiental*

Fortalecer e garantir ações, programas e estratégias intersetoriais para o enfrentamento dos determinantes em saúde nas periferias urbanas e rurais, garantindo ações de prevenção, diagnóstico e tratamento, monitoramento e vigilância das doenças transmissíveis com recursos, financiamento e apoio técnico-institucional para o fortalecimento da participação social, diversidade e educação popular em saúde, promovendo o protagonismo comunitário na construção de territórios saudáveis, equitativos e sustentáveis.

- *Promoção da inclusão e combate às desigualdades*

Fortalecer políticas públicas de saúde integral nas periferias, com ampliação da saúde mental comunitária, acesso contínuo à [APS](#), garantia mínima de 3% do orçamento do SUS para distribuição equânime dos [CAPS](#) nos territórios, ações intersetoriais de promoção e prevenção, educação permanente para cuidado integral e antirracista e equidade do preenchimento dos quesitos raça, cor, etnia e ocupação no Sistema Único de Saúde.

- *Inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável*

Criar e garantir núcleos comunitários de saúde baseados no mapeamento das organizações, linguagens artísticas e culturais e tecnologias sociais específicas das periferias, a partir da escuta ativa e da participação contínua na gestão das políticas públicas. Os núcleos utilizarão estratégias de comunicação local, respeitando as relações territoriais e o financiamento nas três esferas de governo.

## **Sobre a Agenda 2030**

A Agenda 2030 está estruturada em 17 ODS e 169 metas, além disso, em 2023 o Brasil propôs à Organização das Nações Unidas (ONU) a criação do ODS 18 — Promoção à Igualdade Étnico Racial. Entre os objetivos específicos dos ODS no Brasil estão:

- mobilizar diferentes segmentos sociais e institucionais para o engajamento com os ODS;
- avaliar a implementação da Agenda 2030 nos territórios brasileiros;
- identificar propostas e boas práticas já em curso no país;
- fortalecer a articulação entre governo, sociedade civil e setor privado;
- promover a institucionalização da Agenda 2030 nas políticas públicas;
- difundir experiências exitosas e,
- estimular estratégias para o futuro do desenvolvimento sustentável no Brasil.

## Sul Global

*Sur Global*

*Global South*

*Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

**Resumo:** O principal destaque do **UNOSSC** na quinzena foi a participação no 13º World Urban Forum (WUF13), principal conferência global da ONU sobre urbanização sustentável, realizada em Baku, Azerbaijão, onde promoveu debates sobre Cooperação Sul-Sul aplicada ao desenvolvimento urbano sustentável. No período, o **G77 e China** destacou as preocupações centrais dos países em desenvolvimento em diferentes fóruns da ONU. O grupo defendeu maior financiamento climático e transferência de tecnologia para implementar os compromissos da COP31; alertou para a crise financeira da ONU causada por atrasos nas contribuições obrigatórias; e pediu mercados de commodities mais justos, com apoio à diversificação produtiva e agregação de valor. Também reafirmou a importância da Cooperação Sul-Sul no processo preparatório da revisão da BAPA+40, defendendo soberania, igualdade e participação efetiva do Sul Global. Além disso, o G77 destacou a necessidade de cooperação internacional em energia e governança da inteligência artificial, com foco em redução das desigualdades tecnológicas, financiamento, desenvolvimento sustentável e fortalecimento do multilateralismo. Já a **cooperação Sul-Sul brasileira** teve como destaques o fortalecimento das relações com a África e a atuação do Brasil na 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS). As celebrações do Dia da África reforçaram a prioridade estratégica do continente para a política externa brasileira, com seminário no Itamaraty e divulgação de iniciativas de cooperação em saúde, educação e agricultura. Também foi concluída uma cooperação trilateral entre Brasil, UNICEF e São Tomé e Príncipe voltada à proteção de crianças e adolescentes. Na AMS, o Brasil promoveu debates sobre soberania sanitária e participação social, enquanto a **Fiocruz** ampliou sua projeção internacional em iniciativas sobre produção regional de tecnologias em saúde. Entre os destaques do **Movimento dos Não Alinhados (MNA)** esteve também a participação no 13º Fórum Urbano Mundial e o reforço da solidariedade a Cuba durante a Assembleia Mundial da Saúde, defendendo que a OMS documente os impactos das sanções dos Estados Unidos sobre o sistema de saúde cubano. Paralelamente, Uganda consolidou sua projeção internacional sediando a cúpula do MNA e do G77+China e o Azerbaijão promoveu conferência do Sul Global sobre neocolonialismo e governança internacional, inserida em sua estratégia de aproximação diplomática com países do Sul Global. Entre os destaques da quinzena do **Centro Sul**, a instituição alertou para os riscos do enfraquecimento do multilateralismo em meio a crises sanitárias, conflitos e disputas tecnológicas globais. Em evento realizado no Egito, o diretor-executivo Carlos Correa defendeu a construção conjunta da paz e do desenvolvimento entre países do Sul Global. Em outro artigo, especialistas destacaram que o surto de hantavírus a bordo do navio *MV Hondius* evidenciando a importância da cooperação internacional em saúde e do fortalecimento da OMS. O Centro Sul também publicou análises sobre resistência antimicrobiana, defendendo maior apoio à vigilância epidemiológica em países em desenvolvimento, e sobre governança da inteligência artificial, alertando para riscos de discriminação, dependência tecnológica e impactos ambientais da IA no Sul Global.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não Alinhados; Centro Sul.

**Resumen.** *El principal acontecimiento destacado por la UNOSSC durante esta quincena fue su participación en el 13.º Foro Urbano Mundial (WUF13), la principal conferencia mundial de la ONU sobre urbanización sostenible, celebrada en Bakú (Azerbaiján), donde promovió debates sobre la cooperación Sur-Sur aplicada al desarrollo urbano sostenible. Durante este periodo, el G77 y China destacaron las principales preocupaciones de los países en desarrollo en diferentes foros de la ONU. El grupo abogó por una mayor financiación climática y transferencia de tecnología para implementar los compromisos de la COP31; alertó sobre la crisis financiera de la ONU causada por los retrasos en las contribuciones obligatorias; y pidió mercados de materias primas más justos, con apoyo a la diversificación productiva y la creación de valor añadido. También reafirmó la importancia de la Cooperación Sur-Sur en el proceso preparatorio de la revisión de la BAPA+40, defendiendo la soberanía, la igualdad y la participación efectiva del Sur Global. Además, el G77 destacó la necesidad de la cooperación internacional en materia de energía y gobernanza de la inteligencia artificial, centrándose en la reducción de las desigualdades tecnológicas, la financiación, el desarrollo sostenible y el fortalecimiento del multilateralismo. Por su parte, la cooperación Sur-Sur de Brasil destacó por el fortalecimiento de las relaciones con África y la participación de Brasil en la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud (AMS). Las celebraciones del Día de África reforzaron la prioridad estratégica del continente para la política exterior brasileña, con un seminario en el Itamaraty y la difusión de iniciativas de cooperación en materia de salud, educación y agricultura. También se concretó una cooperación trilateral entre Brasil, UNICEF y Santo Tomé y Príncipe orientada a la protección de niños y adolescentes. En la AMS, Brasil promovió debates sobre soberanía sanitaria y participación social, mientras que la Fiocruz amplió su proyección internacional en iniciativas sobre la producción regional de tecnologías sanitarias. Entre los aspectos destacados del Movimiento de Países No Alineados (MNA) también se contó la participación en el 13.º Foro Urbano Mundial y el refuerzo de la solidaridad con Cuba durante la Asamblea Mundial de la Salud, defendiendo que la OMS documente los impactos de las sanciones de Estados Unidos sobre el sistema de salud cubano. Paralelamente, Uganda consolidó su proyección internacional al acoger la cumbre del MNA y del G77+China, y Azerbaiján promovió una conferencia del Sur Global sobre neocolonialismo y gobernanza internacional, enmarcada en su estrategia de acercamiento diplomático con países del Sur Global. Entre los aspectos más destacados de la quincena del Centro Sul, la institución alertó sobre los riesgos que entraña el debilitamiento del multilateralismo en un contexto de crisis sanitarias, conflictos y disputas tecnológicas a escala mundial. En un evento celebrado en Egipto, el director ejecutivo Carlos Correa defendió la construcción conjunta de la paz y el desarrollo entre los países del Sur Global. En otro artículo, los expertos destacaron que el brote de hantavirus a bordo del buque MV Hondius pone de manifiesto la importancia de la cooperación internacional en materia de salud y del fortalecimiento de la OMS. El Centro Sul también publicó análisis sobre la resistencia a los antimicrobianos, abogando por un mayor apoyo a la vigilancia epidemiológica en los países en desarrollo, y sobre la gobernanza de la inteligencia artificial, alertando sobre los riesgos de discriminación, la dependencia tecnológica y los impactos ambientales de la IA en el Sur Global.*

**Palabras clave:** Cooperación Sur-Sur; UNOSSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sul.

**Abstract:** *The main highlight of UNOSSC during the period was its participation in the 13th World Urban Forum (WUF13), the UN's leading global conference on sustainable urbanization, held in*

*Baku, Azerbaijan, where it promoted debates on South-South Cooperation applied to sustainable urban development. During the same period, the **G77 and China** emphasized the core concerns of developing countries across different UN forums. The group called for increased climate finance and technology transfer to implement COP31 commitments; warned about the UN financial crisis caused by delays in mandatory contributions; and advocated for fairer commodity markets, with support for productive diversification and value addition. It also reaffirmed the importance of South-South Cooperation in the preparatory process for the BAPA+40 review, defending sovereignty, equality, and the effective participation of the Global South. In addition, the G77 highlighted the need for international cooperation on energy and artificial intelligence governance, focusing on reducing technological inequalities, expanding financing, promoting sustainable development, and strengthening multilateralism. **Brazilian South-South cooperation** was marked by the strengthening of relations with Africa and Brazil's participation in the 79th World Health Assembly (WHA). Africa Day celebrations reinforced the continent's strategic importance for Brazilian foreign policy, including a seminar at Itamaraty and the promotion of cooperation initiatives in health, education, and agriculture. A trilateral cooperation initiative between Brazil, UNICEF, and São Tomé and Príncipe aimed at protecting children and adolescents was also concluded. At the WHA, Brazil promoted debates on health sovereignty and social participation, while **Fiocruz** expanded its international profile through initiatives related to regional production of health technologies. Among the main developments within the **Non-Aligned Movement (NAM)** was its participation in the 13th World Urban Forum and the reaffirmation of solidarity with Cuba during the World Health Assembly, including calls for WHO to document the impacts of US sanctions on the Cuban health system. Meanwhile, Uganda strengthened its international profile by hosting the NAM and G77+China summits, while Azerbaijan promoted a Global South conference on neocolonialism and international governance as part of its diplomatic outreach strategy toward developing countries. Among the **South Centre's** main highlights during the period, the institution warned about the risks posed by the weakening of multilateralism amid global health crises, conflicts, and technological disputes. At an event in Egypt, Executive Director Carlos Correa defended joint efforts toward peace and development among Global South countries. In another publication, experts argued that the hantavirus outbreak aboard the MV Hondius demonstrated the importance of international health cooperation and of strengthening WHO. The South Centre also released analyses on antimicrobial resistance, calling for greater support for epidemiological surveillance in developing countries, and on artificial intelligence governance, warning about risks of discrimination, technological dependence, and environmental impacts associated with AI in the Global South.*

**Keywords:** South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.

## **ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)**

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos,

especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

### **Destaques**

O destaque da quinzena foi a participação do UNOSSC no 13º World Urban Forum, que é a principal conferência global das Nações Unidas sobre urbanização sustentável, promovida pela ONU Habitat. Criado em 2001, o fórum reúne governos, prefeitos, organismos internacionais, academia, setor privado e sociedade civil para discutir desafios urbanos como habitação, mobilidade, mudanças climáticas, desigualdade, infraestrutura e planejamento urbano. O WUF funciona como uma plataforma de diálogo e troca de experiências sobre a implementação da chamada “Nova Agenda Urbana”, documento aprovado pela ONU em 2016 para orientar políticas urbanas sustentáveis.

A edição mais recente, o WUF13, ocorreu entre 17 e 22 de maio de 2026 em Baku, no Azerbaijão, sob o tema “Housing the World: Safe and Resilient Cities and Communities” (“Habitação para o mundo: cidades e comunidades seguras e resilientes”) reunindo dezenas de milhares de participantes de mais de 170 países.

O UNOSSC participou do WUF13 promovendo debates sobre Cooperação Sul-Sul e triangular aplicadas ao desenvolvimento urbano sustentável. O Escritório apoiou sessões voltadas a parcerias inovadoras entre países do Sul Global, com foco em habitação, resiliência urbana, planejamento sustentável e intercâmbio de soluções entre cidades africanas, asiáticas e latino-americanas.

[Durante o evento, a diretora geral do Escritório Dima Al-Khatib participou de mesas e encontros bilaterais.](#) Em uma sessão oficial organizada pelo UNOSSC, Dima Al-Khatib defendeu soluções urbanas baseadas em intercâmbio de experiências, inovação e parcerias entre países em desenvolvimento, especialmente nas áreas de habitação, resiliência climática e infraestrutura urbana. Reuniões bilaterais incluíram encontros de Dima Al-Khatib com representantes do UN-Habitat, da coalizão Local2030 e do coordenador residente da ONU no Azerbaijão. As conversas focaram no fortalecimento da cooperação entre cidades do Sul Global, localização dos ODS e construção da futura “Global Alliance for South-South and Triangular Cooperation”, iniciativa prevista na nova estratégia do Escritório. Em pronunciamentos públicos, a diretora afirmou que a implementação conjunta dos ODS 6 (água e saneamento) e 11 (cidades sustentáveis) é essencial para garantir habitação adequada e cidades mais resilientes diante das crises climáticas e sociais. Segundo ela, a Cooperação Sul-Sul pode ampliar soluções práticas e recursos para comunidades urbanas vulneráveis.

### **O BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL EM SAÚDE**



O governo do Brasil, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e São Tomé e Príncipe oficializaram os resultados de uma cooperação Sul-Sul trilateral voltada ao fortalecimento do sistema de proteção de crianças e adolescentes contra todas as formas de violência no país africano. Desenvolvida ao longo de seis anos, a iniciativa buscou adaptar e implementar experiências brasileiras de proteção integral

da infância por meio do projeto “Apoio à Implementação de Políticas de Proteção Integral das Famílias Vulneráveis de São Tomé e Príncipe”. Entre as principais referências utilizadas estiveram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei da Escuta Protegida, com foco na melhoria do atendimento a vítimas de violência e na prevenção da revitimização institucional.

Entre os principais resultados da cooperação está a criação da “Sala de Audição para Memória Futura”, inspirada na Lei brasileira nº 13.431/2017 e no modelo implementado em Vitória da Conquista (BA). O espaço permite que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam ouvidos em ambiente acolhedor e por profissionais especializados, evitando a repetição de depoimentos. A cooperação também fortaleceu políticas de acolhimento familiar baseadas no programa brasileiro “Família Acolhedora”, além de promover capacitação técnica de profissionais santomenses nas áreas de saúde, assistência social e justiça, incluindo cursos realizados em parceria com a Universidade de Brasília.

Os resultados da iniciativa foram reunidos na publicação “Conectando sistemas, protegendo infâncias — Uma jornada de cooperação entre Brasil, São Tomé e Príncipe e UNICEF”, lançada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O projeto reforça o papel da Cooperação Sul-Sul como instrumento de intercâmbio de políticas públicas e fortalecimento institucional voltado à promoção dos direitos da criança e do adolescente.



No Dia Mundial da África, celebrado em 25 de maio, a ABC divulgou uma mensagem que destaca a diversidade cultural, linguística e histórica do continente africano, ressaltando que não existe uma única África, mas múltiplas realidades e identidades. O texto enfatiza a parceria construída entre Brasil e países africanos por meio da Cooperação Sul-Sul, baseada na troca de conhecimentos, no respeito mútuo e em desafios compartilhados. Atualmente, o Brasil mantém mais de 100 projetos de cooperação com países africanos em áreas como saúde, agricultura, educação, alimentação escolar, formação profissional e tecnologia, reforçando os laços históricos e a construção conjunta de soluções para o desenvolvimento.

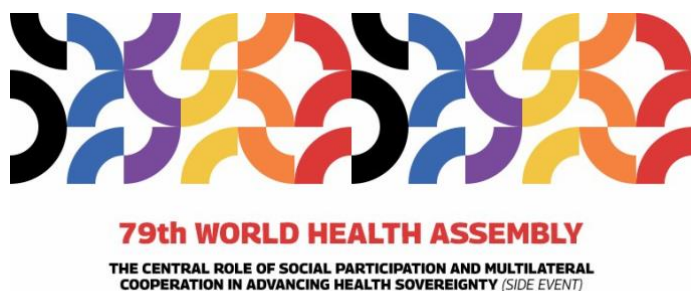


Também em comemoração ao Dia da África, o Ministério das Relações Exteriores, em parceria com Chefes de Missões Africanas em Brasília e a Fundação Alexandre de Gusmão, realizou o seminário “*Brasil-África 2026: Parcerias em movimento — novas frentes de ação*”, no dia 25 de maio de 2026, no Palácio Itamaraty — Brasília.

O seminário integra as celebrações da data instituída em homenagem à criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 25 de maio de 1963, em Adis Abeba, na Etiópia. A organização — sucedida pela atual União Africana em 2002 — representou um marco histórico no processo de descolonização do continente africano e na construção de uma agenda comum

de solidariedade política, integração regional e desenvolvimento entre os países africanos recém-independentes. Desde então, o Dia da África tornou-se símbolo da luta pela autodeterminação, da valorização da diversidade cultural africana e da afirmação do continente como ator estratégico na política internacional contemporânea.

O seminário buscou refletir sobre o fortalecimento das relações entre o Brasil e os países africanos, em linha com a renovada prioridade conferida pela política externa brasileira à parceria com o continente, reunindo representantes governamentais, diplomatas, especialistas e instituições parceiras para debater novas oportunidades de cooperação em áreas como desenvolvimento sustentável, comércio, educação, saúde, inovação e cooperação Sul-Sul.



Durante a 79ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, o Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde do Brasil promoveram o evento paralelo “O papel central da participação social e da cooperação multilateral no avanço da soberania em saúde”. A atividade integrou os

esforços de implementação da Resolução WHA77.2, aprovada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2024, que reconhece a importância da participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas de saúde. O debate ocorreu em um contexto internacional marcado pelos impactos recentes da pandemia de Covid-19, pelas tensões geopolíticas e pelas discussões sobre reforma da governança global da saúde, financiamento internacional e fortalecimento da capacidade dos países de responder a emergências sanitárias.

O conceito de “soberania em saúde”, central no evento, refere-se à capacidade dos países de definir e implementar suas políticas de saúde de acordo com suas próprias prioridades e necessidades sociais. O Brasil buscou destacar que essa soberania não depende apenas da produção nacional de vacinas, medicamentos ou tecnologias, mas também da participação democrática da população nos processos decisórios do sistema de saúde. Nesse contexto, o evento dialogou diretamente com a tradição brasileira de participação social no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente por meio das conferências e conselhos de saúde, e com os preparativos para a 18ª Conferência Nacional de Saúde.

O encontro contou com a participação do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, além de representantes de países como Tunísia, Eslovênia, França, Tailândia e Noruega, bem como organizações internacionais e da sociedade civil. As discussões enfatizaram a necessidade de fortalecer a cooperação multilateral, o diálogo entre governos e sociedade civil e a incorporação das necessidades da população nas políticas nacionais e internacionais de saúde. A iniciativa também reforçou a atuação do grupo internacional responsável por acompanhar a implementação da Resolução WHA77.2, que vem promovendo intercâmbios técnicos e compartilhamento de experiências sobre participação social em saúde entre diferentes países.

## Fiocruz na cooperação Sul-Sul



A Fiocruz participou da 79ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, integrando a comitiva oficial do Ministério da Saúde do Brasil. No evento, a participação da fundação em temas diversos como debates estratégicos sobre preparação para pandemias, ampliação da cobertura vacinal, mudanças climáticas e saúde, arboviroses, doenças negligenciadas e os impactos dos alimentos ultraprocessados. A delegação da Fiocruz foi liderada pelo presidente Mario Moreira e pelas vice-presidentes Lourdes Oliveira e Priscila Ferraz.

Além da participação nos debates oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Fiocruz manteve uma agenda de articulação internacional voltada à cooperação em saúde global, incluindo reuniões bilaterais, eventos paralelos e iniciativas multilaterais. Entre os destaques esteve a celebração de um ano da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, iniciativa lançada durante a presidência brasileira do G20 e cuja Secretaria-Executiva é coordenada pela Fiocruz.

Após o lançamento da coalisão durante a 78ª AMS, em 2025, o Brasil assumiu a liderança política da iniciativa por meio do Ministério da Saúde, enquanto a Fiocruz passou a exercer a função de Secretaria-Executiva da Coalizão. Nesse papel, a Fiocruz coordena as atividades operacionais, a articulação entre governos, organismos internacionais, centros de pesquisa e setor produtivo, além de apoiar

Entre as primeiras atividades da Coalizão esteve a criação de um Comitê Consultivo Internacional, organizado pela Fiocruz em janeiro de 2026, com participação de entidades como OMS, Unicef, Unitaid, CEPI, GAVI, Africa CDC e DNDi. O grupo passou a atuar no assessoramento técnico e científico da iniciativa e na avaliação de projetos estratégicos. Após, foi lançada, em março de 2026, da primeira chamada internacional de propostas da Coalizão, com foco inicial no enfrentamento da dengue. A iniciativa busca apoiar projetos voltados ao desenvolvimento e produção de vacinas, terapias, diagnósticos e tecnologias habilitadoras, especialmente para doenças negligenciadas e populações vulneráveis.



A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciaram a designação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como **Centro Regional de Formação em Biomanufatura para as Américas**. A iniciativa integra uma rede global criada pela OMS em 2023 para fortalecer a capacidade de países e regiões produzirem vacinas, medicamentos biológicos e outras tecnologias essenciais de saúde, especialmente após as desigualdades observadas durante a pandemia de Covid-19 no acesso a insumos médicos e vacinas. O objetivo da rede é ampliar a autonomia regional na produção de tecnologias em saúde por meio da formação de profissionais especializados e do fortalecimento das capacidades produtivas locais.

Com a nova função, a Fiocruz oferecerá programas de capacitação em áreas estratégicas da cadeia biotecnológica, como pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, bioprocessos, regulação sanitária, desenvolvimento clínico e ampliação da produção industrial. A iniciativa também busca estimular a cooperação entre governos, universidades e setor produtivo. Segundo a OPAS, o fortalecimento da formação técnica e científica é considerado fundamental para aumentar a segurança sanitária regional, reduzir desigualdades no acesso a tecnologias de saúde e tornar os sistemas de saúde mais resilientes diante de futuras emergências.

A escolha da Fiocruz reflete o reconhecimento internacional da trajetória da instituição brasileira na produção de vacinas e medicamentos e em processos de transferência de tecnologia voltados ao Sul Global. A Fundação passará a integrar uma rede internacional de centros de formação coordenada pela OMS, que reúne instituições da África, Ásia, Europa e América Latina. A iniciativa está alinhada a resoluções recentes da Assembleia Mundial da Saúde e da própria OPAS voltadas ao fortalecimento das capacidades nacionais e regionais de produção em saúde, consideradas estratégicas para ampliar a soberania sanitária e a cooperação internacional em saúde.

## **GRUPO DO G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>1</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>2</sup>, Paris (UNESCO)<sup>3</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>4</sup>, Viena (UNIDO)<sup>5</sup> e Washington (G-24)<sup>6</sup>.

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

## **Destaques do G-77**

### **22 de maio de 2026 — Declaração em nome do Grupo dos 77 e China pela delegação do Uruguai nas consultas informais sobre as modalidades de revisão do documento final da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40)**

Na declaração apresentada nas consultas informais sobre as modalidades de revisão do documento final da Conferência BAPA+40, o Grupo dos 77 e China saudou o “rascunho zero” preparado pelos cofacilitadores do processo e destacou a importância de preservar os princípios centrais da Cooperação Sul-Sul, como respeito à soberania nacional, não interferência em

---

<sup>1</sup> UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU

<sup>2</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>3</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>4</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>5</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>6</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

assuntos internos, igualdade entre os países e benefícios mútuos. A revisão refere-se ao acompanhamento da implementação do documento aprovado na Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Buenos Aires em 2019 (BAPA+40), encontro que marcou os 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires de 1978, considerado o principal marco político da Cooperação Sul-Sul no sistema das Nações Unidas. O grupo reiterou ainda que a Cooperação Sul-Sul deve complementar — e não substituir — a cooperação tradicional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Grupo defendeu que o processo de revisão seja conduzido pelos Estados-membros de forma transparente, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, com ampla participação dos países em desenvolvimento na definição dos resultados. A declaração enfatiza que a revisão deve avaliar os avanços obtidos desde 2019, mas também responder aos desafios atuais enfrentados pelo Sul Global, como restrições de financiamento, impactos das mudanças climáticas, desigualdade digital e dificuldades específicas de países mais vulneráveis. O texto também pede maior clareza sobre aspectos organizacionais do processo, incluindo cronograma, possíveis países anfitriões e documentos preparatórios, reafirmando o compromisso do G77 e China em fortalecer a Cooperação Sul-Sul como instrumento estratégico de desenvolvimento, solidariedade e ação coletiva entre países em desenvolvimento.

#### **21 de maio de 2026 — Declaração em nome do Grupo dos 77 e China pela delegação do Uruguai no Diálogo Interativo Informal da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Mercados de Commodities**

Na declaração apresentada no evento, o Grupo dos 77 e China afirmou que as desigualdades estruturais da economia global — especialmente nos sistemas de comércio, finanças, moeda e tecnologia — continuam prejudicando os países em desenvolvimento. O grupo destacou que os países dependentes da exportação de commodities, como Declaração em nome do Grupo dos 77 e China pela delegação do Uruguai no Diálogo Interativo Informal da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Mercados de Commodities produtos agrícolas, minerais e matérias-primas, seguem particularmente vulneráveis à volatilidade dos preços internacionais e às condições desiguais de comércio, o que compromete sua estabilidade econômica e suas perspectivas de desenvolvimento. A declaração relembra que o setor de commodities permanece central para muitas economias do Sul Global, sendo fonte de renda, emprego, divisas e sustento, especialmente para populações pobres e mulheres.

O texto defende condições mais justas e previsíveis nos mercados internacionais, incluindo mecanismos para reduzir a instabilidade de preços e ampliar o acesso dos países em desenvolvimento ao comércio global. O Grupo reforça que o comércio internacional pode contribuir para o crescimento inclusivo, a industrialização e a erradicação da pobreza, desde que sejam ampliados os investimentos em infraestrutura, inovação, tecnologia e fortalecimento das capacidades produtivas nacionais. A declaração também destaca a importância do apoio a agricultores familiares, pescadores artesanais e pequenas e médias empresas, considerados fundamentais para a segurança alimentar, a geração de emprego e a redução da pobreza.

Por fim, o Grupo dos 77 e China reiterou a necessidade de reduzir a dependência econômica de commodities por meio da agregação de valor às exportações, da diversificação produtiva e da maior integração dos países em desenvolvimento às cadeias globais de valor. O grupo também defendeu o fortalecimento do Fundo Comum para Commodities — mecanismo criado no âmbito da ONU para financiar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável em

economias dependentes da exportação de matérias-primas —, considerado uma das principais iniciativas históricas de cooperação Sul-Sul promovidas pelo próprio G77.

O [Fundo Comum para Commodities \(CFC\)](#) foi criado oficialmente em **1989**, após as negociações de um tratado multilateral iniciado em 1980 sob a tutela da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A instituição está diretamente ligada ao ecossistema da Organização das Nações Unidas (ONU) como uma entidade financeira intergovernamental autônoma. Sua governança e gerenciamento são exercidos por um Conselho de Administração (composto por representantes de seus mais de 100 Estados-membros), por uma Diretoria Executiva e por um Diretor-Gerente, que atua como o principal executivo operacional para coordenar os investimentos de impacto voltados a pequenos agricultores em nações em desenvolvimento. Contudo, relatórios da própria entidade indicam problemas de sustentabilidade financeira por escassez de recursos frente a bancos de desenvolvimento tradicionais, grande exposição da carteira de crédito a choques climáticos e uma notória complexidade técnica para monitorar e isolar o impacto socioeconômico real de seus projetos sobre as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU ([CFC Annual Report, 2023](#)).

#### **Declaração em nome do Grupo dos 77 e China, apresentada pela delegação do Uruguai, sobre “Da transição à implementação: como a COP31 pode entregar resultados?”, durante a Reunião Ministerial do Clima de Copenhague**

O documento enfatiza que o principal desafio da agenda climática internacional não é mais a negociação de compromissos, mas sua implementação concreta. O encontro ocorreu em um momento estratégico, antes da 64ª sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção do Clima (SB64) e da COP31, que será realizada na Turquia. Para o grupo, a efetivação das decisões adotadas na COP30 depende diretamente da ampliação dos chamados “meios de implementação”, especialmente financiamento, transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades para os países em desenvolvimento.

O texto destaca preocupação com a insuficiência do financiamento climático e cobra o cumprimento das obrigações previstas no Artigo 9.1 do Acordo de Paris, que estabelece a responsabilidade dos países desenvolvidos em prover recursos financeiros para ações climáticas nos países em desenvolvimento. O grupo também defende a reposição de fundos climáticos e a superação de barreiras de acesso aos recursos, como burocracia, fragmentação institucional e desigualdade de capacidades técnicas. Em relação à adaptação, a declaração pede a implementação efetiva do chamado “Roteiro de Adaptação de Baku”, acordado na COP29, e apoio previsível para a execução dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs).

A declaração ainda reforça a importância de operacionalizar mecanismos internacionais voltados à transição justa, perdas e danos climáticos e transferência de tecnologia. O Grupo dos 77 e China pede o fortalecimento do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP), o funcionamento adequado dos mecanismos ligados ao tema de perdas e danos — como o Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM) e o Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD) — e a implementação do Programa de Tecnologia de Belém, lançado na COP30 realizada no Brasil. Ao final, o grupo reafirma que as negociações da COP31 devem ser guiadas pelos princípios da equidade e das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades” (CBDR-RC), princípio central da governança climática internacional que reconhece responsabilidades históricas distintas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

**19 de maio de 2026 — Declaração em nome do Grupo dos 77 e China sobre o item 138 da agenda: “Melhoria da situação financeira das Nações Unidas”, na segunda parte retomada da octogésima sessão da Quinta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas**

O G77 e a China manifestaram forte preocupação com o agravamento da crise financeira da Organização, destacando que a falta de pagamento das contribuições obrigatórias por parte de alguns Estados-membros compromete o funcionamento regular da ONU, das operações de paz e dos tribunais internacionais. Segundo o grupo, a situação atingiu níveis alarmantes e ameaça a capacidade da instituição de cumprir os mandatos aprovados pelos próprios países membros.

O documento ressalta que a principal causa da crise de liquidez é o elevado volume de contribuições em atraso, especialmente de um Estado-membro com grande capacidade financeira, embora sem mencioná-lo nominalmente — referência frequentemente associada aos Estados Unidos, principal contribuinte da ONU. A declaração aponta que, em 2025, a arrecadação do orçamento regular foi a mais baixa dos últimos sete anos, encerrando o período com atrasos recordes de cerca de US\$ 1,57 bilhão, valor que chegou a aproximadamente US\$ 2,8 bilhões em abril de 2026. Nas operações de paz, os débitos acumulados alcançaram cerca de US\$ 3,5 bilhões. O Grupo também chama atenção para os impactos sobre países em desenvolvimento que contribuem com tropas e policiais para missões de paz e que enfrentam atrasos nos reembolsos devidos pela ONU, o que acaba transferindo a esses países parte do ônus financeiro das operações.

A declaração reconhece os esforços da Secretaria da ONU para administrar a escassez de recursos por meio de medidas emergenciais de contenção de gastos e mecanismos extraordinários de liquidez, mas enfatiza que essas ações são apenas paliativas. O Grupo defende que a solução duradoura depende do cumprimento integral e pontual das obrigações financeiras dos Estados-membros. O texto também menciona discussões em curso sobre possíveis mudanças na devolução de créditos financeiros aos países, tema ligado às regras orçamentárias da ONU, e alerta que, sem medidas adequadas, a Organização pode enfrentar um “colapso iminente”, expressão utilizada anteriormente pelo secretário-geral da ONU. Ao final, o Grupo dos 77 e China reafirma seu compromisso com o multilateralismo e sustenta que apenas uma responsabilidade coletiva renovada permitirá garantir a estabilidade financeira e a capacidade operacional das Nações Unidas.

**15 de maio de 2026 — Declaração em nome do grupo dos 77 e china pela delegação do uruguai na reunião especial do ECOSOC “salvaguardando fluxos de energia e abastecimento: apoiando o desenvolvimento global por meio da cooperação internacional”**

O Grupo destaca a importância de garantir acesso a energia acessível, confiável, sustentável e moderna como requisito essencial para serviços sociais básicos (saúde, desenvolvimento econômico e erradicação da pobreza). Alerta para o contexto atual — deterioração das perspectivas econômicas globais impulsionada por perturbações em cadeias de abastecimento e mercados de energia decorrentes da guerra em curso no Médio Oriente — que pode aumentar inflação e custos de alimentos, fertilizantes e logística, afetando desproporcionalmente os países em desenvolvimento.

O texto defende uma abordagem inclusiva e baseada nas necessidades nacionais para erradicar a pobreza energética, com ênfase em sistemas energéticos resilientes, neutralidade tecnológica e aumento urgente dos investimentos e financiamento em infraestruturas energéticas limpas, eficiência energética, capacitação e transferência de tecnologia em termos

concessionais e preferenciais — pedindo ação de Estados, bancos públicos e privados e demais atores. Reafirma também o direito soberano dos Estados sobre os seus recursos energéticos e a implementação da Agenda 2030 para benefício das gerações presentes e futuras.

O Grupo lamenta medidas unilaterais económicas, financeiras ou comerciais contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas que dificultem o desenvolvimento e interrompam fluxos de energia, e conclama a cooperação internacional para construir um sistema energético global mais resiliente

### **13 de maio de 2026 — Declaração em nome do grupo dos 77 e china pela delegação do uruguai nas sessões informais temáticas de mergulho profundo convocadas pelos co-presidentes do diálogo global sobre a governança da inteligência artificial nos clusters 3 e 4**

O Grupo reafirma a importância de orientar a governança da inteligência artificial (IA) para o desenvolvimento, alinhada à Agenda 2030. Saudando o diálogo sobre governança da IA — em particular os “clusters 3 e 4” (agrupamentos temáticos do processo de discussão multilateral sobre IA) —, o Grupo destaca o potencial da IA para promover inovação, produtividade e diversificação económica nos países em desenvolvimento, mas alerta para as profundas divisões digitais, lacunas de financiamento e acesso limitado a tecnologias que podem excluir muitos países em desenvolvimento.

Quanto a segurança, confiança e responsabilidade, o Grupo defende abordagens flexíveis e interoperáveis que respeitem soberania, circunstâncias nacionais e prioridades de desenvolvimento, evitando modelos únicos ou fragmentação que prejudiquem países mais frágeis. Pede maior participação equitativa dos países em desenvolvimento em processos de definição de normas e discussões técnicas, atenção aos direitos humanos e supervisão humana significativa, promoção de trabalho digno face aos impactos no emprego, e responsabilização do setor privado e plataformas tecnológicas.

Por fim, o Grupo exige que a dimensão ambiental da IA (consumo energético, água, minerais críticos) seja considerada nas discussões globais para que os custos não recaiam desproporcionalmente sobre o Sul Global. Reitera a necessidade de cooperação internacional e apoio concreto — capacitação, transferência de tecnologia em termos concessionais/preferenciais, financiamento e infra-estrutura — para reduzir as divisões tecnológicas e permitir que países em desenvolvimento participem e se beneficiem plenamente da IA.

### **MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

## 21 de maio — [MNA pede poder de decisão real para a juventude em sistemas de governança](#)

“A geração mais jovem deve transcender a representação simbólica em negociações e assumir



autoridade decisória ativa nos *pipelines* executivos”, afirmou Leyla Hasanova, Presidente da Organização da Juventude do Movimento dos Não Alinhados (NAMYO) e Campeã Jovem do Clima da COP29, durante o evento “Liderança da Juventude e da Sociedade Civil no Avanço de Cidades Sustentáveis e Inclusivas” no 13.º Fórum Urbano Mundial (WUF13): Parceria Global e Tomada de Decisão”, em Baku.

Hasanova enfatizou que os jovens, agindo como construtores de pontes essenciais entre diversas comunidades, sociedades e culturas, exigem que arquitetos institucionais integrem sua participação nas fases iniciais de desenvolvimento. A janela para integração significativa se encerra após a aprovação de decisões executivas e a entrada em vigor de políticas regulatórias. A verdadeira inclusão requer que os planejadores institucionais avaliem sistematicamente as perspectivas da juventude, consultem redes juvenis durante as fases de design e cocriem futuras estruturas urbanas, em vez de confiná-los a um papel passivo de meros ouvintes nas mesas de negociação.

Consequentemente, a integração estrutural da comunidade jovem é um componente inegociável para a governança bem-sucedida, tanto na elaboração de estratégias internacionais de grande escala quanto na formulação de políticas municipais de nível macro. O WUF13, em seu quinto dia em Baku, tem atraído mais de 40.000 participantes registrados de 182 países. O fórum, sob o tema “Moradia no mundo: Cidades e comunidades seguras e resilientes”, reúne governos, organizações internacionais, especialistas e sociedade civil para fortalecer a cooperação global em desenvolvimento urbano sustentável e será concluído em 22 de maio.

### **Destaques do WUF13:**

- **1º Dia:** Reunião ministerial sobre a Nova Agenda Urbana, assembleias de mulheres e sociedade civil, sessões de negócios e discussões sobre prosperidade urbana;
- **2º Dia:** Cúpula inaugural de Líderes com discussões de alto nível sobre crise habitacional global, política de urbanização e resiliência urbana, com inauguração do pavilhão da Cidade do México para cooperação com a América Latina;
- **3º Dia:** Programação sobre crise habitacional global, cidades seguras e inclusivas, resiliência climática, IA e governança urbana, urbanização verde, equidade social e transporte sustentável, com assinatura de memorando de irmandade entre Azerbaijão e Turquia;
- **4º Dia:** Eventos dedicados à urbanização, mudança climática, desenvolvimento urbano inclusivo, política habitacional e governança sustentável. Anúncio da adesão de Almaty à “Declaração de Intenção sobre o Estabelecimento do Fórum SPECA (Programa Especial das Nações Unidas para as Economias da Ásia Central) de Cidades Inteligentes e Resilientes ao Clima” durante o Fórum Cidades SPECA.

**21 de maio — [Cuba agradece a solidariedade do Movimento dos Não Alinhados e pede documentação do impacto das sanções em seu setor de saúde](#)**



O chanceler cubano, Bruno Rodríguez Parrilla, manifestou sua profunda gratidão do governo e do povo cubano aos ministros da Saúde dos países membros do MNA. O agradecimento foi motivado pela contundente declaração de solidariedade a Cuba, emitida durante a 79.<sup>a</sup> Assembleia Mundial da Saúde, que está sendo realizada em Genebra, Suíça.

Em uma publicação, Rodríguez destacou os pontos importantes da declaração dos ministros do MNA. Segundo o chanceler, os representantes das nações não alinhadas fizeram um apelo formal à Organização Mundial da Saúde para que realize uma documentação exhaustiva e rigorosa do impacto devastador e grave que as medidas coercitivas unilaterais impostas pelos Estados Unidos têm provocado na saúde do povo cubano e no funcionamento do seu sistema sanitário nacional — evento que vem sendo monitorado em edições anteriores destes Cadernos.

Além disso, a declaração do MNA foi além, exigindo o fortalecimento e a aplicação de isenções humanitárias vinculativas. Tais isenções seriam fundamentais para garantir a proteção efetiva e o pleno funcionamento do sistema nacional de saúde de Cuba, permitindo o acesso a medicamentos, equipamentos e insumos médicos essenciais, que têm sido rotineiramente dificultados e bloqueados devido às sanções norte-americanas. A solidariedade demonstrada pelo MNA ressalta a preocupação internacional com as consequências humanitárias das políticas de Washington contra a ilha caribenha.

**21 de maio — [Uganda consolida seu status como principal centro de conferências da África.](#)**



Uganda está se consolidando como o principal centro de conferências internacionais da África em 2026, um fenômeno diretamente impulsionado pelo sucesso logístico e político do país ao sediar a 19.<sup>a</sup> Cúpula do MNA e a Cúpula do G77 + China. Esse duplo feito diplomático permitiu ao governo ugandense converter o prestígio internacional em um ativo econômico permanente por meio do fortalecimento do setor de turismo de negócios e eventos, conhecido globalmente pela sigla MICE.

A infraestrutura de legado construída para receber os chefes de Estado do MNA — que inclui o moderno Centro de Convenções de Speke em Munyonyo, a expansão do Aeroporto Internacional de Entebbe e a modernização da rede hoteleira de alto padrão — eliminou o ceticismo do mercado internacional e posicionou a nação da África Oriental como um destino altamente competitivo e seguro para grandes delegações.

Para além das grandes discussões geopolíticas, Uganda tem conseguido diversificar seu portfólio de atrações ao sediar eventos de grande relevância cultural, como as assembleias das realeza africanas. Essa capacidade de atrair líderes tradicionais, monarcas e intelectuais do continente demonstra que o país sabe conectar suas modernas instalações à sua rica herança

histórica, promovendo debates sobre governança sob uma perspectiva autenticamente africana.

Esse fluxo contínuo de eventos internacionais gera um efeito multiplicador robusto na economia doméstica, beneficiando diretamente os setores de aviação, hotelaria, segurança, serviços de tradução e o turismo ecológico, além de projetar uma imagem de estabilidade institucional que atrai investidores estrangeiros para outras áreas.

#### 15 de maio — [Azerbaijão sedia conferência do Sul Global focada em neocolonialismo](#)



A 1.ª Assembleia Geral da Plataforma Global de ONGs do Sul foi realizada em Baku, elegendo o representante azerbaijano Fuad Karimli, pesquisador de *think tanks* pró-governo, como Secretário-Geral por um mandato de cinco anos. O objetivo da plataforma é servir de ponte entre o Norte e o Sul Global. Fundada após a COP29 em Baku (novembro de 2024), a plataforma congrega mais de 650 ONGs de 116 países.

A iniciativa insere-se nos esforços do Azerbaijão para cortejar o Sul Global e posicionar-se como potência regional.

Durante a Assembleia, Hikmat Hajiyev, Assistente Presidencial do Azerbaijão, enfatizou a continuidade do colonialismo e neocolonialismo em novas formas. Hajiyev destacou a identificação do Azerbaijão com o Sul Global e a prioridade da luta contra o neocolonialismo durante sua presidência do Movimento Não-Alinhado (2019-2022). Ele criticou a ineficácia do Comitê Especial da ONU sobre Descolonização devido à resistência de alguns países e condenou a atual estrutura das instituições internacionais, em particular o Conselho de Segurança da ONU, alegando representação geográfica iníqua e voz insuficiente para o Sul Global.

O engajamento do Azerbaijão com o Sul Global e seu discurso antineocolonial, frequentemente focado na França, é percebido por céticos como uma postura seletiva, exacerbada pelo apoio francês à Armênia. A tese de anticolonialismo seletivo, detalhada pelo pesquisador Bahruz Samadov, coincide com o aumento do autoritarismo em Baku. Em um movimento paralelo, o Grupo Iniciativa de Baku foi estabelecido em julho de 2023 para combater o que denomina “escravidão de fato” no continente africano e outras regiões, realizando eventos que criticam o colonialismo francês.

Contrariamente, o governo azerbaijano intensificou a repressão contra a sociedade civil local, com ONGs independentes relatando exclusão de tais conferências e receio de pressão governamental. Membros independentes da sociedade civil sugerem que o governo evita a participação de ONGs independentes por temer a discussão de corrupção, direitos humanos e democracia. Tais eventos são vistos como instrumentos para fins formais, como o estreitamento de laços com a União Europeia e a angariação de apoio no âmbito das Nações Unidas.

#### **CENTRO SUL**

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais.

Em 2025, celebra seu 30º aniversário

## Notícias

### **18 de maio — Construir em conjunto a paz, a estabilidade e o desenvolvimento para um futuro vantajoso para todos.**

A necessidade de construir conjuntamente a paz, a estabilidade e o desenvolvimento para um futuro vantajoso para todos é atemporal e urgente. A recente agressão militar contra países do Sul Global representa um grande retrocesso para décadas de trabalho diplomático em prol da coexistência pacífica e do respeito à soberania nacional. Veja a intervenção do Dr. Carlos Correa, Diretor Executivo do South Centre, sob o tema “Construir conjuntamente a paz, a estabilidade e o desenvolvimento para um novo futuro vantajoso para todos”, no Fórum de Mídia e Think Tanks do Sul Global, Cairo, Egito, de 12 a 23 de maio de 2026.

### **11 de maio — Nenhum país pode ignorar a responsabilidade coletiva: o surto de hantavírus.**



**Dra. Viviana Munoz Tellez**

O surto de hantavírus a bordo do MV Hondius é um lembrete vívido da importância da cooperação global em saúde. É um dos muitos surtos simultâneos aos quais a OMS está respondendo, num momento em que a estrutura mais ampla da saúde global está sob crescente pressão. A OMS enfrenta graves déficits de financiamento, à medida que alguns governos se afastam do multilateralismo. Apesar do Regulamento Sanitário Internacional ter sido reforçado em resposta à COVID-19 e de um Acordo de Pandemia recentemente adotado, o sistema de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios que ele deve conter permanece incompleto. A segurança sanitária de cada país depende da colaboração e da solidariedade globais.

## Resumo de Política

### **22 de maio — Atingindo a Meta de 2030 na Redução da Carga Global da RAM: Caminhos para Fortalecer e Alavancar a Vigilância em Países em Desenvolvimento**

**Prateek Sharma e Viviana Munoz Tellez**



A resistência antimicrobiana (RAM) representa uma ameaça crescente e significativa à saúde global, contudo, os países de baixa e média renda (PBMR) enfrentam desafios consideráveis na implementação da vigilância da RAM — coleta e análise de dados sobre RAM. As metas globais de RAM, incluindo o objetivo das Nações Unidas de reduzir as mortes associadas à RAM em 10% até 2030 e alcançar capacidade diagnóstica em 80% dos países, dependem de dados de vigilância que são frequentemente incompletos, centrados em hospitais e não representativos das infecções comunitárias nos PBMR.

Embora o Sistema Global de Vigilância da Resistência e Uso de Antimicrobianos (GLASS) da Organização Mundial da Saúde (OMS) forneça uma estrutura padronizada, nos PBMR o acesso limitado ao diagnóstico, os altos custos laboratoriais e a dependência de dados de hospitais especializados restringem a participação e a comparabilidade dos dados. Estudos de modelagem ajudaram a quantificar a carga global da RAM, mas sua dependência de dados escassos de PBMR ressalta a necessidade de aprimorar a vigilância primária.

Atingir a meta das Nações Unidas para 2030 — em que 80% dos países sejam capazes de testar a resistência a todos os patógenos da lista GLASS — exigirá investimentos substanciais, apoio técnico e compromisso político contínuo. Incorporar a vigilância da resistência antimicrobiana nos sistemas de saúde e fortalecer a prevenção e a preparação para pandemias pode ajudar a desbloquear financiamento externo para países de baixa e média renda elegíveis por meio do Fundo para Pandemias e do Fundo Global.

**15 de maio — [Liderando a Governança Global de Inteligência Artificial: Da Objetividade ao Impacto](#)**

**Aishwarya Narayanan e Danish**



A proliferação de eventos de alto nível sobre Inteligência Artificial (IA) nos últimos anos contribuiu para um arcabouço de governança global de IA que marginaliza as prioridades de muitos países em desenvolvimento. A Cúpula de Impacto da IA na Índia, a primeira cúpula desse tipo realizada no Sul Global, demonstrou como as perspectivas, necessidades e preocupações das nações em desenvolvimento e menos desenvolvidas podem ser colocadas no centro da agenda global de IA.

Sob a perspectiva da Cúpula de Impacto da IA na Índia, este relatório de políticas destaca a necessidade de construir sinergias entre os resultados da cúpula sobre IA, as discussões na ONU e as iniciativas multissetoriais. Propõe como a coerência entre esses diversos processos pode ser aprimorada por meio do trabalho do Painel Científico Internacional Independente sobre IA e do Diálogo Global sobre Governança da IA no âmbito da ONU. O relatório conclui com recomendações para construir uma maior convergência na governança global da IA que apoie o desenvolvimento sustentável no Sul Global.

**15 de maio — [Contribuições para o Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos: Estudo sobre o impacto dos sistemas de inteligência artificial na boa governança.](#)**

O Centro Sul analisou o impacto da integração da IA na governança pública, nos direitos humanos e na soberania, defendendo a necessidade de marcos jurídicos vinculantes em detrimento da autorregulação. Embora a IA possa gerar eficiência e otimização através de ferramentas como RAG e Modelos Bayesianos, o relatório alerta para riscos graves. Em primeiro lugar, a Discriminação é intensificada por dados enviesados e falhas técnicas (como o colapso de modo em GANs), automatizando preconceitos e violando direitos em serviços essenciais.

Em segundo lugar, a Soberania é ameaçada pelo chamado “colonialismo algorítmico”, onde grandes empresas estrangeiras extraem dados e deslocam o poder decisório, aprofundando o fosso digital (AI Divide) e dificultando o Direito ao Desenvolvimento (RtD). Por fim, o risco Ecológico é evidente, dado que a infraestrutura de IA consome massivamente eletricidade e água (com alta demanda hídrica global prevista até 2027) e agrava o problema do lixo eletrônico (*e-waste*), sobrecarregando o Sul Global. Para mitigar esses riscos, o South Centre exige Supervisão Humana em decisões sensíveis (Human-in-the-Loop para alto risco; Human-on-the-Loop para baixo risco), Explicabilidade (garantindo o direito a uma justificação não técnica de decisões automatizadas) e Transparência (centralizando registros públicos dos modelos de *machine learning* usados pelo Estado).

As recomendações práticas incluem a implementação de Legislação Nacional com Avaliações de Impacto sobre Direitos Humanos (HRIA) e responsabilidade objetiva (citando o PL 2338/2023 no Brasil); a construção de Soberania Digital através de Infraestrutura Pública Digital (DPI) soberana, leis de localização de dados e modelos de “Data Commons”; a aplicação do princípio CBDR-RC (Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas e Capacidades Respectives) na Governança Global ambiental da IA, exigindo que países desenvolvidos financiem infraestrutura e transfiram tecnologia limpa; e uma Reforma Regulatória para proteger as regras de IA de compromissos comerciais e reformar a propriedade intelectual visando a “Difusão Democrática da IA”, permitindo a customização de modelos em países em desenvolvimento.

## **G20, G7 e OCDE**

*G20, el G7 y la OCDE*

*G20, G7, and OECD*

*Pedro Burger, Vitória Kavanami,  
João Miguel Estephanio, Thaiany  
Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

### **Projeções britânicas para a presidência do G20 e a articulação de novas parcerias globais diante do silêncio em Washington**

*Las previsiones del Reino Unido respecto a la presidencia del G-20 y la creación de nuevas alianzas mundiales ante la reticencia de Washington*

*UK projections for the G20 presidency and the forging of new global partnerships in light of Washington's reticence*

**Resumo:** O informe analisa os preparativos do Reino Unido para a presidência do G20 em 2027 diante da paralisia institucional em Washington. Destaca os planos de Londres para reformar o sistema financeiro global e reconfigurar o desenvolvimento internacional por meio de investimentos locais. Aborda também o apoio diplomático britânico à África do Sul contra o isolamento norte-americano, visando preservar a representatividade no bloco.

**Palavras-chave:** G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

**Resumen:** El informe analiza los preparativos del Reino Unido para la presidencia del G-20 en 2027 ante el estancamiento institucional en Washington. Destaca los planes de Londres para reformar el sistema financiero mundial y reconfigurar el desarrollo internacional mediante inversiones locales. También aborda el apoyo diplomático británico a Sudáfrica frente al aislamiento por parte de Estados Unidos, con el objetivo de preservar la representatividad en el bloque.

**Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; Reunión Ministerial de Finanzas; África; OCDE; cooperación internacional.

**Abstract:** The report assesses the UK's preparations for the 2027 G20 presidency amid institutional gridlock in Washington. It highlights London's plans to reform the global financial system and reshape international development through local investments. It also addresses British diplomatic support for South Africa against U.S. isolation, with the aim of preserving representation within the bloc.

**Keywords:** G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation.

Enquanto as trilhas oficiais da atual presidência norte-americana do G20 seguem estagnadas e sem qualquer atualização substantiva a respeito do andamento dos grupos de trabalho, o cenário internacional testemunha uma articulação antecipada e robusta do Reino Unido para a liderança do bloco em 2027. Retomando as análises da quinzena anterior, o primeiro-ministro Keir Starmer já havia delineado que o foco central britânico estaria na geração de crescimento estável, comércio justo e oportunidades de emprego. Diante da paralisia política em Washington, Londres se prepara para assumir o grupo com a clareza de que mantém um domínio incontestável como potência financeira global. Essa posição confere ao país uma capacidade jurídica e econômica única para liderar reformas do sistema internacional, buscando afastar o fórum do minimalismo institucional que caracteriza a condução norte-americana e abrindo espaço para um recomeço global nas políticas de desenvolvimento.

Essa transição ganhou urgência após os recentes cortes nos orçamentos britânicos de ajuda internacional, cujas reduções severas devem resultar em quase três milhões de crianças a menos nas escolas e doze milhões de pessoas destituídas de acesso à água potável. A lógica por trás do planejamento britânico é que reescrever as regras do jogo econômico pode compensar esses danos de maneira estrutural, substituindo a simples emissão de crédito por medidas legislativas de grande impacto. Atualmente, o fluxo de capitais opera de maneira invertida e prejudicial, visto que as nações africanas gastam cerca de cinquenta vezes mais com o pagamento de dívidas externas do que o valor total que recebem em ajuda britânica. Apenas entre 2022 e 2024, credores privados lucraram ao extrair 141 bilhões de dólares a mais de países de baixa renda do que efetivamente emprestaram. Para reverter esse quadro, o governo se apoia no fato de que 90% dessas dívidas soberanas com bancos e fundos de *hedge* são regidas pelas leis inglesas. Por meio de uma única legislação, o Reino Unido possui o poder de obrigar a cooperação desses credores privados em processos de alívio financeiro, reproduzindo o sucesso de uma lei introduzida em 2010 sob a gestão de Gordon Brown, a qual protegeu os cofres públicos e preservou intacta a competitividade de Londres.

Outro pilar dessa ampla reestruturação consiste no combate contundente à evasão fiscal e aos fluxos financeiros ilícitos, que atualmente desviam dez dólares de países em desenvolvimento para cada dólar que entra na forma de assistência. Estima-se que a África tenha perdido cerca de um trilhão de dólares desde 1980 devido a essas práticas, enquanto os países mais pobres perdem 46 bilhões de dólares anualmente por abusos fiscais corporativos. O Reino Unido detém grande responsabilidade e capacidade de ação nesse cenário, uma vez que o próprio país e seus territórios ultramarinos facilitam cerca de um quarto de toda a evasão fiscal global, somando perdas superiores a 100 bilhões de dólares por ano. A exigência britânica foca na criação de registros públicos totalmente acessíveis sobre a propriedade real de empresas nesses territórios, medida apontada como central para dismantelar o sigilo *offshore*. Além disso, o governo britânico planeja usar seu peso como acionista para exigir reformas no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, demandando o fim de sobretaxas punitivas, maior poder de voto para o Sul Global por meio da reforma das cotas e a adoção de avaliações que considerem as mudanças climáticas e os direitos humanos, ajudando a blindar a economia global contra a volatilidade.

Essa mudança pretendida na arquitetura financeira caminha lado a lado com a nova abordagem de desenvolvimento detalhada pela Secretária de Relações Exteriores, Yvette Cooper, na Conferência de Parcerias Globais. Embora o encontro não tenha sido focado especificamente no G20, os debates definiram o tom sobre como o Reino Unido pretende assumir a presidência do bloco e sobre as prioridades que considera importantes para o seu

mandato. O evento foi coorganizado com a África do Sul, uma colaboração que celebra o trabalho conjunto desenvolvido por ambas as nações no ano anterior durante a recomposição do Fundo Global, esforço que assegurou mais de 11 bilhões de dólares em promessas de doação para combater a aids, a tuberculose e a malária. Em um cenário marcado por crises simultâneas, Cooper celebrou os avanços das últimas décadas na redução da extrema pobreza, mas alertou para as graves vulnerabilidades atuais.

A secretária utilizou a crise no Estreito de Ormuz como o principal exemplo dessa fragilidade, explicando que o tráfego diário de navios despencou de noventa para apenas cinco embarcações, deixando oitocentos navios e vinte mil marinheiros retidos. Essa retenção bloqueou o envio de óleo de aquecimento para a Ásia e de fertilizantes essenciais para a África, colocando 45 milhões de pessoas no Sul Global sob risco iminente de fome aguda. Para lidar com as consequências imediatas, ela ressaltou a pressão britânica por ações rápidas e coordenadas do Banco Mundial e do FMI, além de revelar que o Reino Unido prepara uma missão marítima multilateral, em conjunto com a França, para restaurar a livre navegação comercial na região. A fim de evitar que crises geopolíticas continuem paralisando a economia global, Cooper apontou a transição para a energia limpa como o caminho para a verdadeira segurança e independência, visto que energias renováveis não podem ser sequestradas por estados hostis. Como ação prática, foi anunciado um novo investimento de 4,6 bilhões de libras, viabilizado por meio da instituição financeira de desenvolvimento britânica, com foco no apoio à transição climática e na construção de segurança energética em mercados emergentes. Essa medida reflete a visão de que as antigas políticas falharam ao gerar dependência, sendo necessário ouvir as demandas do Sul Global por mais agência e capacidade de decisão locais.

Para colocar esse novo modelo em prática, a secretária detalhou três mudanças estratégicas centrais na atuação britânica. Na frente do financiamento do desenvolvimento, o Reino Unido passará do seu papel tradicional de doador ao de investidor. Em vez de focar apenas em repasses governamentais, a estratégia será mobilizar diferentes capitais e fornecer expertise técnica de alto nível. Isso é ilustrado pela ajuda estrutural na criação da primeira bolsa de valores pública da Etiópia e pela assistência fiscal que permitiu ao Gana arrecadar 100 milhões de dólares adicionais em receitas para saúde e educação. Cooper também destacou a injeção de 650 milhões de libras no Fundo Africano de Desenvolvimento, verba que ajudará a alavancar até 1,6 bilhão de libras em empréstimos e fomentará a emissão de títulos na Bolsa de Valores de Londres pela primeira vez.

Na área de ajuda humanitária, a nova estratégia priorizará as nações mais necessitadas, reconhecendo que mais da metade da extrema pobreza do mundo está atualmente concentrada em estados frágeis e afetados por conflitos, como o Sudão, o Líbano e a Palestina. O plano britânico não se limitará ao envio de recursos de emergência, mas passará a priorizar incisivamente a resolução diplomática desses conflitos, que irradiam instabilidade por todo o globo. Em paralelo, o Reino Unido apoiará reformas profundas no sistema das Nações Unidas com o objetivo de transferir os recursos e o poder de decisão diretamente aos parceiros locais, que realmente compreendem as urgências de suas comunidades.

Por fim, a terceira prioridade apresentada eleva a defesa da igualdade de gênero a uma missão de segurança global. Fortemente marcada pelos relatos de violência sexual sistêmica que ouviu em visita recente a áreas de refúgio na fronteira entre o Sudão e o Chade, a secretária anunciou a intenção do governo britânico de criar uma ampla coalizão internacional, envolvendo os múltiplos países presentes na conferência, para combater frontalmente a violência contra mulheres e meninas. O evento culminou na assinatura do chamado Pacto de

Parcerias Globais, um documento que abandona as tradicionais promessas de doação para focar estritamente na colaboração em tecnologia, expertise e mobilização financeira conjunta. Segundo Cooper, esses mesmos princípios de crescimento mútuo e resiliência pavimentarão as próximas ações do país em fóruns multilaterais e servirão como o verdadeiro motor para a aguardada presidência britânica do G20 em 2027.

Toda essa visão de um sistema internacional reformulado exige um alinhamento diplomático que se choca diretamente com a postura de exclusão adotada pela atual gestão norte-americana. Como já relatamos em algumas ocasiões, a administração do presidente Donald Trump decidiu banir a África do Sul da cúpula do G20 de 2026 em Miami, uma atitude motivada por uma disputa de protocolo ocorrida em Joanesburgo em novembro de 2025 e por alegações de violações de direitos humanos contra os *afrikaners*. Tais acusações já foram amplamente rejeitadas pelas Nações Unidas e por organizações independentes por total falta de fundamentação jurídica. Esse desgaste culminou na negação de credenciais para que chefes de finanças sul-africanos participassem de encontros recentes em Washington, gerando forte repúdio da Comissão da União Africana, que criticou o uso de justificativas fabricadas para minar o multilateralismo e interromper o avanço das prioridades do continente.

Em contraposição a esse isolamento, o Alto Comissário britânico, Anthony Phillipson, defendeu publicamente a África do Sul e classificou a recém-encerrada presidência sul-africana do fórum como altamente significativa e bem-sucedida. O diplomata britânico rebateu a postura de Washington ao afirmar que as complexidades do mundo contemporâneo exigem a ampliação do diálogo e a inclusão de mais vozes nas mesas de negociação, e não menos. Confirmando o compromisso de Londres com a representatividade de atores do Sul Global, Phillipson garantiu que o Reino Unido já está trabalhando e continuará a cooperar estreitamente com as lideranças sul-africanas na formulação da agenda de sua própria presidência do bloco em 2027. Essa articulação busca institucionalizar os avanços africanos em tópicos de sustentabilidade e dívida, garantindo que o legado estabelecido por Pretória permaneça ativo e protegido frente às tensões individuais e ao esvaziamento político verificado no presente ano.

## Referências

BRETTON WOODS PROJECT. Britain as a global financial superpower: The UK's 2027 G20 presidency is a historic opportunity to fix the system. Londres, 2026. Disponível em: <https://www.brettonwoodsproject.org/2026/04/britain-as-a-global-financial-superpower-the-uks-2027-g20-presidency-is-a-historic-opportunity-to-fix-the-system/>. Acesso em: 25 maio 2026.

LABOURLIST. G20 global reset: international development. Londres, dez. 2025. Disponível em: <https://labourlist.org/2025/12/g20-global-reset-international-development/>. Acesso em: 25 maio 2026.

REINO UNIDO. Government. Foreign Secretary's keynote speech at the Global Partnerships Conference. Londres: Department for International Development, 19 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/foreign-secretarys-keynote-speech-at-the-global-partnerships-conference-19-may-2026>. Acesso em: 25 maio 2026.

SA PEOPLE. G20 Summit: UK backs South Africa amid Trump administration snub. [S. l.], maio 2026. Disponível em: <https://www.sapeople.com/news/g20-summit-uk-backs-south-africa-amid-trump-administration-snub/>. Acesso em: 25 maio 2026.

## **G7 às vésperas de Évian: comunicado de finanças do G7 e a Cúpula Africa Forward**

*G7 en vísperas de Évian: el comunicado de finanzas del G7 y la Cumbre Africa Forward*

*G7 on the Eve of Évian: The G7 Finance Communiqué and the Africa Forward Summit*

**Resumo:** O informe aborda a Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G7, realizada em Paris nos dias 18 e 19 de maio de 2026, principal evento preparatório para a Cúpula de Évian. Ainda, ocorreu a Cúpula Africa Forward, realizada em Nairóbi nos dias 11 e 12 de maio, em que líderes africanos reivindicaram uma arquitetura financeira internacional mais justa.

**Palavras-chave:** G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

**Resumen.** El informe aborda la Reunión de Ministros de Finanzas y Gobernadores de Bancos Centrales del G7, celebrada en París los días 18 y 19 de mayo de 2026, principal evento preparatorio para la Cumbre de Évian. Además, la Cumbre Africa Forward tuvo lugar en Nairobi los días 11 y 12 de mayo, durante la cual los líderes africanos abogaron por una arquitectura financiera internacional más justa.

**Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; Reunión Ministerial de Finanzas; Africa; OCDE; cooperación internacional.

**Abstract.** This report covers the G7 Finance Ministers and Central Bank Governors' Meeting, held in Paris on May 18 and 19, 2026, the main preparatory event ahead of the Évian Summit. Furthermore, the Africa Forward Summit took place in Nairobi on May 11 and 12, during which African leaders called for a fairer international financial architecture.

**Keywords:** G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation.

Entre os destaques da última quinzena tem-se o encontro dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G7 entre os dias 18 e 19 de maio, em Paris. O encontro se deu sob a presidência do ministro francês Roland Lescure e do governador do Banco da França, François Villeroy. Além de reunir os sete países membros (EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Japão), contou com a União Europeia e chefes do FMI, Banco Mundial, OCDE, entre outras organizações financeiras, bem como o ministro das finanças da Ucrânia, Sergii Marchenko (FRANCE, 2026). Ainda, Brasil, Índia, Quênia e Coreia do Sul participaram de discussões paralelas no âmbito do evento, o que demonstra uma certa ampliação de diálogo com economias emergentes às vésperas da Cúpula de Évian.

O encontro foi descrito pelas lideranças como “produtivo e franco”, mas “por vezes difícil” (LE MONDE, 2026). Já a cobertura jornalística evidenciou um quadro mais complexo: divisões assinaláveis entre os EUA e os parceiros europeus, especialmente no que tange à recente decisão estadunidense de prolongar por mais 30 dias a isenção de sanções para permitir a venda de petróleo russo (JORNAL ECONÔMICO, 2026). Contudo, o grupo conseguiu emitir um comunicado conjunto, algo que, diante das tensões internas, pode ser lido como um sinal de

unidade mínima necessária para não comprometer a Cúpula de Évian, prevista para 15 a 17 de junho de 2026.

No documento final, o G7 deu ênfase nos seguintes temas: conflito Rússia x Ucrânia, dedicando 7 dos 31 parágrafos ao tema; minerais críticos; e-commerce e aduanas; tributação digital; tecnologias financeiras; mudança climática, que de forma mais técnica e com foco em lacunas de cobertura securitária tenta criar diálogo com os Estados Unidos; e desenvolvimento e dívida.

O tema da Ucrânia ocupou a maior parte do comunicado, com sete dos trinta e um parágrafos dedicados, refletindo a prioridade política da presidência francesa. O G7 reafirmou apoio “inabalável” à soberania e integridade territorial ucraniana, comprometeu-se a manter e ampliar as sanções sobre setores-chave da economia russa (energia, finanças e base industrial-militar), e reiterou o mecanismo ERA (*Extraordinary Revenue Acceleration*), que viabiliza empréstimos a Kiev lastreados nos ativos soberanos russos imobilizados nos países do G7. Um ponto de destaque foi o anúncio da convocação de mobilização de EUR 500 milhões para reparos urgentes ao Novo Confinamento Seguro de Chornobyl (transliteração ucraniana), após ataque russo de drone à usina nuclear. A Conferência de Recuperação da Ucrânia, marcada para Gdansk nos dias 25 e 26 de junho de 2026, foi indicada como próximo espaço de coordenação de apoio (FRANCE, 2026).

Apesar do consenso formal, a imprensa especializada registrou tensões. Segundo o *Jornal Econômico* (2026), os EUA foram criticados pelos parceiros europeus por alegadamente minarem o multilateralismo e por sua postura ambígua em relação ao petróleo russo. O equilíbrio delicado da declaração conjunta foi lido como um esforço para preservar a aparência de coesão, mais do que um consenso substantivo sobre a condução da guerra.

Em continuidade ao que já vimos nos informes anteriores, o tema dos minerais críticos voltou com destaque redobrado. O comunicado manifesta preocupação explícita com a concentração da produção e do processamento em poucos países, as “práticas não-mercado”, uma referência à China, e as restrições arbitrárias de exportação. O G7 reafirmou sua intenção de aprofundar a cooperação via Aliança de Produção de Minerais Críticos (iniciada na presidência canadense) e anunciou um evento especial às margens do B7 (business group), em 10 de junho, para mobilizar investimento privado em minerais estratégicos (FRANCE, 2026).

Para países do Sul Global com reservas minerais relevantes, como o Brasil, a disputa geopolítica que se consolida nesse eixo levanta questões sobre soberania, agregação de valor local e riscos ambientais associados à extração acelerada. O risco de que a corrida por minerais críticos reproduza lógicas extrativistas tradicionais, desta vez legitimadas por um discurso de “transição verde”, permanece como uma tensão a ser acompanhada.

No campo do e-commerce, controle aduaneiro e tributação internacional, o G7 reconheceu o crescimento acelerado do comércio transfronteiriço de pequenas encomendas via plataformas de e-commerce (como *Shein* e *Temu*, sem nomeá-las) e o documento final demonstra um consenso relativamente fácil entre os membros. O grupo apontou desafios como concorrência desleal, evasão tributária, segurança de produtos e impactos ambientais, e comprometeu-se a ampliar a cooperação aduaneira entre as trilhas de Finanças e Comércio (FRANCE, 2026). O comunicado ainda acolheu o pacote do Imposto Mínimo Global da OCDE/G20 denominado “*Side-by-Side*” e solicitou à OCDE um relatório de progresso sobre os desafios tributários da economia digital até o final de 2026.

O comunicado abordou três subtemas interconectados: cibersegurança, inteligência artificial e pagamentos transfronteiriços. No campo da cibersegurança, o Grupo de Trabalho de Tecnologias Quânticas publicou relatório sobre riscos ao setor financeiro, e o Grupo de Especialistas em Ciber do G7 avançou na identificação de riscos associados à IA, com referência explícita a “modelos de IA de fronteira” — uma novidade em relação a comunicados anteriores. Sobre IA, o grupo monitora sua difusão nas empresas, com atualização do painel prevista para novembro de 2026. No tema dos pagamentos transfronteiriços, foi reiterado o apoio ao Roteiro G20 para torná-los mais rápidos, baratos e acessíveis (FRANCE, 2026). Ainda, sobre intermediários financeiros não bancários, o grupo reconheceu riscos potenciais de vulnerabilidade associados ao setor (crédito privado, fundos, seguradoras) e anunciou workshop dedicado no segundo semestre de 2026.

Semanas após a polêmica exclusão do tema climático da reunião dos ministros do Meio Ambiente destacado no informe 6, o G7 trouxe a questão, desta vez, pela porta do risco financeiro. Com base em nota técnica da *Network for Greening the Financial System* e análises da OCDE e da Associação Internacional de Supervisores de Seguros, o G7 discutiu como eventos climáticos extremos propagam riscos fiscais e financeiros, especialmente onde há baixa cobertura de seguros e espaço fiscal limitado (FRANCE, 2026).

A abordagem é relevante, mas limitada. Ao tratar o clima como risco financeiro e não como emergência mundial, o tema é tolerado quando serve à estabilidade dos mercados, mas não quando exige compromissos estruturais de redução de emissões. A omissão de qualquer meta climática ou referência ao Acordo de Paris reforça a leitura de que, no G7 de 2026, a coerência continua subordinada ao consenso político com Washington, o que demonstra a fragmentação da governança global. Antes ainda da presidência francesa começar, analistas discutiam a possibilidade da mudança climática aparecer entre as prioridades de forma “ainda especializada, pequena e silenciosa”, mas com expectativa de maior visibilidade do que na presidência canadense (KIRTON, 2025). No entanto, ao que parece, o tema segue marginalizado como em Kananaskis.

O tópico mais estruturado e com maior potencial de impacto para países em desenvolvimento é o da arquitetura de financiamento internacional. O G7 endossou os “Princípios para Parcerias Internacionais Mutuamente Benéficas”, um novo marco que busca reformar a lógica assistencialista e tornar o financiamento ao desenvolvimento mais eficiente, transparente e orientado pelos países parceiros. O documento reafirma a mobilização de capital privado como complemento essencial ao financiamento público, propõe mecanismos de redução de risco cambial para atrair investidores a economias emergentes e aponta a fragmentação da arquitetura financeira internacional como um problema a ser enfrentado (FRANCE, 2026).

Foram discutidos também os desafios da dívida em economias emergentes: o grupo pediu maior apoio às nações com dívida sustentável, mas com alto serviço da dívida que compromete investimentos produtivos, e chamou à implementação da Abordagem de 3 Pilares FMI-Banco Mundial. O G7 defendeu maior compartilhamento de dados de dívida e maior participação no Exercício de Compartilhamento de Dados (DSE) do Banco Mundial.

Quanto à participação do Brasil, o ministro da Fazenda Dario Durigan esteve em Paris com uma agenda tripartite: discutir os impactos econômicos do conflito no Golfo Pérsico, promover o Brasil como destino de investimento estrangeiro e apresentar a posição brasileira sobre minerais críticos. Em entrevistas à imprensa na capital francesa, Durigan destacou o

programa Eco Invest e a estabilidade macroeconômica brasileira como atrativos para investidores internacionais, mencionando ainda conversas bilaterais com autoridades portuguesas, espanholas e alemãs sobre as respostas dos respectivos governos à guerra e seus efeitos sobre inflação e combustíveis (BRASIL 247, 2026).

No tema dos minerais críticos, central tanto para o G7 quanto para a agenda brasileira, Durigan apresentou o modelo de desenvolvimento aprovado recentemente na Câmara dos Deputados, que estabelece dois princípios estruturantes: soberania sobre os recursos minerais e promoção da industrialização doméstica, rompendo com o histórico de mera exportação de matéria-prima bruta. A posição brasileira dialoga diretamente com as tensões identificadas no comunicado do G7 sobre concentração de mercado e dependência de poucos fornecedores, mas a partir de uma perspectiva distinta: não a de um consumidor industrializado buscando diversificar fontes, mas a de um país detentor de reservas que reivindica agregar valor antes de exportar. “Se há capital francês, alemão ou americano interessado em investir nesse setor, que seja no Brasil, gerando empregos no Brasil e compartilhando tecnologia com universidades brasileiras”, afirmou o ministro (BRASIL 247, 2026).

Ainda na primeira semana do período analisado, entre os dias 11 e 12 de maio, a presidência francesa organizou a Cúpula Africa Forward em Nairóbi, no Quênia, como parte da estratégia de Macron de ampliar parcerias com o Sul Global antes de Évian. Foi o primeiro evento desse tipo organizado pela França em um país anglófono desde que os encontros África-França começaram, nos anos 1970, e reuniu mais de 30 chefes de Estado africanos. Macron anunciou um pacote de EUR 23 bilhões em investimentos, sendo EUR 14 bilhões oriundos de fundos públicos e privados franceses e EUR 9 bilhões de empresas africanas, com foco em transição energética, agricultura e inteligência artificial (AL JAZEERA, 2026). O presidente declarou apoio à criação de um mecanismo de garantia de primeira perda para reduzir o risco de investimentos no continente, comprometendo-se a defender a proposta junto ao G7 em Évian.

Na oportunidade, líderes africanos reafirmaram não querer ser tratados como receptores de ajuda ou em termos de empréstimos, mas em termos de investimentos que a África tem a oferecer. Sobre a percepção de risco indevidamente elevada por parte dos credores, o presidente queniano, William Ruto, afirma: “Queremos uma arquitetura financeira internacional funcional, representativa e justa, uma que reconheça as nossas oportunidades, uma que não julgue injustamente as economias africanas” (REUTERS, 2026). O líder queniano espera levar propostas discutidas em Nairóbi para Évian.

Diante do curto prazo até a Cúpula de Évian, a principal interrogação que persiste é: será que a França, que apostou na ampliação do diálogo e na retomada do espírito fundador do G7, será capaz de traduzir os princípios proclamados em compromissos capazes de fazer diferença real para as populações dos países em desenvolvimento?

## Referências

AL JAZEERA. France's Macron announces \$27bn investment in Africa at Kenya summit. Al Jazeera, 12 maio 2026. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2026/5/12/frances-macron-announces-27bn-investment-in-africa-at-kenya-summit>. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL 247. Brazil promotes critical minerals and investment agenda at G7 meeting. Global Times, 19 maio 2026. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202605/1361366.shtml>. Acesso em: 24 maio 2026.

FRANCE. G7 Finance Ministers' and Central Bank Governors' communiqué, 19 May 2026. Ministério da Economia/Trésor, 2026b. Disponível em: <https://presse.economie.gouv.fr/g7-finance-ministers-and-central-bank-governors-communique-may-19-2026/>. Acesso em: 24 maio 2026.

LE MONDE. French minister says G7 talks were 'sometimes difficult'. Le Monde, Paris, 19 maio 2026. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/05/19/french-minister-says-g7-talks-were-sometimes-difficult\\_6753610\\_4.htm](https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/05/19/french-minister-says-g7-talks-were-sometimes-difficult_6753610_4.htm). Acesso em: 24 maio 2026.

JORNAL ECONÔMICO. Apesar dos EUA, G7 reafirma compromisso com o multilateralismo. Jornal Económico (Portugal), 20 maio 2026. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/apesar-dos-eua-g7-reafirma-compromisso-com-o-multilateralismo/>. Acesso em: 24 maio 2026.

KIRTON, John. G7 Evian 2026: Preliminary Prospects. G7 Research Group, University of Toronto, 2025. Disponível em: <https://www.g7.utoronto.ca/evaluations/2026evian/kirton-preliminary-prospects.html>. Acesso em: 24 maio 2026.

REUTERS. Deals and new partnerships on the menu at Africa-France summit. Reuters, Nairóbi, 11 maio 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/deals-new-partnerships-menu-africa-france-summit-2026-05-11/>. Acesso em: 25 maio 2026.

## **A OCDE busca reavaliar a cooperação para o desenvolvimento e reforçar ações climáticas**

*La OCDE pretende reevaluar la cooperación para el desarrollo y reforzar las medidas contra el cambio climático*

*The OECD aims to reassess development cooperation and strengthen climate action*

**Resumo:** Os destaques da OCDE se dividem entre a organização e promoção de um evento discutindo o futuro da cooperação para o desenvolvimento e a publicação de estudos variados sobre temas de cooperação para o desenvolvimento, ação climática, economia, saúde e políticas sobre biomedicina e setor farmacêutico.

**Palavras-chave:** G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

**Resumen:** Entre las novedades más destacadas de la OCDE se encuentran la organización y promoción de un evento en el que se debatirá el futuro de la cooperación para el desarrollo, así como la publicación de diversos estudios sobre temas relacionados con la cooperación para el desarrollo, la acción climática, la economía, la salud y las políticas sobre biomedicina y el sector farmacéutico.

**Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; Reunión Ministerial de Finanzas; Africa; OCDE; cooperación internacional.

**Abstract:** The OECD's highlights include organizing and promoting an event to discuss the future of development cooperation, as well as publishing a variety of studies on topics

such as development cooperation, climate action, the economy, health, and policies related to biomedicine and the pharmaceutical sector.

**Keywords:** G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation

Durante os dias 11 e 12 de maio de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organizou e promoveu a conferência internacional “*The Future of Development Co-operation: Charting strategic directions*”, reunindo virtual e presencialmente lideranças políticas, formuladores de políticas, formadores de opinião, representantes do setor privado e atores da sociedade civil em uma oportunidade na agenda mundial para debater e deliberar visões e ações para o futuro do cooperação para o desenvolvimento, conectando as realidades geopolíticas com as prioridades de desenvolvimento e traduzindo a visão em diretrizes estratégicas práticas, com o objetivo de revitalizar seu propósito, prioridades e impacto. No próprio material eletrônico da conferência, a mesma apontava que seu objetivo era de reconstruir a credibilidade e o foco da cooperação para o desenvolvimento, maximizar seu impacto e torná-la adequada para o futuro.

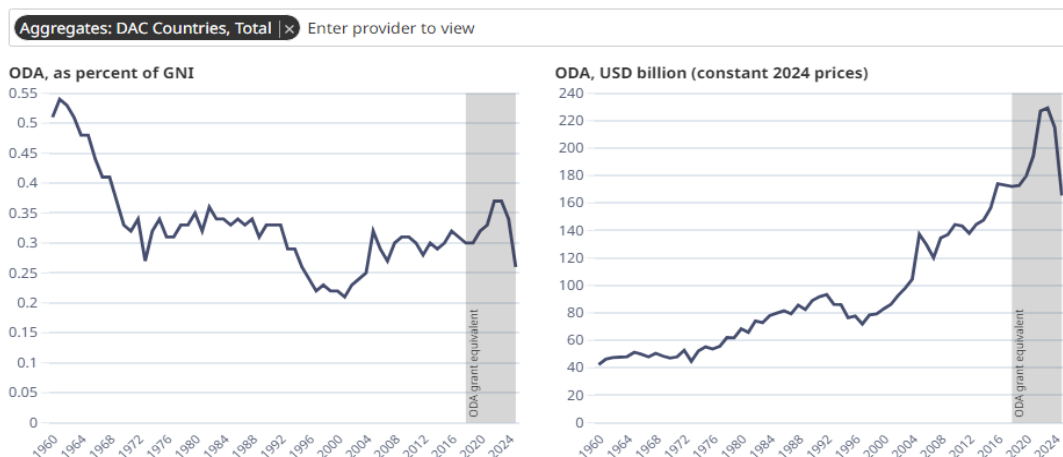
É interessante reforçar que o evento híbrido ocorreu em um contexto onde os dados preliminares do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da própria OCDE, sinalizaram o registro de que o ano de 2025 obteve uma queda histórica de 23,1% em relação ao ano anterior nos recursos mobilizados nas ações de ajuda ao desenvolvimento (AOD), sendo a maior contração anual já registrada e o segundo ano consecutivo de declínio, levando a AOD ao mesmo patamar do início da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Dessa maneira, o evento se tornou um espaço para discussões e reflexões sobre o estado da cooperação para o desenvolvimento, além de identificação de demandas e sugestões de prioridades de diferentes atores e regiões internacionais. Também foram disponibilizados em seu portal eletrônico materiais adicionais referentes aos tópicos discutidos, tais como, por exemplo, a assistência ao desenvolvimento no tema saúde, o papel da filantropia, os contornos de uma agenda coletiva de cooperação para o desenvolvimento, entre outros.

**Figura 1:** Ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) em perspectiva histórica: 1960-2025 — AOD, em percentagem do RNB; AOD, bilhões de dólares estadunidenses (preços constantes de 2024)

**Official development assistance (ODA) in historical perspective: 1960-2025**

Please note: from 2018 onwards, ODA is measured based on grant equivalents.



Na esteira de tal discussão, a organização divulgou também em maio o relatório *“Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013-2024”*. Parte da iniciativa que se concentra no financiamento climático fornecido e mobilizado por países desenvolvidos em direção à meta de mobilizar 100 bilhões de dólares estadunidenses anualmente para ações climáticas em países em desenvolvimento e avalia o progresso alcançado, o estudo delinea as tendências agregadas do financiamento climático anual fornecido e mobilizado pelos países desenvolvidos para a ação climática nos países em desenvolvimento no período de 2013 a 2024. Tais tendências são categorizadas e apresentadas por fonte de financiamento, tema climático, setor, grupo de renda e tipo de instrumento financeiro. Adicionalmente, o relatório inclui também informações sobre a estrutura contábil, os dados e os métodos que fundamentam os números. A pesquisa revela que a meta de US\$100 bilhões — já ultrapassada em 2022, com US\$115,9 bilhões — foi superada novamente em 2023 e 2024 por uma margem crescente.

Outra relevante adição relevante foi o estudo *“Scaling Up Private Action for Nature: Opportunities for Development Co-operation and Finance”* da própria organização. Nele, o tema explorado se torna para refletir em como a cooperação para o desenvolvimento pode ampliar a ação privada em prol da biodiversidade e do capital natural nos países em desenvolvimento. Para isso, o relatório destaca três pontos de partida entendidos como essenciais: (i) o fortalecimento de ambientes favoráveis; (ii) a promoção do engajamento do setor privado; e (iii) a mobilização de financiamento privado por meio de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento, financiamento misto e mitigação de riscos. Juntos, tais mecanismos podem auxiliar em direcionar o financiamento e o investimento de atividades que prejudicam a natureza para práticas mais sustentáveis, inclusive no que tange cadeias de valor e comércios globais. Com o sucesso de tal estratégia, a organização sinaliza que a cooperação para o desenvolvimento pode desempenhar um papel catalisador ao conectar partes interessadas (públicas e privadas), desbloquear investimentos e integrar a biodiversidade em políticas, operações e cadeias de suprimentos.

Ainda durante a quinzena de maio, a organização econômica internacional permaneceu a adicionar novos e interessantes títulos em seu extenso acervo de documentos, estudos e relatórios promovidos e publicados pela mesma. O presente informe, dessa forma, ressalta brevemente alguns desses.

O primeiro a ser destacado é o artigo *“Anticipatory governance for responsible innovation in synthetic biology”*, que examina como os governos têm adaptado as estruturas de governança para a biologia sintética, utilizando o *OECD Framework for Anticipatory Governance of Emerging Technologies* (Modelo da OCDE para Governança Antecipatória de Tecnologias Emergentes, em tradução livre) como lente analítica. A análise então revisa estratégias nacionais, iniciativas regulatórias e instrumentos de políticas nos países membros e parceiros da própria OCDE, identificando práticas emergentes em cinco dimensões de governança: (i) valores orientadores; (ii) inteligência estratégica; (iii) envolvimento das partes interessadas; (iv) agilidade regulatória; e (v) cooperação internacional.

Com base em exemplos de mecanismos consultivos nacionais e programas de inovação, o artigo ilustra como os governos estão integrando princípios de governança antecipatória nas políticas de bioeconomia. Embora tais abordagens indiquem uma mudança em direção a uma regulamentação mais prospectiva e adaptativa, a implementação permanece desigual entre as

jurisdições. Desse modo, o artigo culmina em considerações políticas para fortalecer a governança antecipatória e apoiar a inovação responsável na bioeconomia emergente.

Outro destaque é o documento *“Nature-positive cities: A conceptual frameworks”*, que explora como as cidades podem lidar com a questão da perda de biodiversidade e da natureza urbana e aproveitar melhor ações em consonância com a meta 12 do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Baseando-se em práticas atuais, o estudo identifica os principais obstáculos, incluindo conflitos com prioridades urbanas concorrentes, lacunas na orientação técnica, recursos financeiros limitados e processos fracos de monitoramento e avaliação. Em resposta a essas barreiras, o documento propõe uma abordagem abrangente de “Cidade Positiva para a Natureza” a fim de apoiar os formuladores de políticas na integração de objetivos políticos de biodiversidade, clima, bem-estar e economia no planejamento urbano, nos investimentos e na tomada de decisões em todos os níveis de governo.

No artigo *“What was the impact of the pandemic and energy-food shocks on European consumers’ “everyday spending”?: Insights from a new dataset of monthly card spending for 12 countries and 9 spending categories”*, seus autores se esforçam para transformar em dados o impacto da pandemia e de choques nos preços de energia e dos alimentos no consumo cotidiano europeu, construindo um conjunto complexo de dados granulares de alta frequência a partir de dados agregados e anonimizados em nível de transação da Mastercard. A partir de tal base, estima-se gastos os mensais nacionais e subnacionais para doze países europeus nos períodos entre 2018 a 2024.

O cenário revelado indica que os gastos do dia a dia se recuperaram após a pandemia, porém têm estado moderados desde 2022, marcando uma forte desaceleração em relação às tendências pré-2020 e apresentando uma trajetória mais fraca do que a sugerida pelos dados anuais das contas nacionais. Os dados mensais granulares indicam também como as famílias ajustaram seus gastos em diferentes categorias em resposta às mudanças bruscas nos preços e à queda na renda real. Os padrões subnacionais apontam que as regiões subnacionais mais pobres sofreram uma desaceleração mais acentuada nos gastos cotidianos, o que é consistente com sua maior exposição a bens essenciais, como alimentos e energia. Em frequência mensal, os aumentos na renda nominal estão associados a melhorias perceptíveis nos gastos reais.

Paralelamente, a OCDE ainda divulgou durante o período da quinzena a publicação de três documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos tópicos temáticos de Saúde. Assim, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

Na publicação intitulada *“Cluster analysis of non-communicable disease burden, prevention and management across EU27+2 countries”*, o foco principal é a análise de *cluster* de doenças não transmissíveis (DNTs) em vinte e sete países membros da União Europeia, além de Noruega e Islândia (UE27+2). Através de tal análise, é identificado perfis semelhantes de DNTs, incluindo em seu escopo aspectos como a carga da doença, exposição ao risco, medidas de prevenção e esforços de gestão. Os autores do artigo argumentam que os agrupamentos feitos na pesquisa podem auxiliar na orientação do trabalho colaborativo entre países para abordar prioridades comuns, compartilhamento de mecanismos e melhores práticas e traçar estratégias compartilhadas adaptadas a contextos comparáveis.

Já o artigo *“Valuing a reduction in the risk of non-fatal cancer: A large-scale multi-country stated preference approach”* a abordagem utilizada se preocupa em avaliar a carga de morbidade do câncer sob a ótica de quantificação de seu verdadeiro impacto econômico, apresentando os resultados do estudo de preferência declarada sobre a disposição dos

indivíduos em pagar para evitar os encargos físicos, emocionais e econômicos de sobreviver ao câncer em dez países (Canadá, Dinamarca, Estônia, Japão, México, Noruega, Eslovênia, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos).

Sua pesquisa faz parte de um projeto mais amplo da organização intergovernamental sobre a disposição a pagar para evitar efeitos negativos à saúde relacionados a produtos químicos (SWACHE, em inglês), que busca estabelecer valores internacionalmente comparáveis para a disposição a pagar para efeitos negativos à saúde decorrentes da exposição a produtos químicos. As constatações apresentadas no estudo têm potencial para análises de custo-benefício de políticas que afetam a exposição a carcinógenos conhecidos ou suspeitos, contribuindo, segundo a OCDE, para uma proteção à saúde pública mais eficaz e equitativa.

Por fim, no estudo de caso *“Due diligence essentials for responsible pharmaceuticals”*, a ênfase dada na pesquisa é no setor farmacêutico sob o olhar de diligência prévia (*due diligence*, em inglês). Compreendida como um setor situado na intersecção da inovação científica, da saúde pública e do comércio global, além de abranger uma complexa cadeia de valor que engloba pesquisa e desenvolvimento, fornecimento de matérias-primas, fabricação de medicamentos e distribuição, o documento atenta sobre os riscos e impactos relevantes, bem como as oportunidades e desafios que as empresas enfrentam na implementação de sua diligência prévia baseada em riscos, em conformidade com os padrões internacionais de conduta empresarial responsável.

Tudo isso destinando-se a informar de modo claro às empresas dentro e fora do setor farmacêutico que buscam compreender sua exposição aos riscos relacionados, além de formuladores de políticas e partes interessadas que desejam entender melhor as oportunidades para a promoção de uma diligência prévia eficaz no setor.

## Referências

OECD. The Future of Development Co-operation Charting strategic directions. OECD [Internet]. 2026 May 12 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.oecd-events.org/e/future-of-development-co-operation/en#bl-7d0b3f5b-c3a6-4b40-8749-390d707a7040>.

OECD. A historic decline in foreign aid: Preliminary 2025 ODA data. OECD [Internet]. 2026 Apr 09 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/data-explainers/2026/04/a-historic-decline-in-foreign-aid-preliminary-2025-oda-data.html>.

Ainsworth D. OECD special edition: So, what is the future of development?. DEVEX [Internet]. 2026 May 13 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.devex.com/news/oecd-special-edition-so-what-is-the-future-of-development-112478>.

OECD. Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013-2024. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ab5eb9ad-en>.

OECD. Developed countries exceed USD 100 billion climate finance goal for third consecutive year. OECD [Internet]. 2026 May 21 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/05/developed-countries-exceed-usd-100-billion-climate-finance-goal-for-third-consecutive-year.html>.

OECD. Scaling Up Private Action for Nature: Opportunities for Development Co-operation and Finance. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/cae9a3dc-en>.

OECD. Anticipatory governance for responsible innovation in synthetic biology. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];193. Available from: <https://doi.org/10.1787/864dd003-en>.

OECD. Nature-positive cities: A conceptual framework. OECD Regional Development Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];183. Available from: <https://doi.org/10.1787/c2ca2a9a-en>.

Amann J, Barnes S, Monteiro L, Goel S, Haugh D. What was the impact of the pandemic and energy-food shocks on European consumers' "everyday spending"? Insights from a new dataset of monthly card spending for 12 countries and 9 spending categories. OECD Economics Department Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];1864. Available from: <https://doi.org/10.1787/608804a8-en>.

Cecchini M, Vuik S, Everard C. Cluster analysis of non-communicable disease burden, prevention and management across EU27+2 countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];195. Available from: <https://doi.org/10.1787/eba334a3-en>.

Herrera-Araujo D, Andersson H, Dussaux D, Kostopoulou M, Bystrom O. Valuing a reduction in the risk of non-fatal cancer: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];274. Available from: <https://doi.org/10.1787/0345660e-en>.

OECD. Due diligence essentials for responsible pharmaceuticals. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/07/responsible-business-conduct-spotlights\\_f7f722d0/due-diligence-essentials-for-responsible-pharmaceuticals\\_3ef83d6e/d23c0086-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/07/responsible-business-conduct-spotlights_f7f722d0/due-diligence-essentials-for-responsible-pharmaceuticals_3ef83d6e/d23c0086-en.pdf).

## **Na impossibilidade de uma Declaração conjunta, chanceleres dos BRICS emitem Declaração do presidente e se coordenam para a próxima Cúpula dos Líderes**

*Ante la imposibilidad de una declaración conjunta, los cancilleres de los BRICS emiten una Declaración de la Presidencia y coordinan la próxima Cumbre de Líderes*

*In the absence of a joint declaration, the BRICS foreign ministers issue a Chair's Statement and coordinate preparations for the upcoming Leaders' Summit*

**Claudia Hoirisch**

**Resumo:** A reunião dos chanceleres dos BRICS abarcou três sessões — assuntos globais e regionais; os vinte anos do grupo, mais especificamente seus esforços conjuntos a favor da sustentabilidade, inovação, cooperação e desenvolvimento equilibrado e, a reforma da governança global e do sistema multilateral. A tentativa iraniana de aprovar uma condenação conjunta às ações de Washington e Tel Aviv acabou esbarrando em divergências internas entre os membros do grupo, visto que alguns membros como os Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita estão diretamente envolvidos na situação atual na região da Ásia Ocidental. Apesar das diferenças entre os países, o BRICS segue fortalecendo sua articulação internacional e mantendo a defesa de reformas nas instituições multilaterais, especialmente na ONU, como forma de ampliar o protagonismo do Sul Global diante da influência das potências ocidentais. Nesse sentido, o apoio à candidatura de Michelle Bachelet para a ONU representa um consenso entre os membros e uma oportunidade para o Sul Global. Na área da saúde, os chanceleres destacaram as negociações em curso sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (OMS), notaram as contribuições dos sistemas de medicina tradicional, reafirmaram o compromisso de colaborar em saúde digital e resistência antimicrobiana e apoiaram as atividades do Centro de P&D de Vacinas dos BRICS, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce dos BRICS para prevenção e resposta a doenças infecciosas em massa, na Rede de Pesquisa em TB dos BRICS e na implementação da Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas. A reunião dos chanceleres do BRICS serviu de precursora para a Cúpula dos Líderes do BRICS, que ocorrerá nos dias 12-13 de setembro de 2026.

**Palavras-chave:** Reunião dos MRE dos BRICS; Reforma da governança global; Candidatura de Michelle Bachelet à ONU; Sul Global; Sistema de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios; Saúde digital; Resistência antimicrobiana; Centro de P&D de Vacinas dos BRICS; Sistema Integrado de Alerta Precoce dos BRICS; Rede de Pesquisa em TB; Parceria BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas; XVIII Cúpula dos Líderes do BRICS.

**Resumen:** La reunión de ministros de Asuntos Exteriores de los BRICS incluyó tres sesiones — una sobre temas globales y regionales; otra sobre el vigésimo aniversario del grupo, más concretamente sus esfuerzos conjuntos en favor de la sostenibilidad, la innovación, la cooperación y el desarrollo equilibrado; y la reforma de la gobernanza global y el sistema multilateral. El intento de Irán de aprobar una condena conjunta de las acciones de Washington

y Tel Aviv se topó con desacuerdos internos entre los miembros del grupo, dado que algunos están directamente involucrados en la situación actual de la región de Asia Occidental, como Arabia Saudita y los Emiratos Árabes Unidos. A pesar de las diferencias entre los países, los BRICS siguen fortaleciendo su articulación internacional y manteniendo su defensa de las reformas en las instituciones multilaterales, especialmente en la ONU, como vía para ampliar el protagonismo del Sur Global frente a la influencia de las potencias occidentales. En este sentido, el apoyo a la candidatura de Bachelet a la ONU representa un consenso entre los miembros y una oportunidad para el Sur Global. En el ámbito de la salud, los ministros de Relaciones Exteriores destacaron las negociaciones en curso sobre el Sistema de Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios (OMS), reconocieron las contribuciones de los sistemas de medicina tradicional, reafirmaron su compromiso con la colaboración en salud digital y resistencia a los antimicrobianos, y respaldaron las actividades del Centro de Investigación y Desarrollo de Vacunas de los BRICS, el desarrollo del Sistema Integrado de Alerta Temprana de los BRICS para la prevención y respuesta a enfermedades infecciosas masivas, la Red de Investigación sobre Tuberculosis de los BRICS y la implementación de la Alianza para la Eliminación de las Enfermedades Determinadas Socialmente. La Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de los BRICS sirvió como antesala de la Cumbre de Líderes de los BRICS, que tendrá lugar los días 12 y 13 de septiembre de 2026.

**Palabras-clave:** Reunión de Ministros de Asuntos Exteriores de los BRICS; Reforma de la gobernanza global; Candidatura de Michelle Bachelet a la ONU; Sur Global; Sistema de Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios; Salud digital; Resistencia a los antimicrobianos; Centro de Investigación y Desarrollo de Vacunas de los BRICS; Sistema Integrado de Alerta Temprana de los BRICS; Red BRICS de Investigación sobre la Tuberculosis; Alianza BRICS para la Eliminación de las Enfermedades Determinadas Socialmente; XVIII Cumbre de Líderes de los BRICS.

**Abstract:** The BRICS Foreign Ministers' Meeting encompassed three sessions — global and regional issues; the group's 20th anniversary, more specifically its joint efforts in favour of sustainability, innovation, cooperation and balanced development; and the reform of global governance and the multilateral system. Iran's attempt to approve a joint condemnation of the actions of Washington and Tel Aviv ultimately ran into internal disagreements among the group's members, given that some members as Saudi Arabia and The Emirates are directly involved in the current situation in the West Asian region. Despite the differences between the countries, BRICS continues to strengthen its international articulation and maintain its advocacy for reforms in multilateral institutions, especially the UN, to expand the protagonism of the Global South in the face of the influence of Western powers. In this sense, support for Bachelet's candidacy for the UN represents a consensus among the members and an opportunity for the Global South. In the area of health, the foreign ministers highlighted the ongoing negotiations on the Pathogen Access and Benefit Sharing (PABS) System (WHO), noted the contributions of traditional medicine systems, reaffirmed their commitment to collaboration on digital health and antimicrobial resistance, supported the activities of the BRICS Vaccine R&D Center, the development of the BRICS Integrated Early Warning System for the prevention and response to mass infectious diseases, the BRICS TB Research Network, and the implementation of the Partnership for the Elimination of Socially Determined Diseases. The BRICS Foreign Ministers' Meeting served as a precursor to the BRICS Leaders' Summit, which will take place on September 12-13, 2026.

**Keywords:** The BRICS Foreign Ministers' Meeting; Reform of global governance; Bachelet's candidacy for the UN; Global South; Pathogen Access and Benefit Sharing System; Digital health; Antimicrobial resistance; BRICS Vaccine R&D Center; BRICS Integrated Early Warning System;

*BRICS TB Research Network; BRICS Partnership for the Elimination of Socially Determined Diseases; XVIII BRICS Leaders' Summit.*

**Figura** — Encontro dos Ministros das Relações Exteriores do BRICS



Fonte: Sputnik. [https://x.com/sputnik\\_brasil/status/2054826827365884172](https://x.com/sputnik_brasil/status/2054826827365884172)

Os ministros das Relações Exteriores dos BRICS se reuniram nos dias 14 e 15 de maio na Índia, para discutir temas centrais da agenda internacional, com destaque para o conflito no Oriente Médio, a reforma da ONU e o fortalecimento da cooperação entre os países do bloco em meio ao cenário de instabilidade geopolítica.

A reunião contemplou três sessões: assuntos globais e regionais; 20 anos do BRICS: esforços conjuntos a favor da sustentabilidade, inovação, cooperação e desenvolvimento equilibrado e, reforma da governança global e do sistema multilateral.

### **Assuntos globais e regionais: tentativa iraniana de aprovar uma declaração conjunta sobre o conflito na Ásia Ocidental**

A tentativa iraniana de aprovar uma condenação conjunta do BRICS às ações de Washington e Tel Aviv acabou esbarrando em divergências internas entre os membros do grupo, posto que alguns estão diretamente envolvidos na situação atual na região da Ásia Ocidental, o que impactou a formação de um consenso sobre uma posição comum dos BRICS sobre o conflito em andamento. Os Emirados Árabes Unidos resistiram em condenar os EUA e Israel levando a Índia a divulgar apenas uma **“declaração do presidente e documento final”**<sup>1,2</sup>, reconhecendo as diferentes opiniões sobre o conflito na Ásia Ocidental. A recente saída dos EAU da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) pode ter afetado a coesão, principalmente na relação com a Arábia Saudita.

<sup>1</sup>[https://d2jjw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/05/15173225/BRICS\\_Chairs\\_Statement\\_May15\\_2026.pdf](https://d2jjw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/05/15173225/BRICS_Chairs_Statement_May15_2026.pdf)

<sup>2</sup><https://www.msn.com/en-in/news/other/brics-2026-which-nations-are-attending-foreign-ministers-meeting-in-new-delhi/ar-AA234Gza?ocid=BingNewsSerp>

## **20 anos do BRICS**

Na sessão do 20º aniversário do BRICS, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo Contingente de Reservas foram apontados como demonstrações da capacidade do BRICS de criar alternativas críveis dentro do sistema financeiro internacional.

Sobre cooperação foram apontadas as novas parcerias em saúde; sobre sustentabilidade, destacaram o foco contínuo na ação climática, energia limpa e caminhos de crescimento sustentável.

### **Reforma da Governança Global e o Sistema Multilateral**

Os Chanceleres dos BRICS discutiram a importância da multilateralidade e multipolaridade na ordem internacional — algo que tem sido ameaçado pelo presidente Trump ameaçou no ano passado com uma tarifa adicional de 10% “qualquer país que se alinhasse com as ‘políticas antiamericanas’ dos BRICS”.

Sobre as Nações Unidas, destacaram a urgência para avançar em negociações sobre a reforma da ONU e do seu Conselho de Segurança, incluindo a expansão de categorias permanentes e não permanentes.

Sobre finanças internacionais, levantaram a necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional para que bancos multilaterais de desenvolvimento se tornem mais responsivos, robustos e melhor preparados, além de melhorar o acesso ao financiamento para desenvolvimento e para o clima.

Sobre o comércio, enfatizaram a importância de um sistema internacional de comércio baseado em regras, justo, aberto e inclusivo, com a OMC em seu núcleo.

Apesar das diferenças entre os países, o BRICS segue fortalecendo sua articulação internacional e mantendo a defesa de reformas nas instituições multilaterais como forma de ampliar o protagonismo do Sul Global diante da influência das potências ocidentais. Nesse sentido, o apoio à candidatura de Michelle Bachelet para a ONU representa um consenso entre os membros e uma oportunidade para o Sul Global.

Também foi discutida a importância da defesa do direito internacional, a garantia do comércio marítimo seguro e sem entraves pelas vias navegáveis internacionais e a proteção da infraestrutura e as vidas civis, concluiu o comunicado.

### **A saúde no documento**

Os chanceleres saudaram o aprofundamento da cooperação em iniciativas globais de saúde, inclusive no âmbito da OMS, e sublinharam a importância de sistemas de saúde equitativos, acessíveis e resilientes, através do fortalecimento da colaboração e de iniciativas de capacitação. Nesse contexto, destacaram as negociações em curso sobre o Sistema de Acesso a

Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS)<sup>3</sup>, parte central do Acordo sobre Pandemias da OMS e seu papel no fortalecimento da preparação, prevenção e resposta globais a emergências de saúde. Reafirmaram seu compromisso em promover a colaboração em saúde digital, resistência antimicrobiana e medicina nuclear. Notaram as contribuições dos sistemas de medicina tradicional para cuidados preventivos, tratamento médico, reabilitação, bem-estar holístico e práticas de saúde comunitárias. Apoiaram as atividades do Centro de P&D de Vacinas dos BRICS, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce dos BRICS para prevenção e resposta a doenças infecciosas em massa, as operações da Rede de Pesquisa em TB dos BRICS e a implementação da Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas.

### **A atuação do Brasil na reunião**

Representando o Brasil, o chefe do Itamaraty Mauro Vieira se reuniu com autoridades de diversos países do grupo no 1º dia da reunião, incluindo Rússia, África do Sul e Irã. Na reunião com Lavrov, discutiu a eleição do próximo SG da Organização das Nações Unidas. O Brasil apoia a candidatura da ex-presidente chilena Michelle Bachelet, enquanto a Rússia possui peso decisivo no processo uma vez que é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Com o chanceler sul-africano, abordou temas bilaterais e questões globais, incluindo a atuação conjunta no BRICS e no G20. A África do Sul foi ameaçada por parte dos EUA de ser excluída da próxima reunião do G20, enquanto o Brasil manifestou apoio à participação do país africano. A candidatura de Bachelet também esteve entre os assuntos debatidos.

Com o Irã, discutiu os ataques de Estados Unidos e Israel contra aquele país.

### **Considerações finais**

O Irã pediu aos países BRICS que condenassem os EUA e Israel pelo que chamou de “agressão ilegal” contra Teerã.<sup>4</sup>

Irã, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita já se enfrentaram diversas vezes nos últimos meses devido aos lançamentos de drones e mísseis iranianos às instalações de produção de petróleo e à infraestrutura energética emiradenses.

O Irã atacou a infraestrutura petrolífera saudita, atingindo depósitos de combustível e o grande oleoduto Leste-Oeste, que liga o país ao Mar Vermelho. Os Emirados continuam criticando o que descreveram como uma “agressão iraniana flagrante”, em um comunicado de seu ministério da defesa em 10 de maio informando que a Federação da Península Arábica se envolveu contra 2.265 drones e 551 mísseis iranianos<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> O PABS foi aprovado em maio de 2025, garante o compartilhamento ágil e transparente de materiais biológicos e sequenciamento genético e obriga os fabricantes a disponibilizar 20% de sua produção (vacinas, tratamentos, diagnósticos) à OMS para distribuição em países de baixa/média renda durante emergências. Tem por objetivo evitar as desigualdades na distribuição de insumos observadas na pandemia de Covid-19, assegurando acesso a produtos de saúde em tempo real.

<sup>4</sup> <https://apnews.com/article/india-brics-iran-war-4fe5c3ff22993f8e24cf917df56d781c>

<sup>5</sup> <https://www.hindustantimes.com/india-news/west-asia-war-to-cast-shadow-on-brics-meet-101778550986613.html>

As divergências sobre o conflito já haviam impedido a adoção de uma declaração conjunta em uma reunião de altos funcionários do BRICS que aconteceu nos dias 23 e 24 de abril sobre a região do Oriente Médio e Norte da África (MENA).

Era de se esperar que o lado indiano se encontrasse em uma posição desafiadora para produzir uma declaração conjunta. Enquanto o Irã está ansioso pela condenação dos EUA e de Israel, a Índia quer estabilidade, a China está conversando com Washington, os Emirados Árabes Unidos querem rotas marítimas abertas e finalmente, a Arábia Saudita está observando os preços do petróleo com uma mistura de ansiedade e cálculo. Na impossibilidade de emitir uma declaração conjunta, os países foram levados a elaborar uma declaração da presidência que preparará o terreno para a XVIII Cúpula do BRICS<sup>6</sup> que será realizada nos dias 12-13 de setembro, na Índia.

No parágrafo de saúde, apesar da Declaração da Presidência ter sublinhado a importância de sistemas de saúde equitativos, acessíveis e resilientes, deixou de fora uma iniciativa importante proposta pela Rússia em 2024 e operacionalizada pelo Brasil em 2025: a Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde dos BRICS.

---

<sup>6</sup> A próxima reunião dos MRE/Internacionais do BRICS, será realizada à margem da 81ª Assembleia Geral da ONU (8-22/9).

## As crises latino-americanas começam a movimentar os ânimos sociais

*Las crisis latinoamericanas empiezan a agitar los ánimos sociales*

*The crises in Latin America are beginning to stir up social unrest*

*Sebastian Tobar e Sâmia de Brito*

**Resumo:** O cenário de crise econômica e securitária influencia tomadas de decisão políticas e sociais na América Latina. Na Argentina e na Bolívia, as políticas de austeridade e os cortes em diversos setores econômicos têm movimentado grupos sociais a demandar mudanças. Em Cuba, a população tem passado por uma profunda crise de abastecimento que tem influenciado diversos setores. Colômbia passa por processo eleitoral acirrado. O México fecha novo acordo com a União Europeia. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre inteligência artificial na saúde e esteve presente na Assembleia Mundial da Saúde; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões sobre estratégia de Uma Só Saúde e saúde inteligente e melhoria do sistema de saúde pública e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou de eventos sobre combate a incêndios e proteção a águas subterrâneas.

**Palavras-chave:** América Latina; cooperação Internacional; saúde.

**Resumen:** *El contexto de crisis económica y de seguridad influye en la toma de decisiones políticas y sociales en América Latina. En Argentina y Bolivia, las políticas de austeridad y los recortes en diversos sectores económicos han impulsado a los grupos sociales a exigir cambios. En Cuba, la población ha atravesado una profunda crisis de abastecimiento que ha afectado a diversos sectores. Colombia se encuentra inmersa en un reñido proceso electoral. México firma un nuevo acuerdo con la Unión Europea. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en eventos sobre inteligencia artificial en la salud y estuvo presente en la Asamblea Mundial de la Salud; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de América Central (COMISCA) participó en reuniones sobre la estrategia «Una sola salud» y la salud inteligente, así como sobre la mejora del sistema de salud pública; y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) participó en eventos sobre la lucha contra los incendios y la protección de las aguas subterráneas.*

**Palabras clave:** América Latina; cooperación internacional; salud.

**Abstract:** *The economic and security crisis is influencing political and social decision-making in Latin America. In Argentina and Bolivia, austerity policies and cuts across various economic sectors have spurred social groups to demand change. In Cuba, the population has been experiencing a severe supply crisis that has affected various sectors. Colombia is undergoing a heated electoral process. Mexico has signed a new agreement with the European Union. Regarding regional organizations, we note that the Andean Health Organization Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in events on artificial intelligence in health and attended*

*the World Health Assembly; the Executive Secretariat of the Central American Council of Health Ministers (COMISCA) participated in meetings on the One Health strategy, smart health, and improvements to the public health system; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO) participated in events on firefighting and groundwater protection.*

**Keywords:** *Latin America; international cooperation; health.*

Nas últimas duas semanas, a América Latina continuou sendo marcada por uma combinação de crises políticas, campanhas eleitorais, protestos sociais e tensões geopolíticas. Estes foram alguns dos eventos mais relevantes:

### **Mar Argentino como “um bem comum global”<sup>1</sup> e manifestações apoiando a saúde**

A Argentina mantém uma relação próxima com os Estados Unidos sob a presidência de Trump e assinou recentemente um novo acordo militar que considera o Mar Argentino “um bem comum global”.

Por meio de um acordo de cooperação militar entre a Marinha argentina e a Quarta Frota do Comando Sul, o governo autorizou operações conjuntas de vigilância e monitoramento com os Estados Unidos. A ação é sem precedentes na relação bilateral dos países e será realizada pelos próximos cinco anos, sob o nome de “Programa Global de Proteção dos Bens Comuns”. A iniciativa foi formalizada por meio de uma Carta de Intenções assinada entre as forças armadas dos dois países.

Os Estados Unidos conseguem com isso estabelecer uma estratégia que afasta seu rival geopolítico e geoeconômico, a China, do Atlântico Sul, porta de entrada para a Antártida e seus valiosos recursos naturais.

Enquanto isso, trabalhadores, médicos e pacientes marcharam por todo o país contra a diminuição do financiamento da saúde e denunciaram a escassez de medicamentos e vacinas na Marcha Federal pela Saúde, repudiando o corte de 63 bilhões de pesos promovido pelo governo Milei<sup>2</sup>.

A cena se repete por todo o país. Pessoas que deixaram de pagar planos de saúde privados ou perderam a cobertura da previdência social após ficarem desempregadas agora estão voltando aos hospitais públicos, enquanto médicos e enfermeiros lutam para manter turnos cada vez mais longos.

Autoridades da saúde relatam um aumento de 50% no número de pacientes em hospitais públicos. Isso ocorre em meio a uma crise econômica que forçou milhares de pessoas a deixarem de ter planos de saúde privados e coincide com cortes orçamentários denunciados por trabalhadores e especialistas.

---

<sup>1</sup> [https://www.clarin.com/politica/nuevo-acuerdo-estados-unidos-considera-bien-comun-global-mar-argentino\\_0\\_6FMMfuzTzz.html](https://www.clarin.com/politica/nuevo-acuerdo-estados-unidos-considera-bien-comun-global-mar-argentino_0_6FMMfuzTzz.html)

<sup>2</sup> <https://www.pagina12.com.ar/2026/05/20/marcha-federal-contra-el-ajuste-de-milei-en-salud-denuncian-hospitales-saturados-y-falta-de-medicamentos/>

Dez pontos que explicam a marcha em defesa da saúde pública<sup>3</sup>:

1. Aumento da mortalidade infantil e neonatal: A taxa de mortalidade infantil e neonatal, considerada o indicador mais sensível da situação social de um país, aumentou 0,5 por mil nascidos vivos: passou de 8 por mil em 2023 (o número mais baixo já registrado) para 8,5 em 2024.

2. Menos medicamentos para 20 milhões de pessoas: O Plano de “Remediar” não está sendo eliminado, está sendo modificado, anunciou o Ministério da Saúde, como um eufemismo para se referir ao desmantelamento do programa que fornecia 79 medicamentos aos Centros de Atenção Primária à Saúde (CAPS) em todo o país.

3. O PAMI (Seguro de Saúde que oferece cobertura a idosos, residentes e pensionistas) está passando por uma grave crise que afeta tanto pacientes quanto profissionais da saúde. Afeta um dos setores da população mais atingidos por este governo. Consultas estão sendo adiadas por meses, a cobertura de medicamentos está reduzida, serviços como oftalmologia e odontologia estão sendo interrompidos devido à falta de pagamento aos prestadores, e as farmácias correm o risco de fechar as portas pelo mesmo motivo.

4. Exclusão por meio da “Incluir Salud<sup>4</sup>”. Os atrasos nos pagamentos da Incorporar Salud resultaram em mais um obstáculo para que pessoas com deficiência tivessem acesso a seus tratamentos e terapias.

5. Menos vacinas, mais doenças. O declínio na cobertura vacinal é um problema regional. Mas é agravado no nível local, sob um governo que permite a retórica antivacina (a ponto de permitir que ela chegue ao Congresso) e que aborda a gestão de vacinas com uma perspectiva puramente comercial.

6. Empresas privadas de planos de saúde desregulamentadas, hospitais sobrecarregados. Um dos sinais mais claros da crise do sistema de saúde está associado à desregulamentação do sistema privado de plano de saúde que começou no início do governo Milei.

7. Insegurança no emprego: Uma parte significativa deste sistema hospitalar, mais exigente do que nunca, recai sobre os médicos residentes com baixas remunerações.

8. Encerramentos, fusões e reduções de pessoal. Em abril, foi revelado que o Centro Nacional de Diagnóstico e Pesquisa em Doenças Endêmicas e Epidêmicas (CeNDIE) seria incorporado ao Instituto Malbrán, enquanto o Centro Nacional de Controle de Qualidade e o Centro Nacional de Nutrição seriam extintos. Um ano antes, o Instituto Nacional de Medicina Tropical (Inmet) havia sido desmembrado. O Instituto Nacional do Câncer também foi dissolvido, tornando-se uma Diretoria dentro do Ministério. A medida resultou em uma redução de 40% do quadro de funcionários.

---

<sup>3</sup> [https://www.tiempoar.com.ar/ta\\_article/crisis-sanitaria-diez-puntos-que-explican-la-marcha-en-defensa-de-la-salud-publica/](https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/crisis-sanitaria-diez-puntos-que-explican-la-marcha-en-defensa-de-la-salud-publica/)

<sup>4</sup> O Programa Federal Incorporar Salud é um sistema de cobertura de assistência médica destinado a pessoas que recebem pensões não contributivas na Argentina. <https://www.argentina.gob.ar/salud/senadis/acceder-al-programa-federal-incluir-salud-0>

9. As medidas de austeridade continuam. A Decisão Administrativa 20/2026, publicada em 11 de maio no Diário Oficial, estabeleceu cortes orçamentários para todas as áreas sensíveis do governo provincial. Na saúde, uma redução de 63 bilhões de pesos impacta a compra de medicamentos e insumos (corte de 20 bilhões de pesos), a prevenção e detecção precoce do câncer (redução de 5 bilhões de pesos), o financiamento do Instituto Malbrán (redução de 1,1 bilhão de pesos) e uma redução no orçamento para gestão de vacinas (corte de 500 milhões de pesos), entre outros.

10. A saída da Argentina da OMS. O impacto dessa medida é menos palpável do que o de ajustes e cortes concretos. Mas está relacionado à concepção do sistema de saúde adotada pelo governo atual. Estar fora da Organização Mundial da Saúde — seguindo e imitando o exemplo dos Estados Unidos — significa menos acesso a recursos, menos preparo para emergências e menos coordenação e planejamento para situações que envolvam múltiplos países, como ocorreu com os casos de hantavírus no navio de cruzeiro que partiu de Ushuaia.

### **Bolívia: Crise Política e Protestos Contra o Governo**

A situação na Bolívia tornou-se um importante ponto de tensão regional. O governo de Rodrigo Paz enfrentou fortes mobilizações de mineiros, agricultores e organizações ligadas a Evo Morales. Os protestos denunciavam a inflação, a escassez de combustível e as políticas econômicas consideradas “neoliberais”. O governo denunciou uma tentativa de desestabilização institucional perante a Organização dos Estados Americanos (OEA) e anunciou mudanças no gabinete.

A polícia entrou em confronto com manifestantes, que exigiam a renúncia do presidente Rodrigo Paz, para impedi-los de avançar em direção à sede do governo.

Em um esforço renovado para atenuar os conflitos concentrados em El Alto, o presidente Rodrigo Paz anunciou na quarta-feira a reorganização de seu gabinete ministerial para torná-lo “mais ágil e mais próximo” da população e anunciou a criação de um Conselho Econômico e Social como um espaço aberto para que os diferentes setores sociais em conflito participem do debate e das decisões do Estado<sup>5</sup>.

No Conselho Permanente da OEA, houve manifestações de apoio ao governo democraticamente eleito da Bolívia e apelos para a resolução do conflito por meio do diálogo<sup>6</sup>. Diversos embaixadores ou representantes dos Estados-membros da OEA, que participaram da reunião, expressaram sua preocupação com a situação humanitária na Bolívia, visto que um bloqueio rodoviário por tempo indeterminado está impedindo a passagem de alimentos, combustível e medicamentos. Entretanto, os países membros do chamado Escudo das Américas — uma coalizão criada recentemente pelo presidente dos EUA, Donald Trump, com doze nações

---

<sup>5</sup> <https://www.vision360.bo/amp/noticias/2026/05/20/49020-paz-anuncia-el-reordenamiento-de-su-gabinete-y-la-creacion-de-un-consejo-economico-y-social-para-dar-voz-y-escuchar-a-los-movilizados>

<sup>6</sup> [https://eldeber.com.bo/pais/oea-expresan-preocupacion-situacion-humanitaria-bolivia-rechazan-intentos-desestabilizacion\\_1779291486?shem=d sdf,sharefoc,agadiscover s dl,,sh/x/discover/m1/4](https://eldeber.com.bo/pais/oea-expresan-preocupacion-situacion-humanitaria-bolivia-rechazan-intentos-desestabilizacion_1779291486?shem=d sdf,sharefoc,agadiscover s dl,,sh/x/discover/m1/4)

latino-americanas — apoiaram o governo boliviano diante dos protestos “violentos” que buscam “subverter a ordem constitucional”<sup>7</sup>.

Da mesma forma, a vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina, Susana Cordeiro, expressou o apoio da organização ao governo boliviano, em um contexto no qual elogiou o país por trabalhar “arduamente” para restabelecer a estabilidade, priorizando os mais vulneráveis<sup>8</sup>.

No Chile: O governo propõe que entidades de saúde e educação sejam obrigadas a denunciar a presença de migrantes em situação irregular

O governo do presidente Kast continua a criminalizar a migração e pressiona por uma medida que <sup>9</sup>aprimora o procedimento de deportação administrativa — atualmente em sua segunda fase — o governo apresentou uma emenda que exige que instituições de saúde, previdência social e educação informem às autoridades sobre a presença de migrantes em situação irregular:

“Todo órgão da Administração do Estado, instituição ou agência pública ou privada de previdência social ou saúde, ou estabelecimento de ensino público ou privado, será obrigado a fornecer à autoridade administrativa de imigração e fiscalização as informações que ela exigir.”

A obrigação de informar se aplicaria à Fonasa (o sistema público de saúde), à Isapres (seguradoras privadas de saúde), às AFPs (administradoras de fundos de pensão) e às escolas, bem como a unidades de saúde como hospitais e clínicas; e às creches, por serem consideradas o “primeiro nível do sistema educacional”, segundo o senador Andrés Longton, do partido Renovação Nacional.

“As informações que essas instituições podem fornecer são muito valiosas para a coleta de dados: elas podem detectar quais migrantes indocumentados, sem número de identidade chileno, estão realizando trabalhos proibidos por lei, sancionar empregadores e migrantes com multas e, o mais importante, acelerar os processos de deportação e coibir comportamentos ilegais, porém normalizados, que não estão sujeitos à fiscalização.”

Entretanto, os prefeitos da oposição enviaram uma longa carta ao presidente Kast, detalhando suas principais preocupações em relação à segurança, financiamento municipal, educação, programas sociais e custo de vida.

Um dos principais pontos abordados pelos prefeitos foi o aumento do custo de vida e seu impacto sobre as famílias e os municípios. Na carta, eles alertaram que “o impacto imediato

---

<sup>7</sup> Em uma declaração assinada pelos EUA e pelos países membros – Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago – a coalizão expressou sua preocupação com os protestos e bloqueios que visam “desestabilizar o governo democraticamente eleito da Bolívia”. <https://correodelsur.com/mundo/20260521/escudo-de-las-americas-respalda-a-gobierno-de-paz-y-rechaza-intentos-de-derrocamiento.html>

<sup>8</sup> O Banco Mundial é credor da Bolívia, com uma dívida superior a US\$ 1,7 bilhão, segundo dados de 30 de abril. Em fevereiro, seu conselho aprovou um financiamento de US\$ 200 milhões para um projeto de proteção social. <https://www.ebol.com.bo/econom%C3%ADa/banco-mundial-expresa-apoyo-al-gobierno-y-pondera-que-bolivia-trabaja-%E2%80%9Carduamente%E2%80%9D-por-la>

<sup>9</sup> <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/poblacion/inmigrantes/gobierno-propone-obligar-a-entidades-de-salud-y-educacion-a-reportar/2026-05-14/122355.html>

do aumento do preço dos combustíveis pressiona severamente os orçamentos familiares e as atividades econômicas que dependem do transporte diário<sup>10</sup>“.

Na Colômbia, os candidatos à presidência estão iniciando os eventos finais de campanha para a eleição que acontecerá em 31 de maio.

Barranquilla começou a se consolidar como um dos cenários políticos mais importantes do país, que sediará diversos eventos de encerramento de campanha para candidatos à presidência que buscam medir sua força, mobilizar apoiadores e enviar mensagens políticas importantes antes das eleições<sup>11</sup>.

A intensa atividade de campanha em Barranquilla não é coincidência; a cidade tornou-se um “campo de batalha estratégico” devido ao peso eleitoral da região caribenha e à sua capacidade de influenciar margens decisivas em um potencial segundo turno presidencial.

Para Iván Cepeda, o desafio reside em consolidar o crescimento eleitoral que o movimento de Petro vem experimentando no Caribe nos últimos anos. Para Paloma Valencia e Abelardo De la Espriella, a prioridade é disputar a liderança da direita e atrair setores de centro-direita insatisfeitos com o governo atual.

A tensão política também ocorre em meio a alertas sobre riscos eleitorais. A Missão de Observação Eleitoral (MOE) alertou recentemente para o aumento da desinformação, da estigmatização e da violência em diversas regiões do país durante a campanha presidencial.

## **Cuba: crise energética, deterioração econômica, tensões políticas e pressões de Estados Unidos**

A situação em Cuba nas últimas semanas tem sido marcada por uma combinação de crise energética, deterioração econômica, tensões políticas internas e forte pressão internacional, especialmente dos Estados Unidos.

O problema mais grave continua sendo a falta de combustível e o colapso do sistema elétrico. Em maio de 2026, as autoridades cubanas reconheceram que o país praticamente esgotou suas reservas de diesel e óleo combustível, causando apagões de até 20 ou 22 horas por dia em diversas regiões.

A infraestrutura energética de Cuba atravessa uma crise estrutural caracterizada por usinas termelétricas obsoletas, falta de manutenção, redução das importações de petróleo da Venezuela e dificuldades na importação de combustível devido a sanções e restrições financeiras. Em março e abril, ocorreram apagões massivos em todo o país, incluindo o colapso total da rede elétrica cubana.

A situação econômica continua a se deteriorar, com alta inflação, escassez de alimentos e medicamentos, declínio do transporte público, problemas em hospitais e serviços básicos, crescimento do mercado informal e migração.

---

<sup>10</sup> <https://www.meganoticias.cl/nacional/522018-alcaldes-oposicion-carta-jose-antonio-kast-peticiones-seguridad-contribuciones-costo-vida-13-05-2026.html>

<sup>11</sup> <https://www.aldia.co/que-pasa/barranquilla-se-convierte-en-campo-de-batalla-politica-durante-cierre-de-las>

O sistema de saúde cubano enfrenta sérias dificuldades<sup>12</sup> com a falta de suprimentos médicos, atrasos em cirurgias e vacinações, aumento de doenças transmitidas por mosquitos e problemas de saneamento associados à contaminação da água e ao acúmulo de lixo.

O acúmulo de lixo em cidades como Havana também piorou devido à falta de combustível para os caminhões de coleta de lixo.

Em diversas cidades, ocorreram protestos e manifestações<sup>13</sup> com pannels em resposta aos cortes de energia, à escassez, ao aumento do custo de vida e à crescente frustração social. Em março, ocorreram incidentes particularmente tensos, incluindo ataques a sedes do Partido Comunista em algumas cidades. Embora o governo mantenha o controle político e de segurança, há uma crescente agitação social e uma perda de legitimidade econômica.

As relações entre Cuba e os Estados Unidos entraram em uma fase particularmente crítica. O governo Trump intensificou a pressão: com o embargo de energia, sanções contra países e empresas que fornecem petróleo a Cuba e ameaças de novas medidas econômicas<sup>14</sup>. Ao mesmo tempo, o Secretário de Estado Marco Rubio ofereceu uma possível “nova relação<sup>15</sup>” com Cuba, condicionada a reformas políticas e eleições livres. Houve também significativa atenção da mídia em torno das acusações legais contra Raúl Castro, um aumento nos voos de reconhecimento dos EUA e rumores sobre possíveis cenários de transição política ou intervenção<sup>16</sup>.

A crise cubana hoje tem uma dimensão regional e internacional: a ilha está sofrendo com a redução do apoio petrolífero da Venezuela, a Rússia está tentando fornecer petróleo bruto, as tensões diplomáticas estão aumentando na América Latina e organizações internacionais e especialistas da ONU estão preocupados com uma potencial crise humanitária.

Os países latino-americanos expressaram posições divergentes em relação a Cuba: alguns apoiam a pressão dos EUA, outros denunciam o impacto humanitário do bloqueio energético<sup>17</sup>. China tem agido com cautela diante de uma das piores crises da nação caribenha<sup>18</sup>.

Dentro de Cuba, o governo de Miguel Díaz-Canel sustenta que a crise é principalmente uma consequência do embargo e do “bloqueio energético” dos EUA<sup>19</sup>.

---

<sup>12</sup> [https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/05/25/in-cuba-an-unprecedented-health-crisis-is-deepening-under-us-oil-blockade\\_6753797\\_4.html](https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/05/25/in-cuba-an-unprecedented-health-crisis-is-deepening-under-us-oil-blockade_6753797_4.html)

<sup>13</sup> <https://www.facebook.com/jorgeramosnews/videos/protestas-en-cuba-apagones-crisis-y-el-grito-de-libertad-mientras-el-mundo-entra/2153656525463933>

<sup>14</sup> <https://elpais.com/expres/2026-05-15/cuba-agota-sus-ultimas-reservas-de-combustible-mientras-crecen-las-protestas-y-el-cerco-de-washington.html>

<sup>15</sup> <https://www.reuters.com/world/americas/rubio-offers-aid-cuba-blames-leaders-message-its-people-2026-05-20>

<sup>16</sup> <https://elpais.com/expres/2026-05-21/ee-uu-imputa-a-raul-castro-y-ofrece-a-cuba-una-nueva-relacion-el-guion-venezolano-se-repite.html>

<sup>17</sup> Em meio à crise atual, agravada pela ameaça de sanções dos EUA ao envio de petróleo para a ilha desde o final de janeiro, a China enviou diversas doações a Cuba. Essas doações incluem quase 60 mil toneladas de arroz e uma doação de US\$ 80 milhões para equipamentos elétricos e infraestrutura energética. <https://atitudopopular.com.br/america-latina-reage-a-pressao-dos-eua-contr-cuba-e-expoe-nova-disputa-geopolitica-no-continente/>

<sup>18</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2114rle5do>

<sup>19</sup> <https://cadenaser.com/nacional/2026/05/18/diaz-canel-defiende-el-derecho-de-cuba-a-la-legitima-defensa-cadena-ser/>

O Departamento de Estado decidiu criminalizar e perseguir cidadãos cubanos com ligações ao comunismo e está revogando seus vistos<sup>20</sup>.

O Secretário Rubio enviou uma mensagem ao povo cubano no Dia da Independência, reafirmando o apoio inabalável dos Estados Unidos ao povo cubano em sua busca por liberdade, dignidade e autodeterminação. Abaixo, segue a transcrição traduzida dessa mensagem:

Neste dia, em 1902, a bandeira cubana tremulou pela primeira vez sobre um país independente. Mas eu sei que hoje vocês, que chamam a ilha de lar, estão passando por dificuldades inimagináveis. Hoje, quero compartilhar com vocês a verdade sobre o motivo do seu sofrimento. E quero lhes dizer o que nós, nos Estados Unidos, estamos oferecendo para ajudá-los não apenas a aliviar a crise atual, mas também a construir um futuro melhor. O motivo pelo qual vocês são forçados a sobreviver 22 horas por dia sem eletricidade não é por causa de um “bloqueio” de petróleo dos EUA. Como vocês sabem melhor do que ninguém, vocês sofrem com apagões há anos.

O verdadeiro motivo pelo qual vocês não têm eletricidade, combustível ou comida é porque aqueles que controlam o seu país saquearam bilhões de dólares, mas nada disso foi usado para ajudar o povo. Há trinta anos, Raúl Castro fundou uma empresa chamada GAESA. Essa empresa pertence às Forças Armadas e é administrada por elas, com receitas três vezes maiores que o orçamento atual do seu governo. Hoje, enquanto você sofre, esses empresários possuem US\$ 18 bilhões em ativos e controlam 70% da economia cubana. Eles lucram com hotéis, construção civil, bancos, lojas e até mesmo com o dinheiro que seus parentes enviam dos Estados Unidos — tudo passa pelas mãos deles. Eles ficam com uma porcentagem dessas remessas, mas você não vê um centavo sequer dos lucros da GAESA.

Em vez de usar o dinheiro para comprar petróleo, como todos os outros países do mundo, eles se apoiaram no petróleo gratuito fornecido por Hugo Chávez e Maduro para manter o dinheiro. Mas agora que o petróleo gratuito parou de fluir, eles estão comprando combustível para seus geradores e veículos, enquanto o povo é obrigado a fazer sacrifícios. Em vez de usar o dinheiro para manter e modernizar as usinas de energia danificadas, estão usando-o para construir mais hotéis para estrangeiros e enviar seus parentes para viver no luxo em Madri e até mesmo aqui nos Estados Unidos. Hoje, Cuba não é controlada por nenhuma “revolução”. Cuba é controlada pela GAESA. Um “estado dentro do estado” que não presta contas a ninguém e acumula os lucros de seus negócios para o benefício de uma pequena elite. E o único papel que o chamado “governo” desempenha é exigir que vocês continuem fazendo “sacrifícios” e reprimir qualquer um que ouse reclamar.

O presidente Trump está oferecendo uma nova relação entre os Estados Unidos e Cuba. Mas ela deve ser diretamente com vocês, o povo cubano, e não com a GAESA. Primeiro, estamos oferecendo US\$ 100 milhões em alimentos e medicamentos para vocês, o povo. Mas eles devem ser distribuídos diretamente ao povo cubano pela Igreja Católica ou outros grupos de caridade confiáveis. Não roubados pela GAESA para serem vendidos em uma de suas lojas. Mas o povo cubano não está interessado em caridade permanente. Eles querem a oportunidade de viver em seu próprio país como seus parentes vivem nos EUA ou em outros países ao redor do mundo. Hoje, da mídia ao entretenimento, do setor privado à política e da música aos esportes, os cubanos chegaram ao topo de praticamente todos os setores, em todos os países, exceto um...

---

<sup>20</sup> <https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/05/termination-of-green-card-of-cuban-national-tied-to-communist-regimes-top-financial-official/>

Cuba. Hoje em Cuba, apenas aqueles próximos ou pertencentes à elite da GAESA podem ter negócios lucrativos.

### **Equador: Preocupação com a Insegurança e a Militarização**

No Equador, crescem as dúvidas em relação ao governo de Daniel Noboa devido ao aumento da violência e à crise de segurança. Reportagens jornalísticas mostraram que, apesar da estratégia de “mão de ferro”, o país registrou níveis recordes de homicídios, e as críticas persistiram em relação às violações dos direitos humanos e à deterioração institucional.

### **O boom do petróleo na Guiana**

O PIB per capita da Guiana<sup>21</sup> despencou de US\$ 5.640 para US\$ 33.000 em menos de uma década. Essa queda drástica na renda dessa pequena nação sul-americana se explica pela descoberta de petróleo em alto-mar anunciada pela ExxonMobil em maio de 2015. A petrolífera americana conseguiu se reposicionar graças a esse petróleo bruto, mas a Guiana ainda não soube aproveitar seus recursos da mesma forma.

Quando a ExxonMobil extrai petróleo em alto-mar, toda essa produção contribui para o PIB da Guiana, mas grande parte dos lucros é transferida para o exterior e o Estado fica apenas com uma pequena parcela da receita.

A ExxonMobil iniciou sua campanha de exploração de petróleo e gás em águas guianenses em 2008. Em maio de 2015, a empresa, juntamente com seus parceiros Hess Corporation e a chinesa CNOOC, anunciou uma importante descoberta de petróleo no Bloco Stabroek, especificamente no poço Liza-1, a 190 quilômetros da costa. Mais de 30 descobertas adicionais foram feitas desde então, e estima-se que existam aproximadamente 11 bilhões de barris de óleo equivalente recuperável.

A ExxonMobil realizou sua primeira extração de petróleo bruto em 20 de dezembro de 2019, a partir de sua embarcação Liza Destiny, e a produção tem aumentado constantemente desde então. Estima-se que o consórcio esteja extraindo atualmente cerca de 900.000 barris por dia dos campos offshore de Liza Fase 1, Liza Fase 2, Payara e Yellowtail. Entretanto, espera-se que os campos de petróleo Uaru, Whiptail, Hammerhead e Longtail entrem em operação gradualmente entre o final deste ano e 2030, o que elevará a produção total para 1,7 milhão de barris por dia até este último ano.

O Acordo Petrolífero de 2016 estabelece os termos para a produção de petróleo e a partilha de lucros entre o governo da Guiana e o consórcio formado pela ExxonMobil<sup>22</sup>, Hess Corporation (controlada pela Chevron a partir de 2025) e a empresa chinesa CNOOC. A ExxonMobil detém uma participação de 45% e é a operadora, a Hess detém 30% e a CNOOC os restantes 25%. Este acordo estipula que, antes da partilha de lucros, a Guiana recebe royalties

---

<sup>21</sup> A Guiana é um pequeno país costeiro com cerca de 800.000 habitantes que, durante muito tempo, figurou entre as nações mais pobres das Américas. Seu nome significa "*terra de muitas águas*" na língua dos Warrau, uma tribo indígena da região. Durante séculos, esteve sob o controle de diversas potências europeias que exploraram continuamente suas riquezas naturais, apropriando-se de seus recursos. Espanhóis, holandeses, franceses e britânicos atravessaram suas fronteiras.

<sup>22</sup> <https://www.swissinfo.ch/spa/chevron%2c-victorioso-frente-a-exxonmobil%2c-compra-hess-y-podr%2c%a1-explotar-yacimiento-en-guyana/89714080>

Após o pagamento dos royalties, o contrato permite que o consórcio retenha até 75% da produção restante para recuperar os custos de exploração, operação, infraestrutura, perfuração, etc. (custo do petróleo). Por fim, o contrato estipula que o chamado “petróleo de lucro” — ou seja, o volume restante após a extração e venda do petróleo bruto e a dedução dos custos operacionais e de investimento — seja dividido igualmente entre a Guiana e o consórcio petrolífero.

### **México e União Europeia fortalecem relações**

O México e a União Europeia concluíram uma importante cúpula bilateral com um novo acordo comercial e político. A presidente Claudia Sheinbaum enfatizou a necessidade de diversificar as alianças econômicas em antecipação à próxima revisão do USMCA com os Estados Unidos e o Canadá. O acordo também fortaleceu a cooperação em segurança, migração e meio ambiente<sup>23</sup>.

Von der Leyen afirmou que o acordo assinado com o México é “um dos mais ambiciosos” que o bloco europeu já concluiu, enfatizando que ele fortalecerá a cooperação política, econômica e comercial.

“Este acordo abrangente que acabamos de assinar teve início em 1997 e é um dos mais ambiciosos que a União Europeia já concluiu.”

“É um acordo verdadeiramente abrangente desde o princípio, pois também abrange diálogo político, cooperação, investimento e, claro, comércio.”

“Com uma ratificação rápida, as tarifas sobre praticamente todas as exportações agrícolas mexicanas para a União Europeia desaparecerão. Imaginem as oportunidades que isso representa.”

“O Global Gateway é a estratégia de investimento europeia para o mundo que mobilizará € 5 bilhões (...) no México”, e ela mencionou explicitamente projetos em energias renováveis, mobilidade limpa, redes digitais e indústria farmacêutica.

Sheinbaum afirmou que a relação do seu país com a UE está a viver um momento “histórico” de cooperação e desenvolvimento partilhado após a assinatura do acordo.

“O México acolhe a União Europeia com a convicção de que estamos a viver um momento histórico na nossa relação, um momento em que as nossas nações optaram pela cooperação e pelo bem-estar partilhado. O México decidiu olhar para o mundo inteiro com dignidade e força”, disse ela.

A UE “demonstrou ao mundo que a cooperação para o desenvolvimento é viável” e recordou o “exemplo para o mundo” que, na sua opinião, foi dado pelos países europeus na construção de um projeto comum. Por conseguinte, valorizou o Acordo Global Modernizado como uma oportunidade para “consolidar uma relação estratégica baseada no respeito mútuo, na igualdade entre as nações e na confiança num futuro partilhado”.

---

<sup>23</sup> <https://efe.com/euro-efe/2026-05-22/mexico-union-europea-nuevo-acuerdo-global-modernizado/>

“Este acordo abre enormes oportunidades para ambas as regiões. Ele nos permitirá expandir o comércio (...) fortalecer nossas cadeias de produção e gerar novos investimentos que criarão empregos dignos e bem remunerados.”

### **Na Venezuela, 134 cidadãos chegaram ao país vindos do Panamá como parte da Missão de Retorno à Pátria.**

Um grupo de 134 cidadãos venezuelanos provenientes do Panamá chegou nesta sexta-feira, 22 de maio de 2026, ao Aeroporto Internacional Simón Bolívar em Maiquetía, localizado no estado de La Guaira<sup>24</sup>.

A Grande Missão de Retorno à Pátria<sup>25</sup> serve como base para a reunificação familiar e o fortalecimento do tecido social, permitindo que os migrantes retornados contribuam ativamente para o crescimento e o desenvolvimento da nação.

Segundo dados oficiais, mais de 20.000 migrantes retornaram à Venezuela em voos de repatriação entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026, ações com as quais o Governo reafirmou o compromisso do país co

### **O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre inteligência artificial na saúde e esteve presente na Assembleia Mundial da Saúde<sup>2627</sup>.**

O ORAS-Conhu participou da oficina “Descobrimiento sobre IA responsável em Saúde no Peru”, realizada pelo Ministério da Saúde do Peru em colaboração com o HealthAI<sup>28</sup> e a Fundação Movimento Saúde. O evento se realizou em dois dias e a agenda contou com discussão sobre fundamentos e aplicações atuais da IA e o ecossistema dos atores que atuam na área no Peru, além de identificação e mitigação dos riscos durante o ciclo de vida da IA, o que gerou um plano de implementação a curto e médio prazo.

Em sua intervenção, o secretário executivo, Fernando Araos, destacou que “A IA não é uma promessa para o futuro, é uma realidade que já está presente nos nossos sistemas de saúde. No entanto, o seu potencial só pode ser concretizado com sistemas interoperáveis, quadros éticos sólidos e uma regulamentação que concilie a inovação com a segurança das pessoas”. Araos também comemorou a entrada do Peru na HealthAI e sinalizou que esse será um passo para avançar na constituição da área de testes regional do Laboratório Andino de Inovação em Saúde que terá como objetivo realizar validação técnica e regulatória de IA na região andina.

---

<sup>24</sup> <https://www.telesurtv.net/retornan-venezuela-134-connacionales-gran-mision-vuelta-a-la-patria/>

<sup>25</sup> Este programa do Governo Venezuelano tem a missão de proteger e auxiliar os cidadãos venezuelanos que migraram de forma não planejada devido a sanções econômicas e medidas unilaterais, e que agora se encontram no exterior em situação de vulnerabilidade. <https://granmisionvueltaalapatria.gob.ve/>

<sup>26</sup> <https://orasconhu.org/es/peru-promueve-la-agenda-regional-de-inteligencia-artificial-responsible-en-salud-con-la>

<sup>27</sup> <https://orasconhu.org/es/oras-conhu-impulsa-la-equidad-y-resiliencia-sanitaria-de-la-region-andina-en-la-79a-asamblea>

<sup>28</sup> A HealthAI é uma organização sem fins lucrativos independente que promove o acesso equitativo a inovações sanitárias baseadas na inteligência artificial. Para mais informações: <https://healthai.agency>

O oficial-geral de tecnologia da informação do Ministério da Saúde do Peru, Alfonso Paz, destacou que é importante proteger os dados dos pacientes no processo de integração das ferramentas digitais na área.

O Secretário Executivo, Fernando Araos, e a Secretária Adjunta, Javiera Menay, participaram da 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS79) na ONU. Na Assembleia, Araos teve reuniões com a diretora de saúde global da Unicef, Helga Fogstad, e com o director da Organização Panamericana da Saúde, Jarbas Barbosa, no intuito de coordenar estratégias conjuntas para fortalecer a resiliência sanitária na região andina, com ênfase na preparação e resposta frente a doenças emergentes e reemergentes, a resposta sanitária nas zonas de fronteira e contextos de mobilidade humana, abordagem integral das doenças crônicas não transmissíveis, o fortalecimento da atenção primária e a recuperação e ampliação de coberturas de imunização nas zonas de maior vulnerabilidade nos Andes.

Araos reforçou a importância dos ambientes multilaterais como espaço de concertação da região andina frente as políticas pós-pandemia e a governança sanitária mundial.

**A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões sobre estratégia de Uma Só Saúde e saúde inteligente e melhoria do sistema de saúde pública.<sup>2930</sup>**

A SE-Comisca participou do Evento de Alto Nível para a revisão e discussão da Implementação da Estratégia “Uma só saúde” no Panamá com o objetivo de discutir a complexidade dos desafios sanitários incluindo a emergência e reemergência das doenças, degradação ambiental, perda de biodiversidade e efeitos da mudança climática. Além de autoridades do Panamá, também participaram representantes do Banco Mundial e OPAS. As discussões levaram aos próximos passos: proposta para criação de um Comitê Técnico Nacional Interdisciplinar e Intersetorial de Saúde Única e análise das oportunidades de colaboração de parceiros para desenvolvimento do Plano de Uma só Saúde Panamá.

Em evento paralelo à 79ª Assembleia Mundial de Saúde, a SE-comisca realizou, com apoio da República da China (Taiwan), o evento “Empoderamento de dados para o bem comum: implementação de Saúde inteligente e melhoria do sistema de saúde pública” para apresentar os avanços alcançados pelo aplicativo Avi One Health que tem como objetivo gerir e empoderar dados de saúde pública. No evento, os representantes de Taiwan destacaram a importância da transição dos sistemas de saúde básicos para ecossistemas de saúde digital integrados mediante a um enfoque de transformação centrada no ser humano.

---

<sup>29</sup> [https://www.sica.int/noticias/panama-se-prepara-para-la-implementacion-de-la-estrategia-de-una-sola-salud\\_1\\_138906.html](https://www.sica.int/noticias/panama-se-prepara-para-la-implementacion-de-la-estrategia-de-una-sola-salud_1_138906.html)

<sup>30</sup> [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-taiwan-icdf-realizan-evento-sobre-empoderamiento-de-datos-para-el-bien-comun-implementacion-de-salud-inteligente-y-mejora-del-sistema-de-salud-publica\\_1\\_138938.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-taiwan-icdf-realizan-evento-sobre-empoderamiento-de-datos-para-el-bien-comun-implementacion-de-salud-inteligente-y-mejora-del-sistema-de-salud-publica_1_138938.html)

## **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou de eventos sobre combate a incêndios e proteção a águas subterrâneas<sup>313233</sup>**

No tema de combate a incêndios, o OTCA realizou a ExpoMIF na Colômbia que reuniu experiências, instituições e atores territoriais empenhados na gestão sustentável do fogo na Amazônia. A iniciativa foi realizada pela Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) e do Observatório Regional Amazônico (ORA), organismos da OTCA que atuam na cooperação para intercâmbio de informações e busca de soluções conjuntas frente aos incêndios florestais.

Entre os resultados alcançados, foram criados 15 acordos coletivos e 31 acordos bilaterais entre as boas práticas participantes. Os temas abordados durante o evento foram: brigadas comunitárias, monitoramento territorial, resgate de fauna afetada por incêndios e estratégias de comunicação sobre manejo integral do fogo, entre outros, com o objetivo de integrar conhecimentos técnicos, científicos e tradicionais.

O Observatório Regional Amazônico (ORA) também realizou, na sede da OTCA, o workshop “Datos e informaciones para la Implementación del Manejo Integral del Fuego en la Región Amazónica: Fire Data”. O evento foi realizado em parceria com projeto CoRAMazonia, o Global Fire Hub da FAO e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e teve o objetivo de construir uma visão regional e atualizada sobre os dados, sistemas e ferramentas disponíveis para enfrentar os incêndios florestais na Amazônia.

Durante dois dias de workshop, foram discutidos temas como tecnologia de observações da Terra, monitoramento satelital, interoperabilidade de dados, sistemas de alerta precoce, plataformas regionais e ferramentas para prevenção, resposta e restauração frente a incêndios florestais. Além de mesas técnicas sobre lacunas de informações, necessidades de fortalecimento de capacidades e o papel do ORA para integração de dados estratégicos para o Manejo Integrado do Fogo (MIF).

Na abertura, o coordenador de Meio Ambiente da OTCA, Carlos Salinas, destacou que o trabalho regional sobre incêndios e manejo integrado do fogo é resultado de mais de uma década entre os países e fortalecida por meio de documentos conjuntos, como a Declaração de Belém e o Memorando de Entendimento na área entre os países do bloco.

Além de Salinas, participaram com intervenções, Gustavo Wachtel, coordenador do Projeto CoRAMazonia da GIZ, que enfatizou a importância de reunir especialistas de diferentes países para trocar experiências e gerar soluções regionais; Duarte Oom, da FAO, destacou que sistemas regionais podem transformar dados em informações estratégicas para tomadas de decisão e por fim, a diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM/Brasil) ressaltou a importância de fortalecer as redes de cooperação e o intercâmbio de informações entre instituições que produzem e utilizam dados sobre incêndios florestais.

No tema de proteção das águas subterrâneas, a OTCA, em parceria com o PNUMA, BID e GEF, lançou o Projeto Sistemas Aquíferos Amazônicos: “Rumo a uma Melhor Compreensão dos Sistemas Aquíferos Amazônicos para sua Proteção e Gestão Sustentável”, que tem como

---

<sup>31</sup> <https://otca.org/pt/a-amazonia-reforca-a-cooperacao-regional-no-combate-aos-incendios-florestais-atraves-da-expomif/>

<sup>32</sup> <https://otca.org/pt/fire-data-articula-cooperacao-regional-para-fortalecer-o-monitoramento-e-a-resposta-a-incendios-na-amazonia/>

<sup>33</sup> <https://otca.org/pt/aquiferos-amazonicos-ganham-projeto-regional-para-fortalecer-conhecimento-e-protecao-das-aguas-subterraneas/>

objetivo fortalecer o conhecimento científico e a gestão sustentável das águas subterrâneas da Amazônia. Participaram do lançamento oito delegações dos Países Membros da OTCA, incluindo autoridades nacionais da água e especialistas em águas subterrâneas, além de instituições responsáveis pelo financiamento. As delegações destacaram a relevância estratégica da iniciativa para o fortalecimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) na Bacia Amazônica.

Em suas intervenções, Isabelle Vanderbeck, representante do PNUMA, destacou o caráter regional e o fato de que o projeto fortalece a governança das águas subterrâneas e o especialista sênior da Divisão de Água e Saneamento do BID, Tiago Pena, reforçou o apoio do BID aos projetos regionais.

O projeto SSA está estruturado em cinco componentes complementares, que abrangem pesquisa científica, fortalecimento da governança transfronteiriça, implementação de projetos piloto, desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais e elaboração de uma Análise Diagnóstica Transfronteiriça e um capítulo do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para os sistemas aquíferos amazônicos.

## Peru, Colômbia e Brasil: três eleições, cenários diferentes, mas a mesma luta<sup>1</sup>

*Perú, Colombia y Brasil: tres elecciones, contextos diferentes, pero la misma lucha*

*Peru, Colombia, and Brazil: three elections, different scenarios, but the same struggle*

**Oscar Feo Istúriz<sup>2</sup>**

O fim da unipolaridade e a emergência de um mundo multipolar evidenciam a profunda crise que o imperialismo liderado pelos EUA enfrenta. Essa crise das potências ocidentais é uma clara expressão de seu declínio político e moral, bem como de uma polarização acentuada, alimentada pela desigualdade econômica e pela exclusão social. Da mesma forma, o fracasso de suas recentes intervenções militares demonstra que a velha ordem não detém mais o monopólio do poder nem a capacidade de ditar unilateralmente as regras do jogo internacional. A Venezuela, vítima de uma recente intervenção militar e política, é palco de luta e resistência, onde muitos patriotas clamam pela construção de uma ampla frente nacional para resgatar a República e conquistar a independência nacional. O Norte Global agora só tem a força e a guerra como meios de se manter. O capitalismo, como sistema predatório, carece de um futuro viável, mesmo que seu desfecho histórico possa se prolongar por mais algumas décadas.

Nesse contexto geopolítico, a América Latina tornou-se uma arena crucial que a estratégia imperialista dos EUA busca controlar para conter sua própria crise de hegemonia global. É nesse cenário contestado que três países da região enfrentam processos eleitorais decisivos: nos próximos dias, Colômbia e Peru elegerão novos presidentes, enquanto o Brasil o fará em alguns meses. Essas eleições não apenas reconfigurarão a liderança interna, mas também se tornarão um campo de confronto direto entre candidatos que, de maneiras diferentes, expressam os interesses das maiorias oprimidas, versus candidatos que representam os interesses do Norte Global, a subserviência ao império e o avanço de uma extrema-direita internacional com uma clara inclinação trumpista.

1. Peru. Em um segundo turno, dois candidatos se enfrentam: Roberto Sánchez, da coalizão de esquerda Juntos pelo Peru, que busca unir o descontentamento dos setores rurais e da classe trabalhadora; e, do outro lado, Keiko Fujimori, líder do partido de direita Força Popular. Em sua quarta tentativa de chegar à presidência, Fujimori defende o voto conservador e a ordem institucional. Essas eleições são uma clara expressão do confronto entre o “Peru profundo” — rural, indígena, frustrado e oprimido — e as políticas excludentes que controlam a vida do país a partir de Lima.

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado em espanhol em: <https://www.aporrea.org/internacionales/a353236.html>. Traduzido e publicado em português com a permissão do autor.

<sup>2</sup> **Oscar Feo Istúriz** é um médico venezuelano de saúde pública. Foi consultor e especialista da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (antigo ISAGS UNASUL). Foi Diretor Executivo da Organização Andina de Saúde (ORAS) e membro fundador da ALAMES.

2. A Colômbia se prepara para sua eleição mais polarizada da história para determinar o sucessor de Gustavo Petro, que, por mandato constitucional, não pode ser reeleito. Essas eleições se tornaram um referendo direto sobre as reformas sociais do atual governo e a política de “Paz Total”. Liderando as pesquisas está o senador de esquerda Iván Cepeda, porta-estandarte do Pacto Histórico, que busca dar continuidade ao projeto progressista com foco em justiça social, direitos humanos e transição energética. A oposição de direita disputa o segundo lugar entre a senadora Paloma Valencia, do Centro Democrático — que conta com o apoio do ex-presidente Uribe — e Abelardo de la Espriella, advogado de direita radical com uma retórica disruptiva de “tolerância zero” e um estilo outsider diretamente inspirado no argentino Javier Milei. O maior desafio da esquerda é vencer o primeiro turno; caso contrário, a Colômbia enfrentará um segundo turno de intensa tensão ideológica.

3. Brasil: Há uma polarização extrema entre o presidente Lula da Silva, que busca a reeleição para um quarto mandato, e Flávio Bolsonaro, senador e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. A campanha de Lula se baseia em ideais nacionalistas, na defesa da classe trabalhadora e na estabilidade econômica; enquanto isso, Bolsonaro, apoiado pelo bloco de direita, busca o apoio de eleitores conservadores e evangélicos. Essas eleições são cruciais para definir a hegemonia política e o equilíbrio de poder no continente.

Esses três países têm realidades muito diferentes, mas, para além de suas próprias nuances, expressam a mesma fratura histórica: o confronto aberto entre as forças “progressistas” que defendem os interesses dos povos oprimidos e lutam por sua emancipação, versus os candidatos do imperialismo, da extrema-direita e das grandes corporações transnacionais, determinados a perpetuar uma ordem de exclusão e subserviência e a salvaguardar os privilégios do antigo status quo global.

Por fim, é impossível separar o destino da América Latina do resultado das eleições de meio de mandato de novembro nos Estados Unidos. Com o governo de Donald Trump na metade de seu mandato e enfrentando níveis crescentes de desaprovação popular, essas eleições determinarão se os republicanos consolidarão seu controle legislativo ou se os democratas retomarão o controle do Congresso. No entanto, o indicador geopolítico mais revelador da crise interna do império não é apenas a disputa bipartidária, mas também o crescimento sustentado e a força popular dos movimentos que defendem o “socialismo democrático” dentro da própria sociedade americana. A ascensão dessas novas vozes populares mina o antigo Consenso de Washington e demonstra que a necessidade urgente de mudança sistêmica também está sendo semeada de dentro para fora.

Em resumo, estamos testemunhando as fissuras em um sistema global que está ficando sem tempo. A crise do imperialismo não é simplesmente uma situação econômica; é um colapso moral, político e social que está sendo contestado tanto nas urnas da nossa América quanto nas ruas do próprio Norte Global. Diante da agressão de um capitalismo predatório que só oferece a guerra como forma de sobrevivência, o futuro pertence aos povos que resistem e constroem alternativas soberanas. O momento da emancipação popular e da verdadeira independência da nossa República é agora; o desfecho desta história já começou. É por isso que, na Venezuela, estamos acompanhando de perto esses acontecimentos e dedicando todas as nossas forças à criação de uma frente anti-imperialista continental, bem como à construção de um grande acordo nacional para a recuperação da independência e a reconstrução do país. Continuamos a resistir!

## A Saúde no segundo turno das eleições de Peru

*La sanidad en la segunda vuelta de las elecciones de Perú*

*Health Care in the Second Round of Peru's Elections*

**Livia Ferreira e Sebastián Tobar**

No dia 7 de junho, será realizado o segundo turno das eleições presidenciais peruanas entre o candidato da coligação de esquerda Juntos pelo Peru: Roberto Sánchez e a candidata do grupo de direita Força Popular, Keiko Fujimori. Sánchez defende o regime de Pedro Castillo, proclamando-se seu herdeiro político e Keiko é filha do último ditador do Peru, Alberto Fujimori, que realizou um golpe de Estado contra si mesmo durante sua presidência, entre 1990 e 2000, e foi posteriormente condenado por crimes contra os direitos humanos.

Além de comentar os rumores de um possível golpe de Estado, caso o candidato de esquerda vença as eleições, neste artigo nos propusemos a analisar as propostas de saúde de cada um dos dois candidatos que disputam o segundo turno. Em termos gerais, a saúde não teve uma grande presença na campanha eleitoral. A pandemia de COVID-19 expôs uma realidade que havia sido deliberadamente ignorada: a precariedade e a profunda desigualdade do sistema de saúde peruano. Com quase 250 mil mortes e a maior taxa de mortalidade do mundo, ficou evidente que o Peru enfrenta um sistema fragmentado, fragilizado por anos de negligência estatal e cada vez mais mercantilizado.

Keiko Fujimori, tentará pela quarta vez chegar à presidência e seu plano de governo<sup>1</sup> fundamenta-se em um diagnóstico de precariedade extrema na infraestrutura de saúde pública. O plano de Keiko Fujimori, intitulado “PERU COM ORDEM”, é apresentado como seu compromisso de promover e “conduzir o país rumo a um novo estágio de ordem, estabilidade e crescimento”. A questão da ordem e da segurança é destacada em toda a proposta de governo fujimorista.

É interessante notar que a proposta do fujimorismo é apresentada de forma higienizada e com maquiagem, minimizando o peso de sua própria história. Basta lembrar que, na década de 1990, veículos de imprensa do mundo todo retratavam o Peru como palco de uma ditadura repleta de roubos, subornos e crimes, mas também afundada em suas próprias evidências incriminatórias, como quando Alberto Fujimori tentou viajar em um avião presidencial carregado de cocaína, causando um escândalo global, ou quando Montesinos<sup>2</sup> subornou políticos e empresários em massa, um fato amplamente noticiado pela imprensa internacional.

O Plano está organizado em torno de 3 pilares estratégicos e 20 temas prioritários:

---

<sup>1</sup> <https://mpesije.jne.gob.pe/docs/da4b943d-4344-4743-9362-a11ccf3054cb.pdf>

<sup>2</sup> Vladimiro Montesinos Torres é um ex-oficial militar e advogado peruano, mais conhecido por seu papel como chefe de facto do Serviço Nacional de Inteligência do Peru (SIN) durante a presidência de Fujimori. Montesinos era amplamente considerado o poder por trás do trono no governo de Fujimori e era frequentemente visto como a verdadeira autoridade, apoiado pelas Forças Armadas Peruanas.

O primeiro pilar, Ordem, abrange a ordem cívica, econômica e jurídica, com políticas que fortalecem o combate ao crime, garantem a disciplina fiscal e promovem o investimento privado em um ambiente de confiança e justiça.

O segundo pilar, Economia, impulsiona os setores produtivos — empreendedorismo, mineração, energia, agricultura, pesca, turismo, indústria, transporte e meio ambiente — com o objetivo de gerar crescimento, emprego formal e desenvolvimento regional.

O terceiro pilar, Social, prioriza educação, saúde, habitação, água e saneamento, segurança alimentar, programas sociais, previdência e esportes, assegurando igualdade de oportunidades e acesso universal a serviços de qualidade.

A visão do Plano de Governo 2026-2031 é expressa nos seguintes termos:

*Até 2031, o Peru será um país com ordem e livre de corrupção, com instituições fortes, regras claras e autoridades responsáveis, e um Estado que serve ao povo, é eficiente e orientado para resultados. Um país que cresce com estabilidade, promove o investimento privado e o empreendedorismo, e gera empregos decentes e formais. Um Peru integrado, onde todas as pessoas têm acesso a serviços públicos de qualidade, saúde, educação e oportunidades reais de desenvolvimento, consolidando-se como um país confiável para viver, trabalhar, abrir empresas e investir.*

A proposta do Ministério da Saúde surge de um diagnóstico da precariedade e desigualdade da infraestrutura de saúde.<sup>3</sup>

O estudo também identifica uma lacuna tecnológica e digital no sistema de saúde, onde o setor tem experimentado uma transformação digital limitada. Não existe um sistema nacional interoperável de registros eletrônicos de saúde, o que dificulta o monitoramento e o planejamento do tratamento dos pacientes.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Que identificou mais de 8.000 unidades de atenção primária à saúde no Peru. No entanto, mais de 60% delas operam em infraestrutura inadequada e carecem de serviços básicos como água potável ou fornecimento contínuo de energia elétrica (MINSa, Diagnóstico da Atenção Primária à Saúde, 2023). Diversos centros funcionam em instalações comunitárias ou educacionais, o que significa que não possuem as condições mínimas para prestar atendimento contínuo. Em relação ao segundo e terceiro níveis de atenção, correspondentes aos hospitais, também se observam deficiências de infraestrutura. Dos 159 hospitais públicos, 38% têm mais de 40 anos, e novos projetos de construção frequentemente enfrentam atrasos recorrentes, como é o caso dos hospitais em Piura, Puno e Cusco. O diagnóstico aponta ainda para uma acentuada desigualdade territorial: regiões como Huancavélica, Loreto e Ucayali apresentam disponibilidade de leitos hospitalares e serviços de emergência consideravelmente inferior ao padrão mínimo recomendado pela OPAS (2,5 leitos por 1.000 habitantes).

<sup>4</sup> Os sistemas de informação estão fragmentados entre a EsSalud, o MINSa, os serviços de saúde privados e as clínicas. A renovação dos equipamentos médicos tem sido inadequada: quase 30% estão obsoletos e muitos hospitais carecem até mesmo de tecnologia básica. Os processos de compra centralizados, como o SISMED, são lentos e burocráticos, atrasando a entrega de suprimentos essenciais, como medicamentos para o tratamento do câncer e instrumentos cirúrgicos.

Destaca-se a limitada capacidade preventiva do sistema de saúde, com ênfase em abordagens curativas e limitações significativas no nível da atenção primária devido à escassez de recursos humanos, equipamentos e financiamento.<sup>5</sup>

A baixa eficiência na gestão e nos gastos do sistema de saúde é outro aspecto destacado, com uma estrutura fragmentada composta por vários subsistemas: MINSA (Ministério da Saúde), EsSalud (Seguro Social de Saúde), autoridades regionais de saúde, governos regionais e clínicas privadas, e uma falta de mecanismos de coordenação operacional e financeira, o que leva à duplicação de funções, custos mais elevados e tempos de espera mais longos.<sup>6</sup>

O Plano formula suas propostas em termos de:

- Prevenção e promoção da saúde
- Atenção secundária
- Atenção complexa
- Fortalecimento institucional

E propõe as seguintes medidas para seus primeiros 100 dias de mandato:

- Lançamento do Sistema Nacional de Telemedicina para Áreas Rurais e Amazônicas
- Implementação do Sistema de Consulta Rápida em hospitais nacionais e regionais prioritários, reduzindo os tempos de espera com mecanismos digitais e priorizando pacientes crônicos.
- Início da implementação de uma Rede Nacional de Unidades Básicas de Saúde Materno-Infantil, fortalecendo a atenção preventiva, a vacinação e a educação em saúde em comunidades andinas e amazônicas.

Vale ressaltar que a proposta de Keiko Fujimori não aborda a necessidade de uma reforma abrangente do sistema de saúde, mas sim se concentra em melhorias semelhantes às já propostas. Além disso, deixa de mencionar a necessidade de aumentar o financiamento para o sistema de saúde.

O programa de saúde apresentado pela Fuerza Popular para estas eleições revela uma clara continuidade com o atual sistema de saúde peruano, que é altamente fragmentado,

---

<sup>5</sup> Segundo o Ministério da Saúde (MINSA, 2023), apenas um em cada cinco centros de saúde detecta ativamente doenças crônicas, e a cobertura do rastreio do câncer de mama é inferior a 20% (Instituto Nacional de Estatística e Informática, 2024). Em relação à saúde mental, a cobertura é insuficiente: existem apenas 248 centros comunitários de saúde mental em funcionamento em todo o país, representando uma lacuna de mais de 1.000 unidades (DGSM, 2024). Além disso, o sistema apresenta fragilidades na resposta a epidemias; a pandemia revelou deficiências na vigilância, nos testes diagnósticos, na disponibilidade de oxigênio e na coordenação inter-regional. Por fim, doenças como a anemia continuam a afetar 42% das crianças menores de três anos, apesar das diversas campanhas implementadas.

<sup>6</sup> Enquanto os hospitais públicos enfrentam situações de sobrecarga, há capacidade subutilizada em várias clínicas privadas. Por outro lado, a eficiência dos gastos públicos em saúde é limitada: mais de 40% do orçamento é destinado a salários e despesas administrativas, com baixo investimento ou subexecução em ativos estratégicos, como infraestrutura, equipamentos e programas preventivos. Em 2024, 89% do orçamento destinado a investimentos no setor de saúde foi executado. No entanto, os governos locais atingiram uma taxa de execução de apenas 67%, deixando quase 250 milhões de soles sem serem gastos. (Ministério da Economia e Finanças [MEF], 2024).

segmentado, sobrecarregado e mercantilizado. Muitas das ações propostas já estão em andamento, enquanto outras buscam mercantilizar ainda mais a assistência médica<sup>7</sup>.

A proposta fujimorista apresenta grandes lacunas: medidas para abordar os graves problemas de acesso e gestão dentro da EsSalud; o combate à corrupção desenfreada no setor; e de onde virá o orçamento proposto para o reforço das infraestruturas.

Por um outro lado, o candidato de esquerda, Roberto Sánchez impulsiona uma proposta com um plano de governo<sup>8</sup>, propondo quatro transformações fundamentais:

- i. Rumo a um novo pacto democrático: Propõe redefinir as regras do jogo para uma democracia real, justa e livre de corrupção.
- ii. Rumo a uma economia produtiva e soberana: Propõe superar o extrativismo por meio da diversificação industrial e do emprego decente.
- iii. Rumo a territórios com poder real: Propõe acabar com o centralismo e promover o desenvolvimento regional.
- iv. Rumo a uma sociedade com direitos e cuidados: Propõe garantir saúde, educação e uma vida digna para todos.

Nesta iv Transformação propõem-se Saúde e Educação Universais: garantindo serviços de qualidade, gratuitos e universais através da proposta de consolidação de um Sistema Único de Saúde.

A proposta de Sanchez projeta uma reforma profunda estruturada sob a premissa de que a saúde é um direito humano essencial e não uma mercadoria. O diagnóstico aponta que o sistema atual está colapsado e subfinanciado, operando com apenas 3,3% do PIB (abaixo da recomendação de 6% da OMS). Como consequência, 95,89% do primeiro nível de atendimento possui capacidade instalada inadequada e há um déficit crítico de profissionais (apenas 17,9 médicos por 10.000 habitantes).

O Candidato Sanchez avança ainda mais, no sentido que explícita de onde vai obter os recursos para sua reforma. Para reverter esse quadro e garantir o acesso universal, a proposta central do plano é elevar o gasto público em saúde para 8% do PIB. Esse montante histórico de investimento será utilizado para financiar as seguintes metas e eixos até 2031:

- Infraestrutura e Tecnologia: Implementação de Redes Integradas de Saúde (RIS) e criação de um Plano Maestro de Salud para ampliar hospitais de nível II, III e institutos especializados (garantindo que 100% deles tenham capacidade adequada). Também financiará um sistema nacional único e interoperável de referência e contrarreferência para reduzir o tempo de resposta em 40% e assegurar conectividade resiliente em postos de zonas rurais e amazônicas.
- Logística e Abastecimento: Criação de um Fundo Financeiro Intangível de Suprimentos Estratégicos Médicos para blindar o orçamento de farmácias e laboratórios. O operador

---

<sup>7</sup> Bardález del Águila, C e Zúñiga Olivares, M. (2026) realizam uma análise detalhada da proposta de Fujimori em seu artigo: "Programa Popular de Saúde: Mascarando a precariedade e incentivando o negócio". Publicado em la Revista Amuta Siglo XXI. Edición 43, Abril, disponible en <https://tr.ee/2E749vLWY9>

<sup>8</sup> <https://robertosanchezjp.com/docs/plan-gobierno.pdf>

CENARES<sup>9</sup> será fortalecido para centralizar compras, obter economia de escala e garantir a distribuição “capilar” de medicamentos até o nível local, eliminando o superfaturamento.

- Recursos Humanos: Expansão de 200% nas vagas de universidades públicas para carreiras de saúde, reforço do Residentado Médico e reforma do SERUMS<sup>10</sup> com incentivos financeiros e de carreira para fixar profissionais em áreas remotas.
- Metas Clínicas Preventivas: Financiamento baseado em resultados para reduzir a anemia infantil para menos de 20%, controlar 70% dos casos de hipertensão e diabetes, e garantir um tempo máximo de 72 horas para exames de diagnóstico (Raios X e laboratório). O plano adota um enfoque intercultural e descentralizado, transferindo a competência da gestão para governos regionais e locais.

Planeja-se o objetivo de que o financiamento em saúde tem que chegar a 8% do PIB: para viabilizar esse expressivo aumento de recursos, o partido descarta o modelo econômico atual e detalha uma estratégia de financiamento baseada em duas grandes fontes de arrecadação:

- Reforma Tributária e Justiça Fiscal: O plano visa elevar a pressão tributária nacional para 25% do PIB. Para isso, propõe a criação de um imposto progressivo sobre grandes fortunas em situações de crise, a taxação de lucros extraordinários (sobre ganhos) das empresas, o combate rigoroso à evasão e elusão fiscal, e o fim de privilégios e isenções fiscais a grandes grupos econômicos (como as agroexportadoras, que teriam recebido mais de 20 bilhões de soles em benefícios).
- Recuperação de Recursos Naturais Estratégicos: O Estado recuperará a soberania sobre o subsolo, revisando e renegociando contratos de exploração de gás, mineração e hidrocarbonetos. Propõe-se um aumento de 20% nas regalias minero-energéticas e a obrigatoriedade de que qualquer empresa particular pague diretamente ao Estado pela extração, além de reservar recursos energéticos e produtivos para a gestão direta estatal. Parte desses tributos gerados nas regiões permanecerá nelas para financiar as urgências locais de saúde.

Em resumo, a proposta visa promover o seguinte:

- Saúde como um direito humano fundamental e uma crítica à mercantilização do sistema.
- Reforma estrutural: redes de saúde integradas e um sistema nacional único de encaminhamento e contra-encaminhamento.
- Centralização das compras e um fundo financeiro intangível para suprimentos estratégicos.
- 8% do PIB destinado à saúde pública e redução dos gastos diretos para 15%.
- Aumento expressivo de vagas em universidades e educação continuada obrigatória para profissionais de saúde.

---

<sup>9</sup> O **Centro Nacional de Abastecimento de Recursos Estratégicos em Saúde (CENARES)** é uma instituição peruana responsável pela gestão da aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos, vacinas e outros insumos médicos essenciais para todo o país.

<sup>10</sup> O Serviço de Saúde Rural e Urbana Marginal – SERUM é um programa de serviço comunitário realizado por profissionais de saúde licenciados e registrados, principalmente nas populações mais pobres e remotas do Peru, de acordo com as disposições da Lei nº 23330.

- Pagamento per capita baseado em resultados e uma tabela de honorários nacional única.
- Metas claras: 70% de redes operacionais, redução da anemia infantil para <20% e 95% de disponibilidade de suprimentos.
- Fortalecimento da vigilância epidemiológica, digitalização e uma abordagem intercultural.
- Participação cidadã ativa e auditoria social.

Num contexto de forte polarização, em que as sondagens recentes mostram uma disputa acirrada (uma sondagem da Ipsos atribuiu 39% a Fujimori e 35% a Sánchez<sup>11</sup>, com muitos eleitores ainda indecisos), o debate entre os dois candidatos terá lugar a 31 de maio.

Entre os temas acordados para o debate está a saúde (os outros temas prioritários foram segurança cidadã; economia e emprego; e educação e direitos sociais; haverá também perguntas dos cidadãos e momentos de troca direta de ideias entre os candidatos).

As expectativas para o debate giram em torno da sua capacidade de definir: o voto urbano indeciso; a percepção de governabilidade; a confiança na economia; e a habilidade de ambos os candidatos em moderar sua imagem pública. Fujimori busca reduzir a rejeição histórica ao fujimorismo e parecer menos confrontador. Sánchez tenta convencer os eleitores de que não representa uma opção radical ou instável.

---

<sup>11</sup> <https://www.reuters.com/world/americas/right-wing-fujimori-leads-voter-intentions-perus-presidential-runoff-poll-shows-2026-05-20>

## **Emergência Global: Diretrizes da OMS para a contenção do vírus Bundibugyo na RDC e no Uganda**

*Emergencia Global de Salud: directrices de la OMS para la contención del virus Bundibugyo en la RDC y Uganda*

*Global Health Emergency: WHO guidelines for containing the Bundibugyo virus in the DRC and Uganda*

**Augusto Paulo Silva,  
Manuel Mahoche, Tomé  
Cá e Felix Rosenberg**

**Resumo:** O Diretor-Geral da OMS declarou que o surto de Ébola (vírus Bundibugyo) na República Democrática do Congo (RDC) e no Uganda constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC). Até 16 de maio de 2026, a província de Ituri (RDC) registou oito casos confirmados, 246 suspeitos e 80 mortes, enquanto o Uganda notificou dois casos importados. O evento é considerado extraordinário pela dispersão geográfica, falta de vacinas ou terapias aprovadas e potencial de propagação internacional. A OMS emitiu recomendações temporárias focadas no reforço da vigilância descentralizada, capacidades laboratoriais de RT-PCR (notando que a plataforma GeneXpert não detecta o vírus), controlo de infeções, rastreio de contactos por 21 dias e manutenção de serviços de saúde essenciais, desaconselhando restrições generalizadas a voos ou comércio. Paralelamente, a 27ª Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO decorreu em Freetown, Serra Leoa, nos dias 24 e 25 de abril de 2026. Os ministros aprovaram o Quadro Regional para a Eliminação da Malária e a Carta de Freetown para a redução da mortalidade materna, neonatal e infantil através de tecnologias e dados. Adicionalmente, debateram o aleitamento materno exclusivo, o financiamento endógeno da saúde e a transição da sede da Organização de Saúde da África Ocidental (OOAS) para Abidjan, Costa do Marfim. O tema definido para a próxima Assembleia será a Inteligência Artificial no setor da saúde.

**Palavras-chave:** Vírus Bundibugyo; emergência sanitária; recomendações OMS; CEDEAO; saúde pública.

**Resumen:** El Director-General de la OMS declaró que el brote de Ébola (virus Bundibugyo) en la República Democrática del Congo (RDC) y Uganda constituye una Emergencia de Salud Pública de Importancia Internacional (PHEIC). Hasta el 16 de mayo de 2026, la provincia de Ituri (RDC) registró ocho casos confirmados, 246 sospechosos y 80 muertes, mientras que Uganda notificó dos casos importados. El evento se considera extraordinario debido a la dispersión geográfica, la falta de vacunas o terapias aprobadas y el potencial de propagación internacional. La OMS emitió recomendaciones temporales centradas en el refuerzo de la vigilancia descentralizada, capacidades laboratoriales de RT-PCR (notando que la plataforma GeneXpert no detecta el virus), control de infecciones, rastreo de contactos por 21 días y mantenimiento de servicios de salud esenciales, desaconsejando restricciones generalizadas a vuelos o comercio. Paralelamente, la 27ª Asamblea de Ministros de Salud de la CEDEAO se llevó a cabo en Freetown,

Sierra Leona, los días 24 y 25 de abril. Los ministros aprobaron el Marco Regional para la Eliminación de la Malaria y la Carta de Freetown para la reducción de la mortalidad materna, neonatal e infantil mediante tecnologías y datos. Asimismo, debatieron sobre la lactancia materna exclusiva, el financiamiento endógeno de la salud y la transición de la sede de la Organización de Salud de África Occidental (OOAS) a Abidján, Costa de Marfil. El tema definido para la próxima Asamblea será la Inteligencia Artificial en el sector de la salud.

**Palabras clave:** Virus Bundibugyo; emergencia sanitaria; recomendaciones OMS; CEDEAO; salud pública.

**Abstract:** The Director-General of the WHO declared that the Ebola (Bundibugyo virus) outbreak in the Democratic Republic of the Congo (DRC) and Uganda constitutes a Public Health Emergency of International Concern (PHEIC). As of May 16, 2026, Ituri province (DRC) recorded eight confirmed cases, 246 suspected cases, and 80 deaths, while Uganda reported two imported cases. The event is deemed extraordinary due to geographical dispersion, a lack of approved vaccines or therapeutics, and the potential for international spread. The WHO issued temporary recommendations focused on strengthening decentralized surveillance, RT-PCR laboratory capacities (noting that the GeneXpert platform does not detect the virus), infection control, 21-day contact tracing, and maintaining essential health services, while advising against general flight or trade restrictions. Concurrently, the 27<sup>th</sup> ECOWAS Assembly of Health Ministers took place in Freetown, Sierra Leone, on April 24–25, 2026. Ministers approved the Regional Framework for the Elimination of Malaria and the Freetown Declaration on reducing maternal, neonatal, and child mortality through technology and data. Additionally, they debated exclusive breastfeeding, domestic health financing, and the transition of the West African Health Organization (WAHO) headquarters to Abidjan, Côte d'Ivoire. The chosen theme for the next Assembly will be Artificial Intelligence in the health sector.

**Keywords:** Bundibugyo Virus; health emergency; WHO recommendations; ECOWAS; public health.

### **Emergência de saúde pública de importância internacional: Ébola (vírus Bundibugyo) na RDC e no Uganda**

Nos termos do parágrafo 2 do Artigo 12 — Determinação de uma emergência de saúde pública de importância internacional, incluindo uma emergência pandêmica do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), após ter consultado os Estados-Membros onde se sabe que o evento está a ocorrer, determinou que Ébola causada pelo vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e no Uganda constitui uma [emergência de saúde pública de importância internacional](#) (PHEIC, *Public Health Emergency of International Concern*), mas não cumpre os critérios de emergência pandêmica, conforme definido no RSI.

O Diretor-Geral da OMS expressou a sua gratidão à liderança da República Democrática do Congo e do Uganda pelo seu compromisso em adotar as ações necessárias e vigorosas para colocar o evento sob controlo, bem como pela sua franqueza na avaliação do risco que este evento representa para outros Estados-Membros, permitindo assim que a comunidade global tome as medidas de preparação necessárias.

Na sua determinação, o Diretor-Geral da OMS considerou, entre outras coisas, as informações fornecidas pelos Estados-Membros — a República Democrática do Congo e o Uganda —, os princípios científicos, bem como as evidências científicas disponíveis e outras informações relevantes; e avaliou o risco para a saúde humana, o risco de propagação internacional da doença e o risco de interferência no tráfego internacional.

O Diretor-Geral da OMS considera que o evento cumpre os critérios da definição de PHEIC, contidos no Artigo 1 — Definições do RSI, pelas seguintes razões:

### **1. O evento é extraordinário pelas seguintes razões:**

- Até 16 de maio de 2026<sup>1</sup>, foram notificados oito casos confirmados em laboratório, 246 casos suspeitos e 80 mortes suspeitas na província de Ituri, na República Democrática do Congo, em pelo menos três zonas de saúde, incluindo Bunia, Rwampara e Mongbwalu. Além disso, dois casos confirmados em laboratório (incluindo uma morte) sem ligação aparente entre si foram notificados em Kampala, no Uganda, num intervalo de 24 horas um do outro, a 15 e 16 de maio, entre dois indivíduos que viajaram da República Democrática do Congo. Um outro caso notificado a 16 de maio, relativo a um indivíduo que regressou de Ituri para Kinshasa, testou negativo para o vírus Bundibugyo em testes de confirmação, não sendo, por isso, considerado um caso confirmado.
- Foram notificados surtos involgares de mortes comunitárias com sintomas compatíveis com a doença por vírus Bundibugyo (BVD, *Bundibugyo Virus Disease*) em várias zonas de saúde em Ituri e foram reportados casos suspeitos no Kivu Norte. Além disso, foram notificadas na área afetada pelo menos quatro mortes entre profissionais de saúde num contexto clínico sugestivo de febre hemorrágica viral, o que levanta preocupações relativamente à transmissão associada aos cuidados de saúde, falhas nas medidas de prevenção e controlo de infeções, e o potencial de amplificação dentro das unidades de saúde.
- Existem atualmente incertezas significativas quanto ao número real de pessoas infetadas e à dispersão geográfica associada a este evento. Adicionalmente, a compreensão das ligações epidemiológicas com casos conhecidos ou suspeitos é limitada.
- No entanto, a elevada taxa de positividade das amostras iniciais colhidas (com oito resultados positivos em 13 amostras recolhidas em várias áreas), a confirmação de casos em Kampala, as tendências crescentes nas notificações síndromicas de casos suspeitos e os agregados de mortes em toda a província de Ituri apontam para um surto potencialmente muito maior do que o detectado e notificado atualmente, com um risco local e regional significativo de propagação. Além disso, a insegurança contínua, a crise humanitária, a elevada mobilidade populacional, a natureza urbana ou semiurbana do atual foco e a vasta rede de instalações informais de saúde agravam ainda mais o risco de propagação, tal como se testemunhou durante a grande epidemia da doença por vírus Ébola nas províncias de Kivu Norte e Ituri em 2018-19. Contudo, ao contrário das estirpes do Ébola-Zaire, não existem atualmente

---

<sup>1</sup> Até ao momento (23 de maio), o surto resultou em 96 casos confirmados e 11 mortes confirmadas na RDC e no Uganda, com outros 867 casos suspeitos e 204 mortes suspeitas sob investigação.

terapêuticas ou vacinas aprovadas e específicas para o vírus Bundibugyo. Como tal, este evento é considerado extraordinário.

## **2. O evento constitui um risco de saúde pública para outros Estados-Partes através da propagação internacional da doença.**

A propagação internacional já foi documentada, com dois casos confirmados notificados em Kampala, no Uganda, a 15 e 16 de maio, após viagens a partir da República Democrática do Congo. Ambos os casos confirmados foram admitidos em unidades de cuidados intensivos em Kampala. Os países vizinhos que partilham fronteiras terrestres com a República Democrática do Congo são considerados de alto risco para uma maior propagação devido à mobilidade da população, ligações comerciais e de viagens, e à incerteza epidemiológica em curso.

## **3. O evento exige coordenação e cooperação internacionais**

Isto é necessário para compreender a extensão do surto, coordenar a vigilância, os esforços de prevenção e resposta, expandir e reforçar as operações e garantir a capacidade de implementar medidas de controlo.

O Diretor-Geral da OMS, ao abrigo das disposições do RSI, irá convocar um Comité de Emergência o mais brevemente possível para aconselhar, *inter alia*, sobre a recomendação temporária proposta para os Estados-Partes responderem ao evento.

### **Recomendações da OMS**

Para os Estados-Membros onde o evento decorre (República Democrática do Congo e Uganda): em 22 de maio, o Secretariado da OMS avaliou o risco para estes Estados-Membros como “**Muito elevado**” para a República Democrática do Congo e como “**Elevado**” para Uganda. Observa-se que a situação epidemiológica nos dois países difere em termos da magnitude e dos contextos em que os esforços de resposta estão a ser implementados. Por exemplo, em 22 de maio de 2026, o Uganda notificou dois casos confirmados, ambos com ligação epidemiológica rastreável a áreas da República Democrática do Congo com transmissão documentada. No Uganda, até à mesma data, não foi documentada transmissão subsequente entre os contatos dos dois casos confirmados.

Recorde-se, a epidemia é causada pelo vírus Bundibugyo (BVD), um vírus pertencente ao género *Orthoebolavirus*. Ao contrário do vírus Ebola causador da doença por vírus Ebola, não existem atualmente terapêuticas nem vacinas aprovadas contra o BVD. Embora estejam a ser considerados candidatos terapêuticos para ensaios clínicos e estejam em curso trabalhos para acelerar a avaliação de vacinas candidatas, o controlo da epidemia depende do reforço das [intervenção de saúde pública](#) a seguir descritas.

### **Coordenação e envolvimento de alto nível**

- Ativação de mecanismos nacionais de gestão de catástrofes/emergências e estabelecer um centro de operações de emergência, sob a autoridade do Chefe de Estado e da autoridade governamental relevante, para coordenar as atividades de resposta entre parceiros e setores, garantindo a implementação e monitorização eficientes e eficazes de medidas abrangentes de controlo da doença. Estas medidas devem incluir uma vigilância reforçada, abrangendo o rastreio de contatos, prevenção e controlo de infeções, comunicação de risco e envolvimento comunitário, testes de diagnóstico laboratorial e gestão de casos. Os

mecanismos de coordenação e resposta devem ser estabelecidos a nível nacional, bem como a nível subnacional nas áreas afetadas e em áreas de risco;

- Caso as capacidades nacionais sejam sobrecarregadas, a colaboração com os parceiros deve ser reforçada para potenciar as operações e garantir a capacidade de implementar medidas de controlo em todas as áreas afetadas e vizinhas.

### **Comunicação de risco e envolvimento comunitário**

- Garantia de um esforço em grande escala e contínuo para envolver plenamente a comunidade — através de líderes locais, religiosos e tradicionais, bem como de curandeiros — para que as comunidades desempenhem um papel central na identificação de casos, rastreio de contactos e educação sobre o risco; a população deve ser plenamente consciencializada sobre os benefícios do tratamento precoce;
- Reforço da sensibilização, o envolvimento e a participação da comunidade, em particular para identificar e abordar normas culturais e crenças que funcionem como barreiras à sua total participação na resposta e integrar esta ação na resposta mais ampla necessária para responder às necessidades da população, particularmente nos contextos de crise humanitária prolongada no leste da RDC.

### **Vigilância e laboratório**

- Reforçar as capacidades de vigilância e laboratorial, descentralizada ao nível das primeiras divisões administrativas subnacionais (por exemplo, províncias) com deteção documentada do BVD, bem como nas primeiras divisões administrativas subnacionais vizinhas, através de:
  - Grupos dedicados de vigilância e resposta dentro das zonas de saúde afetadas e nas principais zonas de saúde vizinhas em risco;
  - Busca ativa de casos e reforço da vigilância comunitária para identificar agrupamentos de doenças ou mortes de causa inexplicada;
  - Investigação de “alertas” no prazo de 24 horas após a deteção;
  - Expansão e o reforço das capacidades laboratoriais de RT-PCR para a realização atempada de testes, incluindo o estabelecimento de protocolos para a recolha segura de amostras, circuitos de encaminhamento de amostras e formação em biossegurança para os trabalhadores laboratoriais;
  - Descentralização das capacidades laboratoriais para permitir tempos de resposta rápidos e apoiar os cuidados aos doentes, bem como quaisquer ensaios clínicos que possam vir a ser realizados. Os laboratórios de campo devem ser instalados em conformidade com as normas de biossegurança e bioproteção. Poderá ser considerado um teste próximo do local de prestação de cuidados, desde que o seu desempenho seja validado face aos atuais padrões de RT-PCR;
  - **Nota: a plataforma GeneXpert não consegue detectar o vírus Bundibugyo (BVD);**
- Identificação e monitorização, durante 21 dias após a data da última exposição conhecida, o estado de saúde dos contactos de casos suspeitos, prováveis e confirmados de BVD. O estado de saúde dos contactos sob monitorização deve ser

avaliado e registado diariamente. Qualquer contacto que desenvolva sintomas compatíveis com o BVD deve ser avaliado, isolado, testado e receber cuidados adequados;

### **Prevenção e controlo de infeções em unidades de saúde e no contexto de prestação de cuidados**

- Reforço das medidas para prevenir infeções nosocomiais (hospitalares), incluindo o mapeamento sistemático das unidades de saúde, triagem, intervenções direcionadas de PCI e uma monitorização e supervisão contínuas;
- Garantia de que os profissionais de saúde recebem formação adequada em PCI, incluindo o uso correto de EPI (Equipamento de Proteção Individual), e que as unidades de saúde dispõem de equipamentos apropriados para garantir a segurança e proteção do seu pessoal, o pagamento atempado dos seus salários e, conforme apropriado, subsídios de risco;
- Estabelecimento de canais para que os profissionais de saúde possam notificar e ser avaliados após exposições, bem como ter acesso a apoio psicossocial e, quando possível, a profilaxia pós-exposição no âmbito de uso compassivo ou de ensaios clínicos. Todas as exposições ocupacionais dos profissionais de saúde devem ser investigadas, de modo a permitir a adoção imediata de medidas corretivas;
- Reforço da capacidade comunitária de prevenção e controlo de infeções (PCI) através da formação de líderes comunitários, salientando que a higiene das mãos não só contribui para controlar a epidemia, como também reduz o risco de transmissão de outras doenças transmissíveis presentes nas mesmas áreas. A higiene das mãos deve ser facilitada em locais críticos, como escolas, igrejas, bares, mercados, locais de reunião comunitária, pontos de entrada, entre outros.

### **Circuito de referência de doentes e acesso a cuidados intensivos otimizados e seguros**

- Criação de centros ou unidades dedicados ao isolamento e tratamento para casos suspeitos, prováveis e confirmados, localizados em áreas com deteção documentada de BVD, ou nas suas proximidades, com pessoal suficiente especificamente formado e equipado para prestar cuidados intensivos de suporte otimizados;
- Estabelecimento de protocolos para a transferência segura de doentes suspeitos para unidades de saúde dedicadas ao seu isolamento, avaliação e tratamento, numa abordagem humana e centrada no doente. Isto inclui equipas de ambulância devidamente formadas, mecanismos de notificação da unidade de saúde receptora, a aplicação de precauções adequadas de prevenção e controlo de infeções (PCI) durante a transferência, bem como protocolos de descontaminação de veículos e equipamentos.
- Estabelecimento de protocolos para o manuseamento e eliminação de resíduos médicos, em conformidade com os princípios de biossegurança;
- Criação de programas de acompanhamento de sobreviventes, incluindo cuidados clínicos, aconselhamento, testes ao sémen e aconselhamento em saúde sexual, bem como disponibilização de preservativos quando apropriado, juntamente com apoio psicossocial e programas de redução do estigma;

- Manutenção do conjunto de serviços essenciais de saúde, incluindo através do fornecimento de equipamentos de prevenção e controlo de infeções (PCI) para que possam funcionar em segurança. Isto inclui, no mínimo, diagnóstico e tratamento da malária, bem como serviços de saúde materna e infantil.

#### **Pesquisa e desenvolvimento de contramedidas**

- Envolver, sempre que viável, parceiros de pesquisa e instituições internacionais para:
  - Definir uma estratégia laboratorial robusta e implementar urgentemente estudos comparativos diretos (“*head-to-head*”) de diagnósticos por PCR, para validar ou invalidar a plataforma de PCR (*Radione*®) atualmente utilizada no terreno;
  - Implementar ensaios clínicos eticamente aprovados e cientificamente robustos para promover o desenvolvimento e a utilização de terapêuticas candidatas para tratamento e profilaxia pós-exposição, bem como de vacinas;
  - Estabelecer, com vista a apoiar à pesquisa, processos nacionais rápidos e eficientes de revisão regulamentar e ética, envolvimento comunitário, farmacovigilância (quando aplicável), partilha de dados e mecanismos de acesso equitativo.

#### **Saúde fronteiriça, viagens e eventos de grande escala**

- Reforçar, através de mecanismos de cooperação entre países que partilham fronteiras, a vigilância nas passagens terrestres e nas zonas fronteiriças;
- Implementar medidas, em conformidade com as leis e regulamentos nacionais, para impedir que casos suspeitos, prováveis e confirmados de BVD, bem como os seus contatos, realizem viagens internacionais, exceto quando a deslocação faça parte de uma evacuação médica adequada;
- Impedir o movimento transfronteiriço de restos mortais de pessoas falecidas com casos suspeitos, prováveis ou confirmados de BVD, salvo autorização no âmbito de acordos bilaterais;
- Implementar rastreio à saída em todos os pontos de entrada — aeroportos, portos e passagens terrestres — consistindo, no mínimo, num questionário sobre histórico de possível exposição à BVD, medição da temperatura e, em caso de febre, uma avaliação aprofundada do risco de BVD, realizada por pessoal treinado e equipado com equipamento de proteção individual (EPI). Qualquer viajante considerado portador de uma doença compatível com BVD não deve ser autorizado a viajar, salvo se a deslocação fizer parte de uma evacuação médica adequada;
- Comunicar à Organização Mundial da Saúde (OMS), através do ponto de contacto pertinente do RSI da OMS no Escritório Regional da OMS, a implementação de quaisquer medidas relacionadas com o tráfego internacional adotadas;
- Considerar o adiamento de grandes eventos até que a transmissão do BVD seja interrompida.

## **Funerais seguros e dignos**

- Garantir que os funerais e enterros sejam realizados por pessoal devidamente formado, salvaguardando a presença da família e as práticas culturais, e de acordo com os regulamentos nacionais de saúde, de modo a reduzir o risco de infecção pelo vírus Bundibugyo. O movimento transfronteiriço de restos mortais de casos suspeitos, prováveis ou confirmados de doença por vírus Bundibugyo deve ser proibido, a menos que autorizado em conformidade com as disposições internacionais reconhecidas de biossegurança.

## **Operações, abastecimento e logística**

- É necessário estabelecer uma cadeia de abastecimento robusta para garantir que bens médicos e laboratoriais suficientes, bem como outros artigos críticos, especialmente equipamentos de proteção individual (EPI), estejam disponíveis para quem deles necessite adequadamente.

## **Para os Estados-Membros com fronteiras terrestres adjacentes a Estados-Membros com documentados casos de vírus Bundibugyo**

Em 22 de maio de 2026, o Secretariado da OMS avaliou o risco regional como “Elevado”. Por isso, recomendou-se:

- Estabelecer um mecanismo nacional de coordenação articulado com os níveis subnacionais;
- Reforçar rapidamente o estado de preparação para responder a casos de BVD, incluindo:
  - o estabelecimento de vigilância ativa em unidades de saúde, com notificação zero;
  - o reforço da vigilância comunitária para identificar agrupamentos de mortes inexplicadas;
  - o estabelecimento de acesso a laboratórios qualificados para realizar testes de BVD;
  - o aumento da sensibilização dos profissionais de saúde relativamente à BVD;
  - a formação dos profissionais de saúde em medidas de prevenção e controlo de infeções (PCI);
  - o estabelecimento de equipas de resposta rápida para a investigação e gestão de doentes e dos seus contatos;
  - a criação de um mecanismo para a identificação e monitorização de contatos;
- Estabelecer a capacidade, no(s) laboratório(s) nacional(is) de referência, para realizar testes de forma atempada e segura, juntamente com testes diferenciais relevantes. Poderá ser considerada a expedição de amostras para um laboratório

internacional de referência para comparação interlaboratorial, no âmbito da implementação de garantia externa da qualidade;

- Realizar operações internacionais de rastreio de contatos, conforme necessário, incluindo:
  - a obtenção de informações junto de companhias aéreas e de outros operadores de transporte;
  - a identificação de contatos associados a meios de transporte em viagens internacionais;
  - a comunicação com os Estados-Membros identificados como destino final desses contatos;
- Intensificar as atividades de comunicação de risco e envolvimento comunitário em comunidades situadas em zonas fronteiriças e em pontos de entrada, incluindo aeroportos e portos com ligação direta a Estados Partes com deteção documentada de BVD, e fornecer ao público em geral informações exatas e atualizadas sobre a epidemia e as medidas para reduzir o risco de exposição;
- Testar os mecanismos existentes de resposta através de exercícios de simulação relacionados com a gestão de “alertas”, incluindo em contexto transfronteiriço; encaminhamento de amostras; ativação de equipas e mecanismos de resposta rápida;
- Estabelecer, com vista a apoiar à pesquisa, processos nacionais rápidos e eficientes de revisão regulamentar e ética, envolvimento comunitário, farmacovigilância (quando aplicável), partilha de dados e mecanismos de acesso equitativo;
- Saúde nas fronteiras e viagens internacionais:
  - Fornecer aos viajantes informações exatas e atualizadas sobre a epidemia de BVD e as medidas para reduzir o risco de exposição, incluindo o desencorajamento de viagens para áreas com deteção documentada de BVD;
  - Reforçar, através de mecanismos de cooperação entre países que partilham fronteiras, a vigilância nas passagens terrestres. Isto inclui o estabelecimento de mecanismos de coordenação para a deteção e avaliação de viajantes com doença febril inexplicada, bem como a partilha atempada de informações relativas a contatos que tenham, ou possam ter atravessado a fronteira, permitindo assim a continuidade do acompanhamento;
  - Posicionar previamente equipamento de proteção individual (EPI), outros materiais de prevenção e controlo de infeções (PCI), *kits* de recolha de amostras, formulários de investigação de casos e materiais para enterros seguros em zonas fronteiriças adjacentes às áreas com deteção documentada de BVD;
  - Ativar planos de contingência sanitária em aeroportos e portos, envolvendo operadores de transporte, para detectar, avaliar e gerir viajantes provenientes de Estados-Membros com deteção documentada de BVD que apresentem sintomas compatíveis, bem como identificar os seus contatos, de

acordo com protocolos estabelecidos. Isto implica a disponibilidade de pessoal treinado, mecanismos de encaminhamento e aplicação de medidas de PCI;

- Coordenar com operadores de transporte para facilitar a comunicação atempada, antes da chegada e às autoridades competentes, de quaisquer casos suspeitos a bordo de meios de transporte, bem como para identificar contatos associados a meios de transporte em viagens internacionais. A identificação desses contatos implica, quando aplicável, a comunicação de dados pessoais aos Estados-Membros identificados como destino final desses contatos;

- À data de emissão destas recomendações temporárias, não é recomendada nem a suspensão de voos ou de rotas fluviais com Estados-Membros com deteção documentada, nem a recusa de entrada a viajantes e meios de transporte provenientes desses Estados-Membros.

- Comunicar à Organização Mundial da Saúde (OMS), através do ponto de contacto pertinente do RSI da OMS, a implementação de quaisquer medidas adotadas relacionadas com o tráfego internacional;

- Tratar como emergência de saúde, incluindo através de uma declaração formal em conformidade com a legislação nacional, a deteção de um caso suspeito ou confirmado de BVD, de um seu contacto, ou de um agrupamento de mortes inexplicadas. Isto inclui:

- a investigação de qualquer um desses eventos no prazo de 24 horas e, através da implementação do isolamento e gestão de casos;

- o estabelecimento de um diagnóstico definitivo;

- a identificação e monitorização de contatos;

- Notificar imediatamente à Organização Mundial da Saúde (OMS), através do ponto de contacto pertinente do RSI da OMS nos Escritórios Regionais da OMS, qualquer caso suspeito, provável ou confirmado de BVD, de acordo com as definições de caso da OMS disponíveis [aqui](#).

#### **Para todos os outros Estados-Membros**

Em 22 de maio de 2026, o Secretariado da OMS avaliou o risco para estes Estados-Membros como “**Baixo**”, recomendando-se:

- Estabelecer mecanismos para detectar, avaliar, notificar e gerir viajantes com doença febril inexplicada provenientes de áreas com deteção documentada. Estas medidas incluem, entre outras:

- a divulgação da definição de casos de BVD junto de unidades de saúde públicas e privadas, incluindo clínicas de medicina do viajante e médicos de clínica geral;

- a identificação de laboratórios para realizar testes de BVD;

- a identificação de instalações de isolamento que permitam uma avaliação segura e a prestação de cuidados;

- Prover às organizações não-governamentais e a outras entidades que destacam pessoal internacionalmente para responder à epidemia de BVD informações sobre os riscos, medidas para minimizar o risco de exposição e orientações para a gestão de uma potencial exposição;
- Preparar mecanismos para facilitar a transferência e o repatriamento de nacionais (por exemplo, profissionais de saúde) que tenham sido expostos a casos de BVD;
- Facultar ao público em geral informações exatas e atualizadas sobre a epidemia de BVD e as medidas para reduzir o risco de exposição, incluindo o desencorajamento de viagens para áreas com detecção documentada;
- Saúde nas fronteiras e viagens internacionais:
  - Fornecer informações exatas e atualizadas sobre a epidemia de BVD a clínicas de medicina do viajante, outras unidades e profissionais de saúde, e desencorajar viagens para áreas com detecção documentada de BDBV;
  - Fornecer aos viajantes que entram no país, nos pontos de entrada, informações sobre as medidas a adotar caso desenvolvam sintomas compatíveis com BVD no prazo de 21 dias após a chegada.
  - Coordenar com o setor dos transportes, incluindo operadores de meios de transporte e de pontos de entrada, a gestão atempada de casos suspeitos de BVD, incluindo a comunicação antes da chegada quando a pessoa se encontra a bordo; bem como a identificação dos seus contatos a bordo do meio de transporte. A identificação desses contatos implica, quando aplicável, a comunicação de dados pessoais aos Estados Partes identificados como destino final desses contatos;
  - À data de emissão destas recomendações temporárias, não é recomendada nem a suspensão de voos provenientes de Estados-Membros com detecção documentada de BVD, nem a recusa de entrada a viajantes e meios de transporte provenientes desses Estados-Membros;
  - Notificar imediatamente à Organização Mundial da Saúde (OMS), através do ponto de contacto pertinente do RSI nos seus Escritórios Regionais, qualquer caso suspeito, provável ou confirmado de BVD, de acordo com as definições de caso disponíveis [aqui](#).

#### **A todos os Estados-Membros**

Apresentação de relatórios sobre a implementação das recomendações temporárias:

- Apresentar trimestralmente à OMS informações sobre o estado de implementação destas recomendações temporárias e os desafios relacionados, utilizando um instrumento normalizado e os canais que serão disponibilizados pela OMS, permitindo igualmente o acompanhamento dos progressos e a identificação de lacunas na resposta nacional.

## CDA África

### Ações coordenadas durante resposta ao Ébola

Líderes de saúde do Congo (RDC), Uganda e parceiros globais concordaram em reforçar a coordenação regional e a mobilização de recursos para conter o atual surto de Ébola Bundibugyo que afeta os dois países, salvaguardando simultaneamente serviços essenciais como a educação e os cuidados de saúde de rotina, incluindo os esforços contínuos para conter surtos de cólera, sarampo e outras doenças no continente.

Os compromissos foram aprovados durante uma reunião ministerial de alto nível sobre coordenação transfronteiriça, realizada em Kampala, pelo Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, juntamente com os Ministros da saúde da RDC, do Uganda e do Sudão do Sul, além da Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e parceiros técnicos.

O [encontro](#) centrou-se no reforço da vigilância, na harmonização das medidas de preparação além-fronteiras, na manutenção dos serviços na linha da frente e no reforço da solidariedade regional face a um surto em crescimento.

Os líderes sublinharam que o surto se desenvolve numa região caracterizada por um intenso movimento transfronteiriço, insegurança e acesso limitado a vacinas ou terapias aprovadas para a estirpe Bundibugyo, destacando a importância de uma resposta regional coordenada.

Falando numa conferência de imprensa após a reunião, o Dr. Kaseya afirmou que a escala e a trajetória do surto exigem uma solidariedade e coordenação continentais contínuas.

“Este surto não é um problema da RDC, é um problema regional”, declarou o Dr. Kaseya. “Aqueles que acreditam ser um problema da RDC ficarão surpreendidos, tal como aconteceu durante a COVID. Precisamos de o encarar como uma questão regional, e até continental, e lidar com ela.”

Até ao momento (23 de maio), o surto resultou em 96 casos confirmados e 11 mortes confirmadas na RDC e no Uganda, com outros 867 casos suspeitos e 204 mortes suspeitas sob investigação.

O Ministro da Saúde da RDC, Dr. Roger Kamba, explicou que a insegurança e as limitações laboratoriais complicaram a resposta na fase inicial do surto. “O atraso deveu-se ao facto de o laboratório em Bunia não conseguir detectar a estirpe Bundibugyo, sendo necessário enviar as amostras para Kinshasa”, referiu.

O Dr. Kamba referiu ainda que o governo da RDC está a acionar canais diplomáticos e de mediação, incluindo parceiros internacionais, para facilitar o acesso e a coordenação em áreas controladas pelo M23, permitindo a continuidade das atividades de resposta ao Ébola nas regiões afetadas. O ministro enfatizou que uma resposta unificada em todos os territórios afetados é essencial para conter o surto.

A reunião aprovou um quadro de resposta continental unificado, estruturado em torno do modelo “uma equipa, um plano, um orçamento e um modelo de implementação”, sob a tutela da Equipa Continental de Apoio à Gestão de Incidentes (IMST), coordenada conjuntamente pelo CDC África e pela OMS. O Presidente Yoweri Museveni ofereceu-se para acolher a IMST em Kampala.

A Diretora de Emergências da OMS-AFRO, Dra. Marie Roseline Belizaire, afirmou que a resposta dependerá de uma estreita coordenação e solidariedade entre países e parceiros. “Nenhuma agência e nenhum país consegue responder sozinho a um surto desta magnitude”, disse. “A coordenação, a solidariedade e a colaboração são fundamentais para esta resposta.”

Os participantes acordaram num amplo pacote de ações regionais, incluindo o reforço da vigilância transfronteiriça e de sistemas de alerta precoce, a harmonização de medidas de saúde pública nos pontos de entrada oficiais e não oficiais, a melhoria da capacidade laboratorial e de diagnóstico, e o reforço das medidas de prevenção e controlo de infeções.

A Diretora Regional da UNICEF, Etleva Kadilli, destacou a importância de proteger os serviços essenciais, incluindo a educação, os cuidados de saúde de rotina e os sistemas de apoio social. “Manter os serviços essenciais — saúde, nutrição e proteção, especialmente para crianças, raparigos e mulheres — será primordial”, afirmou.

Os parceiros chamaram a atenção para o impacto desproporcional do surto sobre as mulheres e os prestadores de cuidados na linha da frente. Representando o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Diretora Regional Lydia Zigomo indicou que as mulheres representam a maioria das infeções registadas até agora.

“As mulheres representam, na verdade, mais de 60% das infeções neste surto”, sublinhou. “Isto deve-se principalmente ao facto de estarem na linha da frente da resposta. No ambiente doméstico, são elas que cuidam dos doentes.”

Os líderes apelaram ainda à aceleração da investigação e desenvolvimento de vacinas e terapias direcionadas para a estirpe Bundibugyo, instando os países e parceiros a reforçarem o envolvimento comunitário, a comunicação de risco, os sistemas laboratoriais e as capacidades de preparação nos distritos fronteiriços em risco.

Embora as necessidades dos parceiros estejam a ser consolidadas num plano e orçamento conjuntos, estima-se que sejam necessários cerca de 264 milhões de dólares para as operações de resposta na RDC e no Uganda, com um montante adicional de 54 milhões de dólares para reforçar a preparação nos países vizinhos de alto risco, incluindo o Sudão do Sul. Contudo, o Dr. Kaseya ressaltou que estes valores ainda são preliminares.

## **27ª Reunião de Ministros da Saúde da CEDEAO**

A 27ª Sessão Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde (AMS) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi realizada em Freetown, capital República da Serra Leoa, nos dias 24 e 25 de abril de 2026, sob a presidência de Sua Excelência o Dr. Austin Demby, Ministro da Saúde da Serra Leoa.

Participaram os Ministros da Saúde ou seus representantes de 12 Estados-Membros: Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Também participaram os representante da Comissão da CEDEAO, do Corpo Diplomático e Consular acreditados na Serra Leoa, o Diretor-Geral, os parceiros técnicos e financeiros e os funcionários da OOAS e especialistas de saúde dos Estados-Membros.

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Ministro-Chefe em nome do Presidente da Serra Leoa, tendo, no seu discurso, sublinhado que o investimento na saúde é um dos mais importantes que qualquer governo possa fazer e um pilar central da Agenda de Desenvolvimento do Capital Humano do país. Salientou que milhares de crianças e grávidas continuam a morrer por causas evitáveis.

Após a cerimónia de abertura, os Ministros da Saúde alteraram e aprovaram a ordem de trabalhos para em seguida ouvirem a apresentação do relatório anual da Organização de Saúde da África Ocidental (OOAS), que abordou a situação da saúde na sub-região, com destaques sobre o contexto da saúde global, o desempenho programático e financeiro da Organização, os desafios enfrentados em 2025 e as perspetivas para 2026, tendo os Ministros manifestado satisfação pela qualidade do relatório e elogiado o excelente desempenho da OOAS em 2025, apesar dos grandes desafios regionais e institucionais, em particular a mudança em curso da sede da OOAS de Bobo-Dioulasso (Burkina Faso) para Abidjan (Costa do Marfim) e a perda de quase um terço do seu pessoal após a saída dos países agora agrupados na Aliança dos Estados do Sahel.

Em resposta aos reais desafios de saúde que a região enfrenta, os Ministros manifestaram a sua preocupação com a persistência da insegurança transfronteiriça e a deslocação massiva de populações, bem como com a necessidade de reforçar a mobilização e a garantia de recursos para o financiamento endógeno da saúde, apoiar programas e todas as iniciativas de investigação sobre os determinantes do ressurgimento de doenças preveníveis por vacinação e tomar todas as medidas necessárias para melhorar os indicadores de saúde das populações em cada Estado-Membro.

Os Ministros apreciaram o Quadro Regional da CEDEAO para a eliminação da Malária — rumo a uma África Ocidental livre da doença, sublinhando a necessidade de reforçar a colaboração transfronteiriça entre os Estados-Membros, aumentar o financiamento interno, o papel e o apoio às iniciativas comunitárias.

Para fazer face à “ameaça silenciosa” que representa a resistência aos medicamentos e às inseticidas, os Ministros apelam à criação imediata de uma rede de vigilância e de monitoramento na África Ocidental, com o objetivo de antecipar o surgimento da resistência, harmonizar os protocolos de vigilância em toda a região, promover a colaboração transfronteiriça através da partilha de dados e mobilização de recursos técnicos e financeiros de forma sustentável.

A Assembleia de Ministros da Saúde congratulou-se com a adoção da **Carta de Freetown** sobre estratégias baseadas em tecnologias e dados para reduzir a mortalidade materna, neonatal e infantil, que considera um quadro regional promotor de mudança, reiterando o seu firme compromisso com os princípios da Carta, nomeadamente o reforço da governação dos dados, da saúde digital e da tomada de decisões baseada em dados comprovados e sublinhando a necessidade urgente de acelerar a sua implementação em todos os Estados-Membros, a fim de obter resultados mensuráveis em matéria de saúde materna, neonatal e infantil.

### **Relatório de Peritos**

Os Ministros acolheram favoravelmente a relevância de todas as recomendações feitas à Assembleia pelos especialistas em saúde sobre os temas abordados e contidos no seu relatório, sendo as principais:

- o Quadro Regional da CEDEAO para a Eliminação do Paludismo;
- a Carta de Freetown sobre a redução da mortalidade materna, neonatal e infantil através de abordagens baseadas na tecnologia e em dados;
- as recomendações da reunião com os parlamentares da CEDEAO;
- uma atualização sobre o estado de implementação do Programa de Saúde Comunitária. Contudo, os Ministros sublinharam a necessidade de abordar a crise dos recursos humanos em saúde e de reequilibrar a resposta, privilegiando os cuidados preventivos e promocionais inclusivos e a vigilância comunitária.

#### **Discussões sobre temas de interesse:**

Os Ministros acompanharam com grande atenção e interesse as duas (2) apresentações seguintes:

- alinhamento com o Código Internacional sobre a observância de seis meses de aleitamento materno exclusivo na região da CEDEAO;
- garantia de financiamento nacional para a saúde na região da CEDEAO.

Os Ministros saudaram a relevância desses temas, reafirmando o seu compromisso político com:

- a eliminação da malária;
- as medidas e ações políticas necessárias para estabelecer estratégias nacionais relevantes para a operacionalização do quadro regional para a eliminação da malária;
- o apoio e adesão à iniciativa regional para estabelecer a rede da África Ocidental para a monitorização em tempo real da resistência aos antipalúdicos e inseticidas;
- o apoio político necessário às iniciativas nacionais e regionais relevantes destinadas a atingir os objetivos do triplo zero: zero mortes maternas evitáveis; zero mortes infantis evitáveis; e zero crianças com zero dose;
- a atribuição de orçamentos específicos para os Planos de Ação Nacionais para a Segurança Sanitária e para a preparação para epidemias.

#### **Recomendações do Comitê de Peritos**

Os Ministros adotaram:

- o Quadro Regional para a Eliminação do Paludismo;
- a Carta de Freetown sobre Caminhos Orientados por Dados e Habilitados por Tecnologia para a Redução da Mortalidade Materna, Infantil e na Infância;
- as recomendações dos parlamentares sobre o Aleitamento Materno Exclusivo e a mobilização de recursos internos para garantir o financiamento da saúde

A Assembleia de Ministros da Saúde instruiu a OOAS, em colaboração com os seus parceiros técnicos e financeiros, para avançar com a implementação imediata do Quadro

Regional para a Eliminação do Paludismo/Malária, bem como da Carta de Freetown para a Redução da Mortalidade Materna, Neonatal e Infantil, com base na tecnologia e nos dados.

### **Relatório do Fórum de Parceiros**

Os Ministros expressaram a sua gratidão aos parceiros técnicos e financeiros pelo apoio constante à OOAS e aos Estados-Membros, com vista à melhoria da saúde da população na sub-região, instando-os a apoiarem a implementação das recomendações desta 27<sup>a</sup> Assembleia.

### **Comemoração do Dia Mundial do Paludismo**

A Assembleia de Ministros comemorou o Dia Mundial do paludismo 2026, através de uma marcha simbólica sob o tema *“Uma Caminhada, Uma Visão: África Ocidental Livre do Paludismo”*. A iniciativa demonstrou um forte compromisso político coletivo e um envolvimento da comunidade na eliminação do Paludismo. Os Ministros exortaram a Organização Oeste Africana da Saúde a assumir uma liderança regional firme na coordenação e promoção da implementação das prioridades acordadas para a eliminação do paludismo, incluindo os resultados dos compromissos assumidos no Dia Mundial do Paludismo.

### **Sessão à porta fechada**

Os Ministros realizaram uma sessão à porta fechada para discutir questões institucionais, estratégicas e de interesse comum, identificaram a “Inteligência Artificial no setor da saúde” como um tema de atualidade e escolhido enquanto lema principal para a próxima Assembleia de Ministros.

Os Ministros da Saúde decidiram realizar a próxima Assembleia no Estado-Membro a identificar após a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, sendo a data exata objeto de um comunicado posterior após concertação entre a Direção-Geral da OOAS e as autoridades do país anfitrião.

## Europa entre guerras, crises sanitárias e tensões políticas

*Europa entre guerras, crisis sanitarias y tensiones políticas*

*Europe among Wars, Health Crises, and Political Tensions*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Resumo:** A quinzena europeia foi marcada pelo agravamento das tensões após a Rússia lançar um dos ataques mais severos contra a Ucrânia, utilizando o míssil balístico “Oreshnik”, capaz de atingir grande parte da Europa. Paralelamente, a adesão da Ucrânia à União Europeia continua travada, enquanto a Alemanha propõe uma “adesão associada”, que divide opiniões. Na Otan, o convite a Volodymyr Zelenskyy para a próxima cimeira ocorre em meio a mudanças na política externa dos Estados Unidos sob Donald Trump, cuja administração ameaça reduzir o compromisso militar com a segurança europeia. O anúncio confuso da retirada de tropas estadunidenses da Alemanha e seu envio à Polónia evidenciou tensões internas na aliança atlântica e carência de estratégia por parte de Trump. A imigração voltou ao debate europeu: a Espanha avança em seu plano de regularização de milhares de imigrantes irregulares, apesar das críticas de setores conservadores e da preocupação de parceiros europeus com possíveis impactos no espaço Schengen. Enquanto isso, países da UE seguem endurecendo políticas migratórias. No campo político, eleições no Chipre fortaleceram partidos conservadores e a extrema-direita, enquanto eleições municipais na Itália trazem um teste importante para o governo de Giorgia Meloni. A saúde pública ganhou destaque com discussões sobre a proibição de redes sociais para menores em diversos países europeus, refletindo preocupações crescentes com a saúde mental de crianças e adolescentes. Na área sanitária, o surto de hantavírus ligado a um navio holandês parece controlado, mas um novo surto de ebola na África Central elevou o alerta internacional. A OMS classificou a situação como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, levando a União Europeia a reforçar protocolos de monitoramento e biossegurança. Por fim, a Europa também começou a enfrentar uma intensa onda de calor ainda em maio, com temperaturas próximas de 40 °C em alguns países, reforçando preocupações sobre os impactos das mudanças climáticas no continente.

**Palavras-chave:** União Europeia; guerra na Ucrânia; migrações; saúde mental; Hantavirus; Ebola; 79ª AMS.

**Resumen:** La quincena europea estuvo marcada por el agravamiento de las tensiones tras el lanzamiento por parte de Rusia de uno de los ataques más severos contra Ucrania, utilizando el misil balístico “Oreshnik”, capaz de alcanzar gran parte de Europa. Paralelamente, la adhesión de Ucrania a la Unión Europea continúa bloqueada, mientras Alemania propone una “adhesión asociada”, una fórmula que divide opiniones entre los Estados miembros. En la OTAN, la invitación a Volodymyr Zelenskyy para la próxima cumbre se produce en medio de cambios en la política exterior de Estados Unidos bajo Donald Trump, cuya administración amenaza con reducir el compromiso militar con la seguridad europea. El confuso anuncio sobre la retirada de tropas estadounidenses de Alemania y su traslado a Polonia evidenció tensiones internas dentro de la alianza atlántica y una falta de estrategia por parte de Trump. La inmigración volvió al centro del debate europeo: España avanza con su plan de regularización de miles de inmigrantes en

situación irregular, a pesar de las críticas de sectores conservadores y de la preocupación de socios europeos por posibles impactos en el espacio Schengen. Mientras tanto, los países de la UE continúan endureciendo sus políticas migratorias. En el ámbito político, las elecciones en Chipre fortalecieron a los partidos conservadores y a la extrema derecha, mientras que las elecciones municipales en Italia representan una importante prueba para el gobierno de Giorgia Meloni. La salud pública también ganó protagonismo con los debates sobre la prohibición de las redes sociales para menores en varios países europeos, reflejando una creciente preocupación por la salud mental de niños y adolescentes. En el ámbito sanitario, el brote de hantavirus vinculado a un barco neerlandés parece estar controlado, pero un nuevo brote de ébola en África Central elevó la alerta internacional. La OMS clasificó la situación como una Emergencia de Salud Pública de Importancia Internacional, llevando a la Unión Europea a reforzar los protocolos de vigilancia y bioseguridad. Por último, Europa también comenzó a enfrentar una intensa ola de calor ya en mayo, con temperaturas cercanas a los 40 °C en algunos países, reforzando las preocupaciones sobre los impactos del cambio climático en el continente.

**Palabras clave:** Unión Europea; guerra en Ucrania; migraciones; salud mental; hantavirus; ébola; 79.ª WHA.

**Abstract:** The European fortnight was marked by escalating tensions after Russia launched one of its most severe attacks against Ukraine, using the “Oreshnik” ballistic missile, capable of reaching much of Europe. At the same time, Ukraine’s accession to the European Union remains stalled, while Germany has proposed an “associated membership” model that has divided opinions among member states. Within NATO, the invitation extended to Volodymyr Zelenskyy for the next summit comes amid shifts in United States foreign policy under Donald Trump, whose administration has threatened to reduce its military commitment to European security. The confusing announcement regarding the withdrawal of U.S. troops from Germany and their redeployment to Poland exposed internal tensions within the Atlantic alliance and highlighted a lack of strategic planning on Trump’s part. Immigration once again became a central topic in Europe: Spain is moving forward with its plan to regularize thousands of undocumented immigrants, despite criticism from conservative sectors and concerns among European partners about possible impacts on the Schengen Area. Meanwhile, EU countries continue tightening migration policies. In the political arena, elections in Cyprus strengthened conservative and far-right parties, while municipal elections in Italy represent an important test for Giorgia Meloni’s government. Public health also gained prominence through discussions on banning social media access for minors in several European countries, reflecting growing concerns over the mental health of children and adolescents. In the health sector, the hantavirus outbreak linked to a Dutch ship appears to be under control, but a new Ebola outbreak in Central Africa has raised international alarm. The WHO classified the situation as a Public Health Emergency of International Concern, prompting the European Union to strengthen monitoring and biosafety protocols. Finally, Europe has also begun facing an intense heatwave as early as May, with temperatures nearing 40°C in some countries, reinforcing concerns about the impacts of climate change across the continent.

**Keywords:** European Union; war in Ukraine; migration; mental health; Hantavirus; Ebola; 79th AMS.

Após os sinais de cansaço na quinzena passada, a Rússia realizou um de seus piores ataques à Ucrânia, sendo acusada de escalar a violência, por utilizar o míssil balístico de médio alcance “Oreshnik”, que pode atingir alvos em grande parte da Europa. A Rússia descreve a operação como uma retaliação por ataques ucranianos, enquanto a Ucrânia nega ter visado civis, afirmando que o alvo pretendido era uma unidade russa de drones. O fato é que a notícia da utilização do míssil “Oreshnik” desencadeou fortes reações internacionais. O chanceler alemão, Friedrich Merz, condenou o ataque como uma “escalada irresponsável” e reafirmou o apoio da Alemanha à Ucrânia. O presidente francês, Emmanuel Macron, também condenou os ataques russos, sublinhando que alvos civis na Ucrânia voltaram a ser atingidos. Descreveu a utilização do míssil “Oreshnik” como sinal do impasse no esforço de guerra da Rússia e de uma perigosa escalada do conflito. Trata-se de uma real ameaça à Europa, pois o referido míssil é capaz de atingir alvos entre 3.000 e 5.500 quilômetros de distância, o que coloca grande parte da Europa ao seu alcance.

A adesão da Ucrânia à União Europeia segue em banho maria, apesar da mudança de regime na Hungria que promete acabar com os sucessivos vetos à proposta. A proposta em pauta atualmente é de uma “adesão associada” sob a qual a Ucrânia teria acesso aos órgãos de decisão, sem direito de voto nem pasta, e a determinados programas financiados pela UE de forma “faseada”. Prevê também que Kiev possa solicitar assistência dos restantes Estados-membros em caso de agressão armada, ao abrigo dos tratados da UE. A proposta é do chanceler alemão Friedrich Merz e gera divisões. Há quem cogite que tratados constitutivos da EU precisem ser revisados para sua possível implementação. Já a Comissão Europeia, que supervisiona o processo de adesão, mostrou-se mais positiva e saudou a proposta de Merz por revelar “um forte compromisso dos Estados-membros para tornar o alargamento uma realidade o mais depressa possível”. A Irlanda, que se prepara para assumir, em julho, a presidência do Conselho da EU, faz ponderações por intermédio de sua Ministra de Relações Exteriores, Helen McEntee. Para ela, conceder à Ucrânia um estatuto de “membro associado” pode comprometer as suas aspirações de adesão plena à União Europeia, arriscando deixá-la num limbo que pode fazer o país perder o ímpeto necessário para concluir o caminho até ao estatuto de membro de pleno direito. “Temos de garantir que não existe um sistema a duas velocidades e que aplicamos [o processo de adesão] de forma igual a todos os países”, disse McEntee.

No início do ano, a Comissão apresentou um modelo de adesão “invertida”, ao abrigo do qual a Ucrânia se tornaria formalmente membro da UE e iria adquirindo progressivamente os benefícios concretos associados. Alguns Estados-membros [rechaçaram a ideia](#), classificando-a como perigosa e irrealista. A proposta de Merz aponta para uma integração gradual para aceder a fundos da UE e a fóruns de alto nível, mas deixando a adesão formal apenas para o final do percurso.

O presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy foi convidado para a cimeira anual da Otan, que acontecerá em julho, em Ancara. O convite marca uma diferença em relação ao encontro do ano passado, em Haia, quando a administração de Donald Trump tentou reduzir a visibilidade da Ucrânia nas discussões. Enquanto, em 2024, sob o governo de Joe Biden, os aliados da Otan garantiram que a Ucrânia seguia num “caminho irreversível” para entrar na aliança, esse tema perdeu força com Trump. A prioridade dos EUA passou a ser pressionar os países-membros a aumentar os gastos com defesa para 5% do PIB. Em reunião preparatória na Suécia, o secretário de Estado norte-americano Marco Rubio criticou os aliados europeus por não apoiarem militarmente os Estados Unidos e Israel no conflito com o Irã. Segundo Rubio, Trump pretende demonstrar pessoalmente a sua “decepção” aos líderes da Otan durante a

cimeira. Desde o início da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã, em fevereiro, Trump tem criticado publicamente os aliados da Otan. Muitos países europeus alegam que não foram consultados sobre a estratégia militar e, por isso, não se sentem obrigados a participar no conflito. A expectativa para a cimeira anual da Aliança Militar é que Trump anuncie a retirada gradual dos Estados Unidos da segurança europeia, o que implica na ausência de garantia de apoio estadunidense mesmo em tempos de guerra.

Quanto à retirada de 5.000 soldados estadunidenses da Alemanha anunciada recentemente por Trump, a Otan não foi informada oficialmente e ainda não sabe como se dará a estratégia: como, quais e quando as tropas serão retiradas. O anúncio de Trump se deu de forma abrupta e sem aviso aos aliados, em meio a uma disputa pública com o chanceler alemão Friedrich Merz, que criticou a condução da guerra dos EUA no Irã como mal concebida, além de ter afirmado que os EUA estariam sendo humilhados nas negociações de paz. A aliança de 32 membros acolhe atualmente cerca de 80.000 militares norte-americanos em toda a Europa, mas pelo visto vai continuar com os 80.000. Isso por [que Trump anunciou que enviará 5.000 soldados para a Polônia](#). Sim, vai tirar 5.000 da Alemanha e enviar outros 5.000 para a Polónia. Assim como no primeiro caso, não há plano ou estratégia. A decisão apanhou tanto as autoridades polacas como a própria administração norte-americana de surpresa. “Na sequência do sucesso eleitoral do atual presidente da Polónia, Karol Nawrocki, que apoiei com orgulho, e das nossas relações com ele, tenho o prazer de anunciar que os Estados Unidos vão enviar para a Polónia mais 5.000 soldados” — escreveu Trump. Obviamente a Polónia recebeu com satisfação a notícia, porém é nítida a carência de planos concretos por parte da administração de Trump. As decisões não parecem calculadas. [Segundo JD Vance, trata-se de um adiamento na rotação de tropas na Polónia](#), movimento através do qual militares dos EUA são deslocados para bases na Polónia.

Os planos de Pedro Sanchez de regularizar a situação de milhares de imigrantes na Espanha vem avançando, apesar de enfrentar alguns obstáculos. Nesta quinzena, o [Supremo Tribunal Espanhol rejeitou suspender provisoriamente a regularização extraordinária de imigrantes](#), pedida pela Comunidade de Madrid, o Vox e outros. As alegações contrárias à medida de regularização abordavam o potencial comprometimento de serviços públicos, maiores dificuldades no acesso à habitação e insegurança nas ruas. A Advocacia do Estado, opôs-se à suspensão da medida, por considerar que a concessão de autorizações de residência não terá impacto nos diferentes serviços públicos, uma vez que as pessoas beneficiárias da medida — aquelas que residem em Espanha desde antes de 1 de janeiro — já recorrem a esses serviços. Segundo o Executivo espanhol, esta regularização permitirá aos beneficiários aceder ao “pleno exercício dos direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico”, incluindo o trabalho, o que não só favorecerá a sua integração, como também fará aumentar as contribuições sociais graças à sua entrada no mercado de trabalho.

Conforme já apontado neste Caderno, enquanto grande parte da Europa endurece a sua postura em relação à migração, a Espanha, sob a liderança do primeiro-ministro Pedro Sánchez, adota uma abordagem muito diferente. Para a ministra das Migrações, Elma Saiz, [a política de migração da Espanha é “quase uma política de Estado”, centrada na integração, na convivência e no reconhecimento do contributo positivo dos migrantes](#). “São pessoas que já vivem entre nós. O problema é que, atualmente, não têm nem direitos nem obrigações”, afirmou. Para poderem candidatar-se, as pessoas em situação irregular têm que viver na Espanha há pelo menos 5 meses ou ter pedido asilo antes do final de 2025. Perante o ceticismo de parte da população quanto à capacidade dos serviços públicos para atender todas estas pessoas sem que

o sistema colapse, Saiz defende que “é extremamente importante que os serviços públicos sejam reforçados de acordo com a população a que se destinam”.

A Comissão Europeia, bem como vários Estados-membros, manifestou reservas em relação ao plano, especialmente devido aos seus potenciais efeitos no espaço Schengen. Uma das principais preocupações é que algumas pessoas tentem fixar residência noutros países da UE sem autorização. A este respeito, Saiz entende que a medida respeita as regras da União Europeia, incluindo o sistema Schengen. Ela explica que a regularização se insere no âmbito da soberania nacional, uma vez que diz respeito a pessoas que já residem em Espanha e trabalham na sua economia. O plano do governo espanhol não pressupõe que pessoas recém-regularizadas possam deslocar-se livremente para outros países da UE com uma autorização de trabalho de 1 ano. Poderão residir e trabalhar exclusivamente em Espanha. A decisão espanhola foi tomada sem consulta aos parceiros europeus, gerando críticas a Sánchez. Existe o temor de que a medida entre em conflito com a atual política da União Europeia de endurecimento das regras em matéria de migração.

No Chipre, país que ocupa a presidência rotativa da UE, partido conservador de oposição venceu as eleições legislativas. A Aliança Democrática (DISY) de centro-direita conquistou o primeiro lugar conquistando 27,2% dos votos e 17 assentos na legislatura. Os resultados preliminares apontam para o AKEL de esquerda em segundo lugar, com 23,9% dos votos e 16 assentos, e um avanço histórico da extrema-direita, ao subir para o terceiro lugar global, ganhando 10,9% dos votos e conquistando 8 assentos. O centrista DIKO, um dos partidos que apoiam o governo, terminou em quarto lugar com 10%, conquistando também 8 assentos. Apesar do Chipre ter um sistema presidencialista e o governo não depender diretamente de uma maioria parlamentar, o novo Parlamento terá um papel decisivo na aprovação de leis, reformas e orçamentos do Estado. As eleições são ainda vistas como um teste para as presidenciais de 2028.

Na Itália, eleições acontecem enquanto este informe é escrito, para eleger presidentes de câmara e novos conselhos municipais em 700 municípios, incluindo uma capital regional, Veneza, e quinze capitais de província. O segundo turno acontecerá em 7 e 8 de junho. O pleito representará um primeiro teste para o governo de Meloni.

A saúde mental de crianças e adolescentes é tema prioritário na agenda de saúde da União Europeia. Dentro desta pauta, muito está sendo discutido sobre a proibição de acesso de menores de 16 anos às redes sociais. O Senado francês aprovou um plano para restringir o acesso de crianças com menos de 15 anos às redes sociais, mas persistem divergências jurídicas com o governo sobre como aplicar. Além disso, existe divergências com o regramento aprovado pela câmara baixa, sob o qual todas as plataformas de redes sociais devam apagar as contas de menores de 15 anos e recusar novos usuários abaixo dessa idade. A Câmara francesa também propõe a proibição de uso de celulares nas escolas secundárias. Já o Senado propõe um sistema em 2 níveis que divide as plataformas em categorias distintas: a primeira incluiria as consideradas prejudiciais ao desenvolvimento físico, mental ou moral da criança, e a segunda englobaria as que poderiam ser acessadas com o consentimento dos pais.

Na Alemanha, o ministro federal do Interior, Alexander Dobrindt (CSU), questiona a eficácia de uma proibição geral das redes sociais para crianças e atribui a principal responsabilidade aos pais. A posição do ministro contrasta com a da CDU e com o crescente movimento reformista europeu. Para ele, a decisão sobre a idade a partir da qual uma criança deve ter um smartphone cabe aos pais, não ao Estado. Ferramentas técnicas de controlo já

existem, mas a sua utilização pressupõe que os pais acompanhem ativamente o comportamento mediático dos filhos. Tal visão, contrasta com a tendência observada na Europa. Em Portugal, há uma proibição para menores de 16 anos, com exceção mediante autorização dos pais. Espanha, Eslovénia e Dinamarca trabalham em normas semelhantes.

A União Europeia também apela a medidas mais firmes em todo o bloco. O Parlamento Europeu propõe uma idade mínima digital harmonizada na UE de 16 anos para o acesso às redes sociais, plataformas de compartilhamento de vídeos e assistentes virtuais de IA, permitindo, contudo, o acesso de jovens entre os 13 e os 16 anos com consentimento parental. A Estónia é o único país da UE que se manifesta abertamente contra as proibições: a ministra da Educação, Kristina Kallas, afirmou que esta abordagem “não vai resolver verdadeiramente os problemas”.

O surto de hantavírus vivenciado a bordo de um navio holandês na quinzena passada parece estar controlado. Até o momento, a OMS confirmou cerca de 11 a 12 casos da doença ligados ao navio. Sem novas mortes associadas, o surto resulta em três lamentáveis mortes (um casal holandês e uma cidadã alemã). A principal hipótese da OMS segue sendo a de que os primeiros passageiros infectados tenham contraído o vírus em terra, durante atividades na região da Patagônia ou em Ushuaia, na Argentina, onde o vírus é endêmico. Cientistas argentinos estão investigando roedores locais na região de Ushuaia para rastrear a origem exata. O navio já atracou em Roterdã, na Holanda, onde passou por processos de desinfecção. Passageiros e tripulantes foram desembarcados sob protocolos de segurança e colocados em quarentena preventiva de até 42 a 45 dias devido ao longo período de incubação do vírus.

Um novo surto, no entanto, gera preocupações globais. Trata-se de quase 1.000 casos registrados entre a República Democrática do Congo e Uganda. A situação do novo surto de ebola é significativamente mais séria e complexa do que a do hantavírus. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou este surto como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, que é o segundo nível de alerta mais alto da agência, mas ainda chega a ser uma pandemia.

Após a OMS declarar o surto de Ebola (cepa Bundibugyo) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, [uma reunião do Health Security Committee \(HSC\) da Comissão Europeia especialmente dedicada à emergência de Ébola](#), foi convocada em caráter de urgência. O ECDC (Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças) reafirmou que o risco para a população geral na UE permanece muito baixo e que a probabilidade de transmissão sustentada dentro da Europa é considerada mínima, desde que os protocolos de isolamento sejam seguidos rigorosamente. No tocante à triagem e monitoramento, o comitê decidiu que a medida mais eficaz é o “exit screening” (triagem na saída) nos países afetados (RDC e Uganda). A UE apoiará tecnicamente a implementação dessas triagens para garantir alta qualidade. Ficou decidido que, no momento, não são necessárias triagens sistemáticas nos aeroportos europeus para passageiros vindos da África, uma vez que essa medida historicamente apresenta baixa eficácia para detectar casos em período de incubação. Como não há vacinas e tratamentos específicos para esta cepa, a reunião focou na coordenação de laboratórios de referência para padronizar protocolos de teste e biossegurança. A recomendação oficial é o isolamento imediato e o tratamento de suporte intensivo como única via de manejo clínico atual.

[Na Alemanha, um médico estadunidense está internado no Hospital Charité em Berlim.](#) O homem e os familiares foram retirados do Congo após a infecção. De acordo com um comunicado divulgado pelo Charité, o cidadão norte-americano de 39 anos encontra-se numa unidade de isolamento, não necessitando de cuidados intensivos. A mulher, também médica, e

os 4 filhos são considerados contatos de alto risco e também estão em isolamento em Berlim. Natural da Virgínia, o médico vivia com a família desde 2023 na República Democrática do Congo. Segundo o jornal Washington Post, que cita fontes anônimas, os EUA não quiseram receber o médico da Virgínia. O governo norte-americano desmentiu as informações e o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, agradeceu oficialmente à Alemanha por ter acolhido o médico e a família.

A Itália está em alerta devido à suspeita de infecção por ebola em 2 cidadãos que regressaram de Uganda. Os protocolos foram ativados com realização dos exames pertinentes. Trata-se de uma mulher e de um homem, que regressaram recentemente de Uganda juntamente com familiares após uma estadia de aproximadamente 3 meses como voluntários. Ambos apresentaram sintomas compatíveis com o vírus ebola, entre os quais febre alta, náuseas, vômitos e perturbações intestinais. A autoridade de saúde responsável confirmou a ativação dos procedimentos de emergência, sublinhando, no entanto, que, de momento, não há qualquer confirmação oficial da presença do vírus. Por enquanto, a hipótese mais provável é a de uma forma de malária, eventualmente cerebral no caso da mulher de 30 anos, que poderá necessitar de internamento em cuidados intensivos. Os outros 5 membros das duas famílias envolvidas estão sendo monitorados pelas autoridades competentes. Em comunicado oficial, o Ministério da Saúde sublinhou que o risco de ebola na Itália “permanece muito baixo”. O ministério confirmou ainda que o sistema nacional de preparação e resposta a emergências infecciosas está plenamente operacional.

Enquanto os surtos aconteciam, ministros de saúde de todo o globo participavam da 79ª Assembleia Mundial de Saúde, que aprovou mais de 20 decisões e 13 resoluções voltadas à saúde global, apesar de um cenário de crises sanitárias e cortes históricos no financiamento internacional, incluindo Alemanha, Reino Unido e França, que também cortaram ajuda. Em discurso histórico, Pedro Sanchez, premiê espanhol, fez forte apelo em defesa da saúde pública, da cooperação internacional e do multilateralismo, defendendo a saúde como direito universal e não como privilégio. Na contramão de seus parceiros europeus, revelou que a Espanha aumentou sua ajuda internacional, destinando 315 milhões de euros para iniciativas globais de saúde, incluindo a OMS, a GAVI e o Fundo Global, entre 2025 e 2027.

Outro tema de destaque na quinzena europeia foi o clima. A Europa começou a enfrentar uma onda de calor considerada excepcional para o mês de maio, com previsões de temperaturas próximas dos 40 °C em países como França, Portugal e Espanha, além de recordes históricos no Reino Unido. Especialistas e moradores têm demonstrado preocupação com os efeitos das mudanças climáticas, já que os termômetros registraram marcas muito acima da média para esta época do ano.

### **Considerações Finais**

A quinzena europeia revelou um continente submetido a múltiplas pressões simultâneas — geopolíticas, sanitárias, migratórias, climáticas e institucionais — que expõem tanto as fragilidades quanto os desafios estratégicos da União Europeia e de seus aliados. A escalada militar promovida pela Rússia, com a utilização do míssil “Oreshnik”, traz a sensação de que a guerra na Ucrânia entrou em uma nova fase de maior imprevisibilidade e potencial transbordamento regional, aumentando a sensação de insegurança no continente.

Ao mesmo tempo, as dificuldades em torno da adesão da Ucrânia à União Europeia evidenciam os limites políticos e institucionais do projeto europeu diante de crises de grande magnitude. As propostas de integração gradual ou associada refletem tentativas de adaptação

da UE à nova realidade estratégica, mas também revelam divergências profundas entre os Estados-membros sobre o futuro do bloco e seus mecanismos de expansão.

No campo transatlântico, as posições da administração Trump referendam uma possível redefinição do papel dos Estados Unidos na segurança europeia. A insistência norte-americana no aumento dos gastos militares europeus, somada aos sinais contraditórios sobre presença militar no continente, amplia as incertezas sobre a solidez da Otan e acelera debates sobre autonomia estratégica europeia.

Internamente, a Europa segue dividida entre políticas de endurecimento migratório e modelos mais integracionistas, como o espanhol, enquanto o avanço de forças conservadoras e da extrema-direita em diferentes países demonstra que imigração, segurança e identidade permanecem no centro das disputas políticas europeias.

Na área sanitária, embora o surto de hantavírus pareça controlado, o novo surto de ebola evidencia que ameaças globais à saúde continuam exigindo coordenação internacional, vigilância permanente e investimentos robustos em saúde pública — justamente em um momento de retração do financiamento internacional. A resposta europeia, baseada em monitoramento técnico e protocolos preventivos, demonstra maior preparo institucional em comparação a crises anteriores, ainda que persistam preocupações sobre capacidade de resposta em cenários mais amplos.

Por fim, a intensa onda de calor registrada ainda na primavera europeia reforça que as mudanças climáticas deixaram de ser uma preocupação futura para se tornarem uma realidade imediata, com impactos crescentes sobre infraestrutura, saúde pública, economia e estabilidade social. Em conjunto, os acontecimentos desta quinzena demonstram uma Europa pressionada por crises interligadas e obrigada a redefinir prioridades estratégicas em um cenário internacional cada vez mais instável e fragmentado.

## Na 79ª AMS, discursos contundentes refletiram o momento atual. E a coreografia diplomática da China

*En la 79.ª Asamblea General de la OMS, los contundentes discursos reflejaron la situación actual. Y la coreografía diplomática de China*

*At the 79th WHA, forceful speeches reflected the current situation. And China's diplomatic choreography*

**Lúcia Marques**

*O maior risco para a saúde global já não é a falta de ciência, mas sim a falta de consciência.<sup>1</sup>*

**Resumo:** A 79ª AMS viveu momentos quentes, com discursos contundentes, como esperado, diante do cenário atual de disputas geopolíticas e de contextos de guerras e conflitos. A AMS começou com um emocionante discurso do presidente espanhol, como convidado do Diretor-geral. O informe não poderia deixar de trazer esse discurso que reflete o posicionamento da Espanha sobre a situação dos conflitos no Oriente Médio e da conjuntura global que afeta especialmente os países do Sul Global. E que conversa com outros discursos sobre a urgência de reformar a governança de preparação para crises, mas por ângulos políticos e práticos bem diferentes: os discursos de Singapura, do Egito, da China e do Irã. Enquanto Espanha fez uma crítica filosófica e macroeconômica à “pandemia do egoísmo” na governança global, Singapura trouxe a resposta pragmática da Ásia sobre alianças técnicas regionais e dados abertos para contornar a paralisia política e o Egito trouxe o clamor do Oriente Médio por sustentabilidade financeira real diante das crises estruturais. Enquanto o Egito foca na *indústria farmacêutica* e a China na *soberania de dados*, o Irã usou a governança da OMS para tentar expor as contradições do direito internacional humanitário, argumentando que a neutralidade médica foi quebrada na região. No Tabuleiro da Geopolítica, a coreografia diplomática da China, que recebeu, com intervalos de uma semana, o chanceler do Irã e os presidentes dos EUA e da Rússia, deixando claro que mantém amizade e parceria estratégica com qualquer potência que desejar, e os EUA são apenas uma delas. Um detalhe do balé diplomático: o chanceler iraniano viajou a convite e foi recebido por Wang Yi, que é muito mais que um chanceler, sinalizando que a visita foi tratada como uma missão diplomática de altíssima prioridade estratégica.

**Palavras chaves:** 79ª AMS; discursos da Espanha; Egito; Singapura; China e Irã; coreografia diplomática da China.

**Resumen:** *La 79ª AMS vivió momentos intensos, con discursos contundentes, como era de esperarse ante el escenario actual de disputas geopolíticas y contextos de guerras y conflictos.*

---

<sup>1</sup> Discurso do Presidente da Espanha, Pedro Sánchez, na abertura da 79ª Assembleia Mundial da Saúde, dia 18 de maio, quando participou a convite do Diretor Geral Tedros Adhanom. Disponível em <https://www.lamoncloa.gob.es/lang/en/presidente/intervenciones/Paginas/2026/20260518-world-health-assembly-speech.aspx>

*La AMS comenzó con un emotivo discurso del presidente español, en calidad de invitado del Director General. Este informe no podía dejar de incluir dicho discurso, el cual refleja la postura de España sobre la situación de los conflictos en Oriente Medio y la coyuntura global que afecta especialmente a los países del Sur Global. Asimismo, dialoga con otros discursos sobre la urgencia de reformar la gobernanza de la preparación ante crisis, pero desde ángulos políticos y prácticos muy diferentes: los discursos de Singapur, Egipto, China e Irán. Mientras que España realizó una crítica filosófica y macroeconómica a la “pandemia del egoísmo” en la gobernanza global, Singapur aportó la respuesta pragmática de Asia basada en alianzas técnicas regionales y datos abiertos para sortear la parálisis política, y Egipto llevó el clamor de Oriente Medio por una sostenibilidad financiera real ante las crisis estructurales. Mientras Egipto se enfoca en la industria farmacéutica y China en la soberanía de datos, Irán utilizó la gobernanza de la OMS para intentar exponer las contradicciones del derecho internacional humanitario, argumentando que la neutralidad médica se ha quebrado en la región. En el Tablero de la Geopolítica, quedó de manifiesto la coreografía diplomática de China, que recibió, con intervalos de una semana, al canciller de Irán y a los presidentes de EE. UU. y Rusia, dejando claro que mantiene una relación de amistad y alianza estratégica con cualquier potencia que lo desee, siendo EE. UU. solo una de ellas. Un detalle de este ballet diplomático: el canciller iraní viajó por invitación y fue recibido por Wang Yi, quien es mucho más que un canciller, lo que señala que la visita fue tratada como una misión diplomática de la más alta prioridad estratégica.*

**Palabras clave:** 79ª AMS; discursos de España; Egipto; Singapur; China e Irán; coreografía diplomática de China.

**Summary:** *The 79th WHA experienced intense moments, with forceful speeches, as expected given the current scenario of geopolitical disputes and contexts of wars and conflicts. The WHA began with an emotional speech by the Spanish President, who attended as a guest of the Director-General. This report could not fail to highlight this speech, which reflects Spain's stance on the conflicts in the Middle East and the global conjuncture that particularly affects the countries of the Global South. It dialogues with other speeches regarding the urgency of reforming crisis preparedness governance, though from very different political and practical angles: the speeches of Singapore, Egypt, China, and Iran. While Spain delivered a philosophical and macroeconomic critique of the “pandemic of selfishness” in global governance, Singapore brought Asia's pragmatic response focused on regional technical alliances and open data to bypass political paralysis, and Egypt brought the Middle East's outcry for real financial sustainability in the face of structural crises. While Egypt focuses on the pharmaceutical industry and China on data sovereignty, Iran used WHO governance to attempt to expose the contradictions of international humanitarian law, arguing that medical neutrality has been breached in the region. On the Geopolitical Chessboard, China's diplomatic choreography was evident as it received, within a one-week interval, the Foreign Minister of Iran and the Presidents of the US and Russia, making it clear that it maintains friendship and strategic partnership with any power that wishes, the US being just one of them. A detail of this diplomatic ballet: the Iranian Foreign Minister traveled upon invitation and was received by Wang Yi, who is much more than a foreign minister, signaling that the visit was treated as a diplomatic mission of the highest strategic priority.*

**Keywords:** 79th WHA; speeches by Spain; Egypt; Singapore; China; and Iran; China's diplomatic choreography.

A 79ª Assembleia Mundial da Saúde, enquanto principal órgão decisório da Organização Mundial da Saúde, começou em 18 de maio, reunindo delegações de mais de 190 países para debater estratégias globais de saúde. As prioridades foram os desafios globais — foco na preparação para pandemias, financiamento sustentável, resistência antimicrobiana e na reforma da arquitetura global de saúde — e impacto climático e tecnológico — debates sobre os efeitos das mudanças climáticas na saúde pública, transformação digital e regulação de inteligência artificial aplicada ao setor.

E começou com a declaração de estado de emergência de saúde pública de interesse internacional devido a uma epidemia de doença de Ebola na República Democrática do Congo e em Uganda. Essa declaração foi a fala inicial do [discurso](#) do Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom. Trata-se de uma nova cepa com potencial de maior disseminação e mais mortes.

Também começou com um dos discursos mais contundentes — e emocionantes, por que não dizer — do Presidente da Espanha, Pedro Sánchez, quem participou a convite do Diretor-geral, Tedros Adhanom. O discurso reflete suas ações enquanto governante de um país que, sob sua liderança, se posicionou como defensor do direito internacional, da saúde global não como saúde periférica, mas central nas ações externas, defensor do direito à saúde universal, da cooperação e do multilateralismo, da solidariedade e da justiça para todos, não importando o país de nascimento ou situação de vida.

Embora o informe seja sobre Ásia e Oriente Médio, não poderia deixar de trazer esse discurso que reflete um posicionamento da Espanha sobre a situação dos conflitos no Oriente Médio e da conjuntura global que afeta especialmente os países do Sul Global e que conversa com outros discursos tão importantes, que também abordaram a urgência de reformar a governança de preparação para crises, mas por ângulos políticos e práticos bem diferentes: os discursos do Ministro da Saúde de Singapura, Ong Ye Kung, e Ministro da Saúde e População do Egito, Khaled Abdel Ghaffar. China defendeu o papel central da OMS, Lei Haichao, chefe da delegação chinesa, e defendeu que a reforma do sistema de governança global da saúde deve seguir a liderança dos Estados membros e levar em conta as vozes e necessidades dos países em desenvolvimento, buscando um desenvolvimento equilibrado da saúde global. Completando esse conjunto político, os discursos e participações do Irã foram extremamente fortes e geraram um dos embates geopolíticos mais duros desta edição da AMS. O Ministro da Saúde e Educação Médica do Irã, Mohammad-Reza Zafarghandi, adotou uma postura de forte denúncia, ao mesmo tempo em que o país enfrentava pressões diplomáticas de outros blocos.

Enquanto o presidente da Espanha fez uma crítica filosófica e macroeconômica à “pandemia do egoísmo” na governança global, Singapura trouxe a resposta pragmática da Ásia (alianças técnicas regionais e dados abertos para contornar a paralisia política) e o Egito trouxe o clamor do Oriente Médio por sustentabilidade financeira real diante das crises estruturais. Enquanto o Egito foca na *indústria farmacêutica* e a China na *soberania de dados*, o Irã usou a governança da OMS para tentar expor as contradições do direito internacional humanitário, argumentando que a neutralidade médica foi quebrada na região.

### **O discurso do líder espanhol**

Sánchez abriu [o discurso](#) com uma metáfora forte, afirmando que o primeiro sinal de civilização na história humana não foi a roda ou o fogo, mas sim um fêmur quebrado que foi

curado — sinalizando que a civilização começa quando estendemos a mão para cuidar do outro. O premiê alertou que o maior risco à saúde global hoje não é a falta de ciência, mas a “falta de consciência” e o crescimento do isolacionismo. A que ele referiu com “pandemia do egoísmo”. Sua frase “*venceremos juntos, mas perderemos separados*” foi ovacionada de pé.

O discurso também criticou as ações recentes de “um país poderoso” que cortou verbas ao mesmo tempo que investe milhões em guerras e prioriza a “segurança nacional”, esquecendo que saúde global é segurança; que cuidar do outro é cuidar da segurança.

O líder espanhol fez duras críticas ao modelo econômico que subjugou o acesso à saúde à lógica do dinheiro, citando que 3,4 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais pagando juros de dívidas externas do que financiando saúde e educação. Ele propôs uma reforma profunda na arquitetura financeira global, defendendo mecanismos de alívio e troca de dívidas por investimentos estruturais em saúde pública.

O posicionamento marcou um firme contraponto europeu aos recentes cortes de financiamento e pressões políticas sofridos pela OMS, anunciando que a Espanha dobrou sua assistência oficial ao desenvolvimento voltada à saúde multilateral, defendendo a descentralização da produção de insumos e medicamentos para que o acesso não dependa do poder econômico do país natal do cidadão.

### **Intervenções de Singapura**

Na Plenária Principal, a intervenção oficial<sup>2</sup> de Singapura foi entregue pelo seu Representante Permanente na ONU em Genebra, o Embaixador Jaya Ratnam, focando em parcerias estratégicas diante de restrições fiscais globais.

Paralelamente, o Ministro da Saúde, Ong Ye Kung, liderou a delegação e fez discursos fortes em eventos de alto nível sobre vigilância genômica e a missão de desenvolver vacinas em 100 dias, enfatizando a necessidade de preparação contra pandemias e a criação de redes regionais de resiliência. Seu [discurso](#) de forte impacto técnico-político durante um evento central da Assembleia, focado no fortalecimento da preparação global para pandemias destacou a posição de Singapura como um dos maiores *hubs* globais de aviação do mundo, o ministro colocou o país na linha de frente da detecção de novos patógenos na Ásia. Em sua fala, assumiu o compromisso do país de compartilhar dados genômicos e informações sobre novos patógenos de forma rápida, transparente, sem amarras políticas.

Esse posicionamento contém um recado geopolítico implícito: funciona como uma crítica sutil, mas direta, às recentes tensões e dinâmicas de desconfiança mútua vistas no eixo Washington-Pequim e no debate travado no Acordo de Pandemias da OMS sobre o compartilhamento de dados de patógenos (o PABS Annex, que continua travado). Ong Ye Kung aproveitou para anunciar que a Agência de Doenças Transmissíveis de Singapura assinou um novo Memorando de Entendimento (MoU) de cooperação sanitária com a Administração Nacional de Controle e Prevenção de Doenças da China, sinalizando que, na prática, a cooperação técnica na Ásia tenta blindar-se da polarização política.

### **Egito — o desafio de reformar sistemas sob pressão regional**

---

<sup>2</sup> Plenária, dia 19/05, manhã (<https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-ninth>) tempo 2:53:02.

A participação da delegação do Egito foi bastante robusta e liderou discussões cruciais nos bastidores e plenárias da Assembleia, focando na resiliência de sistemas de saúde diante de crises humanitárias e macroeconômicas na região do MENA (Oriente Médio e Norte da África). O Egito tem se posicionado como um ator central no bloco regional da região do Oriente Médio e Norte da África (MENA), utilizando os palcos multilaterais para defender que a soberania nacional e a autonomia de produção local são os pilares reais para a segurança sanitária.

Em seu [discurso](#), **Ghaffar** começou falando das conquistas e detalhou a eliminação histórica da Hepatite C e defendeu a inclusão das doenças metabólicas do fígado na agenda global das DNTs (Doenças Não Transmissíveis). Ele enfatizou que a saúde não é um privilégio para poucos, mas um direito humano fundamental.

Em [eventos paralelos de alto nível associados à AMS](#), o Egito fez críticas à centralização global de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) e defendeu o direito de países em desenvolvimento emitirem licenças compulsórias e buscarem a transferência tecnológica sem as amarras rígidas de patentes tradicionais (especialmente sob o escopo do Acordo TRIPS). Articulou coalizões para a eliminação de doenças endêmicas e fortalecimento regulatório, demonstrando como a capacidade industrial do país se conecta com metas globais.

No painel paralelo de cadeias de suprimentos globais, Ghaffar defendeu que a soberania e a resiliência farmacêutica local são pilares da segurança nacional. O ministro pautou fortemente a necessidade de o Banco Mundial e as agências multilaterais mudarem a lógica de financiamento. Ele defendeu que a resiliência de um sistema de saúde no Oriente Médio hoje não se constrói apenas com resposta a emergências imediatas (leia-se conflitos e migrações forçadas), mas sim blindando a atenção primária e os sistemas de seguro de saúde universal.

Como recado geopolítico implícito, em reuniões bilaterais de alto nível na Assembleia com a liderança do Banco Mundial para o Oriente Médio, a delegação egípcia deixou claro que os países da região estão operando no limite de sua capacidade de absorção de choques sanitários, e que a arquitetura financeira global precisa apoiar reformas de cobertura universal de saúde (como a que o Egito tenta expandir) em vez de focar apenas em repasses emergenciais de curto prazo de doadores.

### **China em defesa do papel central da OMS**

O posicionamento de Pequim AMS79 foi pautado a partir do pragmatismo diplomático que o país adota no cenário pós-pandêmico. O discurso da China foca fortemente na defesa do papel central da OMS, mas sob uma ótica de reforma que atenda aos interesses das economias emergentes (o Sul Global).

Em [discurso](#), o representante chinês, diretor da Comissão Nacional de Saúde, Lei Haichao, sublinhou a necessidade de elevar a prioridade da saúde na agenda política, integrá-la em todas as políticas e colocá-la em posição prioritária, promovendo sua formulação e implementação nos campos da concepção, do planejamento, do investimento, da garantia de recursos e dos resultados. Também defendeu o aumento contínuo dos investimentos na saúde global. Segundo ele, a China apoia firmemente o multilateralismo e o papel central e coordenador da Organização Mundial da Saúde (OMS) na governança global do setor.

Ele acrescentou que a China está disposta a trabalhar em conjunto com os demais Estados membros para avançar nas negociações do anexo ao Acordo sobre Pandemias e construir em conjunto uma comunidade de saúde comum para a humanidade.

Como crítica à Politização, a delegação chinesa enfatizou que a governança da saúde global deve ser pautada estritamente pela ciência e pela cooperação técnica, rejeitando o uso de fóruns de saúde para disputas geopolíticas, investigações com motivações políticas ou tentativas de interferência em assuntos soberanos.

A China assinou formalmente como coautora, junto com o bloco árabe, a resolução de emergência para a Palestina ([A79/B/CONF./1](#)). Ao assinar a resolução, a China reforça seu papel de parceira estratégica do Oriente Médio e da África, defendendo que a arquitetura de governança global deve focar no financiamento previsível e na assistência técnica para reconstruir sistemas de saúde destruídos por conflitos.

### **Irã trouxe o tom mais inflamado**

O ponto central do discurso do ministro Zafarghandi na Plenária<sup>3</sup> foi a denúncia do que chamou de “agressão não provocada” sofrida pelo Irã em confrontos militares na região. As falas, posicionamentos e desdobramentos dividiram-se em três grandes pilares:

1. Emergências e Infraestrutura: Denúncia de Ataques e “Crimes de Guerra”. O ministro apresentou dados; afirmou que os ataques danificaram 63 hospitais e 195 outras infraestruturas de saúde em território iraniano, deixando mais de 33.000 civis feridos e resultando na morte de 376 crianças. Ele citou nominalmente o bombardeio a uma escola em Minab que matou 168 estudantes e professores. E o ataque ao Instituto Pasteur, uma instituição centenária que é o pilar do sistema de saúde pública e de pesquisa vacinal do país. O ministro argumentou que atacar centros científicos é “atacar o futuro e os fundamentos da ética”.

O Irã utilizou uma frase do próprio Diretor-Geral da OMS, afirmando que “bombardear um hospital ou uma escola não é um erro de cálculo, são crimes de guerra. Ponto final”, exigindo que a Assembleia condenasse formalmente as ações contra civis.

2. Sobre a Governança da Saúde Global e a Batalha das Resoluções, Irã afirmou que a governança e a neutralidade da OMS foram colocadas à prova em uma disputa direta de resoluções e votações no plenário: a Resolução ([A79/A/CONF./4](#)) contra o Irã foi aprovada por 91 votos a 2, proposta por países do Golfo, Jordânia e nações ocidentais que condenou os ataques iranianos contra infraestruturas civis nos países vizinhos e na Jordânia. O texto apontou riscos à saúde global devido a danos em usinas de dessalinização de água e o fechamento logístico de rotas marítimas vitais, como o Estreito de Ormuz. O Irã acusou o texto aprovado pelos rivais de “ignorar deliberadamente os danos infligidos à saúde do próprio povo iraniano” e demandou que a resposta da OMS seguisse princípios de “objetividade, neutralidade e profissionalismo” para não agravar as tensões.

Nos bastidores da governança, o Irã conseguiu uma vitória técnica importante no *Comité B*. O país corria o risco de ter seus direitos de voto suspensos na OMS devido a dívidas acumuladas de contribuições (cerca de US\$ 3,29 milhões). No entanto, o Irã quitou os valores emergenciais antes da Assembleia e teve sua punição retirada por consenso, mantendo seu poder de voto integral.

3. Sobre o Tratado Pandêmico e Alianças Regionais, o posicionamento geopolítico do Irã caminhou lado a lado com sua estratégia de saúde externa: Solidariedade e Hubs de Emergência. O Irã defendeu que os mecanismos de resposta a emergências da OMS precisam ser ágeis para

---

<sup>3</sup> Plenária, dia 19/05, manhã (<https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-ninth>) tempo 2:44:50.

compensar sanções e bloqueios econômicos unilaterais que asfixiam os sistemas de saúde do Sul Global.

O Irã concluiu seus discursos insistindo que, apesar da destruição de centros científicos, sua infraestrutura de saúde continua resiliente e operando com orgulho, fechando com um apelo diplomático de que a saúde deve ser preservada como um canal neutro e uma ponte para a paz regional.

### **Palestina, Líbano e Israel**

As delegações de Palestina, Líbano e Israel protagonizaram discursos que misturaram dados epidemiológicos alarmantes com pesadas acusações diplomáticas mútuas. O foco central girou em torno da destruição da infraestrutura de saúde, dos ataques a trabalhadores humanitários e do uso político do fornecimento de insumos básicos. Os discursos foram marcados por debates extremamente polarizados e carregados de peso geopolítico na Plenária e nos comitês técnicos, refletindo diretamente os desdobramentos dos conflitos recentes no Oriente Médio.

O Ministro da Saúde da **Palestina**, Majed Abu Ramadan, fez pronunciamentos contundentes focados na crise humanitária devastadora na Faixa de Gaza e nas crescentes restrições na Cisjordânia. O discurso<sup>4</sup> focou no colapso sistêmico e na paralisia de UTIs, centros cirúrgicos e incubadoras neonatais devido ao bombardeio sistemático e à falta crônica de combustível. A delegação palestina acusou explicitamente as forças israelenses de usarem a obstrução de suprimentos médicos vitais e alimentos como uma política de submissão e fome deliberada. A Palestina usou o palco para angariar apoio político, o que resultou na aprovação de duas resoluções históricas de amparo técnico da OMS ao território palestino ocupado por ampla maioria ([A79/B/CONF./1](#))<sup>5</sup>. O ministro declarou que a votação foi “um sinal de que o mundo não pode mais ignorar a catástrofe na saúde palestina”.

O Ministro da Saúde Pública do **Líbano**, Rakan Nasreddine, discursou em tom de emergência, detalhando o impacto severo e desproporcional que as operações militares israelenses causaram na rede sanitária do país, mesmo diante de tentativas e acordos de cessar-fogo. O representante libanês apresentou dados alarmantes à assembleia: mais de 150 ataques verificados contra serviços de saúde, com a destruição de 140 ambulâncias e a morte de mais de 100 profissionais de resgate e médicos. O discurso enfatizou o colapso logístico causado pelo deslocamento forçado de mais de 1 milhão de cidadãos libaneses, gerando uma pressão insustentável sobre a atenção primária e o risco iminente de surtos de doenças transmissíveis devido à falta de saneamento em abrigos. O Líbano demandou a condenação internacional das violações ao Direito Internacional Humanitário, resultando na adoção pelo Comitê A da AMS de uma decisão emergencial focada especificamente em socorrer o sistema de saúde do país ([A79/A/CONF./3](#)) proposta conjuntamente pelas delegações da Jordânia, Líbano, Catar e Türkiye.

A delegação de **Israel** estruturou sua fala rebatendo as acusações dos blocos árabes e defendendo que suas ações militares respondem estritamente a imperativos de segurança nacional e legítima defesa. Israel insiste que dois anos de guerra, crimes de guerra e genocídio

---

<sup>4</sup> Plenária, dia 19/05, tarde (<https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-ninth>) tempo 1:38:38.

<sup>5</sup> Envolve buscar doações para financiar a reconstrução do sistema de saúde palestino. A outra resolução envolve o monitoramento de campo contínuo sobre os impactos estruturais, nutricionais e de saúde mental da crise humanitária pós-cessar-fogo.

são direito de defesa. O argumento central de Israel na plenária foi o de que grupos armados — especificamente o Hamas em Gaza e o Hezbollah no Líbano — utilizam hospitais, clínicas e ambulâncias como escudos humanos e centros de comando militar, o que anularia a imunidade civil dessas instalações sob certas regras de combate. Israel afirmou que atua para permitir a coordenação e a entrada de carregamentos de vacinas (como as campanhas de pólio) e ajuda médica internacional, jogando a culpa de eventuais desabastecimentos nos gargalos de distribuição interna e no desvio de insumos por insurgentes. O país criticou duramente a aprovação das resoluções pró-Palestina, alegando que a AMS foi sequestrada por interesses políticos e que as decisões aprovadas ignoravam completamente os ataques sofridos pela população civil israelense e a situação dos reféns.

Para quem acompanha o cenário a partir de instituições de saúde global (como a Fiocruz), essa sessão da AMS deixou claro que a saúde e a epidemiologia de guerra viraram os principais palcos de disputa narrativa. Enquanto Palestina e Líbano focaram nos determinantes físicos do colapso (morte de médicos, destruição de leitos), Israel focou na justificativa jurídica-militar da quebra de neutralidade médica.

## **NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA**

### **A coreografia diplomática de Pequim**

China não está dividida entre Rússia e EUA. Como uma potência madura, o gigante asiático sabe muito bem o que quer de cada um. Xi Jinping usa seu peso geopolítico para demonstrar que a China não precisa escolher lados e dita suas próprias regras de parceria com as grandes potências.

E isso ficou claro nos resultados das visitas de Estado à Pequim, milimetricamente traçadas, de Donald Trump (13 a 15 de maio) seguida, apenas 48 horas depois, pela visita de Estado de Vladimir Putin (19 e 20 de maio). Xi Jinping operou uma diplomacia de “espelhos”, recebendo ambos, com honras militares quase idênticas, no Grande Salão do Povo, mas enviando recados geopolíticos e alcançando resultados profundamente distintos com cada um. Fazendo parte dessa coreografia diplomática milimetricamente calculada, em 6 de maio, Pequim recebeu o Ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyyed Abbas Araghchi, que viajou a convite, para alinhar interesses e ouvir as demandas de Teerã antes de se sentar à mesa com o presidente dos EUA<sup>6</sup>. Esse balé consolida a China como o verdadeiro epicentro da diplomacia global.

Araghchi encontrou seu homólogo, o chanceler chinês, Wang Yi — para quem conhece a forma organizacional das relações internacionais da China e do Conselho e do Partido chinês, sabe que Wang Yi é mais que um chanceler<sup>7</sup>; portanto, podemos dizer que a visita foi tratada como uma missão diplomática de altíssima prioridade estratégica.

Esta rodada de diálogo entre a China e o Irã enviou um sinal positivo de busca pela paz em meio às crescentes tensões regionais. Wang Yi reiterou o apoio firme da China à soberania nacional do Irã e elogiou o compromisso de Teerã em buscar soluções diplomáticas. Araghchi enfatizou que o Irã aprecia e apoia a proposta de quatro pontos apresentada pelo presidente chinês Xi Jinping para promover a paz e a estabilidade regional no Oriente Médio, afirmando que

---

<sup>6</sup> <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/china-s-foreign-minister-holds-talks-with-iranian-counterpart/3928342>

<sup>7</sup> Wang Yi é o Diretor do Gabinete da Comissão de Assuntos Exteriores do Partido Comunista Chinês (além de chanceler), ele responde diretamente ao Politburo e a Xi Jinping, tendo muito mais peso político do que um ministro das Relações Exteriores tradicional do Ocidente.

“o Irã deposita sua confiança na China”<sup>8</sup> O Irã deixou claro o seu posicionamento sobre o Estreito de Ormuz e os limites de sua tolerância à atuação militar de Washington e Tel Aviv, um insumo que a diplomacia chinesa usou dias depois para barrar as investidas de Trump quando este tentou fazer a China mediar a reabertura do estreito nos termos americanos.

Os chanceleres celebraram o marco do aniversário de 55 anos de relações diplomáticas entre as duas nações, combinando expandir o uso de moedas locais nas transações comerciais para contornar o cerco do sistema financeiro ocidental.

O foco da segunda visita de Trump à China (a primeira deste seu segundo mandato) foi a busca por uma “estabilidade estratégica” comercial e a contenção de danos diante de pressões inflacionárias e de segurança energética, especialmente a guerra com o Irã em andamento. O líder americano pousou em Pequim sob imensa pressão interna. As guerras regionais e a alta inflação derrubaram a popularidade de Trump, que percebeu que brigar com a China sai caro. O país de Xi Jinping tem um mercado maduro, indústria e capacidade de consumo.

O líder dos EUA levou em sua comitiva os cabeças da Tesla, Apple e da Nvidia, além de outros de peso da área econômica, como Qualcomm, Micron, Cargill, Visa, Mastercard e Meta, mostrando que a viagem tinha um caráter fortemente focado em Big Tech, inteligência artificial e agricultura.<sup>9</sup> A conversa a portas fechadas se concentrou em temas centrais como as tarifas comerciais, a exportação de chips avançados da Nvidia e a segurança marítima na Ásia, e fechamento do Estreito de Ormuz.

Xi observou “que a transformação não vista em um século está se acelerando em todo o mundo, e a situação internacional é fluida e turbulenta. Pode a China e os Estados Unidos superar a armadilha de Tucídides<sup>10</sup> e criar um novo paradigma de relações entre os principais países? Podemos enfrentar os desafios globais em conjunto e proporcionar maior estabilidade para o mundo? Podemos construir um futuro brilhante juntos para nossas relações bilaterais no interesse do bem-estar dos dois povos e do futuro da humanidade? Estas são as questões vitais para a história, para o mundo e para as pessoas. São as perguntas de nossos tempos que os líderes dos principais países precisam responder juntos. Estou pronto para trabalhar em conjunto com o presidente Trump para definir o curso e dirigir o navio gigante de relações China-EUA, de modo a fazer de 2026 um ano histórico e marcante que abre um novo capítulo nas relações China-EUA.”<sup>11</sup>

Xi alertou que EUA devem ter cautela extra ao lidarem com a questão de Taiwan. E deixou claro que não vai sacrificar sua relação estratégica com o Irã, diante das pressões do governo Trump.

---

<sup>8</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202605/1360443.shtml>

<sup>9</sup> Mais detalhes da visita e da delegação em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Visita\\_de\\_Estado\\_de\\_Donald\\_Trump\\_%C3%A0\\_China\\_em\\_2026](https://pt.wikipedia.org/wiki/Visita_de_Estado_de_Donald_Trump_%C3%A0_China_em_2026) e em <https://www.pbs.org/newshour/world/who-was-on-trumps-plane-to-china-elon-musk-nvidia-ceo-and-more>

<sup>10</sup> Armadilha de Tucídides" é um termo usado nas relações internacionais para descrever o risco de uma guerra que surge quando uma potência emergente ameaça destronar uma potência estabelecida - o ateniense Tucídides, em seu relato da Guerra do Peloponeso, há quase 2,5 mil anos (século 5 a.C.) explicou como a ascensão da Atenas emergente e o temor que isso provocou em Esparta, que era a potência hegemônica da época, desencadearam de forma inevitável uma guerra.

<sup>11</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260514\\_11910330.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260514_11910330.html)

O encontro terminou sem acordos comerciais ou redução de tarifas. O principal ganho prático foi a retomada de canais oficiais de comunicação. O ministério do Comércio da China informou que são “preliminares” os acordos tarifários, agrícolas e aeronáuticos que ambos os lados concordaram em estabelecer e que um conselho de investimentos e um conselho de comércio para negociar reduções tarifárias recíprocas e específicas de produtos, bem como cortes mais amplos em produtos não especificados, incluindo os agrícolas serão estabelecidos.<sup>12</sup>

Como [analisa](#) Heidi E. Crebo-Rediker, em publicação do CFR, “o melhor resultado da cúpula é uma extensão tácita da atual trégua com alguns resultados sobre agricultura, aeroespacial e investimentos. Essa estabilidade instável serve a ambos os lados: dá tempo para a China consolidar a autonomia tecnológica e aprimorar ainda mais seus controles de segurança econômica, além de dar aos EUA e seus parceiros uma janela estreita para construir alguma resiliência em suas próprias bases industriais.”

A 25ª visita de Putin à China coincide com o 25º aniversário do Tratado de Amizade de 2001 e o início do “Ano da Educação China-Rússia”. Durante o encontro, os dois líderes elogiaram seus laços estratégicos e o crescente comércio de energia. Putin e Xi enfatizaram o crescimento do comércio entre os dois países, particularmente no setor de petróleo e gás natural, e declararam estar alinhados em relação às questões internacionais. Em discurso, Xi Jinping enfatizou a necessidade de uma “cessação completa das hostilidades” no Oriente Médio, de acordo com a mídia estatal chinesa. “O fim antecipado do conflito ajudará a reduzir as interrupções na estabilidade do fornecimento de energia, no fluxo contínuo das cadeias industriais e de suprimentos e na ordem do comércio internacional”, disse Xi.<sup>13</sup>

A visita rendeu mais de 40 acordos de cooperação e atos bilaterais consolidados sob o guarda-chuva da [Declaração Conjunta sobre o fortalecimento da coordenação estratégica abrangente e o aprofundamento da boa vizinhança e da cooperação amistosa entre os dois países](#). No extenso documento, os líderes formalizaram um documento focado na consolidação de uma ordem multipolar e na blindagem de suas economias por meio da desdolarização do comércio e do desenvolvimento de rotas logísticas terrestres, uma resposta direta ao cerco ocidental e às instabilidades nos estreitos marítimos globais. O documento reafirma a “parceria sem limites”, mas estabelece limites práticos claros em termos de comércio e segurança. Já os acordos se dividem em quatro eixos temáticos principais: Energia, Rotas Terrestres e Infraestrutura; Comércio, Finanças e Desdolarização; Agricultura e Barreiras Fitossanitárias; Cooperação Técnica, Científica e Mídia.<sup>14</sup>

Receber dois dos líderes mais poderosos do mundo em questão de dias demonstra a crescente confiança da China em seu lugar e posição no cenário internacional.<sup>15</sup> Xi Jinping utilizou as duas visitas consecutivas para se posicionar como o fiel da balança global. Tratou Trump como o “competidor comercial imprevisível” que precisa de estabilidade e Putin como o “parceiro estratégico e aliado geopolítico” para a construção de uma ordem multipolar. E isso

---

<sup>12</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-05/china-diz-que-acordos-firmados-em-visita-de-trump-sao-preliminares>

<sup>13</sup> <https://www.pbs.org/newshour/world/putin-and-xi-hail-their-friendship-and-growing-energy-trade-at-their-meeting-in-beijing>

<sup>14</sup> [http://en.cppcc.gov.cn/2026-05/21/c\\_1184838.htm](http://en.cppcc.gov.cn/2026-05/21/c_1184838.htm)

<sup>15</sup> <https://www.theguardian.com/world/2026/may/19/vladimir-putin-beijing-china-state-visit-xi-jinping-russia>

inclui a busca de rotas terrestres via Rússia para segurança energética e para as cadeias de suprimentos, com a manutenção do Estreito de Ormuz fechado.

China deixou claro que “mantém amizade e parceria estratégica com qualquer potência que desejar, e os EUA são apenas uma delas”, disse Steve Tsang, diretor do Instituto da China da SOAS, na Universidade de Londres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 79ª AMS viveu momentos quentes, com discursos contundentes como esperado, diante do cenário atual de disputas geopolíticas, de crises múltiplas e falta de financiamento, de desconfianças e de contextos de guerras e conflitos.

O Acordo da OMS sobre a Pandemia, adotado em maio de 2025, embora represente um marco na governança global da saúde, visando abordar as desigualdades expostas pela pandemia de COVID-19, enfrenta desafios devido à fragmentação geopolítica, ao crescente nacionalismo e à diminuição da cooperação internacional. O tratado introduz o sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios para promover o acesso equitativo a patógenos e contramedidas. No entanto, detalhes críticos de implementação permanecem sem solução, o que pode enfraquecer a sua aplicabilidade e perpetuar as desigualdades existentes, a menos que os países africanos influenciem estrategicamente as próximas negociações do anexo. O discurso e posicionamento de Singapura representou uma crítica quando assumiu o compromisso do país de compartilhar dados genômicos e informações sobre novos patógenos de forma rápida, transparente, sem amarras políticas.

Sobre resiliência farmacêutica e soberania, a estratégia do Egito de ligar a “resiliência farmacêutica” à “soberania” dialoga diretamente com o que instituições como a Fiocruz defendem na América Latina através do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS): descentralizar a produção de biotecnologia é uma necessidade geopolítica, e não apenas econômica. Indonésia e Malásia defendem a mesma ideia ao propor redes e PPPs.

Ambos os países (Brasil e Egito) compartilham o diagnóstico de que a dependência estrutural de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) e de tecnologias de ponta é uma vulnerabilidade geopolítica inaceitável. No entanto, as estratégias e as narrativas políticas que usadas para responder a isso têm nuances bem distintas. Ambos defendem que a única forma real de garantir acesso universal em uma próxima emergência sanitária é espalhar a capacidade de fabricação de vacinas e biológicos pelo mundo, tirando o monopólio das mãos de poucas multinacionais americanas e europeias. São defensores históricos do uso de salvaguardas de propriedade intelectual (como licenças compulsórias) para priorizar o interesse público e a saúde das populações acima do lucro das patentes.

A principal diferença não está no *objetivo*, mas no *modelo de governança* e no desenho institucional.

Sobre produção. O Modelo do Egito foca em atrair investimento estrangeiro de Big Techs/Big Pharmas e criar megafábricas (como a *Gypto Pharma*) para abastecer o mundo árabe e o continente africano de forma competitiva. O Modelo do Brasil (Fiocruz/SUS) foca no modelo Hub de Mercado Regional (Privado/Estatual) — Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Público-Privado), com fortalecimento de laboratórios públicos estruturantes (articulados com o SUS através de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs).

Sobre soberania, autonomia comercial e segurança nacional. Para o Egito, a soberania é vista como a capacidade de não sofrer desabastecimento e de projetar poder econômico e político no Oriente Médio e na África (MENA). Para o Brasil, a produção local é umbilicalmente ligada à sustentabilidade econômica do sistema de saúde universal e ao acesso equitativo como um direito fundamental.

Sobre tecnologia e transição de genéricos para biológicos. O Egito historicamente dominou o mercado de genéricos e agora acelera a infraestrutura para biossimilares e tratamentos complexos por meio de cooperação internacional direta. O Brasil foca em desenvolvimento endógeno e inovação, isto é, foca em internalizar a tecnologia (transferência de tecnologia de ponta, como mRNA) para que o país não apenas produza, mas domine a ciência por trás do insumo.

Podemos dizer que “produção local” não significa a mesma coisa para todo mundo. Enquanto o Egito desenha sua resiliência focando na segurança geopolítica regional e na força de mercado, o Brasil projeta a sua com foco na resiliência de um sistema público universal. Ambos, porém, marcham juntos contra o *status quo* que concentra a inovação médica no Norte Global.

## Pequim entre as guerras frias e quentes

*Pekín entre las guerras frías y las guerras calientes*

*Beijing between the Cold and Hot Wars*

*André Costa Lobato, Giovana  
Guiciard e Rafael Aguilar-Zamudio*

**Resumo:** O presidente Xi Jinping recebeu os presidentes Trump e Putin num pequena diferença de 4 dias. O presidente Trump foi acompanhado de grandes empresários e altos membros da Casa Branca. Putin, em sua 25ª visita, assinou uma série de acordos. Se, com a Casa Branca o moto foi “estabilidade estratégica”, com o Kremlin foi “amizade duradoura”.

**Palavras-chave:** Sino-americana; Sino-Rússia; diplomacia.

**Resumen:** El presidente Xi Jinping recibió a los presidentes Trump y Putin con un breve intervalo de cuatro días. El presidente Trump estuvo acompañado por importantes empresarios y altos cargos de la Casa Blanca. Putin, en su vigésimo quinta visita, firmó una serie de acuerdos. Si con la Casa Blanca el lema fue «estabilidad estratégica», con el Kremlin fue «amistad duradera».

**Palabras clave:** Relaciones chino-estadounidenses; relaciones chino-rusas; diplomacia.

**Abstract:** President Xi Jinping received Presidents Trump and Putin within a short span of four days. President Trump was accompanied by prominent business leaders and high-ranking White House officials. Putin, on his 25th visit, signed a series of agreements. While the motto with the White House was “strategic stability,” with the Kremlin it was “lasting friendship.”

**Keywords:** Sino-American; Sino-Russian; diplomacy.

### Diplomacia

#### A Cúpula Xi–Trump em Pequim e a Reconfiguração da Ordem Internacional

A visita do presidente Donald Trump à China, em 14 de maio de 2026, ocorreu em um contexto internacional marcado por profundas transformações geopolíticas. O agravamento das disputas comerciais, a guerra na Ucrânia, os conflitos no Oriente Médio e a crescente fragmentação da ordem liberal internacional criaram um ambiente de incerteza no qual as relações entre Pequim e Washington assumem importância central. A recepção oficial organizada pelo governo chinês incluiu cerimônias de Estado, reuniões bilaterais, encontros ampliados e atividades de caráter simbólico, evidenciando o esforço de Pequim para apresentar a relação sino-americana como uma das principais âncoras da estabilidade internacional contemporânea.<sup>1</sup> O encontro ocorreu após um período de preparação diplomática e múltiplas sinalizações públicas de ambos os lados sobre a importância do diálogo bilateral para a

---

<sup>1</sup> “Trump arrives in China with tech titans and top aides for high-stakes Xi summit | South China Morning Post”. Acesso em 16 de maio de 2026.

<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3353471/trump-arrives-china-tech-titans-and-top-aides-high-stakes-xi-summit>.

estabilidade das relações sino-americanas, em um contexto de reconfiguração gradual da relação entre as duas maiores economias do mundo.<sup>2</sup>

Na perspectiva chinesa, a questão fundamental não consiste em determinar qual potência prevalecerá sobre a outra, mas sim indicar a possibilidade de que China e Estados Unidos não sejam vistos pelas lentes da chamada **“Armadilha de Tucídides”**, que descreve o risco histórico de conflito entre uma potência emergente e uma potência estabelecida. Nesse sentido, os comunicados dos dois governos sobre as visitas falaram em “estabilidade estratégica”, cujo objetivo é reconhecer a competição e a tensão entre os dois países, mas afirmar a necessidade de uma estratégia para manter a estabilidade bilateral e, conseqüentemente, mundial.

Durante a reunião no Grande Salão do Povo, Xi destacou que as mudanças globais “não vistas em um século” exigem novas formas de relacionamento entre grandes potências, baseadas na cooperação e não na confrontação.<sup>3</sup> A visita foi amplamente reportada como uma visita de Estado marcada por encontros de alto nível entre as lideranças dos dois países e por uma agenda centrada em estabilidade estratégica e cooperação econômica.<sup>4</sup>



A visita adquiriu, portanto, um significado que ultrapassa a agenda bilateral, inserindo-se em um debate mais amplo sobre o futuro da governança global.

### **Comércio, agricultura e pragmatismo econômico**

---

<sup>2</sup> Zhanhao (占豪). Why Trump’s China visit is urgent: political and economic pressures explained [Internet]. 2026 May 4 [cited 2026 May 25]. Available from: WeChat public account (公众号: 占豪)

<sup>3</sup> “President Xi Jinping Holds a Private Meeting with U.S. President Donald J. Trump at Zhongnanhai\_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China”. Acesso em 17 de maio de 2026. [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/xw/zyxw/202605/t20260515\\_11911448.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/zyxw/202605/t20260515_11911448.html).

<sup>4</sup> Xinhua News Agency. Xi-Trump meeting charts course for constructive strategic stability in China-U.S. ties [Internet]. 2026 Maio 18 [citado 2026 Maio 25]. Disponível em: <https://en.people.cn/n3/2026/0518/c90000-20457090.html>

No eixo econômico e comercial, a visita esteve associada a discussões sobre tarifas, comércio bilateral e mecanismos de previsibilidade nas relações econômicas. Foram mencionadas iniciativas voltadas à facilitação do comércio, redução gradual de barreiras tarifárias e fortalecimento de canais institucionais de cooperação econômica. As discussões também incluíram setores estratégicos como agricultura, energia, manufatura e logística, com atenção ao impacto dessas medidas sobre cadeias globais de suprimento e fluxos comerciais internacionais.<sup>5</sup>

O setor agrícola ocupou posição central nas conversações. As exportações agrícolas norte-americanas para a China haviam sofrido forte retração após as disputas tarifárias dos anos anteriores. As negociações indicaram a possibilidade de retomada gradual do comércio de produtos agrícolas, incluindo soja e outros produtos estratégicos.<sup>6</sup> Após a cúpula, o Ministério do Comércio da China anunciou avanços em negociações para reduzir tarifas, ampliar o comércio agrícola e resolver barreiras não tarifárias que vinham restringindo o intercâmbio bilateral.<sup>7</sup>

Além da soja, as negociações envolveram produtos agrícolas, carne bovina, aviação civil e outros setores considerados estratégicos para o comércio bilateral. Observadores interpretaram esses avanços como parte de um processo mais amplo de normalização das relações econômicas após os ciclos de tarifas e contramedidas adotados nos anos anteriores.<sup>8</sup>

Do ponto de vista chinês, essas medidas não representam uma concessão unilateral, mas sim uma tentativa de restaurar a racionalidade econômica em um relacionamento marcado por tensões políticas. A interdependência econômica entre os dois países continua sendo profunda, tornando inviável qualquer projeto de desacoplamento completo (*decoupling*) no curto prazo.

### **Tecnologias, inovação e geopolítica**

Outro elemento destacado na cobertura da visita foi a presença de uma ampla delegação empresarial norte-americana, composta por executivos de grandes empresas dos setores de tecnologia, energia, aviação e finanças. Entre os nomes mencionados estavam representantes de empresas como Apple, Nvidia, Boeing e a Illumina, indicando a centralidade da dimensão econômica na agenda da viagem e o papel do setor privado como parte relevante

---

<sup>5</sup> Ziling Logistics (子凌货运). Trump's visit to China sets policy direction for DDP maritime trade [Internet]. 2026 Maio 21 [citado 2026 Maio 25]. Disponível em: WeChat public account (公众号: 子凌货运)

<sup>6</sup> UOL. "China sinaliza cortes de tarifas e maior acesso ao mercado agrícola após cúpula Trump-Xi". 16 de maio de 2026. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2026/05/16/china-sinaliza-cortes-de-tarifas-e-maior-acesso-ao-mercado-agricola-apos-cupula-trump-xi.htm>.

<sup>7</sup> ICNBC. "China Signals Tariff Cuts, Advances in Farm Market Access after Trump-Xi Summit". 16 de maio de 2026. <https://www.cnbc.com/2026/05/16/china-signals-tariff-cuts-advances-in-farm-market-access-after-trump-xi-summit.html>.

<sup>8</sup> Cao, Ella, Daphne Zhang, Lewis Jackson, Daphne Zhang, e Lewis Jackson. "China Again Flags Tariff Cuts for US Agricultural Trade after Trump-Xi Meeting, but Still No Details". China. *Reuters*, 20 de maio de 2026. <https://www.reuters.com/world/china/china-again-flags-tariff-cuts-us-agricultural-trade-after-trump-xi-meeting-still-2026-05-20/>.

do diálogo bilateral.<sup>9</sup> Esse aspecto reforça a importância estrutural das cadeias produtivas entre os dois países e o interesse contínuo de grandes corporações norte-americanas no mercado chinês.

Além da dimensão econômica, a visita também envolveu temas geopolíticos e tecnológicos. Entre os assuntos discutidos estiveram: inteligência artificial, controle de tecnologias avançadas e segurança internacional, além de questões relacionadas a crises regionais e à coordenação entre as duas potências em cenários globais sensíveis.

### A questão da multipolaridade

Talvez o aspecto mais importante da visita seja seu significado para a evolução da ordem internacional. Nos últimos anos, a China passou a defender explicitamente a construção de um sistema multipolar. Diferentemente da ordem unipolar que emergiu após o fim da Guerra Fria, a multipolaridade pressupõe a coexistência de vários centros de poder capazes de participar da governança global.

A recepção em Pequim foi conduzida com forte carga simbólica e ênfase institucional, refletindo a noção de uma relação orientada por “estabilidade estratégica construtiva”. Esse conceito, apresentado durante as discussões entre as lideranças, sugere uma tentativa de estruturar a relação bilateral com base em cooperação como eixo principal, competição moderada e gestão controlada de divergências. O encontro foi descrito como altamente estruturado, envolvendo reuniões formais, encontros privados e eventos oficiais ao longo de vários dias.<sup>10</sup>

Nesse contexto, a reunião entre Xi Jinping e Donald Trump foi interpretada por diversos observadores chineses como um reconhecimento implícito da necessidade de diálogo entre as duas maiores potências mundiais. A própria cobertura da imprensa chinesa enfatizou a ideia de que China e Estados Unidos devem tratar-se como iguais, evitando relações hierárquicas características de períodos anteriores.<sup>11</sup>

Essa interpretação também aparece em análises que descrevem a posição chinesa diante do chamado “dilema do G2”. Segundo esse argumento, Pequim não busca substituir

### Trump e Putin em Pequim

#### 13 de maio

Donald Trump, chegou a Pequim na noite. É recebido no aeroporto pelo vice-presidente chinês Han Zheng.

#### 14 de maio

Reuniões bilaterais com Xi, encontros formais no Grande Salão do Povo e visita ao “Templo do Céu”.

#### 15 de maio

Trump é recebido por Xi em Zhongnanhai, complexo político que abriga a liderança central chinesa. A programação incluiu chá bilateral, almoço de trabalho e cerimônia de despedida.

#### 19 de maio

O presidente russo Vladimir Putin chega a Pequim para sua 25ª visita. Reuniões bilaterais e ampliadas com Xi Jinping. As discussões envolveram comércio, energia, infraestrutura, cooperação tecnológica e coordenação geopolítica internacional.

#### 20 de maio

Além do encontro com Xi Jinping, Putin reuniu-se com o primeiro-ministro chinês Li Qiang para tratar de cooperação econômica e comércio bilateral. Foram assinados documentos conjuntos e uma declaração de aprofundamento da parceria estratégica. Putin retorna à Rússia.

<sup>9</sup> Huashan Qiangjian (华山穹剑). Trump leads “luxury business delegation” to China: key negotiation sectors revealed [Internet]. 2026 Maio 11 [citado 2026 Maio 25]. Disponível em: WeChat public account (公众号: 华山穹剑)

<sup>10</sup> Global Times. Xi, Trump hold talks, agree on new vision for bilateral ties [Internet]. 2026 Maio 15 [citado 2026 Maio 25]. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202605/1361014.html>

<sup>11</sup> “President Xi Jinping Holds Talks with U.S. President Donald J. Trump\_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China”. Acesso em 20 de maio de 2026. [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260514\\_11910330.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260514_11910330.html)

Washington como potência hegemônica global; em vez disso, procura construir uma estrutura internacional mais plural, na qual diferentes centros de poder coexistam e cooperem. Essa visão contrasta tanto com o modelo unipolar norte-americano quanto com interpretações que sugerem uma inevitável bipolarização do sistema internacional.

A realização da visita poucos dias antes do encontro entre Xi Jinping e Vladimir Putin também foi interpretada por diversos observadores como uma demonstração da capacidade diplomática chinesa de dialogar simultaneamente com diferentes polos de poder internacional. Para Pequim, essa postura reforça a imagem de uma potência comprometida com uma ordem internacional multipolar e com mecanismos de governança baseados na coexistência entre diferentes centros de influência.<sup>12</sup>

### **Taiwan e os limites da aproximação**

Apesar do clima positivo da visita, persistem importantes divergências estruturais; o tema de Taiwan foi novamente tratado como ponto crítico nas relações bilaterais, sendo descrito como uma das principais linhas vermelhas estruturais da relação sino-americana.<sup>13</sup> Para a liderança chinesa, trata-se de um tema relacionado à soberania nacional e à integridade territorial, considerado inegociável.

Embora a cúpula tenha produzido uma atmosfera de cooperação, nenhum dos lados alterou substancialmente suas posições sobre o tema. A estratégia chinesa consiste em impedir que a questão taiwanesa se transforme em um fator de confronto militar direto<sup>14</sup>. Esse equilíbrio delicado ilustra os limites da aproximação sino-americana: cooperação econômica e diálogo estratégico coexistem com divergências profundas em matéria de segurança.

### **O simbolismo da visita e a diplomacia civilizacional**

Além das reuniões formais, a visita incluiu uma série de eventos cuidadosamente organizados para transmitir uma mensagem simbólica. Xi Jinping recebeu Trump com cerimônia de Estado no Grande Salão do Povo, ofereceu um banquete oficial e conduziu o presidente norte-americano ao Templo do Céu, um dos mais importantes monumentos históricos da China.<sup>15</sup>

A escolha do Templo do Céu possui significado especial. Durante séculos, o local foi associado à relação entre ordem política, harmonia social e equilíbrio cósmico na tradição chinesa. Ao apresentar esse espaço a Trump, Pequim buscou transmitir uma imagem da China não apenas como potência econômica, mas também como civilização milenar.

---

<sup>12</sup> “Xi Jinping’s summits with Trump and Putin reveal 2 approaches | AP News”. Acesso em 22 de maio de 2026. <https://apnews.com/article/china-russia-us-summits-xi-putin-trump-d344badcd75d5aa2a5cda4aa146785ca>.

<sup>13</sup> Zhenghedao (正和島). Three key details of Trump’s China visit [Internet]. 2026 Maio 14 [citado 2026 Maio 25]. Disponível em: WeChat public account (公众号: 正和島)

<sup>14</sup> “U.S.-China summit let Xi ease tensions with Trump without giving ground - The Washington Post”. Acesso em 18 de maio de 2026. <https://www.washingtonpost.com/world/2026/05/17/chinas-xi-got-what-he-wanted-out-summit-with-trump-beijing/>

<sup>15</sup> “Xi holds welcome ceremony for Trump”. Acesso em 22 de maio de 2026. [https://english.www.gov.cn/english.www.gov.cn/news/202605/14/content\\_WS6a052f1cc6d00ca5f9a0aefc.html](https://english.www.gov.cn/english.www.gov.cn/news/202605/14/content_WS6a052f1cc6d00ca5f9a0aefc.html)

Esse tipo de diplomacia cultural reflete uma estratégia mais ampla de fortalecimento do chamado *soft power* chinês. Em vez de limitar-se às negociações comerciais, a liderança chinesa procura demonstrar continuidade histórica e legitimidade civilizacional. Xi ressaltou, durante o banquete oficial, que a China avança em sua modernização apoiada na herança de mais de cinco mil anos de civilização.<sup>16</sup>

No conjunto, a visita de maio de 2026 é apresentada pelas diferentes coberturas como parte de um processo mais amplo de ajuste nas relações entre China e Estados Unidos. Em vez de representar uma mudança brusca, o encontro é visto como um movimento de gestão e estabilização da competição entre os dois países, com foco em manter o diálogo aberto e reduzir incertezas no cenário internacional.<sup>17</sup> A relação continua sendo marcada por interesses econômicos fortemente interligados e por desafios geopolíticos importantes, o que reforça seu caráter complexo, com elementos de cooperação, competição e interdependência ao mesmo tempo.

Embora persistam divergências significativas — especialmente em torno de Taiwan e da arquitetura de segurança do Indo-Pacífico — a cúpula demonstrou que ambos os países reconhecem a necessidade de manter canais permanentes de diálogo.

Para a China, o verdadeiro significado da visita não reside apenas nos acordos comerciais anunciados, mas na reafirmação de um princípio central de sua política externa contemporânea: a ideia de que o século XXI não deve ser definido pela hegemonia de uma única potência, mas pela coexistência de múltiplos centros de influência capazes de cooperar na construção de uma comunidade internacional mais estável e equilibrada.<sup>18</sup>

### **Putin chega para sua 25ª visita**

Poucos dias após a partida da delegação da Casa Branca, Pequim voltou a ocupar o centro da diplomacia internacional com a chegada do presidente Vladimir Putin<sup>19</sup>. Além de impressionar pela capacidade cerimonial, a sequência de líderes nucleares reforçou a percepção de que a China se consolidou como principal eixo articulador das relações entre grandes potências em um momento de transição da ordem internacional. Enquanto Trump chegou acompanhado por executivos de grandes corporações, representantes financeiros e altos membros da Casa Branca, Putin desembarcou em Pequim em uma visita marcada por forte densidade estratégica, militar e energética, reafirmando o aprofundamento da parceria sino-russa em um contexto de crescente multipolarização do sistema internacional. Segundo Xi, “em meio a um cenário internacional turbulento, a amizade profunda e duradoura entre a China e a Rússia não mudará, nem seu senso de responsabilidade como grandes países para o mundo e para o povo e para o mundo”.

---

<sup>16</sup> “President Xi Jinping Holds Welcoming Banquet for U.S. President Donald J. Trump\_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China”. Acesso em 23 de maio de 2026. [https://www.mfa.gov.cn/mfa\\_eng/xw/zyxw/202605/t20260514\\_11910682.html](https://www.mfa.gov.cn/mfa_eng/xw/zyxw/202605/t20260514_11910682.html)

<sup>17</sup> Zhanhao (占豪). Why Trump’s China visit is urgent: political and economic pressures explained [Internet]. 2026 Maio 4 [citado 2026 Maio 25]. Disponível em: WeChat public account (公众号: 占豪)

<sup>18</sup> “President Xi Jinping Holds Talks with U.S. President Donald J. Trump\_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China”. Acesso em 20 de maio de 2026. [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260514\\_11910330.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260514_11910330.html)

<sup>19</sup> Profound and lasting friendship between China and Russia\_China’s Diplomacy in the New Era. [https://en.chinadiplomacy.org.cn/2026-05/19/content\\_118501887.shtml](https://en.chinadiplomacy.org.cn/2026-05/19/content_118501887.shtml) (accessed 25 May2026).



A visita de Putin — a vigésima quinta ida oficial à China — foi acompanhada da assinatura de uma série de acordos nas áreas de energia, infraestrutura, inovação tecnológica, comércio em moedas nacionais, cooperação científica e coordenação estratégica internacional. Diferentemente da agenda predominantemente econômica da visita estadunidense, o encontro sino-russo foi apresentado como uma demonstração de confiança política de longo prazo e de convergência sobre temas centrais da governança global contemporânea. Entre os documentos assinados estiveram mecanismos de ampliação do comércio bilateral, expansão de corredores logísticos euroasiáticos e aprofundamento da integração energética entre os dois maiores territórios da Ásia. Entre as agendas, Xi e Putin participaram juntos da exposição fotográfica “Amizade Eterna China-Rússia: Um Modelo de Relações entre Grandes-Países”, no Grande Salão do Povo em Pequim.

A recepção de Putin também foi marcada por elementos de elevada carga cerimonial e histórica<sup>20</sup>. Assim como ocorreu com Trump, Xi Jinping enfatizou temas ligados à civilização, soberania e continuidade histórica do Estado chinês. Entretanto, no caso russo, a narrativa oficial incorporou com maior intensidade referências à resistência contra unilateralismos, à defesa do multilateralismo e à necessidade de reforma das instituições internacionais surgidas após a Segunda Guerra Mundial. Os povos russos e chineses lutaram juntos contra o expansionismo nazifascista, perdendo mais de 50 milhões de homens durante as duas grandes guerras. Os comunicados conjuntos ressaltaram a importância da Organização das Nações

---

<sup>20</sup> President Xi Jinping Has a Tea Chat with Russian President Vladimir Putin\_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260521\\_11914720.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260521_11914720.html) (accessed 25 May2026).

Unidas, do BRICS e da Organização para Cooperação de Xangai como espaços fundamentais de coordenação entre países do Sul Global e potências emergentes<sup>21</sup>.

Além dos acordos, um evento de impacto de médio e longo prazo foi o lançamento do “China Rússia Anos de Educação”<sup>22</sup>, que tratará da realização de atividades para que os jovens russos e chineses se aproximem em atividades de intercâmbio e no currículo escolar.

A capacidade de dialogar com atores rivais sem assumir uma posição subordinada ou exclusivamente reativa demonstra uma nova fase da diplomacia global, na qual a Pequim é vista como uma alternativa à diplomacia internacional de outras capitais.

Nesse sentido, a aproximação paralela entre China, Estados Unidos e Rússia evidencia que a disputa contemporânea pela ordem global não ocorre apenas no campo militar ou econômico, mas também no plano simbólico e diplomático. A própria sucessão das visitas transformou Pequim em palco visível da transição geopolítica do século XXI. Mais do que encontros bilaterais isolados, as visitas de Trump e Putin passaram a ser interpretadas como manifestações de uma mesma realidade histórica: a gradual reorganização do sistema internacional em direção a estruturas mais complexas, menos hierárquicas e crescentemente multipolares.

---

<sup>21</sup> 1President Xi Jinping and Russian President Vladimir Putin Together Attend the Photo Exhibition “China-Russia Everlasting Friendship: A Model of Major-Country Relations”\_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260521\\_11914851.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260521_11914851.html) (accessed 25 May2026).

<sup>22</sup> President Xi Jinping and Russian President Vladimir Putin Jointly Attend and Address the Opening Ceremony of the China-Russia Years of Education\_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260520\\_11914669.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202605/t20260520_11914669.html) (accessed 25 May2026).

## Estante de livros, vídeos e outros que tais

A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno [paulo.buss@fiocruz.br](mailto:paulo.buss@fiocruz.br)



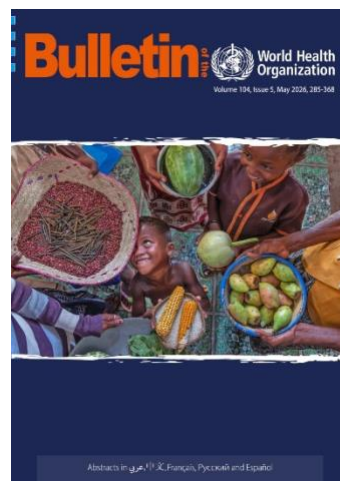
O 17º. **Boletim do Observatório Internacional do Século XXI**, analisa várias “cadeias causais” que se alastram a partir da Guerra do Iraã e, em particular, do fechamento do Estreito de Ormuz que se transformou no epicentro da geopolítica mundial. Analisa ainda as implicações da guerra dentro do Oriente Médio, na Europa, na Ásia, e na América do Sul — e seu impacto sobre a economia mundial e o “efeito transformador” sobre a tecnologia militar utilizada no Golfo Pérsico e na Guerra da Ucrânia. Inclui também uma constatação histórica sobre a baixa credibilidade dos acordos de paz assinados pelos EUA, e uma reflexão final sobre o papel do “inimigo necessário” neste sistema interestatal que se universalizou na segunda metade do Século XX. Este número do Boletim e números anteriores podem ser acessados

no site do Observatório Internacional do Século XXI: <https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>

### **Boletim da Organização Mundial da Saúde**

O *Boletim da Organização Mundial da Saúde* é uma revista de saúde pública de acesso totalmente aberto, com foco especial em países de baixa e média renda. Publicada pela primeira vez em 1948, busca, desde então, disponibilizar seu conteúdo da forma mais ampla possível. Não há taxas de processamento de artigos associadas à submissão ou publicação no Boletim. Com um fator de impacto Clarivate de 8,4, o Boletim está entre as quinze principais revistas na área de saúde pública e ambiental.

Todos os artigos revisados por pares e os arquivos da revista são indexados, inclusive no Web of Science e no MEDLINE, e estão disponíveis gratuitamente sob a licença Creative Commons Atribuição 3.0 IGO (CC BY 3.0 IGO). Acesso a todos os volumes da publicação: [Bulletin of the World Health Organization](https://www.who.int/publications/magenta)



### **Revista Pan-Americana de Saúde Pública**

Publicada desde 1922, a *Revista Pan-Americana de Saúde Pública* é a principal publicação científica e técnica da Organização Pan-Americana da Saúde. Sua missão é contribuir para a produção e disseminação de informações científicas em saúde pública de relevância internacional, principalmente em áreas relacionadas à missão essencial da OPAS de fortalecer os sistemas de saúde e melhorar a saúde dos povos das Américas. A publicação na revista não tem custos para os autores, e todos os manuscritos são de acesso aberto e gratuitos para os leitores. Acesso: [Revista Pan-Americana de Saúde Pública \(PAJPH\) | PAHO](https://www.paho.org/publications)



## **EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS**

**Paulo Marchiori Buss** – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

**Fabiane Gaspar** – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

**Sebastián Tobar** – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

**Alexandra Rodrigues Sanches** – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

**Anabela Santiago** – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

**Ana Carol Aldapi Vaquera** – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

**André Lobato** – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

**Armando De Negri Filho** – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

**Augusto Paulo José da Silva** – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

**Bárbara Nogueira** – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

**Bernardo Bahia Cesáreo** – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz.

**Bruno Neves** – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

**Claudia Chamas** – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPEP/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

**Claudia Hoirisch** – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

**Cristiane Pereira** – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

**Danielly P. Magalhães** – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

**Deisy de Freitas Lima Ventura** – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

**Denise Oliveira e Silva** – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília.

**Diana Reyna Zeballos Rivas** – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

**Eduardo Nilson** – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

**Erica Kastrup** – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

**Felix Júlio Rosenberg** – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI.

**Frederico Peres** – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa.

**Giacomo Giannelli** – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

**Giovana Guiciard** – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

**Gisele Sanglard** – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

**Giulia Mariano Machado** – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental.

**Heliton Barros** – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

**Jesús Enrique Patiño Escarcina** – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

**João Miguel Estephano** – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

**Juan Garay** – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

**Júlia Moraes e Silva** – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP.

**Laura Tavares** – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

**Laurenice Pires** – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

**Livia Ferreira** – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

**Luana Bermudez** – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

**Lúcia Marques** – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

**Luiz Augusto Galvão** – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

**Manuel Mahoche** – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

**Marciglei Brito Morais** – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA).

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

**Marina Sujkowski Lima** – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP.

**Mateus Brito** – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA).

**Matheus dos Santos da Silveira** – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

**Nina Bouqvar** – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

**Patrícia Lewis Carpio** – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

**Paula Reges** – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

**Paulo Esteves** – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Pedro Burger** – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

**Pedro Diaz** – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

**Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos** – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

**Rafael Aguilar Zamudio** – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

**Rafael Gomes França** – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

**Rafaela Venturella De Negri** – Mestre em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFRGS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

**Regina Ungerer** – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

**Renan Amaral Oliveira** – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

**Rychard de Lima Monteiro** – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

**Sâmia de Brito** – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto René Rachou/Fiocruz Minas.

**Santiago Alcázar** – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

**Tatiana Cerqueira Machado Medrado** – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

**Thaiany Medeiros Cury** – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

**Tomé Cá** – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitor Rodrigues** – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz.

**Vitória Kavanami** – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

## **PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE**

Os produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)* e do *Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)* são:

### **Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

<https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude>

<https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/index>

### **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUqhqa-0obSN>

### **Próximos Seminários**

**Dia 3 de junho – Agenda da Saúde Global: 79ª Assembleia Mundial da Saúde**

**Dia 17 de junho – Saúde e Trabalho: Conferência Internacional do Trabalho (OIT) 2026**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais**

***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde***

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 08/2026**

***Período de 13 a 26 de maio de 2026***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR**

**Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais;**

**Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em**

**Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026**

**297 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.**

---